Carlos Zacarias de Sena Júnior

OS IMPASSES DA ESTRATÉGIA

os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil

1936-1948

2ª edição

EDUFBA

Num tempo em que a ameaça neofascista volta a pairar sobre o Brasil e sobre grande parte do mundo, Carlos Zacarias resgata neste livro marcante da história dos comunistas brasileiros a história da resistência e da persistência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na sua luta contra o fascismo quando ele parecia – como, por vezes, hoje também nos parece – irreversivelmente triunfante. Trata-se do ciclo que vai da derrota do levante de 1935 ao fim da Guerra Mundial e do Estado Novo varguista, em 1945. Saindo vitorioso dessa batalha, o PCB conseguiu constituir-se como o grande partido de massas que seria sempre indispensável à democratização efetiva do Brasil, mas caiu (como muitos outros partidos comunistas à escala internacional) em tais contradições estratégicas (e ideológicas?) ainda antes de 1945 que não conseguiu evitar ser empurrado de volta à ilegalidade em 1948.

Num tempo em que os partidos comunistas de todo o mundo vão fazendo 100 anos (como é o caso do PCB, em 2022), muitos julgarão que os comunistas, os seus partidos e os seus valores são puro objeto do passado, sem vida presente nem promessa de futuro. Contudo, a história da luta de quem representou as melhores esperanças e energias no combate pela democracia (a política, mas também a social, a econômica e a cultural, todas elas inseparáveis) é uma permanente fonte de aprendizagens para a resistência ao fascismo e a construção da democracia.

OS IMPASSES DA ESTRATÉGIA

os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil

1936-1948

2ª edição

Carlos Zacarias de Sena Júnior

OS IMPASSES DA ESTRATÉGIA

os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil

1936-1948

2ª edição

Salvador
Edufba
2022

1ª edição: Annablume, 2009.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Analista editorial *Mariana Rios*

Coordenação gráfica *Edson Sales*

Coordenação de produção *Gabriela Nascimento*

Capa e projeto gráfico *Gabriel Cayres*

Revisão *Tikinet*

Normalização *Sandra Batista*

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

S474 Sena Júnior, Carlos Zacarias de.
Os impasses da estratégia : os comunistas, o antifacismo e a revolução burguesa no Brasil : 1936-1948 / Carlos Zacarias de Sena Júnior. – 2. ed. – Salvador : EDUFBA, 2022.
520 p. : il.

ISBN: 978-65-5630-394-9

1. Partido Comunista Brasileiro – História – 1936-1948. 2. Partidos políticos – Brasil – História. 3. Comunismo – Brasil – História. 4. Brasil – Política e governo – 1930-1945 . I. Título.

CDU – 94(81).082/.083

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

EDITORA FILIADA À:

EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina,
Salvador – Bahia CEP: 40170 115 / Tel: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

Para meus pais, Carlos Sena e Hilda Eloysa (*in memoriam*), exemplos permanentes de dignidade e perseverança.

Para Paty, Alice e Miguel, razões da minha existência.

Para Iuri Roberto Ramos (*in memoriam*), presente nas minhas lembranças e melhores histórias.

Há quem diga que todas as noites são de sonhos.
Mas há quem garanta que nem todas,
somente as de verão.
Mas no fundo isso não tem importância.
O que interessa mesmo
não são as noites em si,
são os sonhos.
Sonhos que os homens sonham sempre.
Em todos os lugares,
em todas as épocas do ano,
dormindo ou acordado.

(William Shakespeare)

Fiz ranger as folhas de jornal
Abrindo-lhes as pálpebras piscantes.
E logo
De cada fronteira distante
Subiu um cheiro de pólvora
Perseguindo-me até em casa.
Nestes últimos vinte anos
Nada de novo há
No rugir das tempestades
Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da História
é agitado.
As ameaças
e as guerras,
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

(Maiakóviski)

Agradecimentos

Não poderia publicar uma segunda edição de *Os impasses da estratégia* sem uma página de agradecimento às pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para e realização desse empreendimento, reiterando os agradecimentos feitos na primeira edição.

A Flávia Garcia Rosa, competente diretora da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), pela confiança e incentivo. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), que destinou apoio financeiro a essa edição a partir do Edital de Apoio à Publicação Docente, aberto em fins de 2021.

Aos membros do grupo de pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita (Politiza), que animam minhas ideias, incentivam meus projetos e estimulam meu compromisso e engajamento, muito especialmente a Mayara Balestro, que se dispôs a ler e comentar partes deste livro.

A Paty, minha esposa e companheira de uma vida, que, junto com meus filhos amados, Alice e Miguel, suportam minhas imperfeições e me ajudam a ser um homem melhor.

Sumário

Prefácio à primeira edição

VALÉRIO ARCARY[1]

Este livro nos conta uma história política que uniu heroísmo e tragédia. Os leitores encontrarão nestas páginas uma análise crítica e até severa das formulações do partido de Prestes durante os anos que precedem e sucedem à Segunda Guerra Mundial: neste intervalo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se recuperou da terrível derrota de 1935, quando foi quase destruído, e se alçou à condição de um partido com presença nacional, tendo à sua frente o único dirigente político que podia ombrear em popularidade com Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, para mergulhar depois de poucos anos de legalidade na clandestinidade outra vez.

Este livro nos expõe homens que uniram bravura moral e ruína política. Nas suas páginas, os leitores encontrarão uma narrativa envolvente em que as vicissitudes das táticas são explicadas pelos impasses da estratégia, sem diminuir a dimensão humana dos personagens principais, os dirigentes do PCB, que, apesar de suas fragilidades e erros, aparecem engrandecidos pela sua abnegação militante. Eles foram, na sua imensa maioria, alguns dos homens e mulheres da mais alta estatura moral e intelectual que participaram das lutas populares no Brasil do século XX. Eles viveram uma época extraordinária e foram capazes de feitos extraordinários.

1 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IF-SP) e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Este livro nos apresenta um partido que uniu, como nenhum outro do seu tempo, glória e infortúnio. Os leitores poderão compreender por que a direção do PCB, perseguida implacavelmente por Filinto Müller, foi capaz de defender em 1945 a presença de Getúlio no poder, o mesmo Vargas que, alguns poucos anos antes, tinha entregado Olga Benário aos nazistas alemães. Descobrirão também que o autor que desnudou essa desgraça política não deixou de olhar com grandeza para os homens e mulheres que lutaram sob a bandeira do comunismo no Brasil naqueles anos.

Alguns deles foram homens de ação, dirigentes de greves e de campanhas políticas nas ruas. Outros foram organizadores de partido dedicados à formação dos militantes e à construção interna. Houve ainda aqueles que assumiram tarefas intelectuais complexas. Muitos foram levados às prisões sob os diferentes regimes políticos que o país conheceu entre os anos 1920 e 1970. Dirigiram sindicatos, associações de bairros, organizações camponesas. Trabalharam, discretamente, na legalidade, e mergulharam na clandestinidade quando se viram obrigados. Resistiram às desmoralizações que vieram com as prisões, cisões e exílios. Fizeram história. Mas, foram, politicamente, derrotados.

Permanecem vivas as controvérsias de critérios para a apreciação histórica dos partidos políticos. Partidos podem ser julgados pelo programa que apresentam para a transformação da sociedade, ou podem ser explicados pela história de suas linhas políticas, e de suas lutas políticas, sobretudo, as internas; pelo confronto entre suas posições quando estão na oposição, e quando se aproximaram do poder; ou até pelos valores e ideias que inspiram sua identidade; pela composição social de seus membros – militantes ou simpatizantes – ou dos seus eleitores, ou da sua direção; pelo regime interno do seu funcionamento; pelas formas de seu financiamento; ou pelas suas relações internacionais. Todos estes critérios são válidos e significativos, e a construção de uma síntese exige uma apreciação da sua dinâmica de evolução. Só não se pode é julgar um partido por aquilo que ele pensa sobre si próprio.

Para aqueles que usam o marxismo como método de análise das relações sociais e políticas, todos estes elementos são significativos, mas uma caracterização de classe é, finalmente, inescapável. O livro que agora estará disponível para todos os interessados na história da esquerda brasileira apresenta uma nova interpretação consistente e fartamente documentada para uma fase chave da história do PCB.

Como tudo que existe, os partidos se transformam, e a narrativa dessas mudanças é o cerne da investigação histórica. Quando a história se resigna a procurar um fio de continuidade ou de permanência nas organizações político-sociais, ela

renuncia ao seu maior desafio. Acontece que as mudanças não são possíveis sem crises. O PCB conheceu em sua longa história quatro crises devastadoras. Este livro relata um destes períodos dramáticos. O elemento comum a essas quatro grandes crises foi que o PCB quase desapareceu nas três primeiras, para ressurgir em imprevistas reorganizações e, finalmente, sucumbir, irremediavelmente, na última. O PCB se recuperou das primeiras três grandes crises da sua história, mas o fez deixando de ser o que era, porque se transformou de tal forma que reapareceu quase irreconhecível.

A primeira e menos estudada foi a crise da fase da sua estalinização no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, um processo que consumiu várias rupturas, as principais delas dirigidas por Mário Pedrosa e Hermínio Sacchetta que deram origem à Quarta Internacional no Brasil. A terceira foi a crise aberta após o golpe de 1964 e a consolidação da ditadura militar, quando o duplo impacto da derrota diante da contrarrevolução no Brasil e da vitória da revolução cubana provocou uma explosão do Comitê Central que tinha resistido à cisão pró-chinesa que originou o Partido Comunista do Brasil, sob a liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Arruda Câmara. A última foi a crise final, aquela que se abriu após 1989-1991, quando da derrubada do regime ditatorial na ex-URSS, quando a restauração capitalista, conduzida por uma fração dirigente do próprio Partido Comunista, precipitou a desagregação internacional dos partidos até então associados a Moscou.

Muitos autores já escreveram sobre o PCB entre os anos 1936 e 1948, um período de uma dúzia de anos em que o Partido de Prestes se recuperou da terrível derrota política do levante militar de 1935 – quando parecia ter sido eliminado pela repressão implacável – e saiu da mais estrita clandestinidade para se transformar, quase da noite para o dia, em um dos maiores partidos comunistas da América do Sul. Nessa sua segunda crise, as rupturas do núcleo dirigente foram menos significativas que nas outras, e a reorganização foi mais rápida em função do impacto moralizador da situação internacional com a derrota do nazifascismo. A influência de massas conquistada pelo PCB, em 1945, com uma forte implantação nas categorias mais organizadas dos trabalhadores, se expressou na eleição consagradora de Prestes como senador pelo Rio de Janeiro, então, a capital política da nação foi um fato inconteste, porém, em geral, desvalorizado pela historiografia.

A desqualificação do papel histórico que as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e das massas populares tiveram na história do país é um capítulo da batalha ideológica dos nossos tempos. Ao escrever sobre as lutas do passado, os historiadores estão, conscientemente ou não, envolvidos nos combates do presente. O peso social, político, ideológico e até cultural que o PCB teve na sociedade

brasileira foi, proporcionalmente, muito maior que o peso dos PC na Argentina e no México, os outros dois países chaves da América Latina. Este acontecimento chave para a compreensão das turbulências do regime democrático-liberal que surgiu ao final da guerra, porque o PCB manteve sua autoridade política sobre os setores mais combativos da classe operária mesmo depois de ter perdido sua legalidade, resultou de um processo de lutas políticas que este livro pretende explicar.

Este é um livro corajoso e original que desafia tanto a historiografia simpatizante do PCB quanto a que lhe foi adversa. Ambas coincidiram em identificar o PCB como um partido marxista-revolucionário. Os leitores de Carlos Zacarias descobrirão que esta interpretação foi sem fundamento. Nos anos 1930, o PCB de Luís Carlos Prestes já não era o mesmo partido de Astrogildo Pereira dos anos 1920. A pesquisa rigorosa nos apresenta a história errática da evolução das orientações políticas PCB, que oscilou da formação da ANL como Frente Nacional Democrática para a insurreição militar de 1935, da tática da União Nacional antifascista contra Vargas para o queremismo de apoio a Vargas em 1945. As habilidades do historiador investigativo uniram-se à verve do intelectual socialista engajado para construir um painel que cobre este período histórico inteiro, contextualizando as flutuações da linha do PCB nos marcos das suas relações com Moscou, do blanquismo tardio do terceiro período ao seguidismo diante de Getúlio.

Os estonteantes ziguezagues da política do PCB no intervalo histórico mais dramático do século XX ainda estavam sem uma explicação histórica meticulosa. A principal razão para essa ausência repousou na dificuldade de compreensão do que foi o estalinismo. O estalinismo emergiu nos anos 1920 como um fenômeno histórico novo, e tudo o que é historicamente original e, portanto, único é, para os seus contemporâneos, mais difícil de explicar. A distância de 80 anos nos oferece uma vantagem de perspectiva que pode, também, nos enganar. A principal singularidade do estalinismo é que ele não foi uma doutrina, nem muito menos uma política. O estalinismo mudou tantas vezes de política, abraçou orientações tão diversas e realizou giros tão espetaculares que os esforços de encontrar coerência interna na evolução das ideias que saíam de Moscou para conduzir a III Internacional frustraram a maioria dos seus estudiosos, fossem eles simpáticos ou avessos aos destinos do regime no poder na União Soviética.

Programaticamente, o estalinismo foi a ideologia nacionalista de um Estado controlado por um aparelho burocrático gigantesco, os pelo menos 5 milhões de funcionários que compunham a denominada nomenklatura, ou seja, o contrário do internacionalismo. Quando a liderança de Stálin à frente da URSS girou da defesa da orientação da Frente Populares contra o fascismo para o Pacto Molotov/

Ribbentrop – ao mesmo tempo em que, entre 1936-1939, os Processos de Moscou liquidavam fisicamente o que ainda existia de bolcheviques dentro do Partido – os partidos comunistas no Ocidente foram colocados diante do desafio de justificar o inexplicável.

O livro de Carlos Zacarias desenvolve como hipótese de trabalho que o fio condutor para a explicação da política do PCB foi a relação do partido brasileiro com o partido russo. Essa parece ter sido a força de pressão mais poderosa à luz da documentação reunida. Não foi, evidentemente, a única. Os leitores poderão descobrir nas perguntas que o autor formula as pistas que tentam resolver os enigmas de escolhas políticas que guiaram o PCB: que lições o Partido retirou do fracasso do levante militar de 1935? Por que o partido mais perseguido do país procurou, ainda sob a ditadura do Estado Novo, a construção de uma Frente de "União Nacional pela democracia e pela Paz"? Qual foi o papel de Prestes na direção do PCB durante os anos de prisão? Como o PCB se recuperou e reorganizou uma direção nacional a partir das iniciativas dos quadros que surgiram no Pará e na Bahia? Como um partido de vanguarda se transformou em partido com influência de massas na campanha pela participação do Brasil na guerra contra o nazifascismo? Qual a relação do PCB com o regime que nasceu da queda de Vargas? Não teria sido uma injustiça intelectual a avaliação historiográfica dominante que subestima o papel do PCB na luta pela democracia no pós-guerra?

Como em todos os bons livros de História, este nos apresenta uma narrativa do que aconteceu, escapando do perigo de apresentar a sequência dos acontecimentos como uma desconexa sucessão de peripécias fortuitas, ou do seu contrário, um fluxo pré-determinado do que seria inexorável. O autor respeita o seu tema, e desvenda o que permanecia obscuro com a tenacidade de quem busca a verdade, a perseverança de uma mão que não treme, do que resulta uma literatura histórica feita com paixão. Como em todo livro honesto, o autor não se escondeu atrás de suas palavras, e nos revela, também, algo sobre quem o escreveu. Carlos Zacarias nos entrega seu primeiro livro agora e, como investigador devotado, teve o cuidado de filtrar tudo aquilo que era colateral, e manter o foco no que era essencial, porém, suas preferências transpiram pelas páginas. Este não é, portanto, o trabalho de um principiante. É a obra de um estudioso maduro que pesquisou muitos anos o seu tema, e que nos surpreende pela consistência teórica e pela fluidez literária de uma escrita inventiva e saborosa.

Prefácio à segunda edição

MARLY DE A. G. VIANNA[1]

Era mais do que esperada a segunda edição do livro de Carlos Zacarias, isso porque é indiscutível, hoje, a importância que teve o Partido Comunista do Brasil (PCB) na vida política do país. No entanto, não é tarefa fácil avaliar sua atuação, apontar seus erros sem desqualificar os que erraram e sem desmerecer seus méritos, que também não foram poucos. Como entender a atuação de um partido que, embora abnegado e com a mais generosa das propostas – acabar com a exploração do homem pelo homem – cometeu erros aparentemente inexplicáveis?

Um dos grandes méritos do livro de Carlos Zacarias de Sena Júnior é que ele tenta dar respostas a questões importantes da história do PCB – o que não é tarefa fácil – sem satanizar personagens e sem conciliar com os erros políticos cometidos por elas, abrindo um espaço importante para a discussão e o aprofundamento das questões levantadas, assim como indicando pistas para outros questionamentos.

Carlos Zacarias trata de um dos períodos mais importantes da história do PCB e dos mais desconhecidos. Apesar de temporalmente não ser dos mais longos, são 12 anos, de 1936 a 1948, foi seguramente o período de maiores contradições na política dos comunistas, dos grandes "impasses da estratégia" – o período que começou

1 Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

com a derrota das insurreições de novembro de 1935, passou pela construção da política de União Nacional, do apoio quase que irrestrito ao governo em nome da luta antifascista e terminou em nova onda anticomunista, com a Guerra Fria. Foi o período em que o PCB oscilou entre a luta armada ao estilo tenentista, passou por uma estratégia de conciliação com a chamada "burguesia nacional" e demais "forças honestas e antifascistas" e "homens de boa vontade" para terminá-lo nas posições sectárias sancionadas pouco depois de 1948 pelo Manifesto de Agosto de 1950.

Zacarias estuda toda a riqueza daquela época histórica, tanto nacional quanto internacionalmente, sem perder o fio de sua proposta, que é a de analisar a trajetória política do PCB no período. Outro grande mérito do autor é o do manejo da documentação sobre o PCB na Bahia, sem regionalizar a pesquisa ou isolá-la do contexto nacional. Ao contrário, é muitas vezes através das posições do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) (ou do Comitê Regional de São Paulo, CR-SP) que podemos entender melhor a política nacional.

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro deles se inicia "Sob o signo da derrota" do fracasso de 1935 e das tentativas de sobrevivência física da direção partidária, ao mesmo tempo em que esta busca reformular a estratégia partidária, depois de tentar uma fracassada experiência guerrilheira. Foi o período em que começou a ser elaborada, pelo grupo da direção que vinha de 1935, o grupo de Bangu, uma nova estratégia política, que privilegiava a democracia burguesa e a correspondente política de alianças, incluindo nela uma "burguesia nacional progressista". Foi o período do lançamento da palavra de ordem de União Nacional, que a revista *Seiva* ajudou a construir, em Salvador; o período das discordâncias do grupo paulista da "política bangusista", que acabou sendo a vitoriosa e expulsando do partido os opositores paulistas, graças ao apoio da Internacional Comunista e em seguida o de Luiz Carlos Prestes.

No segundo capítulo, Zacarias, ao mesmo tempo em que analisa a tentativa de reconstrução partidária pelo CR-BA, acompanha, no plano internacional, a ascensão do nazifascismo e a política da Internacional Comunista (IC) de frentes populares, sem deixar de perceber a confusão estabelecida no movimento comunista internacional pelo Pacto Germano-Soviético de agosto de 1939 e que fez com que, até a invasão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pelos nazistas, os comunistas (e não só no Brasil) chegassem a colocar que a guerra era entre imperialistas e que, portanto, não teriam muito a ver com ela, minimizando por algum tempo a luta antinazifascista.

A invasão da URSS, em junho de 1941, retomou a política de grandes frentes populares contra o inimigo principal, o nazifascismo, e foi dentro desta perspectiva

que os comunistas brasileiros começam a se reorganizar, com destaque para os baianos. Zacarias constrói muito bem a narrativa histórica que acompanha a gestação da política de União Nacional, baseada nas diretivas internacionais de frentes antinazistas. A partir desse acompanhamento, tornam-se mais inteligíveis as posições políticas do PCB entre 1938 e 1948.

O terceiro capítulo trata das posições do CR-BA e da revista *Seiva*, da organização da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e da preparação da Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943, que foi decisiva para os rumos partidários. No bojo da luta pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, afirma-se e reafirma-se o apoio a Vargas em torno de uma União Nacional. Foi o momento do grande entusiasmo pela primeira derrota infringida pela URSS à Alemanha nazista, entusiasmo que, ao final da guerra, levou a que se acreditasse que a divisão do mundo entre imperialismo e socialismo, aliados na guerra contra o nazismo, levava agora a uma luta ideológica pacífica. O ano de 1943 foi também o ano em que Stalin desmantelou a IC, como garantia de boa vontade aos aliados. Ao final da guerra, a crença na boa vontade dos recém-aliados capitalistas chegou a levar que vários comunistas chegassem a questionar a necessidade da existência dos partidos comunistas. O líder de tal posição, que teve adeptos no Brasil, foi Earl Browder, secretário-geral do PC norte-americano. O "browderismo" chegou a impressionar o próprio Prestes, segundo relato seu.

Carlos Zacarias chama a atenção para um fato pouco conhecido: não foi só o Grupo de Ação de São Paulo que se opôs à CNOP, mas, inicialmente, também o Comitê Regional da Bahia. São Paulo, por estar contra as posições de apoio irrestrito a Vargas, e ambos por medo de infiltração policial no partido. Só mais tarde o grupo baiano aderiu à CNOP.

No quarto capítulo, o autor liga duas questões fundamentais: por um lado o entusiasmo com o final da guerra, o prestígio da URSS, o prestígio dos comunistas, a anistia, os estertores do Estado Novo, a crença numa democracia duradoura; por outro lado, salienta os sinais da articulação do anticomunismo, muito forte na sociedade. A guerra fria estava sendo preparada, os generais golpistas do Estado Novo depuseram Vargas, enquanto os comunistas pediam "anistia sem ressentimentos" para a pacificação da família brasileira. Prestes, ao sair da cadeia, disse estar disposto a esquecer tudo.

No final da guerra, o PCB estava reorganizado, sacramentado pela Conferência da Mantiqueira, que elegeu Prestes secretário-geral do partido e conquistou o seu apoio. Dizia-se buscar "um grande partido para um grande líder". A democracia vitoriosa na guerra deveria ser garantida internamente em torno da União Nacional

e de uma Constituinte com Vargas, defendendo que as eleições presidenciais só deveriam ocorrer depois de proclamada a Constituição. Os comunistas não formaram entre os queremistas.

Carlos Zacarias mostra como Prestes e os comunistas fizeram de tudo para serem aceitos na sociedade como defensores do que entendiam como democracia: pediam aos operários que agissem dentro da ordem, dando os braços aos patrões para efetivar o fortalecimento econômico do país e pedia que os operários não fizessem greves, para manter a paz social necessária à União Nacional. Prestes passou a lamentar que se criticasse o Estado Novo, tudo em nome de uma democracia que, com a derrota nazista, teria vindo para ficar. Era preciso consolidar tal democracia e os comunistas estavam dispostos a fazer muitas concessões em nome da unidade entre as classes, numa frente única que só deixava de fora os nazistas e seus simpatizantes integralistas. Com exceção destes últimos, mesmo a direita golpista e anticomunista do governo continuava a merecer a consideração dos comunistas, que queriam mostrar a todo o custo o quanto eram defensores da democracia *tout court*.

O capítulo cinco cobre o período da anistia, o período pós-guerra, da formação dos partidos políticos nacionais, da preparação para as eleições. Mostra – ao lado da política do PCB de concessões à "burguesia nacional", aos "homens de boa vontade", aos "democratas", e ao lado dos apelos pela ordem e tranquilidade – o surgimento de ligeiros sinais da percepção de que tal política estava afastando os comunistas dos operários. O capítulo trata também do grande crescimento do PCB, devido especialmente ao prestígio com que a URSS e os comunistas saíram da guerra. O êxito eleitoral dos comunistas nas eleições de dezembro de 1945 foi imenso. Em menos de um mês de campanha eleitoral conseguiram quase 10% do total de votos. Com esse resultado e mais a crença de que as forças políticas do país estavam interessadas numa União Nacional que incorporava os comunistas, estes não perceberam a ofensiva que a direita organizava contra eles.

O sexto e último capítulo busca compreender a ofensiva anticomunista, que levou ao fechamento do partido e a cassação do mandato de seus parlamentares, enquanto o partido continuava a pedir a formação de "um governo de coalizão e confiança nacional". A confiança na "democracia" era tão grande que, mesmo depois do fechamento da Juventude Comunista em abril de 1947, Luiz Carlos Prestes declarou que não havia força para fechar o PCB – o que ocorreu um mês depois, em maio daquele mesmo ano.

Carlos Zacarias consegue traçar a história do período com a seriedade de um cientista e de um historiador engajado. Não está em busca de demônios, mas de

uma explicação histórica que leve ao entendimento de situações que pareceriam patéticas, sem tal entendimento. Não busca explicações fáceis, tão banais e simplistas quanto inócuas, tais como dizer que as "mirabolantes avaliações do Brasil feitas por Miranda, em Moscou, em 1934, foram as responsáveis pelos erros de 1935"; ou avaliar os anos da política da frente nacional como "desvios de direita que os comunistas não foram capazes de compreender", da mesma forma em que, no V Congresso, em 1960, os últimos dez anos foram avaliados como "desvios de esquerda que os comunistas não foram capazes de compreender". Também não responsabiliza Diógenes Arruda, "uma caricatura de Stalin", pelo sectarismo da época que se seguiu à estudada. Carlos Zacarias, com muito êxito, deixou de lado explicações dogmáticas e maniqueístas. Pretendeu – e conseguiu – explicar o período de 1936-1948 na vida do PCB com coerência, recorrendo a uma grande pesquisa documental.

As questões levantadas em *Os impasses da estratégia* continuam a suscitar a discussão de temas que ainda precisam ser aprofundados, sobre a história da esquerda comunista no Brasil, de seus erros, de seus acertos e, principalmente, de sua trajetória de lutas. Sem dúvida, é um dos melhores livros já escritos sobre o PCB.

Introdução

> Buscar a real identidade na aparente diferença e contradição, e procurar a substancial diversidade sob a aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e contudo essencial virtude do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico.
>
> (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*)

Ainda na cela da Penitenciária Central (antiga Casa de Correção), onde havia passado os últimos nove anos da sua vida, a maior parte deles em isolamento e incomunicável, o Cavaleiro da Esperança, então com 47 anos de idade, teve conhecimento da assinatura do decreto de anistia. Eram 10 horas da manhã do dia 18 de abril de 1945, e Luiz Carlos Prestes tinha recebido a notícia do ministro Orlando Leite Ribeiro que foi à penitenciaria, no Rio de Janeiro, com a finalidade de comunicar ao secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) sobre o ato do presidente Vargas.[1]

Prestes recebeu a notícia com serenidade, mantendo-se imperturbável diante dos seus companheiros Agildo Barata, Antonio Tourinho e Pedro Mota Lima, que estavam presentes. Antes que começasse a reunir os poucos pertences e objetos de uso pessoal indispensáveis que mantinha em sua cela, permitiu-se a um breve momento de expansão e congraçamento com os camaradas, quando foram trocadas

1 "A libertação de Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945.

felicitações pelo ato da anistia finalmente conquistado. Na sua cela, havia também inúmeros livros, a maioria enviados do estrangeiro, além de uma secretária cheia de papéis, onde o líder comunista fazia suas anotações.[2]

Antes de sair da Penitenciária Central, o dirigente comunista recebeu os jornalistas que estavam ansiosos pelo encontro com o grande líder. Educadamente, Prestes deixou-se fotografar pela imprensa e fez declarações afirmando que, de sua parte, estava "disposto a esquecer", pois "anistia é esquecimento". Em seguida, ainda no dia 18 de abril, às 19h35, saiu da cadeia incógnito perante o grande público, com destino à casa de Trifino Correia, beneficiado pelo decreto 7.474, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

O Cavaleiro da Esperança pretendia repousar, então, passaria algum tempo na casa de Trifino Correia. Depois, seguiria para o seu novo endereço, a residência de Leôncio Basbaum, escolhida alguns dias antes pelo núcleo de dirigentes do PCB que havia visitado Prestes na cadeia. Na saída da penitenciária, o secretário-geral se encontrou com uma grande comitiva de amigos e camaradas, que o acompanharam ocupando três carros.[3]

Nove anos depois da fracassada tentativa de insurreição no Brasil, entrando na idade madura (acabara de fazer 47 anos), Prestes já não era mais o mesmo. Também o PCB, que, junto com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), levantara os quartéis em novembro de 1935, tinha mudado bastante em relação àquele pequeno partido dos anos 1930. Nem mesmo o mundo, que tinha assistido o avanço da contrarrevolução, permanecera igual, já que a guerra seguia para o seu final, com a iminente derrota dos nazifascistas.

Em que pese o fato de que uma nova vaga revolucionária tinha sido aberta em várias partes do planeta, após a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – "pátria do socialismo" – dar passos seguros para ser a grande vitoriosa no conflito junto com as nações aliadas, criava-se a perspectiva de uma longa era de desenvolvimento pacífico, circunstância em que os blocos socialista e capitalista poderiam viver em relativa harmonia. Até o Brasil, país onde vigia o regime do Estado Novo, havia reatado relações com a URSS.[4] Neste novo mundo, parecia não caber nem mesmo a Internacional Comunista, extinta em 1943 por decisão de Stalin.

---

2 "Permaneceu imperturbável depois da notícia". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945.

3 "A libertação de Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945; BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*: uma visão da história política do Brasil dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 184.

4 "Reatamento das relações com a URSS". *A Tarde*, Salvador, 7 abr. 1945.

As condições históricas encontradas por Prestes na sua saída da prisão tinham mudado bastante. Não obstante, o Cavaleiro da Esperança, que teria sua vida publicada em um livro escrito por Jorge Amado, não era apenas um observador expectante da política nacional e internacional.[5] Como dirigente máximo do principal partido da esquerda brasileira, aquele que aspirava ser a "vanguarda do proletariado", Prestes sabia que os desafios a enfrentar seriam muito maiores do que os encontrados em 1935, ano em que retornou ao Brasil para liderar a revolução.

Em 1945, comunistas e antifascistas ajudavam a derrotar Hitler e Mussolini e as pressões pela democratização do Brasil se intensificavam, com o PCB ocupando um lugar de destaque nas mobilizações estando próximo de se tornar um partido legal com influência de massas. Os comunistas se encontravam, enfim, com a história e com a revolução para a qual o partido tinha sido construído, porém, a democracia estava a caminho...

Este trabalho não tem a intenção de analisar exatamente a história de Luiz Carlos Prestes, principal dirigente do PCB, mas a trajetória do seu partido entre os anos de 1936 e 1948. Tendo como foco a linha política de União Nacional e a estratégia de revolução democrático-burguesa e de libertação nacional defendida pelos pecebistas na conjuntura da luta antifascista e da Segunda Guerra Mundial, este livro narra a história dos comunistas num dos períodos mais importantes de sua existência.

Tomando como base os documentos que orientavam a linha do partido e os acontecimentos que tiveram lugar no Brasil naqueles anos, a discussão aqui travada situa-se entre a teoria e a prática dos comunistas ante as sucessivas fases da macroconjuntura política nacional e internacional, desde o período protofascista do governo Vargas, especialmente o Estado Novo, até a sua deposição, em 1945. Aborda-se, também, a legalização do PCB e as eleições de 1945 e 1947. Em seguida, a cassação da legenda do partido, passando pela ascensão dos movimentos de massas antifascistas, a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, a aproximação dos pecebistas com Getúlio Vargas e o golpe de 29 de outubro de 1945. A ascensão do movimento grevista de 1945-1946, o anticomunismo e a Guerra Fria também são analisados nesta obra, que enfoca, de forma de narrativa, os aspectos mais importantes da conjuntura Segunda Guerra Mundial.

Embora se tenha privilegiado as informações coligidas a partir do trabalho desenvolvido pelo PCB baiano, o que ressalta a importância do esforço historiográfico sobre experiências diversas fora do Centro-Sul do país, é o Partido Comunista

5 "Vai sair em português a 'vida de Luiz Carlos Prestes'". *A Tarde*, Salvador, 16 mar. 1945.

em âmbito nacional o principal personagem deste livro. Valorizando a atuação dos pecebistas em outras situações que não as mais conhecidas, considerando-se a importância dos comunistas baianos como parte fundamental na reconstrução do PCB nos anos 1930 e 1940 como um partido supostamente nacional e centralizado, esta obra não pretende encerrar qualquer discussão sobre o assunto. Ela se propõe a ser o ponto de partida para muitos debates sobre o PCB, a Internacional Comunista, a frente popular, o antifascismo, a União Nacional, a revolução democrático-burguesa, o governo Vargas, a ditadura e a democracia, a estratégia e a tática dos comunistas.

O esclarecimento quanto aos usos que fizemos de alguns conceitos e categorias que, nem sempre, vieram devidamente discutidas ou explicadas no texto, é necessário. Apesar disso, visto que, entre os objetivos deste trabalho, não constavam a revisão dos conceitos utilizados pelos comunistas, nem a realização de uma discussão teórica sobre eles, optamos por abordar teoricamente algumas questões quando elas nos pareceram imprescindíveis. Com efeito, quando entendemos necessário discutir conceitualmente algum tema com o fito de melhor elucidar os significados das posições adotadas pelo PCB, empregamos o critério de aprofundar a discussão no corpo do próprio texto. É o que acontece, por exemplo, com o tema da elaboração da tática *frentista*, central aos objetivos do nosso trabalho, que aparece discutida em profundidade no capítulo dois. Também os significados da adoção da estratégia de revolução "democrático burguesa" e de "libertação nacional", são devidamente tratados nos capítulos três e quatro, muito embora perpassem todas as linhas deste livro, que traz no título a hipótese de que a estratégia dos comunistas se encerrava num impasse.

Por fim, o tema da *democracia*, que tangencia todo o trabalho em função de sua centralidade na compreensão tático-estratégica dos comunistas, mereceu uma análise mais cuidadosa no capítulo cinco. Sobre a questão da *democracia*, convém ainda esclarecer que optamos por destacá-la com o uso do itálico, chamando a atenção para as controvérsias sobre seu significado último. A despeito de que no uso corrente dos pecebistas do período estudado que, na maioria das vezes, empregam o termo *democracia* sem qualquer adjetivação (*burguesa*, *proletária*, *popular* etc.), optamos por destacá-la devido à sua importância e às polêmicas que encerra.

Em outras situações, utilizamos alguns conceitos que não vieram discutidos ao longo do livro o que merece um esclarecimento à parte. Chamamos de *demoliberais* as personalidades e correntes que reivindicavam a *democracia* na conjuntura estudada, com exceção dos socialistas da Esquerda Democrática (ED), depois Partido Socialista Brasileiro (PSB), dos próprios comunistas, trotskistas e

trabalhistas, que vieram designados com seus epítetos mais conhecidos. Qualificamos como *demoliberais*, indistintamente, tanto os setores liberais remanescentes da Primeira República quanto os segmentos que haviam rompido com Vargas quando da instalação do Estado Novo.

Outros termos ou conceitos aparecem ao longo do texto. Nos escusamos de discutir por entendê-los como razoavelmente conhecidos do público familiarizado com o assunto, já que são bastante utilizados por um setor da historiografia dedicada ao tema. Isto não quer dizer, entretanto, que tenhamos acordo com a aplicação de todas as categorias aqui utilizadas. Em função disto, buscamos deixar claro quando nos referimos a um termo ou conceito através de uma citação ou o aplicamos de bom grado em concordância com seu uso corrente na literatura. Esses são os casos dos conceitos de fascismo, autoritarismo, populismo, bonapartismo, blanquismo, reboquismo, baluartismo, triunfalismo, vanguardismo, liquidacionismo, tenentismo, entre outros que podem aparecer ao longo deste trabalho.

Cabe mencionar que, nas várias citações ao longo do texto, atualizamos o português com base no acordo ortográfico em vigor desde 2009. Utilizamos aspas, preferencialmente, para designar uma citação completa ou uma ideia contida num documento ou texto de referência tratado no exato momento em que era discutido. Quanto ao itálico, optamos por este artifício para ressaltar palavras estrangeiras, consignas ou ideias não enunciadas *ipsis litteris* em alguns documentos no ato de sua apreciação, ou mesmo em conceitos sobre os quais não há o consenso dos estudiosos ou não temos concordância sobre seu uso. Este é o caso da utilização do termo *democracia*, por exemplo, que preferimos citar em itálico quando vinha referido pelo PCB, que, na conjuntura, passou a citá-la sem adjetivação, muito embora, na tradição dos comunistas, o termo aparecesse quase sempre de forma adjetivada.

Optamos por grafar os nomes próprios em conformidade com sua utilização no período, com exceção das citações que aparecem entre aspas, já que remetidas ao uso de terceiros. O nome de Luiz Carlos Prestes, por exemplo, aparecerá na sua forma original com "Luiz" escrito com "z". No caso de citações, o "Luiz" de Prestes poderá ser grafado com "s" (Luís), como preferem alguns autores. Da mesma forma, serão encontradas no texto diferentes grafias para os substantivos "Lenin" (às vezes "Lenine"), "Stalin" (às vezes "Estaline"), em conformidade com o autor citado, já que muitas vezes os nomes compõem os títulos das próprias obras utilizadas.

Em alguns casos, grafias diferentes são encontradas na época, especialmente para os nomes próprios. Oswaldo Aranha, por exemplo, por vezes vem grafado como "Osvaldo Aranha", "Góes Monteiro" como "Góis Monteiro" etc. Adotamos a grafia corrente no período, qual seja, o "Oswaldo" com "w" o "Góes" com "e" etc.

“Adhemar” e “Ademar”, “Filinto” e “Felinto”, “Octávio” e “Otávio”, entre outras formas variadas relativas ao uso de nomes de próprios de personagens que aparecerão ao longo do texto.

* * *

Passados dez anos da publicação da primeira edição deste livro pela editora Annablume, muita coisa já foi produzida e editada sobre o PCB. Do mesmo modo, alguns dos principais personagens que serão encontrados nesta obra ganharam biografias e estudos aprofundados. Optei por não incorporar a literatura publicada sobre o assunto nesta última década, considerando que os riscos de trazer tal bibliografia, que em nada subtraem ou acrescentam a tudo o que aqui está dito, terminariam por me obrigar a efetuar um diálogo que não poderia ser feito sem que tornar a nova edição “revista e ampliada”, que compreendo ser inteiramente desnecessária. Desse modo, se o leitor eventualmente estranhar a ausência de obras que ficaram disponíveis na última década por entre a ampla lista de referências bibliográficas usadas na confecção do texto original deste livro, tenha por certo que não foi por negligência, mas por escolha.

Afora a avanço notado na historiografia sobre o assunto, ainda mais importante são as mudanças na conjuntura no plano internacional, como a emergência de partidos de extrema direita e/ou de políticos com essa identificação, seja na Europa ou nas Américas. No Brasil, a brusca alteração entre um país governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na primeira década do século XXI e um novo país dirigido por forças da extrema-direita vinculadas ao que vem sendo chamado de bolsonarismo, que emergiram em meio ao golpe parlamentar-jurídico-midiático que, em 2016, removeu Dilma Rousseff, sucessora de Lula, da presidência da República, configuram um panorama tumultuado e repleto de adversidades. Sobre o assunto, cujo interesse e curiosidade despertados são impositivos, mais do que nunca, a tarefa de interpretar o mundo se conjuga à necessidade de transformá-lo.

A respeito dessas alterações conjunturais – até pela ascensão da extrema-direita nesses últimos anos nos remeter a aspectos do fascismo, que muitos identificam em alguns dos governos do mundo, inclusive o do Brasil, ainda mais importante do que a literatura produzida sobre os partidos de esquerda em geral e o PCB em particular – chama a atenção a quantidade de títulos editados sobre o fascismo histórico e, principalmente, sobre o fascismo contemporâneo (neofascismo, pós-fascismo etc.).

Dada a profusão de estudos publicados sobre um tema e outro, decerto que me foi possível aprofundar os conhecimentos sobre o fascismo e o antifascismo, sobretudo, mas também sobre os comunistas nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil e no mundo. Contudo, como não me pareceu que as obras editadas, as teses e dissertações defendidas, além dos inúmeros artigos a que tive acesso ao longo desta década imporiam a redefinição das interpretações oferecidas sobre o assunto tratado neste livro, não achei necessário incorporar nenhuma leitura nova às reflexões trazidas há dez anos. Mas isso, é claro, que ficará a julgamento do leitor.

* * *

Este trabalho está dividido em seis capítulos, cada um com cinco seções, com exceção do sexto capítulo, que tem uma seção a mais. No primeiro deles, "Sob o signo da derrota", analisamos as condições em que se produziram os primeiros balanços sobre o levante fracassado de 1935; identificamos os dirigentes comunistas que haviam sido presos e a direção do PCB que se organiza em 1936, encabeçada por Lauro Reginaldo da Rocha, conhecido como Bangu. Em seguida, caracterizamos os sucessivos deslocamentos da direção comunista pelo Nordeste, momento em que o partido inflexiona sua linha política reconhecendo a importância da aliança com os setores da chamada "burguesia progressista", também chamada de *burguesia nacional*. É na consecução das tarefas "democrático-burguesas" e de "libertação nacional" da revolução brasileira que o PCB elabora o documento "A marcha da revolução nacional-libertadora e suas forças motrizes", que trata da política de alianças do partido frente a luta e classes.

Ainda no primeiro capítulo, analisando a passagem do PCB pela Bahia, ou logo depois que a direção deixou este Estado, vamos encontrar as mais importantes formulações políticas do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) em documentos como "Ganhemos as municipalidades para a democracia", que redefinem a noção de *democracia* no interior do partido. Ao mesmo tempo, identifica-se uma primeira utilização do termo "União Nacional" num documento oficial do PCB intitulado "O governador Juracy e os extremismos", de 1937. No momento seguinte, discutimos os significados do documento "União Nacional pela democracia e pela paz", que consolida a nova tática dos comunistas que passavam a lutar para ganhar o governo Vargas para seu projeto. Por último, analisamos a experiência da revista *Seiva*, o primeiro periódico antifascista dirigido por comunistas que, a partir da Bahia, deram o primeiro impulso para a reorganização nacional do PCB.

No segundo capítulo, intitulado "No caminho das ruas", buscamos discutir a trajetória da política *frentista* no interior do movimento comunista internacional. Analisamos as quedas da direção do PCB surgida em 1936 e o momento em que o CR-BA, reorganizado em fins dos anos 1930, toma para si a tarefa de reconstruir o partido nacionalmente. Após isso, analisamos os significados e as implicações do Pacto Germano-Soviético nas hostes pecebistas, haja vista a confusão que o acordo provocou na linha política do partido, que transitou do antifascismo original até a ideia de que uma *guerra inter-imperialista* estava por acontecer, para retornar ao antifascismo a partir da invasão da URSS pelos exércitos de Hitler, em 1941. Nas seções seguintes do capítulo 2, discutimos as articulações do CR-BA e a realização da Conferência do Nordeste, momento em que o partido na Bahia dá um importante passo para se constituir como uma alternativa viável de reorganização dos comunistas no Brasil, em seguida às prisões dos dirigentes Diógenes de Arruda Câmara e João Falcão. Sobre o assunto, abordamos também o papel assumido pela revista *Seiva*, que se converterá no mais importante veículo de propaganda política antifascista do país a partir de 1941, com o afundamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães e o primeiro ascenso de massas relacionado às lutas antifascistas no país.

No capítulo seguinte, o terceiro, na primeira parte do texto, continuamos analisando o papel da revista *Seiva* a partir da discussão dos seus artigos mais importantes que denotam a dinâmica que os comunistas pretendiam imprimir à luta antifascista no Brasil. Na seção seguinte, passamos a analisar os preparativos e a realização da Conferência da Mantiqueira, ocorrida em 1943. Os grupos que se articularam para a realização do evento e o PCB após a II Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil – marco na reorganização dos pecebistas do período – tomaram o efetivo impulso para reafirmarem como principal bandeira do partido a União Nacional e o apoio a Vargas, e ambos serão analisados com cuidado. Após isso, buscamos identificar as peculiaridades do PCB em alguns Estados do Brasil e as interfaces da política de unidade dos pecebistas e seus desdobramentos na luta pela implantação da *democracia* no país, o grande ascenso de massas antifascista e a luta pela abertura de uma Segunda Frente na guerra, que implicou numa grande radicalização das forças políticas nacionais. É nessa circunstância que os comunistas passarão a exortar a "pacificação da família brasileira" com o temor de perderem o controle sobre a mobilização popular, o que é discutido na última seção deste capítulo.

No quarto capítulo, começamos discutindo os estertores da guerra e os primeiros sinais de anticomunismo dos grupos reacionários que se articulam no Brasil,

com a iminência do fim do Estado Novo e a saída de Vargas do governo. Apreciamos o momento da luta pela anistia, a própria legalidade da legenda do PCB e as tentativas dos comunistas de concretizarem a União Nacional em torno de uma solução pacífica para os problemas nacionais, o que leva os partidários de Prestes a defenderem uma política de "ordem e a tranquilidade" e de "apertar os cintos" ante os trabalhadores que começam a entabular as primeiras greves por melhores condições de vida e salários. As greves são abordadas nas suas reivindicações e a atuação dos pecebistas é analisada para que se possa compreender a política do partido junto ao movimento operário organizado do país. Na seção seguinte, discutimos a golpe de 29 de outubro de 1945, como resultado da desconfiança dos setores do *demoliberalismo* brasileiro para com as pretensões de continuidade de Vargas, que se tinha aproximado dos comunistas que, por sua vez, lutavam junto com os "queremistas" para que o processo constituinte fosse instaurado antes mesmo das eleições presidenciais marcadas para dezembro de 1945.

No capítulo seguinte, "Sob o domínio do medo", analisamos a política dos comunistas frente ao governo de José Linhares, sucessor de Vargas em 1945, e ante as forças políticas que se articulavam no país, especialmente os partidos formados pelos grupamentos tradicionais da política brasileira. Destacamos o esforço dos comunistas que buscam ser compreendidos e os primeiros sinais de inflexão da linha política que se anunciava no horizonte, haja vista que os pecebistas começaram a perceber suas limitações organizativas e seu afastamento relativo das massas. Analisamos, também, o processo eleitoral de 2 de dezembro de 1945, em que o PCB teve grande votação e quando foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra como sucessor de José Linhares na presidência da República. No ponto seguinte, procuramos compreender o balanço que os comunistas fizeram dos primeiros meses de legalidade e das eleições, circunstância em que o Partido Comunista estava prestes a se tornar um "partido de novo tipo", ou seja, um grande partido de massas. O momento inaugural da Guerra Fria e a primeira grande ofensiva do anticomunismo nacional são os temas da seção seguinte, intitulada "A classe operária não foi convidada: a burguesia rompe o *acordo*". Com efeito, o ascenso das greves em fins de 1945 e, em particular, a greve dos bancários de 1946 são tratados no item seguinte como parte da conjuntura em que os trabalhadores se mostraram aparentemente dispostos a superar a direção comunista que continuava exortando a "ordem e a tranquilidade", muito embora o PCB realizasse uma nova, porém pequena, inflexão tática quanto às greves no Pleno Ampliado de janeiro de 1946.

O último capítulo, o sexto, é dedicado a discutir os impasses da tática e da estratégia do PCB diante do anticomunismo, da reação e do ascenso das greves.

Buscamos compreender como a burguesia no Brasil lançou uma grande ofensiva contra a existência legal do Partido Comunista, trabalhando com a ideia do perigo que os partidários de Prestes representavam para a *democracia* e para a ordem nacional. Apesar da ofensiva anticomunista, encontramos o PCB atuando na Constituinte e reafirmando a necessidade de União Nacional dos democratas em torno do governo Dutra. Discutimos, em seguida, a III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, e o Pleno do Comitê Nacional, de dezembro do mesmo ano. Analisamos como os comunistas seguiram conclamando os democratas para a formação de um governo de coalizão e de "confiança nacional", composto por todas as "forças democráticas" do país, e como a maior parte da burguesia respondeu aos apelos dos pecebistas com o mais agressivo anticomunismo. Na seção "Um pedaço da Rússia na Bahia", avaliamos a experiência do PCB baiano na "invasão" do Corta-Braço, as eleições complementares de janeiro de 1947 e o momento em que o anticomunismo se revelou mais ativo na Bahia através das páginas do jornal *A Tarde*. Por fim, discutimos a fase final da ofensiva anticomunista do país, o processo de cassação do registro do PCB, os pareceres dos magistrados e, finalmente, a efetivação da supressão do PCB, repressão que se seguiu ao ato discricionário e a cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, em janeiro de 1948.

CAPÍTULO 1

Sob o signo da derrota

> Aqueles campos cor de fogo que pareciam arder em chama, aqueles campos mudos que pareciam gritar sua miséria eram cercados por um céu imenso com sua fria serenidade, um céu voltado já para o inverno, percorrido sem cessar, como um rosto por sombras, por longas nuvens de neve, estriadas, negras no centro, brancas nas bordas.
>
> (Boris Pasternak, *O Doutor Jivago*)

Depois da tempestade

O ano de 1936 inicia-se sob o signo da derrota para o Partido Comunista do Brasil, o PCB. Depois da malograda tentativa de insurreição a partir da mobilização dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em diversas partes do país, culminando na deflagração apenas nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, o que restou da organização partidária, submetida a quase dez anos de clandestinidade, foi muito pouco, não obstante os comunistas continuassem a atuar. Caçados implacavelmente como "inimigos perigosos", os comunistas brasileiros, e demais

membros da ANL, procuraram refugiar-se como puderam diante da incansável polícia política de Getúlio Vargas e Filinto Müller, que já vinham montando um gigantesco e poderoso aparato repressivo para combater a atividade comunista no Brasil.

Diante da ofensiva da repressão estatal, além do instrumento policial, havia também os dispositivos legislativo e jurídico, fundados na Lei de Segurança Nacional (LSN), de 1935, e no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), de 1936, criados especialmente com a finalidade de prevenir e combater os sublevados contra o Estado.[1] Com efeito, apenas entre a data de sua criação, em setembro de 1936, e 31 de dezembro de 1937, o TSN havia processado e sentenciado 1.420 indivíduos, sendo 533 no Distrito Federal, 222 no Rio Grande do Norte, 165 em São Paulo, 95 em Pernambuco e 85 na Bahia.[2]

Nos termos em que se deu a repressão nos anos que se seguiram ao movimento de 1935, poucos foram os envolvidos com a ANL, especialmente os comunistas, que tiveram algum sossego. Isto porque não eram raros os casos de arbítrio praticado contra toda espécie de suspeitos, principalmente aqueles vinculados aos setores que efetivamente se levantaram em 1935, como o segmento dos militares,

---

1 A Lei nº 38, criada em 4 de abril de 1935, foi instituída com o objetivo de combater os crimes definidos como contra a ordem política e social do país, sendo seguida pela Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, sancionada após o levante aliancista de novembro daquele mesmo ano: "Essa lei inaugurou o critério de se deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais". FRAGOSO, Heleno. Lei de Segurança Nacional. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3, p. 3.058. Sobre o TSN, ver: KORNIS, Mônica. Tribunal de Segurança Nacional. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al. Dicionário histórico-biográfico* brasileiro: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5, p. 5.797.

2 KORNIS, 2001, v. 5, p. 5.797. Em sua dissertação de mestrado, Jacira Cristina Primo relaciona informações recolhidas pela polícia baiana, nas quais constavam 27 prontuários de pessoas presas consideradas suspeitas de pertencerem ao movimento aliancista. SANTOS PRIMO, Jacira Cristina *Tempos vermelhos*: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 106. Segundo uma outra fonte, apontada por Paulo Sérgio Pinheiro, os números de pessoas acusadas pelo TSN, até dezembro de 1940, eram os seguintes: entre set. 1936 e 31 dez. 1937, 4.720; entre 1 jan. 1938 e 31 dez. 1938, 2.483; entre 1 jan. 1939 e 1 dez. 1939, 1.314; 1 jan. 1940 e 1931 dez. 1940, 1.392, num total de 9.909 acusados em pouco mais de quatro anos, ou uma média de 254 acusados por mês. LOEWENSTEIN, 1942 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325. Dada uma certa diferença entre os dados relacionados pelos autores elencados, não pudemos identificar qual a proporção entre os indivíduos que foram acusados e os que efetivamente foram sentenciados pelo TSN que, em alguns casos, não distinguia o preso político dos criminosos comuns.

representados pela baixa oficialidade e, sobretudo, os praças (sargentos, cabos e soldados) dos quartéis do Rio de Janeiro, Recife e Natal.

Os militares não foram os únicos atingidos pela repressão. Porquanto a ANL tenha tido ramificações em vários setores da sociedade, desde o funcionalismo público até o estudantado e a intelectualidade, passando pelos diversos setores da classe operária, a repressão atingiu, indistintamente, todos os segmentos que tinham indivíduos com alguma ligação com a ANL. Sob a rubrica genérica de "comunistas", máxima expressão acusatória da ideologia anticomunista que apenas começava a se desenvolver no Brasil, milhares de pessoas foram encarceradas, acusadas de atentarem contra a segurança nacional, entre elas, os mais visados, os próprios militantes do PCB, a principal corrente que formava a ANL, e mais: anarquistas, socialistas, sindicalistas, trotskistas, tenentistas, constitucionalistas (identificados com o movimento de 1932), perrepistas, enfim, todos aqueles que de algum modo fizeram oposição ao governo, tornaram-se alvos do aparato repressivo do Estado.[3]

De qualquer forma, à medida que prendia muito e arbitrariamente, a polícia, depois de proceder às averiguações e, por vezes, constatar os atos extremos de arbítrio, também soltava muito, pois, ao longo de 1937, 86,7% de todos aqueles que haviam sido presos após o levante de 1935 foram logo postos em liberdade.[4]

Ao final de 1936, eram raros os dirigentes e os organismos do PCB que ainda continuavam soltos ou permaneciam funcionando na capital do país.[5] Ainda em dezembro de 1935, no dia 26, o enviado da Internacional Comunista (IC, *Komintern*, Terceira Internacional) ao Brasil, Arthur Ernst Ewert (Harry Berger), e sua mulher, Elizabeth Sabrowski (Elise Sabo), foram presos no Rio de Janeiro. Nesta mesma cidade, em 13 de janeiro de 1936, o então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), e sua companheira, Elvira Copelo Coloni (Elza Fernandes, também conhecida como Garota), "caíram" diante da repressão, num apartamento

3 Uma excelente radiografia das prisões daqueles anos, especialmente das efetuadas em São Paulo, pode ser encontrada em KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea*: o PCB em 1937-1938. São Paulo: HUCITEC: Ed. UNESP, 2003. p. 56-66.

4 Ibid., p. 57. Segundo o autor, isso transparecia um misto de "incompetência" e "arbitrariedade" da polícia.

5 De acordo com o historiador brasilianista John Foster Dulles, nas primeiras prisões, a polícia se valeu de velhos arquivos existentes nos órgãos de repressão ao "perigo vermelho". DULLES, John W. Foster. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*: repressão em meio ao cataclismo mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 14.

na Avenida Paulo de Frontin, 606.[6] Dez dias depois, Rodolfo Ghioldi, representante do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista (BSA-IC), e sua esposa, Carmem, foram presos em Jacareí, São Paulo.[7]

Com a detenção dos principais envolvidos com a rebelião na capital do país, a prisão de Luiz Carlos Prestes, o principal líder do levante, e de sua companheira, a judia alemã Olga Benário, passou a ser uma questão de dias. Tanto que, finalmente, no dia 5 de março de 1936, num apartamento no bairro do Méier, Rio de Janeiro, foram detidos o Cavaleiro da Esperança e sua esposa, Olga, que se encontrava grávida de algumas semanas. Segundo Marly Gomes Vianna, "a prisão de Luiz Carlos Prestes encerrou definitivamente a atividade tenentista na vida política do país. O grande general da Coluna Invicta fora, finalmente, derrotado".[8]

Mas em que medida o levante de 1935 teria sido um empreendimento da atividade tenentista no país? Qual a participação da IC nos rumos dos acontecimentos no Brasil? Qual o envolvimento do PCB nos episódios de 1935?

As questões que dizem respeito ao peso político do que supostamente seriam as imposições das decisões do *Komintern* ao conjunto dos Partidos Comunistas pelo mundo, de um lado, ou a autonomia das seções nacionais no movimento comunista mundial, de outro, não têm sido desprezadas pela historiografia. Os significados e o nível de influência da herança tenentista na formação do novo corpo dirigente do PCB nos anos 1930 também foram objeto de preocupação constante da historiografia nacional sobre o assunto, especialmente por se tratar de uma das poucas tentativas insurrecionais da década de 1930 em todo o mundo. Desta maneira, não se poderá passar a discutir os anos seguintes sem que se compreenda o que a historiografia mais recente observou sobre o tema e o balanço que os comunistas brasileiros fizeram do levante de 1935.

Trabalhando principalmente com a correspondência entre a IC e o PCB nos anos 1930, o jornalista William Waack retomou os argumentos que enxergavam

---

6 DULLES, 1985, p. 19. No mesmo edifício em que foram presos Miranda e Elza Fernandes, morava Jorge Amado, cujo apartamento era frequentemente vigiado pela polícia por reunir "esquerdistas". Diante da repressão intensa, Honório de Freitas Guimarães (Martins) ameaçava sair do Bureau Político pela condução descuidada de Miranda. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 287.

7 VIANNA, op. cit., p. 289. Numa apreciação sobre a situação do Partido e as prisões ocorridas no período, o Secretariado Nacional, em maio de 1936, começa a aventar a hipótese de delações e a insinuar a participação de Elza Fernandes no assunto. "Situação do movimento revolucionário no Brasil". Relatório do SN do PCB, 23 maio 1936. Centro de Documentação e Memória/ Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP), Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo: 04.

8 VIANNA, op. cit., p. 299.

no movimento de 1935 uma "conspiração internacional", promovida por revolucionários profissionais, senão burocratas *cínicos* e *sanguinários*, a serviço de Moscou. No texto, cheio de referências irônicas e sarcásticas aos comunistas do *Komintern*, o autor, que pesquisou diretamente nos Arquivos Históricos da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), abertos ao público a partir dos anos 1990, opta por recuperar as intrigas pessoais e as pequenas batalhas políticas dos militantes do período, não se furtando, inclusive, a fazer interpretações psicológicas dos principais personagens envolvidos nos episódios de 1935, tanto no plano nacional como internacional.

Da mesma forma que foi aos Arquivos de Moscou garimpar o que chama de "conspiração internacional", Waack utiliza inúmeros textos de ex-comunistas que fizeram carreira literária no Ocidente defenestrando a URSS e o movimento comunista internacional, para concluir que a decisão pelo levante no Brasil foi responsabilidade única e exclusiva dos dirigentes da Terceira Internacional.[9]

Em que pese a versão abertamente hostil ao PCB do jornalista, que recupera a ideia do peso fundamental da "mão de Moscou" no movimento de 1935, bastante difundida pelas narrativas anticomunistas dos anos seguintes ao levante, a historiografia brasileira recente tende a preferir uma abordagem que recupera outras dimensões presentes no levante aliancista.

Entendendo sua origem a partir da combinação de uma política de intervenção do *Komintern* no Brasil, em consonância com as deliberações do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que consubstanciou a vitória de uma linha sectária e ultraesquerdista, combinada com a orientação *frentepopulista* que começava a prevalecer na IC desde 1934-1935, a historiografia faz um caminho que recupera a complexidade das relações entre o PCB e a Terceira Internacional.[10] Aliado a

---

9 WAACK, William. *Camaradas*: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. passim.

10 Corolário da vitória do bloco Stalin/Bukharin contra a Oposição de Esquerda no interior do movimento comunista internacional, e evidenciando a abertura do combate de Stalin às posições do próprio Bukharin, vistas como direitistas, a linha conhecida como do "terceiro período" foi aprovada no VI Congresso do *Komintern*, em 1928. Significando o abandono da política de *frente única*, a também chamada linha de "classe contra classe" implicava a compreensão de que a social-democracia e o fascismo se equivaliam (tese do "social-fascismo"), e que o capitalismo estaria entrando na sua fase de colapso iminente, chamado "terceiro período", circunstância em que as organizações comunistas deveriam colocar a questão do assalto ao poder na ordem do dia. Em 1935, o VII Congresso da Internacional Comunista inflexionou substancialmente sua posição anterior e ratificou a linha de *frente popular* que, para efeito da discussão deste trabalho, será melhor abordada no capítulo seguinte. A expressão "frentepopulista" utilizada neste texto não guarda nenhuma intenção de adjetivar pejorativamente a *frente popular* identificando-a com qualquer tipo de populismo.

este fato, os historiadores destacam a tradição do militarismo tenentista dos anos 1920, sintetizado na legendária figura de Luiz Carlos Prestes, que ingressaria no PCB em 1934.[11]

Com efeito, as versões e testemunhos recentes de ex-militantes comunistas, contemporâneos dos eventos daqueles anos, que sugerem o desconhecimento, por parte do Partido, das decisões que levaram à ação em novembro de 1935, ganham fundamento e legitimidade, porquanto o comando da insurreição estivesse nas mãos de Prestes, já perfeitamente integrado ao corpo dirigente do PCB.[12] Apesar disso, não se pode negar que a ANL, depois de posta na ilegalidade em julho, portanto a quatro meses do levante, ficou praticamente sob a direção do PCB, organização bastante tarimbada no trabalho clandestino e sobre a qual pesava uma maior responsabilidade histórica da luta contra o fascismo.[13]

Discutindo o período em que o PCB edificou o projeto de emancipação nacional nos marcos da revolução mundial, Paulo Sérgio Pinheiro assente que a descoberta da América Latina pela IC coincide com o período de controle extremo das Seções Nacionais pelo centro do movimento comunista, em função da preservação das necessidades da diplomacia soviética, a par da teoria do "socialismo num só país", o que seria decisivo nos caminhos do levante no Brasil.

Também o momento em que Luiz Carlos Prestes encontra o *Komintern*, levando com ele toda a herança tenentista e o espírito de bravura da Coluna, bem como o seu próprio prestígio pessoal, teria sido o fator-chave para se levar adiante o projeto

11 O controvertido ingresso do Cavaleiro da Esperança no PCB teria se dado a partir de uma imposição da IC, segundo um depoimento do próprio Prestes de fins dos anos 1970: "O desfecho das negociações foi muito simples: Manuilsky deu um soco na mesa e disse que eu entraria no partido de qualquer jeito. Miranda não teve como fugir à determinação do Comintern". PRESTES apud MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes*: lutas e autocríticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 58. Segundo Waack, este depoimento resume de maneira bastante simplificada um longo processo de negociações entre o PCB e a IC, iniciado em março de 1934 e só concluído cinco meses depois, em agosto do mesmo ano. WAACK, 2003, p. 58

12 Gregório Bezerra, então sargento do Exército e participante ativo do levante, fala da desmobilização do PCB no dia da insurreição. BEZERRA, Gregório. *Memórias*: primeira parte: 1900-1945. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. p. 247. Moisés Vinhas chega a ser categórico: "Na verdade, não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 1935. Sequer o Partido teve conhecimento antecipado e participação no levante. Tanto é assim que a maioria dos secretários políticos estaduais desconheciam a decisão tomada, afinal, pelo braço armado do partido, que praticamente atuava com independência". VINHAS, Moisés. *O partidão*: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 72. Veja-se, também, a esse respeito CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 79-83 e nota 66.

13 É, ainda, Moisés Vinhas quem reproduz uma carta de Prestes ao secretário-geral da ANL, Roberto Sisson, onde há indícios seguros dessa situação. VINHAS, op. cit., p. 78-82

de consecução dos planos de revolução social no Brasil dos anos 1930, nos termos de um levante militar. Para Pinheiro, a insurreição de 1935 se inscrevia "enquanto possibilidade", desde a aproximação de Prestes com a IC, ao tempo em que se inseria no quadro mais vasto da tradição de revoltas que tinham atingido o exército do país, especialmente aquelas de 1922 e 1924.[14]

De um ponto de vista semelhante, Marly Gomes Vianna destaca o "forte espírito tenentista e a tradição dos movimentos militares, arraigados nos setores mais democraticamente ativos da sociedade – a ANL e o PCB –, reunidos em torno de sua principal figura, Luiz Carlos Prestes".[15] Por outro lado, se Paulo Sérgio Pinheiro valoriza fundamentalmente a intervenção da IC no processo, Marly Vianna acredita ter havido uma espécie de "expectativa conivente" do organismo internacional em relação ao que ocorria no Brasil, posto que, segundo a autora, desde a morte de Lenin, em 1924, e "com plena vigência a partir de 1927", o *Komintern* deixara de lado a revolução mundial, preferindo se concentrar na defesa do Estado soviético. Nessa circunstância, não teria havido nenhuma diretiva internacional para o levante, que teria apresentado "graus elevados de autonomia".

Com efeito, para Marly Vianna, "[...] o PCB, a reboque dos acontecimentos ou detonador deles, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário".[16] Portanto, os "golpes de novembro de 1935, embora com características regionais bem diferenciadas, inserem-se, *integralmente* na tradição de conspirações e quarteladas que caracterizaram a mentalidade e a ação política da sociedade brasileira da época".[17]

Mais próximo das posições de Paulo Sérgio Pinheiro, Marcos Del Roio afirma que o período, de pleno desenvolvimento da "revolução passiva" no Brasil, foi também o momento de maior intervencionismo da Internacional Comunista nas suas Seções Nacionais, especialmente na América Latina. Nesta condição, o partido brasileiro não poderia fugir ao quadro geral, posto que, desde as primeiras elaborações sobre o problema dos países coloniais e semicoloniais, no II (1920),

---

14 PINHEIRO, 1992, p. 16, 327. O autor vai pelo mesmo caminho de Vinhas, que foi um dos pioneiros da versão que dizia que o movimento de 1935 teria sido obra do tenentismo, com o acréscimo da participação da IC nos acontecimentos.

15 VIANNA, 1992, p. 303.

16 Ibid., p. 304.

17 Ibid., p. 31, grifo nosso.

IV (1923) e V (1924) congressos, que o *Komintern* vinha gradualmente se interessando pelos países dependentes.[18]

Voltando-se, inicialmente, para o Oriente, muito em função da marcha dos acontecimentos da China, a IC somente passaria a considerar a América Latina mais seriamente após a derrota dos comunistas chineses frente ao *Kuomitang* de Chiang Kai-Shek, ainda nos anos 1920. Seria, portanto, depois de 1927, mais particularmente em 1928, com a realização do VI Congresso da Internacional Comunista, que a América Latina entraria, de fato, no programa político do movimento comunista internacional, situação em que o intervencionismo se acentuaria bastante, instrumentalizado pelas lutas políticas internas do Partido Comunista da URSS e pela consolidação do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA-IC).[19]

Para Del Roio, este seria o momento-chave em que começa a se concretizar a derrota do projeto nacional-popular do PCB, forjada pelo afastamento núcleo dirigente original do Partido, culminando com a ascensão da liderança "prestista-stalinista" nos marcos da implantação da ditadura de Stalin na URSS.[20] Esta configuração teria interrompido o caminho iniciado pelo núcleo original do Partido que caminhava da concepção "insurrecional", típica do "terceiro período", para a linha de *frente popular*, situação na qual, na visão do autor, o Partido poderia compreender o valor estratégico da *democracia* e das alianças no processo de transformação social, o que teria desembocado no levante de 1935.[21]

Buscando desmontar aquilo que chama de "versões absolutizadoras e/ou deturpadoras dos acontecimentos de 1935", Anita Leocádia Prestes percorre os meandros de uma conjuntura marcada pela transição para a política de frente popular (ou frente única antifascista), para situar o papel do PCB, de Luiz Carlos Preste e da IC, face ao levante de 1935.[22] Para a autora, a influência dos comunistas e o prestígio de Prestes haviam sido decisivos na formação da Aliança Nacional Libertadora e na preparação do levante que sintetizava uma consciência antifascista,

---

18 DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*: a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990. p. 87-129.

19 Ibid., p. 121-123. O Secretariado Sul-Americano da IC (SSA-IC) surgiu de um desmembramento, em 1925, do Secretariado Latinoamericano. Em 1929, o SSA-IC foi transformado em Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista (BSA-IC). Ibid., p. 99

20 Ibid., p. 301-302.

21 Ibid., p. 315-317.

22 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19.

anti-imperialista e antilatifundista encerrada na conjuntura. Todavia, teria sido justamente por cometerem um decisivo erro de avaliação, quando consideraram a situação do país como "revolucionária" e superestimaram suas próprias forças, "confundindo os desejos com a realidade", que a proposta dos comunistas, "assumida pela ANL", se mostrou "fantasiosa e inexequível".[23]

Quanto às teses que atribuem a influência tenentista no PCB e na ANL, Anita Prestes admite que a "inviabilidade de promover uma insurreição das massas trabalhadoras no Brasil, em 1935", e uma conjuntura de intensa "agitação e efervescência nas Forças Armadas", de fato teriam induzido os comunistas a embarcarem em concepções golpistas e salvacionistas. Apesar disso, a historiadora nega que o conteúdo do programa – "anti-imperialista", "antilatifundista" e "democrático" – tivesse qualquer relação com a tradição tenentista, de maneira que estaria muito mais próximo dos objetivos e tarefas encampados pelos comunistas brasileiros que partiram de suas próprias avaliações para desencadear o processo no país.[24]

Se as controvérsias sobre o envolvimento da IC, a tradição tenentista e a participação do PCB nos levantes de 1935 produzirão ainda muito material para discussões, e o interesse permanente da historiografia pelo tema é um bom termômetro disto, o fato é que a principal organização atingida pela repressão foi mesmo o PCB que, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, foi quase praticamente abatida pela repressão. Tanto que, entre 1935 e 1936, seu núcleo nacional dirigente, sediado no Rio de Janeiro, tinha sido quase desbaratado, alcançado pelos instrumentos repressivos do governo varguista.[25]

Apesar da atuação da repressão e das inúmeras prisões ocorridas em outras partes do país, o Partido não chegou a ser completamente desmantelado, posto que os órgãos policiais concentraram seu aparato nas bases mais destacadas do PCB,

---

23 PRESTES, 1998, p. 142.

24 Ibid., p. 142. Para Anita Prestes, mesmo sem ser uma organização comunista, a "ANL foi criada sob a influência decisiva das teses do PCB que, no fundamental, coincidiam com as da IC". Ibid., p. 70.

25 Cf. KAREPOVS, 2003, p. 58; PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à União Nacional (1938-1945)*: a virada tática na política do PCB. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 20-21. Esta autora chega a afirmar que o PCB ficou acéfalo a partir da prisão de Prestes. Na I Conferência Nacional do PCB, realizada em 1934, teriam sido eleitos os seguintes membros para o Bureau Político, instância executiva do Comitê Central: Antônio Maciel Bonfim (Miranda, secretário-geral), Honório de Freitas Guimarães (Martins, secretário de organização), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu, secretário de agitação e propaganda), Mario Grazzini (Gubinelli, secretário sindical), Heitor Ferreira Lima (Barreto), José Medina, Coripheu de Azevedo Marques, Fernando de Lacerda e Adelino Deícola dos Santos (Tampinha). Cf. LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 172.

principalmente nos setores militares, para o caso das regiões sublevadas, e entre aqueles militantes que eram conhecidos pelos órgãos de repressão por terem tido alguma passagem pela polícia, situação em que uma parte importante dos dirigentes, paradoxalmente, se mantiveram a salvo.[26]

Nas condições em que a caça aos comunistas se intensificava, depois do movimento de 1935, o melhor caminho encontrado pelos membros da direção nacional, que veio a ser recomposta com a ascensão de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) ao cargo de secretário-geral do Partido depois da prisão de Miranda, foi a fuga para o Nordeste. Esta região do país, embora atingida pelas prisões, mantinha-se relativamente preservada, muito em função dos interesses da repressão estarem voltados, principalmente, para o Distrito Federal.[27]

Em fins de abril de 1936, o que havia sobrado do Bureau Político (BP) do PCB, basicamente seu Secretariado Nacional (SN), formado por Lauro Reginaldo da Rocha, Honório de Freitas Guimarães e Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora), decidiu pela transferência do organismo para a cidade do Recife. Chegando em junho daquele mesmo ano à capital pernambucana, o SN iniciou um trabalho junto aos Comitês Regionais (CR) que haviam caído, o que terminou com a reconstrução dos CR de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Alagoas e da Bahia, além do restabelecimento de ligações com os CR do Ceará e da Paraíba.[28]

Concomitantemente a este incipiente movimento de reorganização partidária iniciado pelo Nordeste, os três membros do SN puderam avaliar o quadro político nacional após seis meses da derrota e de avanço galopante da reação.[29] Em maio de 1936, o SN, ainda no curso dos preparativos para a sua transferência para o Nordeste, prosseguia afirmando que "o governo de Getúlio continua a cada dia mais debilitado, pois nenhuma das causas que motivaram a insurreição foi

---

26 KAREPOVS, 2003, p. 58.

27 Ibid., p. 90-91. O autor discute os motivos que teriam levado a direção do Partido a "fugir" para o Nordeste.

28 "Carta do SN do PCB a Caros Camaradas", 24 set. 1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC, Dotação: 495.29.99, Rolo: 04.

29 Entre as idas e vindas dos primeiros balanços do levante, podemos constatar que, ainda em dezembro de 1935, Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda", então secretário-geral do PCB, permanecia reafirmando o acerto do caminho escolhido. Já em março de 1936, o BP havia relativizado suas posições procurando apontar o resgate da *frente única e da frente popular* como os caminhos mais adequados para a transformação social. KAREPOVS, 2003, p. 91-107; VIANNA, 1992, p. 277-278

solucionada, estas aumentaram e o descontentamento das massas se torna cada vez mais profundo".[30]

No mês seguinte, na primeira reunião do SN realizada em Pernambuco, as posições assumidas pelo organismo não seriam muito diferentes dos balanços feitos imediatamente antes do levante e daqueles que logo se seguiram ao movimento, já que persistia o entendimento de que o governo de Getúlio Vargas permanecia enfraquecido e em crise profunda, e que as adesões ao Partido Comunista continuavam a crescer.[31]

De toda sorte, os comunistas continuavam a enxergar uma "crise revolucionária" no país, circunstância em que o PCB deveria pôr-se à frente das massas para derrubar o governo, como se evidencia pelo relatório do SN de maio, em que se dizia que a insurreição só não havia sido vitoriosa em função das "falhas organizativas".[32] Ainda assim, afirmava-se, após uma breve caracterização do aprofundamento da crise econômica, que o movimento revolucionário começava a "repor-se", e que "a massa já começa a não tomar em conta o 'estado de guerra'".[33]

---

30 "Situação do movimento revolucionário no Brasil". Relatório do SN do PCB, 23 maio 1936. CEDEM-UNESP, Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo 04.

31 KAREPOVS, 2003, p. 66-77; VIANNA, 1992, p. 277-283. Esta postura não estava muito distante daquela que assumiu a IC, quando apontava o ascenso revolucionário, a onda de greves e a fragilidade do Governo Vargas logo após o levante. A INSURREIÇÃO Nacional-Libertadora no Brasil apud CARONE, Edgar. *O PCB*: 1922 a 1943. São Paulo: Difel, 1982a. v. 1, p. 186-189.

32 "Situação do movimento revolucionário no Brasil". Relatório do SN do PCB, 23 maio 1936. CEDEM-UNESP, Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo 04. Logo após a realização da I Conferência Nacional do PCB, em julho de 1934, saiu publicado em *A Classe Operária* um documento que aponta para a constatação de que no Brasil se teria aberto uma "crise revolucionária", com "ondas de greves" e "lutas armadas no interior". "1ª Conferência Nacional do PCB". A CLASSE OPERÁRIA apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 163-171; A CLASSE OPERÁRIA apud KAREPOVS, 2003, p. 92-93. Sobre "as lutas armadas no interior", trata-se de uma alusão direta ao cangaço, entendido pelos comunistas como um movimento revolucionário contra o latifúndio, referência que aparece com frequência nos textos do Partido daqueles anos. Ver, a esse respeito: "Como os trabalhadores brasileiros resolverão a crise". MIRANDA, 1935 apud CARONE, op. cit., p. 184. Ver também: KAREPOVS, op. cit., p. 95-101; DEL ROIO, 1990, p. 269; PINHEIRO, 1992, p. 276.

33 "Situação do movimento revolucionário no Brasil". Relatório do SN do PCB, 23 maio 1936. CEDEM-UNESP, Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo 04. No dia 26 de novembro de 1935, foi aprovado o Decreto nº 457, estabelecendo o estado de sítio por 30 dias no Brasil por 172 congressistas contra 52. Em 18 de dezembro do mesmo ano, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a Emenda Constitucional nº 1, que abria caminho para o presidente decretar o estado de guerra, e, em 24 de dezembro do mesmo ano, através do Decreto nº 532, o governo prorrogou o estado de sítio por mais 90 dias. Em 21 de março de 1936, pelo Decreto nº 702, Getúlio Vargas, finalmente, instaurou o estado de guerra que suprimia todas as garantias constitucionais. Estabelecido inicialmente por 90 dias, este dispositivo jurídico foi sendo prorrogado até meados de junho de 1937, para ser retomado novamente em 2 de outubro do mesmo ano, através do Decreto nº 2.005, até a decretação do Estado Novo, em

Em que medida a avaliação do PCB guardava relação com a própria realidade? Haveria, de fato, uma situação revolucionária em curso no país? Para que se possam entender os significados desta compreensão, será preciso discutir o que o movimento comunista compreendia historicamente como "crise revolucionária".

Foi V. I. Lenin quem primeiro abordou o problema, justamente no curso dos debates com a ala direita da social-democracia alemã que, em 1914, apoiou seu governo nacional na questão da guerra, o que teria levado ao rompimento com a II Internacional da corrente revolucionária liderada por Lenin, Trotsky, Rakovsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.[34] Pela avaliação do líder bolchevique, uma revolução seria impossível sem uma situação revolucionária, e, ainda que nem toda situação revolucionária conduzisse à revolução, seria indispensável para todos os socialistas revelar às massas a existência de uma dada situação, explicando sua amplitude e profundidade, para que se pudesse despertar no proletariado a energia revolucionária que o levasse à ação. Lenin apontou três sintomas fundamentais que indicariam a maturidade dos elementos objetivos, impulsionadores da história para o seu futuro e que evidenciavam que as condições para a revolução estariam maduras:

> 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada [...]; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos 'pacíficos', saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise no seu conjunto como pela própria 'cúpula', para uma ação histórica independente.[35]

Em 1917, o movimento revolucionário internacional teve uma nova comprovação da validade histórica do postulado leniniano sobre uma "situação

---

10 de novembro de 1937. KORNIS, Mônica. Estado de guerra. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p. 2.025-2.026; LAMARÃO, Sérgio. Estado de sítio. ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 2, p. 2.035-2.036.

34 Pierre Broué aponta que um dos poucos consensos estabelecidos entre os principais atores que estiveram presentes na ruptura com a II Internacional era o de que aquele organismo estava realmente falido e que era necessário substituí-lo por outro. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*: 1919-1943. São Paulo: Sundermann, 2007. v. 1 – Ascensão e queda, p. 23.

35 LENIN, Vladimir Ilitch. *A falência da II Internacional.* São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. p. 27-28.

revolucionária". Elaborado à luz da luta social e política da revolução em diversas partes do mundo, o raciocínio de Lenin viria a ser confirmado pela reunião das condições que permitiram ao proletariado, sob a liderança do Partido Bolchevique, tomar o poder, em outubro de 1917, na Rússia.[36]

Com efeito, depois da Revolução de Outubro, em nova reflexão sobre o assunto, o líder revolucionário resumiu mais uma vez as premissas da sua caracterização de uma situação revolucionária, desta feita no curso do seu debate com as correntes esquerdistas que se preparavam para participar do III Congresso da IC, em 1921:

> A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas três revoluções russas do século XX [1905 e 1917 – fevereiro e outubro], consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os '*de baixo' não querem* e os *'de cima'* não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores). Por conseguinte, para fazer revolução é preciso conseguir, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou, em todo o caso, a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente ativos) compreenda

---

36 Também Trotsky refletiu sobre situação em que uma crise revolucionária poderia abrir o caminho para a revolução: "As premissas essenciais de uma revolução residem no fato de que o regime social existente acha-se incapaz de resolver os problemas fundamentais do desenvolvimento da nação. A revolução torna-se possível apenas quando, na composição da sociedade, existe uma nova classe capaz de pôr-se à frente da nação para resolver os problemas apresentados pela história. O *processus* de preparação da revolução consiste em que as tarefas objetivas, demarcada na contradição da economia e das classes, abrem uma passagem na consciência das vivas massas humanas, modificam as perspectivas das mesmas e criam novas relações de forças políticas". TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 3, p. 847. Segundo Geoff Eley, seria de uma combinação de diversos elementos, "inclusive as personalidades de Lenin e Trotsky", que os bolcheviques teriam alcançado a vitória na Terra dos Urais: "uma compreensão mais nítida das condições específicas da Rússia, que incluía tanto a precocidade como o atraso; a defesa do campesinato; a centralidade institucional do Soviete; a demarcação ativista contra os outros partidos de esquerda; e uma análise global da situação geral da Europa, o que trouxe confiança nas perspectivas de uma revolução solidária no Ocidente". ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 186. Para uma apreciação contemporânea da conceituação de situação revolucionária, ver ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

> a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que atraia à política inclusive as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou centuplicação do número de homens aptos para a luta política, homens pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que reduza o governo à impotência e torne possível sua rápida derrubada pelos revolucionários.[37]

Dessa forma, Lenin exprime categoricamente o primado das condições que, dialeticamente, articulam fatores objetivos (crise econômica, agravamento da miséria etc.) e subjetivos (elevação da consciência, compreensão pelos operários da necessidade de revolução etc.) que permitiriam às massas proletárias reunir suas forças para uma ação histórica independente.

Sabemos que o PCB tinha acesso à formulação de Lenin, embora possa parecer surpreendente que tenha enxergado uma situação revolucionária no Brasil, ainda que a situação nacional e internacional permitisse avaliações extremadas.[38] Os comunistas brasileiros tomavam a situação por "revolucionária" em 1935, uma vez que se combinavam os elementos objetivos de uma crise econômica aguda com os elementos subjetivos que, para eles, denotavam uma mudança de consciência nas massas, como a eclosão de inúmeras greves e o surgimento de "guerrilhas" no campo, junto com a fundação e o grande crescimento da ANL.[39]

No ano seguinte, a situação parecia não se ter alterado no fundamental, já que, em agosto, o SN afirma:

> Estamos outra vez em face de acontecimentos importantes de vida política nacional. A crise da economia agravou-se consideravelmente nestes últimos três meses, o café acaba de sofrer uma nova queda alarmante de seus preços-ouro. [...] No interior de S. Paulo e Minas, a

---

37 LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1981. p. 96-97, grifo do autor.

38 Por tratar-se de uma importante categoria do pensamento leniniano, utilizada largamente contra diversos adversários nos embates políticos desde o III Congresso da IC, de 1921, seria bastante improvável que os comunistas brasileiros não conhecessem a conceituação, ao menos aquela que aparece no seu livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, visto que ela foi divulgada nas *Obras Completas* de Lenin, publicadas na URSS, ainda nos anos 1920, e depois traduzida para diversas línguas.

39 "Situação do movimento revolucionário no Brasil". Relatório do SN do PCB, 23 maio 1936. Centro de Documentação e Memória/Universidade Estadual Paulista (Cedem/Unesp), Fundo IC, Dotação 495.29.99, rolo: 04.

> efervescência é grande, pois aos protestos dos fazendeiros de café juntam-se os dos negociantes contra os impostos e os dos trabalhadores em geral, contra o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A greve dos operários de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, contra a carestia de vida, é um dos acontecimentos de maior significação destes últimos tempos. [...] o apoio entusiástico dado pela população do Nordeste às heróicas colunas de guerrilheiros que, em número de 14, ali estão sustentando corajosamente a bandeira da revolução em marcha, tudo isso são sintomas evidentes de que a reação dos Getúlios, Rãos [sic], Filintos e João Gomes não conseguiu deter o curso da crise revolucionária e que, pelo contrário, nos achamos às vésperas de um novo aprofundamento da crise.[40]

De toda forma, dentro da tradição do legado leniniano, uma “situação revolucionária”, com “crise nacional profunda e avanço na consciência das massas”, circunstância em que os “de baixo não querem” e os “de cima não podem”, estava longe de ser evidente no Brasil, visto que o governo Vargas avançava com medidas autoritárias e repressão aos comunistas se não com respaldo, ao menos com o silêncio da grande maioria dos setores da sociedade.

O fato, todavia, é que os comunistas brasileiros continuaram enxergando a radicalização das massas até meados de 1936, momento em que o governo Vargas havia derrotado praticamente toda a oposição no plano federal, tendo conseguido, inclusive, a aprovação do estado de sítio no Congresso Nacional e, posteriormente, do estado de guerra e suas sucessivas prorrogações a cada 30 ou 90 dias sem que as massas lhe opusessem nenhuma resistência.[41]

Quanto à caracterização que fazia o Partido Comunista de que havia uma “crise revolucionária” no Brasil, esta não se modificará, pelo menos até setembro de 1936, quando os comunistas passam a enxergar as suas próprias fragilidades como um dos elementos subjetivos mais débeis da situação.[42]

---

40 “A situação do país e nossas tarefas imediatas. Circular a todos os Comitês Regionais, Locais e Células”. Rio [Recife], ago. 1936. Cedem/Unesp, Fundo: IC, Dotação: 495.29.96, rolo 05.

41 DULLES, 1985, p. 14, 42-44.

42 Há indícios seguros de que o PCB veio paulatinamente abandonando sua visão *triunfalista*, como se pode ver em duas passagens específicas de um mesmo documento de setembro de 1936: “A situação da massa em geral é boa. Há, porém, uma má situação do Partido; falta de ligações com a massa e insuficiente trabalho de base, que estamos procurando corrigir”; e mais adiante: “Em geral, a situação objetiva do Nordeste é boa, mas a situação subjetiva deixa enormemente a desejar, sentindo-se especialmente a falta de quadros proletários dirigentes capazes de levar com mais audácia e perseverança uma viragem decisiva nos métodos do

A marcha da revolução brasileira

É verdade que aquilo que poderia ser uma espécie de *triunfalismo* presente nas análises do PCB, antes, durante e imediatamente após o levante de 1935, veio cedendo espaço a uma apreciação mais objetiva, detalhada e realista da situação brasileira, conforme os acontecimentos evoluíam e a estabilidade do governo não se alterava.

O refluxo da onda de greves, que havia atingido o país em 1934 e que praticamente tinha cessado ao longo de todo o ano de 1935 e 1936, era um indício seguro de que a situação ou havia mudado ou não chegara a ser revolucionária, como supunham os dirigentes do PCB. Os comunistas foram se dando conta do limitado poder de influência que tinha o Partido perante algumas das poucas mobilizações de massas que atingiram o país em 1936, todas elas basicamente relacionadas com os setores de oposição burguesa e/ou oligárquica ao governo de Vargas.

Como observa Dainis Karepovs, os conflitos entre alguns governos estaduais do Nordeste e o governo federal, especialmente os de Lima Cavalcanti, em Pernambuco, e de Juracy Magalhães, na Bahia, o que, em alguns casos, desembocava em massivas mobilizações contra Getúlio, terminaram por chamar a atenção dos comunistas para as possibilidades de (re)composição da *frente única popular*, a partir da (re)incorporação do setor "tenentista-liberal", dissidente do governo, ao projeto de emancipação nacional preconizado pelo PCB.[43]

Na segunda metade de 1936, o BP do PCB, através do SN, passou a conclamar os diversos setores da oposição para a formação de uma "frente única pela democracia", considerando que

> [...] a concretização da Frente Popular, seja com que nome for, (Frente Democrática ou outro qualquer) depende centralmente da nossa ação. Queremos aqui frisar, porém, que essa ação tem que se traduzir *centralmente* no terreno da ligação com a massa, nos locais de trabalho,

trabalho". "Carta do SN do PCB a Caros Camaradas", 24 set. 1936. Cedem/Unesp, Fundo IC, Dotação: 495.29.99, rolo 04.

43 KAREPOVS, 2003, p. 108-110. Ver também: CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*: da coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 136-137. O rompimento de diversos grupos regionais com o Governo Vargas veio se configurando em torno da questão da sucessão presidencial que começava a aparecer em meados de 1936 e a partir das tentativas de articulação da prorrogação do mandato de Vargas já naquele período. Sobre os grupos de oposição ao Governo Vargas na Bahia, ver: SAMPAIO, Consuelo Novaes. *Poder e representação*: o legislativo na Bahia, 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992; SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*: Bahia, 1945. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992; Idem. *Âncoras de tradição*: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: Edufba, 2000.

> nas organizações de massa de qualquer espécie (inclusive fascista), nos locais de residência, preparando, agitando desencadeando, lutas parciais por suas reivindicações econômicas e políticas imediatas.[44]

Como veremos adiante, esse pequeno ajuste tático estava adequado às decisões do VII Congresso do *Komintern*, de maneira que, com esse deslocamento, os comunistas brasileiros procuravam acertar as contas com a tática aplicada nos primórdios da formação da ANL e, ao mesmo tempo, realizar uma inflexão na linha política que vinha sendo adotada desde que a ANL tinha sido posta na ilegalidade, em julho de 1935.

Com efeito, o BP publicou o volante "Todos à luta pela liberdade e pelo pão: apelo do PCB para uma ampla Frente Única pela Democracia", em que busca se reaproximar dos setores oposicionistas reivindicando, pela primeira vez desde pelo menos inícios dos anos 1930 e de maneira bastante incisiva, aspectos importantes da chamada "democracia burguesa", como as liberdades civis, as eleições e os direitos do cidadão, antes menosprezados pelos pecebistas.[45]

Procurando desmentir as notícias ditas caluniosas e "provocadoras" da polícia e da "imprensa reacionária", que estariam acusando o PCB de inimigo da *democracia*, "com a finalidade de destruírem a própria democracia", os comunistas realizam uma inflexão na tática sem, contudo, abdicarem do eixo político principal adotado desde a segunda metade de 1934, qual seja, lutar pela derrubada de Getúlio Vargas. Desta maneira, para desmascararem o que chamam de "torpe mentira", afirmam:

> Os comunistas nunca foram contra a Democracia. Pelo contrário: são eles os partidários mais ardorosos da Democracia, não da democracia

---

44 "Carta do SN do PCB a Caros Camaradas". Cedem/Unesp, Fundo: IC, Rolo: 495.29.99, rolo 04, grifo do autor.

45 "Todos à luta pela liberdade e pelo pão: apelo do partido comunista do Brasil para uma ampla Frente Única pela Democracia". Bureau Político do PCB, ago. 1936. Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), documentos da IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 97, FHS. Talvez um dos documentos mais importantes sobre a posição que os comunistas assumiam diante das eleições naquele período, seja uma resolução, aprovada pelo CC em 1934, em que se falava das "tapeações" e "ilusões" que se criavam em torno deste instrumento da "democracia burguesa": "O Partido Comunista do Brasil (seção da I.C.) único partido que luta verdadeiramente em defesa dos interesses do proletariado e das massas populares, desmascara essas manobras, desvenda seu conteúdo de classe e aponta o caminho para todos os explorados e oprimidos se libertarem da insuperável situação de miséria em que vivem: o caminho da luta de classes revolucionária contra a fome, a guerra imperialista, os golpes armados, a reação e o fascismo – pelo pão, pela terra e pela liberdade". A POSIÇÃO DO PCB FRENTE ÀS ELEIÇÕES apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 143-159

mentirosa que mal encobre a brutal e odienta dominação de uma ínfima minoria de parasitas e exploradores sobre todo o povo trabalhador, mas a verdadeira democracia, a democracia das amplas massas proletárias e populares, fazendo valer seus direitos, conquistando seu lugar ao sol e extirpando o cancro da exploração do homem pelo homem. A prova é que todas as lutas pela Liberdade sempre tiveram em suas primeiras filas, como seus soldados mais combativos, os militantes comunistas. E a prova é que, enquanto nos países intitulados 'democracia' as liberdades públicas vem sendo vergonhosamente garroteadas e os direitos do cidadão sistematicamente anulados; na União Soviética se decreta o voto secreto, igual, direto para todos e se vota a Constituição mais democrática jamais elaborada por governo algum. E é essa a diferença: enquanto a 'democracia' burguesa levou países cultos e adiantados como a Itália e a Alemanha ao opróbrio e à execração das ditaduras fascistas de Mussolini e de Hitler, a serviço do capital financeiro e dos trustes, a ditadura do proletariado levou a Rússia atrasada do czarismo à maravilha que ela é hoje, como uma das grandes potências industriais do mundo, em que o socialismo coroa a sua edificação vitoriosa a mais democrática das Constituições![46]

Teriam os comunistas redescoberto o caminho da democracia, inconcluso no projeto político do Partido, ou a utilizavam como instrumento tático na consecução da via revolucionária de transformação da sociedade ainda nos marcos da linha política do "terceiro período"?

Obviamente a relativização da democracia, contida no texto em questão, demarcava o espaço e o nível de concessões que o PCB se permitia fazer à sua forma burguesa, pois se tratava, tão-somente, de recompor as alianças com os setores alijados do poder pelo governo federal com vistas à transformação revolucionária da sociedade. Exortava-se à unidade de "todos os partidos de oposição a Getúlio, e a todas as correntes e setores da opinião liberal do País, dispostos a lutar pela Democracia" em torno das ideias da ANL.

Tal formulação, ao que parece, não se distancia muito de uma possível forma transitória entre a linha de "classe contra classe" e a linha de "frente popular". Contudo, denunciava-se a "falsa democracia", que excluía a maioria do povo e que se sustentava pelo estado de guerra e pelas leis especiais contra os presos políticos:

46 "Todos à luta pela liberdade e pelo pão: apelo do partido comunista do Brasil para uma ampla Frente Única pela Democracia". Bureau Político do PCB, ago. 1936. Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), documentos da IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 97, FHS.

"Somos contra essa 'democracia' de leis liberticidas e tribunais de exceção com a mesma força e a mesma coragem com que nos batemos pela nossa Democracia, a Democracia do povo trabalhador!", dizia o documento.

Assim, os comunistas continuavam lutando pela construção de uma frente, desta feita, em torno da *democracia*, e chamando à luta contra Getúlio, encerrando o texto com as consignas "abaixo a reação, abaixo Getúlio, viva a democracia, viva o povo brasileiro!".[47]

Se, por um lado, o PCB prosseguia tentando recompor a ANL, por outro, começava a dar indícios de que pretendia traçar um caminho de revisão da linha insurrecional, ou *putschista* propriamente dita, incorporada ao programa da "aliança" tenentista-comunista dos anos 1930. Porquanto derrotado em seu principal terreno – o campo da luta de classes e o mundo do trabalho – a partir dos primeiros esboços da legislação social de Vargas, e com boa parte dos dirigentes nacionais encarcerados ou em vias de serem alcançados pela brutal repressão do governo, o movimento comunista brasileiro buscava encontrar o que pensava ser o "justo caminho da revolução no Brasil", procurando nos seus erros e acertos, em torno do levante de 1935, os ensinamentos para moverem o Partido para o novo momento. Nesta situação, identificava-se a montagem de um sistema coorporativo para os sindicatos e uma investida anticomunista inaudita.[48]

Apesar disso, para que o Partido pudesse encarar o que seria uma nova etapa na luta de classes, e, a partir daí, promover um balanço nacional dos erros e acertos do período, fazia-se mister que o único organismo existente de direção, o SN do BP, que ainda se encontrava no Nordeste, restabelecesse os contatos com o Centro-Sul do país com a finalidade de alterar a linha partidária e unificar as ações. Seria entre os meses de junho e julho de 1936 que o SN retomaria as relações com a militância de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro, rompendo o isolamento e criando as condições para as avaliações menos destituídas de *impressionismo*, *triunfalismo* e *baluartismo*.[49]

---

47 "Todos à luta pela liberdade e pelo pão: apelo do partido comunista do Brasil para uma ampla Frente Única pela Democracia". Bureau Político do PCB, ago. 1936. Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), documentos da IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 97, FHS.

48 Luiz Werneck Vianna observa o poder desmobilizador do sindicato coorporativo criado pelo governo a partir de 1935 e o estabelecimento do consenso das classes dominantes quanto ao principal inimigo a ser enfrentado no Brasil: o comunismo. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 178-184.

49 KAREPOVS, 2003, p. 106. Ainda assim, em setembro de 1936, o SN se queixa da falta de informações: "Não sabíamos de S. Paulo e das Regiões do Sul, apenas as más notícias vinculadas

Não demorou muito para que a presença da direção do PCB numa cidade bastante vigiada, como é Recife, chamasse a atenção da polícia para o risco de subversão da ordem, e o resultado foi que o SN bateu em retirada da capital pernambucana, numa espécie de nova fuga, desta feita, para Salvador, ainda em agosto de 1936.[50]

Foi Leôncio Basbaum, antigo dirigente nacional do PCB nos anos 1920, quem deu um dos testemunhos mais importantes sobre a chegada do SN à Bahia naquele ano. Isso aconteceu muito em função de que as suas motivações ao ir residir em Salvador eram bastante distintas das da maior parte dos comunistas que seguiram para aquele estado. Basbaum, "renegado" em 1934, afastado do Partido e pouco informado dos termos daquela migração e da quantidade de comunistas que aportaram na capital baiana, testemunhou:

> Um domingo, apareceram lá em casa. A 'pessoa mais importante' era um homem alto, robusto, de um branco avermelhado, parecendo estrangeiro, a qual me disse que se chamava Honório. Mas agora se chamava Martins. E logo compreendi quem era, Honório de Freitas Guimarães. [...] dizendo-se o novo Secretário Geral do Partido [sic], cujo Comitê Central fora reorganizado mais uma vez, depois da queda de Miranda, Prestes e seus companheiros. [...] Bem, e que desejava? Minha ajuda na reorganização do Partido. Diante da impossibilidade de viver e atuar no Rio ou em São Paulo, desejava transferir provisoriamente o CC para a Bahia onde, também seria editado o jornal do Partido, *A Classe Operária*.[51]

---

pela imprensa, isso porque não recebemos nenhum relatório circunstanciado dos companheiros que aí ficaram antes de caírem". "Carta do SN do PCB a Caros Camaradas", 24 set. 1936. Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.99, Rolo 04.

50 Em entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes, Dora Rocha Flaksman e Eduardo Stotz, Abóbora relembra o momento da ida do partido para Salvador e as dificuldades de dispor de quadros para as atividades: "Fui para Recife e fiquei num hotel ao lado da polícia [sic], porque achei que eles não iam procurar ninguém na porta ao lado. Mas aí caí na mão de um alcagüete e tive que sair. Fui oferecendo contatos maravilhosos para que ele ficasse entusiasmado e esperasse mais alguns dias. Enquanto isso, mandei todo mundo embora. Foi todo mundo para a Bahia e fui o último a sair. Quando cheguei em Salvador, o pessoal lá – o Honório de Freitas Guimarães, o Bangu e outros – estava querendo mandar um relatório para a União Soviética. E naquela altura o único que podia ir à União Soviética era eu". FLAKSMAN; STOTZ apud GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 139. Karepovs observa o pouco cuidado do dirigente comunista com a segurança. KAREPOVS, 2003, p. 106

51 Apesar da importância do testemunho do pernambucano Leôncio Basbaum, ex-dirigente nacional do PCB e herdeiro de uma importante rede nacional de lojas de departamento (a rede 4 & 400, também chamadas de Lojas Brasileiras), não sabemos se as informações que

Na capital baiana, o SN prosseguiu o caminho de inflexionar a linha política partidária, no sentido de buscar uma maior aproximação com os amplos setores de oposição ao governo Vargas, procurando conformar o que chamavam de "frentes únicas, democráticas e populares".[52]

Contudo, seria somente em dezembro de 1936 que o Partido Comunista realizaria sua inflexão política mais radical e importante daqueles anos. Através do documento intitulado "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", assinado pelo BP do PCB, situado em Salvador, a direção comunista alterava substancialmente sua forma de ver o processo da revolução no Brasil, a partir da consideração do que seriam seus próprios erros e da compreensão de que teria havido uma importante alteração conjuntural ainda sob o governo Vargas, o que proporcionaria as condições para uma modificação na linha até então praticada.[53]

Com efeito, os dirigentes do SN, Bangu e Martins, aos quais se juntaria Elias Reinaldo da Silva (André, também conhecido como Souza ou Sousa), recém-chegado da URSS, reuniram-se para elaborar o documento que seria um marco na transição tática entre a linha do "terceiro período" e a da "frente popular".[54]

---

ele relaciona são frutos de um lapso de memória ou mesmo um equívoco seu, já que estava afastado do partido há alguns anos, ou se, de fato, Martins se apresentara como o novo secretário-geral, cargo que, como se sabe, pertencia a Bangu. Noutra passagem, Basbaum parece também se equivocar quanto ao tamanho do PCB na Bahia, ou ao menos não percebeu o salto organizativo que o Partido havia dado neste Estado na segunda metade dos anos 1930, o que seria confirmado por muitas outras fontes. BASBAUM, 1976, p. 163

52 KAREPOVS, 2003, p. 107. Segundo este autor, o SN se empenhava em afastar as responsabilidades da direção procurando fazer o conjunto do partido crer que a manutenção da linha "sectária" em 1936 seria fruto de "incompreensões" e "falta de clareza" quanto às decisões tomadas.

53 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05. Dainis Karepovs, que transcreveu o documento na sua dissertação de mestrado, precisou a data e o local em que teria sido produzido o documento: Salvador, dezembro de 1936. KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta*: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 159-163. Mimeo.

54 De acordo com um termo de "informação" sobre Elias Reinaldo da Silva, elaborado pela IC quando da sua prisão em 1940, André teria sido "incumbido pelo secretariado de Van-Min de ajudar o partido na reorganização do BP e na correção dos erros esquerdistas". Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, pasta 22, sem catalogação, Arquivo de História Social do ICS da Universidade de Lisboa. Antes de seguir para Salvador, André teria feito uma "escala" no Rio de Janeiro, onde debateu as suas posições com alguns membros da direção do partido que estavam naquela cidade, só seguindo para a capital baiana depois de conseguir a opinião favorável dos dirigentes. KAREPOVS, 2003, p. 123

Considerando-se o malogro de 1935 no Brasil e os resultados do VII Congresso da IC, realizado naquele mesmo ano, o documento foi elaborado por uma tríade de dirigentes bastante afinados com os rumos do Partido Comunista no país e com as decisões do *Komintern*, já que André chegara de Moscou, em 1936, com a missão de encontrar os dirigentes na Bahia e realizar a alteração da linha.[55]

O documento ratifica o balanço político que vinha sendo realizado pelo PCB desde março daquele ano e que somente em dezembro ganharia seus contornos finais, ao mesmo tempo em que afina o Partido brasileiro com as resoluções da IC.[56] Expressão da nova orientação do movimento comunista internacional que alcançava o auge naqueles anos, a política de *frente popular* ganharia, no Brasil, seu sentido mais acabado justamente com o documento de dezembro de 1936.

Os comunistas passam a considerar a linha praticada com a ANL como "esquerdista" e "sectária", especialmente porque não se percebia que a "frente nacional unificada", a ANL, deveria ser um "bloco de classes" contra o imperialismo, "o inimigo nº 1 do povo brasileiro". Tais equívocos seriam o resultado "de uma posição falsa com referência à *burguesia nacional* motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira". Pela ótica do documento, o PCB deveria atuar no interior da ANL, junto às "classes aliadas", não impondo uma "hegemonia antecipada", mas "buscando conquistá-la no curso das lutas".

> O que fizemos realmente, na maioria dos casos, foi restringir a frente única, afastando dela a *burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado*. E dessa forma impedindo a A.N.L. de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário

---

55 Segundo Dainis Karepovs, "André chegou ao Brasil trazendo diretivas para reverter a trajetória até então seguida pelo PCB, e enquadrá-lo nas orientações estabelecidas no VII Congresso. Com isso, a IC buscava reverter os 'erros esquerdistas' do trabalho do PCB na ANL, no trabalho de massas, sobretudo no campo sindical, e no trabalho de frente única e de frente popular anti-imperialista e antifascista. Tais correções visavam impulsionar a mobilização das forças democráticas e antivarguistas para defender a democracia e deter o avanço do fascismo no Brasil". KAREPOVS, 2003, p. 123

56 O primeiro a chamar a atenção para a importância desse documento foi KAREPOVS, op. cit., p. 122-132. Quanto a Elias Reinaldo da Silva (André), este havia permanecido em Moscou após a realização da III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do VII Congresso da IC, em 1935. Apesar do que diz a historiografia sobre o assunto, André não chegou a participar do VII Congresso do *Komintern*, porque não teve sua delegação confirmada pela *comissão de mandatos* do evento. "Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro", Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS/ICS/UL), pasta 22, sem catalogação.

para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora, ao mesmo tempo que facilitava as provocações que visavam apresentar a A.N.L. apenas como uma fachada do PCB.[57]

Segundo o documento, o principal problema do país, "semicolonial", "semifeudal" e "semiescravagista", era o imperialismo, que dominaria todos os setores da economia, desde a indústria até o campo, com o beneplácito do "governo de traição nacional de Getúlio Vargas".[58] O Brasil teria passado da condição de colônia de Portugal para as mãos do imperialismo inglês que, por sua vez, sofria a concorrência direta do imperialismo americano, corroborando a ideia de que a independência nacional teria sido apenas fictícia e que o país se encontrava dividido em zonas de influência de um ou de outro imperialismo. Desse modo, o governo avançava rapidamente na "estrada do fascismo", com o estabelecimento de leis de exceção e de um "tribunal infame" desencadeador de uma "bárbara reação".[59]

Se o documento, até este ponto, guarda ainda uma significativa identidade com a formulação anterior, apesar da "autocrítica" quanto ao "esquerdismo", é, principalmente, quando passa a analisar as forças motrizes da revolução brasileira que promove a maior inflexão. Quando o movimento comunista no Brasil passa a considerar a *burguesia nacional* como uma classe "oprimida pelo imperialismo", condição em que se colocaria uma "muralha intransponível às suas ambições", desloca um dos eixos políticos mais importantes da tradição terceiro-internacionalista, aquele que se relaciona à independência de classes, e passa a admitir as alianças interclassistas como princípio estratégico fundamental, nos marcos das decisões do VII Congresso da IC, de 1935.

Nesse sentido, prossegue o documento: "O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo. [...] nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual". Seria necessário, portanto, "trazer a burguesia nacional para o terreno da Revolução Nacional

57 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05, grifo do autor.

58 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05, grifo do autor. Sobre a teoria dos "dois imperialismos", ver a compreensão que dela tinha Prestes através do seu famoso manifesto de 5 de julho de 1935 em que lançou a bandeira de "Todo poder à Aliança Nacional Libertadora". MANIFESTO DE LUÍS CARLOS PRESTES apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 174.

59 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05.

Libertadora", circunstância em que se abandonaria de vez "o medo de caminhar junto" com aquele que seria um "importante aliado".

Romperia-se, assim, a falsa posição "esquerdista" que vinha sendo mantida, posição esta que tinha levado a ANL a não se transformar no "bloco de classes capaz de levar com vantagem a luta contra o imperialismo". Conclusão: "Sem mobilizarmos a burguesia nacional contra o imperialismo, será difícil derrotá-lo. Isso não o vimos ainda claramente e daí provém grande parte das debilidades de nosso trabalho de massas".[60]

Todavia, faltava ainda um último movimento para confirmar a inflexão. Porquanto, até 1935, os comunistas reivindicassem para o proletariado uma posição de hegemonia no bloco de classes que levaria adiante a revolução brasileira, em dezembro de 1936, quando passam a incorporar definitivamente a *burguesia nacional* entre as classes ou frações de classe francamente revolucionárias, concedem a esse setor, e à pequena burguesia, o papel preponderante entre as forças motrizes da revolução *nacional-libertadora* no Brasil, ainda que junto ao proletariado:

> É preciso que todo o P.(artido) compreenda que, como vanguarda do proletariado o seu partido político jamais abandonaremos um só instante a luta pelos seus interesses de classe; por isso mesmo é que *devemos marchar junto com as demais forças motrizes da Revolução Nacional Libertadora que são a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e do campo, contra o inimigo fundamental que é o imperialismo*. Marx lutou junto com a burguesia alemã contra o feudalismo dos junkers, mas isso não o impediu senão lhe facilitou forjar o partido operário que empunhou a bandeira da liberdade quando a burguesia traiu a luta e fez compromisso com os feudais. Devemos marchar juntos com nossos aliados organizando as massas que os impedirá de vacilar e capitular diante da pressão imperialista.[61]

Mas quais eram as motivações do Partido Comunista no momento em que promoveram tal inflexão? Segundo Dainis Karepovs, essa mudança de orientação tinha o peso decisivo da influência da IC, já que seria justamente pelo documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes" que os comunistas brasileiros se enquadrariam, definitivamente, na linha de *frente popular*

60 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05.

61 A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05, grifo nosso.

aprovada no VII Congresso do *Komintern*. Desta forma, o PCB renunciava a sua pauta insurrecional, "por mais equivocada que fosse", porque *putschista* na prática, em função de uma aliança com a *burguesia nacional*. Também passariam a incorporar o eixo institucional à análise, buscando inserir-se nas discussões sobre a sucessão de Vargas, marcadas para 1938.

Tratava-se, como indica Karepovs, da incorporação da visão *etapista* ao processo de revolução brasileira, posto que, a partir daquele momento, os partidários de Prestes passavam a considerar que seria necessário primeiro se fazer a *revolução nacional libertadora*, instaurando um *regime democrático-burguês* que permitiria o desenvolvimento do capitalismo e, consequentemente, do proletariado, sem os entraves dos resquícios feudais, e somente a partir daí seria possível lutar pela etapa socialista da revolução.[62]

É verdade que, do ponto de vista tático, as alianças de classes sempre estiveram na pauta do movimento operário internacional, desde as suas origens, especialmente quando Marx apontava para o caráter progressista da luta da burguesia contra o feudalismo. O próprio Lenin, em 1905, enquanto afirmava a necessidade de total independência do Partido em relação aos partidos burgueses, e condenava o "cretinismo parlamentar", o *millerandismo,* o *bernsteinianismo* e o reformismo, falava também em "bater junto" com a burguesia pelas tarefas democráticas.[63]

A despeito disso, o líder bolchevique considerava que o aliado na revolução burguesa deveria ser "rigorosamente vigiado, como se fosse um inimigo", dado à sua incapacidade de levar adiante as tarefas da sua própria revolução.[64]

---

62 KAREPOVS, 2003, p. 125-129.

63 O *millerandismo* e o *bernsteinianismo* foram fenômenos que se ligaram às chamadas "correntes revisionistas", que, em fins do século XIX, se inspiraram na experiência do socialista francês Millerand, que integrou um governo burguês em 1899 no seu país, e nas ideias do marxista alemão Eduard Bernstein, que pressupunha uma transição ao socialismo a partir da "evolução" da sociedade capitalista. LENIN, Vladimir Ilitch. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. *In*: LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 694, nota 73; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, verbete: Bernstein, Eduard, na página 32.

64 LENIN, op. cit., p. 433. Dizia Lenin: "Devemos conhecer de maneira exata quais as forças sociais reais que se opõem ao 'tzarismo' [...] e que são capazes de obter a 'vitória decisiva' sobre o mesmo. Essa força não pode ser a grande burguesia, os latifundiários, os fabricantes, a 'sociedade' segue os osvobojdenistas. Vemos que eles nem sequer desejam uma vitória decisiva. Sabemos que são incapazes, pela sua situação de classe, de uma luta decisiva contra o tzarismo: para irem à luta decisiva, a propriedade privada, o capital e a terra são um lastro demasiadamente pesado. [...] a única força capaz de obter a 'vitória decisiva sobre o tzarismo' só pode ser o *povo*, isto é, o proletariado e o campesinato [...]". LENIN, 1986, p. 410-411

O PCB forjou, em diferentes períodos, um bloco interclassista, ou “bloco histórico”, como diria Gramsci, com essas características para a realização das tarefas da revolução brasileira, como pode ser observado quando da formação do Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928.[65] Foi na era do imperialismo e de stalinização da IC, contudo, que se formularam as principais teses sobre os países coloniais e semicoloniais.

Nos marcos da compreensão do papel desempenhado pelo imperialismo no Brasil, a chamada *burguesia nacional* ganhou posição de destaque num bloco de classes com os comunistas, sendo vista como parte fundamental de um suposto campo progressista que, quiçá, poderia vir a hegemonizar.[66]

Essas são as questões mais importantes do movimento comunista brasileiro nos anos 1940 e serão objetos de discussão ao longo de todo este trabalho: qual a origem de tal formulação no horizonte tático-estratégico do movimento comunista no Brasil? Por que o PCB incorporou a *burguesia nacional* no seu arco de alianças como um dos segmentos prioritários? De que maneira tal deslocamento interferirá na compreensão dos comunistas quanto às tarefas da revolução brasileira?

Ainda que não nos detenhamos em todos esses pontos neste momento, seria importante fazer algumas observações à guisa de introdução do que será discutido adiante. Em primeiro lugar, é preciso se considerar, como já foi dito, que tais fundamentações vinham das elaborações teóricas do movimento comunista internacional, especialmente quanto às reflexões sobre os “países atrasados”, ou ditos “coloniais” e “semicoloniais”. São mananciais de informações sobre o assunto, as resoluções aprovadas no II e VI Congressos da IC, datados, respectivamente, de 1920 e 1928, que se detiveram em tais temas, provocando a necessidade da construção de programas específicos para a revolução *nacional libertadora* em diversos

65 Ver, a esse respeito, DEL ROIO, 1990, p. 19-85. No seu caderno carcerário nº 13, Gramsci dizia acerca do *bloco histórico*: “Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco-histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas; e, dado que duas forças ‘semelhantes’ só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-as num plano de aliança ou subordinação uma à outra pela coerção, a questão é saber se se dispõe dessa força e se é ‘produtivo’ empregá-la”. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. p. 70.

66 Uma crítica a ideia de que existiria uma “burguesia nacional” no Brasil com interesses contrapostos aos do imperialismo, encontra-se no livro clássico, de Caio Prado Júnior, escrito em 1966: PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

países.[67] De outro lado, a vitória da contrarrevolução na Europa e as implicações políticas que dela derivaram, com a ascensão de governos autoritários, antiliberais e, acima de tudo, anticomunistas, como fora o caso de Primo de Rivera, na Espanha, e, em menor medida, dos sucessivos governos *bonapartistas*, que ascenderam na França a partir de 1933.[68]

A consolidação da ameaça nazifascista no mundo, a partir da ascensão de Hitler, na Alemanha, em 1933, foi o principal elemento que impulsionou o *Komintern* à adoção de uma mudança de rumo, aprovada, finalmente, no seu VII Congresso, de 1935. Com efeito, os comunistas entenderam as evidentes limitações da política de "classe-contra-classe", optando por uma mudança substancial em sua linha de atuação, pelo que passaram a priorizar a formação de frentes populares em diversos países do mundo, tanto para a defesa do proletariado ante a reação quanto para a defesa da URSS, a "pátria do socialismo", diante da cada vez mais palpável ameaça de guerra.[69]

Em seu conjunto, a inflexão do PCB, promovida em 1936, procurava dar conta do que os comunistas consideravam como uma alteração conjuntural na realidade no plano mundial, o que, necessariamente, implicava desdobramentos tático-estratégicos de correção de curso, movendo o PCB do momento insurrecional/*putschista*, de caráter eminentemente ofensivo, para a linha *frentepopulista*, de caráter circunstancialmente defensivo. Ao encontro desta "nova" conjuntura, e consoante

67 Sobre o assunto, ver os artigos publicados sob os cuidados de Eric Hobsbawm: GALLISSOT, René. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8, p. 199-267; SOFRI, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo:* o marxismo na época da Terceira Internacional. *O capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8 – O capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo, p. 329-373.

68 De acordo com Hobsbawm, "[...] o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara". HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 115.

69 Em 1930, Trotsky preconizou que as tarefas da Internacional Comunista, desde fins dos anos 1920, tinham-se reduzido a função de proteger a URSS contra a intervenção estrangeira, ou ao mero papel de "guarda fronteiras" do "socialismo num só país". TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 8. Sobre o momento em que a "defesa da União Soviética" assumiu "de fato o lugar da revolução mundial", ver: ELEY, 2005, p. 310. Isto pôde ser efetivamente comprovado nos anos seguintes pelos diversos analistas do movimento comunista internacional, em que pesem as inúmeras divergências de enfoque.

com a nova linha política, outro tema viria a ganhar destaque na política dos comunistas brasileiros, e é o que se passará a discutir agora.

"Ganhemos as municipalidades para a democracia"

Quando o SN do PCB lançou o documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", em dezembro de 1936, a trajetória do comunismo no Brasil era marcadamente identificada com o tema da *revolução* proletária. Herdeiro da Revolução Russa de 1917, o PC brasileiro procurava perpetuar no país a tradição de luta e abnegação dos revolucionários de diversas partes do planeta, que dedicavam suas vidas a transformar o mundo pela via insurrecional, violenta, assaltando o poder da burguesia e seu Estado de classe.

Os comunistas brasileiros, assim como os de todo o mundo, foram desde as suas origens os principais inimigos das classes dominantes e dirigentes dos diversos países e, por extensão, inimigos também da sua democracia, que chamavam de *democracia-burguesa*. Quando, em 1935, através do seu VII Congresso, a IC apontou para a necessidade de construção de *frentes populares* com os setores da dita "burguesia progressista" dos diversos países, fossem imperialistas, coloniais ou semicoloniais, o movimento comunista internacional deu um passo à frente para a formação de uma aliança com o Ocidente capitalista e a sua *democracia*, ao menos no período da luta antifascista.[70]

Em consequência disso, 1936 seria o ano em que o PCB faria também o seu primeiro movimento ao encontro dos setores da *democracia* e do *demoliberalismo* brasileiros, e, porquanto o Brasil vivesse sob permanente estado de exceção, o que vitimava principalmente os comunistas, ainda que com um regime constitucional instaurado em 1934, serão nas forças opositoras ao governo de Getúlio Vargas que os pecebistas buscarão seus primeiros aliados no "campo burguês progressista". Vejamos o testemunho de Leôncio Basbaum sobre esta importante inflexão, que ele presenciou a partir da Bahia:

70 HOBSBAWM, 1995, p. 17. Isaac Deutscher observa o abandono do adjetivo "burguesa" antes utilizado pelos comunistas para se referir à democracia nos países capitalistas. DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*: uma biografia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 442. Sobre a conversão dos partidos comunistas à democracia, ver: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. 'Os campeões da democracia': aspectos da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil na conjuntura da guerra (1936-1948). *In*: SILVA, Paulo Santos; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de (org.). *O Estado Novo*: as múltiplas faces de uma experiência autoritária. Salvador: EdUNEB, 2008. p. 75-108.

> O ano de 1937 nos encontrou fazendo esforços para reorganizar o Partido na Bahia. Na realidade, não era bem 'reorganizar', pois até então nunca havíamos conseguido fundar lá o Partido em boas bases. Mas agora já havia alguma coisa. [...] O que estava na ordem do dia não era mais a Revolução Proletária, os trabalhadores unidos aos camponeses, a famosa 'Aliança' de que falava Lenine. Falava-se agora numa 'democracia liberal', numa aliança com a burguesia, em luta pela industrialização que 'provocaria a reforma agrária'. Achavam, na Bahia, e creio que também no Rio, que a *revolução democrático-burguesa* tinha de ser feita pela burguesia e com ela deveria ser feita a nossa aliança.[71]

Em função da presença da direção do Partido em Salvador desde meados de 1936, seria a partir da capital da Bahia que se tomariam as decisões capazes de transformar esse movimento numa linha programática para o Partido Comunista, a ser seguida nos anos posteriores.

Quando o SN do PCB aportou na cidade da Baía de Todos-os-Santos, em agosto de 1936, o Partido era um pequeno agrupamento de militantes formado especialmente por jovens estudantes, intelectuais e operários de velhas indústrias da Cidade Baixa, especialmente do setor têxtil, dos trabalhadores do tabaco, dos transportes urbanos, operários metalúrgicos e portuários.[72] Segundo Diógenes de

---

71 BASBAUM apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 165. Vale a pena conhecer a citação completa desse pequeno fragmento da obra de Basbaum: "Nessa época chegou também Mário Vilches, que vinha, como representante do CC, ajudar nesse trabalho. Não posso dizer que tenha ajudado muito, apesar de sua boa vontade. Em primeiro lugar pareceu-me que não tinha a experiência necessária; em segundo, ele me dava a impressão de que tudo o que eu havia aprendido, estava errado. Ora se proclamava extremamente inclinado para posições direitistas, tal como Honório [de Freitas Guimarães], que só falava em *industrialização* como solução definitiva para o Brasil, ora se inclinava para a esquerda e falava em 'revolução proletária'. Ninguém falava em reforma agrária. Meu livrinho publicado quando eu estava ainda em Maceió, *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, parecia ser um instrumento do diabo, e ninguém no Partido falava nele, nem da defesa que fazia da reforma agrária. O CC em 1934 o havia combatido como sendo trotskista ou coisa parecida, mas esse CC não existia mais. Eu continuava a falar, agora no CR da Bahia, em reforma agrária, mas todos achavam aquilo pura literatura". BASBAUM, 1976, p. 165. O testemunho de Basbaum tem o tom de indignação de alguém que havia sido afastado do Partido na Conferência de 1934, considerado um "renegado". "1ª Conferência do PCB" (julho de 1934). BASBAUM apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 161

72 Cf. KAREPOVS, 2003, p. 120; FALCÃO, João. *Giocondo Dias*: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 89. É mais uma vez ao testemunho de Basbaum que recorremos: "Em Salvador, pode-se dizer que, nesse fim de 1936 (agosto ou setembro) não havia Partido Comunista. Foi difícil até mesmo organizar um pequeno CR. Mas nosso pequeno grupo começou a trabalhar, procurando daqui e dali, até conseguir formar algumas células". BASBAUM, 1976, p. 164

Arruda Câmara, um pernambucano, "baiano de coração", que militou na Bahia nos anos 1930:

> O Partido na Bahia se organizou um pouco depois da sua fundação. Assim por (19)24, (19)25. Mas sempre foi muito fraco. Apesar de ser um Partido que tinha muitos operários, o Partido que organizou o movimento sindical na Bahia, muitos deles (sindicalistas) foram anarquistas ou anarco-sindicalistas. Mas o Partido era bastante fraco. Existiam também os estudantes, os intelectuais – mas muito fraco. Tanto que na Bahia quase não teve movimento. Houve um grande movimento por ocasião da Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Mas não houve luta armada. No movimento da Aliança Nacional Libertadora, cujo presidente chamava-se Edgard Matta, houve grandes comícios, grandes manifestações.[73]

Não obstante a pequena presença que tinha o comunismo baiano, tanto na luta de classe da Bahia quanto no plano interno da política dos comunistas em nível federal, o PCB da Terra de Todos-os-Santos dava indícios de que poderia vir a se constituir como uma força política emergente, de modo que o seu CR, formado em 1936, passou a contar com militantes dos setores mais representativos da classe trabalhadora da capital do estado, além de experimentados ou jovens dirigentes do Partido que tinham vindo de outras regiões do país e estavam residindo em Salvador, como era o caso de Leôncio Basbaum, Aldelino Deícola dos Santos ("Tampinha"), Moisés Vinhas, Alberto Passos Guimarães e Coripheu de Azevedo Marques.[74]

Para completar o quadro, a Juventude Comunista baiana contava com jovens estudantes e militantes com poucos anos de Partido, como Carlos Marighella, Milton Cayres de Brito, Armênio Guedes, Diógenes de Arruda Câmara, Rui Facó, Édson Carneiro, Aristeu Nogueira, Fernando Sant'Anna, entre outros. Estes, com Aydano do Couto Ferraz, Giocondo Dias, Osvaldo Peralva, Walter da Silveira e

---

73 CÂMARA, Diógenes Arruda. *Diógenes Arruda*: um 'comunista danado'. [Entrevista publicada por] Osvaldo Bertolino. São Paulo, 2010. Disponível em: https://cdm.grabois.org.br/depoimentos/arruda-um-comunista-danado/. Acesso em: 28 set. 2022.

74 Segundo João Falcão, a direção do CR baiano, em 1936, ficou assim formada: Jerônimo Sodré Viana (jornalista), Manoel Joaquim Seixas do Vale Cabral (funcionário da Secretaria de Agricultura e professor da Escola de Agronomia), Manoel Batista de Souza (Bedegueba – artesão vimeiro), Manoel Reinaldo Pinheiro (Marcelo – sapateiro), João Severino Torres (Simão, Jordão-pedreiro) e Lauro (Luiz) Araújo (Duas Massas – ex-dirigente do CR de Alagoas, comerciário). FALCÃO, 1993, p. 84-89

inúmeros outros personagens fariam a história do PCB na Bahia e no Brasil nas décadas seguintes.[75]

Em 1936, apesar de ainda frágil, o Partido Comunista estava em pleno processo de consolidação no âmbito da política estadual baiana, e, conquanto o seu CR fosse ainda bastante jovem, as contribuições que daria às elaborações dos comunistas, no plano nacional, seriam fundamentais no novo curso do Partido.

Muito em função de que a ANL não tivesse logrado levantar nenhuma unidade militar na Bahia, em 1935, apesar dos distúrbios que haviam sido registrados e do lançamento de bombas contra sedes integralistas, que tinha levado à prisão alguns aliancistas, Salvador era, talvez, uma das poucas cidades do país com condições de abrigar o órgão dirigente do PCB.[76] Isto porque Elieser Magalhães, irmão de Juracy Magalhães, governador do estado, era um membro da ANL que tinha participado da articulação do levante de 1935, no Rio de Janeiro, e, no ano seguinte, encontrava-se foragido da polícia sob a proteção de seu irmão na Bahia.[77]

Sobre o assunto, enquanto Elieser estava preso no Rio de Janeiro, Juracy Magalhães endereçou a Getúlio Vargas uma carta em que advogava a defesa do prisioneiro:

---

75 FALCÃO, 1993, p. 83-96.

76 Sobre as tentativas da ANL em Salvador e as prisões que se seguiram, é elucidativa uma carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. Na missiva, o governador da Bahia afirma: "A repercussão do movimento foi mínima entre nós. Apenas redobramos de vigilância, limitando-se os comunistas, em suas atividades subversivas, ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais. Estão presos um professor da Escola Agrícola e mais umas cinco pessoas, únicas, contra as quais têm o Governo elementos de convicção sobre seus propósitos subversivos. Adotei a orientação de não prender simpatizantes do comunismo, até mesmo professores do ginásio e das escolas superiores que, embora tenham feito uma campanha insidiosa e sejam os maiores responsáveis pela pregação dessas ideias no meio de nossa mocidade, usavam, entretanto, de direitos assegurados pela benignidade de nossas leis, cujos efeitos não podem retroagir". O professor da escola agrícola ao qual se referia Juracy Magalhães era, provavelmente, Joaquim Seixas do Vale Cabral, um importante dirigente comunista dos anos 1930 e 1940, que tinha sido detido em 21 de dezembro de 1935, dois dias antes da correspondência enviada a Vargas. Outro detido era Nelson Teles de Menezes, militante do PCB e funcionário da Secretaria de Agricultura. Não pudemos identificar os outros presos em dezembro de 1935. CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GVc 1935.12.23. APB, Seção Judiciária, Série: Subversão, 202.4.4.

77 ELIEZER Montenegro Magalhães. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, v. 3, p. 3.444. Ver também: FALCÃO, 1993, p. 83-84; DULLES, 1985, p. 21.

> É um homem cheio de virtudes privadas e públicas. Por todos os motivos não podia abraçar a doutrina marxista. [...] Conversei seriamente com ele, repetidas vezes, tendo espontaneamente me afirmado não ter aceito um posto na Aliança Nacional Libertadora e de nada participaria enquanto Vossa Excelência e eu ocupássemos postos no Governo. Afirmou-me mais ser contra qualquer golpe violento, eis que desacreditava nesses processos, alimentando a convicção de que só seria tentada a posse do Governo na hipótese de quererem os integralistas depor as autoridades constituídas. [...] Mostrei ao Elieser a situação falsa em que ficaria se ele se envolvesse em qualquer conspiração contra seu Governo, o que equivaleria dizer contra mim, pois em todas as circunstâncias eu correria a sorte de Vossa Excelência e de seu Governo. [...] Afirmou-me que ficasse tranquilo, declarando que não conspirara nem conspiraria e nenhuma atitude tomaria contra nós. Apesar disso receei que suas ligações o levassem a algum constrangimento. Nada pedi por ele, mas soube das demonstrações a mais da benévola estima de Vossa Excelência e de alguns outros amigos que compreendendo, inteligentemente, os dramas da vida humana e a angústia de minha situação, velaram pela sua sorte, escravizando-me a amizade a que correspondo com abundância de coração e da qual participam os entes que me são mais caros.[78]

Depois do levante de 1935 e da repressão policial que se abateu sobre os aliancistas nos anos seguintes, os comunistas tinham migrado para muitas localidades, fugindo da repressão. Para a Bahia tinham seguido, não apenas o SN do PCB, como alguns dos insurretos que haviam levantado quartéis do país, especialmente os de Natal e Recife.[79]

---

78 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo Getúlio Vargas, GVc 1935.12.23. Apesar das sutilezas de Juracy, Elieser Magalhães assume, em carta ao seu outro irmão, Jurandir Magalhães, seu envolvimento no levante de 1935, em que teria desembolsado 300 contos de réis em favor da ANL: "Para se avaliar a soma total de minhas contribuições pessoais para movimento da ANL basta que a Polícia some as importâncias mencionadas nos vários 'documentos' em seu poder. Posso, porém, adiantar que a minha quota individual excedeu *trezentos contos de réis* o que quer dizer, quase toda a minha economia particular. E se a Polícia quiser saber a origem deste meu dinheiro, que ela seguramente irá dar como procedente de Moscou, tu mesmo, meu caro Jurandir, poderás informar por quanto vendi a minha casa da rua Saint Roman, quanto ganhei na venda do Edifício Ceará, quanto levantei de empréstimo no montepio municipal, quanto trouxe de S. Paulo de 13 anos de clínica, e quanto me rendeu nestes 3 últimos anos a minha fazenda de café em Fartura". CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GVc 1936.03.00.

79 É João Falcão quem relaciona os comunistas que chegaram à Bahia naquele período: de Alagoas, Lauro Araújo, de Pernambuco, João Rodrigues Sobral, do Rio Grande do Norte, Valdemar Ferreira (um baiano que servira no 21° BC) e o operário Praxedes, que tivera participação

Em suas últimas memórias, publicadas já nos anos 1990, Juracy Magalhães, que teria papel central no episódio que levou à cassação do registro do PCB, em 1947, não se intimidou em afirmar: "Durante o meu governo, fui contra o integralismo e dei certa liberdade aos comunistas, como comprova a passagem de Carlos Lacerda pela cidade de Carinhanha, acompanhando a caravana estudantil que fazia a campanha de José Américo".

Como se sabe, e Juracy Magalhães faz questão de lembrar, Carlos Lacerda era, nesta época, um "ativo militante do Partido Comunista Brasileiro".[80] Por conseguinte, a Bahia teria se convertido, segundo expressão de João Falcão, num verdadeiro "refúgio de comunistas".[81]

O quadro de relativa *frouxidão* da repressão aos comunistas na Bahia tinha também relação com o fato de que, neste Estado, o movimento integralista tinha bastante força, tendo muita penetração nos setores médios e na intelectualidade, dispondo, inclusive, de um "porta-voz" oficioso na imprensa baiana, o diário *O Imparcial*.[82] A atitude de vigilância do governo de Juracy Magalhães estava, portanto, muito mais voltada contra as atividades da Ação Integralista Brasileira (AIB), o que permitia aos militantes do PCB certa margem de liberdade, especialmente em função da pouca atuação que os comunistas tinham em Salvador, até pelo menos meados dos anos 1930.[83]

---

importante no levante de 1935 naquele estado; de São Paulo, Coripheu de Azevedo Marques. Cf. FALCÃO, 1993, p. 83-85. E Armênio Guedes acrescenta: "*Mário Vilches, Moisés Vinhas (Zé Deus), entre outros*". Armênio Guedes, em entrevista concedida ao autor, em São Paulo, 30 set. 2005.

80 MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 165.

81 FALCÃO, 1993, p. 83-96. O estudante Carlos Lacerda, que era de fato membro do PCB àquela altura, teria dito que o estado se convertera numa espécie de "valhacouto de comunistas". LACERDA apud DULLES, 1985, p. 125. Armênio Guedes testemunha que se dizia na época que a Bahia era a "Catalunha brasileira", numa referência direta à Espanha da Guerra Civil. Já Fernando Sant'Anna chegou a declarar numa entrevista ao autor, 16 de novembro de 2004, que "nessa época a Bahia era a capital soviética no Brasil", ao que concluiu Antonio Risério: "O que ocorreu de mais importante então foi que a migração vermelha significou uma injeção de comunismo na veia da juventude baiana". RISÉRIO, Antonio. *Adorável comunista*: história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna. Rio de Janeiro: Versal, 2002. p. 111-112.

82 SAMPAIO, 1992, p. 116-117. As posições expressas pela imprensa baiana oscilaram muito na conjuntura da guerra. Quanto às posições e oscilações políticas da imprensa baiana, que, no início dos anos 1940, contava com os jornais *A Tarde*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia* e *O Imparcial*, ver: SERRA, Sonia. *O momento*: história de um jornal militante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987. p. 21-25.

83 SAMPAIO, op. cit., p. 113-119. Sobre o governador Juracy Magalhães, João Falcão afirmou: "*Juracy estava empenhado na luta contra o integralismo. Então ele tinha nos comunistas,*

Apesar de sua fragilidade numérica, os comunistas baianos chegaram a dissolver um congresso integralista que se realizaria em Salvador em 1936, o que, segundo Armênio Guedes, denotava que "*também se discutia muita política na escola*", sendo "*difícil encontrar um estudante que não fosse engajado*".

Mas o que era Salvador em meados dos anos 1930? Qual a importância econômica da capital da Bahia e quais os setores mais pujantes no estado? Com uma população de cerca de 370 mil pessoas, Salvador era, em 1936, a quarta capital do país em número de habitantes, atrás apenas do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.[84]

A despeito de a Bahia ser, essencialmente, um estado rural, em que 38% da sua população, com dez anos ou mais, se ocupava da agricultura, pecuária e silvicultura, Salvador concentrava considerável capital bancário. Este controlava a circulação do excedente das regiões agrícolas do interior, onde se produzia, sobretudo, cacau, fumo e produtos de subsistência que abasteciam os pequenos mercados das inúmeras cidades de um estado do tamanho da França.[85] Em consequência, a Bahia e sua capital possuíam uma forte oligarquia, cujo setor que tradicionalmente exercia o mando havia sido alijado do poder desde a Revolução de 1930, não obstante o primeiro interventor do período, o tenente Juracy Magalhães, estivesse recompondo a dominação oligárquica ao se aproximar de diversos grupos das oligarquias baianas.[86]

Da mesma forma, a classe operária da cidade do Salvador vinha crescendo de maneira irregular, ou se mantendo em segmentos específicos da economia no

---

embora não fosse um acordo tácito, ele tinha na verdade os comunistas como aliados. Porque tinha um irmão que foi envolvido na Revolução de [19]35, exilado em Buenos Aires, com quem eu me encontrei em outra ocasião". João Falcão, em entrevista concedida a autor, em Salvador, 17 jul. 2002. Outro testemunho da época, Armênio Guedes, também confirmou, em entrevista, que Juracy Magalhães "tinha uma posição anti-integralista e isso favoreceu muito a perseguição suave. Não houve perseguição aos comunistas nesse período de ir pra cadeia, havia o choque na rua, uma ou outra prisão e tal". O SN do PCB, sediado na Bahia, destacava em sua Carta aos Camaradas "a luta contra o integralismo encabeçada com bastante energia por Juracy Magalhães apoiado na situação baiana e com a satisfação evidente da quase totalidade do povo do Estado". "Carta do SN do PCB a Caros Camaradas", 24 set. 1936. Cedem/Unesp, Fundo IC, Dotação: 495.29.99, Rolo: 04.

84 Nessa altura, o Rio de Janeiro, Distrito Federal, tinha uma população de 1.756.080 habitantes, São Paulo, 1.167.862, e Recife, 491.000. POPULAÇÃO absoluta e relativa do Brasil, das suas Unidades Federadas e dos municípios das respectivas Capitais, calculada para 31 de dezembro de 1936. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]a. 1 CD ROM.

85 De uma população total de quase 4 milhões de pessoas, das quais mais de 2,7 milhões tinham mais de 10 anos e 38% se dedicavam a atividades rurais, apenas 5% estava ocupada na indústria. IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD ROM. Sobre a cidade sede do capital bancário, ver: OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 32.

86 SILVA, 2000, p. 30-31.

estado, como o tradicional ramo da indústria de alimentação, de fumo e de exploração do solo e do subsolo, ou os setores novos que se expandiam, como o segmento químico nos anos 1940 e o de transportes e serviços.[87]

Nesse contexto, a direção do PCB iniciou um processo de aproximação aos setores *democráticos* do estado da Bahia, fosse através dos oposicionistas ao governo Vargas, fosse através de uma elaboração mais extensa e fundamentada de um elemento praticamente ausente nas formulações do Partido acostumado a lutar contra a forma burguesa de *democracia*. Tudo isto aconteceu em consonância com a linha de frente popular estabelecida no último Congresso do *Komintern*, em 1935, e a inflexão tática ocorrida no âmbito nacional no ano seguinte.

Em março de 1937, o CR da Bahia, provavelmente sob os auspícios do SN do PCB, que ainda se encontrava no estado ou estava em vias de mudança, publicou um importante documento que colocava a questão da *democracia* num outro patamar, posto que passava a reivindicar "pequenas ações cotidianas" para a transformação do trabalho dos comunistas e uma maior penetração por entre as massas, não apenas as das grandes cidades, mas também das pequenas localidades do imenso interior do país.[88]

Como não se tratava de uma mera defesa de uma linha tática instrumental para a revolução, o documento intitulado "Ganhemos as municipalidades para a democracia", editado sob a forma de circular pelos comunistas baianos e divulgado nacionalmente pela direção central do Partido, evocava a experiência da Frente Popular francesa para afirmar a necessidade de se lutar pela *democracia* dentro

87 "População do Brasil e das suas Unidades Federadas, segundo os recenseamentos gerais. Classificação, segundo a profissão". IBGE, [19–]. Sobre a classe operária de Salvador nos anos 1930 e 1940, José Raimundo Fontes escreveu: "Trata-se de um operariado em processo de formação e que expressa, no plano das relações sociais de produção, o estágio de desenvolvimento econômico do Estado, que nos anos [19]40 permanece com uma estrutura agrária tradicional, estando ainda em gestação as relações urbano-mercantis de feições tipicamente industriais. De qualquer modo, há uma parcela considerável da população que experimenta a condição operária e que vivencia a situação de assalariamento em formas concretas distintas". FONTES, José Raimundo. Marighella e o movimento operário baiano no período da 'redemocratização'. *In*: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (org.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 292. Sobre o desenvolvimento e a mobilização da classe operária baiana na Primeira República, ver: CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise*: 1914-1921. Salvador: Fieb, 2004

88 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114.

das municipalidades, buscando influenciar a política local das diversas cidades do interior pelas transformações democráticas, nos marcos da legalidade burguesa.[89]

Afirmando categoricamente a importância da virada tática que havia deixado de lado o "sectarismo de esquerda" dentro do Partido, a circular considera que, no seio do PCB, até então, encarava-se "apenas um aspecto do nosso trabalho: 'o trabalho no campo', a 'organização dos camponeses'". Por isso, concluíam que poucos, "muito poucos", tinham sido "os resultados observados até agora devido às formulações 'esquerdistas' sobre a 'tomada violenta das terras' etc. que tentávamos levar à prática. Hoje compreendemos que a questão se apresenta de outro modo",[90] qual seja, seria preciso que o PCB ganhasse os camponeses para a "luta democrática".[91]

Condenando veementemente o *esquerdismo* que teria predominado entre os comunistas até 1936, o documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes" era citado como marco na superação do "sectarismo". Por fim, os pecebistas eram orientados para o trabalho cotidiano em cada localidade, cuja principal tarefa não era "a revolução agrária" ou o "estabelecimento dos sovietes", mas "a luta pela democracia" contra o "fascismo" e o "imperialismo".

> Precisamos compreender que, no sentido do trabalho agrário, as portas nos serão largamente abertas na medida que soubermos levantar de uma forma viva, atual e concreta – no INTERIOR, tanto nas cidades como nos campos – problemas que possam ser resolvidos, nesta etapa da Revolução, pela democracia burguesa e não pelos sovietes. Na medida que soubermos agrupar sob a bandeira das reivindicações comuns e realizáveis na prática dentro da democracia burguesa, todos os camponeses (pobres, médios e ricos), os assalariados agrícolas, os fazendeiros progressistas, os comerciantes médios e pobres, os

---

89 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114. Ao que parece, a postura do CR baiano surtiu efeito, pois, como afirma Arruda Câmara: "O papel da Bahia foi grande no Partido da seguinte maneira: nós tínhamos, entre 37 e 40, o melhor trabalho sindical. Nós também consideramos correto participar de eleições municipais. E foi da Bahia que surgiu o movimento para a organização da União Nacional dos Estudantes. Me recordo que foi organizada a UEB (União de Estudantes da Bahia (UEB), tendo o Edison Carneiro à frente, o Aydano do Couto Ferraz, o Milton Cayres de Brito etc. Eram estudantes pobres, que viviam nas chamadas repúblicas". CÂMARA, 2010

90 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114.

91 CÂMARA, op. cit.

> industriais, os artesãos e os elementos semi-feudais oprimidos pelo imperialismo e os bancos.[92]

Dentro da ótica do *etapismo*, lutava-se pela consecução das tarefas da "etapa burguesa" da revolução brasileira, muito embora se omitindo seu caráter *nacional libertador*. Os comunistas também eram instados a trabalhar em conjunto com os setores progressistas (camponeses pobres, ricos e médios; assalariados agrícolas; fazendeiros progressistas etc.) em busca de reivindicações comuns. Valorizava-se a importância das eleições municipais, e o exemplo da Frente Popular francesa era mais uma vez evocado para demonstrar que o Partido Comunista daquele país administrava diversas prefeituras, "quase uma centena", ao tempo em que, no Brasil, as recentes eleições municipais teriam revelado toda a debilidade do PCB neste terreno. Isto porque os comunistas teriam sido bem menos eficientes que os integralistas, que "haviam enfrentado melhor do que nós o problema".[93]

Como se pode ver, o documento produzido pelo CR baiano é de grande importância nas definições tático-estratégicas do PCB no período. Indo ao encontro da *democracia*, os comunistas procuravam se gabaritar como força política para a realização das tarefas que supunham lhes terem sido atribuídas pela história e, para isto, inflexionavam sua linha de combate e de classe-contra-classe em função de um trabalho mais persistente e cotidiano junto às massas, da cidade e do campo.

De acordo com John Dulles, a inflexão contida no documento "Ganhemos as municipalidades para a democracia" teria um caráter "ultradireitista" e "recomendada por Moscou".[94] Anita Prestes sugere que a iniciativa da direção baiana se articula com um processo de aproximação do PCB com o governo Vargas, uma vez que o documento separava o combate ao imperialismo, ao integralismo e ao fascismo, da luta contra Getúlio: "A consigna de 'derrubada de Getúlio' havia sido abandonada e o SN do PCB deixava transparecer a ilusão – que mais tarde ficaria evidente – de poder combater os integralistas *em aliança* com Vargas".[95]

---

92 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114.

93 Ibid.

94 DULLES, 1985, p. 83-87.

95 PRESTES, 2001, p. 28-29.

É verdade que o deslocamento do PC brasileiro atendia às demandas do movimento comunista internacional, preocupado em prevenir uma possível agressão contra a URSS anunciada pela Alemanha na frente oriental. Do ponto de vista nacional, as simpatias manifestadas por uma parte do Governo Vargas para com o regime de Hitler e Mussolini eram evidentes em 1937. Com efeito, o PCB logo entendeu ser necessário se envolver nos debates sobre a sucessão presidencial iniciados ainda no ano anterior e que opunham a candidatura do escritor paraibano José Américo de Almeida, sutilmente apoiado por Vargas, à de Armando Salles de Oliveira, então governador de São Paulo.

Em março de 1937, muito em função das demandas quanto às novas posições do Partido em relação à *democracia* e das discussões sobre a sucessão presidencial que se iniciava, mas também por conta da abertura da "crise" no interior do Partido que viria a opor o grupo de Bangu, ligado ao BP, ao grupo de Hermínio Sacchetta, do CR-SP, o SN do PCB, ainda na Bahia, sentiu que era o momento de retornar ao Centro-Sul do país para melhor intervir nos temas mais importantes do período.[96] Também era a oportunidade para se restabelecer a necessária centralização sobre as posições e as ações do Partido, bastante precarizadas por conta da repressão e da clandestinidade.

De retorno ao Sudeste do país, com destino à cidade de São Paulo, que passaria a sediar a direção do Partido pelo fato de a repressão ser um pouco mais branda do que na capital federal, o SN do PCB realizou uma reunião, ainda no mês de março, quando de passagem pelo Rio de Janeiro. Na ocasião, foram reafirmadas as novas posições assumidas pelos comunistas desde dezembro de 1936, especialmente quanto ao aspecto da guinada na linha política que tinha sido promovida com o documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", editado na Bahia.[97] O PCB também iniciou o processo de discussão sobre a sucessão de Getúlio de acordo com a nova tática, que definia a luta pela *democracia* como tarefa principal e imediata.

Enquanto os comunistas discutiam seus caminhos e reafirmavam suas posições, Getúlio iniciava um processo de intervenção federal em diversas regiões do país, como no Distrito Federal e em Mato Grosso, configurando sua disposição em impor suas diretivas perante os governadores insubmissos. Como sugerido, Getúlio preparava o caminho para continuar no poder, ou então, pelo menos, foi

96 KAREPOVS, 2003, p. 179-186.

97 Ibid., p. 179-180.

essa a mensagem que passou quando, em março de 1937, prorrogou o estado de guerra por mais 90 dias.[98]

Em maio daquele mesmo ano, já devidamente estabelecido em São Paulo, o BP do PCB divulgou um volante analisando o pleito eleitoral do ano seguinte e o que chamava de "tentativas de golpe fascista" da parte de Getúlio, já que as candidaturas à presidência pareciam estar definidas. Através do documento "Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista Brasileiro diante dos candidatos à sucessão presidencial", os pecebistas caracterizavam as ameaças de intervenções como partes de um "projeto golpista" de "cunho fascista", circunstância em que

> A intervenção no Rio Grande do Sul e a prisão de Carlos de Lima Cavalcanti seriam a culminação da ditadura fascista, que se vinha instaurando por etapas, no Brasil; e daí, seguir-se-ia então a investida brutal e definitiva contra a autonomia de todos os Estados, contra as organizações proletárias e populares, contra os partidos e cidadãos, enfim, contra as instituições republicanas já mutiladas pelos cortes de Getúlio e do reacionarismo.[99]

Em junho de 1937, em informe dado por Martins à IC, o dirigente considerava que o restabelecimento de ligações com as chamadas forças "nacional-reformistas", especialmente na Bahia, que seriam contrárias ao "bloco fascista e de oposição a Vargas", vinha dando bons resultados para a construção de uma "frente de resistência à ofensiva fascista de Vargas e dos integralistas e de defesa da democracia". O PCB teria entendido, nos meses de janeiro/fevereiro, que a "revolução de libertação nacional" deveria alcançar um primeiro objetivo, qual seja, "defender a democracia e deter o avanço do fascismo".[100]

---

98 DULLES, 1985, p. 123. Entre as medidas do governo federal que davam indícios sobre as pretensões continuístas de Vargas, incluía-se: a nomeação de militares integralistas para importantes postos no governo; o lançamento de várias candidaturas para se opor a de Armando Salles; a assinatura de um pacto de não intervenção com os governadores da Bahia, Juracy Magalhães, do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, e São Paulo, Armando Salles, os mais ameaçados de sofrerem intervenção pelo governo federal; além da transferência do comando da execução do estado de guerra, das mãos do governador gaúcho para o comandante da 3ª Região Militar. KAREPOVS, 2003, p. 181

99 "Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista Brasileiro diante dos candidatos à sucessão presidencial", Bureau Político do CC do PCB (volante), AEL/Unicamp, 3 páginas, Pasta 33/150, FHS.

100 Martins, "Modifications de la ligne politique et le travail politique du PCB en 1937". Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.126, rolo: 04, tradução nossa.

A despeito disso, os comunistas pressentiam o perigo, contudo, consideravam que as manifestações populares no Recife e no Rio Grande do Sul, além das negativas do Exército em servir de "capitão do mato" para Getúlio, e mais a "solidariedade da ala tenentista-outubrista aos governos estaduais ameaçados [...] alertados pelo perigo que representa a hegemonia integralista-fascista para seus interesses regionais, econômicos e políticos",[101] tinham impedido o "golpe fascista" de triunfar.

O PCB entendia que a candidatura do escritor paraibano José Américo de Almeida teria sido imposta a Getúlio pelas forças tenentistas, pressionadas pela "vontade do povo" e de "certos governadores", apesar das manobras do governo federal para "queimar" a figura "politicamente limpa e popular" de José Américo.[102] O BP raciocinava que o objetivo era impedir que o candidato não caísse nos "braços da reação", haja vista que tais forças fariam de tudo para desviá-lo da "democracia".[103] Sendo assim, definia:

> Na medida em que as massas se mobilizarem, na medida em que as suas organizações dirigentes as levarem à luta pelos seus direitos e a exigir desse candidato uma posição clara, definida, em favor de seus problemas fundamentais, na medida em que se fizer sentir essa forte pressão, é que as massas populares conseguirão ao mesmo tempo fazer o Sr. José Américo libertar-se dessas forças reacionárias, conquistar na prática seus direitos e pôr a salvo a República das ameaças do Fascismo.[104]

Entrementes, os comunistas ainda não tinham decidido pelo apoio à candidatura de José Américo e, por este motivo, consideraram também a alternativa representada por Armando Salles; todavia, não foram tão benevolentes com o governador de São Paulo, pois procuraram logo desmascará-lo como "falso democrata", afirmando que, pelo fato de que toda a luta do mundo se reduzia à "oposição entre o fascismo e a democracia", e em função de que a *democracia* "teria toda a simpatia do povo", seria natural que qualquer candidato se dissesse um

---

101 Martins, "Modifications de la ligne politique et le travail politique du PCB en 1937". Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.126, rolo: 04, tradução nossa.

102 Uma avaliação pormenorizada de tal situação pode ser vista no informe dado por Martins à Internacional Comunista, em outubro de 1937. "La situation politique au Brésil". Martins, 25 out. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.126, rolo: 04.

103 "Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista Brasileiro diante dos candidatos à sucessão presidencial", Bureau Político do CC do PCB (volante), AEL/Unicamp, 3 páginas, Pasta 33/150, FHS.

104 Ibid.

democrata, situação em que o PCB optaria por considerar o programa como o item fundamental para que apoiassem esta ou aquela candidatura. Concitavam, neste sentido, "o povo a agir" no sentido de forçar, "pela sua ação independente através de manifestações públicas, greves e ações de massa", a realização de um programa, que deveria incluir:

> Suspensão do Estado de Guerra; o respeito à Constituição, expurgada das emendas fascistas; abolição das leis de arrocho; medidas ativas de repressão ao fascismo; fechamento do integralismo e prisão de seus chefes; liberdade a todas as organizações ou pessoas que defendam as instituições democrático-republicanas; punição rigorosa dos carrascos e assassinos dos lutadores da causa da liberdade; proteção à indústria, à lavoura e ao comércio nacionais; exploração de nossas riquezas em benefício do próprio país; contra os trustes e monopólios; medidas que assegurem o melhoramento das condições de vida do povo em geral: abolição dos impostos asfixiantes, tabelamento dos gêneros, aumento dos salários, ordenados, vencimentos, etc., anistia ampla aos presos políticos; volta às fileiras das forças armadas de todos os militares, sem perda de postos e patentes; readmissão dos funcionários demitidos; respeito à autonomia dos Estados.

Por fim, concluíam: "O Partido Comunista aguarda o pronunciamento dos candidatos sobre esse programa para dar sua palavra de ordem definitiva".[105]

Os comunistas iniciavam a luta pela afirmação de um programa mínimo, nos marcos da *democracia*, quando, em junho, adveio a chamada "macedada" e o término do estado de guerra, que Vargas não conseguiu renovar.[106] O PCB talvez tivesse acreditado que estava no caminho certo, de maneira que foi mais uma vez a partir da Bahia que os comunistas voltaram a se manifestar sobre o problema da *democracia*.

---

105 "Os perigos do fascismo e a posição do Partido Comunista Brasileiro diante dos candidatos à sucessão presidencial", Bureau Político do CC do PCB (volante), AEL/Unicamp, 3 páginas, Pasta 33/150, FHS.

106 A "macedada" foi o termo utilizado para designar o ato do ministro da Justiça de Vargas, José Carlos de Macedo Soares, que soltou 408 presos políticos acusados de envolvimento nos episódios de 1935, quando da sua assunção do cargo, em junho de 1937. Apesar do ato do ministro, e muito em função desta medida, conforme os comunistas ganhavam as ruas, desencadeou-se no país intensa campanha anticomunista preparando um clima propício à deflagração de um golpe de Estado. Cf. KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5, p. 5.525.

O tema da democracia, ao que parece, ganhava força no país e no próprio PCB, o partido que se pretendia da revolução. Os comunistas defenderam a *democracia* vindo a público em dois momentos, que presumem a antecipação do CR baiano do PCB no caminho da luta pela anistia e pelo estado democrático, duas das principais causas que moveriam o Partido nos anos seguintes.

> Em março de 1937, os comunistas baianos clamavam por anistia no título de um documento em que diziam:
>
> Pelos quatro cantos do Brasil de 1937 a Consciência Democrática se tempera. Enquanto milhares de lutadores se debatem entre grades, dezenas de milhares de novos lutadores surgem. O espírito de (19)22, (19)24, (19)30, (19)32 e (19)35 se refaz e se refunde num único anseio: – a luta pela Democracia. [...] A expressão mais pura da inteligência brasileira e correntes políticas decisivas do ambiente nacional se coordenam no sentido de se revitalizarem os postulados liberais conspurcados nesses últimos negros anos. ANISTIA! – é o grito dos brasileiros livres e dedicados ao Brasil.[107]

Ao fim do documento, exortavam a unidade na luta contra o fascismo, concluindo que "o fim das Liberdades Democráticas é o começo do FASCISMO! E o fascismo é a perpetuação do terror, a volta ao medievalismo, à incultura, à selvageria e a manipulação da GUERRA!". Por isso, o PCB chamava: "*Brasileiros, lutemos unidos PELA DEMOCRACIA*!".[108] Era patente que o PCB dirigia suas lutas para o terreno da defesa da *democracia* sem adjetivações, de maneira que seria ainda na Bahia, em julho de 1937, que o CR lançava um outro panfleto com o título sucinto de "Democracia", que foi reproduzido pelo CR-SP na mesma data.[109]

Segundo a análise dos baianos, teria sido pela "indomável coragem do Povo Brasileiro" e pelo clamor dos seus líderes que a questão da sucessão presidencial havia imposto um "relativo desafogo" à situação do país. Para o CR da Bahia, a campanha presidencial abriria "largas possibilidades à Democracia no Brasil", posto que tão "intensa e tão clara é a vibração democrática do Povo que os dois

107 "Anistia! Povo republicano e democrático da Bahia", março de 1937. Cedem/Unesp, dotação 495.29.112, Rolo: 07, grifo do autor. Observe-se, no documento, a clara reivindicação da tradição tenentista que levantou os quartéis nos anos citados, exceção observada apenas para a evocação de 1932, ano da chamada "Revolução Constitucionalista" de São Paulo.

108 Ibid., grifo do autor.

109 "Democracia", CR da Bahia do PCB (reproduzido pelo CR de SP), 16 de julho de 1937, AEL/Unicamp, 1 página, pasta 33/152, FHS. DULLES, 1985, p. 125. O documento fala das simpatias que o CR de São Paulo nutria pelo CR-BA.

candidatos à presidência (apesar de um haver participado da reação e do outro não haver se manifestado contra a reação) vêm fazendo da palavra 'Democracia' a bandeira mais vistosa da sua propaganda eleitoral". Isto significava que, por um lado, enquanto seria "cada vez mais firme e mais vasto o alicerce popular em que se apóia o combate pela Democracia", por outro, implicaria "que os democratas têm, nos dois candidatos, possíveis implantadores de um regime de liberdade no Brasil".[110]

Mas que não se pensasse que os comunistas alimentavam ilusões quanto às duas candidaturas, porque faltariam ainda, tanto ao sr. Armando Salles quanto ao sr. José Américo, as irrefutáveis provas da opção pela democracia, pois, ao governador paulista, os comunistas questionam sobre o porquê de não "soltar os antifascistas que estão apodrecendo vivos nas cadeias de São Paulo" ou então o que faltaria para que se castigassem "os assassinos que metralharam presos indefesos no 'Maria Zélia'". Apontando os caminhos que poderiam indicar o fim das hostilidades contra os lutadores do povo brasileiro, o CR-BA exortava o levante "contra as leis infames, contra o Tribunal de Segurança, pela anistia ampla como único caminho para a pacificação da família brasileira, pelo fechamento do Integralismo em todo o território nacional, pelo barateamento da vida".[111] Quanto a José Américo, provável candidato de Getúlio, o PCB exigia:

> Assuma perante o Povo o compromisso de acabar com o balcão do Integralismo, onde a nossa Pátria está sendo vendida ao imperialismo-fascista. Congregue os governadores, os deputados e tenentistas que sustentam a sua candidatura e os interesses na luta pela queda das emendas terroristas à Constituição de (19)34, pela anistia ampla, pela punição dos carrascos oficiais, pelo restabelecimento das liberdades populares, pela repressão da [ilegível], dos 'trusts' e monopólios.[112]

Se o volante do CR baiano trazia à baila parte do acúmulo de reflexões que o PCB vinha fazendo sobre a questão da sucessão presidencial e sobre a própria *democracia*, seria em agosto de 1937, num documento que refutava categoricamente o lançamento da candidatura de Prestes feito pelo pequeno Partido Operário

110 "Democracia", CR da Bahia do PCB (reproduzido pelo CR de SP), 16 de julho de 1937, AEL/Unicamp, 1 página, pasta 33/152, FHS.

111 Ibid.

112 Ibid.

Leninista (POL), de orientação trotskista, que o PCB esclareceria, definitivamente, sua posição quanto ao pleito eleitoral marcado para o ano seguinte.

No manifesto, os pecebistas afirmavam que pretendiam "unificar todas as forças da democracia", que poderiam se agrupar "em torno de um programa mínimo que espelhe as aspirações de todo o povo brasileiro e que sirva, desde já, como elemento de mobilização de todo o povo no Brasil contra as forças obscurantistas e reacionárias do fascismo".[113]

Os comunistas reafirmaram sua disposição de que teriam que apoiar algum dos dois candidatos à sucessão de Vargas, no campo e em nome da "democracia", situação que veio a acirrar as profundas divergências no interior do Partido que já vinham opondo o CR de São Paulo, liderado por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, ao BP do PCB, sob a liderança de Bangu.[114] No final das contas, os banguzistas, que efetivamente tinham maior influência no Partido em meados de 1937, definiram-se pela candidatura de José Américo de Almeida, o que significava, segundo Anita Leocádia Prestes, um passo adiante na direção do apoio a Vargas que, àquela altura, já preparava o golpe:

> Ao centrar sua tática no combate ao integralismo, o SN dirigido por Bangu não percebera que Getúlio manobrava, aceitando, por um lado, a candidatura de José Américo e aliando-se, por outro lado, com os integralistas na preparação do golpe de estado, que acabaria assegurando sua permanência no poder.[115]

---

113 O documento esclarece ainda: "Em manifesto lançado na Segunda quinzena de Maio pelo seu Bureau Político, o PARTIDO COMUNISTA fez uma análise da situação política porque atravessa o país e definiu, com suficiente clareza, sua posição em face do problema sucessório". "O Partido Comunista ao povo do Brasil". Secretariado Político do PCB, agosto de 1937. AEL/Unicamp, CIC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 17, Dossiê 127.

114 De acordo com Dainis Karepovs, em agosto de 1937 realizou-se uma reunião em São Paulo, que ficou conhecida com "BP ampliado de agosto" e que teria tido as presenças dos membros do SN, do CR-SP, entre outros CR, inclusive o da Bahia. Entre os temas discutidos, a sucessão de Vargas tinha ganhado destaque: "Nos debates surgiram duas posições. Bangu afirmava que, dada a impossibilidade de lançamento e de vitória de uma candidatura comunista – que, além disso, só serviria para dividir as forças democráticas – e, também, igualmente, de fazer que surgisse uma única candidatura democrática, era necessário que o PCB mobilizasse suas forças para apoiar a candidatura de José Américo". Segundo o autor, que cruza diversas fontes para confirmar um informe de Roberto Morena que serviu como base para a sua afirmação, já que este dirigente esteve presente na reunião, por sete votos contra cinco, prevaleceria a posição de Bangu contra a posição do CR-SP, defendida por Hermínio Sacchetta, que pretendia que o partido se mantivesse "equidistante" das duas candidaturas, investindo no trabalho de massas e concentrando esforços para a formação de uma Frente Democrática Nacional. KAREPOVS, 2003, p. 209-218

115 PRESTES, 2001, p. 27.

De fato, o movimento integralista no Brasil crescia a olhos vistos, chegando a ter, em 1936, entre 600 mil e um milhão de adeptos em todo o país. Tal situação permitiu aos partidários do *sigma* lançarem a candidatura de Plínio Salgado à presidência pela AIB, transformada em partido político ainda naquele ano.[116] As preocupações do PCB vinham se intensificando quanto ao que entendiam como o correlato nacional do nazifascismo europeu, principalmente quanto aos seus movimentos de aproximação com Getúlio. Os comunistas brasileiros passaram a afirmar, então, cada vez mais, seu compromisso com a *democracia*, consubstanciando seu projeto político em torno de proposições *frentistas*, com a finalidade de combater o avanço do integralismo e barrar a reação, disputando palmo a palmo os diversos segmentos da sociedade brasileira. Propuseram, assim, a formação de Frente Nacional Democrática de caráter amplo e antifascista, que veio a se efetivar em São Paulo, em julho de 1937.[117]

Mas o que havia trazido o Partido da posição insurrecional/*putschista* até a defesa quase que incondicional da *democracia*? Sob o ponto de vista tático-estratégico, como os comunistas entenderão a questão do Estado e da transição para a sociedade sem classes? Como aparecerá o tema da revolução nos marcos da inflexão política de 1936-1937? Quais os significados da incorporação da *democracia* ao programa dos comunistas na segunda metade dos anos 1930? Quais as tarefas da revolução brasileira para o PCB?

---

116 TRINDADE, Hégio. Integralismo. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al*. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3, p. 2.807.

117 Pelo Manifesto da FND, publicado em julho de 1937, pode-se ler: "Torna-se inadiável que todos nós, cidadãos sinceramente devotados à Democracia e à Liberdade, deixemos de parte as nossas divergências partidárias ideológicas e religiosas, para compormos a FRENTE NACIONAL DEMOCRÁTICA DE S. PAULO, dentro da qual possamos todos estar unidos, sem que isto implique em renúncia de nossas características particulares de partido, de religião, de ideologia". Frente Nacional Democrática de São Paulo. "Manifesto ao povo de São Paulo". São Paulo, 29 de julho de 1937, AEL/Unicamp, 2 páginas, Pasta 25/20, FHS. Segundo John Dulles, o CR-SP havia recomendado a criação de uma frente antifascista que deveria se chamar "União Nacional em Defesa da Espanha Republicana, da URSS e da Paz" ou "União Nacional contra o integralismo e Getúlio, pela Sucessão e pela Democracia". Entretanto um nome mais simples havia sido escolhido, de maneira que a FND teria sido instalada em 20 de agosto de 1937 e seu programa, distribuído em setembro, descrevia a defesa da democracia como "combate ao comunismo e o fascismo". Dessa maneira, no curso dos debates entre o BP e o CCP, enquanto o primeiro, através de Bangu, ressalvava o perigo de se comparar *comunismo* e *fascismo* ao mesmo tempo em que insistia no apoio dos comunistas às frentes nacionais, de maneira a evitar o isolamento, o grupo de São Paulo acusava a "errônea orientação direitista" como responsável pelo engano e afirmava que André teria apoiado "calorosamente" o programa da FND. DULLES, 1985, p. 131-133

As linhas gerais da definição estratégica pela *democracia*, sugerida na discussão acima, só aparecerão definitivamente configuradas nos anos seguintes, de maneira que as inflexões registradas em 1936 e 1937 serão os esboços mais importantes das mudanças que virão a seguir, especialmente porque os comunistas passarão a defender a *União Nacional*, que era uma forma ampliada da política de *frente popular*. Todavia, não podemos prosseguir a discussão sem abordar alguns temas que aparecerão de maneira recorrente nas formulações dos comunistas no Brasil na década de 1940, especialmente quanto à leitura que tinham das tarefas da revolução brasileira e sobre o problema da via preferencial para transformação no país, se seria ela insurrecional e revolucionária, ou democrática e eleitoral.

União Nacional pela democracia e pela paz

Seria em meio ao balanço histórico de uma conjuntura inaugurada nos anos 1930, especialmente quanto ao período entre a derrota de 1935 e a ameaça nazi-fasci--integralista de fins da década, que o PCB realizaria uma das inflexões políticas mais importantes de sua história. A agremiação passará a compreender a necessidade do abandono da linha insurrecional ou do momento *putschista*, como de fato a tinham praticado ao menos em 1935, em função da luta pela *democracia* e pela legalidade burguesas, com base na tática de frente popular ou nacional.[118] O balanço que começaram a fazer em dezembro de 1936, através do documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", só encontraria a definição mais acabada com a máxima flexibilização da tática através da ampliação do bloco de classes até a conformação da política de União Nacional.

No Pleno Ampliado de agosto de 1937, realizado em São Paulo, o BP daria forma acabada à sua inflexão, sintetizando os elementos principais da revolução brasileira, quanto ao seu caráter, às suas forças motrizes e a tática que seria adotada pelos comunistas. Tanto no informe de Bangu quanto na apresentação do resumo das discussões e decisões do BP, estavam perfeitamente confirmados os termos da guinada na linha política do Partido, já que se afirmava o caráter "nacional-libertador" e "burguês-democrático" da revolução brasileira que teria como tarefa

118 Muito embora o PCB retorne ao tema da insurreição em 1948-1950, jamais o fará em conformidade e em linha de continuidade com a tradição bolchevique, a qual reivindicavam e da qual era o principal herdeiro no País. Em função disto, a nova inflexão que realizarão, com o "Manifesto de Janeiro de 1948" e o "Manifesto de Agosto de 1950", estará muito mais próxima dos Exércitos Libertação Nacional e dos movimentos de guerrilha dos anos 1950 e 1960 do que da via insurrecional bolchevique de 1917.

central e imediata a "defesa da democracia, a luta pela integridade nacional frente às ameaças do fascismo estrangeiro e seus agentes no país".[119]

As tarefas centrais da revolução brasileira seriam, portanto, no domínio interno, "a luta por um governo Republicano-Democrático, que cumpra com a Constituição de Julho, que desenvolva a *economia, a indústria e o progresso geral do país*"; no plano externo, "a luta contra o *imperialismo fascista*, a luta pela integridade nacional ameaçada com a iminência de uma invasão dessas potências fascistas na fórmula tática de Frente Nacional Unificada, na luta pela libertação nacional".[120] Quanto à dimensão tática, privilegiava-se, como oi dito, a formação da Frente Nacional, de forma que:

> A sorte da Democracia, da paz e das conquistas populares está dependendo da unidade de ação de todas as forças democráticas. Todo o Partido deve contribuir com todas as suas forças para a formação da FNU, nos Estados e nacionalmente, *no prazo mais curto possível*; A FNU deve ser criada com toda a amplitude e sem sectarismos, congregando partidos, organizações e personalidades democráticas de prestígio e renome, na base de uma plataforma comum de luta pela Democracia e contra o imperialismo (contra o fascismo e o imperialismo fascista, em particular, neste momento).[121]

Por fim, reafirmava-se a *burguesia nacional* como força motriz da revolução brasileira, ao lado do proletariado, do campesinato em seu conjunto, da pequena burguesia, das classes médias urbanas e rurais, "aliados naturais do proletariado na luta pelas transformações democrático-burguesas".[122]

Até que o PCB se definisse plenamente pelo caminho da unidade com o que chamava *burguesia nacional* e pelo apoio ao governo Vargas, inúmeras e permanentes tensões tangenciarão a sua política, como poderemos verificar com a análise das formulações pecebistas, de fins de 1937 e inícios de 1938. Conquanto o ocupante do Catete desfechasse um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937

---

119 Entre os demais problemas da revolução relacionados por Bangu no seu informe, estavam a necessidade de: "libertar a economia nacional do jugo imperialista, explorar as fontes de nossa riqueza em benefício da nação, criar uma indústria pesada etc". "Informe al Ampliado del BP de Agosto hecho por el camarada 'Bangu', Secretário-General Interino". Cedem/Unesp, Fundo: IC, Dotação: 495.29.21, Rolo: 05, tradução nossa.

120 "Informe al Ampliado del BP de Agosto hecho por el camarada 'Bangu', Secretario General Interino". Cedem/Unesp, Fundo: IC, Dotação: 495.29.21, Rolo: 05, grifo nosso.

121 Ibid., grifo nosso.

122 Ibid.

e o integralismo continuasse a crescer até desencadear seus lances mais espetaculares, os *putschs* de março e de maio de 1938, a conjuntura política encontraria, ainda naqueles ásperos e tormentosos tempos, uma nova guinada em direção à ditadura *stricto sensu* e à montagem do Estado coorporativo de características protofascistas em solo brasileiro.[123]

Enquanto "as forças da reação" avançavam no país, o PCB vivia em meio à sua mais profunda crise do período, tendo em vista que, ainda no mês de novembro de 1937, o BP do PCB, liderado pelo secretário-geral Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, expulsava os militantes e dirigentes nacionais e do CR de São Paulo, Hermínio Sacchetta (Paulo), Hílio de Lacerda Manna (Luiz) e Heitor Ferreira Lima (Barreto), acusados de assumirem posições fracionistas e contrarrevolucionárias.[124]

Divididos em dois grupos, que se cristalizaram após a decisão do BP, os comunistas brasileiros estiveram praticamente imobilizados e sem nenhuma possibilidade de opor resistência real a uma ditadura que vinha sendo anunciada há tempos, já que a facção de Sacchetta constituiu o Comitê Central Provisório (CCP) como

---

123 Sobre o assunto, ver: VIANNA, 1999; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A construção do consentimento*: corporativismo e trabalhismo nos anos trinta. São Paulo: Edições Sociais: Scritta, 1998; SILVA, José Luís Werneck da (org.). *O feixe e o prisma*: uma revisão do Estado Novo: volume 1: o feixe, O autoritarismo como questão historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

124 Na abertura da nota, bastante lacônica e escrita em apenas uma página, consta: "Resolução: O BP do PCB, pelos seus membros abaixo-assinados, resolve expulsar Paulo (Leônidas) [Hermínio Sacchetta], Luiz (Amaral) [Hilio de Lacerda Manna] e Barreto [Heitor Ferreira Lima] das fileiras do Partido como elementos nocivos e contra-revolucionários, segundo prova a documentação junto e pelo que cada um dos signatários da presente conhece pessoalmente das atividades fracionistas desses três elementos" (Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.127, rolo: 05. A nota vem assinada por Arnaldo (Bangu – Lauro Reginaldo da Rocha), André (Elias Reinaldo da Silva), Mauro (Domingos Brás), Castro (Martins – Honório de Freitas Guimarães), Jurandy (Joaquim Câmara Ferreira), mais três membros do BP que não conseguimos identificar quem fossem: Beltrão, Bonfim e João. Segundo J. F. Dulles, ainda em novembro, o BP encaminhou cartas e emissários aos comitês locais e regionais tentando persuadir os desavisados que os elementos de São Paulo expulsos do partido eram "fracionistas" e "trotskistas". Um dos emissários das cartas teria sido Carlos Marighella. DULLES, 1985, p. 150. O fato mais importante a se notar, entretanto, é que as divergências entre os dois grupos, originada partir de inícios de 1937 e que durou vários meses, tinha relação com as posições do SN quanto às "forças motrizes da revolução brasileira", e só acabou quando o *Komintern* interveio e apoiou as posições de "Bangu". Dainis Karepovs estudou os termos da dissidência para concluir: "Tal cisão, que tinha como um de seus pontos centrais de divergência o papel da burguesia nacional na revolução brasileira, acabou, por conta da intervenção da IC, em combinação com a prisão de boa parte dos que foram acusados de trotskismo, definindo-se em favor do grupo de Bangu. Algum tempo depois, efetivamente, alguns deles acabaram juntando-se ao grupo brasileiro que defendia as ideias de Leon Trotsky. Este episódio passou para a história do PCB como uma cisão trotskista". KAREPOVS, 2003, p. 17

fração do Partido, para lutar contra as posições de Bangu, e o BP seguiu existindo também como uma espécie de fração, procurando desautorizar o CCP perante o conjunto da organização partidária.

Apesar disso, nos meses de novembro e dezembro de 1937, ambos os grupos partiram para caracterizar a nova situação advinda com a instauração do Estado Novo, igualmente concluindo tratar-se de um golpe de cunho "fascista". A divergência principal entre as duas facções dizia respeito ao modo de se impedir a "consolidação do fascismo no poder", já que o BP propunha a formação de uma "ampla Frente Antifascista de Libertação Nacional", que deveria lutar pelas "promessas" de Getúlio e pelo restabelecimento da democracia e onde o PCB não teria um papel definido *a priori*, enquanto o CCP defendia o ponto de vista de que os comunistas deveriam travar uma luta pela autonomia e preponderância do Partido numa necessária política de alianças de classes, nos moldes *frentepopulistas* definidos pela IC.[125]

Em que pese a semelhança na caracterização da situação pelos dois agrupamentos, as divergências continuariam a se aprofundar conforme a frente antifascista viria a se tornar uma realidade. À medida que as duas facções se colocam questões sobre a dimensão da aliança de classes, que envolveria desde a *burguesia nacional* até o proletariado das cidades, passando pelo campesinato, bem como quanto ao papel que os comunistas teriam nessa frente, outros elementos vão surgindo, principalmente quanto à possibilidade ou impossibilidade de uma saída pela via da legalidade que contasse com os setores de oposição a Getúlio e, inclusive, com forças progressistas de dentro do próprio governo (pela ótica do BP), ou a ênfase no caráter reacionário e anticomunista do Estado Novo (de acordo com o CCP).

Pela análise do CCP, o "oportunismo do movimento de esquerda", cujos "chefes à americanistas e armandistas" haviam ajudado "a armar o cadafalso do anticomunismo em que seria decapitada a República Democrática", teria provocado uma situação em que:

> A divisão das forças democráticas, o entorpecimento da vigilância antifascista do Proletariado e do Povo, empolgados pela campanha da sucessão presidencial, permitiram a Getúlio surpreender o Brasil com

125 KAREPOVS, 2003, p. 270-276. De Moscou, Octávio Brandão, através do *La Correspondance Internationale*, concluiu: "Trata-se de um golpe de Estado fascista, contra o povo brasileiro, contra os povos democráticos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e da União Soviética, contra a paz e a democracia mundiais, em proveito do bloco internacional de agressores fascistas que preparam um incêndio mundial para uma nova divisão dos territórios, dos mercados, das fontes de matérias-primas etc". BRANDÃO, 1937 apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 208

> a decretação do estado de guerra, e marchar sem resistência das massas populares, para à implantação da Ditadura Fascista.[126]

Concluíam com um apelo aos democratas e liberais "de todos os Partidos e de todas as tendências" pela formação de uma "frente única antifascista" nos marcos de "um grande exército popular pela democracia".[127]

Por seu turno, os partidários de Bangu afirmam que querer "desmascarar Getúlio preparando greves de massa e demonstrações populares ou preparando golpes é cair no mais podre oportunismo e provocação, porque, por esta forma, no presente momento, não se mobiliza massa alguma, e o resultado é que Getúlio vai ficando".[128] Seria necessária, então, a formação de uma "grande frente" que abarcasse "todas as camadas e classes", que, interessadas "no progresso e no desenvolvimento industrial e econômico da nação", lutasse "pela exigência das reivindicações imediatas da massa e pelo cumprimento das promessas de Getúlio favoráveis ao povo". Assim, se poderia ver se Getúlio teria condições de se consolidar no poder.[129]

As diferenças entre as duas posições tenderiam a se aprofundar, porquanto Getúlio desse algumas demonstrações de que pretendia governar sem o integralismo, ao passo em que acenava com "promessas" que os dirigentes do BP queriam fazer cumprir, criando inúmeras confusões nas hostes comunistas.[130]

Cerca de 90 dias depois da decretação do golpe, o BP do PCB veio a público tecer novas considerações sobre a situação do país, reafirmando o "caráter fascista" do novo regime, atenuando, entretanto, a sua caracterização política, posto que considerava tratar-se de um "fascismo" *sui generis*, porque, se implantado em um país "semicolonial", condição em que este estaria sujeito a pressões internacionais mais intensas, favoreceria a vitória final da "democracia". Afirmava-se, ainda,

---

126 "Só a união de todo o povo, numa frente de ação comum pela liberdade, jogará ao chão o fascismo getulista!". Rio de Janeiro, 25 dez. 1937. C.R-SP (sem título), dez. 1937, AEL/Unicamp, pasta 33/158, FHS.

127 Ibid.

128 "A todos os CCLL, a todas as células do Partido". O CR de S. Paulo do PCB (Seção da IC), jan. 1938, AEL/Unicamp, pasta 32/123, FHS.

129 Ibid.

130 As promessas feitas quando da instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, diriam respeito à melhorias nas condições de vida do povo, à renegociação da dívida pública, a redução de impostos, entre outros assuntos que, pelo visto, foram registrados pelos dirigentes do BP para serem cobrados depois. "Qual a situação do governo? O que devemos fazer?" Boletim interno editado pelo C. Regional do Rio do PCB. Rio de Janeiro, nº 2, fev. 1938, AEL/Unicamp, 2 páginas, Pasta 73/177, FHS.

que pressões nacionais também teriam feito Getúlio romper com os integralistas. Dessa maneira, o governante não teria conseguido obter o apoio que pretendia, pois se encontrava perante uma permanente "resistência passiva" da parte das "forças democráticas". Isto criaria uma situação em que as contradições impediriam o governo de levar adiante as "provocações antipopulares", circunstância em que o PCB seria obrigado "a constatar que ele não tem conseguido levar à prática muitas medidas de caráter fascista também incluídas em seu plano".

Os recuos do governo seriam, portanto, o resultado das pressões das "contradições", e "não fruto da sua benevolência". Ainda assim, nada disso deveria "impedir de ver bem claro a situação" de maneira que se pudesse perceber que o principal a se fazer seria

> assegurar a formação de uma grande frente nacional pelo progresso e pela democracia; de ver que na luta pela formação dessa frente uma grande tarefa está reservada ao PC: organizar o proletariado e as camadas populares e levá-los às lutas, por suas reivindicações nacionais, e pela democracia.[131]

O BP afirmava ainda que, com novas pressões e com a mobilização de todo o povo, o governo seria levado a concessões cada vez maiores, apontando para a necessidade de o Partido desenvolver "novos métodos" de "iniciativa revolucionária", como forma de estabelecer as bases para as lutas que estariam se "avizinhando". Era preciso, entretanto, deixar claro que não se tratava "de decretar greves", posto que o correto seria "colocar como tarefa central levantar os planos de reivindicações, fazer toda uma série de reclamações, treinar a massa para a greve por meio de movimentos mais simples".

De acordo com o BP, se Getúlio queria a paz e a ordem, que reconciliasse a família brasileira "anistiando todos os revolucionários cujo único crime foi lutar pelo progresso da nação e pelo bem estar do povo"; se quer o "progresso real da nação", que tome medidas concretas e não apenas paliativas "só para servir de capa a mais traições nacionais"; se pretende tomar o caminho das reformas e da abertura política, "que repudie o corporativismo fascista e garanta as liberdades que o povo exige";

---

131 "Qual a situação do governo? O que devemos fazer?" Boletim interno editado pelo C. Regional do Rio do PCB. Rio de Janeiro, nº 2, fev. 1938, AEL/Unicamp, 2 páginas, Pasta 73/177, FHS.

se se afirma um democrata, que renuncie às "negociações antinacionais com a Alemanha (marcos compensados) e forme ao lado da democracia na arena mundial".[132]

Acontece que a reação não trabalhava somente com as forças getulistas, tanto que a crescente influência que os partidários de Plínio Salgado obtinham perante as massas pequeno-burguesas e entre outros setores da sociedade brasileira, especialmente nos centros urbanos, havia desembocado em grandes manifestações dos "camisas verdes", que davam verdadeiras demonstrações do poder de influenciar os setores médios da sociedade. O golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas havia encontrado ressonância numa parcela importante da população, que vinha sendo disputada pelos comunistas, revelando para o PCB suas limitações quanto ao trabalho ante as camadas médias urbanas do país. Estas, ao que parecia, encontravam-se tão distantes do "partido do proletariado" quanto poderiam estar das prisões de Vargas.

No curso da inflexão política que tornava a *democracia* o eixo central da tática do PCB, ao menos do seu BP, faltava se concluir o balanço que pusesse termo à ideia de que os comunistas eram partidários ardorosos da via insurrecional e revolucionária, por assim dizer.

Foi ainda em janeiro de 1938, no auge da crise entre as facções de Bangu e Sacchetta, que o grupo banguzista lançou uma circular de suma importância para a nossa discussão, posto que procurava responder a três questões centrais definidoras da tática do Partido Comunista para a conjuntura, entendida como "fascista", quais sejam: qual a saída para aquela situação; que caminho os comunistas deveriam seguir; quais as palavras de ordem para aquele momento.[133]

A "Circular número 3: sobre o golpe fascista de 10 de novembro", assinada pelo BP do PCB, inicia apontando a "impossibilidade" de instauração de um regime fascista no Brasil nos moldes dos que se haviam estabelecido nos países de capital

---

132 Qual a situação do governo? O que devemos fazer?" Boletim interno editado pelo C. Regional do Rio do PCB. Rio de Janeiro, nº 2, fev. 1938, AEL/Unicamp, 2 páginas, Pasta 73/177, FHS.

133 Já no dia 12 de novembro, o BP do PCB fazia um primeiro balanço do golpe, concluindo que: "Se agirmos com um espírito e uma visão de ampla frente democrática, se nos ligarmos às massas e suas organizações, sem sectarismo e sem esquerdismo, em breve poderemos mobilizar grande setores populares pela democracia e contra o fascismo, partindo da luta em conjunto pelas próprias reivindicações mais imediatas do proletariado, dos camponeses, da pequena-burguesia, da burguesia nacional, da lavoura, do comércio e da indústria, sob a base do cumprimento das leis, das promessas de Getúlio, das reformas que ele diz querer fazer no sentido econômico-jurídico-social e sobre a base do restabelecimento do regime democrático". "Circular nº 1 sobre o golpe fascista". BP, do PCB, 12 nov. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, dotação: 495.29.127, rolo: 05.

financeiro desenvolvido.[134] Isto não significava, entretanto, que o pecebistas do BP pensassem que a ditadura cairia por si mesma, pois, embora os "fatores objetivos" para a queda deste regime já se tivessem desenvolvido – contradições do regime, crise econômica e política, e descontentamento das massas –, "os fatores subjetivos indispensáveis para a vitória do povo sobre o fascismo, isto é, a organização das forças do proletariado e do povo e a execução de uma linha política justa", precisariam ainda se desenvolver.

Os comunistas de Bangu reafirmam que a solução da atual crise brasileira só poderia ser encontrada em um "governo nacional-democrático", todavia, perguntavam: "qual o caminho para se chegar a esse governo? Como vamos chegar a um governo democrático no Brasil? Por vias pacíficas? Por via insurrecional? Ou por meio de um golpe?". E respondiam: "É a questão que nos resta analisar e acertar".

O BP do PCB passa, então, a considerar o que tornaria impossível o caminho pacífico para a conquista de um "governo democrático" no país, tendo em vista que o golpe de estado teria "restringido radicalmente" esta opção, restando, portanto, a "via insurrecional", e ressalvavam que o PCB não lutava "contra indivíduos", mas por um "programa". Afirmam que, se "o próprio governo de Getúlio", em vez de "prosseguir na sua política fascista de traição nacional, pusesse em prática um programa de realizações nacionais e democráticas", não tripudiariam "em apoiá-lo, tal qual faz o PC no México, com Cárdenas, e na China, com Shang-Kai-Chek".

Todavia, os fatos indicariam que "Getúlio não estaria disposto a isso", muito pelo contrário, pois, enquanto mandava "prender e espancar os próprios integralistas de base", chamava "os chefes verdes" para participar do governo, vivendo de "confabulações com eles".

> Sendo assim, evidentemente, Getúlio e o novo regime terão de ser derrubados pelo povo, não se podendo, entretanto, excluir a possibilidade de uma renúncia como conseqüência de uma intensa pressão popular e das dificuldades insuperáveis decorrentes do jogo das contradições internas criadas pelo regime do país, e das contradições internacionais.[135]

---

134 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

135 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

Os pecebistas deveriam, então, lutar para "derrubar Getúlio"? Não exatamente, já que não se trataria de "golpismos" ou "quarteladas", posto que os comunistas fossem, de maneira geral, "contra os golpes de quartel" e todo o golpismo se tratasse de "uma tendência ao afastamento da massa e, portanto, uma tendência anti-proletária".[136]

O BP do PCB procurava se afastar do golpismo "pequeno-burguês", do qual tinha sido um dos principais herdeiros na primeira metade dos anos 1930, deixando-o para os "mais reacionários" que temeriam "as lutas do proletariado e do povo". Neste sentido, prossegue o documento, seria importante se considerar a composição heterogênea dos agrupamentos políticos descontentes com o governo de Getúlio Vargas, buscando construir uma unidade real das forças democráticas na luta contra os "conspiradores integralistas".

Seriam estas as razões que os levariam o PCB "a considerar absolutamente inoportunas e contrárias aos interesses do povo as tentativas atuais de se substituir o governo de Getúlio por intermédio de um golpe militar", em função de que seriam "conhecidas as possibilidades de fracasso de golpes militares em vista mesmo de seu desligamento com a massa, registrando a nossa história revolucionária, uma percentagem bastante grande de tentativas de movimentos fracassados à última hora, 'por razões técnicas'".[137] Os comunistas deveriam ter em vista a infiltração "conspirativa" dos integralistas por entre os golpistas, no interesse do eixo Roma-Berlim, de se criar um "ambiente de confusão", que poderia ensejar aventuras:

> Ninguém pode levar a sério nenhuma proposta de luta contra Getúlio num sentido democratizante, quando se trata de chefes integralistas dos mais reacionários. O que eles visam é turvar o ambiente para terem possibilidade de recobrar a posição hegemônica no agrupamento reacionário de que desfrutaram durante o período anterior ao golpe de 10 de Novembro [sic]. Com toda a probabilidade, eles mesmos denunciarão qualquer conspiração de que se ponham ao par, como 'golpe comunista', para poderem melhor envolver o governo atual. O que se deduz daí é que tudo indica haver um plano que corresponde aos interesses do governo de Getúlio e do fascismo para criar condições de consolidação para a situação atual.[138]

136 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

137 Ibid.

138 Ibid.

Logo, à medida que os comunistas do BP entendem a necessidade de combater Getúlio, consideram a importância de atuar com cuidado, principalmente se afastando daqueles que estariam agindo no interesse dos integralistas para desestabilizar o governo, buscando pretextos para acusar qualquer conspiração de tentativa de golpe comunista com vistas a "resgatar posições hegemônicas anteriores ao regime do Estado Novo", dando condições a Getúlio de se perpetuar no poder. E como deveriam agir os comunistas nesta situação?

Em primeiro lugar, evitando as "tendências golpistas", mesmo aquelas que fossem justificadas como "perspectiva insurrecional", tendo em vista que, em muitas circunstâncias, seria justamente tal perspectiva que justificava o golpe. Sendo assim, diziam os pecebistas alinhados com Bangu, a "[p]erspectiva insurrecional é uma coisa e o momento insurrecional é outra coisa muito diferente". E esclareciam: "Quanto a golpes, como já dissemos, somos contra, porque é uma tentativa de solução [ilegível], cujas consequências funestas podem recair sobre o povo. *E quanto à insurreição, há por acaso condições agora para isso? Absolutamente*".[139]

Os pecebistas finalmente acertavam as contas com o seu recente, porém breve, momento *putschista*. Neste caminho, reivindicam Lenin quando este discute a necessidade de os bolcheviques prepararem a insurreição na Rússia, diferenciando-a do blanquismo e da conspiração.[140] O BP reafirma a inexistência de condições para a derrubada de Getúlio, situação em que o PCB deveria lutar para que tais elementos fossem criados, distinguindo-se do puro golpismo.

Enquanto isto não se tornava uma realidade, o fundamental era que lutassem por um "governo democrático", buscando unificar em todo o país e em cada localidade as "forças da democracia", "não só para uma luta abstrata contra o regime atual, mas para que essa luta seja estreitamente ligada à luta pelas reivindicações locais".[141]

---

139 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127, grifo nosso.

140 O trecho de Lenin que citam é o seguinte: "Para ser vitoriosa, a insurreição deve apoiar-se não sobre uma conspiração, não sobre um Partido, mas sobre a classe avançada. É esse o primeiro ponto. A insurreição deve apoiar-se na pressão revolucionária do povo. É o segundo ponto. A insurreição deve estalar no apogeu da evolução ascendente, isto é, no momento em que as hesitações dos inimigos dos amigos fracos, equívocos e indecisos da revolução são as mais fortes. O terceiro ponto. E é por essas três condições estabelecidas a propósito da insurreição que o *marxismo se distingue do blanquismo*". Na edição brasileira, LENIN, Vladimir Ilitch. O marxismo e a insurreição: carta ao Comitê Central do POSDR. *In:* LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas.* 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988. v. 2, p. 308, grifo do autor.

141 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

À medida que o BP descartava momentaneamente a insurreição, procurava discutir as condições em que a luta pela *democracia* e pela legalidade se colocavam na ordem do dia, aproximando-se do programa do CR baiano para as municipalidades, que indicava a necessidade dos comunistas se ligarem às massas, consoante as necessidades do período:[142]

> Cada comunista dentro de seu sindicato, seja qual for a sua tendência! Cada comunista dentro de uma organização popular, mesmo as dirigidas e controladas pela gente mais reacionária! Cada jovem comunista dentro de seu clube, de sua organização esportiva. E assim, ligados à massa, teremos possibilidades de estudar com ela os seus problemas da nacionalidade e democracia, forjando a consciência da saída revolucionária, popular e anti-imperialista da situação atual; teremos possibilidade de fazer surgir e brotar em toda a parte, em todas as organizações a ideia de UNIDADE, a ideia de FORÇA, que só existe quando há coesão.[143]

Essa era a única condição para que pudessem pensar no movimento armado, "insurrecional", posto que um "golpe de quartel, nas condições atuais, sem ser acompanhado de grandes movimentos de massa, sem haver possibilidade de ser acompanhado do apoio das lutas do proletariado e das massas populares, estaria destinado ao fracasso", sendo "simplesmente uma quartelada". Nesta situação, o quadro adverso se agravaria, permitindo ao governo e ao imperialismo abrirem "as portas à intervenção armada do fascismo estrangeiro", o que determinava que o PCB deveria lutar pela unificação das correntes democráticas, contra as forças da reação.[144]

E quais eram, enfim, as "correntes democráticas" referidas pelos pecebistas? Certamente aqueles setores conformadores do que Gramsci chamaria de um novo "bloco histórico", que para o BP incluiria a *burguesia nacional*, o proletariado e o

---

142 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B.) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114. Como se verá adiante, com esse movimento o PCB se aproximava substancialmente da consigna "às massas", lançada no III Congresso da IC, em 1921, com a diferença de fazerem isso nas circunstâncias em que a frente popular era a estratégia principal do *Komintern*.

143 Da mesma forma, os comunistas também se aproximam da postura leniniana quanto à participação nos sindicatos no contexto em que o líder bolchevique debateu com os comunistas de esquerda da Alemanha. Cf. LENIN, 1981, p. 35-71; "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

144 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro", op. cit.

seu partido, os setores médios do campo e da cidade, as representações e personalidades políticas "democráticas" de dentro e/ou de fora do governo, como o ministro Oswaldo Aranha e os ex-governadores da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, Juracy Magalhães, Lima Cavalcanti e Flores da Cunha, respectivamente. Caso a ameaça de um golpe integralista se abatesse sobre Getúlio e "seu regime fascista", os comunistas não hesitariam em "*participar ativamente em toda a luta contra o integralismo, ao lado de quem quer que seja, inclusive ao lado de Getúlio e com as armas na mão*".[145]

Assim, desfaz-se o mistério quanto ao passo seguinte que seria dado pelo PCB, já nos marcos em que o BP, a corrente banguzista do Partido, iniciava a sua escalada decisiva até conquistar boa parte dos CR e o apoio fundamental do *Komintern*, que viria efetivamente em maio, para assumir o comando partidário. O BP do PCB, ao encerrar a circular nº 3, de janeiro de 1938, com a consigna por uma "Frente Única de todos os Democratas e Nacionalistas contra o Fascismo e pelo Progresso da Nação", preparara as bases para o passo seguinte, que é o chamado à União Nacional. Apesar disso, pavimenta o caminho para a *democracia*, acertando as contas com o recente passado *putschista* do movimento comunista no Brasil e sua própria experiência frustrada em 1935.[146]

Antes que se passe a discutir a nova linha do PCB, seria importante que se fizesse um inventário sucinto do quadro político vivenciado pelos comunistas até este ponto. Se, em novembro de 1937, o Governo Vargas desfecha um golpe de Estado de características *proto* ou *filofascista*, com a urdidura de um nefando plano anticomunista forjado nos corredores palacianos por simpatizantes do integralismo e do nazifascismo, em dezembro, o ditador acaba com o sonho dos integralistas de realizarem um governo de coalizão, pondo a AIB na ilegalidade. Nestas condições, os integralistas de Plínio Salgado desencadearam um *putsch* contra o palácio do Catete, em março de 1938, possibilitando ao PCB da ala de

---

145 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, janeiro de 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127, grifo nosso. Corolário da "Circular nº 3", o BP do PCB veio a público, em março de 1938, manifestar sua posição, ainda marcadamente antigetulista: "Em geral, o Partido Comunista do Brasil (Seção da Internacional Comunista) é contra qualquer golpe armado a revelia do povo e sem um programa claro e concreto a favor do povo e da nação", muito embora afirmassem que mais do que ninguém, eram os comunistas que tinham as maiores razões para odiar Getúlio. "Ao povo do Brasil", Cedem/Unesp, fundo IC, 495.29.127, rolo: 05.

146 "Circular número 3 sobre o golpe fascista de 10 de novembro". Bureau Político do PCB, jan. 1938. AEL/Unicamp IC, Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 127.

Bangu, o impulso decisivo para se perfilar ao lado do governo contra toda a reação nazi-fasci-integralista.[147]

Quando da primeira tentativa integralista (haveria uma segunda em maio do mesmo ano), os comunistas sentiram que a ameaça de fascistização do Brasil era patente, de maneira que, dois dias depois do primeiro golpe, foram os membros do CCP de Sacchetta que correram para avaliar a situação, lançando o documento "Frente comum de todas as forças democráticas, contra qualquer tentativa de um novo golpe integralista e pelas liberdades democráticas".[148]

No manifesto, procuram deixar claro que estavam dispostos a demarcar firmemente os espaços com o grupo de Bangu, posto que negam qualquer espécie de apoio a Vargas, concitando à formação de uma *frente única* de todas as "forças democráticas", em torno de um programa mínimo, contra a ameaça nazi-fasci-integralista que se abatia sobre o governo, haja vista sua incapacidade de se defender e de "eliminar esse perigo de morte que paira sobre a Nação".

De acordo com os partidários de Sacchetta, o Estado Novo era "fascista em sua estrutura", já que "plasmado pela ideologia integralista que o engendrou", o que implicava que os postos vitais do governo estavam nas mãos dos fascistas: "ministérios encabeçados por fascistas confessos, polícia entregue a fascistas, corpos especiais de repressão compostos de elementos fascistas selecionados e, *mais que tudo isso*, suas forças armadas com os postos decisivos de comando em mãos fascistas".

Segundo o CCP, todas as medidas tomadas pelo getulismo contra o sigma seriam "simples medidas de superfície que não eliminam o perigo". Assim, só as massas populares, com o proletariado à frente, poderiam "extirpar até a raiz e liquidá-las, todas as possibilidades do novo golpe integralista em marcha".[149]

Seria, entretanto, com a manifestação do BP, já devidamente autorizado e reconhecido como única direção pelo *Komintern*, que o PCB tomaria o que seria a sua postura oficial quanto ao governo de Getúlio Vargas, após o *putsch* integralista de 11 de março de 1938.[150] No dia 28 daquele mês, os comunistas do BP, lançaram o

---

147 KAREPOVS, 2003, p. 344-348.

148 "Frente comum de todas as forças democráticas, contra qualquer tentativa de um novo golpe integralista e pelas liberdades democráticas". Comitê Central Provisório do Partido Comunista do Brasil (S. da IC), 13 mar. 1938, AEL/Unicamp, pasta 33/167, FHS.

149 "Frente comum de todas as forças democráticas, contra qualquer tentativa de um novo golpe integralista e pelas liberdades democráticas". Comitê Central Provisório do Partido Comunista do Brasil (S. da IC), 13 mar. 1938, AEL/Unicamp, Pasta 33/167, FHS, grifo do autor.

150 De Moscou, o órgão oficial da Internacional Comunista, através de Octávio Brandão, avalia de maneira semelhante ao BP a evolução do Estado Novo brasileiro. Desta forma, se, em fins de 1937, o regime de Vargas é caracterizado como fascista, em 1938, antes da tentativa de

manifesto "União Nacional pela Democracia e pela Paz", em que selavam o apoio do PCB a determinados setores do governo considerados progressistas, nomeadamente, a Oswaldo Aranha e seus aliados, lutando para que estes não caíssem nos braços da reação.[151] Configurava-se assim o traço característico da política dos comunistas nos dez anos seguintes, em função de que terminariam defendendo a luta ao lado de Getúlio Vargas, contra a reação fascista, o que será objeto deste trabalho ao longo dos próximos capítulos.

O fato é que o texto do BP passa a considerar que teria havido uma alteração conjuntural no planeta, com o avanço das forças do fascismo que conquistavam diversas regiões pelo mundo, ao ponto em que ameaçavam transformar, inclusive, partes do território nacional em seu aliado.[152]

> [...] quando o nazismo alemão lança, 'irado', suas vistas para o Brasil e ameaça converter seus núcleos coloniais no Sul em tropas de ocupação; quando o eixo fascista, por intermédio de sua agência integralista, tentava encadear aqui uma guerra civil que lhe permitisse invadir nosso território; no momento em que três potências fascistas-militaristas ameaçam estender aos demais povos do mundo a morte, a destruição e o saque, nenhum homem de responsabilidade, que realmente preze a cultura e ame seu povo, tem o direito de silenciar ou se limitar a declarações vagas e platônicas.[153]

---

golpe integralista, aponta-se a necessidade de se aliar o combate ao integralismo com a luta contra o Estado Novo. Já depois do *putsch*, conclui-se que Vargas tomou medidas contra o fascismo brasileiro, circunstância em que haveria recuado da fasticização total do país. BRANDÃO, Octávio, O golpe de estado fascista no Brasil é um golpe contra a Paz e a Democracia mundiais *La Correspondance Internationale*, nº 49, 1937; "No Brasil, o 'estado novo' de Getúlio Vargas permanece instável" (1938). *La Correspondance Internationale*, [*s. l.*], n. 26, 1938; "O putsch integralista e a situação atual do Brasil" (1938). *La Correspondance Internationale*, nº 31, 1938 apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 208-215.

151 "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 de março 1938, ass. Bureau Político do PCB. AEL/Unicamp 2 p. datilografadas, publicado em *A Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abril 1938, Pasta 33/162, FHS.

152 Baseada em informações extraídas de escritos do período, inclusive de um texto de Hermann Rauschning, líder nazista de Dantzig e amigo de Hitler, Anita Prestes aponta para o fato de que, na realidade, em inícios de 1938, teria havido a intensificação de atividades nazistas no Brasil e que Hitler incluiria o Brasil e a América do Sul em seus planos de ditadura mundial. Cf. PRESTES, 2001, p. 33-34.

153 "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 de março 1938, ass. Bureau Político do PCB. AEL/Unicamp 2 p. datilografadas, publicado em A Classe Operária, São Paulo, n. 207, abr. 1938, Pasta 33/162, FHS.

Os comunistas passavam a considerar a possibilidade de uma intervenção mais ativa do Partido em favor da defesa da *democracia* no país, especialmente quando apontam as permanentes ameaças que pairavam sobre o governo Vargas, vindas dos elementos mais reacionários do capital, já que o governo tinha desarticulado um golpe integralista. Apesar disto, a reação ainda encontraria "um ambiente favorável ao seu rápido desenvolvimento" no interior do governo, haja vista que, pela "orientação antidemocrática e antipopular impressa à política nacional com o golpe de 10 de Novembro e do apoio da ala reacionária do governo de Getúlio [representada, na visão dos comunistas, pelos ministros Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro], da complacência inadmissível e ajuda criminosa desses elementos ao integralismo nazista", estes núcleos continuariam a sobreviver.

Em vista disto, o BP enxerga o surgimento dos primeiros movimentos promovidos por segmentos da *democracia* no interior do governo do caudilho, especialmente quando consideram a incorporação de setores e personagens que seriam francamente "democráticos" ao corpo governante, como era o caso do recém-empossado ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha.

> Diante da ameaça fascista, que pesa sobre o mundo e particularmente sobre nosso país, não é possível que as forças democráticas continuem divididas. O Partido Comunista do Brasil, apoiando a atitude do Ministério Osvaldo Aranha, *declara que apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar nosso país da agressão nazista*. Em defesa da Nação *lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Sr. Getúlio Vargas,* se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo.[154]

Fica claro o caráter da disputa que o PCB pretendia fazer "por dentro" do governo Vargas, visto aqui como entravado no seu caminho da "legalidade" e da "democracia" em função da presença de elementos fascistas em seu interior. Desse modo, os comunistas assumem a possibilidade de apoiarem o governo e "todas as forças nacionais" contra a investida do fascismo.

De fato, a reação ameaçava o governo brasileiro. De resto, boa parte dos regimes com características autoritárias ou *filofascistas* existentes ao longo dos anos 1920 e 1930 no mundo demonstravam ser a antecâmara de regimes verdadeiramente

154 "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 de março 1938, ass. Bureau Político do PCB. AEL/Unicamp 2 p. datilografadas, publicado em A Classe Operária, São Paulo, n. 207, abr. 1938, Pasta 33/162, FHS, grifo nosso.

fascistas. Deste modo, para os comunistas brasileiros, não convinha facilitar, ainda que, em muitos casos, governos autoritários não chegassem a se fascistizar completamente. Conjunturalmente, contudo, na era do fascismo, muitos regimes pareciam ser *tendencialmente fascistas*, ao menos enquanto os governos alemão e italiano existiram sob os comandos de Hitler e Mussolini e seus respectivos partidos.[155]

Em todo caso, os comunistas brasileiros vinham sendo enquadrados pela IC na sua política que preconizava a formação de "frentes populares antifascistas" como forma de se combater o avanço da reação no planeta. Com efeito, se não se pode afirmar categoricamente que os fatores externos seriam os decisivos nas decisões do PCB, em muito menor medida se poderá considerar a preponderância dos elementos internos, já que o nível de internacionalização da política, em todos os países do mundo, fora bastante intensificado nos anos imediatamente anteriores à eclosão do grande conflito mundial.

Ainda assim, não se pode desprezar que a afirmação da opção tático-estratégica que punha os comunistas como potenciais apoiadores de Vargas era, também, o resultado da radicalização extrema das posições do BP de Bangu contra as posições do CCP, de Hermínio Sacchetta, pois, enquanto este preconizava a ação direta das massas contra o avanço do fascismo no país, aquele apostava na luta pela *democracia* como o fator prioritário, situação em que se deveria, inclusive, evitar as greves e manifestações para não se dar margem aos *provocadores*.[156]

Portanto, será preciso que se considere o peso da inflexão política dada pelo PCB, pois, se até março de 1938 os comunistas lutavam com uma tática *frentista* com a *burguesia nacional* pela derrubada do Governo Vargas, considerado "fascista" e de "traição nacional", a partir da adoção da linha de União Nacional,

---

155 De acordo com Hobsbawm, o perigo vinha "exclusivamente da direita", muito embora o rótulo de fascista fosse "insuficiente mas não inteiramente relevante". Segundo o autor, "as forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos, omitindo a forma mais tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americanos, sem qualquer coloração política *a priori*. Todos eram contra a revolução social, e, na verdade, uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-1920 estava na raiz de todos eles. Todos eram autoritários e hostis às instituições políticas liberais, às vezes mais por motivos pragmáticos do que por princípio. Reacionários anacrônicos podiam proibir alguns partidos, especialmente o comunista, mas não todos. [...] Todos tendiam a ser nacionalistas, em parte por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros, guerras perdidas ou impérios insuficientes, e em parte porque agitar bandeiras nacionais era um caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade. Apesar disso, havia diferenças". HOBSBAWM, 1995, p. 116-117. Ainda que Hobsbawm não trate dos casos latino-americanos, as características elencadas pelo autor para tipificar os regimes autoritários dos anos 1930 parece se adequar, perfeitamente, ao caso brasileiro, salvo uma ou outra diferença.

156 KAREPOVS, 2003, p. 331-334.

as perspectivas de *aliança* com o ocupante do Catete, ao menos com o que consideravam os setores democráticos do governo, iriam se afirmando até, finalmente, ser concretizada como apoio a Getúlio nos anos 1940, já no curso da Segunda Guerra Mundial.

Da mesma forma, o PC brasileiro buscará influenciar os movimentos de massas, descendo às suas antigas bases, que há tempos tinham sido desorganizadas, tanto pela desastrosa atuação *putschista* dos próprios comunistas quanto pela ação desagregadora do governo que, de um lado, abusava da política repressiva contra o PCB e, de outro, iniciava um vigoroso processo de cooptação de lideranças sindicais, através da implantação da legislação social e trabalhista a partir de 1937.[157]

Mensagem aos povos da América

Exceto pelo descontentamento de parte considerável dos próprios comunistas, especialmente dos que estavam ao lado do CCP de Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, que reagiram negativamente ao documento do BP, o manifesto pela União Nacional, do BP do PCB, pouco repercutiu no cenário da alta política do país naqueles tumultuados dias de 1938. Talvez pelas condições adversas em que se encontravam os comunistas, isolados das massas e dos setores governistas que pretendiam influenciar, talvez porque a União Nacional ainda estivesse muito distante dos anseios das classes dominantes e dirigentes do país, não se pode afirmar ao certo. A questão é que os pronunciamentos quanto ao tema da "Frente Popular Antifascista" ou da "Frente Nacional Unitária" e, principalmente, do aceno a um possível apoio ao governo Vargas terminaram sendo focos de novos enfrentamentos entre as duas facções atuantes no interior do Partido, que explicitaram visões diferentes sobre um assunto que atingia, em cheio, os comunistas em seu conjunto.

Em abril, o CCP se manifestou mais uma vez contra o que seriam posturas "adesistas" e "direitistas" do BP, através de um documento em que explicita suas discordâncias quanto à caracterização da situação que faziam os partidários de Bangu. Afirmando que o proletariado deveria "assumir a hegemonia" no processo revolucionário, não capitulando à *burguesia nacional* nem à pequena burguesia no

157 VIANNA, 1999, p. 249-301.

processo de formação e de luta dentro da Frente Popular, a corrente de Sacchetta voltava a insistir nas teses que já vinha defendendo em meio à crise partidária.[158]

Os comunistas do CCP consideravam justa a linha política do VII Congresso da IC, mas reivindicavam o postulado leniniano de "lutar juntos e marchar separados", para concluírem que havia necessidade de máxima autonomia do Partido Comunista no interior das organizações frentistas. Para reforçarem seus argumentos, apontam os erros que teriam sido cometidos na França e na Espanha em nome da defesa da URSS.[159]

Confrontando a política de Moscou sem, entretanto, deixar de defender a União Soviética, o texto afirma que não se pode impedir a movimentação revolucionária em nenhum país, em nome do que quer que seja, terminando por acusar o processo de direitização do Partido, pedindo a liberdade de discussão.[160] O resultado é que esta seria uma das últimas manifestações do grupo de Sacchetta antes que Moscou definisse pela expulsão dos membros do CCP do PC brasileiro. Em maio de 1938, Moscou apoiaria, incondicionalmente, as posições do BP liderado por Bangu, que passou a pregar a União Nacional com Vargas, contra a ameaça nazi-fasci-integralista.[161]

---

158 "A situação política internacional e nacional". Secretariado Político Regional São Paulo, [abr. 1938], AEL/Unicamp, pasta 304/34, FHS.

159 Ibid. Segundo o documento, os erros seriam, principalmente, em virtude da incapacidade dos PC desses dois países em não assegurarem a hegemonia do proletariado, "segundo os ensinamentos de Lenin", o que teria permitido o "reboquismo" em relação às respectivas burguesias.

160 Ibid.

161 A confirmação da expulsão dos membros do CCP, por Moscou, viria ainda em maio através das ondas da rádio Moscou, que transmitia um programa brasileiro, sob o comando de Octávio Brandão e Laura, sua esposa. DULLES, 1985, p. 164; KAREPOVS, 2003, p. 351-360. O fato é que a cisão do PCB se tornara pública no início de 1938, tanto que jornais da grande imprensa do país noticiavam, sem cerimônia, o processo de dissidência aberto entre os comunistas, identificando, inclusive, militantes que estavam na clandestinidade como sendo deste ou daquele grupo, como se pode ver por esta notícia de um jornal baiano: "Com a recente dissidência verificada na direção do Partido Comunista Brasileiro, fato que vem sendo acompanhado pela referida delegacia, conforme sua nota oficial, Issa Maluf passou a dirigir, com outros, a ala dissidente de São Paulo e, segundo constatou-se, vinha desenvolvendo intenso trabalho de ligação com o fim de reorganizar a referida direção e afastar as demais". *A Tarde*, 9 de fevereiro de 1938. Setor: Jornais. Acervo jornal *A Tarde*, BPEB. O fato é que, em maio, o CCP sofreria um duro golpe com as prisões de Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima. Apesar da expulsão e das prisões, o CCP continuou atuando e reivindicando o PCB durante alguns meses, até sofrer uma cisão em fins de 1938, quando uma parte da facção, inclusive Sacchetta, que havia fugido da prisão, seguiu para se unir aos trotskistas do POL e outra para ser perdoada e permanecer no PCB. KAREPOVS, 2003, p. 335-376

Mas qual era o partido realmente existente entre a inflexão política de dezembro de 1936 e o manifesto "União Nacional pela democracia e pela paz", de março de 1938? Quais os Comitês Regionais que continuavam a ter vida orgânica depois das prisões de 1935 e 1936? O que havia sobrado do PCB naqueles anos de intensa repressão? Segundo informações repassadas por Abóbora à IC quando da sua ida para a União Soviética, em 1936-1937, logo depois do levante de 1935, o Partido teria reduzido seu número de militantes para cerca de 1.500 membros (antes de *putsch* seriam 5 mil).[162] Os maiores contingentes de comunistas estavam, àquela altura, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Recife, mas o PCB mostrava bastante potencial também na Bahia, onde atuaria em sete células de trabalhadores e, no Pará, com presença em seis células.[163]

Num balanço realizado pela Direção Nacional do PCB, em 1937, e apresentado por Martins ao *Komintern* naquele mesmo ano, o quadro mudara um pouco, pois o Partido possuiria algo em torno de 2.100 militantes em todo o Brasil, sendo os Comitês Regionais de São Paulo (com mais de mil militantes), da Bahia (com cerca de 250 militantes), do Rio Grande do Sul (com algo em torno de 150) e o do Rio de Janeiro (com cerca de 100), os mais fortes.[164]

Embora o núcleo regional de São Paulo fosse de longe o mais numeroso, o crescimento substancial do Partido na Bahia, já em 1937, chamava a atenção, principalmente porque será a partir deste estado que o PCB começará a se reconstruir em fins de 1938.[165] Isto se devia, provavelmente, aos fatores apontados acima,

---

162 KAREPOVS, 2003, p. 120, nota 106. Cerca de dois anos antes do informe de Abóbora, Marques, provavelmente Valdevino de Oliveira, um dos delegados brasileiros presentes ao VII Congresso da IC, interveio durante 26 minutos, no dia 28 de julho de 1935 (a outra intervenção foi de Fernando de Lacerda, que falou durante 16 minutos no dia 9 de agosto de 1935), informando que o PCB teria, em 1934, algo como 5 mil membros, ao passo que teria alcançado entre 8 e 10 mil em 1935, ocasião em que a ANL já existia. "Discurso do Delegado do Brasil Perante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista", Moscou, julho de 1935. CPDOC/FGV, GVc. "Lista de oradores no VII Congresso". AHS/ICS/UL, Doc. 54, maço 6, caixa 1.

163 KAREPOVS, op. cit., p. 120.

164 "Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22 jun. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04. Neste informe, dado à IC por Honório de Freitas Guimarães, constam, também, os nomes dos membros do BP antes da luta *fracionista* vivida pelo Partido em 1937-1938: Silva (Bangu – Lauro Reginaldo da Rocha), Martins (Honório de Freitas Guimarães), Reano (membro da direção do PC argentino cooptado), Léo (Secretário Regional de São Paulo cooptado – Hermínio Sacchetta?), Paulo (André – Elias Reinaldo da Silva), Aço ("Antonio Soares de Oliveira", não sabemos se é o nome verdadeiro), Lino (?), Silveira (?), Domingos (Abóbora – Eduardo Ribeiro Xavier).

165 No informe de Martins feito à IC em outubro de 1937, o dirigente brasileiro aponta a instabilidade política atravessada pelo país, com a decretação do estado de guerra e as dissidências que começavam a se observar nas hostes governistas. Aponta-se a formação de "frentes

como a fragilidade da vigilância policial e a transferência do SN para Salvador, em 1936.[166]

Se o CR da Bahia tinha se fortalecido substancialmente naqueles dois anos, entre o levante comunista e a tentativa de golpe integralista, ele era composto, sobretudo, por uma maioria de militantes muito jovens, boa parte deles com menos de dois anos de vida partidária. Ainda assim, o CR-BA dirigia cinco comitês locais e fazia ligação com o CR de Sergipe, iniciando um processo de intervenção ativa em outros estados na reconstrução partidária que se intensificaria nos anos seguintes.

Na Bahia, em 1938, destacavam-se as células dos ferroviários (Leste Brasileiro), dos marítimos, da Circular (Cia de Bondes) e dos portuários, entre os quais os pecebistas exerciam um influente trabalho sindical.[167] O PCB também tinha importante atuação entre os trabalhadores do fumo, em Salvador e no Recôncavo, e entre os trabalhadores do cacau no sul do estado, de maneira que a atividade comunista não se restringia somente à capital.[168]

---

democráticas nacionais" em diversos estados e o crescimento do partido, que passava a contar com 2.500 membros em atividade. "La situation politique au Brésil". Martins, 25 out. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.126, rolo: 04.

166 As informações dadas por Martins quanto aos CR do PCB são também confirmadas por Arnaldo (Bangu), que destaca o trabalho do partido em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e na Bahia, onde o PCB estaria participando politicamente da campanha eleitoral, tendo trabalho nos bairros e nas organizações religiosas. "Chers Camarades". Arnaldo, 04 abr. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.126, rolo: 04.

167 "Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22 jun. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04. Ver também o documento do CR-BA "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B.) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114.

168 Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22 jun. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04. Martins ainda destaca, na região baiana do cacau, a luta dos camponeses e indígenas contra a "invasão feudal" com a existência de uma guerrilha em combate contra forças regulares e irregulares do Estado e "dos feudais", que somavam mais de mil homens. Em Cachoeira, 56 membros teriam abandonado o integralismo e, em Alagoinhas, 100 membros teriam feito o mesmo, junto a um chefe municipal. Ibid. Sobre este assunto, um panfleto publicado pelo CR da Bahia diz: "O *Estado da Bahia* de ontem publica o seguinte: Itabuna, 30 – São esperados, vindos de Conquista, cerca de 800 homens que, divididos em dois grupos, um sob o comando do Sr. João Antonio, darão caça, nas matas, aos homens de Telesphoro Fontes. [...] Os rebeldes se dirigiram aos pequenos fazendeiros dos arredores pedindo-lhes o apoio e a solidariedade". Ao que o PCB pergunta ao governo: "Por que permite que os coronéis tenham armas para atacar os camponeses e índios, e não permite que esses mesmos índios e camponeses empunhem armas para se defender do assalto dos coronéis? O capitão Juracy Magalhães fica devendo ao povo estas respostas". "Porque [sic]" (PCB (S. da IC), Região da Bahia, 02 out. 1936. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.17.106, rolo: 07.

Entre a juventude, os comunistas da capital baiana controlavam a União Democrática Estudantil (UDE) e a Associação Universitária da Bahia (AUB), nas quais lançaram a campanha "Pelo petróleo brasileiro, explorado sem intromissão imperialista" e tinham, ainda, trabalho nos clubes esportivos, que vinha frutificando em função do abandono da linha "sectária" desde o documento "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes" e das sugestões contidas na circular "Ganhemos as municipalidades para a democracia", editada pelo CR-BA em março de 1937, que indicava a necessidade do que os comunistas chamavam de "descer para as bases".[169]

Depois da guinada política daqueles anos, o Partido Comunista havia iniciado um importante processo de intervenção nos movimentos de massas. Paralelo a isto, o PCB também buscava conformar a aliança com a *burguesia nacional* para a consecução das tarefas da libertação nacional. Apesar disso, assim como em boa parte do Brasil, os comunistas baianos precisaram enfrentar os partidários de Plínio Salgado cotidianamente, já que, neste estado, os integralistas tinham alcançado grande força política.[170]

Em meados de 1937, a tarefa principal do PCB na Bahia era "lutar contra o integralismo", até mesmo porque os comunistas precisavam conquistar a confiança dos setores burgueses ditos progressistas que teimavam em equiparar o comunismo aos partidários do sigma.[171] Este teria sido o caso do governador Juracy Magalhães, ardoroso inimigo da AIB, que, num discurso no Palácio da Aclamação, sede do governo da Bahia, havia comparado o "extremismo" dos comunistas e dos integralistas, circunstância em que o PCB veio a "público" desfazer a confusão, pois o

169 Cf. Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22 jun. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04; "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, pasta 32/114; "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05; Conforme entrevista de Falcão, concedida ao autor, Salvador, 17 de jul 2002; SANT'ANNA, Fernando, Salvador, 16 de novembro de 2004 (entrevista inédita).

170 SAMPAIO, 1992, p. 113-119.

171 Em maio de 1937, o CR da Bahia advertia o "povo", através de um manifesto, para o avanço do integralismo na cidade do Salvador, que estaria "infestada de 'núcleos' constituídos clandestinamente", isto "apesar das medidas de saneamento do Governo da Bahia". Afirmava, ainda, que os inimigos da pátria estariam se preparando para funcionar abertamente com o consentimento do "traidor da Nação Getúlio Vargas". O texto ainda conclamava o povo a se organizar contra os focos de integralismo e lutar pela democracia. "Extinção". PCB, Região da Bahia, maio 1937. AEL/Unicamp, CIC (Coleção Internacional Comunista), Rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 112.

governante, um "defensor da democracia" e "inimigo jurado" dos "camisas verdes", tinha sido profundamente infeliz na afirmação.[172]

Posto que o embate fundamental travado no mundo, segundo a ótica do documento do PCB, era entre a *democracia* e o fascismo, os comunistas exortavam, pela primeira vez em sua história, a União Nacional contra aqueles que pretendiam provocar a "guerra civil".[173] Portanto, quase um ano antes do documento do BP, "União Nacional pela Democracia e pela Paz", o PCB baiano conclamava à unidade de ação contra o fascismo e, ainda que também fossem contra o governo de "traição nacional de Getúlio", admitiam renunciar a todas as hostilidades em nome da democracia e em defesa da União Nacional:

> Os comunistas têm sabido valer-se de todas as oportunidades ao seu alcance para proclamar que, ante o perigo do Fascismo, *eles renunciam a qualquer atitude que importe numa hostilidade aos Partidos, aos Políticos, aos governos e às organizações de qualquer gênero,* que se manifestam por atos concretos ao lado da DEMOCRACIA e provam ser inimigos do FASCISMO. [...]. Em todos os países do mundo os Partidos Comunistas se converteram nos campeões da Defesa da Democracia, na luta pela Liberdade e pela Cultura, tudo fazendo para unificar os povos democráticos em uma frente única de combate pela Paz e contra o obscurantismo dos retrógrados Fascistas.[174]

Os comunistas baianos, muito provavelmente instigados pela recente passagem do SN do PCB por Salvador, anteciparam a linha política de União Nacional em cerca de um ano, quando admitiram fazer alianças com qualquer setor que se dispusesse a combater o fascismo, ao lado da *democracia*, o que, em todo caso, não poderia excluir nem mesmo Getúlio Vargas.

De toda sorte, o combate ao integralismo na Bahia, e mesmo a luta contra a fascistização do Brasil, antevista pelos comunistas como um processo que avançava desde que Getúlio Vargas tinha instaurado o Estado Novo, em novembro de 1937, ganharia um importante aliado. Na ocasião do golpe, Juracy Magalhães se recusou a apoiar o ditador, sendo destituído do cargo de governador da Bahia, quando foi substituído por um interventor, Antônio Fernando Dantas, o coronel comandante

---

172 "O governador Juracy e os extremismos", PCB, Região da Bahia, abr. 1937. AEL/Unicamp. CIC, ROLO 07, Filme 495, Assunto 17, Dossiê 127.

173 Ibid.

174 Ibid., grifo nosso.

da 6ª Região Militar. Sobre o assunto, o experiente militante comunista Leôncio Basbaum, integrante do CR-BA na época, testemunhou:

> A nós que estávamos na Bahia, muito embora sentíssemos o reflexo do golpe na demissão de Juracy Magalhães do governo do Estado, aquilo aparecia como algo acontecido na China. E a vida continuou normal, enquanto os poucos comunistas que havia na Bahia trataram de pôr-se em segurança, saindo de circulação. No dia 15 de novembro, feriado nacional, os integralistas, que se sentiam donos do poder, fizeram o maior desfile de que havia notícias na Bahia, maior que o das tropas revolucionárias que entraram em Salvador em outubro de 1930. Fiquei surpreendido, não com o número de integralistas, pois, como se sabia, poucos eram integralistas, a maioria havia sido recrutada no interior do Estado, nas cidades próximas, dando-se-lhes condução e fantasia. O que me espantou foi o tremendo número de calças brancas e camisas verdes que haviam conseguido em poucos dias, para distribuir. Não menos de dez mil, calculava eu.[175]

O fato é que, até que fossem postos na ilegalidade, em dezembro de 1937, os integralistas fizeram a festa em todo o Brasil e, na Bahia, não foi diferente, haja vista que, com o consentimento do novo "governo" baiano, que agora se voltava para o combate aos comunistas no estado, os partidários de Plínio Salgado deram algumas importantes demonstrações de força ante os poucos pecebistas que pareciam assistir bestializados. Estes últimos, comparados aos integralistas, estavam em significativa minoria, algo que fazia tremer o velho comunista Leôncio Basbaum, que ante a uma manifestação da AIB, afirmou:

> Com suas inúmeras bandeiras, pareciam as tropas de assalto de Hitler! Confesso que me senti amedrontado, pois tudo fazia crer que, diante de tão grandiosa, ou melhor, numerosa manifestação, os integralistas se constituiriam na maior força da nova República que acabava de nascer: o Estado Novo.[176]

---

175 BASBAUM, 1976, p. 165-166.

176 Ibid., p. 166. O historiador Luís Henrique Dias Tavares aponta para manifestações contra o governador deposto Juracy Magalhães, que devem ter sido parte dos atos descritos por Basbaum. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: Edufba, 2001. p. 421-422.

Como foi dito, a AIB foi posta na ilegalidade, ganhando o mesmo destino do seu extremo oposto, o PCB, entretanto, foram os comunistas que continuaram sendo os principais inimigos do governo, já que, em 1937, uma brutal ditadura anticomunista tinha-se implantado no Brasil através do Estado Novo.

Na Bahia, a interventoria do coronel Antônio Dantas, que substituiu ao governo de Juracy Magalhães, desenvolveu uma implacável perseguição aos militantes do PCB, a ponto de apreender milhares de romances de Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e até mesmo exemplares de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que foram retirados da Biblioteca Pública do Estado e proibidos nas livrarias da cidade.[177] Da mesma forma, deu-se a prisão de inúmeros intelectuais, estudantes, profissionais liberais, militares, operários e lideranças sindicais que se identificavam com o comunismo, a democracia e o antifascismo na Bahia. Até mesmo o deputado federal Octávio Mangabeira, prestigioso líder do liberalismo no estado, foi exilado para a Europa e depois para os Estados Unidos, situação que fez recrudescer a animosidade entre setores da burguesia baiana e do governo federal e seu preposto no executivo estadual.[178]

Esta situação de descontentamento de parte da burguesia baiana permaneceria até março de 1938, quando foi nomeado o novo interventor federal na Bahia, o funcionário público e dirigente de um órgão do Ministério da Agricultura, Landulpho Alves. O novo interventor, que era nascido na Bahia, procurou constituir um secretariado de "técnicos" e "apolíticos", condição em que foi saudado pelo autonomista Antônio Balbino por ser "baiano e civil".[179]

Nessa conjuntura, o CR da Bahia iniciou o processo de recomposição do núcleo dirigente no Estado, que também vinha sendo atingido pela repressão ou sofria baixas com o deslocamento de quadros para outras cidades brasileiras. Com as participações do comerciário Lauro Araújo (Duas Massas), do estudante de Agronomia e funcionário da Delegacia do Trabalho Diógenes de Arruda Câmara (Sidrônio), do mestre de obras João Severiano Torres (Simão, Jordão), do marceneiro Manoel Batista de Souza (Bedegueba), do sapateiro Manoel Reinaldo Pinheiro (Marcelo), do também mestre de obras João Rodrigues Sobral (Lima) e do estudante de Direito

177 TAVARES, 2001, p. 422.

178 FALCÃO, 1993, p. 95. Paulo Santos Silva destaca o duro golpe sofrido pelos autonomistas baianos com o cancelamento das eleições de 1938 e o exílio do seu líder. Apesar disso, o movimento não esmoreceria, mantendo-se ativo até o ressurgimento pleno, em 1945. SILVA, 2000, p. 42-48

179 TAVARES, 2001, p. 423; SILVA, 2000, p. 46-47.

Armênio Guedes, foi recomposto o CR da Bahia, que impulsionaria a reconstrução do Partido nos anos seguintes.[180]

Neste período, o baiano Giocondo Dias, ex-cabo do Exército e uma das principais lideranças do levante de 1935 em Natal, encontrava-se em Salvador, mas permanecia na retaguarda do Partido, temendo se expor, trabalhando como um "pacato comerciário".[181] Segundo testemunho de João Falcão:

> Estes nomes integraram o CR clandestino da Bahia, realizando um trabalho surpreendente para as condições desfavoráveis da época. A resultante de dois anos de atividades configurou-se numa vigorosa mobilização estudantil, talvez a mais organizada e de melhor atuação no país; na criação da revista *Seiva*, em dezembro de 1938, com penetração e prestígio nacionais; e na manutenção permanente de uma luta aberta contra o Estado Novo, com denúncias através de manifestos clandestinos, reuniões ilegais, movimentos de massa, presença política nos sindicatos e nos congressos estudantis, enfim, por meio de várias formas de resistência, adotadas com coragem e destemor.[182]

O CR baiano vinha ocupando um importante papel no plano nacional, tanto que no curso do processo que culminou na cisão de 1938, foi contatado pelo CCP e, depois de alguma hesitação e adesões individuais ao grupo de Sacchetta, foi o primeiro CR a se manifestar a favor do BP, ainda em dezembro de 1937.[183] Desta

180 FALCÃO, 1993, p. 97.

181 Ibid.

182 Ibid., p. 97-99. O autor também dá notícias das tentativas de Giocondo Dias de organizar uma célula militar na Bahia, constituída por cabos e sargentos da Aeronáutica, que contaria, entre outros, com Osvaldo Peralva e Antonio Paim. Em suas memórias, publicadas na segunda metade dos anos 1950, no Brasil, com o título de *O Retrato*, Osvaldo Peralva confirma as articulações para a formação de um "grupo comunista" na Base Aérea de Salvador em 1942, entretanto, não cita Giocondo Dias. Nossa referência é da edição portuguesa: PERALVA, Osvaldo. *Memórias dum comunista*, Lisboa: Editorial Áster, [19–], p. 9.

183 KAREPOVS, 2003, p. 286, 303. No documento do CR-BA, consta a seguinte condenação: "O Comitê Regional da Bahia condena, energicamente, a atividade desse grupo, trotskista na teoria e na prática, o qual não é mais que uma traição ao proletariado, em um momento crítico da sua vida, e concita a todos os camaradas da Bahia e todo o Brasil, a unirem suas forças em torno de Comitê Central, para transformar o nosso partido em uma organização homogênea e forte, capaz de desempenhar as tarefas que lhe incubam como único guia das massas trabalhadoras do Brasil e de todo o povo brasileiro na luta pela sua libertação". Há um fato curioso na nota, que demonstra a confusão no interior das hostes pecebistas, pois a resolução cita o grupo fracionista como sendo liderado por Paulo (Sacchetta) e Souza (seria Elias Reinaldo da Silva, André?), ao que o BP acrescenta uma pequena nota corrigindo que os nomes dos verdadeiros fracionistas, Paulo, Luiz e Barreto. "Resolução sobre o grupo fracionista

forma, teria sido a partir do importante trabalho desenvolvido em Salvador pela direção do Partido que os comunistas baianos puderam fundar a revista *Seiva*, uma publicação antifascista de circulação nacional e alguma penetração internacional, especialmente no subcontinente sul-americano.

Idealizada pelos dirigentes do CR da Bahia, Diógenes de Arruda Câmara e Armênio Guedes, e pelo militante João Falcão, recém-chegado ao Partido e que logo passou a dirigir o periódico, a *Seiva* foi uma das raras experiências de publicação legal vinculada ao PCB a circular no Brasil durante o Estado Novo.[184] Seus diretores legais eram João da Costa Falcão, Virgildal Sena, Eduardo da Silva Guimarães e Emo Duarte, os três últimos, convidados pelo comunista Falcão, não sabiam das ligações entre a revista e o Partido Comunista na clandestinidade.[185]

Quando da edição do primeiro número da *Seiva*, que circulou com o dístico "Mensagem aos intelectuais da América" como subtítulo, em dezembro de 1938, poucos seriam capazes de identificar, por trás de pseudônimos como Américo Albuquerque, Luiz Bastos e Marcos Pimenta, os verdadeiros nomes de Eduardo Maffei (um médico paulista que precisava se proteger, pois "trabalhava num laboratório de uma multinacional italiana de São Paulo, cujo presidente era o representante no Brasil do ditador fascista italiano, Benito Mussolini") e dos comunistas que se encontravam na Bahia, o pernambucano Leôncio Basbaum e o carioca Carlos Lacerda, respectivamente.[186] Contribuíram, ainda, para o primeiro número do periódico, vários intelectuais (jovens, em sua maioria) que fariam história no movimento comunista, no pensamento liberal, no mundo das artes e das ciências, na Bahia e no Brasil, como Afrânio Coutinho, Barreto de Araújo, Orlando Gomes,

---

dirigido por Paulo e Souza". CR-BA do PCB. 11 de dezembro de 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.130, rolo: 06. Atente-se para o fato de que, em 1937, o estudante baiano Carlos Marighella, depois de ter ido morar no Rio de Janeiro, em 1935, foi deslocado para São Paulo para ajudar a combater a facção de Sacchetta junto ao CR. NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. *In*: NÓVOA, Jorge, NOVA, Cristiane (org.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 47-50.

184 FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. p. 42-44. Outras duas experiências de publicações democráticas e antifascistas foram registradas em São Paulo, como a revista *Problemas*, criada no início de 1939, sob a influência de comunistas próximos ao grupo de Heitor Ferreira Lima; e a revista *Cultura*, surgida no mesmo ano e dirigida por Nabor Cayres de Brito (irmão de Milton). De acordo com Dulles, *Cultura* teria sido criada pelo grupamento de Bangu para reduzir a influência do periódico de Ferreira Lima. DULLES, 1985, p. 170. Ver também: KAREPOVS, 2003, p. 204-205.

185 FALCÃO, op. cit., p. 42-44.

186 FALCÃO, João. *A história da revista Seiva*: primeira revista do Partido Comunista do Brasil – PCB. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2008. p. 13-14. Ver também: *Seiva*, n. 1, Salvador, dez. 1938. APJF.

Azevedo Marques, Paulo Cavalcanti, Walter da Silveira, entre outros. Segundo João Falcão, dos 20 nomes que assinaram textos neste primeiro número, que circulou com 1.500 exemplares, dez eram comunistas, "embora três usassem pseudônimos e todos abordassem temas literários".[187]

A *Seiva* evitaria tratar de temas mais espinhosos e politizados nas suas primeiras edições. O periódico se constituiria num amplo espaço de intervenção cultural de intelectuais de diversos matizes, que se unificavam no ponto em que defendiam os valores da *democracia*, contra a tirania e o autoritarismo.

Ainda que sob o olhar vigilante da censura do Estado Novo, que atuava através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no controle das publicações que circulavam no Brasil, e que, na Bahia, era dirigido pelo médico pediatra Enéas Torreão da Costa, a revista *Seiva* chegaria às bancas com alguma liberdade e alcançaria repercussão na grande imprensa, como se pode ver pela saudação feita ao periódico pelo jornalista, professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia e ex-deputado federal, Luiz Vianna Filho.[188]

> Seiva é o seu nome. Sem se propor a defender um círculo restrito de convicções, acolhe nas suas colunas as esperanças de moços voltados para a causa pública, todos imbuídos de uma grande vontade de servirem à coletividade, discutindo temas e teses de doutrina política sem eiva partidária. Vale como um esforço e a afirmação de que ainda não se degradou a mocidade estudiosa, que se sente bastante forte para pensar e discutir cheia de fé no futuro da nacionalidade. É um elo do pensamento nacional, cujos esforços serão fecundos para que possamos aprender e compreender a lição que vivemos.[189]

O segundo número da *Seiva* apareceria logo em janeiro de 1939, com a alteração no subtítulo que se chamaria "Roteiro das Américas", mas no mesmo formato da edição anterior e com um critério editorial semelhante.[190] Neste novo número, o periódico continuou a evitar o debate ideológico mais frontal, muito embora trouxesse inúmeros artigos assinados por comunistas sob pseudônimos, como os textos de Leôncio Basbaum (Luiz Bastos) e Carlos Lacerda (Marcos

---

187 FALCÃO, 2008, p. 4.

188 Segundo Falcão, o responsável pelo DIP na Bahia "tratava aos diretores da revista como a inofensivos jovens que tinham a veleidade de editá-la e cuja existência, para ele, seria muito curta. Ledo engano!". FALCÃO, 2000, p. 14

189 VIANNA FILHO apud FALCÃO, op. cit., p. 48.

190 *Seiva*, Salvador, n. 2, jan. 1939. APJF.

Pimenta), que voltavam a colaborar com a *Seiva*, além de Diógenes de Arruda Câmara (João Nitão), jovem dirigente do CR da Bahia. Outros comunistas utilizaram seus nomes verdadeiros por atuarem no plano da legalidade, como Rui Facó, Antônio Franca (pernambucano, que seria secretário-geral da União Nacional dos Estudantes [UNE]), Aristeu Nogueira, o próprio João Falcão, Nelson Schaun e inúmeros intelectuais liberais, como Aliomar Baleeiro, Basílio Machado, Luiz Viana Filho, Nestor Duarte, entre outros.[191]

Se a *Seiva* caminhava nos seus primeiros passos com poucas dificuldades ante a ditadura de Getúlio Vargas, já que não se dedicava a atacar o regime do Catete, muito embora publicasse diversos textos que, subliminarmente, reivindicavam a *democracia*, um acontecimento externo poria termo a primeira fase do periódico. Pouco afeito a temas politicamente mais espinhosos, embora numa conjuntura profundamente ideologizada em que os opostos se confrontavam duramente, inclusive no interior do próprio PCB, o periódico não pôde ignorar o impacto de tal acontecimento. Com a guerra e com o Pacto Germânico-Soviético, as necessidades do PCB se intensificaram no plano nacional de forma que os comunistas baianos em geral, e a revista *Seiva* em particular, foram chamados a intervir na realidade de um modo mais incisivo.

Nos ásperos tempos em que a ditadura do Estado Novo grassava no Brasil e o fascismo ameaçava a "pátria do socialismo", nenhum comunista poderia se ausentar das suas responsabilidades, e o CR da Bahia, quando transformou o dístico do primeiro número da *Seiva*, destinado aos "intelectuais da América", em uma divisa mais abrangente, "Mensagem aos povos da América", a partir do número 7, de setembro de 1940, tinham plena consciência de que lutar pela União Nacional era lutar pela união continental e planetária, contra o fascismo, ainda que com a *burguesia nacional* e, quiçá, com apoio a Vargas. Neste sentido, os comunistas da Terra de Todos-os-Santos, através da intervenção decisiva na luta de classes, que seria impulsionada em função da deflagração da guerra, em 1939, e com um importante instrumento de ação cultural e política, que era a revista *Seiva*, ocuparão uma posição de destaque no interior do Partido e na aplicação da linha política de União Nacional, já plenamente ratificada, desde outubro de 1938, pela direção nacional do PCB.[192]

---

191 FALCÃO, 2008, p. 19.

192 KAREPOVS, 2003, p. 376-377.

CAPÍTULO 2

No caminho das ruas

Eu me contradigo?
Pois muito bem, eu me contradigo,
Sou amplo, contenho multidões.
(Walt Whitman)

Frente única, frente popular e Frente Nacional no Movimento Comunista

Na história do movimento comunista, a questão das políticas de *frentes* sempre foi um tema por demais espinhoso. Para Lenin e para Trotsky, dois dos principais líderes da Revolução Russa, a política da *frente única* deveria ser usada com máxima flexibilidade tática desde 1921, para os comunistas conselhistas, ou comunistas de esquerda, a frente única era uma capitulação vergonhosa à social-democracia e a seus governos. Não por acaso, Lenin dedicou boa parte do seu livro sobre o *esquerdismo*, escrito em 1921, para combater aquilo que acreditava ser a "doença infantil" das correntes comunistas do período.[1]

---

1 LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1981. passim.

No interior da Internacional Comunista (IC), nova fratura seria evidenciada desde a ameaça e ascensão de movimentos e ditaduras de tipo fascistas, inicialmente na Itália e, posteriormente, na Alemanha, quando Trotsky e seus partidários defenderam a frente única com os operários social-democratas contra a política do "terceiro período" do *Komintern*, cujas correntes stalinistas acusavam a social-democracia de ser irmã gêmea do fascismo. A virada decisiva viria, entretanto, somente em 1934-1935, quando o Partido Comunista Francês, com o consentimento do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), adotou a política de *frente única* com a social-democracia e de *frente popular* com os "radicais".[2]

Mas o que significava, efetivamente, a tática de União Nacional na história dos Partidos Comunistas pelo mundo? Em que medida ela refletia, *mutatis mutandis*, a linha política de *frente popular*, finalmente aprovada pelo VII Congresso da IC, em 1935? Em que circunstâncias as políticas *frentistas* (*frente única*, *frente popular* e *frente nacional*) foram adotadas pelo movimento comunista internacional?

Na história do movimento comunista, a trajetória das formulações *frentistas* remonta aos primeiros anos de funcionamento do *Komintern* e, em larga medida, foi adotada pelas Seções Nacionais de diversos países e em diversos momentos, de maneira que se faz necessário discutir, brevemente, a trajetória e o conteúdo destas elaborações até a formatação da *frente nacional*, que vicejou desde os fins dos anos 1930 até o início da Guerra Fria.

Fundada em 1919, a IC consagrou a liderança do Partido Bolchevique e da via revolucionária russa no quadro da movimentação operária europeia no primeiro quartel do século XX. A vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917 foi um dos feitos mais extraordinários de toda a história da humanidade. Até então, nenhuma ação planejada, fundada numa corrente política conscientemente organizada e centralizada para uma determinada finalidade, havia chegado tão longe nos seus propósitos. Nem mesmo as agremiações atuantes na Revolução Francesa de 1789 chegaram perto do que foi o Partido Bolchevique, dirigido por Lenin, e do papel que esta organização cumpriu nos eventos espetaculares daqueles anos, que mudaram a história do mundo no século XX.[3] Regidos por

---

2 DASSÚ, Marta. Frente Única e Frente Popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo:* o marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 6, p. 308-309.

3 De 1902, a concepção leniniana de partido está expressa em uma das mais importantes obras do líder da Revolução Russa, contexto em que se dizia, entre outras coisas, que a organização

uma estrutura que agregava revolucionários profissionais, submetidos ao regime do centralismo democrático, o modelo leniniano de partido denotou uma substancial eficácia da sua organização, ao menos no quadro russo das duas primeiras décadas do século passado.[4]

O sucesso da Revolução de Outubro disseminou, ao longo das décadas seguintes, o paradigma das revoluções operárias e socialistas, que envolveriam imensos contingentes humanos, explorados pelo capital e oprimidos por regimes autocráticos, como era o caso do tzarismo na Rússia. Da mesma forma, ensejou a criação de uma era de revoluções e de organizações revolucionárias, inspiradas no bolchevismo, que não tardariam a ser experimentadas no restante da Europa na primeira vaga revolucionária aberta entre 1917 e 1923.[5] Todavia, as esperanças alimentadas por Lenin e Trotsky de que a revolução mundial não faltaria e viria em auxílio da Rússia dos sovietes foram frustradas pelas derrotas das revoluções húngara (1919), italiana (1920) e, principalmente, da revolução alemã, de 1919-1921. Caberia, então, à IC fazer o balanço destas primeiras derrotas e buscar as respostas e proposições táticas de acordo com cada circunstância e cada nova conjuntura.

Foi somente no seu III Congresso, em 1921, que o *Komintern* pôde avaliar os aspectos das derrotas que parcialmente se iam abatendo sobre a classe operária em diversos países europeus. Ainda no bojo da situação revolucionária, inaugurada com o fim da Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa de 1917,

---

deveria "ser composta principalmente de homens tendo por profissão a atividade revolucionária. LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 96.

4 Sobre o assunto, parece haver uma certa unanimidade quanto à força que tinha a organização de tipo leninista, ao menos entre os marxistas que reivindicaram o legado de Lenin, inclusive Stalin e Trotsky, além de inúmeros historiadores da contemporaneidade. Para Eric Hobsbawm: "A força do movimento pela revolução mundial estava na forma comunista de organização, o 'novo tipo de partido' de Lenin, uma formidável inovação de engenharia social do século XX". HOBSBAWM, 1995, p. 81-82. Mais recentemente, o historiador Valério Arcary acrescentou: "Nenhuma outra forma de organização foi, contudo, tão eficiente para lutar pelo poder em sociedades urbanizadas quanto o partido centralizado de combate. Sua capacidade de impulsionar greves sem se tornar um apêndice do sindicalismo, de disputar eleições sem se curvar diante do eleitoralismo, de desenvolver propaganda e educação sem se tornar um clube de acadêmicos, de atuar na legalidade e na clandestinidade, e unir todos os militantes em torno de um centro político vocacionado para apoiar a revolução e preparar a insurreição, fez deste modelo de partido uma máquina poderosíssima". ARCARY, 2004, p. 70. Para uma análise sucinta da formulação leniniana, ver: JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 6, p. 13-43.

5 Ver, a esse respeito, HOBSBAWM, 1995, p. 61-89.

a Terceira Internacional e suas principais lideranças puderam produzir as primeiras formulações com base no balanço das revoluções que se processavam na Europa.

No documento "Tese sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista", cuja redação ficou ao encargo de Trotsky, a IC entrevia que, apesar da permanência da situação revolucionária no plano internacional, a "poderosa onda" não conseguia, entretanto, "derrotar o capitalismo mundial, nem mesmo o capitalismo europeu".[6] Ainda que caracterizando as derrotas como parciais, o documento trazia questões fundamentais ao movimento comunista internacional, uma vez que indagava, pela primeira vez desde o impulso revolucionário de 1917, até que ponto a burguesia poderia restabelecer o equilíbrio social no pós-guerra, ou, então, se haveria a possibilidade de uma época prolongada de crescimento do capitalismo. O documento concluía a premissa com uma constatação: "Não decorre disso a necessidade de revisar o programa ou a tática da Internacional Comunista?".[7]

O texto apontava a necessidade de se combinar o realismo político com a atividade revolucionária nas democracias ocidentais que, sob alguns aspectos, eram caracterizadas como distintas do caso russo.[8] Concretamente, na maioria dos países europeus, as organizações comunistas se defrontavam com situações políticas bastante diversas das encontradas pelo Partido Bolchevique ante o Estado autocrático na Rússia, com a classe operária dispondo de amplos e complexos mecanismos de manifestação, o que erguia uma portentosa concorrência das correntes ditas revolucionárias com as agremiações da social-democracia europeia.

Na Alemanha, por exemplo, o Partido Social-Democrata (SPD), além de hegemonizar o movimento operário, chegou a participar do governo burguês de coalizão na República de *Weimar* e, em alguns momentos, compor maioria parlamentar.[9] Apesar da percepção quanto às diferenças, as resoluções do *Komintern* não chegaram a indicar um caminho que negasse a necessidade da ruptura revolucionária e privilegiasse a atuação parlamentar, pois o que se procurava era, apenas e tão-somente, incorporar os mecanismos de acumulação de forças nas épocas em que a crise revolucionária não se tivesse aberto à tática das organizações comunistas.

---

6 III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 3.º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989. v. 3, p. 53.

7 Ibid., p. 54.

8 Ibid., p. 54-59.

9 HOBSBAWM, 1995, p. 74-75.

No III Congresso, portanto, consagrou-se a tática que indicava aos partidos comunistas uma política que os levasse a ser maioria no seio da classe operária. Sob o dístico de "às massas", recusava-se todo o sectarismo e o *putschismo* aventureiro, praticado por algumas das Seções Nacionais da Terceira Internacional e, ao mesmo tempo, procurava-se encaminhar o movimento comunista para dentro dos organismos de massas, os sindicatos principalmente, para, a partir dali, formarem a necessária frente única que encontrasse o termo da ação revolucionária almejada.[10]

No estrito terreno da classe operária, o essencial de ambas as políticas era o pressuposto de que o Partido Comunista deveria caminhar para se constituir em força hegemônica no seio do proletariado, ganhando a maioria da classe para o seu projeto. Os partidos comunistas, surgidos do grande ascenso revolucionário do pós-guerra, viram-se, pela primeira vez, na iminência de elaborar uma tática que não fosse meramente ofensiva, mas uma tática apropriada a um período de relativa estabilidade do capitalismo e que combinasse medidas defensivas, com a preparação da ofensiva revolucionária pela classe trabalhadora.[11]

Não foi por outro motivo que a tese da *frente única operária* foi ratificada no IV Congresso do *Komintern*, em 1922, e posteriormente retomada no VII Congresso da IC, em 1935, especialmente depois da constatação dos equívocos contidos na linha política do "terceiro período", vigente no âmbito internacional desde o VI Congresso da IC, ocorrido em 1928.

Depois da ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933, a contrarrevolução europeia marchava a passos largos para o extermínio do movimento operário e a ameaça à civilização, mas o *Komintern* só percebeu isso depois da catástrofe que foi a chegada dos nazistas ao poder e o esmagamento do movimento operário alemão e de suas organizações, apesar dos alertas de Trotsky e de Gramsci que pregavam

---

10 Perry Anderson chama a atenção para a importância de Lenin e Trotsky no combate à teoria da "ofensiva revolucionária" no momento em que a revolução mundial apresentava sinais de esgotamento. Entretanto, destaca que foi Trotsky, e não Lenin, "o principal arquiteto da frente única". ANDERSON, Perry. Antinomias de Gramsci. *In*: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 92. A teorização da frente única, à qual se refere o historiador inglês, pode ser encontrada em: TROTSKY, Leon. Fisrt Five Years of the Commmunist International: volume 1 (1924). 2007. Disponível em https://www.marxists.org/archive/trotsky/1924/ffyci-1/index.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

11 A principal consigna aprovada no III Congresso do *Komintern*, segundo Tau Golin, era "Às massas", que teria também as versões "Avancemos em direção das grandes lutas, armemo-nos para os novos combates" e "Às massas, formar a frente única do proletariado". GOLIN, Tau. Introdução. *In*: III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 3.º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989. v. 3, p. 20. Ver também o texto de Lenin que foi preparatório para a sua intervenção no Congresso: LENIN, 1981, p. 65.

no deserto, cada um ao seu modo, contra os desacertos da linha ultra-esquerdista do "terceiro período".[12]

Foi somente em 1935, no VII Congresso, que a IC pôde, finalmente, reavaliar a rota que apontava a social-democracia como "ala esquerda" do fascismo, ou "social-fascismo", e restabelecer o caminho da frente única para derrotar o inimigo comum do movimento operário, o nazifascismo. Foi o dirigente do Partido Comunista da Bulgária, Jorge Dimitrov, membro do CEIC, quem formulou as premissas da nova tática, consubstanciadas no texto "A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo", apresentado como Relatório ao VII Congresso da IC, em 2 de agosto de 1935.[13] Pelo texto de Dimitrov, reconhecia-se que o fascismo, ainda que sendo uma expressão da contrarrevolução e uma característica do capitalismo em sua época de crise, necessitava de uma definição distinta das outras formas de dominação burguesa:

> A chegada ao poder do fascismo *não é a vulgar substituição* de um governo burguês por outro, mas sim a substituição, feita por estadismo (sic), da dominação da classe burguesa – a democracia burguesa – por uma outra forma desta mesma dominação, a ditadura terrorista declarada. O não reconhecimento dessa distinção seria um erro grave [...].[14]

A partir desta caracterização, o "relatório" de Dimitrov prosseguia apontando as responsabilidades históricas dos chefes da social-democracia que, com sua política de colaboração de classes com a burguesia, desarmava a classe operária ante

---

12 No início dos anos 1930, Trotsky, expulso da URSS por Stalin e exilado na ilha de Prinkipo, Turquia, dedicou inúmeros textos à análise da questão da linha política do VI Congresso da Internacional Comunista e o processo de ascensão do nazismo na Alemanha. Tais textos foram depois publicados com o título *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. A edição brasileira, traduzida e apresentada, em 1933, por Mário Pedrosa, membro da primeira grande dissidência do PCB, tem a seguinte referência: TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Quanto às críticas do revolucionário italiano Antonio Gramsci, encarcerado pela ditadura fascista de Mussolini, ver seu caderno carcerário nº 7. Na edição brasileira: GRAMSCI, 2000b, v. 3, p. 259-279.

13 DIMITROV, Jorge. A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo: relatório apresentado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 2 de agosto de 1935. *In*: DIMITROV, Jorge. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1976a. v. 3, p. 9-90. De acordo com Pierre Broúe, tanto a ascensão de Dimitrov ao comando da IC quanto a mudança na linha política do *Komintern* tinham tido o aval de Stalin. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*: 1919-1943. São Paulo: Sundermann, 2007. v. 2 – Da atividade política à atividade policial e anexos, p. 827-829.

14 Ibid., p. 12.

a ascensão do inimigo.[15] Também os partidos comunistas foram parcialmente criticados no texto do comunista búlgaro, acima de tudo porque teriam subdimensionado o perigo fascista e desacreditado das suas possibilidades nos países de democracia burguesa clássicas.[16]

O corolário da nova situação caracterizada pela IC, a partir do documento de Dimitrov, era a luta pela *frente única* para a defesa da classe, na condição em que tal política soubesse identificar o momento de sair da defensiva e partir para a ofensiva contra o capital, "orientando-nos rumo à *organização da greve política de massas*".[17]

Se a nova tática, emanada da Terceira Internacional, recuperava os principais elementos da formulação *frentista* do III Congresso de 1921, ela não se deteve, entretanto, na indicação de uma política de *frente única* exclusiva para o interior do movimento operário. Ao contrário, a compreensão de Dimitrov era a de que a ascensão do nazifascismo, além de representar a vitória da contrarrevolução sobre a vaga revolucionária, finalmente derrotada em 1923, significava, também, a derrota de uma parcela da própria burguesia "aterrorizada perante a realização da unidade de luta da classe operária, aterrorizada perante a revolução e já sem a possibilidade de manter a ditadura sobre as massas por meio dos velhos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo".[18] Neste sentido, os partidos comunistas eram instados a criarem "*uma vasta frente popular antifascista* sobre *a base da frente única proletária*", ou seja, seria necessário atrair para o campo *frentista* os amplos setores do campesinato e da pequena burguesia urbana, ainda que as

---

15 DIMITROV, 1976a, p. 19-20. No texto de Dimitrov, não se avalia toda a extensão das responsabilidades históricas da IC quanto à linha do "terceiro período" e do social-fascismo, apenas se apontam alguns erros sectários presentes na política da Internacional.

16 Ibid., p. 21-22. Marta Dassú chama a atenção para a ausência de autocrítica nas resoluções finais do congresso e a necessidade de não legitimar as críticas de Trotsky quanto às teses do "social-fascismo". DASSÚ, 1988, v. 6, p. 328

17 DIMITROV, op. cit., p. 35, grifo do autor. Em seu discurso de encerramento ao VII Congresso, Dimitrov esclarecia aos camaradas que tinham dúvidas se começaria pela frente única ou pela frente popular: "Tanto uns como outros não compreendem evidentemente que a frente única do proletariado e a frente popular antifascista estão intimamente ligadas uma à outra pela *dialética viva da luta*, que se penetram reciprocamente, se transformam uma na outra durante a luta prática contra o fascismo e estão longe de serem separadas por uma espécie de grande muralha". DIMITROV, Jorge. *Pela unidade da classe operária contra o fascismo*: discurso de encerramento pronunciado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, a 13 de agosto de 1935. *In*: DIMITROV, Jorge. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1976b. v. 3, p. 98.

18 Ibid., p. 10.

organizações representantes desses segmentos se encontrassem sob a influência da burguesia e seus partidos.[19]

> Não se pode seriamente conceber a realização da frente popular antifascista sem se estabelecer a unidade de ação da própria classe operária, *força dirigente* dessa frente popular. *Por outro lado, o desenvolvimento ulterior da frente única proletária depende, em grande medida, da sua transformação numa frente popular contra o fascismo*.[20]

A política de *frente popular*, encetada no VII Congresso da IC, e que já era desenvolvida por alguns PC da Europa, passou a ser a tática privilegiada dos partidos comunistas na conjuntura de ascensão das ditaduras fascistas ou *filofascistas* pelo mundo. Não por acaso, os exemplos mais evidentes da aplicação de tais políticas, bem como os seus desdobramentos mais importantes nos anos 1930, foram os casos francês e espanhol, sob os governos de Leon Blum e de Francisco Largo Caballero, respectivamente. Nestes casos, longe de ser uma política essencialmente defensiva, a Frente Popular significou a possibilidade de aceitação de participação dos partidos comunistas em governos de países ocidentais, sem que tivesse havido uma revolução social com a consequente derrota da burguesia, o que veio a ocorrer na Espanha e esteve perto de se concretizar na França, muito embora a Frente Popular vicejasse como campo político de apoio ao governo de Blum.[21]

Em muitos países, os PC formavam com outros partidos da social-democracia, e mesmo da burguesia, amplas coalizões sob a forma de frentes populares que, ainda assim, não impediam a polarização crescente e a ascensão das massas revolucionárias enfurecidas.[22] Sendo assim, a instabilidade permanente de tais governos de Frente Popular ou apoiados pelos membros destas frentes interclassistas, e mesmo a guerra civil, como foi o caso da Espanha, entre 1936 e 1939, constituíram o traço característico mais importante deste período de governos e coalizões *frentepopulistas*.

As formulações táticas quanto à *frente única proletária*, à *frente única antifascista* (nos países coloniais e semicoloniais) e à *frente popular* adentram ao vocabulário e à prática das organizações comunistas internacionais como respostas às diferentes conjunturas que surgiram na Europa e no mundo, desde o final da

---

19 DIMITROV, 1976b, p. 38, grifo do autor.

20 DIMITROV, 1976a, p. 98, grifo nosso.

21 HOBSBAWM, 1995, p. 150.

22 Ibid., p. 148-161.

Primeira Guerra Mundial, em 1918. Contudo, somente em 1935 é que passariam a se constituir nos programas fundamentais dos partidos comunistas do planeta, nas circunstâncias e nas possibilidades em que a URSS se adiantava em propor, às democracias ocidentais, a perspectiva de uma "coexistência pacífica" longa e duradoura.

No caso da *frente única proletária*, ou simplesmente *frente única*, a conjuntura de alguma estabilização depois das primeiras derrotas da revolução mundial, entre 1919 e 1920, colocou a imperiosa necessidade de conjugação de esforços no interior do movimento operário para que os partidos comunistas que surgiam pudessem avançar na construção da hegemonia sobre as massas na preparação da revolução. Já a *frente popular* foi a resposta encontrada pela IC ante o nazifascismo vitorioso e o principal instrumento de "antifascismo" da tese do "socialismo num só país", vigente na Rússia, desde a vitória de Stalin sobre a Oposição de Esquerda, em 1926. Foi também uma tática adotada pela direção do movimento operário europeu, ante a incapacidade das burguesias liberais destes países de se constituírem em uma alternativa consistente para as massas na conjuntura de crise aguda do capitalismo e de avanço da onda contrarrevolucionária que sucedeu a revolução derrotada em 1923.[23] Por último, foi um instrumento utilizado pelo movimento comunista dos países ditos atrasados, coloniais ou semicoloniais, para a realização das tarefas de libertação-nacional ante o imperialismo consubstanciada na fórmula da *Frente Única Antifascista*.[24]

---

23 Hobsbawm indaga acerca dos motivos da queda do liberalismo no período entre as duas guerras, mesmo em países que não aceitavam o fascismo e propõe uma resposta: "Os radicais, socialistas e comunistas ocidentais que viveram esse período tinham a tendência a ver a era da crise global como agonia final do sistema capitalista. Diziam que o capitalismo não mais podia dar-se ao luxo de governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais, que incidentalmente haviam proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Diante de problemas econômicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora tinha que apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo". HOBSBAWM, 1995, p. 139. Geoff Eley complementa a explicação e vai adiante, aprofundando as causas da vitória do fascismo: "Os erros maximalístas foram uma lição prática sobre como não conduzir uma revolução. Eles alimentaram expectativas sem lhes dar solução. Incentivaram uma disposição de excitação revolucionária, mas se recusaram a lhe dar a forma de um desafio revolucionário. Fizeram do socialismo uma barreira contra o mundo da burguesia e, de trás dessa barricada ideológica, disparavam uma fuzilaria de provocação retórica. Mas, quando as massas cobraram uma atitude e agiram, aconselharam disciplina e paciência. É compreensível que isso gerasse ressentimento. No final de 1920, o movimento se desmantelava, sem direção e desmoralizado, arrasado por recriminações. Os fascistas se apresentaram como um agente de pacificação contra-revolucionária. A atividade paramilitar localizada estava fermentando desde o início dos anos 1920 e agora se espalhava violentamente de forma organizada". ELEY, 2005, p. 210

24 GALLISSOT, 1987, v. 8, p. 199-267.

Foi ainda no VII Congresso do *Komintern* que o responsável pela América do Sul, o chinês Van Min (Chen Shao-Yo), membro do CEIC, apresentou seu relatório e discutiu as circunstâncias em que, no Brasil, o PC deveria "redobrar os seus esforços no sentido de consolidar a frente única nacional libertadora, liquidar o sectarismo de certos membros do Partido, desenvolver sem medo o movimento de massas de choque, sob a bandeira da União Libertadora e a elevar até as formas mais altas de luta pelo poder".[25] Dizia Van Min:

> Um governo da facção Nacional Libertadora ou de outra qualquer União Nacional, se, por motivos políticos que parecem existem, for necessário mudar o nome, para aparentemente aparentar [sic] uma cor mais socialista, o qual possa impulsionar esse movimento, não será ainda uma ditadura revolucionária democrática de operários e camponeses, mas apresentar um governo de caráter e sentimentos anti-imperialistas. Os comunistas brasileiros devem lutar, como estão sabiamente fazendo, pela independência nacional do seu grande país que virá, em futuro próximo, como uma linda pérola a ser engastada no colar das Repúblicas Soviéticas, como atestado de sua alta civilização. [...] O trabalho dos camaradas brasileiros representa já uma boa etapa na constituição da frente única e antifascista. Devemos render as nossas homenagens ao camarada Prestes e aos dignos Delegados do Brasil ao Sétimo Congresso Internacional Comunista.[26]

Todavia, a União (ou *frente*) Nacional, não ganhou os contornos precisos de uma nova tática, nem sequer foi formulada nos termos em que o *Komintern* consagrou a *frente única* ou mesmo a *frente popular* como instrumento principal das

---

25 "Trecho principal do discurso proferido no VII Congresso Internacional Comunista pelo Delegado holandês Van Mine, Membro do Conselho Executivo do *Komintern* e Relator dos assuntos referentes a América do Sul". Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), GVc. 1935.07.25. Van Min era o pseudônimo do chinês Chen Shao-yu, responsável do CEIC pelos PC da América Latina à época do VII Congresso. Cf. WAACK, 2003, p. 58; PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal*: uma biografia política: "Daniel", O jovem revolucionário. 4. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2005. p. 230. A propósito da referência da nacionalidade "holandesa" de Van Min na documentação do CPDOC, não se pode descartar a hipótese de tratar-se de material produzido pela própria polícia. Não obstante, os termos do documento não parecem estar muito longe do que é dito em outros materiais da IC e do PCB, ao menos do trecho citado.

26 "Trecho principal do discurso proferido no VII Congresso Internacional Comunista pelo Delegado holandês Van Mine, Membro do Conselho Executivo do *Komintern* e Relator dos assuntos referentes a América do Sul". Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), GVc. 1935.07.25. p. 2-3.

organizações comunistas. Pelo contrário, a União Nacional foi, antes de tudo, o resultado da ampliação das táticas de *frente única antifascista* (por vezes chamada pelos comunistas de *frente popular antifascista*) e de *frente popular*, surgida nas circunstâncias e nos países em que a luta antifascista envolvia amplos setores da sociedade, desde os agrupamentos "conservadores patriotas", não identificados com o nazifascismo, aos "revolucionários sociais" de toda espécie.[27] Como insistia Dimitrov:

> Estamos empenhados, como já disse anteriormente e convém insistir, na organização da frente única e dela tiraremos todos os mais auspiciosos resultados. Convém prever o caso de ser apresentada uma situação onde a constituição de um governo de frente única popular antifascista seja não somente possível antes da tomada do poder pelos revolucionários rubros [sic] mas mesmo necessária para alcançar esse resultado. No momento propício o Partido Comunista apoiado pelo movimento crescente da frente única tomará a iniciativa em vista da formação de um tal governo. O Partido Comunista deve apoiar todo o movimento político e de qualquer cor que vise o combate ao fascismo.[28]

Se, nos termos da tática de *frente única*, a posição de hegemonia caberia sempre ao proletariado e suas organizações, na linha de *frente popular*, especialmente em algumas situações, admitia-se a possibilidade da hegemonia pertencer ao setor dito "progressista" da burguesia, como foi o caso brasileiro, a partir de 1936, com a aplicação da política de *frente nacional*.[29] Desta maneira, seria importante conhecer como o PCB analisava o problema da *frente única*, um pouco antes de 1935, apenas para que se possa perceber o peso da inflexão política na tática dos comunistas a partir do ano seguinte à derrota do levante.

Num dos documentos mais elucidativos sobre o assunto, o "Boletim Interno do Comitê Central", de maio de 1934, percebe-se como os comunistas brasileiros entendiam a aplicação da tática *frentista*, tudo isto nas circunstâncias em que se preparavam para a formação da ANL, e a IC ainda não havia inflexionado a sua linha política no sentido da *frente popular*.[30] Pelo documento, podem-se perceber

27 HOBSBAWM, 1995, p. 162.

28 "Relatório de Dimitroff". CPDOC/FGV, GVc. 1935.07.25, p. 15-16.

29 Cf. "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, dez. 1936. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem/Unesp), Fundo: IC, 495.29.96, rolo: 05.

30 "Boletim Interno – Comitê Central". Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), CIC, rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 76 – 20 maio 1934.

aspectos da proposição leniniana sobre a *frente única*, quando este dizia "lutar juntos e marchar separados", e também influências da experiência francesa quanto às discussões que opunham os defensores da aliança *pela base* aos propositores da aliança *pelo alto*, que antecedeu a adoção da *frente popular* pelo PC daquele país, ainda em 1934.[31]

Aprofundando um tema que seria largamente praticado pelo Partido nos anos seguintes, o documento de 1934, ainda bastante informado nas políticas *frentistas* anteriores à tática de *frente popular*, nega a conciliação de classes e chama a *frente única pela base*, situação em que

> [...] os operários dos partidos, sindicatos e organizações que formaram na mesma terão a oportunidade de sentir concretamente a posição dos seus dirigentes e quais as organizações que lutam realmente de modo decidido por suas reivindicações gerais e parciais, econômicas e políticas.[32]

Desta forma, seria demonstrada "toda a traição dos chefes e dirigentes dos sindicatos amarelos, ministerialistas e anarcosindicalistas, dos socialisteiros [sic], demagogos e caudilhos de todas as correntes, os trotskistas, etc.".[33]

Guardando certa ambiguidade quanto ao "ultimatismo", largamente praticado pelo movimento comunista durante a vigência do "terceiro período", entretanto já apresentando sintomas da fase transicional até à *frente popular*, o documento fala, num trecho, da unidade "num só bloco revolucionário e guiado pelo seu único Partido, o Partido Comunista", e noutro, que não se pode "exigir profissão de fé comunista" dos membros da *frente única*. Neste sentido, o "Boletim do CC" defende que a "unidade de ação" vinha sendo "reivindicada pelas massas", condição em que a *frente única* seria exclusivamente "para a luta", sendo, portanto,

> [...] a união de todos os operários organizados e não organizados, sem distinção de opinião política ou religiosa, seja qual for a organização de massa ou sindicato a que pertençam, seja qual for o partido em que militem, sem distinção de cor, nacionalidade, profissão, idade, sexo, para lutar contra o inimigo comum e de classe e o seu governo, por reivindicações econômicas ou políticas, parciais ou gerais, que

31 DASSÚ, 1988, v. 6, p. 299.

32 Ibid.

33 Ibid.

> interessem a um número determinado de operários ou a todo o proletariado em geral.[34]

Por último, ao final do documento, o Comitê Central aprecia os "erros" que teriam sido cometidos na aplicação da tática de *frente única* pelos comunistas na primeira metade dos anos 1930, ressalvando-se que, por não se tratar de uma "tática permanente", ela poderia ser dissolvida quando da consecução dos objetivos traçados. Entretanto, para o bem da luta dos trabalhadores, os pecebistas deveriam dar combate pela manutenção da *frente única proletária*, "por mais amplas reivindicações [...] procurando sempre transformar em comitê revolucionário e permanente".[35]

De qualquer forma, a passagem do VII Congresso da IC e a participação da delegação brasileira no evento não permitiriam a indiferença do PCB perante os acontecimentos e as novas diretivas surgidas do conclave. Ainda que fosse somente depois do levante de 1935 que os comunistas brasileiros viessem a fazer um balanço da sua tática de frente popular e de sua relação com a *burguesia nacional*, no curso dos debates, Marques (provavelmente Valdevino de Oliveira), um dos delegados brasileiros que intervieram no congresso, apontou as contradições que poderiam surgir entre aquele segmento e o imperialismo, o que daria ensejo "a um certo fortalecimento da influência da *burguesia nacional* sobre as massas, conseguindo mesmo a passagem momentânea de alguns grupos burgueses para a frente popular nacional revolucionária, iniciada em fins de 1934".[36]

Muito embora a política da ANL fizesse com frequência o chamado à *burguesia nacional* para que juntasse as suas forças aos setores "nacional-popular-revolucionário", não se pode dizer que o PCB de 1935 centrasse sua atuação na aliança de classes, optando por uma ação tática muito mais centrada no que se vem chamando de momento *putschista*, em função da influência dos tenentes, do que na luta pelas massas e na aliança interclassista, vigente na segunda metade dos anos 1930.

Bastariam dois anos, os primeiros resultados da inflexão política no *Komintern* e uma significativa derrota do movimento comunista no Brasil para que o PCB alterasse radicalmente sua compreensão da tática *frentista*. Desta maneira,

---

34 "Boletim Interno – Comitê Central". Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), CIC, rolo 07, Filme 495, Assunto 29, Dossiê 76 – 20 maio 1934.

35 Ibid.

36 "Discurso do Delegado do Brasil perante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista. (Moscou, jul. 1935)". CPDOC/FGV, GVc. 1935.07.25. "Lista de oradores no VII Congresso". Doc. 54, maço 6, caixa 1, Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS/ICS/UL).

a guinada de 1936 foi a expressão quase que reflexa de uma trajetória que caminhava no sentido de tentativas de conciliação com setores da burguesia e de uma certa adesão à *democracia*, que passava a ser entendida como meio necessário aos objetivos finais.

Nos países em que o movimento operário, o campesinato, a pequena burguesia urbana e os setores marginais da burguesia, por suas debilidades, não conseguiam representar uma efetiva alternativa de poder e nem sequer conseguiam manter uma consequente política defensiva, a União Nacional adveio como tática principal. Ao mesmo tempo, tal política vicejou mais plenamente nas regiões periféricas do planeta, pois encontrou largo espaço em segmentos da população que passaram a ser mobilizados pelo movimento comunista. Esse movimento apresentava, como alternativa de saída da crise, a ampla coalizão de classes em defesa da pátria, contra a agressão externa, que incorporaria, além dos componentes tradicionais da *frente popular*, a "burguesia nacional" e os "grandes proprietários agrários", desde que estes fossem entendidos como cumpridores de um papel "progressista" na luta antifascista.

Enquanto uma vaga nacionalista alcançou amplos setores das massas urbanas em diversos países, a bandeira do patriotismo, de certa maneira estranha às correntes oriundas do bolchevismo, a despeito de ser cada vez mais adotada na própria URSS, passou a ser defendida pelos partidos comunistas e pelos movimentos revolucionários de diversas partes do mundo.[37] Isto porque o caráter do nacionalismo vigente, quando das lutas antifascistas, implicava uma forma de internacionalismo que, muito embora instrumental, já que submetido à tese do "socialismo num só país", não deixava de se referir ao primado do inimigo comum de toda a civilização.[38]

Contribuía, enfim, para a ampliação da tática *frentepopulista*, no caso dos países "coloniais", ou "semicoloniais", como o Brasil, a visão *etapista* e a compreensão quanto às *tarefas* da revolução brasileira. Tal diretiva pressupunha uma necessária antecedência da etapa *nacional-libertadora* em relação à etapa socialista, o que significava a concepção de que caberia à *burguesia nacional* a missão histórica de

---

37 Hobsbawm fala de um patriotismo de esquerda sintetizado nas frentes nacionais que "abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores". HOBSBAWM, 1995, p. 138. Isaac Deutscher afirma que, após o VII Congresso, preocupados em não "assustar" os liberais da classe média "com exigências radicais descabidas e *slogans* anticapitalistas", os "comunistas tornaram-se os mais ardorosos e até vociferantes partidários da defesa nacional nos países capitalistas". DEUTSCHER, 2006, p. 442

38 "Depoimento de Luís Carlos Prestes", *Voz Operária*, 15 ago. 1953 apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 239; HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 175.

liderar a fase *burguesa* e *democrática* da transição, e caberia ao proletariado hegemonizar a etapa socialista, projetada para um futuro não enunciado.[39]

Não teriam sido outros os motivos que levaram o PCB a adotar, sistematicamente, no plano interno, a política de Frente Popular ampliada, que era a União Nacional, na conjuntura da guerra. A crença no potencial revolucionário da *burguesia nacional*, acrescentada de fatores específicos – como o debilitamento do movimento comunista ante a ditadura do Estado Novo e a postura de oposição ao regime de uma parcela da burguesia – reforçaram o sentimento dos comunistas de que, a partir de uma crise de grandes proporções, seria possível abrir uma nova etapa da revolução no Brasil, porquanto, na visão do PCB, no plano político, o regime ditatorial estivesse fragilizado e no plano social, com o avançar das correntes progressistas, se complementariam as tarefas "democráticas" da revolução, com a "libertação nacional" e a superação dos "vestígios feudais", "semicoloniais" e da "submissão imperialista".[40]

Dessa forma, o PCB buscou se localizar desde os primeiros momentos, junto a esses movimentos antifascistas, como a primeira corrente a empunhar com veemência a bandeira da Frente Nacional Antifascista, que tinha a *democracia* como o tema principal, nem que para isto fosse necessária uma aliança com o principal algoz dos partidários de Prestes, o próprio Getúlio Vargas.[41] Sob a ótica dos comunistas brasileiros, a ameaça nazifascista, além de encontrar inúmeros simpatizantes encastelados na ditadura de Getúlio, também teria seus prepostos nacionais no integralismo de Plínio Salgado.

O malogro do golpismo da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1938, portanto, teria aberto espaço para a política de União Nacional com Vargas, defendida pelos

---

39 "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, dez. 1936. Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05.

40 Indícios desse raciocínio podem ser encontrados tanto nos já citados documentos oficiais do PCB sobre a União Nacional quanto em alguns textos publicados na revista *Seiva* que se reportavam às relações entre as tarefas dos comunistas e o problema da guerra. Ver, a esse respeito, um artigo divulgado na *Seiva* e assinado por um americano, Howard Homes, cujas relações com o comunismo não nos foi possível conhecer. Trata-se do texto "O desenvolvimento econômico da América Latina pode pôr fim às intrigas do Eixo". *Seiva*, Salvador, n. 12, p. 5-6, jun. 1942. APJF.

41 Cf. "O governador Juracy e os extremismos", PCB, Região da Bahia, abr. 1937. AEL/Unicamp, Filme 495, Assunto 17, Dossiê 127, rolo 07. Cf. "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro,J 28 mar. 1938, Bureau Político do PCB. AEL/Unicamp, 2 p. datilografadas, publicado em *A Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abr. 1938. Pasta 33/162, FHS.

comunistas.[42] Contra a "quinta-coluna" e a corrente integralista, o PCB manteria, ao longo de toda a década de 1930 e 1940, permanente vigilância e envidaria os maiores esforços no seu combate. Defendendo a União Nacional de todas as forças democráticas e progressistas, contra o inimigo externo e seus correlatos no território nacional, os pecebistas encontraram, no caminho das ruas, a possibilidade de retornar à atividade da luta política no Brasil.

Os comunistas em busca de uma direção: o Comitê Regional da Bahia e a reorganização partidária

Conforme analisado no capítulo anterior, o movimento comunista brasileiro, ainda que de maneira esparsa e molecular, não deixou de intervir na cena política nacional. Muito embora derrotado pelo inimigo no campo da luta de classes, procurou realizar um significativo processo de revisão de sua linha tática e preparar as bases para as futuras intervenções. Não obstante as agruras de um período de extrema tensão, uma vigorosa atividade de balanço e de redefinição da linha política tomou conta do Partido, envolvendo boa parte dos seus quadros e principais dirigentes que não haviam caído diante da repressão e que, de qualquer forma, precisaram assumir a tarefa de recompor a direção nacional e reestruturar as fileiras comunistas após o fracasso do levante de 1935. Também, alguns dos Comitês Regionais que sofreram menores baixas na onda de "caça às bruxas", em 1935 e 1936, tiveram participação ativa neste processo de reagrupamento das forças "vivas" do PCB e da revisão tática que desembocou na inflexão de 1936, com a incorporação da burguesia ao projeto de revolução *nacional-libertadora* dos comunistas e a proposição da *frente nacional* a partir dos meses seguintes.

Neste quadro de reorganização, o Comitê Regional da Bahia cumpriria um papel de relevo e, de certa forma, chegando quase a *reinventar* um *novo partido* que estivesse preparado para melhor intervir nos anos seguintes. Essa situação, como pode ser constatada pelas formulações que colocaram a questão da *democracia* e da União Nacional de maneira incisiva na pauta do PCB já em 1937, esteve em consonância com as deliberações do VII Congresso da IC e com as pressões que se

42 Cf. "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 de março de 1938, ass. Bureau Político do PCB. AEL/Unicamp 2 p. datilografadas, publicado em *A Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abril 1938, Pasta 33/162, FHS.

exerciam no centro do comunismo mundial no sentido da afirmação da linha de *frente popular* e do caráter anti-imperialista da revolução no Brasil.[43]

O núcleo de dirigentes que foi instado a revisar a linha política do Partido entre 1936 e 1938, e que promoveu a inflexão citada, assim como boa parte dos Comitês Regionais que se estavam recompondo naqueles tempos difíceis de ditadura estadonovista, terminaram caindo, nos meses seguintes, nas mãos da repressão à proposição da *frente nacional*, surgida com o decisivo apelo à unidade feito pelo PCB. Em maio de 1939, o CR de São Paulo, já inteiramente sob o comando do BP, foi totalmente desmantelado, com a prisão de 22 dos seus membros mais importantes, inclusive de Carlos Marighella, que estava em São Paulo desde 1937, além de Clóvis de Oliveira Neto, Agostinho José de Carvalho, Antônio Rodrigues de Gouveia, entre outros.[44]

Em abril de 1940, a polícia de Getúlio prendeu quase todos os membros da direção nacional do Partido, que havia sido recomposta em meados de 1938, inclusive os principais dirigentes do antigo e do novo Bureau Político e do Secretariado Nacional do PCB, que tinham passado pela Bahia entre 1936 e 1937. Foram presos, além de Bangu, Martins, Abóbora e André, os dirigentes Domingos Pereira Marques, Sebastião Francisco, Joaquim Câmara Ferreira, Noé Gertel e cerca de 50 outros comunistas, integrantes dos principais órgãos diretivos do Partido que tentava se reerguer.[45] Da direção nacional eleita na I Conferência Nacional do Partido, em 1934, que foi posteriormente várias vezes reorganizada, restou apenas o operário Domingos Brás, que, após as prisões no Rio de Janeiro, seguiu para dirigir o Partido em São Paulo e fugir da repressão na capital federal.[46]

Segundo Dainis Karepovs, as prisões de 1939 e 1940 terminaram "desarticulando o PCB organicamente durante muito tempo", muito embora o Partido não

---

43 Ver, a esse respeito, o documento de 1937 do CR-BA "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 mar. 1937, 3 páginas datilografadas, AEL/Unicamp, pasta 32/114, FHS.

44 Marighella estava em São Paulo desde 1937, depois de ter saído da Bahia, a pedido da Direção do partido, em 1936. NOVA; NÓVOA, 1999, p. 47-50; DULLES, 1985, p. 19; KAREPOVS, 2003, p. 410

45 Uma lista dos comunistas presos encontra-se em: "Relatório sobre os materiais recebidos em 26 de maio de 1940 da mãe de Prestes". Lacerda, Secreto, 3 jun. 1940, 3 ex. Traduzido do francês Vorobiov. Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, AHS/ICS/UL, pasta 22, sem catalogação.

46 DULLES, 1985, p. 202-204; KAREPOVS, op. cit., p. 277.

tivesse deixado de existir em outras regiões do país, como o provam as atividades no Nordeste, especialmente a movimentação na Bahia.[47]

As prisões daquele período significaram um duro golpe para o PCB, já que a direção que caiu era formada, principalmente, por militantes experimentados na luta, que tinham vivido a tentativa insurrecional frustrada e que vinham fazendo o balanço dos erros e preparando o Partido para o novo momento. Tratava-se, portanto, de quedas de dirigentes que tinham ascendido à direção do PCB na época de afirmação da política de *frente popular*, muitos dos quais haviam participado das discussões que permearam o VII Congresso do *Komintern*, como Bangu, Martins, Abóbora e André, a despeito de não terem sido delegados ao conclave da IC.[48]

---

47 É Karepovs quem nos informa, a partir de um relatório de Arnaldo (Bangu) à IC, sobre a composição e estrutura organizativa da direção nacional do partido, em 1938: "Afirmava [Arnaldo] que o Secretariado Nacional, composto de Bangu, Abóbora, Mauro e Jurandir, orientava o Partido e o BP vinha reunindo-se regularmente, de uma a duas vezes por mês. Também havia um Secretariado do Nordeste, com três militantes (um dos quais era André). As melhores ligações do BP eram com os CR do Rio de Janeiro, São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará (que tinha conexões com o Maranhão e com Manaus) e Rio Grande do Sul, e também tinha contatos diretos com Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte. Mencionava, além destes, os CR da Paraíba (sobre o qual ainda não havia relatório) e Alagoas, e dizia que não tinha ligações com os CR do Triângulo Mineiro". Apesar disso, o autor sugere que o Partido tinha sido bastante atingido pela cisão, de 1938. KAREPOVS, 2003, p. 355-356. Não conseguimos identificar os outros dois membros do citado Secretariado do Nordeste, que poderia ter, possivelmente, as presenças de um "baiano" e um "pernambucano", em função da importância desses dois CR no quadro nacional.

48 De acordo com Marcos Del Roio, a delegação brasileira presente ao VII Congresso da IC, e à III Conferência dos PC da América Latina que o precedeu, contava com Antonio Maciel Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar), Elias Reinaldo da Silva (André) e Valdevino de Oliveira ("Marquez" ou "Marques"). DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. p. 49. A informação é confirmada por Anita Leocádia Prestes, quanto aos brasileiros que estiveram presentes na III Conferência dos PC da América Latina. PRESTES, Anita Leocádia. A conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 22, p. 132-156, 2006. p. 134. Ao consultar a documentação da Internacional Comunista referente às prisões ocorridas no PCB em 1940, constata-se que Miranda (Queirós) retornou ao Brasil antes do início do VII Congresso, ao passo que Sousa (André) não teve seu mandato confirmado pela "comissão de mandatos", tendo ficado fora do evento. Estiveram presentes à Conferência Octávio Brandão e Prestes. Fernando de Lacerda, que, tendo chegado em maio a Moscou, só participou do congresso, no qual interveio ao longo de 16 minutos, cabendo a outra intervenção a Marques (Valdevino de Oliveira), que falou durante 26 minutos, no dia 28 de julho de 1935, como representante do PCB. "Ao Secretário Geral do CEIC – Informação" [sobre "Miranda", "Queirós"]. F. 495, op. 74, d. 360, p. 16; "Informação" [sobre "Sousa", "André"]. F. 465, op. 74, d. 360, p. 41 Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, pasta 22, sem catalogação; "Lista de oradores no VII Congresso". AHS/ICS/UL, Doc. 54, maço 6, caixa 1.

Sobre as prisões no Brasil, a IC tratou com o máximo de cuidado, com intervenção do próprio Dimitrov, que apreciou a situação após as diversas quedas. O secretário-geral do *Komintern*, no relatório que lhe foi passado sobre a situação do PCB, anotou, de próprio punho, uma reprimenda ao Partido determinando ao chefe da seção de quadros da IC, Guliaev, e mais, a Fernando de Lacerda e "outro brasileiro", que esclarecessem o que da informação da polícia tinha tido lugar "na realidade" ou era "capaz de ser verdade". Para Dimitrov, que parecia preocupado com as delações, seria necessário se saber "quem são estes prisioneiros que supostamente fizeram declarações na polícia". De acordo com o comunista búlgaro e dirigente da IC: "É preciso, no futuro, ter em conta este enorme fracasso e desmoronamento da direção do PC do Brasil".[49]

Não obstante as prisões e o aparente fracasso do PC brasileiro, no relatório da polícia, elaborado por Filinto Muller e Felisberto Batista Ferreira, que de alguma maneira foi acessado pelos comunistas, destacava-se o avanço do trabalho do PCB que teria modificado a sua linha política, apresentando-se como "radicais", "democratas" e mesmo como "nacionalistas", o que teria deixado "confusos os responsáveis pela segurança no estado". Para os órgãos de repressão, a "'[...] ameaça comunista' no Brasil nunca foi tão séria como atualmente, porque os comunistas não ficaram desanimados com a derrota de 1935, mas, pelo contrário, 'eles ganharam forças e, agora no seu trabalho, recorrem aos métodos mais ousados e mais habilidosos'".[50] Em 1940, neste contexto, a polícia informava que os comunistas continuavam vivos e atuantes, confundindo as autoridades ao usarem "vários tipos de disfarces", de modo que logravam intervir em 15 dos 21 estados da Federação.[51]

Não é de espantar que o trabalho de recomposição do Partido, depois das quedas de 1939 e 1940, pudesse recomeçar a partir do Norte do país, ou, mais

---

49 No documento original em russo, consta a anotação em lápis preto, assinado com as iniciais JD. "Relatório sobre os materiais recebidos em 26 de maio de 1940 da mãe de Prestes". Lacerda, Secreto, 3 jun. 1940, 3 ex. Traduzido do francês Vorobiov. Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, AHS/ICS/UL, pasta 22, sem catalogação.

50 "Relatório sobre os materiais recebidos em 26 de maio de 1940 da mãe de Prestes". Lacerda, Secreto, 3 jun. 1940, 3 ex. Traduzido do francês Vorobiov. Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, AHS/ICS/UL, pasta 22, sem catalogação

51 No contexto em que prevalecia um anticomunismo visceral, enaltecer as qualidades do inimigo era uma atitude típica da repressão, que justificava sua truculência apontando os riscos do avanço do comunismo. Todavia, parece evidente que o trabalho de reconstrução do PCB estava em pleno vapor e os estados em que os comunistas tinham trabalho político, segundo o relatório da polícia, eram relacionados: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Estado do Rio, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ibid.

especificamente, a partir da Bahia, que, como já foi dito, era um dos estados do Brasil onde a repressão tinha dado uma certa folga aos comunistas na segunda metade dos anos 1930. Contudo, também o Comitê Regional da Bahia, que tinha sido dado como recomposto pelo Partido em 1937, sofreu quedas importantes, como a de Diógenes de Arruda Câmara, preso em abril de 1940, e a de Aristeu Nogueira, alcançado pela repressão em maio do mesmo ano.[52] Nogueira, então um jovem militante do PCB e estudante da Faculdade de Direito da Bahia, onde o Partido possuía uma importante célula, narrou o episódio de sua prisão muitos anos depois:

> *Foi nessa gráfica (da Seiva), quando bateram lá em Salvador, que liquidaram com essa organização que nós tínhamos. Eu vim pra aqui (Irará, no interior da Bahia) e como meu pai era na ocasião intendente ainda naquele tempo, ele era intendente com muita confiança e relação muito boa com o interventor federal Landulpho Alves. Ele se tornou amigo de Landulpho Alves e eu, com essa cobertura, consegui sair da lista dos que iam pra Fernando de Noronha, respondi a um processo rápido, sendo que não foi nem à parte final e fiquei aqui advogando. Advogando legalmente em contato com os companheiros do Partido em Salvador. Ajudava o pessoal, lá reunia etc. Fazia parte da direção estadual, inclusive. Isso já em [19]40.*[53]

O trabalho com a revista *Seiva*, que, em fins de 1939, completaria um ano de existência, crescia em expressão e notoriedade, ao mesmo tempo em que ganhava a atenção tanto das hostes partidárias quanto dos órgãos repressivos do Estado, uma vez que era um dos poucos periódicos antifascistas do país com circulação regular e legal e o único ligado aos comunistas, embora isto não fosse um fato evidente.

Seria, portanto, dos quadros do periódico baiano que sairia boa parte dos dirigentes locais e alguns nacionais que comandariam o Partido nos anos 1940. Este

---

52 "Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22 jun. 1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04. Numa entrevista concedida em Roma, aos jornalistas brasileiros Iza Freaza e Albino Castro, em junho de 1979, poucos meses antes de morrer, Diógenes de Arruda Câmara recordou o episódio da sua prisão: "Eu já tinha sido preso em 1937 com o golpe do Estado Novo, passei em prisão três meses, depois fui preso em 1940. Nessa prisão de 1940 estive incomunicável, sendo torturado durante dois meses. Depois passei incomunicável durante oito meses. Depois de eu ter me negado por dois meses a prestar qualquer depoimento, fui solto com um ano e dois meses de prisão, por um *Habeas Corpus* e porque não conseguiram uma palavra de minha parte – apesar de eu ter sido seriamente delatado. Assim aconteceu". CÂMARA, 2010. Sobre as prisões na Bahia, ver: FALCÃO, 2000, p. 68-69.

53 Aristeu Nogueira, entrevista concedida ao autor, em Irará, 30 jun. 2002.

foi o caso do estudante João da Costa Falcão, que foi "cooptado" para compor a direção do CR da Bahia, em consequência de sua atuação à frente da *Seiva*, para que pudesse intensificar o trabalho junto à juventude que começava a se mobilizar contra a guerra. Esta juventude tinha na revista antifascista, fundada em 1938, um importante canal de expressão.[54]

As prisões na Bahia, embora restritas apenas aos dois importantes militantes que eram Arruda Câmara e de Aristeu Nogueira, não chegaram a abalar a integridade orgânica do Partido, já que este continuava funcionando com consistência em diversas células nos meios estudantis e alguns antigos núcleos operários do estado.[55] Também prosseguia o trabalho iniciado em algumas cidades do interior, como Feira de Santana, Alagoinhas, Catu, Itabuna, Ilhéus, Ipirá, Irará, entre outras, onde o PCB possuía núcleos de juventude e/ou influenciava o movimento sindical e de trabalhadores rurais.[56]

Em Salvador, existiam sete células estudantis, que reuniam cerca de 20 jovens das Faculdades de Direito, Medicina, Agronomia, Engenharia, Eletromecânica, Ciências Econômicas e dos Ginásios da Bahia e Carneiro Ribeiro.[57] Entre os operários, funcionavam 13 células que atingiam as seguintes categorias: portuários e estivadores, trabalhadores da força e luz, panificadores, gráficos, sapateiros, barbeiros, ferroviários, tecelões, trabalhadores da indústria de cigarros, trabalhadores

---

54 FALCÃO, 2000, p. 64.

55 Já para fins de 1940, segundo Falcão, foram presos diversos militantes da célula do Ginásio da Bahia quando distribuíam "boletins subversivos". Ibid., p. 63-84

56 Ibid., p. 64. 63-84. Conforme CÂMARA, 2010. Sobre a presença dos comunistas na zona rural no sul da Bahia, ver: LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau*: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

57 Segundo Arruda Câmara: "Bem, é preciso dizer que o nosso trabalho no movimento estudantil era de tal maneira significativo que nós tínhamos cinco professores e 96 estudantes na faculdade de medicina membros do Partido — o que era bastante significativo". CÂMARA, op. cit. É difícil confirmar esta versão de Arruda, que pode ser uma verdade parcial, porquanto a célula do PCB teria uma imensa capacidade de reunir tantos estudantes de medicina em torno de suas propostas em ocasiões decisivas, como quando da eclosão da guerra, por exemplo. Pode haver, também, um certo *impressionismo* retrospectivo, quiçá as armadilhas da memória do entrevistado que poderia estar reportando-se ao conjunto de todos os estudantes que os comunistas conseguiam reunir em torno de si em 1940, e não, exclusivamente, aqueles da Faculdade de Medicina. De qualquer maneira, em função do crescimento que teve nos anos seguintes, não podemos descartar completamente a importante informação de Arruda Câmara, que, confrontada com outras fontes, nos dá boas pistas sobre o trabalho do partido no período.

da companhia de navegação baiana, comerciários, operários da construção civil, alfaiates e trabalhadores de outros setores menores.[58]

Foi pelas condições excepcionais, em meio à dureza da clandestinidade e à repressão do Estado Novo, que o CR baiano precisou chamar para si a responsabilidade de reconstrução do Partido no âmbito nacional, em função das quedas e prisões pelo Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre 1939 e 1940. Também pelos primeiros frutos do trabalho dos comunistas baianos, que começava a aparecer para o Partido naqueles anos, sob o aspecto tanto do crescimento numérico e da consolidação do CR-BA quanto pela atividade que se fazia com a revista *Seiva*.[59] Desta forma, depois da ida de Marighella para o Rio de Janeiro, em 1936, no início da década seguinte, uma série de militantes do CR baiano seriam deslocados para ajudar na reconstrução do Partido no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, principal centro industrial do país, onde as quedas de 1940 tinham praticamente desarticulado o PCB.

Ao que tudo indica, em que pese a pouca experiência dos militantes baianos que partiram para reestruturar o Partido na capital paulista, havia uma intenção deliberada em reconstruir o PCB nacionalmente, a partir do deslocamento de membros de outros CR para o Sudeste do Brasil e da instalação de uma Comissão Executiva Provisória do Partido Comunista, da qual o "baiano" Arruda Câmara se tornaria o secretário.[60] Segundo seu testemunho:

> Em 1940, havia sido preso todo o Comitê Central do Partido, menos um elemento, que era um operário têxtil chamado Domingos Brás. Através do movimento estudantil e, posso dizer, através de um contato de João da Costa Falcão, que era um baiano, com o Edgar Carone, que é um historiador – nesse tempo era um líder estudantil em São Paulo –, o Domingos Brás me manda chamar para São Paulo. Porque, no período de (19)40 a (19)41, eu havia me destacado um pouco como dirigente na Bahia e vinha trabalhando junto à direção central do Partido. Bem, é preciso dizer que conheci Joaquim Câmara Ferreira em 1936, na Bahia – (19)36, (19)37.[61]

---

58 FALCÃO, 2000, p. 84-85.

59 DULLES, 1985, p. 224-225.

60 Ibid., p. 224-225.

61 CÂMARA, 2010. Segundo João Falcão, uma das condições para a libertação de Arruda Câmara, imposta pelos organismos da repressão, era que ele deixasse a Bahia. FALCÃO, op. cit., p. 71

Nos anos 1950, em *Os subterrâneos da liberdade*, Jorge Amado narrou, em vivas cores, a situação do Partido na Bahia e a chegada do personagem Vítor, do CR baiano (claramente inspirado em Arruda Câmara), à cidade de São Paulo, marcando o início de uma fase de reconstrução, com a implantação de novos métodos, depois que o PCB fora novamente atingido pela polícia de Getúlio:

> Ele chegara da Bahia, onde na prática o Partido não fora atingido com a queda da direção no Rio. Tinham-no mandado para reerguer o trabalho em São Paulo. Vinha precedido de uma certa autoridade: não fora ele quem levantara, após a derrota de 1935, toda o trabalho em Bahia, Sergipe e Alagoas, não se devia a ele, aos seus métodos de organização, o fato dessas regiões não terem caído, como muitas outras, na recente repressão?[62]

Nesse processo, seriam deslocados para a capital paulista, ainda em princípios de 1941, os baianos Milton Cayres de Brito e Armênio Guedes, com a finalidade estrita de reorganizarem o Partido entre a classe operária, deixando-se de lado os agrupamentos pecebistas do Estado, que continuavam mergulhados em disputas fracionistas de toda ordem e "pela preocupação excessiva da *intelligentsia*" em derrubar o governo Vargas.[63]

A presença de militantes baianos em São Paulo, em 1941, serviria tanto ao processo de reorganização partidária quanto ao propósito de referendar a linha política de União Nacional, definida pelo BP e pelo Partido na Bahia contra as posturas que ainda vicejavam em solo paulista e que preconizavam a luta pela derrubada

---

62 AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*: volume 3: a luz no túnel. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 373. Leôncio Basbaum não é tão generoso com o seu conterrâneo: "Por essa época, meados de [19]38, vim a conhecer o Arruda, que mais tarde viria a ser *o pequeno Stalin brasileiro*. Mas, na ocasião, nem o mais vidente dos profetas seria capaz de prevê-lo. Diógenes de Arruda Câmara era pernambucano, fiscal do Ministério do Trabalho em Salvador e estava terminando o curso da Escola de Agronomia que havia na cidade. Na ocasião me pareceu um bom simpatizante, embora anos mais tarde me afirmasse que já era membro do Partido desde Recife, de onde viera". BASBAUM, 1976, p. 167, grifo nosso. Também Osvaldo Peralva descreve Arruda Câmara de maneira pouco simpática, apontando-o como imitador de Stalin, grosseiro, arrogante e prepotente. PERALVA, [19--], p. 239-242

63 Cf. DULLES, 1985, p. 225. Segundo este autor: "O trabalho do grupo da Bahia em São Paulo fez lentos progressos, atraindo apenas reduzido grupo de catecúmenos. Arruda Câmara foi a diversos Estados. Milton Caíres de Brito, mantendo em segredo sua filiação ao Partido, exercia a Medicina nos subúrbios de São Paulo, cobrando pouco ou nada pelos seus serviços". Ibid., loc. cit.

de Getúlio.[64] Desta maneira, estes jovens dirigentes tentariam se inserir junto aos setores operários, preferencialmente os mais empobrecidos de São Paulo, com vistas a realizar um trabalho junto à base, possivelmente na esteira do que exortava o documento "Ganhemos as municipalidades para a democracia", quando este dizia: "É preciso que os camaradas conheçam suficientemente as aspirações da massa de toda a população para organizar um programa de reivindicações municipais com um conteúdo progressista e democrático, incluindo as necessidades mais importantes de todas as camadas [...]".[65]

Como testemunha Armênio Guedes, a decisão havia sido tomada pelo coletivo dirigente, levando-se em consideração a situação de Arruda Câmara e as possibilidades do médico recém-formado Milton Cayres de Brito:

> *Quando Arruda é solto, então, eu era do Comitê Regional da Bahia, o Milton Cayres trabalhava também na Bahia, então a gente resolve reorganizar a Direção Nacional com o que tinha ficado, o que tinha sobrado aqui, em São Paulo. E nós, da Bahia, tínhamos também alguma ligação com o Nordeste, em Pernambuco. Nós viemos para São Paulo. Aí Arruda já tinha até se casado com uma prima minha. Eu vim com ele. Viemos juntos no mesmo navio. Por segurança, ele saltou em Vitória e veio por terra e eu vim pro Rio com a bagagem, os nossos trastes pra ir pra São Paulo e daí a gente iria pra Campinas.*[66]

Sob a ótica dos pecebistas baianos, seria um trabalho lento e difícil, forjado na dureza do dia a dia, em que era esperada a colheita dos frutos muito adiante, nas circunstâncias em que as massas entendessem a importância da *democracia* e que, acima de tudo, o Partido pudesse sobreviver, transfigurado numa "nova" organização:

> E resolvi reconstruir o Partido, junto com outros camaradas, em São Paulo. Me acompanhava Armênio Guedes. Então, o que fazer? Observei que os comunistas da colônia judaica, e os comunistas da colônia lituana, que eram operários metalúrgicos, não haviam sido presos.

64 Baseado numa entrevista feita com Milton Cayres de Brito, John Dulles afirma que, em São Paulo, o grupo de baianos vai fundar, em 1941, uma Comissão Executiva Provisória do PCB, e usar como palavra de ordem "União Nacional pela guerra e paz com Vargas". DULLES, 1985, p. 237. Sobre a precocidade da consigna, que apareceria como linha oficial do Partido somente após 1943, não pudemos confirmar com precisão, tendo em vista a precariedade da documentação do período.

65 "Ganhemos as municipalidades para a democracia!" – (Aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do P.C.B) – Circular editada pelo C.R. da Bahia, em 1 de março de 1937, AEL/Unicamp. 3 páginas datilografadas, Pasta 32/114.

66 Armênio Guedes, em entrevista concedida ao autor, São Paulo, 30 de setembro de 2005.

> Procurei estabelecer contato com a prisão. Domingos Brás me informava que nem todo mundo tinha sido preso. Mas tinha se dado um fenômeno singular em São Paulo. Depois de 1935, todo ano o Comitê Regional caía. Parece que o inimigo cortava a cabeça do Partido, prendia o Comitê Regional, e deixava algumas pontas para ele acompanhar e golpear o Comitê Regional. E assim todo ano – (19)36, (19)37, (19)38, (19)39, (19)40, (19)41. Que fazer? *Eu tracei um plano: botar de lado o velho Partido que a polícia tinha indicações e fazer um Partido novo.* Não tinha outra maneira. Então, tive que me apoiar nos baianos. Fui chamando baianos para São Paulo.[67]

Entrementes, o CR da Bahia se constituiria como um dos poucos organismos do Partido que ainda funcionavam plenamente em 1940, de maneira que, nos anos seguintes, poderia fornecer, ainda com certa folga, os quadros necessários à reorganização partidária, que tomaria corpo entre os comunistas a partir de 1942.

No entanto, nem tudo eram flores para o Partido. No restante do Brasil, o PCB encontrava bastante dificuldade em realizar um trabalho consistente e duradouro em meio aos setores organizados da sociedade, especialmente entre os operários, por conta da rigorosa clandestinidade a que estavam submetidos, não obstante importantes sucessos tenham sido observados. De outro lado, as ligações com os CR existentes foram dificultadas sobremaneira, com o recrudescimento da repressão e as prisões de 1939 e 1940.

Desconfiava-se que havia infiltração policial nos organismos partidários do Sul do Brasil, de modo que o CR da Bahia procurou evitar contatos com os pecebistas dessa região do país durante muitos meses, à exceção dos "baianos", que tinham descido para tentar reorganizar o Partido em São Paulo.[68] João Cunha (João Falcão)

67 CÂMARA, 2010. Ainda segundo o testemunho de Arruda Câmara: "Chamei um companheiro que era o responsável pelo trabalho israelita na Bahia, ele veio. Aí entramos na colônia israelita – isso era muito importante porque nós éramos um Partido pobre, de andar de bonde de segunda, de segunda no trem, e passando uma miséria desgraçada. Me recordo que em São Paulo nós comíamos chuchu de manhã, chuchu à noite, chuchu a semana inteira, chuchu o mês inteiro porque não tínhamos outra coisa para comer senão chuchu com arroz e sal. E às vezes tomar uma xícara de café por dia – não tinha outra forma. Então fomos chamando... Na Bahia, nesse tempo, os estudantes de medicina se formavam e não tinham o que fazer. Então, como nós tínhamos muitos estudantes de medicina... mandam os médicos baianos para cá (ênfase). E nós fomos localizando nos bairros operários de São Paulo os jovens médicos baianos. O Milton Cayres, me recordo, foi para o Tatuapé e aí estabeleceu contato com os operários metalúrgicos da (ininteligível). E fomos mandando também para o interior de São Paulo e para o Norte do Paraná. Para Londrina, que se abria naquele tempo, Jacarezinho etc". Ibid.

68 Ibid., p. 12-13.

chega a afirmar, em entrevista concedida a Edgar Carone, em 1975, que o Partido baiano aparecia "como um dos núcleos mais puros do País – isto é, como um dos organismos sobre o qual não havia suspeita de penetração ou infiltração policial". Dessa forma, o PCB neste estado passaria "a ter uma importância muito grande na reorganização do Partido em todo o País, destacando-se a sua atuação e até mesmo liderança no movimento estudantil nacional".[69]

Apesar disso, a juventude comunista da Bahia também tinha sido um setor do Partido formado tardiamente, ou pelo menos tardiamente contatado pelo organismo nacional. As primeiras notícias da organização dos jovens baianos somente apareceriam para a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB), órgão responsável pela organização dos jovens, em 1935, quando da preparação do Congresso da entidade daquele ano. A propósito da juventude baiana, é bastante sugestivo o informe dado em junho pela FJCB: "Há bem pouco tempo, não tínhamos ligações com essa região e nada sabíamos a seu respeito. Enviamos lá um camarada para tratar da preparação do Congresso e isso nos trouxe resultados bastante produtivos de grandes dificuldades que eles têm".[70]

Assim como outros segmentos do PCB na Bahia, a juventude também floresceu na segunda parte dos anos 1930, de maneira que foi mesmo através das suas células juvenis, especialmente as estudantis, que os comunistas baianos conseguiram organizar o Partido no estado, posto que, entre os estudantes, a repressão era um pouco mais *frouxa*, tanto por conta das dificuldades de se identificarem as lideranças, em função da alta rotatividade e fluidez deste setor, quanto pela composição social deste segmento, formado basicamente por jovens *bem nascidos* e filhos de importantes famílias baianas, da capital e do interior.

Também pelas dificuldades de acesso dos órgãos da repressão às escolas, faculdades e centros do ensino superior da Bahia, haja vista que estes estavam

---

69 CARONE, Edgar. *O PCB*: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982b. v. 2, p. 229.

70 "Informe da JC (FJCB)", Cedem/Unesp, fundo: IC, 533.10.609, rolo: 08. O informe dava notícias da expulsão de "provocadores integralistas" do grupo e das organizações aderentes: Ginásio dos Alunos da Escola Normal, Ginásio das [parte cortada] da mesma escola Bahia, Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Bahia, Ginásio da Bahia, Escola Comercial, Escola Agrícola da Bahia, Sindicatos: dos portuários, dos estivadores, dos bancários, dos pedreiros, dos comerciários, e a Federação pelo Progresso Feminino. Dizia-se que todas essas organizações tinham aderido oficialmente à JC e ainda esperavam as adesões de outras organizações, inclusive do Ginásio Isaías Alves. É desse mesmo período, também, a organização do 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia, que contava com Edison Carneiro, E. Assemany, Aydano do Couto Ferraz, José Borba Tourinho e Paulo Barreto de Araújo com membros da Comissão de Organização Provisória. "1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia", Cedem/Unesp, fundo: IC, 533.10.609, rolo: 08.

"protegidos" por uma certa aura de *liberalismo*, *antifascismo* e *anti-estadonovismo*, o que implicava muitas restrições para o trabalho da polícia em meio à intelectualidade universitária.[71] Em virtude de tais condições, o estudantado tinha, na Bahia e nacionalmente, a possibilidade de percorrer o país livremente para participar de encontros e atividades culturais diversas, o que facilitava imensamente os contatos entre os pecebistas deste segmento, que terminaria sendo o mais apto e ativo na reorganização do movimento comunista no Brasil nos anos 1940.

Muito em função das articulações e realizações do II e III Congressos da União Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938 e agosto de 1939, no Rio de Janeiro, os estudantes comunistas baianos (também o pernambucano Antonio Franca e alguns outros) puderam ocupar um lugar de destaque na movimentação estudantil que se iniciava, com as atividades de uma entidade nacional organizada, a UNE, e um sentimento antifascista latejante.[72]

Nos seus estados, e a Bahia é um caso importante, foram os estudantes comunistas que se puseram a organizar a resistência antifascista através das entidades estudantis locais, na lacuna deixada pelo movimento operário, há algum tempo sob o controle do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Apesar das adversidades e das dificuldades em se realizar atividades políticas junto aos trabalhadores, não se pode dizer que o Partido na Bahia tenha negligenciado o trabalho junto ao movimento operário e sindical, haja vista que algumas

71 No que se refere ao bom berço dos militantes comunistas que cursavam as diversas Faculdades na Bahia, o próprio João Falcão era filho de um próspero comerciante da cidade de Feira de Santana; Aristeu Nogueira era filho do intendente de Irará. Também poderíamos relacionar os estudantes, Armênio Guedes, Milton Cayres de Brito, Delorme Martins, Fernando Sant'Anna, entre outros, como membros de famílias relativamente abastadas e importantes da Bahia. Sobre o antiautoritarismo de muitas instituições intelectuais baianas, que por vezes eram exclusivamente antiestadonovistas, ver: SILVA, 2000, p. 45-76, 1992, p. 43-71.

72 DULLES, 1985, p. 224. A União Nacional dos Estudantes (UNE), foi fundada extraoficialmente em 11 de agosto de 1937, no I Conselho Nacional dos Estudantes, mas só foi reconhecida formalmente como entidade representativa dos estudantes em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes. Em 1940, ocupava a presidência da entidade o carioca Luís Pinheiro Paes Leme, que foi o terceiro presidente da UNE, sendo precedido pelo gaúcho Valdir Ramos Borges e pelo paulista Trajano Pupo Neto. Neste mesmo ano, a UNE tinha como secretário-geral o estudante comunista Antonio Franca, um dos principais contatos de João Falcão no movimento estudantil. Cf. CUNHA, Luís Antonio. União Nacional dos Estudantes. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico Brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5, p. 5.846. Ver também, sobre o assunto: FALCÃO, 2000, p. 56.

categorias eram redutos tradicionais de comunistas, como os portuários (estivadores e transportadores), ferroviários e comerciários.[73] De acordo com Arruda Câmara:

> Bem, o nosso trabalho parece que rendeu bastante, porque nós levantamos o movimento sindical, organizamos uma união sindical de Salvador que agrupava naquele momento 64 sindicatos e fizemos lutas significativas. Me recordo que, no dia 1º de maio de 1940, fizemos uma passeata, em frente única de operários e estudantes, que foi da Praça Castro Alves até a Praça da Sé, ocupando toda a rua. Foi uma passeata por aumento de salários, por levantamento do movimento estudantil e contra o aumento da carne – chamado a luta contra o aumento da carne verde.[74]

Se as atividades em "frente única" reuniam operários e estudantes por reivindicações comuns na data magna do trabalho, deve-se atentar para a força que os comunistas baianos passaram a ter no movimento estudantil, em detrimento da atividade do PCB entre os trabalhadores, que fora bastante dificultada com a legislação laboral de 1939-1943. Seria através da militância dos pecebistas entre o estudantado, especialmente da intervenção do PCB na União de Estudantes da Bahia (UEB), e da ação cultural da revista *Seiva*, que o Partido garantiria um importante "centro" de formação e de suprimento de dirigentes, locais e nacionais, sempre que havia alguma vacância com prisões ou deslocamento de quadros para outras regiões do país.

Foi justamente neste período que ingressaram nas fileiras comunistas estudantes da importância de Mário Alves e Jacob Gorender, que teriam relevante participação nos rumos do PCB nos anos seguintes.[75] Da mesma forma, seriam os jovens estudantes do Norte e Nordeste do país que, nos anos 1940, "desceriam" para dirigir o Partido, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e reorganizar os CR do Sul do Brasil, transformando sua prática política em função das novas demandas que surgiriam na vida nacional.[76]

---

73 "Informe da JC (FJCB)", Cedem/Unesp, fundo: IC, 533.10.609, rolo: 08. "Situation de l'organisation du Parti Communiste du Brésil (Section de l'IC)". Martins, 22/06/1937. Cedem/Unesp, fundo: IC, 495.29.11, rolo: 04.

74 CÂMARA, 2010.

75 Gorender assim discorreu sobre seu ingresso no PCB: "No movimento estudantil, já como universitário, foi intensa minha atividade na União dos Estudantes da Bahia. Eleito membro de sua direção, fui contatado por Mário Alves, já militante do Partido Comunista. Assim, por intermédio de Mário, me tornei militante do PC". GORENDER, Jacob. A trajetória do ex-dirigente do PCB sempre esteve ligada à do país. [Entrevista cedida a] Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau. *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 11, p. 22, 11 ago. 1990.

76 CÂMARA, 2010.

Seria, então, a partir desse processo migratório, que incluiria militantes da Bahia e de outras paragens do país, realizado na vacância de uma direção nacional legitimada, como fora aquela de Bangu, Abóbora, Martins, entre outros, que se demarcaria a transição entre duas eras na história do PCB. Já não se tratava mais do partido *insurrecional* ou *putschista* de 1935, cuja herança tenentista pesava tanto quanto as referências tomadas da Revolução Russa de 1917, ainda que, já de alguma forma, transfigurada pela influência de Stalin. Tratava-se, doravante, do partido *nacional-democrático*, plenamente stalinista e para o qual a figura de Luiz Carlos Prestes não era mais a do legendário personagem que encabeçara uma *Coluna Invencível* e que, depois, se unificara ao proletariado e a seu partido. Prestes passava a personificar a imagem do militante comunista pleno e maduro, vitimado por uma ditadura *filofascista*, destinado a realizar *em si* todas as qualidades de uma liderança "nacional-popular-democrática", para a qual o futuro estava reservado.

Foi este o novo partido que ressurgiu, em meados da década de 1940, plenamente *democrático*, popular, prestista e stalinista. Ressurgiu para se tornar um "desconhecido" para os "velhos" comunistas, que tinham militado nos anos 1920, desde o "renegado" Astrogildo Pereira, fundador do Partido e seu principal dirigente até o surgimento do *obrerismo* de 1929-1930, até Leôncio Basbaum, velho militante que se mostra completamente estranho ao *novo* PCB e os jovens dirigentes que emergiram a partir de 1942.[77]

Era um *outro* PCB que se preparava para intervir mais uma vez nas lutas que se deslocavam, paulatinamente, para o plano internacional. Estava em pleno curso uma espécie de reinvenção nacional do PCB, de maneira que, do pequeno Partido que, junto com a ANL, levantara os quartéis em 1935, pouco havia restado e o PCB se preparava para ser um grande partido de massas em 1945.

Gildo Marçal Brandão, utilizando-se de Gramsci quando este aborda o caráter "descontínuo da história das classes subalternas", fala de um *outro* PCB, ou pelo menos de uma *refundação* em 1945.[78] A tese é aceitável, mas é preciso se levar em consideração os termos do processo de conversão do PCB num novo partido, o que incluiria a reelaboração da linha política e a recomposição organizativa que

---

77 BASBAUM, 1976, p. 178. Foi no seu informe apresentado no VII Congresso da Internacional Comunista que o delegado brasileiro "Marques" (Valdevino de Oliveira?) se referiu a Astrojildo Pereira como "renegado". "Discurso do Delegado do Brasil perante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista". CPDOC/FGV, GVc 1935.07.25.

78 BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista – *1920/1964*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 155-156.

o tornaria o *Partido de todo o povo*, processo iniciado entre 1941 e 1942, muito embora completado, apenas, em 1945.

Enquanto se iniciava o processo de reorganização de suas fileiras, o PCB buscou estar preparado para quando as massas populares sinalizassem em sua direção e para quando as condições políticas dessem indícios de que uma grande virada podia estar a caminho na conjuntura da nova guerra que havia atingido o planeta. Quando as massas deram sinais de que reassumiriam o protagonismo das lutas políticas do país na conjuntura da guerra, a juventude da Bahia e do Brasil, assim como os intelectuais antifascistas e os operários, começaram a dar as primeiras demonstrações de força, denotando que não aceitariam a passividade do Estado brasileiro ante a iminente agressão externa e na situação em que a própria civilização parecia estar ameaçada.

Aos comunistas, faltava, entretanto, a definição sobre quais seriam os verdadeiros inimigos e os mais sinceros aliados, à medida que, no mesmo momento em que haviam empunhado a bandeira da *frente nacional antifascista* no Brasil, a União Soviética de Stalin assinava o pacto de não agressão com a Alemanha de Hitler. Desta forma, em 1939, a bandeira de União Nacional contra a reação nazifascista precisou ser provisória e parcialmente recolhida sob o risco de quebra do centralismo ante as diretivas do *Komintern* e, principalmente, de abandono da tarefa mais importante de qualquer comunista no mundo: a defesa da URSS, a "pátria do socialismo".

Entre o "antifascismo" e a "guerra imperialista": o Pacto Germano-Soviético

A União Nacional não era uma política que se referia a uma elaboração tática exclusiva dos partidos comunistas pelo mundo. Como foi dito, a linha de *frente nacional* não era uma proposição aprovada em congresso do *Komintern*, e sim a extensão da tática de *frente popular* de 1935, adaptada às condições em que a luta antifascista passava a mobilizar os comunistas em torno do movimento patriótico relacionado à guerra. À medida que crescia e se acentuava o sentimento antifascista nos países acometidos ou ameaçados por regimes autoritários, a palavra de ordem de União Nacional repercutia amplamente entre os diversos setores da sociedade civil, muito especialmente da classe trabalhadora, tanto porque emanava da autoridade máxima do movimento comunista internacional quanto porque encontrava correspondência da parte de setores patrióticos e antifascistas de diversos países.

Em todo o mundo dito democrático, enquanto o sentimento antifascista crescia e arrastava consigo multidões ao protagonismo das lutas no cenário político em vésperas de um conflito bélico de proporções inauditas, o prestígio dos comunistas crescia. Isto porque eram eles os que melhor encarnavam o espírito anti-hitleriano que tomava conta de parte do mundo ocidental e também da URSS.[79] Para o movimento comunista, era a oportunidade de superar o isolamento a que estava submetido depois da recusa da *frente única*, exarada na compreensão da tática no "terceiro período". Portanto, era esse o momento de realizar, finalmente, a consigna de "às massas", consagrada no III Congresso da IC, de 1921, e, mais do que isso, era chegada a hora de preparar o caminho para a *democracia*, o *progresso* e a *paz*, formando uma grande frente com todas as correntes antifascistas.[80]

A nova caracterização consubstanciada na tática de frente popular avançava em reconhecer as substanciais diferenças entre a ditadura de tipo fascista e a *democracia burguesa* (entendida historicamente pelos comunistas como um valor relativo, ou a "ditadura da burguesia sobre o proletariado"). Deste modo, a nova tática considerava que um governo *frentepopulista* deveria ser, antes de tudo, "um governo de luta contra o fascismo e a reação" e uma espécie de forma transitória ao futuro "salto revolucionário", ao "assalto ao poder", semelhante à Revolução Russa de Outubro de 1917.[81]

Alguns autores chegam a considerar que a luta antifascista teria aproximado, efetivamente, os partidos comunistas europeus da tomada do poder. Posto que alguns governos de "unidade nacional" do pós-guerra teriam simbolizado o acerto da linha política da IC, já que os comunistas tinham plena "confiança" de que a linha "antifascista ampliada" os colocaria na direção dos seus respectivos países,

---

79 Sem dúvida, um dos exemplos mais notáveis da mística antifascista encarnada pelos comunistas é a do Partido Comunista Francês, que, em fins de 1936, chegaria a quase 300 mil membros (eram apenas 30 mil em 1933), ultrapassando pela primeira vez a Seção Francesa de Internacional Operária (SFIO). De acordo com Stéphane Courtois e Marc Lazar, a conversão do PCF no "grande partido da classe operária" tinha razões objetivas e sociológicas, como o crescimento da classe operária nos grandes centros urbanos, mas também motivações subjetivas "quase antropológicas", como a reivindicação da parte dos comunistas de valores culturais da esquerda, como o republicanismo radical, que remontava a 1789 e 1792, e a incorporação do patriotismo entre suas bandeiras. COURTOIS, Stéphane; LAZAR, Marc. *Histoire du Parti communiste français*. 2ème. èd. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p. 144-150.

80 DASSÚ, 1988, v. 6, p. 310, 324-225.

81 Dimitrov explanava sobre a necessidade do acúmulo de forças num eventual governo de Frente Popular antes da revolução proletária, mas alertava para as ilusões das massas e o perigo da contrarrevolução que só poderia ser definitivamente debelado pela vitória da revolução socialista. DIMITROV, 1976a, p. 68, 74.

condição em que edificariam a *democracia* e preparariam as bases para a transformação social, o poder parecia estar ao alcance das mãos de muitos PC.[82]

Nos países europeus, com a vaga revolucionária do pós-guerra, a tomada do poder ou a formação de governos de coalizão esteve colocada na ordem do dia para alguns dos partidos comunistas, muito embora somente em alguns poucos casos o movimento comunista tenha de fato avançado para a insurreição.[83] No Brasil, as perspectivas mais visíveis para o PCB, quando da implementação da tática de União Nacional, relacionavam-se com a luta pela legalização do Partido Comunista e pela defesa da *democracia*, medidas necessárias ao cumprimento das tarefas de *libertação nacional*.

Embora estas questões não fossem necessariamente um impedimento para a organização das massas para o "salto revolucionário", a questão da *democracia* terminaria por dominar quase por inteiro as preocupações do Partido, transformando-se na estratégia essencial dos comunistas brasileiros, como, de resto, dos comunistas de boa parte do mundo. Em todo o caso, é bom que se esclareça que se está falando de partidos que viveram sob longos anos de clandestinidade e repressão. Nestas condições, pode-se afirmar que *pressões democráticas* tenham influído de maneira necessária, embora não suficiente, para que muitos partidos (re)surgissem com pouca disposição de um enfrentamento direto contra os setores da *democracia* pela tomada do poder, o que os levaria a optarem por formar governos de coalizão. Este foi o caso da maior parte dos PC da Europa, onde a democracia veio a ser restabelecida com o fim da guerra e a oposição antifascista e *demoliberal* ascendeu ao poder, com o apoio dos comunistas.[84]

No caso brasileiro, nos anos 1940, a retórica do PCB convergiria acentuadamente para a adoção de palavras de ordem essencialmente democráticas que, não obstante, demarcavam o campo do antifascismo e da reação, deixando-se de lado o problema da revolução e da ruptura com os regimes burgueses.

Em inícios de 1938, logo após a derrota do *putsch* integralista, o PCB consubstanciou a sua nova posição através do manifesto "União Nacional pela Democracia

---

82 HOBSBAW, Eric J. Os intelectuais e o antifascismo. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 9, p. 308.

83 Sobre o avanço dos PC europeus no pós-guerra, ver: HOBSBAWM, 1995, p. 171-177.

84 Até então, o Partido Comunista do Brasil só tinha existido enquanto organização legal entre março e julho de 1922, e entre janeiro e agosto de 1927. Segundo Hobsbawm "os comunistas cada vez mais imersos em seus assuntos insistiam que não visavam a revolução social, e de fato fizeram o possível para controlá-la e revertê-la, para horror dos entusiastas revolucionários. A revolução, insistiam todos, não era a questão; e sim a defesa da democracia". Ibid., p. 163

e pela Paz", passando a trabalhar com a hipótese de que a principal ameaça para o Brasil era mesmo a do nazifascismo. Desta forma, o mais perigoso inimigo interno a ser enfrentado pelos comunistas e *democratas* de toda ordem era o integralismo e a "quinta-coluna". Segundo a nova definição dos comunistas, o governo possuiria dois setores: um reacionário, que auxiliara de maneira "criminosa" o golpe de novembro de 1937, e um progressista, representado pelo ministro Oswaldo Aranha, nomeado em março de 1938, a quem o PCB dizia apoiar "sem reservas" em suas "atitudes democráticas".[85]

O Estado Novo, até então, era entendido pelo Partido como uma espécie de ditadura de tipo fascista, ou *filofascista*. Contudo, a partir do advento pleno da consigna de *União Nacional*, quando passaram a considerar a alteração qualitativa na composição do governo com a nomeação de Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores, os comunistas acreditaram que não seriam poucas as contradições que embalavam a política governista, tanto no plano externo quanto no interno. Nestas circunstâncias, eles entendiam que seria importante reforçar a ala "democrática" do governo para lutar contra a ala reacionária.[86]

Pela análise dos pecebistas, Vargas articularia com os dois lados do conflito que começava a se configurar no âmbito internacional, tentando tirar proveito da situação de polarização crescente que tornava o Brasil, estrategicamente posicionado no globo, como um país "em disputa" para alemães e americanos. No plano interno, o PCB trabalhava para que sua incômoda presença no interior do movimento patriótico que se formava – muito embora bastante minoritária àquela altura – e os acenos pela unidade nacional que fazia pressionassem o governo para uma saída não apenas antifascista, mas também "democrática".

Com efeito, os comunistas acreditavam que, no interior do governo, haveria dois núcleos, um primeiro formado por "germanófilos", que contaria com uma inicial simpatia de Vargas para com as nações do Eixo, e outro composto por "americanófilos", fortalecidos com a nomeação de Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores. Para os partidários de Prestes, o diplomata brasileiro, que era conhecido por suas posições francamente favoráveis à política dos Estados

---

85 Textualmente: "O Partido Comunista apoia sem reservas as atitudes do Sr. Osvaldo Aranha e chama todas as forças políticas, todo o povo, a fazer o mesmo". *A Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abr./1938, AEL/Unicamp, pasta 33/162, FHS. "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 mar. 1938, Bureau Político do PCB, AEL/Unicamp, 2 p. datilografadas.

86 Cf. "União Nacional pela Democracia e pela Paz". op. cit. Tal posição reapareceria de maneira reforçada num documento intitulado "União democrática nacional para preservar o Brasil da invasão fascista – resolução do *Bureau* Político ampliado do Partido Comunista do Brasil (Seção da IC)". Rio de Janeiro, outubro de 1938, CEDEM/UNESP apud KAREPOVS, 2003, p. 376-377.

Unidos, trabalharia dentro do governo por uma solução com os americanos, circunstância em que os comunistas, ainda que bastante desconfiados das supostas atitudes "antifascistas" do Estado Novo, passariam a apelar cada vez mais incisivamente pela União Nacional com Getúlio, para afastar dele os agentes da reação.[87]

Em 23 de agosto de 1939, um acontecimento externo de suma importância na conjuntura internacional cairia como uma bomba nas articulações e apostas do PC brasileiro. A assinatura do Pacto Germano-Soviético, em 23 de agosto de 1939, provocaria uma profunda confusão nas hostes comunistas em todo o mundo. Estas, não obstante as condições adversas, vinham se expandindo e canalizando o sentimento popular antifascista para a formação de *frentes nacionais* sob a liderança dos PC, e o pacto provocava um freio brusco em tal política, fazendo com que os comunistas tivessem que recuar de suas posturas afirmativas pela formação de *frentes antifascistas*, tendo em vista que passavam a considerar o imperialismo inglês e francês como tão ou mais nocivo do que o alemão.

Apesar da assinatura do Pacto Hitler-Stalin em agosto, seria somente no dia 9 de setembro de 1939, portanto, após a invasão da Polônia pelo *führer* e a declaração de guerra da Inglaterra contra a Alemanha, que a IC "ratificou" a nova orientação decidida pelo dirigente máximo da URSS.[88] Na ocasião, Dimitrov se

---

87 Para o PCB, o núcleo de "germanófilos" do governo seria formado, essencialmente, pelo ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, e pelo ministro da Educação, Francisco Campos, além, é claro, do chefe de polícia, Filinto Müller. Já o grupo de "americanófilos", mais chegados às ideias liberais, seria liderado pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e contava, ainda, com o ministro da Fazenda, Souza Costa, e com o general do Exército Manoel Rabelo. "União nacional pela democracia e pela paz!", Rio de Janeiro, 28 mar. 1938, Bureau Político do PCB, AEL/Unicamp, 2 p. datilografadas. "União democrática nacional para preservar o Brasil da invasão fascista" apud KAREPOVS, 2003, p. 373-377. As supostas atitudes antifascistas do governo tinham relação com a colocação da AIB na ilegalidade, em dezembro de 1938, e a prisão de muitos partidários de Plínio Salgado.

88 Referindo-se à política de neutralidade, ensejada pelo Pacto Germano-Soviético, Isaac Deutscher afirmou: "Quando se faz o balanço daqueles 22 meses, é impossível fechar os olhos para o presente inadvertidamente dado pelo Komintern a Hitler. Logo depois de Molotov e Ribbentrop assinarem o pacto de agosto de 1939, o Komintern suspendeu a cruzada anti-hitleriana para a qual seus propagandistas por tanto tempo haviam convocado os governos e os povos. Lançaram-se à lata do lixo todas as táticas e estratégias do antifascismo, todos os seus elaborados argumentos e *slogans*. As marionetes europeias do secretário-geral russo assumiram ambígua pose de neutralidade. Ambos os campos beligerantes – dizia-se – perseguiam objetivos imperialistas e não havia por que escolher entre eles. As classes trabalhadoras eram convocadas a resistir à guerra e lutar pela paz. Aparentemente, estes apelos assemelhavam-se à política do derrotismo revolucionário seguida por Lenin na Primeira Guerra Mundial. A semelhança era enganosa. Na oposição de Lenin à guerra, havia integridade e coerência revolucionária, enquanto a política do Komintern simplesmente se adequava à conveniência temporária da diplomacia de Stalin e era tão tortuosa quanto esta diplomacia". DEUTSCHER, 2006, p. 479

encontrou pessoalmente com o líder soviético para receber deste as novas diretivas, que afirmavam que a guerra em curso era "imperialista", o que demandava a atenuação da propaganda antifascista da parte dos comunistas, já que o conflito enfraqueceria os Estados capitalistas, permitindo a expansão da União Soviética para a parte da Polônia que havia sido perdida após 1917.[89]

Em 17 de setembro, tropas do Exército Vermelho invadiriam a Polônia, ensejando a assinatura do "segundo pacto" entre Hitler e Stalin em 28 de setembro de 1939. Não obstante a ratificação do pacto pela IC, seus dirigentes continuavam desconhecendo o teor dos protocolos secretos que previam a repartição, entre os dois países, de zonas de influência na Europa oriental.[90] Ainda assim, no dia 9 de outubro e em 3 de novembro de 1939, Dimitrov preparou alguns longos artigos, devidamente revistos por Stalin, orientando os partidos da IC a apoiarem a nova política da URSS e exortando-os a se perfilarem com os governos favoráveis à paz, "face à política agressiva dos Anglo-Americanos".[91]

No Brasil, a União Nacional antifascista foi reafirmada pelo PCB em outubro de 1939, portanto, na situação em que o movimento comunista internacional tinha sido pego de surpresa pela assinatura do pacto, mas ainda não havia recebido a orientação de apoio à nova política vinda do *Komintern*. Depois do acordo entre a URSS e a Alemanha, a conduta dos pecebistas refletiu a confusão em torno do acordo Ribbentrop/Molotov, pois, se, por um lado, os comunistas demonstravam pretender seguir a orientação de "neutralidade" emanada do *Komintern*, por outro, sob a incipiente pressão popular, os comunistas permaneceriam numa atitude antifascista, ao menos naqueles primeiros meses pós-pacto.[92]

No "Manifesto-Programa" do PCB, aparecido em novembro de 1939, as contradições da política do Partido seriam ainda mais evidenciadas, haja vista que seria justamente através deste documento que os comunistas incorporaram a nova orientação da IC, caracterizando a guerra como "imperialista" e chamando o governo de

---

89 COURTOIS; LAZAR, 2000, p. 172.

90 BAYERLEIN, Bernhard H. *et al. Moscou-Paris-Berlin*: Télégrammes chiffrés du Komintern (1939-1941). Paris: Tallandier, 2003. p. 18-19. Os protocolos secretos firmados entre o Comissário do Povo para os negócios estrangeiros soviético, Viatcheslav Molotov, e o ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, Joachim Ribbentrop, pressupunham a repartição da Europa em zonas de influência, cabendo à URSS: a Finlândia, a Bessarábia, a Letônia e a Estônia, além de parte da Polônia que seria repartida entre os dois países. Ibid., loc. cit.

91 Ibid., p. 19.

92 Ver, a esse respeito: A UNIÃO Soviética e o momento internacional, BP do PCB, setembro de 1939 apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 220-222. Momento internacional. A CLASSE OPERÁRIA, 1939 apud DULLES, 1985, p. 197, 319.

"inepto" e "omisso" diante dos trustes e dos especuladores que sangravam a economia do Brasil. Nesta circunstância, o país que estaria perto de uma "catástrofe", e os comunistas preparavam o terreno para a afirmação da União Nacional.[93]

A despeito de que mantivessem ainda um forte tom de denúncia para com Getúlio Vargas, que consideravam *frouxo* diante do imperialismo, os comunistas prosseguiam caracterizando o governo como "fascista", apesar de o distinguir do fascismo dos integralistas, o que evidencia o confuso quadro em que se encontravam. Ainda assim, o PCB não deixava de reafirmar o apelo que vinha fazendo desde março de 1938, especialmente no que tange à identificação da necessidade de União Nacional de todos, mas reduzia substancialmente o caráter antifascista da proposição anterior e acrescentava a observação de que o governo demonstrava pouca disposição em construir frentes unitárias pela "reconstrução nacional":

> Em duas mensagens dirigidas ao povo e ao governo o PCB propôs a formação de um governo de frente nacional, na base de um programa concreto nacional democrático; propusemos o expurgo dos traidores nacionais que ocupam postos destacados no governo; propusemos a cassação de ódios e divergências entre os brasileiros, com a pacificação da família brasileira; pela anistia; propusemos uma convocação de uma constituinte que assegurasse ao país as liberdades democráticas, o progresso e o bem estar do povo brasileiro. Insistimos pela aceitação da nossa proposta e demos provas concretas da nossa disposição em formar nessa frente de reconstrução nacional. E como o governo

93 "O momento, portanto, impõe a união de todos, foi o que sempre pensamos, foi o que sempre dissemos, foi pelo que sempre nos batemos, convencidos como estamos cada vez mais de que sem essa união não será possível vencermos estas dificuldades que nos defrontam e arrancar o país do vergonhoso atraso em que vegeta, nem muito menos contrapor uma resistência vitoriosa à ofensiva imperialista. É claro: o 'estado-novo' não é o governo que está a serviço dos interesses nacionais e do povo brasileiro, mas, sim, do imperialismo e dos trusts. Tal governo se quisesse mudar de atitude e tomar medidas em defesa do povo e da nação, ele teria que começar por dar liberdades ao povo e suas organizações, não precisaria viver eternamente fora da lei, numa ditadura fascista contra as massas populares". "Manifesto-Programa. O BP do Partido Comunista do Brasil (S. da IC)". Rio de Janeiro, novembro de 1939. Arquivo Nacional (AN), TSN, processo 1362, microfilme 03, p. 566. No texto há uma análise detalhada da situação econômica do país, em que se aponta a imensa crise provocada pela guerra e a dependência em relação aos imperialismos, para se concluir: "Com efeito, nunca os brasileiros trabalharam tanto, e viram o seu esforço tão mal compensado. Nunca, nestes 50 anos de república fomos tão pobres!".

> respondeu aos nossos apelos? Reforçando o terror policial e prosseguindo na sua política reacionária.[94]

Anita Leocádia Prestes chama a atenção para a situação paradoxal do PCB, haja vista que, ao mesmo tempo em que "apoiou" o Pacto Germano-Soviético, não chegou a abandonar a tática de União Nacional contra o fascismo, entendido como inimigo principal, denotando a ambiguidade entre a linha política externa soviética e as especificidades do próprio país.[95] Entretanto, ao que parece, este elemento foi menos um arroubo de autonomia do PC brasileiro do que uma tendência dos PC pelo mundo, que encontravam, na movimentação antifascista, o impulso decisivo para se reencontrarem com as massas, circunstância em que era muito mais difícil voltar atrás nos apelos e palavras de ordem anteriores, todos eles identificados com o anti-hitlerismo.[96] De outro lado, há que se considerar as sucessivas fases vivenciadas pelo movimento comunista internacional controlado com mão de ferro pela IC.

Os comunistas de todo o mundo, depois de colhidos de surpresa pelo Pacto Germano-Soviético, assinado em 23 de agosto, vieram a endossar a nova orientação de Stalin em 9 de setembro. Todavia, foi somente entre outubro e novembro de 1939 que o *Komintern* emitiu uma declaração peremptória para que as seções nacionais se adequassem à nova posição que, em todo caso, não foi acolhida sem resistências.[97] Neste sentido, não se pode dizer que o PCB tenha persistido numa atitude *antifascista*, demonstrando simples "ambiguidade", já que o próprio "Manifesto-Programa" do Partido, bem como toda a documentação disponível e que será discutida ao longo deste texto, deixa poucas dúvidas quanto ao "esforço" que os pecebistas fizeram para adaptar suas antigas consignas antifascistas, incluídas aí a União Nacional e a frente única antifascista, aos novos tempos regidos pelo acordo Ribbentrop-Molotov.

---

94 "Manifesto-Programa. O BP do Partido Comunista do Brasil (S. da IC)". Rio de Janeiro, novembro de 1939. Arquivo Nacional (AN), TSN, processo 1362, microfilme 03, p. 566.

95 PRESTES, 2001, p. 55-60.

96 BAYERLEIN, 2003, p. 50-57.

97 Segundo Geoff Eley, "o Pacto Nazi-soviético foi sem dúvida uma pílula amarga. A Aliança Antifascista Italiana, baseada na França, desmoronou; seu presidente, Romano Cocchi, foi expulso do PCI por ter condenado o Pacto, e o PSI repudiou o acordo. Mas a maioria dos PCs admitiu que as lutas antifascistas iriam continuar. Não foi o pacto em si que os abalou, mas a forma como foi conduzido. Os comunistas distinguiam a defesa do Pacto (necessidade de segurança soviética) de sua própria política (manter uma linha antifascista)". ELEY, 2005, p. 326-327

Uma vez que o PCB caracterizava o governo brasileiro como "fascista", ainda que pretendesse disputar seus setores ditos democráticos à sua ala reacionária, entendia que recuar da posição antifascista antes de compreender os termos do acordo seria uma atitude, no mínimo, temerária.

Mas o que vinha a ser de fato o programa de União Nacional proposto pelos comunistas e como ele sobrevive à conjuntura do Pacto Germano-Soviético? A este respeito, inicialmente, o PCB pretendia articular a luta pela *democracia* no Brasil com o combate ao Estado Novo e suas leis fascistas, o que significava uma posição firme contra os setores reacionários de dentro do governo Vargas. Apesar disso, eles o faziam de maneira conjugada com as tarefas anti-imperialistas da "libertação nacional", que implicava a união de esforços pelo progresso e desenvolvimento econômico do país, tentando abarcar todos os setores e classes da sociedade brasileira, como se pode ver pelo trecho do "Manifesto-Programa" citado abaixo:

> Mas, a verdadeira união nacional democrática por quem se bate o povo brasileiro não é uma fórmula abstrata sem conteúdo nem sentido. É um movimento político que congraça efetivamente todos os brasileiros, sem distinção de partido, em torno de um programa comum, que vise não pessoas, porém, de um lado o reerguimento econômico e progresso do país e, de outro lado, a plena garantia das liberdades públicas e do exercício pacífico dos direitos do homem e do cidadão, programa só possível de realizar sob o regime de verdadeira democracia em que o poder executivo seja responsável pelos seus atos perante a nação representada, perante os legítimos mandatários da sua soberania e perante prestação de contas do aumento dos dinheiros públicos confiados a sua guarda – o que atualmente não ocorre – em que o poder judiciário disponha da autonomia indispensável ao desempenho das suas funções – o que, também atualmente não se verifica – em que a imprensa seja livre e, todos homens e mulheres, possam manifestar, sem coação de espécie alguma, suas opiniões e seus pontos de vista. [98]

98 Sobre esse aspecto, é somente em uma passagem do "Manifesto-Programa" de 1939 que o Estado Novo é dito como fascista, ou melhor, "ditadura fascista a serviço do imperialismo, dos latifundiários e exploradores nacionais". "Manifesto-Programa. O BP do Partido Comunista do Brasil (S. da IC)". Rio de Janeiro, novembro de 1939. Arquivo Nacional (AN), TSN, processo 1362, microfilme 03, p. 566.

Ao que parece, não havia uma posição nacional unificada quanto à linha que o Partido deveria seguir naquela conjuntura, posto que, como foi dito, as condições em que poderiam ser travados os contatos interestaduais e internacionais estavam extremamente dificultadas em função do caráter repressivo do Estado Novo. Neste sentido, a despeito de não se poder auferir categoricamente o grau de variação das posições do PCB de uma região para a outra, antes das prisões de 1940, o BP do Partido, sediado no Rio de Janeiro, defendeu vigorosamente o pacto entre Hitler e Stalin, entretanto, sem chegar a abandonar completamente a consigna de União Nacional.

Enquanto isso, ao longo de todo o ano de 1940, o CR-BA, através da *Seiva*, adotaria a *neutralidade* e a caracterização da guerra como "imperialista", com muito mais ênfase do que o Partido no Rio, mostrando-se muito mais alinhado com as posições da IC, mesmo antes do primeiro encontro de um membro deste CR com o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, em janeiro de 1941.[99]

Em novembro de 1939, no último exemplar da *Seiva* publicado naquele ano, o estudante sergipano Carlos Garcia, que cursava Direito na Bahia, num artigo intitulado "A posição dos Estudantes Frente à Guerra", declarava solidariedade ao governo "nas suas decisões contra o fascismo internacional e também contra os imperialismos, a fim de nos livrarmos de ser escravos e para a nossa libertação econômica". Ao longo do ano seguinte, a *neutralidade* e o abandono da política antifascista apareceria com muito mais ênfase, inclusive com um novo processo de despolitização do periódico, já que, depois do número seis, a *Seiva*, que parecia pretender incursionar por uma linha editorial mais politizada, voltaria a se dedicar a artigos de conteúdo essencialmente literários, deixando de lado os textos politizados e ideologicamente antifascistas.[100]

---

99 João Falcão: "No mês de setembro circulou o quinto número de *Seiva*. Em suas páginas, sentimos as esperanças e as aflições de uma geração e de uma época cheia de contradições e grandes conflitos, atordoada pela assinatura do pacto Germano-Soviético, uma aliança espúria da União Soviética com a Alemanha de Hitler, em agosto de 1939". FALCÃO, 2008, p. 31

100 GARCIA apud FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra*: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999, p. 29. É provável que o texto de Carlos Garcia tenha sido escrito bem antes do acordo ter sido firmado entre a União Soviética e a Alemanha, motivo pelo qual o autor que, segundo Falcão, seria membro do PCB, tenha tomado uma posição claramente antifascista. Da mesma forma, não parece improvável que a *Seiva* tivesse sido enviada para a gráfica também antes do conhecimento do Pacto, circunstância em que os dirigentes do PCB da Bahia não teriam podido impedir a publicação do texto antifascista, ou não tinham ainda clareza sobre os significados do acordo entre a URSS e a Alemanha.

Por conseguinte, o apelo para a *neutralidade* deu o tom da linha do periódico em 1940, como se pode ver pelo editorial de comemoração de um ano de existência da revista, publicado em setembro, com vários meses de atraso. Aqui, se afirma pretender "derrubar" os "[...] falsos conceitos que a imprensa criou da guerra, procurando atrair para este ou aquele grupo de países beligerantes, a simpatia e o apoio do povo brasileiro, *quando nesta guerra a nossa atitude deve ser a da luta pela paz e pelo nosso desenvolvimento econômico*".[101]

Seria somente em setembro de 1940, nas condições em que a parte ocidental do continente europeu havia sido invadida pela Alemanha, o que poria fim ao chamado *drôle de guerre*, e quando a direção nacional do PCB estava prestes a cair, que os comunistas brasileiros assumiriam, definitivamente, a linha política exarada pelo *Komintern*, de apoio ao Pacto Germano-Soviético, de defesa da "neutralidade" e de condenação da "guerra imperialista".[102] Faziam isto a partir da Bahia, do CR baiano e pelas páginas da revista *Seiva*, que vinha se convertendo num respeitável periódico antifascista brasileiro.

Ainda nas sendas do Pacto Germânico-Soviético e seguindo à risca a orientação da IC, em dezembro do mesmo ano, em artigo assinado por Antonio B. Dias (pseudônimo de João Falcão), a *neutralidade* seria reafirmada como política preferencial e a guerra entendida como uma "segunda guerra imperialista", na qual existiria "o inimigo comum que não é mais do que o imperialismo seja vindo de além-mar [Inglaterra? Alemanha?], ou descendo em expansão continental como o norte-americano".[103] Desta forma, a Alemanha não é citada no texto, ficando apenas subentendida como o "inimigo de além-mar", que também poderia ser a Inglaterra, segundo o que concluía o autor:

---

101 "Um ano de vida". *Seiva*, Salvador, n. 7, set. 1940, p. 3, APJF. grifo nosso. De acordo com João Falcão, o atraso na publicação da *Seiva* não tinha tanta relação com o Pacto, mas com o "ambicioso" projeto da revista de ter uma oficina própria, o que só se efetivou em agosto de 1940; também as prisões de Arruda Câmara, que era "muito importante para a revista" e era quem recebia a maioria dos artigos, exercendo a "'censura política' do partido", além da ausência de João Falcão, que foi para IV Conselho Nacional de Estudantes, no Distrito Federal, se ausentando por um mês, teriam sido os principais motivos do atraso do periódico. FALCÃO, 2008, p. 35

102 A expressão *drôle de guerre* ou "guerra de brincadeira", comum na historiografia sobre a Segunda Guerra Mundial, refere-se ao período que vai da deflagração da guerra, em setembro de 1939, à invasão e queda da França, em maio/junho de 1940. Neste período, apesar de declarada a guerra, Inglaterra e França pouco se dedicaram a combater a Alemanha.

103 DIAS, Antonio B. [João Falcão]. União entre as Américas. *Seiva*, Salvador, n. 8, p. 49, dez. 1940. APJF.

> Escutai a *nossa mensagem, povos da América! Tomemos posição ao lado da paz e da neutralidade*, trabalhando sem esmorecimentos, no sentido mesmo de impedir o desenvolvimento e a continuação desta guerra, porque ela não só nos ameaça de perto, como nos vem trazendo profundos prejuízos de ordem econômica e ainda é um verdadeiro flagelo para o futuro da humanidade.[104]

Em função da denúncia da "segunda guerra imperialista", os comunistas baianos se investiram da posição mais alinhada com as decisões do *Komintern* durante a vigência do Pacto Hitler-Stalin.[105] De qualquer modo, isto não queria dizer que não existissem ambiguidades e resistências à adoção de uma linha política tão controversa, posto que não se pode descartar que, enquanto uma parte do Partido, disperso e fragmentado, defendesse a "neutralidade", outra parte seguia aplicando a linha de *frente nacional antifascista*, uma vez que o PCB não conseguia ser uma organização centralizada nacionalmente.[106]

Em inícios de 1941, João Falcão se reuniu com a direção do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, recebendo instruções daquele órgão do *Komintern* sobre a linha política que o Partido brasileiro deveria seguir quanto à questão da neutralidade:

> Na reunião, caracterizou-se o conflito como uma guerra imperialista de caráter econômico, destinada a divisão do mundo entre os vencedores. O imperialismo alemão, de um lado, e o franco-britânico do outro, eram os responsáveis por aquela carnificina monstruosa, revelando-se incapazes de apresentar ao mundo uma paz justa e uma ordem democrática.[107]

---

104 DIAS, 1940, grifo nosso.

105 Para Geoff Eley "o Pacto de Não-Agressão impunha a agitação contra a guerra; deveriam cessar os ataques a Alemanha nazista. [...] Chamar a guerra de imperialista foi uma abrupta mudança de opinião, uma associação irresponsável dos aliados principais com o Eixo Roma-Berlim. [...] Enquanto o fascismo varria a Europa continental entre 1939 e 1941 e enlameavam as lideranças comunistas reunidas em Moscou, os comunistas se desorganizavam". ELEY, 2005, p. 327

106 Gildo Marçal Brandão chama a atenção para a impossibilidade do PCB construir uma identidade nacional nos marcos da ilegalidade. BRANDÃO, 1997, p. 169-170

107 FALCÃO, 2000, p. 97.

Na ocasião, teria havido, também, uma análise da posição dos Estados Unidos perante a guerra, "que com a sua neutralidade vinha usufruindo todas as vantagens do conflito e submetendo a economia dos países americanos às suas conveniências bélicas e econômicas".[108] A conclusão era a de que, da luta contra o imperialismo estadunidense, dependeriam as condições de desenvolvimento e a independência nacional dos países da América Latina, cabendo a estes a manutenção da neutralidade para que se pudesse "vender a ambos os lados seus produtos de exportação, pelos melhores preços, e aproveitar suas contradições para lutar por sua independência econômica", sendo necessário adotarem "uma política de união continental, no plano internacional, e de unidade nacional no plano interno".[109]

Sobre a ideia de que o Brasil estava sujeito à ação de dois imperialismos que disputavam a primazia no país, convém acompanhar a discussão de dois personagens da obra de Jorge Amado, *Os subterrâneos da liberdade*, o banqueiro José Costa Vale e o político "armandista" Artur Carneiro Macedo da Rocha. Dizia o capitalista:

> Ouça, menino, vocês estão jogando uma cartada perdida. Londres não conta mais na vida política do Brasil. Eles possuem por aí uns restos de capital, mas por quanto tempo os possuirão ainda? Há uma divisão do mundo, Arturzinho, e a América do Sul pertence aos Estados Unidos. A Inglaterra fica pela Índia e pela Arábia; mas aí mesmo os americanos vão entrando cada vez mais. Eu te digo, menino, a coisa hoje se coloca entre os americanos e os alemães. Teu mal, Artur, é pensar que o mundo fica parado. Tu és de uma família do Império, dos tempos em que a Inglaterra mandava e desmandava aqui. És conservador, estás acostumado aos ingleses, às suas estradas de ferro, às suas minas, aos seus costumes também. Pensavas que isso era eterno, coisa vinda do Império, sagrada, uma herança de família como o teu nome. Levaste a porrada de 30, a revolução de Getúlio, e não compreendeste, então, que os americanos haviam tomado o lugar dos ingleses. Te lembras do que eu te disse quando vieste me falar da conspiração de 1932? E eu, que fiz eu? Tenho ganho muito dinheiro com os americanos. Há muito dinheiro a ganhar com eles... Só que eu não sei se não há mais ainda a ganhar com os alemães.[110]

---

108 FALCÃO, 2000, p. 97. Atente-se para o fato de que o apelo à união dos povos das Américas se destinava, apenas, às nações latino-americanas, e não incluía a potência do Norte, tida como "imperialista".

109 Ibid., p. 97.

110 AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*: volume 1: os ásperos tempos. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 41.

Sob a vigência do pacto, enquanto os comunistas hesitavam quanto ao "imperialismo" que deveriam combater, a bandeira de União Nacional terminou por se constituir na fórmula ideal para que o próprio Getúlio Vargas denunciasse os riscos de desagregação que ameaçavam o Brasil, dada a significativa presença de forças dissidentes no país.

Embora continuasse a levar a ferro e a fogo sua política de cooptação do movimento operário e de repressão aos comunistas, mantendo inúmeros militantes e dirigentes do PCB encarcerados – inclusive, sua principal liderança, Luiz Carlos Prestes –, Vargas não desprezou a força de uma bandeira que crescia a cada dia, tanto que utilizou a expressão "União Nacional" num almoço para "as classes militares", com a presença de cerca de 1.200 pessoas, em 1º de janeiro de 1941, no salão do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro.

Traçando os objetivos de reequipamento das Forças Armadas como medida preventiva contra a guerra e os "dissidentes da União Nacional", que, neste caso, eram aqueles que atentavam contra a unidade e integridade territorial da nação, disse o ditador:

> Sem alardes antecipados, nem medidas espetaculares, fomos levantando pedra sobre pedra a muralha que detêm as forças dissidentes da União Nacional. Tudo que depauperava e enfraquecia as nossas reservas e as resistências materiais e morais recebeu cuidado atento e decisivo. Extinguimos as organizações estrangeiras de caráter político, proibimos o uso de seus distintivos e insígnias e também a publicação de jornais em língua estrangeira, abolimos as bandeiras e escudos estaduais e municipais, bem como hinos regionais e os partidos políticos que também eram regionais e mantinham e fomentavam os vícios e os males do regionalismo. Tudo isso se fez visando considerar a unidade política e social do Brasil numa época em que tais pareciam temerárias. Não será agora que iremos esquecer esses propósitos, de salutar e edificante alcance patriótico, para seguirmos caminho diferente e tomarmos partido de interesses estranhos. Os fatos já se incumbiram de demonstrar que estamos certos.[111]

Para o governante, afinado com o discurso que começava a ecoar perante as massas, defender a União Nacional era defender, principalmente, a unidade do

111 "A política nacionalista do Brasil". *A Tarde*, Salvador, 2 jan. 1941. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*.

território brasileiro contra as ameaças de desagregação perpetradas pelos partidários do regionalismo e também por estrangeiros.

Na verdade, Vargas dava passos largos para se alinhar com os Estados Unidos que, em fins de 1940, tinham acertado um empréstimo ao Brasil para a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, o que, na visão de Francisco Luiz Corsi, contribuía para a consolidação da "proeminência norte-americana sobre a América Latina".[112] Se o sentido de "unidade" defendido por Vargas não era exatamente o mesmo daquele atribuído pelos comunistas à ideia de *frente nacional* ainda nos anos 1930, não se deve desprezar que, nas hábeis palavras do ditador, a dubiedade na utilização do termo aproximava-o do sentimento de patriotismo, que começava a dominar as massas populares, e da própria palavra de ordem do PCB. De sua parte, os comunistas também alertavam contra as ameaças estrangeiras que pesavam sobre o país, pois era também parte da sua política *unionista*, muito embora estivessem hesitantes enquanto existiu o pacto entre Hitler e Stalin.[113]

Mas se a tese dos "dois imperialismos" estribou a orientação emanada do *Komintern* para o PC do Brasil no período da *neutralidade*, depois da invasão da URSS pela Alemanha, em 22 de junho de 1941, os comunistas voltaram suas baterias para o imperialismo nazifascista, já que pensavam o imperialismo anglo-americano como uma espécie de mal menor.

A identificação da ameaça fascista como principal preocupação do movimento comunista ensejaria o firme posicionamento de denúncia quanto às relações do governo com os países do Eixo, e também uma permanente vigilância da atividade de elementos nazistas em território nacional. Como observa Anita Prestes, a atuação dos alemães no Brasil tinha se intensificado a partir de 1938, com uma forte presença de partidários do *führer* no Sul do país.[114] Foi a propósito de tais ameaças que a revista *Seiva* dedicou um "alerta", em dezembro de 1941, no qual discutia as motivações do interesse alemão pelo Brasil, que estariam relacionados a fatores econômicos:

> Significa que o governo da Alemanha olha com muito carinho para essa extraordinária fonte de matérias primas, para este celeiro da América. Significa que para fazer com a América o que está fazendo com a Europa, Hitler precisa ter os Quisling, Laval e uma grande

112 CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo*: política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000. p. 162.

113 "Dos pampas ecoa um alerta". *Seiva*, Salvador, n. 11, p. 4, dez. 1941. APJF.

114 PRESTES, 2001, p. 33-37.

> quinta-coluna no Brasil e em outros países da América. Significa que a nossa autodeterminação, que o nosso desenvolvimento como povo livre, que as nossas concepções democráticas estão mais do que nunca ameaçadas. E significa, enfim, que podemos tirar a seguinte conclusão: *ou lutamos contra o nazismo, ou seremos dominados*, como já o foram dezenas de países mais fortes do que o nosso.[115]

Foi, portanto, com a invasão da União Soviética pelos exércitos de Hitler que o PCB pôde, finalmente, romper amplamente com as amarras da *neutralidade* e iniciar a pressão sobre o governo brasileiro, alvejado pelas críticas crescentes dos setores da imprensa liberal burguesa que, mesmo amordaçada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), denunciava veladamente as relações do Estado Novo com a Alemanha.[116] Os comunistas passaram a combinar a propaganda antifascista e a denúncia da ditadura *estadonovista*, por um lado, e a tática de *União Nacional em torno do governo*, por outro, procurando ganhar terreno no plano político e ao mesmo tempo conquistar a simpatia das massas.

Assim, não era incomum que o PCB defendesse, numa mesma publicação, posições aparentemente distintas, pois ao se observar as preocupações do já referido artigo "Dos pampas Ecoa um brado de alerta", em confronto com um outro texto, "Questões de Política Internacional", num mesmo exemplar da revista *Seiva*, pode-se perceber as contradições da política do Partido.

Apesar da tensão evidente, os comunistas procuravam, ainda em 1941, manter sua postura de independência perante Getúlio, mesmo quando apelavam pelo apoio ao governo, pois, enquanto alertavam contra o nazismo no Brasil, defendiam a soberania do povo que deveria "estar ao lado do governo brasileiro, ajudando-o a continuar a obra de nacionalização". Segundo os comunistas, caberia ao *povo "[...] velar pela nossa integridade, independentemente mesmo do governo, tomando a iniciativa quando necessário"*.[117] Também não se eximiam de criticar diretamente o próprio governo, quando afirmavam: "Ao lado dessas atividades da quinta-coluna,

---

115 "Dos pampas ecoa um alerta". *Seiva*, Salvador, n. 11, p. 4, dez. 1941. p. 4, grifo do autor. Ainda no número 10 da *Seiva*, um pequeno artigo de responsabilidade dos editores do periódico alertava para os riscos da infiltração nazista no Subcontinente. "Infiltração nazista na América do Sul". *Seiva*, Salvador, n. 10, p. 42, out. 1941. APJF.

116 Na sua edição de 3 de julho de 1941, o jornal *A Tarde* deu ampla cobertura à entrada da União Soviética na guerra, publicando, inclusive, o discurso de Stalin em que o líder soviético exortava à formação de uma frente única "dos povos que lutam pela liberdade". *A Tarde*. Setor de Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*, BPEB.

117 "Dos pampas ecoa um alerta". *Seiva*, Salvador, n. 11, p. 4, dez. 1941. p. 4, grifo nosso.

ajudam a vitória do nazifascismo os governos que cerceiam as liberdades populares e os que, a título de um combate ao nazismo, sufocam o movimento democrático, única força capaz de esmagá-lo".[118]

O PCB combinava diversas políticas na defesa da União Nacional, como o *apoio ao governo*, na sua frente externa contra a agressão nazifascista, com a defesa da independência e a soberania do povo e a denúncia da ditadura. Entretanto, foi um acontecimento externo de alta relevância que terminou por contribuir decisivamente para a superação do principal paradoxo do PCB na sua relação com o governo.

O bombardeio japonês à base americana de Pearl Harbour, em dezembro de 1941, veio debelar o medo e o permanente isolamento a que estavam submetidos os comunistas na conjuntura da guerra e pós-Pacto Germano-Soviético. A União Soviética e os Estados Unidos combateriam do mesmo lado, e o PC brasileiro poderia defender efusivamente o princípio do pan-americanismo como forma de ocupar a vanguarda do movimento patriótico que dava seus primeiros passos em solo nacional. Por conseguinte, a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, realizada em janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, e o consequente rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo reforçavam, para os comunistas, as expectativas de que estavam no caminho certo.[119]

No dia 3 de fevereiro de 1942, em Salvador, depois de uma ampla convocação de véspera, publicada em vários jornais locais, eclodiu a primeira grande manifestação de massas contra o Eixo, que contou com a participação de diversas personalidades, inclusive do interventor do estado da Bahia, Landulpho Alves, do comandante da 6ª Região Militar, o coronel Pinto Aleixo, e do prefeito da capital, Neves da Rocha. Na ocasião, milhares de pessoas percorreram as principais ruas da cidade, entremeando as palavras de protesto com paradas estratégicas para as principais lideranças do ato falassem. À frente da caminhada, além dos comunistas,

---

118 MAIA, João. Questões de Política Internacional. *Seiva*, Salvador, n. 10, p. 11, dez. 1941.

119 Em sua edição do dia 15 de janeiro de 1942, o jornal *A Tarde* destacou o discurso do presidente Vargas, pleno de ambiguidade, em que este afirmou: "Nenhuma medida deixará de ser tomada, afim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham causar danos ou pôr em perigo a segurança da América [...] Pelo nosso exemplo, pelo nosso fervor de realizar, que foi uma antecipação genial da visão de Bolívar, poderemos contribuir para restabelecer o equilíbrio no mundo e mostrar que erram todas as filosofias, todas as doutrinas, todas as ideologias de ódio e separação, de luta e da violência". "O discurso do Presidente Vargas". *A Tarde*, Salvador, 4 fev. 1942. BPEB, Setor de Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*. Sobre as consequências da III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, ver: CORSI, 2000, p. 186-194.

que trataram de ocupar os lugares de direção da manifestação, um automóvel trazia um grande retrato do presidente Getúlio Vargas.[120]

Abria-se, assim, com ampla participação popular, a vaga antifascista no Brasil, que estava estreitamente relacionada aos desdobramentos da guerra. Nas semanas seguintes, uma impressionante onda de manifestações varreu o restante do país. Na Bahia, as massas se levantaram "como um só homem", produzindo um espantoso espetáculo, capaz de mobilizar milhares e milhares de pessoas que pareciam não querer sair das ruas enquanto o governo não declarasse guerra contra as potências agressoras. Uníssono com a multidão, os militantes comunistas ocuparam as principais tribunas das megamanifestações, conclamando *todo o povo* à "União Nacional em Defesa da Pátria".[121]

"Reconstruamos nosso partido"

Em janeiro de 1941, o Comitê Regional da Bahia, cercado de cuidados e aproveitando-se do crescimento da onda de patriotismo, que começava a movimentar a juventude no país, pretendeu restabelecer o contato com o Partido no Centro-Sul, mais especificamente com o que restara do último SN, que se encontrava refugiado em São Paulo, para onde tinham migrado muitos baianos depois das quedas de 1939-1940. Para isto, designou um dos seus mais importantes quadros de juventude, o estudante de Direito João Falcão, membro da Direção do CR baiano e ainda com vida legal.

Aproveitando-se de um convite da União Nacional dos Estudantes (UNE), feito através do seu presidente, Luís Pinheiro Paes Leme, João Falcão embarcou para o Sul do Brasil, tendo Porto Alegre como destino final, local em que seria realizada uma reunião para "[...] discutir o problema da formação de uma nova organização da juventude brasileira".[122] Tratava-se de uma tentativa do governo Vargas de criar

---

120 Falcão estima em cerca de 30 mil pessoas a multidão que ocupou as ruas da cidade na ocasião. Trataria-se, portanto, de uma mega-manifestação, reunindo algo em torno de 10% da população da capital. FALCÃO, 1999, p. 79-81

121 A *Seiva* dava ampla cobertura às grandes manifestações ocorridas na Bahia entre março e agosto de 1942. "O povo baiano na luta pela defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, nº 14, Salvador, out. 1942. APJF. As edições de fevereiro, março e abril do jornal *A Tarde* dão cobertura às manifestações, ao surgimento das primeiras entidades antifascistas e ao apedrejamento de lojas comerciais de italianos e alemães residentes na capital baiana após o afundamento do navio brasileiro "Cairu". *A Tarde*, Salvador, 4, 12, 17, e 18 de março, 14, 20, 24 e 29 de abril. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*.

122 FALCÃO, 2000, p. 85.

uma entidade alternativa ao movimento estudantil brasileiro, que vinha dando mostras de combatividade e de certa independência.[123]

O comunista baiano, que viajava com recursos próprios e na companhia dos seus irmãos Wilson e Newton, que nada sabiam da tarefa do militante e que também desconheciam a sua ligação com o PCB, parou por alguns dias em São Paulo. Na capital paulista, Falcão deveria cumprir a tarefa de contatar o que restava do Comitê Central para trocar ideias sobre a reorganização do Partido no plano nacional. Por intermédio de Maxim Tolstoi Carone, militante comunista do movimento estudantil e conhecido do jovem dirigente baiano, foi marcado um encontro com um dos últimos remanescentes da Direção Nacional do Partido, que havia caído no Rio de Janeiro em 1940, o operário Domingos Brás (Mauro).[124] Sobre o encontro, anos depois, relembrou João Falcão:

> *Eu fiquei deslumbrado com a capacidade do homem, com o discurso dele quando eu me encontrei com ele clandestinamente. Eu nunca tinha visto um operário com aquela capacidade política. Como eu iria em missão estudantil até o Rio Grande do Sul, porque ia se fundar no Rio Grande do Sul, sob o patrocínio do governo, uma entidade da juventude brasileira, era o título Juventude Brasileira, e essa entidade era patrocinada pelo governo exatamente para competir com o movimento estudantil livre. Então os estudantes do Rio e São Paulo me convidaram como representante aqui da Bahia para essa reunião em Porto Alegre de estudantes do Brasil, estudantes de vários estados do Brasil, para organizar a Juventude Brasileira. Então, nessa ocasião, o Domingos Brás me perguntou se eu não poderia ir até o Prata, até à Argentina e o Uruguai, para restabelecer contatos com a Internacional Comunista que tinha uma seção, tinha o* Bureau *Sul-Americano em Buenos Aires. Eu fiquei empolgado com aquela confiança, mas eles não podiam me ajudar em nada. Como eu já ia com recursos próprios até o Rio Grande do Sul, eu disse: – eu vou até lá e arranjo um meio – e consegui chegar realmente.*[125]

123 De acordo com Helena Bomeny, a Juventude Brasileira foi um "movimento cívico criado no período do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 2 de março de 1940, que o qualificava como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria". BOMENY, Helena. Juventude Brasileira. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico Brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3, p. 2.907.

124 FALCÃO, 2000, p. 85-87.

125 Em entrevista, em 17 jul. 2002. Sobre a conversa com Domingos Brás, Falcão relata: "Após conversarmos acerca do último documento do *Bureau* Político, Mauro analisou a situação criada

Naquele momento, o PCB estava praticamente sem nenhum contato com a IC, já que a repressão acompanhava de perto suas atividades e as sucessivas direções tinham caído entre 1939 e 1940. Portanto, restabelecer o contato com o *Komintern* era de suma importância, ainda mais no quadro da vigência do Pacto Germano-Soviético, que determinara uma inflexão na postura dos comunistas diante dos desafios que se abriam, tanto no plano da política interna quanto da política externa.

Tratava-se, portanto, de uma tarefa de enorme envergadura para o jovem dirigente baiano. Já que o Partido não tinha condições de designar algum dos seus quadros mais experimentados para o contato com o organismo internacional, a alternativa foi lançar mão do estudante comunista, que poderia transitar livremente pelo Brasil, aproveitando-se, inclusive, do evento patrocinado pelo próprio governo no Sul do país.

Falcão seguiu, então, imediatamente para Buenos Aires, onde encontraria o Bureau Sul-Americano do *Komintern*. Na capital argentina, o brasileiro se reuniu inicialmente com o dirigente do Partido Comunista da Argentina (PCA), Rodolfo Ghioldi, que havia sido preso no Brasil como um dos participantes do levante de 1935 e agora se encontrava de volta ao seu país de origem. No encontro, o militante do PCB deu os informes sobre o quadro conjuntural do Brasil, em que grassava uma dura repressão que se abatia sobre qualquer dissidência do Estado Novo. Informou sobre a infiltração policial nas fábricas, nos sindicatos e nas faculdades, onde "respirava-se total insegurança".

O PCB, entretanto, de acordo ainda com Falcão, "continuava alerta" e aproveitava das oportunidades para denunciar e desmascarar o Governo Vargas e sua ditadura do Estado Novo. Na avaliação do dirigente baiano, o regime brasileiro caminhava a "olhos vistos" para o lado de Hitler, motivo pelo qual a repressão aos comunistas recrudescera, ocasionando diversas quedas. Apesar disso, o Comitê Regional da Bahia realizava um grande trabalho junto à juventude, onde liderava o movimento estudantil, tanto na entidade nacional, a UNE, quanto na entidade estadual, a Associação dos Estudantes da Bahia (AEB). Nas palavras de Falcão, "o companheiro Ghioldi ouviu-me atenta e pacientemente durante muito tempo.

---

com a Segunda Guerra, fez um balanço sobre a situação da conjuntura nacional e das palavras de ordem lançadas naquele material: luta pela anistia, pela paz e pela formação de uma frente nacional democrática e por uma nova Constituição, elaborada por uma Assembleia Constituinte". FALCÃO, 2000, p. 88. Sobre o "último documento do *Bureau* Político", tratava-se, evidentemente, do Manifesto-Programa do Bureau Político do PCB, que tratava da "União Nacional", de novembro de 1939, já que as quedas tinham ocorrido no Rio de Janeiro, no início de 1940, o que praticamente teria inviabilizado a ocorrência de outra reunião.

Fez-me algumas perguntas e, ao final, recomendou-me que evitasse qualquer contato com brasileiros, porque Buenos Aires andava infestada de espiões de Vargas".[126]

Muitos anos após aquele encontro, Falcão recordou:

> Voltei de lá com a cabeça feita. Tive contatos com brasileiros também que estavam exilados lá. Alguns, já que eles quiseram me preservar de contatos com outros brasileiros, porque havia uma polícia secreta do governo brasileiro que estava muito vigilante e eles não queriam que eu entrasse em contato com brasileiros, para não atrair, eles me marcavam lá. Então eu só me encontrei dessa vez só com um brasileiro, era o Pedro Motta Lima, era um velho militante do partido, um jornalista, foi dirigente da *Classe Operária* aqui no Brasil durante muitos anos, uma grande figura e acredito que dessa vez só. O próprio Jorge Amado que estava lá exilado, eles não quiseram. Para mim era difícil ver Jorge Amado na rua e não falar com ele. Que eu também não conhecia naquela época, só de nome.[127]

Alguns dias depois, Falcão teria sido convidado para participar da uma outra reunião, desta feita com Rodolfo Ghioldi, e mais o veterano militante ítalo-argentino, Victorio Codovilla. Segundo o comunista baiano, tratava-se de uma reunião do próprio BSA-IC. Ainda sob a vigência do Pacto Germano-Soviético, foram reafirmados os compromissos que os partidos comunistas deveriam assumir com a questão da "neutralidade" acima referidos. Além disto, foi definido que caberia ao Comitê Regional da Bahia a tarefa de reconstrução do PCB em âmbito nacional, "tijolo por tijolo, pacientemente, com boa base teórica e com o máximo de vigilância e obediência às regras conspirativas".[128]

O trabalho, segundo a recomendação da Internacional, começaria na Bahia e prosseguiria pelo Norte, com vistas à constituição de um "Secretariado do Nordeste":

> [...] eles deram instruções e recomendaram que o Partido Comunista na Bahia, o Comitê Regional, devia trabalhar pela reconstituição do Partido, mas a partir da Bahia para o Norte, Nordeste e Norte, nada para o Sul, nem Rio, nem São Paulo. Eles achavam que os Comitês, que o movimento comunista, estavam muito infiltrados de policiais, porque toda tentativa de reorganizar o Comitê Nacional, caía. Essa já

126 FALCÃO, 2000, p. 94.

127 Falcão, em entrevista concedida ao autor, em 2020.

128 FALCÃO, op. cit., p. 97.

era a terceira vez. Esse Domingos Brás, já era membro de um terceiro Comitê organizado que caía.[129]

As preocupações demonstradas pelos dirigentes comunistas do Cone Sul não eram, ao que parece, infundadas ou exageradas, já que o embaixador do Brasil no Uruguai, o ex-chefe de polícia do Distrito Federal e tradicional inimigo dos comunistas brasileiros, João Baptista Lusardo, trocava frequentemente correspondências com Getúlio Vargas e com Filinto Müller (aos quais tratava por "meu caro presidente" ou "meu caro amigo"), dando notícias da atividade dos comunistas na região do Prata, dizendo-se empenhado em servir ao país, cumprindo as tarefas que lhes teriam sido atribuídas, "inclusive de vigilância, que não descuro um só instante".[130]

Depois das quedas de 1939 e 1940, a preocupação do Partido com a segurança havia aumentado imensamente, à medida que as prisões tinham deixado o PCB praticamente sem direção. Assim, entre os poucos Comitês Regionais que continuavam a existir, era o da Bahia que reunia as condições mais favoráveis para iniciar o processo de reorganização do Partido, nos idos de 1941. Por conseguinte, como a vigilância era muito mais atenta nos estados do Centro-Sul do país, a recomposição deveria começar pelo Nordeste, alcançando os principais centros da região, até se criarem novas condições para reativar o PCB nacionalmente, restabelecendo as ligações entre o Norte e o Sul do Brasil.

Investido de tantas atribuições, o jovem João Falcão retornou para a Bahia "trazendo uma pesada bagagem de tarefas e responsabilidades", que se intensificaram pelo fato de que o Partido, no Estado, não mais contava com as presenças de Arruda Câmara, Armênio Guedes e Milton Cayres de Brito. Estes últimos tinham seguido para São Paulo após a prisão do primeiro, com a missão de encontrar o que havia sobrado do PCB e iniciar um cuidadoso processo de reorganização e implementação da política de União Nacional. Antes de chegar a Salvador, entretanto,

---

129 Falcão em entrevista concedida ao autor, em 2020. Ainda segundo o comunista baiano: "Seria uma tarefa para anos. Devia-se evitar qualquer contato com as organizações partidárias do Rio e de São Paulo, consideradas pela IC, em razão de tantas e tão seguidas prisões das suas direções, organismos infiltrados pela polícia. Recomendaram também maior atenção ao movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes, e às entidades estudantis estaduais. Sugeriram ainda a organização da Juventude Comunista da Bahia, de forma ampla e sem nenhum sectarismo, de modo que não se pudesse confundi-la com o Partido Comunista da Juventude [sic]. O trabalho da revista *Seiva* foi bastante elogiado". FALCÃO, 2000, p. 97-98

130 "Carta de Baptista Lusardo a Filinto Muller". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 41.05.11/1 e GVc. 41.05.11/2.

Falcão leu nos jornais sobre novas detenções de diversos membros do Partido em São Paulo, entre os quais, Domingos Brás e Maxim Carone.[131]

Chegando à Salvador, Falcão assumiu a Secretaria de Agitação e Propaganda do PCB (*Agitprop*), uma importante função que multiplicava suas responsabilidades, tanto pelo caráter do ofício, ligado ao trabalho junto às massas, quanto pelas condições ainda adversas, fruto do recrudescimento da repressão que, mesmo um pouco mais frouxa na Bahia, não deixava de existir, como se pode verificar pelas matérias publicadas nos jornais naqueles anos e pelas próprias prisões ocorridas em 1940.[132] O perigo se intensificava, pois os seus dois contatos em São Paulo, aqueles que sabiam da sua missão em Buenos Aires, tinham caído, e, mesmo sendo eles da mais estrita confiança do dirigente baiano, este não podia renunciar às normas de segurança, pois, sob tortura, qualquer militante estava sujeito a "abrir" alguma informação para a polícia.

Atento às normas de conduta recomendadas para uma organização clandestina, Falcão se reuniu com o CR da Bahia para emitir os informes sobre as novas tarefas que estavam destinadas ao Partido no estado, substancialmente aumentadas em função das últimas quedas da direção pecebista em São Paulo. Segundo o dirigente pecebista, "[n]a prática, nosso Comitê Regional passaria a desempenhar, dali por diante, o papel de direção nacional provisória do Partido Comunista, com sede na Bahia. De fato, ele representava, naquele momento, o único organismo que vinha funcionando plenamente em todo o país".[133]

Curiosamente, no mesmo momento em que o CR baiano inicia a reorganização do Partido a partir das deliberações do Bureau Sul-Americano da IC, o vespertino baiano *A Tarde* destacava, com grande alarde, o trabalho de Rodolfo Ghioldi na "Reorganização do comunismo na América do Sul".[134] Depois de fazer um histórico

---

131 FALCÃO, 2000, p. 101-102.

132 Enquanto João Falcão partia ao encontro da Internacional Comunista na Argentina, diversos militantes baianos estavam sendo condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Numa nota do jornal *A Tarde* podia-se ler: "O Tribunal de Segurança, na sessão de ontem, condenou a dois anos de prisão, os seguintes acusados de atividades comunistas na Bahia: Telesforo Martins Fontes, Gilda Alves de Amorim, José Martins Silva, Samuel Genez, Lúcio Santa Rosa, José Rufino da Costa, Marcelino Alvarez, Hemeterio José de Santana, João Cabral e José Bispo. Não foram expedidas ordem de prisão por se achar prescrita a ação". "Vários comunistas da Bahia condenados pelo T. de Segurança". *A Tarde*, Salvador, 2 jan. 1941. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*. A condenação se efetuara no dia 30 de dezembro, já que o jornal baiano transcrevia uma matéria publicada no Rio, no dia 31 de dezembro de 1940.

133 FALCÃO, op. cit., p. 103.

134 "A reorganização do comunismo na América do Sul". *A Tarde*, Salvador, 25 jul. 1941. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*.

do comunista argentino, tratando-o sempre como um fracassado em todas as áreas em que atuou, o periódico afirma que este só havia chegado à direção do PCA porque os quadros mais competentes tinham sido presos pela repressão do governo daquele país.[135] A matéria prosseguia dizendo: "Guindado, assim, à direção do Partido, Ghioldi teve ocasião de entrar em contato com dirigentes comunistas brasileiros mandados a Buenos Aires pela Terceira Internacional para entrarem em ligação com o *Bureau* político [sic] sul-americano".[136]

Apesar da coincidência, o jornal não tratava do recente contato do dirigente baiano João Falcão com o comunista argentino, e sim do encontro que Prestes havia tido com o dirigente sul-americano, ainda nos marcos da formação da ANL e dos preparativos para o levante no Brasil em 1935.[137]

O CR baiano, de posse da autoridade emanada pelo BSA-IC do *Komintern*, iniciou o processo de articulação no Nordeste do Brasil, com vistas à realização de uma conferência na Bahia para discutir a linha do Partido e iniciar a reorganização no plano nacional. Àquela altura, o PCB, no Estado já se preparava para liderar o processo que começava a se configurar nas ruas com a incipiente vaga antifascista que estava se abrindo. A invasão da URSS, em junho de 1941, permitiria uma rápida trégua na vigilância policial e no caráter anticomunista da propaganda da grande imprensa que voltou seu olhar para a generalização do conflito, ainda nos marcos da Ásia e da Europa.

O CR da Bahia era então composto pelo estudante João Falcão, secretário de Agitação e Propaganda; pelo mestre de obras João Severiano Torres, secretário de Organização; pelo vimeiro Manoel Batista de Souza, tesoureiro; pelo sapateiro Manoel Reinaldo Pinheiro; pelo lavrador João Rodrigues Sobral; e pelo delegado da Direção Nacional, Luiz [Lauro] Araújo.[138] Este CR, depois de buscar contatos com as estruturas partidárias nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba,

---

135 Ibid. A propósito de Ghioldi, o embaixador Baptista Lusardo não compartilhava da mesma visão do jornal baiano, já que, em sua correspondência com Filinto Müller, citava o argentino como o animador das discussões no interior do comunismo enquanto esse sofria as agruras do pacto Moscou-Berlim. "Carta de Baptista Lusardo a Filnto Muller". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc. 1941.05.11/1.

136 "A reorganização do comunismo na América do Sul". *A Tarde*, Salvador, 25 jul. 1941.

137 Tentado descredenciar o dirigente argentino da IC, o jornal afirma que ele teria se prontificado a colaborar com o governo brasileiro na captura de Luiz Carlos Prestes após ser preso, junto com sua mulher, quando tentava fugir do Brasil depois da "Intentona": "Tratado o casal com cavalheirismo e generosidade que caracterizam a alma brasileira, Ghioldi prontificou-se logo a colaborar com as autoridades na captura de Luiz C. Prestes". Ibid.

138 FALCÃO, 2000, p. 123, nota 1.

receberia a visita do comunista pernambucano José Albino Ferreira de Miranda, em novembro de 1941. José Albino se encontraria com João Falcão e João Severiano Torres para juntos convocarem uma "Conferência Nacional do Partido", a ser realizada em Salvador, no dia 8 dezembro deste mesmo ano.[139]

Adiada para o dia 14 de dezembro de 1941, em função da impossibilidade de comparecimento do delegado de Alagoas na primeira data marcada, a "Conferência Nacional" precisou se transformar em "Conferência do Nordeste", em virtude da exclusividade das presenças dos representantes dos CR da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco, tão logo os comunistas puderam se reunir em Salvador.[140] Quanto aos outros CR do Nordeste, o de Sergipe havia se negado a participar em função da alegação de que vinham mantendo contato com o Comitê Central do Partido no Rio de Janeiro. A Paraíba não enviou representante, pois não chegou a ser contatada, assim como os demais estados da região.

Participaram da conferência, na condição de delegados, Isaías Nascimento Santos (Alvim), pela Bahia; José Albino Ferreira de Miranda (Miguel), por Pernambuco; Bercelino Caraciles Maia (apresentado como "o companheiro de Maceió"), por Alagoas. Além dos três delegados (ficou acertado que cada CR indicaria apenas um delegado), estiveram também presentes na reunião João Severiano Torres e João Falcão (Antônio Gouveia), anfitriões do encontro. Na ocasião, foi lida a ordem do dia, que constava de um discurso de Stalin sobre a invasão alemã, uma "importante intervenção" de Victório Codovilla (com seis páginas), uma proclamação de Dolores Ibárruri (*La Pasionaria*), dirigente do Partido Comunista Espanhol, que se encontrava exilada em Moscou e pedia a liberdade de Prestes e todos os presos políticos brasileiros, além de um texto de 17 folhas sobre a história do "movimento operário e revolucionário no Brasil".[141]

Ainda na abertura da conferência, os comunistas presentes tiveram acesso ao Manifesto elaborado pelo CR da Bahia intitulado "Reconstruamos nosso Partido para ajudar a salvar o Brasil, a América e o Mundo", no qual constava:

---

139 DULLES, 1985, p. 225-226; FALCÃO, 2000, p. 121.

140 DULLES, op. cit., p. 226-227. Este autor não fala em "Conferência do Nordeste", senão na formação de um Secretariado da Região que contaria com os membros dos estados representados.

141 O texto apresentado sobre a "história do movimento operário e revolucionário no Brasil", segundo Falcão, tratava dos temas da Coluna Prestes e das "transformações operadas no país depois desse movimento", da Aliança Nacional Libertadora, da "Revolução Comunista de 1935", da prisão de Prestes, da luta pela sua liberdade e do "caráter feudal e fascista do Estado Novo". O texto denunciava ainda as torturas dos presos políticos e a "ameaça à vida do Cavaleiro da Esperança". Seria um roteiro para cursos do Partido. FALCÃO, op. cit., p. 121-123

> Esta conferência marca o verdadeiro início da Reconstrução. Dos seus resultados dependerá em grande parte o crescimento do nosso Partido. Ela deve ser um marco para acabar com a luta interna que enfraquece o movimento revolucionário brasileiro e faz perigar a liberdade de ação e a vida de muitos dos nossos mais valiosos quadros. Suas resoluções, tomadas com o mais concreto e objetivo exame da situação nacional, examinadas à luz da teoria revolucionária, do marxismo-leninismo-stalinismo, devem ser cumpridas acima de tudo. Em cada região é preciso realizar os resultados dessa Conferência e mais ainda, se a situação permitir, obedecendo ao mais intransigente centralismo democrático, disciplina e unidade partidária. Assim, cresceremos inevitavelmente. E precisamos crescer, porque ao PC do Brasil está reservada uma das mais sérias tarefas do momento presente. A guerra, a luta contra o nazi-fascismo e a heróica batalha da União Soviética contra a *besta parda* criaram para nós uma grande tarefa. O nosso auxílio à URSS, à China, à Inglaterra, aos Estados Unidos e a todos os povos que lutam contra o fascismo deve ser dado. E para isso, é preciso que esteja à frente do povo brasileiro, dirigindo suas lutas democráticas, o nosso Partido, uno, coeso e forte. O nosso querido Stalin já convidou a todo o proletariado e classes progressistas para formar na Frente Unida de Todos os Povos Contra o Fascismo. Precisamos atender logo ao seu chamado *Reconstruindo Nosso Partido Para Salvar o Brasil, a América e o Mundo*.[142]

Os termos do Manifesto do Comitê Regional da Bahia demonstram que o Partido deste estado estava realmente investido da tarefa da reconstrução partidária, pois, ao tempo em que exortava o espírito da "missão histórica" que estaria reservada para o PCB, ao qual se destinava assumir "uma das mais sérias tarefas do momento presente", também estabelecia as condições para o cumprimento de tal dever, dentro dos princípios do "centralismo democrático" e da "unidade partidária", "contra a luta interna que enfraquece o movimento revolucionário brasileiro".[143]

O manifesto também não esquecia de conclamar o conjunto do Partido ao exame da situação nacional "à luz da teoria revolucionária" e do "marxismo-leninismo-stalinismo". Por fim, fazia-se o chamado à "Frente Unida de Todos os Povos Contra o Fascismo", provavelmente nos termos do informe de Dimitrov ao

142 "Reconstruamos nosso partido para ajudar a salvar o Brasil, a América e o mundo" apud FALCÃO, 2000, p. 122-123, grifo do autor.

143 A "luta interna" a que se refere o Manifesto é, provavelmente, aquela que terminou na dissidência de Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, ocorrida no Partido em 1937-1938 e tratada no capítulo anterior, que deixara sequelas e novas disputas, observadas, principalmente, em São Paulo. Sobre o assunto, ver: KAREPOVS, 2003.

VII Congresso do *Komintern*, que já vinha sendo forjada no país nos marcos na aliança internacional contra as potências do Eixo e que moveria todo o PCB para este objetivo.[144]

Na Conferência foi deliberada a construção do Secretariado do Nordeste do PCB, que contaria com um representante de cada Comitê Regional dos Estados que haviam participado da plenária, com a finalidade de promover a reconstrução do PCB a partir daquela região, evitando-se contatos com o Sul do país. Também foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

> 1. a elaboração de um documento demonstrando que Vargas estava procurando realizar o mínimo do programa do PCB [sic], ao mesmo tempo em que continuava detendo muitos comunistas;
> 2. a efetivação de um movimento em prol da criação da Liga Nacional contra o fascismo e a 'quinta-coluna', em torno de elementos nacionais antifascistas, cuja presidência de honra caberia ao cônsul inglês ou americano;
> 3. a mudança da luta do campo teórico para o nacional e partidário;
> 4. a realização de uma conferência para a criação de um Comitê Central provisório. Ainda entre as resoluções do encontro, constava a determinação da 'etapa da revolução no Brasil' como sendo 'democrático-burguesa' e o caráter tático da derrubada do regime do Estado Novo.[145]

Realizada no mesmo momento em que os Estados Unidos se lançavam na guerra contra o Eixo, a Conferência do Nordeste expressou o ponto culminante de desenlace da "Frente Nacional Antifascista", ao mesmo tempo em que vaticinava a unidade do Partido, em torno do governo, na luta contra o inimigo comum das Américas. A importância do evento aparece menos pela quantidade de CR representados no encontro de caráter deliberativo, do que pelo estabelecimento das premissas essenciais que balizariam a atividade do PCB no período da guerra, visto que ali estiveram presentes os apelos à aliança com Vargas, o estabelecimento do instrumental da luta antifascista, corporificado na ideia da Liga Nacional Antifascista, e o chamamento a uma Conferência Nacional pela constituição de um Comitê Central provisório, que se consumaria nos anos seguintes.

144 FALCÃO, 2000, p. 123-124.

145 CUNHA apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 231. O Secretariado do Nordeste ficou provisoriamente definido com a participação dos representantes da Bahia, de Pernambuco e Alagoas. Contava-se dali a 40 dias a realização de uma outra reunião em Salvador para a indicação dos nomes definitivos do Secretariado, o que nunca ocorreu. FALCÃO, op. cit., p. 125

Apesar da posição favorável ao apoio à Vargas na conjuntura da guerra, a repressão não cessava. Ainda em dezembro de 1941, mais precisamente a partir do dia 21, foram efetuadas diversas prisões no Nordeste, inclusive a de Isaías Nascimento Santos (Alvim), Álvaro Policarpo do Nascimento (Alvinho), Artur Fernandes Lira, Nélson dos Reis e João Severiano Torres (Jordão), este último preso com sua esposa, Maria Bezerra Torres, no dia 29 de dezembro, o que terminou impossibilitando a execução dos planos traçados na Conferência.[146] Segundo Falcão:

> Então, (a Conferência do Nordeste) foi frustrada porque quando um dos participantes dessa Conferência, o representante de Pernambuco (José Albino Ferreira de Miranda), voltou a Pernambuco tinha coincidido que a Polícia localizou a célula do Partido Comunista, uma célula de operários, comerciários e tal, localizou essa célula e ficou aguardando os acontecimentos e quando chegou o representante do Comitê de Recife, de Pernambuco, na Conferência do Nordeste, regressando com material, com a revista *Seiva*, muito material que nós fornecemos a ele, um material que nós tínhamos recebido da Internacional Comunista.[147]

De acordo ainda com João Falcão, "*a polícia de Pernambuco era muito atuante contra o comunismo, tanto quanto a do Rio e São Paulo, a da Bahia não. Então caiu, depois dessa missão, poucos meses depois, aliás, poucos meses depois não [poucos dias]*".

Temendo cair nos dias seguintes, João Falcão, embarca para São Paulo para fugir da repressão.[148] Neste estado, reencontra Arruda Câmara e acertam uma nova viagem para Buenos Aires, com o intuito de fazerem um novo contato com a IC, contato este que contaria, também, com a importante presença do ex-dirigente baiano que pretendia iniciar o processo de reorganização do Partido Comunista na paulicéia. Falcão narra o episódio, quando seguiu para Campinas para encontrar

---

146 FALCÃO, 2000, p. 126-128. "*Habeas-Corpus* impetrado em nome de João Severiano Torres, Maria Torres e Nélson dos Reis". APB, seção: judiciária, série: *Habeas-Corpus*, 219.157.59. Na prisão "Jordão" ficou oito meses incomunicáveis e sua esposa seis meses. "Jordão" só foi libertado em 18 de junho de 1943. *O Momento*, Salvador, n. 21, 27 ago. 1945. BPEB, Setor de Periódicos Raros. Acervo: jornal *O Momento*.

147 FALCÃO apud CARONE, 1982a, v. 1, p. 231.

148 Segundo a biografia de João Severiano Torres, também conhecido como Simão Alves, publicada em *O Momento*, o dirigente baiano teria caído em função das prisões em Pernambuco e Alagoas: "Simão tinha em suas mãos toda a aparelhagem técnica, bem como o arquivo do Partido, não conseguindo a polícia, entretanto, descobrir coisa alguma, apesar das incríveis violências que então praticou contra o bravo militante". *O Momento*, Salvador, n. 21, 27 ago. 1945. BPEB, Setor de Periódicos raros. Acervo: jornal *O Momento*.

Arruda Câmara, que lá realizava um curso de especialização em Agronomia, e sua esposa, Aldeir Paraguassu:

> Minha visita foi uma surpresa para ele e sua esposa, Aldeir Paraguassu. Contei-lhe o que ocorrera em Salvador. Arruda aprovou plenamente a minha fuga e, ao saber que eu me hospedava com meu padrinho, que conhecera na Bahia, sugeriu-me tentar convencê-lo a visitar o Uruguai e a Argentina, de automóvel, levando-nos em sua companhia. É que ele, incumbido de levantar o Partido em São Paulo, queria aproveitar minhas ligações com a Internacional Comunista para se aproximar desse organismo, ao tempo que eu cumpriria a promessa feita ao pessoal de Buenos Aires, isto é, voltar com as informações sobre a situação no Brasil.[149]

Seguiram para Buenos Aires em fins de 1941, de carona com os padrinhos do secretário de *Agitprop* do CR baiano. Chegando à capital da Argentina, os comunistas brasileiros se reuniram com os membros do Bureau Sul-Americano da IC, de onde tiraram as diretrizes sobre o reforço da palavra de ordem de *União Nacional*.[150] Àquela altura, a posição de apoio a Vargas já começava a se configurar como epicentro de uma crise política que ganharia o Partido nos anos seguintes, mais uma vez, a partir de São Paulo. Entretanto, segundo Falcão, os dirigentes saídos da Bahia teriam tido acordo apenas parcial com a tática de União Nacional e de apoio ao governo de Getúlio Vargas.

Pela entrevista concedida a Edgar Carone, em 1975, Falcão informa que, tanto ele quanto Arruda Câmara sustentavam que "deveria haver união nacional em defesa da Pátria e contra o fascismo, mas ao mesmo tempo deveria se combater o inimigo fascista interno, inclusive o Estado Novo". Contudo, com a entrada do Brasil na guerra e o crescimento do movimento patriótico, esta divergência havia sido posta de lado e o Partido na Bahia passara a defender a união com o governo.[151]

Isso não se confirma plenamente com a análise das posições do PCB baiano explicitadas na revista *Seiva* ao longo dos anos 1941 e 1942, onde se vê que o Partido já defendia a União Nacional e a aproximação com Vargas muito antes da entrada do Brasil na guerra.[152] O próprio João Falcão corrigiu esta mesma informa-

---

149 FALCÃO, 2000, p. 127-128.

150 Ibid., p. 146-147.

151 CARONE, 1982a, v. 1, p. 232.

152 Ibid., p. 230-231.

ção no seu livro *O Partido Comunista que eu conheci*, no qual relata um importante encontro que teve com Fernando de Lacerda na sua segunda visita a Buenos Aires:[153]

> Voltamos às nossas discussões, agora enriquecida pela experiência e pelo saber de um companheiro contemporâneo da fundação do Partido, que acabara de chegar da União Soviética. Envolvido pelo amor a esse país, que o abrigara e o acolhera durante nove anos, ele via unicamente a contribuição que o Brasil poderia dar em prol do esforço de guerra e para derrotar o nazi-fascismo, não sentindo, como nós, tanto ódio ao regime de Vargas. Por outro lado, considerava apenas o aspecto político dos fatos, sendo radical em suas posições, de modo a achar que apoio era apoio e que não devíamos temer as palavras. O fundamental, dizia, é o esforço de guerra, é a ajuda que o povo brasileiro pode dar para derrotar o monstro nazista, que ameaça a pátria do Socialismo, onde se está suportando a parte mais pesada da Guerra. Nada que possa perturbar esse objetivo deve ser tolerado; é a ação inconsequente e conduz ao jogo da quinta-coluna. A princípio essas posições causaram-me um choque, como também aos outros companheiros. Sua autoridade, porém, era incontestável.[154]

De fato, Lacerda retornava da União Soviética com a "autoridade incontestável" de um velho dirigente comunista, ex-secretário-geral por um breve período, entre 1931 e 1932, e que havia vivido na URSS. Falcão e Arruda sabiam disto, mas provavelmente desconheciam a missão de Lacerda, que voltava para o subcontinente americano, tendo como destino final o Brasil, com a incumbência do próprio CEIC de contornar a crise do PCB e implementar a política de frente popular, tendo o "projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil" sido aprovado em 28 de junho de 1940.[155]

De qualquer forma, a linha de frente nacional, como aprofundamento da tática de frente popular, já vinha sendo defendida pelo PCB desde, pelo menos, 1936, segundo os termos do documento "A marcha da revolução nacional libertadora e

---

153 FALCÃO, 2000, p. 146-147.

154 Ibid., p. 147.

155 O projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil vinha a propósito da "situação difícil no PC do Brasil" e em função das provocações policiais. Sobre a proposta da seção de quadros do CEIC para o Brasil, trazida por Lacerda, esta teve a chancela final do próprio Dimitrov. "Ao camarada Sorkin. Sobre a proposta da seção de Quadros do CEIC de envio ao país do cam. Lacerda". Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, pasta 22, sem catalogação, AHS/ICS/UL.

suas forças motrizes", posteriormente redimensionado em 1938, através do manifesto "União Nacional pela Democracia e Pela Paz", e pelo "Manifesto-Programa" de 1939. Neste documento, admitia-se, inclusive, a aliança com o governo Vargas, conforme apontado anteriormente.[156]

Antes mesmo de retornar ao Brasil de sua segunda viagem à capital argentina, Falcão redigiu um editorial que seria publicado na edição de junho da revista *Seiva*, em que traduzia a linha política a ser seguida pelo PCB, emanada das discussões com a IC.[157] Tanto no editorial "União Nacional para a Defesa da Pátria", sem assinatura, quanto no artigo "Como a juventude deve lutar pela Defesa da Pátria", assinado apenas com o nome da família Costa Falcão, o dirigente brasileiro, escrevendo de Buenos Aires, conclamava, explicitamente, o Partido Comunista a formar a União Nacional com o governo em defesa da pátria e contra a agressão externa.[158] O elemento novo para o PCB, bastante reforçado em função da realização da "Conferência do Rio", era a possibilidade de defender, sem pudores, a aliança com Vargas, tendo em vista que a necessidade de Frente Antifascista passava, doravante, a ser elemento da tática política do *Komintern*, como de resto, uma política de boa parte do continente americano.[159]

O aprofundamento da linha tática de União Nacional vinha muito a propósito dos novos contornos da guerra contra o Eixo e da aliança internacional que se formava, agrupando as potências democráticas ocidentais e a URSS. No plano interno, contudo, o PCB continuava a sofrer a investida da repressão do governo Vargas, tanto que, quando do seu retorno à Bahia, João Falcão caiu nas mãos da polícia depois de ter sido denunciado pelos membros do Partido que haviam sido presos

156 Cf. "A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes", SN do PCB, s/d. Cedem/Unesp, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05. Curiosamente João Falcão parece desconhecer as resoluções do Bureau Político do PCB consubstanciadas nos documentos "União nacional pela democracia e pela Paz" e no documento "União democrática nacional para preservar o Brasil da invasão fascista", pois não há qualquer referência aos dois textos em nenhum de seus livros citados neste trabalho.

157 FALCÃO, 2000, p. 160; "União Nacional para a defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 12, p. 3-4, jun. 1942 APJF. O editorial, sem assinatura, afirma incisivamente a necessidade de se aliar ao governo na sua política de defesa nacional.

158 "União Nacional para a Defesa da Pátria", op. cit., p. 3-4; "Como a Juventude deve Lutar pela Defesa da Pátria". op. cit., p. 17-19.

159 FALCÃO, op. cit., p. 160. Sobre a "grande aliança" internacional antifascista, ver: PRESTES, 2001, p. 52-53. A "Conferência do Rio" foi a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, restrita aos ministros do continente americano, realizada em janeiro de 1942, na capital federal, que acertou as bases para a aliança contra o Eixo, à qual se opuseram a Argentina e o Chile. CORSI, 2000, p. 192-194

em Pernambuco, em dezembro de 1941, depois da Conferência do Nordeste. Na Delegacia do DOPS, o ex-secretário-geral da UNE, Antonio Franca, e o comerciário José Albino Ferreira de Miranda, que haviam participado da conferência, teriam citado o nome de João Falcão e de Jordão como membros do PCB na Bahia e como organizadores de uma conferência para a reconstrução de uma direção partidária no plano nacional.[160]

Dos membros do CR da Bahia que foram presos entre 1941 e 1942, somente João Falcão foi liberado, provavelmente em função da posição que sua família ocupava na sociedade e também das possibilidades financeiras de contratação de um bom advogado que veio do Rio de Janeiro para defendê-lo perante o TSN.[161] Em verdade, no ano de 1942, daquela conferência que havia criado o secretariado do Nordeste, apenas João Falcão permaneceu solto, o que o transformou numa peça fundamental no processo de reconstrução do Partido nos anos seguintes.[162]

De qualquer forma, as quedas de 1941 na Bahia se resumiram apenas a dois membros do CR, Falcão e Severiano Torres, além de Alvim, o que não impediu o Partido, no Estado de se preparar para ser a plataforma da reorganização nacional do PCB nos anos posteriores, como havia ocorrido quando do envio dos "baianos" para São Paulo. As premissas e as diretivas já haviam sido dadas, só restava aos comunistas aguardar o momento certo de reorganizar o Partido e assumir a vanguarda da luta antifascista, tão logo as massas tivessem despertado.

"Esta guerra também é nossa"

"A guerra chegou à América"! Foi com esta proclamação que a revista *Seiva* abriu o seu texto editorial de junho de 1942. Num efusivo apelo à unidade dos brasileiros

160 FALCÃO, 2000, p. 168. Sobre o episódio da sua prisão, em entrevista, Falcão relembra, e também perdoa, os companheiros que o haviam citado: "*É, eu fui preso em 1942. Então, o representante do Comitê de Pernambuco regressou e foi preso, porque eles já tinham prendido todo o mundo, mais de dez ou quinze pessoas foram presas, eles estavam aguardando, ninguém denunciou ele, nem sabiam que ele tinha vindo para essa Conferência, nem o secretário do partido lá da célula podia saber, então ele caiu com todo esse material aí ele abriu o bico, mas ele não tinha nem condições de negar nada, se negasse, ele ia ser torturado, era um comerciário, então nessa ocasião ele me denunciou*".

161 No pedido de *habeas corpus* de João Severiano Torres, Maria Torres e Nélson dos Reis, o rábula Cosme de Farias, primeiro representante constituído pelas vítimas, solicitou a dispensa de selos dos réus alegando que os mesmos eram pessoas "paupérrimas" e que muito confiavam na "bondade da justiça". APB, Seção: Judiciária, Série: *Habeas-Corpus*, Classificação: 219.157.59.

162 FALCÃO, op. cit., p. 166-167.

em torno da política externa do governo Vargas, o periódico baiano, que se tornara um dos mais importantes instrumentos de luta antifascista do país, anunciava que o conflito finalmente chegara às Américas, com o ataque à base americana de Pearl Harbour, em fins de 1941, e com o afundamento de navios brasileiros, no início de 1942:

> Aleivosamente um país irmão foi agredido pelo 'eixo', sendo traiçoeiramente sacrificados milhões de americanos. Em Pearl Harbour, o fascismo feriu o coração de toda a América. Uma onda de clamor e indignação percorreu os quatro cantos do continente: 'a América desforrará'.[163]

O editorial da *Seiva* prosseguia dizendo tratar-se de um acontecimento que era apenas o "início de uma grande ofensiva das forças da opressão", agrupadas em torno do Eixo, que ansiavam pela dominação do mundo e espalhavam o terror, a miséria, a fome e a escravidão.[164] Nas circunstâncias em que o conflito chegava finalmente ao continente e às portas do país, caberia ao povo "levantar-se em defesa da nação", da "independência e da liberdade da pátria", pela "integridade do território nacional" e pelo "direito à autodeterminação", pela sua cultura e tradição, pois não haveria mais por que manter a neutralidade diante de uma guerra que, apesar de ainda não declarada contra o Brasil, opunha as forças da "civilização contra a barbárie".[165]

Depois de denunciar por duas páginas as ameaças que acometiam as nações "livres" do continente e de elogiar a postura do governo brasileiro na "Conferência do Rio", o editorial de *Seiva* exortava à compreensão de todos os brasileiros de que a guerra era de todo o povo, e não apenas do governo:

> E isso tudo não é tarefa exclusiva para o governo. É tarefa para todo o povo. A experiência da luta na Europa nos mostrou que só os povos unidos, ferreamente unidos, puderam resistir ao inimigo. A guerra de hoje é tão intensa na frente como na retaguarda; e para suportá-la deve estar em armas toda a população: homens e mulheres. Somente uma

163 "União Nacional para a Defesa da Pátria", "União Nacional para a defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 12, jun. 1942. p. 3-4. Como já foi dito, a *Seiva* circulava desde 1938, entretanto, somente em 1939 é que assumiria o perfil de uma revista política de conteúdo antifascista.

164 "União Nacional para a defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 12, jun. 1942. p. 3-4.

165 A "Conferência do Rio" era chamada de "um dos maiores acontecimentos históricos de todos os tempos". Ibid., p. 3.

> retaguarda compacta, unida, heroica sustentará indefinidamente as tropas da frente de defesa. Por isso, o nosso povo deve dar uma resposta imediata ao inimigo da Pátria, ao agressor, com a União Nacional pela Defesa da Pátria. União para todos os brasileiros que queiram defender o Brasil, sem exclusões nem restrições. A nenhum brasileiro é justo negar-se um posto de luta, que por dever lhe cabe.[166]

A despeito da persistência das leis de exceção e do próprio Estado Novo, no que tange ao aspecto internacional, em 1942, boa parte dos obstáculos já haviam sido removidos do caminho do PCB para que este viesse a público, através de um periódico como a *Seiva*, anunciar a sua nova postura tática diante da conjuntura da guerra, o que significava, inclusive, o apoio dos comunistas à política externa do governo de Getúlio Vargas, que implicava a "defesa nacional".

Os obstáculos que haviam caído se referiam, sobretudo, aos desdobramentos da guerra, pois com a entrada dos Estados Unidos no conflito, ao lado da União Soviética, combatendo contra as potências do Eixo, formava-se a grande aliança global das "forças da democracia" contra as "forças da opressão".[167] Desta maneira, parecia ficar claro que o PCB, mesmo na clandestinidade e submetido à dura repressão da polícia política do Estado Novo, estava disposto a conceder, na prática, uma trégua que, em teoria, já havia estabelecido com governo de Getúlio, desde, pelo menos, março de 1938.

Quanto ao fato de que os comunistas tornaram pública a sua posição através do periódico baiano, ainda que a *Seiva* não fosse um órgão oficial do Partido, isto acontecia porque a revista exalava a autoridade do Comitê Regional da Bahia (CR-BA), um dos poucos organismos do PCB em efetivo funcionamento no país nos anos em que os comunistas navegavam quase sem direção e sem um órgão central de informação.[168] Com efeito, o autor do editorial, o jovem dirigente João Falcão – que acabara de chegar de Buenos Aires, cidade para a qual havia seguido em missão oficial do PCB pela segunda vez com a incumbência de se reunir com o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista (BSA-IC) para restabelecer contatos e receber as últimas orientações do *Komintern* sobre a conjuntura – retornava para Salvador com a tarefa prioritária de reafirmar a União Nacional.

---

166 "União Nacional para a defesa da Pátria". Seiva, Salvador, n. 12, jun. 1942, p. 4.

167 Dizia-se que pela causa da "Democracia e da Civilização", lutando contra as "forças do mal", estavam os Estados Unidos, a Inglaterra, a Rússia e a China. "União Nacional para a defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 12, jun. 1942.

168 FALCÃO, 2000, p. 147-148.

Sobre suas impressões desta segunda viagem, que contou com a presença de Arruda Câmara, Falcão testemunhou:

> Tínhamos a sensação de que éramos a própria direção nacional do Partido Comunista reunida no exterior. Não havia nenhum órgão de caráter nacional, no momento, em atividade no Brasil. O único Comitê Regional organizado, o da Bahia, estava representado por mim, sendo Arruda o responsável pela reorganização do Partido no nosso maior centro operário, São Paulo. Pedro Motta Lima e Costa Leite eram velhos e categorizados militantes no exílio.[169]

Falcão poderia estar exagerando quanto à sensação de ser a própria direção nacional do PCB, todavia não se podem desprezar a importância e as repercussões no Brasil do encontro ocorrido em Buenos Aires. Na reunião dos comunistas brasileiros e argentinos, realizada com a participação dos dirigentes do *Komintern*, Rodolfo Ghioldi e Victório Codovilla, e mais Fernando de Lacerda, travaram-se as discussões em torno da nova conjuntura, aberta com a invasão da União Soviética pela Alemanha e pela entrada dos Estados Unidos na guerra.

As conclusões a que chegaram demonstravam que, no novo momento, fazia-se necessária a implementação da União Nacional, em toda a sua extensão, em torno de Getúlio Vargas no plano tático interno do Brasil. Entretanto, sem desprezar a vigilância contra os prepostos do *filofascismo* no seio do Estado Novo, haja vista que o objetivo mais importante a que se deviam dedicar os comunistas, era a luta contra o “inimigo comum da humanidade”, o nazifascismo, e a “defesa intransigente” da União Soviética, a “pátria do socialismo”.[170]

A entrada da União Soviética e dos Estados Unidos na guerra mudara qualitativamente a posição do movimento comunista internacional e, consequentemente, do PCB em relação ao conflito. A defesa da “Frente Nacional Antifascista”, antes uma bandeira defendida quase que exclusivamente pelos pecebistas que, de resto, acompanhavam os PC e o movimento comunista internacional, que também defendiam a *Frente Nacional* nos seus respectivos países, aparentemente, passou a ser uma reivindicação das grandes massas populares. Estas não esperariam muito

169 FALCÃO, 2000, p. 145.

170 Ibid., p. 146-147.

tempo para irromperem na cena política pelas ruas do país, principalmente quando a guerra lhes batia às portas.[171]

Nesse sentido, as pressões para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo tendiam a se acentuar substancialmente em função da ameaça que parecia distante, mas que, a cada dia, se aproximava mais do cotidiano dos brasileiros. Segundo João Falcão, seria naquele exato momento que o Partido Comunista se teria lançado à luta de massas antifascista, "embora não tivesse recomposto nacionalmente da destruição dos seus aparelhos". Onde houvesse um comunista, "aí ressurgiria uma célula do partido ou estaria um embrião do movimento patriótico". Dessa maneira, na Bahia e no Rio, onde se dizia que o Partido estava mais forte, "a união com os estudantes foi o gérmen da política de união nacional, que dentro em pouco se irradiaria por todo o país e por todos os segmentos da sociedade".[172]

Ainda em fevereiro de 1942, enquanto as massas se rejubilavam pelo resultado da III Conferência das Américas, que provocara o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo, os primeiros navios brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães na costa dos Estados Unidos.[173] A reação popular foi imediata, com a explosão de diversas manifestações em várias cidades do país pedindo a declaração de guerra contra o Eixo.[174]

Segundo Jacob Gorender, testemunha dos acontecimentos daqueles dias em Salvador, as massas teriam se lançado às ruas espontaneamente, "atacando e saqueando estabelecimentos comerciais e residências de alemães e italianos". Para o comunista baiano, que lembra do seu empenho em concitar à declaração de guerra contra as potências do Eixo frente ao tumulto e a ira das massas, o papel cumprido pelos estudantes, "que tinham certa organização" e procuravam "tomar a frente dos protestos e evitar atos dessa natureza", era fundamental naquela conjuntura.[175]

---

171 A União Nacional era também defendida pelo ex-presidente da ANL, Roberto Sisson, que, do Uruguai, enviava diversos comunicados e exortações em torno da unidade de todos os brasileiros contra o fascismo, inclusive alguns deles endereçados ao "vigilante" anticomunista embaixador Baptista Lusardo. Cf. "Exmo. Sr. Dr. Embaixador Baptista Lusardo". CPDOC/FGV, GVc. 1940.07.31; "A guerra chegou as Américas e se encontra às portas do Brasil". CPDOC/FGV, GVc. 1942.01.10.

172 FALCÃO, 1999, p. 79.

173 *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1942. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

174 FALCÃO, op. cit., p. 84-92.

175 GORENDER, 1990, p. 22. De fato, a edição do jornal *A Tarde* de 14 de março traz o nome do estudante de Direito *Jacob Gorender*, que discursava em praça pública por ocasião das manifestações. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*, BPEB.

Na quinta-feira, 12 de março de 1942, o jornal *A Tarde* noticia uma revolta popular, ocorrida dias antes, contra o torpedeamento do navio *Cairu*. De acordo com o vespertino baiano, os estudantes organizaram uma manifestação saindo da Faculdade de Direito, culminando no apedrejamento de estabelecimentos italianos e alemães. O jornal não relata números, mas diz que, após a revolta, a manifestação, que partiu do Terreiro de Jesus com destino à praça Castro Alves, encerrou com um grande comício, o que pode ser verificado nas fotos que mostram uma grande aglomeração de pessoas na rua no referido dia.[176]

Outro testemunho importante é o de João Falcão, estudante da Faculdade de Direito na época, de onde partiram as primeiras manifestações após o afundamento do navio *Cairu*, em 8 de março de 1942:

> Em Salvador – testemunhei –, uma onda de ódio e pundonor cívico levantou-se e espalhou-se por toda a cidade, traduzindo-se pelas manifestações populares, passeatas e comícios que reuniam multidões, onde oradores inflamados e traumatizados pediam vingança e declaração de guerra. Dia e noite o povo baiano permaneceu nas ruas, enfrentando a chuva e muitas vezes a Polícia Especial, gritando pela guerra – já por ele declarada – e prometendo desforra e desagravo aos irmãos que tombaram. Daí para a prática de atos de depredação das casas comerciais de alemães, de italianos e também de espanhóis, que formavam a maior coletividade estrangeira na Bahia, foi um passo. [...] Os antifascistas e comunistas tomaram posição imediata contra os atos de vandalismo, e nas praças públicas os oradores a eles vinculados pediam calma e procuravam esclarecer o povo no sentido de que a anarquia e o caos só interessavam aos nossos inimigos e à quinta-coluna. Explicavam que os bens dos súditos do Eixo responderiam pela indenização dos prejuízos causados ao Brasil pela guerra, devendo, portanto, ser preservados. Travou-se uma luta acirrada entre os patriotas esclarecidos e politizados e os patriotas apaixonados e cegos pelo justo ódio, que não queriam explicações. Com estes e com os provocadores ficou, inicialmente, a maioria dos populares, que os acompanhava pelas ruas, praticando violências, mas, aos poucos, os primeiros foram ganhando a confiança da massa e restabeleceu-se a ordem.[177]

De acordo com a política dos comunistas, em nada interessava a violência desordenada e os ataques ao governo que só beneficiariam aos "agitadores" e

176 *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1942. BPEB, Setor: Jornais Acervo: jornal *A Tarde*, BPEB.

177 FALCÃO, 1999, p. 103-104.

inimigos da União Nacional.[178] Por isso, combatendo a "desordem" da multidão, o PCB pretendia estabelecer a ordem do movimento de massas que deveria ter objetivos políticos claros, além de uma tática e uma estratégia.

Os comunistas sentiram que era chegada a hora de ocupar o posto principal na onda patriótica e antifascista que tomava conta do país. Entretanto, como se viu, suas primeiras ações foram de contenção contra a onda de saques e depredações que atingiram os imigrantes alemães, italianos e japoneses no Brasil. Afinal de contas, provocações deveriam ser evitadas, fossem elas de qualquer tipo.[179]

O apelo dos comunistas era no sentido de convencer a massa furiosa que a depredação dos bens dos súditos do Eixo só interessava à "quinta-coluna" e aos "provocadores", o que podia, inclusive, fortalecer o inimigo que deveria permanecer intacto para indenizar os prejuízos da nação:

> O combate à quinta-coluna, tanto quanto à Defesa Nacional não são tarefas exclusivas para o governo, pois exigem a participação de todo o povo, organizado em Comissões de Defesa Nacional, comitês de vigilância, legiões patrióticas, etc e nas atuais organizações de classe, convertidas em centros patrióticos. Homens e mulheres, adultos e jovens, exército e povo, povo e governo, *todos unidos, indissoluvelmente unidos*, devem marchar resolutos para a luta pela Pátria. [...] Ao mesmo tempo, Governo, Exército e Povo devem imediatamente se empenhar nas tarefas de vigilância interna, mobilização de todos os nossos recursos militares, econômicos e a preparação da consciência nacional para os sacrifícios da guerra. Por isso deve ser estimulada e garantida toda a ação popular, que vise cooperar para a nossa defesa e *devem cessar as depredações, pois os estabelecimentos e bens dos súditos do Eixo servirão para indenizar os nossos prejuízos*. Devemos, sim, pedir imediata confiscação desses bens, que passarão a ser do Brasil e dos brasileiros.[180]

O manifesto da "Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados", entidade antifascista fundada naqueles dias, foi publicado na edição de outubro da revista *Seiva*. O texto apontava alguns dos principais elementos da

---

178 Falcão sugere ainda que mais grave do que as depredações teria sido a ação de "agitadores", que, "a serviço de outros interesses" e "que não comungavam os propósitos da união nacional para a luta contra o nazi-fascismo e a quinta-coluna", pretendiam atingir o governo estadual. FALCÃO, 2000, p. 180

179 *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1942. Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*, BPEB; FALCÃO, 1999, p. 103-104.

180 "Os estudantes ao povo". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 22-23, out. 1942. Grifo nosso.

tática do Partido Comunista no seu processo de conversão à vanguarda do movimento patriótico, quais sejam: a permanente vigilância contra a provocação e o *quinta-colunismo*; a consigna do armamento do povo contra a reação e pelo direito à sua autodefesa e a posição radicalmente antifascista diante do inimigo interno, o integralismo, e do inimigo externo, o nazifascismo.

Defendendo tais atitudes, os comunistas procuravam dar mostras de serem a parte mais consciente da mobilização, a quem interessava, sinceramente, a União Nacional com o governo, contra o inimigo fascista e os provocadores integralistas.[181] Deste modo, as autoridades mantinham-se atentas aos possíveis "excessos" praticados pela fúria da multidão, e os comunistas cumpriram importante papel ao lado dos dirigentes do país e nas várias cidades brasileiras onde ocorreram mobilizações.

As manifestações alcançaram todo o Brasil, principiando por Belém do Pará, no dia 24 de fevereiro, onde o PCB tinha um importante núcleo de militantes que depois "desceria" para São Paulo para ajudar na reorganização do Partido, passando por vários estados do Nordeste e Sudeste, até atingir o Sul, especialmente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.[182]

O governo não estava disposto a ceder espaço para a "desordem". Desse modo, na Bahia, após uma dessas manifestações, fechou-se provisoriamente a Faculdade de Medicina e prenderam-se diversas pessoas envolvidas nos atos, inclusive jornalistas e intelectuais prestigiados, como Wilson Lins e Waldemar Graça Leite, que eram membros do jornal *O Imparcial*, ex-porta voz oficioso da AIB. Também o professor da Faculdade de Medicina, Arnaldo Silveira, havia sido preso após discursar contra o interventor do estado, Landulpho Alves de Almeida, afirmando que este, junto à sua esposa, de origem alemã, brindava no Palácio da Aclamação ao afundamento dos navios brasileiros.

De acordo com João Falcão, o anúncio de tal notícia teria caído como "uma bomba", pois a multidão que "tremia de ódio", instigada pelo orador, dirigiu-se ao palácio residencial do interventor, sendo, entretanto, detida na Praça da Piedade por agentes da Segurança Pública do Estado que, presentes à manifestação, haviam partido na frente para conter a massa ensandecida. Ainda assim, conforme

181 O Manifesto, lançado no dia 24 de agosto de 1942, relaciona as seguintes reivindicações para o governo: "a) no sentido de que sejam tomadas rigorosas medidas contra os súditos do Eixo e da quinta-coluna, como prisão imediata dos mesmos; b) nomeações de interventores nos seus estabelecimentos comerciais; c) garantia e estímulo à ação patriótica do nosso povo contra os nossos inimigos. Assim estaremos criando as condições para a União Nacional e para derrotar os vandálicos [sic] agressores do Eixo. Tudo pela União Nacional para a defesa de nossa Pátria". "Os estudantes ao povo". *Seiva*, n. 14, Salvador, p. 22-23, out. 1942.

182 FALCÃO, 1999, p. 83-92.

recordou Falcão, parte do povo "conseguiu romper a barreira e, apesar da chuva que caía, chegou até lá", obrigando o interventor a falar da sacada do palácio. "Ele estava muito tímido e chocado com aquela denúncia, que afirmava ser inteiramente falsa. Falou a todos com humildade, reafirmando seu patriotismo, amor ao Brasil e à nossa causa".[183]

Mas o estrago estava feito e, da parte do governo, não podiam restar dúvidas de que este não estava disposto a brincar e continuava alerta quanto à movimentação estudantil no estado, identificada pelas autoridades do Estado Novo como ligada aos comunistas, apesar da disposição do PCB em cumprir estritamente a palavra de ordem de União Nacional e de apoio ao esforço de guerra do governo.[184]

Sobre o assunto, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, retransmitiu ao presidente as informações que lhe haviam sido repassadas pelo comandante da 6ª Região Militar, o coronel Renato Pinto Aleixo, quanto à crise criada pelos fatos acima narrados. Segundo o informe, enviado ao ministro em 22 de agosto de 1942, seria "francamente observável a má vontade de grande parte da população contra o governo", cujas causas antigas, já "referidas em informações anteriores", seriam agravadas pela "preferência quase acintosa com que o governo distingue elementos integralistas, quase todos simpatizantes da causa do 'eixo'". [185] Segundo o comandante militar:

> Por esse motivo, desde que se acentuou a marcha da nossa política exterior no sentido da aproximação com os Estados Unidos, os comunistas, sob a capa da Democracia, e unidos aos verdadeiros democratas, iniciaram a agitação de oposição ao governo atual, que lavra pelo Estado em fora, parecendo querer, neste instante, tomar forma aguda. E o governo do Estado no afã de livrar-se da pecha de integralista não tem tido forças para reprimir a aludida manifestação.[186]

183 FALCÃO, 1999, p. 105.

184 João Falcão afirma que, se não fosse o espírito de União Nacional dos comunistas, "certamente a reação do povo teria sido outra, com consequências imprevisíveis". Ibid., p. 106

185 A crise aludida tinha provocado a exoneração do secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Urbano Pedral Sampaio, substituído por Lafayette Pondé que, cumulativamente, assumia também a Secretaria do Interior e a substituição de Leôncio de Azevedo por Pedro Gordilho no DOPS, "no propósito de atenuar a má impressão que vem causando a Delegacia de Ordem Política e Social". "Ofício de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas transmitindo informações do comandante da 6ª Região Militar sobre agitações estudantis na Bahia, prisão de um professor e de um jornalista, substituição do Secretário de Segurança Pública e atuação dos comunistas". Rio de Janeiro (Vol. XXXVIII/20). CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1942.08.22/1.

186 "Ofício de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas transmitindo informações do comandante da 6ª Região Militar sobre agitações estudantis na Bahia, prisão de um professor e de um jornalista,

Renato Pinto Aleixo alegava, ainda, que os "agitadores" se aproveitavam do "ambiente criado em função do torpedeamento de navios brasileiros" para explorar, a fundo, a situação, "com desmedido excesso e acintosa atitude", não obstante dando "larga demonstração patriótica" e também proporcionando as "mais inequívocas provas de falta de respeito e mesmo de menoscabo ao governo".[187]

A guerra parecia mesmo que tinha alcançado o Brasil, de maneira que entre os dias 15 e 19 de agosto de 1942, mais seis navios brasileiros seriam afundados, bombardeados por submarinos alemães, desta vez na costa do Nordeste, entre Salvador e Recife, custando a vida de cerca de 550 pessoas, entre tripulantes e passageiros, cujos corpos vieram dar nas praias da Bahia e de Sergipe.[188]

O fato de o Brasil ter sido agredido por uma nação beligerante aprofundou a percepção latente de que a ameaça do inimigo não se resumia apenas à conquista de espaços em território nacional por núcleos colonizadores, mas era uma realidade que dilapidava muitas vidas de brasileiros e vilipendiava a soberania nacional, ao mesmo tempo em que agravava a crise econômica e as condições de existência da maioria da população.[189] O ano de 1942 trouxe de volta, portanto, as grandes manifestações de massa e uma imensa vaga antifascista que varreu o país, de norte a sul.[190]

Das ruas, as massas clamavam pela declaração de guerra contra o Eixo e, àquela altura, as pressões se tornaram insuportáveis para o governo, que não conseguia

---

substituição do Secretário de Segurança Pública e atuação dos comunistas". Rio de Janeiro (Vol. XXXVIII/20). CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1942.08.22/1.

187 Ibid.

188 O primeiro navio brasileiro afundado foi o Buarque, torpedeado na costa oriental dos Estados Unidos. Em seguida, foram afundados o Olinda, o Cabedelo, o Arabutan e o Cairu, ainda no hemisfério Norte. Depois, foram afundados mais sete navios, totalizando 11, com mais de 700 mortos. FALCÃO, 1999, p. 83-84; DULLES, 1985, p. 234

189 Segundo Dulles, "enquanto multidões iradas clamavam pela guerra e saqueavam lojas de propriedades alemães, os lideres de aproximadamente 150 prisioneiros comunistas da Ilha Grande redigiram um telegrama a Vargas [...] A mensagem explicava que a defesa da democracia não podia ser aparelhada apenas pela maquinaria do Estado, mas exigia liberdade de expressão e de organização popular. Pedindo a declaração de guerra ao Eixo, os signatários acrescentavam que tal medida seria incompleta a não ser que se alcançasse a união nacional, abrindo as portas das prisões a todos os que desejassem lutar pela liberdade e aceitando o retorno dos exilados que quisessem defender o país. Os signatários reivindicavam postos de combate". DULLES, 1985, p. 234

190 Os estudantes baianos reivindicavam, entretanto, o pioneirismo da Bahia na "mobilização espiritual no combate ao eixo", ao passo que diziam "estranhar" o silêncio dos colegas cariocas "até o presente momento [julho de 1942]". "Grande passeata contra o Eixo". *A Tarde*, Salvador, 3 de julho de 1942. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

conter a galopante onda humana. A própria *Seiva* estampava em sua capa de agosto duas fotos em que era retratado o gigantismo dos atos pela entrada do Brasil na guerra, clamando pela abertura da Segunda Frente contra o inimigo nazista.

Finalmente, em 22, e, posteriormente, em 31 de agosto de 1942, o governo Vargas declara o país como em "estado de beligerância" e, em seguida, em "estado de guerra" contra as nações do Eixo. Era a primeira vez, em muitos anos, que a pressão popular, estribada em portentosas manifestações de massa, dava resultado contra a posição reticente do governo ditatorial. Ato contínuo, a multidão explodiu em alegria pelas ruas, o que fez recrudescer as hostilidades contra os alemães, italianos, japoneses e também espanhóis, que residiam no Brasil. Para o PCB, era o momento de assumir a vanguarda das lutas, criar os organismos de Frente Única para conformar a Unidade da Nação em torno da luta antifascista, sem "distinções de classe, credo, ou partido". Era hora de "pacificar a família brasileira" em torno de Vargas, sob o lema da União Nacional.[191]

Com a entrada do Brasil na guerra, formava-se, finalmente, a aliança do país com a União Soviética, tão sonhada pelos comunistas brasileiros. Enfim, a União Nacional poderia ser praticada abertamente, e a defesa do governo, ainda que com algumas ressalvas, não causaria mais constrangimentos aos comunistas, que poderiam pregar a aliança dos "patriotas" e "antifascistas" contra o inimigo comum.

A revista *Seiva*, na sua primeira edição depois da declaração da guerra, publicada em outubro de 1942, destaca na sua capa uma foto do ditador brasileiro com um largo sorriso e em amistoso abraço com o ex-presidente da Argentina, o general Augustin Justo, com a inscrição "tudo nos une, nada nos separa".[192] Era a primeira vez que o periódico comunista publicava a foto de Getúlio, muito embora o fizesse a propósito de exortar a unidade entre as Américas e não a união com o governante, como sugeriu John Foster Dulles.[193]

---

191 "Vencer a guerra contra Hitler". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 4, out. 1942. APJF.

192 *Seiva*, Salvador, n. 14, out 1942. APJF.

193 A dubiedade, proposital ou não, da capa da *Seiva*, confundiu os historiadores John Dulles e Anita Leocádia Prestes, que parecem ter negligenciado a presença do ex-presidente argentino e as intenções subjacentes dos editores da *Seiva*. DULLES, 1985, p. 237; PRESTES, 2001, p. 75. Sobre a presença do general argentino na capa do periódico antifascista baiano, afirma Falcão: "O Brasil havia declarado guerra ao Eixo no dia 22 de agosto passado e estava preocupado com o seu vizinho do Sul, que ainda não havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha e era governado por um movimento militar simpático ao Eixo, o chamado GOU. Desta forma, o gesto do general Justo, ex-presidente daquele país, colocando sua espada a serviço do Brasil, num comício no Rio de Janeiro, no dia 7 de Setembro de 1942, teve grande repercussão nos dois países". FALCÃO, 2008, p. 79

No editorial do periódico explicita-se a compreensão dos comunistas sobre a atitude do governo Vargas, caracterizada como um ato de "concórdia nacional", contra todas as divergências, um ato de "pacificação e unificação da família brasileira", um ato, enfim, que consolidava o bloco nacional em torno do governo e preparava o país para o grande esforço de guerra que se avizinhava.[194]

A guerra possibilitou ao Partido Comunista a sua honrosa saída do ostracismo depois do isolamento das massas nos anos 1930, mas a "concórdia nacional", defendida e praticada pelos comunistas, não tinha correspondência plena numa gradual abertura que esperavam da ditadura do Estado Novo. Pelo contrário, o governo prosseguia com a vigilância contra o PCB, ao mesmo tempo em que mantinha presos seus principais dirigentes.

Como prova da falta de boa vontade do regime para com os comunistas, no dia 8 de junho, o Supremo Tribunal Militar negou pedido de *habeas corpus* a Luiz Carlos Prestes, concedendo-lhe o único direito de dispor de algumas horas por dia ao ar livre.[195] Apesar de tudo, ainda em março de 1942, lutadores antifascistas se manifestavam das prisões da Capital Federal em favor do governo, como se pode ver por este telegrama dirigido ao presidente:

> Quando nossa Pátria é vítima [de] atentado brutal [a] navios brasileiros [com] perda [de] vidas preciosas, e afrontando [a] prisão [do] embaixador [do] Japão, presos políticos antifascistas, participando [da] indignação [do] povo brasileiro, hipotecamos inteira solidariedade [a] justa posição pan-americanista de V. Excia. Ao lado [das] democracias, rompendo relações [com o] Eixo inimigo [da] liberdade, civilização, e apoiamos todas [as] medidas [de] combate (ao) inimigo interno e externo [do] Brasil, reafirmando nosso desejo [de] lutar (em) defesa [do] solo pátrio. Presídio do Distrito Federal, 12 de março de 1942. Em nome do presos políticos antifascistas da Seção dos Militares.[196]

Como aponta Francisco Carlos Teixeira da Silva, a entrada do Brasil na guerra serviu "de argumento para justificar o endurecimento de posições" da parte do

---

194 "Vencer a guerra contra Hitler". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 4, out. 1942. APJF.

195 "Não foi reconhecido o pedido do ex-capitão Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 9 jun. 1942. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

196 O telegrama, publicado no Jornal *A Tarde*, vinha assinado por Amarolino Miranda, Valdomiro Loureiro, José Manoel Navarro e Almir Silveira Neves "Ao lado do governo os presos políticos". *A Tarde*, 18 de março de 1942. Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*, BPEB. Apesar de se tratar de uma manifestação típica dos comunistas, conforme a manifestação citada por Dulles, não pudemos identificar se os presos que assinaram o telegrama pertenciam, de fato, ao Partido Comunista.

TSN que, armado do Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, suspendeu as últimas e precárias garantias da Constituição de 1937 em função do estado de guerra.[197] Não obstante, a presença política dos comunistas nos movimentos de massas só fez se intensificar nas condições em que o conflito mundial passava cada vez mais a interferir na vida cotidiana das pessoas e a política deixava de ser um assunto dos palácios, das elites políticas e dos governos. Com efeito, a política nacional e internacional passava a ser, acima de tudo, um tema permanente na vida dos indivíduos comuns, e os militantes do Partido Comunista pareciam ter compreendido que não era possível fazer a transformação sem a participação das massas.[198]

Nesse contexto, a política de massas era mais do que uma necessidade para o PCB. Fazia-se mister demonstrar que eram os "partidários de Prestes" que se punham à frente das lutas, que eram os comunistas os primeiros antifascistas e os "campeões da democracia". Os pecebistas iniciaram, assim, o caminho de retorno gradual à vida política e à atividade no interior dos movimentos antifascistas que sacudiam o país, passando a defender mais ostensivamente a União Nacional e tentando influir, cada vez mais, nos caminhos da vaga patriótica que se abria, muito embora sem assumirem, ainda, sua condição de comunistas.

Foi, entretanto, através dos organismos *frentistas* que o PCB procurou se credenciar como principal força política da vaga nacionalista e antifascista aberta naqueles anos. Ainda que profundamente debilitado pela repressão e sem uma direção política constituída nacionalmente, os pecebistas entendiam que a força da sua intervenção lhes garantiria a direção das entidades que surgiam nos meios intelectuais, estudantis e operários. Por isso, emprestou apoio imediato a tais organismos, que ampliavam e corporificavam a linha de União Nacional defendida pelo Partido.

---

197 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. *In*: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). *Corporativismo em português*: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 292.

198 Trotsky, no prefácio à sua obra *História da Revolução Russa*, deu um vivo depoimento acerca dos momentos em que as massas superam sua letargia e entram em cena: "A característica mais incontestada da revolução é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos. Comumente, o Estado, monárquico ou democrático, domina a nação; a História é feita pelos especialistas da matéria: monarcas, ministros, burocratas, parlamentares, jornalistas. Todavia, nas curvas decisivas, quando um velho regime se torna intolerável às massas, estas destroem as muralhas que as separam da arena política, derrubam os seus representantes tradicionais e, intervindo deste modo, criam uma posição de partida para um novo regime. [...] A história de uma revolução é, para nós, inicialmente, a narrativa de uma irrupção violenta das massas nos domínios onde se desenrolam seus próprios destinos". TROTSKY, 1977, v. 1, p. 15

Em todos esses organismos, pode-se perceber que o Partido Comunista buscava ocupar a vanguarda, designando seus melhores quadros para o trabalho em tais entidades. Estas já reconheciam a atividade destacada dos membros do PCB que, ainda assim, continuavam na clandestinidade.

Na Bahia, ganhariam papel de destaque os estudantes comunistas João Falcão, Fernando Sant'Anna, Joel Muniz Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Ariston Andrade, Alberto Vita, Delorme Martins, Célio Guedes, Almir Matos, Josué Almeida, Antonio Santos Morais, Milton Tavares, Heron de Alencar, Walmor Barreto, Zittelmann de Oliva, Carlos Aníbal Correia, Egberto de Carvalho Leite, Dante Leonelli, Alderico Macarenhas, além de muitos outros, aos quais se somariam outros tantos nos anos seguintes de deslanche da luta política de massas.[199]

O programa de ação dos organismos antifascistas, em que havia a presença inconteste dos comunistas, consistia em combinar o pragmatismo das necessidades imediatas da população, com a atividade de politização necessária aos saltos futuros, como o auxílio e a assistência à população civil, o combate aos inimigos internos e a atitude de "envidar todos os esforços para que fosse entregue aos nossos descendentes o Brasil livre que recebemos dos nossos antepassados".[200]

O Partido Comunista acreditava que a sua palavra de ordem lhe permitiria ir ao encontro das massas, tanto que, na nova conjuntura, ainda que se preservasse a segurança, parecia não ser mais necessário insistir no aspecto "conspirativo" da atividade dos comunistas. Segundo João Falcão,

> *A guerra abriu tudo. Foi nesse momento que o movimento comunista passou a ser um movimento de massas, não havia reuniões clandestinas, não havia necessidade. Era para reajustar as coisas, mas pequenas reuniões. Aí nós crescemos muito através dos movimentos de massas, foi um crescimento fantástico!*

---

199 Alguns dos nomes aqui citados foram extraídos de FALCÃO, 1999, p. 114.

200 FALCÃO, 1999, p. 140. No "Manisfesto da Legião dos Médicos para a Vitória", publicado na *Seiva*, estava escrito: "A guerra invade as nossas plagas, com seu cortejo de violências e misérias, arrastando-nos em defesa da soberania da Pátria, das suas tradições democráticas, do seu patrimônio cultural, das suas liberdades públicas, a uma reação armada contra as potências totalitárias, cuja agressividade insólita não nos respeitou as prerrogativas de nação neutra e pacífica". *Seiva*. Salvador, n. 14, p. 30, out. 1942. APJF.

CAPÍTULO 3

Nas fronteiras da legalidade

> Oxalá, pai dos homens, não conhece o medo nem a incerteza. Conhece porém a angústia e de novo lhe doeu o coração, ao pensar que aquela batalha estava ganha, mas havia apenas começado os dias terríveis em que seus filhos mais valorosos pereceriam como moscas, como folhas pisoteadas pelo cruel inimigo, como troncos apodrecidos pela ira de Omulu, senhor das moléstias, príncipe das pestes, dono das chagas e crecas, o que mata sem faca.
>
> (João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*)

"A unidade nacional é o milagre da vitória"

A declaração de guerra contra o Eixo, consumada pelo governo Vargas em fins de agosto de 1942, não significou, de imediato, a abertura de uma Segunda Frente contra os exércitos de Hitler e Mussolini. Pelo contrário, a hesitação do governo brasileiro e mesmo a morosidade da Inglaterra e dos Estados Unidos no envio de suas tropas para combater o inimigo em território continental europeu faziam

com que a bandeira principal do debilitado, porém esperançoso, PCB, fosse, no plano tático, a luta para que o governo convocasse e enviasse suas tropas para lutar na guerra.[1]

Conforme a tática se adaptava à necessidade, a União Nacional era gradualmente deslocada para a dimensão estratégica do movimento comunista brasileiro. Da mesma forma, a defesa da *democracia*, enquanto principal bandeira do movimento antifascista, foi convertida no centro do discurso político dos comunistas brasileiros que passaram a defendê-la sem adjetivações.

Para o PCB, que desde 1940 estava sem direção nacional, mas continuava existindo e atuando na Bahia e em alguns poucos estados do Brasil, o problema da Segunda Frente importava para todo o movimento antifascista e não apenas aos governos e exércitos dos países beligerantes do mundo dito democrático ou mesmo ao governo brasileiro.[2] Estava em jogo a "defesa da civilização" contra a "barbárie nazifascista" e, mais do que isso, a defesa da URSS, já que a guerra punha em questão a sua existência como "pátria do socialismo". Desta maneira, os comunistas, ao se referirem à necessária abertura do novo *front* contra o nazifascismo pelas páginas da revista *Seiva* ou através das entidades antifascistas impulsionadas por sua política, traziam a *batalha* para o terreno da luta de massas e ideologizavam o conflito, encarando o problema como relativo às "ruas" e não apenas aos "palácios.

O traço principal da linha dos comunistas era a politização da guerra no plano internacional, com a identificação dos regimes fascistas como inimigos principais da *democracia*, relativa aos países aliados, inclusive à União Soviética. No plano interno, embora não menos politizado, o conflito aparecia para os pecebistas como elemento de unificação de todas os setores e classes da sociedade que reivindicavam o *campo da democracia*, numa aliança universal contra o fascismo, o que incluía, àquela altura, o governo brasileiro, antes chamado de fascista pelos "partidários de Prestes".

---

1 Era o que afirmava o editorial da *Seiva*, de junho de 1942: "União Nacional para a defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 12, p. 3-4, jun. 1942. APJF.

2 No relatório da polícia de 1940, interceptado pelos comunistas, dava-se conta de que o PCB prosseguia organizado ou tinha postos de propaganda em 15 estados mais o Distrito Federal, entre 1935 e 1940 (Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Estado do Rio, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Entretanto, as prisões reduziram substancialmente as fileiras do partido, de modo que fica bastante difícil precisar sobre a organização comunista depois das quedas de 1940. "Relatório sobre os materiais recebidos em 26 de maio de 1940 da mãe de Prestes". Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, Arquivo de História Social do ICS da Universidade de Lisboa (AHS/ICS/UL), Pasta 22, sem catalogação.

A União Nacional em torno do governo Vargas aparecia como um posicionamento para o qual convergiria parte das aspirações da sociedade que parecia abdicar, ao menos provisoriamente, de outras reivindicações que internamente clamavam por anistia e democracia. Não que o tema não surgisse de maneira recorrente nos muitos escritos das entidades e dos órgãos da imprensa antifascista em circulação na época. O certo é que, quando aparecia, em que pesem as diferenças de conteúdo e de perspectiva que opunham, especialmente, os liberais ao governo Vargas, vinha submetido à lógica da *unidade nacional contra o* fascismo e pelo esforço de guerra, circunstância em que as querelas internas eram remetidas a um segundo plano em nome do esforço unitário maior.

Assim, na altura em que todos os ânimos e empenhos se voltavam para o tema da guerra e da unidade nacional, foram poucos os que ficaram imunes ao "contágio" das reivindicações pela Segunda Frente e pela possibilidade de "pacificação" e "concórdia nacional" apregoada pelas principais lideranças comunistas do período.

Politizando o tema da guerra, os pecebistas procuravam ganhar terreno para colocar as outras questões pendentes ante o governo brasileiro, como o problema da anistia e da legalidade do Partido Comunista. E se este assunto ainda se constituiria como um tabu para o movimento patriótico brasileiro, o tema da anistia viria, gradualmente, a ocupar a linha de frente das reivindicações encampadas pelo movimento antifascista, tanto que em poucos anos seria uma das principais bandeiras do PCB na luta contra o Estado Novo.[3]

Em inícios de 1942, os comunistas procuravam apresentar sua palavra de ordem em torno da anistia por intermédio de diversas personalidades, reconhecidamente não comunistas e de prestígio nacional, atacando em duas frentes, pois, ao mesmo tempo em que deslocavam o eixo do inimigo interno do movimento comunista para o integralismo e a "quinta-coluna", procuravam, habilmente, perfilar-se ao lado de amplos setores da sociedade e do Exército em torno da proposta de *Frente Nacional Antifascista*, envidando esforços para que personagens insuspeitas defendessem conjuntamente a anistia e a União Nacional. Assim foi o caso da posição assumida pelo ex-deputado autonomista Luiz Viana Filho, ainda em fevereiro de 1942:

> *Aliás, não é por outra causa que o governo, repetidamente, tem chamado, tem clamado pela imperiosa necessidade de uma união nacional.* Realmente, a todos os povos, nas horas de perigo comum sempre se impôs

3 A questão da anistia já aparecia nos planos do CEIC do *Komintern* desde 1940. "Projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil", Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, AHS/ICS/UL, Pasta 22, sem catalogação.

> essa unidade de sentimentos, essa conjuração de forças para a defesa dos interesses nacionais. [...] Que estamos vendo na Inglaterra ou nos Estado Unidos senão a unidade espiritual colocando em segundo plano as divergências partidárias? Mas, em cada uma dessas nações, para conseguir o apoio unânime de seus concidadãos, o primeiro a estender a mão sempre foi o próprio governo. [...] Sempre foi assim. Mesmo no Brasil, para não pegar exemplos distantes, que têm feito os governos ao compreenderem a necessidade de solicitar a unidade nacional? Que faz D. Pedro II ao ascender ao trono numa nação dividida pelas longas lutas da Regência, que se estendiam desde a luta épica dos Farrapos até às bravuras dos Cabanos? Que faz Prudente de Moraes ao tomar a direção de um país fatigado pelas revoltas do período Floriano. Um e outro – e isso não diminui no julgamento da posteridade – não viram outro caminho senão o da anistia. *Se os homens deviam esquecer agravos, o primeiro a esquecer teria de ser o governo*.[4]

A questão da anistia aparecia, assim, nas palavras do ilustre liberal baiano, conjugada ao "esquecimento" dos agravos, de parte a parte, com responsabilidade maior para o governo. Da mesma forma, a União Nacional era evocada como símbolo da "concórdia" nos momentos críticos, quando se resolviam todos os desagravos do país.

Também o general Manoel Rabelo, uma das principais referências do movimento patriótico e antifascista no Brasil e um dos opositores mais tenazes do general Eurico Dutra, afirmava o sentimento de União Nacional que tomava conta de todo o povo, para em seguida defender a anistia. Numa entrevista concedida à *Seiva*, em outubro de 1942, assim se pronunciou o militar antifascista:

> *A nossa União Nacional deve formar-se, antes de mais nada, de elementos verdadeiramente patriotas, sinceros, amantes da liberdade e da democracia. Acho também que devemos esquecer as dissensões passadas e concentrar as nossas forças para ajudar os nossos aliados a alcançar a vitória*. Julgo por isso mesmo que a *Anistia* será uma medida de enorme alcance, e deve abranger todos os brasileiros, quaisquer que tenham sido seus matizes políticos.[5]

4 Luiz Viana Filho. "Pela União Nacional". *A Tarde*, Salvador, 2 fev. 1942. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*, grifo nosso.

5 "General Manoel Rabelo. Lídima voz da Democracia e do Povo". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 12, out. 1942. APJF. Grifo nosso.

Portanto, a anistia aparecia novamente relacionada ao “esquecimento das dissensões passadas”, tudo em nome da unidade dos “patriotas sinceros” e “amantes da liberdade”. Entretanto, enquanto a “anistia” não era ainda uma bandeira amplamente aceita diante das massas, senão apenas um pleito da vanguarda democrática e antifascista, a luta pela abertura da Segunda Frente dominou quase que inteiramente a política do PCB. Isto porque a União Soviética resistia com imensas dificuldades às investidas do Exército nazista, que avançava em seu território, o que tornava a luta pelo envio de tropas para a frente de batalha como o principal objetivo da política dos pecebistas no período. Não obstante, os comunistas brasileiros precisavam tomar cuidado ao tocar no assunto, pois o comunismo ainda inspirava sentimentos, no mínimo, contraditórios da parte do governo, e mesmo que este não fosse mais considerado como o principal inimigo interno, ao menos naquele momento, o Estado Novo ainda vigorava plenamente, tendo o combate ao comunismo como política permanente.

Será, portanto, através das inúmeras organizações antifascistas que os militantes comunistas procurarão romper com o grande silêncio e isolamento que os cercava, ao mesmo tempo em que vão defender um posicionamento mais firme do governo Vargas em relação à guerra e ao envio de tropas para o combate. É significativo o manifesto lançado pelos estudantes baianos através da “Comissão Central de Estudantes pela Defesa Nacional e Pró-Aliados”, entidade antifascista criada no auge da crise provocada pelo afundamento de navios brasileiros pelos submarinos alemães, no dia 24 de agosto de 1942. Exortando a organização do povo pela defesa nacional, o manifesto reafirma a postura adotada pelos comunistas de reivindicar para todos os brasileiros a responsabilidade pela defesa da pátria, ao mesmo tempo em que apela à consciência nacional para os sacrifícios da guerra e alerta contra a provocação do inimigo.[6]

Através das entidades democráticas e antifascistas, o movimento comunista reencontraria o caminho das ruas e o necessário acesso às massas, carentes de direção política e organizativa naqueles longos anos em que parte considerável de suas vanguardas esteve encarcerada e submetida à perseguição e à clandestinidade. De sua parte, o PCB também amargara longos anos de adversidades, tanto em função do anticomunismo feroz praticado pelo governo Vargas, quanto pelo fato de que os próprios comunistas enveredaram por um caminho de demasiado otimismo que redundou na aventura frustrada de 1935.

---

6 “Os estudantes ao povo”. *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 22-23, out. 1942.

A estruturação dos organismos patrióticos que proliferaram a partir de 1942 tinha sempre a presença inconfundível dos comunistas. Estes, pela primeira vez em muitos anos, poderiam construir a *frente única e a frente popular*, exaradas das resoluções do VII Congresso da IC. Os pecebistas, mesmo que ainda muito debilitados, emprestaram a sua experiência política e organizativa na construção desses espaços que cumpririam um papel relevante na condução do Brasil à guerra e, posteriormente, à decretação da anistia e a liberalização das instituições políticas do país, tão sonhadas pelos "partidários de Prestes". Tais entidades surgiriam no bojo de um significativo movimento de massas que, a cada dia, arrastava multidões para as ruas em manifestações de proporções nunca antes registradas no Brasil.

Em Salvador, as manifestações eram organizadas, principalmente, pela "Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional de Pró-Aliados", fundada ainda em abril de 1942, que tinha em sua direção os comunistas Mário Alves e Joel Muniz Ferreira.[7] Esta entidade, cuja direção foi instalada solenemente no dia 2 de maio no salão nobre da Faculdade de Direito, congregaria "os esforços de todos os estudantes na luta pela soberania nacional e pelo retorno da paz e da tranquilidade no mundo, com a extinção do fascismo e suas imitações".[8]

Para o PCB, cuja política principal no curso da guerra se voltava, principalmente, para alcançar as massas, tratava-se de apoiar as iniciativas dos antifascistas com todas as forças. Dessa maneira, através das páginas da *Seiva*, a "Comissão Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados" publicou um chamamento *ao povo* em que afirmava a não exclusividade do governo no combate à quinta-coluna e a defesa nacional, circunstância em que a população deveria ser organizada em "Comissões de Defesa Nacional", "Comitês de Vigilância" e "Legiões Patrióticas" de forma que "Homens e mulheres, adultos e jovens, exército e povo, povo e governo, *todos unidos, indissoluvelmente unidos*, devem marchar resolutos para a luta pela Pátria".

Prosseguiam apelando para que o povo "esteja preparado para atender imediatamente ao chamado de recrutamento e convocação, para executar os trabalhos de defesa passiva e preparação civil da população e para vigiar a quinta-coluna,

7 Entre julho e agosto, em Salvador, ocorreram dezenas de manifestações organizadas pela "Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados" e pela "União da Bahia pela Defesa Nacional" que atuavam articuladas com as principais entidades estudantis do Estado, a União dos Estudantes da Bahia, a UEB (universitária) e a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia, AESB e as Legiões Antifascistas dos diversos setores que seriam fundadas naqueles dias, como a Legião Acadêmica, a Legião dos Médicos e a Legião dos Comerciários.

8 "Frente estudantil na Bahia contra o fascismo". *A Tarde*, Salvador, 29 abr. 1942. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

os espiões e os provocadores".[9] Assim, os estudantes, através de suas entidades e tendo os comunistas em posição de destaque, esperavam uma atitude menos passiva do governo, ao passo em que lhe devotariam todo apoio no esforço de guerra e de combate à quinta-coluna.

Era essencial, para o Partido Comunista, estar na vanguarda desses movimentos e levar a sua política de União Nacional e de aproximação com Getúlio para isolar os setores reacionários, trazendo o governo para o que entendiam ser o *campo da democracia*. Para tanto, não mediram esforços no impulso para a formação de tais organismos frentistas, como a já referida "Comissão Central de Estudantes pela Defesa Nacional e Pró-Aliados", ou a "União da Bahia pela Defesa Nacional", instalada oficialmente no simbólico dia 2 de Julho, também com significativa presença comunista.[10]

Na oportunidade de lançamento da "União da Bahia pela Defesa Nacional", foi lido um Manifesto à Nação, elaborado pelo Partido Comunista, que veio a ser o primeiro documento publicizado pelo Comitê Regional do PCB na Bahia em muitos anos, com a devida orientação do *Komintern*, que, desde a última viagem de Falcão e Arruda Câmara à Argentina, procurava manter relações com os comunistas brasileiros.[11] Pelo texto, publicado na edição de agosto da *Seiva*, podiam-se ler os objetivos da entidade e o apelo à Unidade Nacional, bem na linha do documento de junho, "União Nacional em Defesa da Pátria":

> Somente os povos unidos puderam resistir ao inimigo. A guerra de hoje é tão intensa na frente de luta como na retaguarda, e para suportá-la e vencê-la deve estar em armas toda a população: homens e mulheres, unidos por um comum sentimento patriótico. *A Unidade Nacional é o milagre da vitória. Isto quer dizer que para organizarmos a defesa do país, para resistirmos à luta e chegarmos à vitória, é preciso que todos os brasileiros se unam, por cima de todas as divergências políticas e religiosas. União para todos os brasileiros que queiram defender o Brasil contra o nipo-nazi-fascismo.* A nenhum brasileiro se pode negar este posto de luta. E numa União para a defesa da Liberdade e da Independência da Pátria não há renúncia de princípios nem

9 "Frente estudantil na Bahia contra o fascismo". *A Tarde*, Salvador, 29 abr. 1942. p. 23, grifo do autor.

10 FALCÃO, 2000, p. 176-177; "Frente estudantil na Bahia contra o fascismo", op. cit.

11 FALCÃO, 1999, p. 92, 2000, p. 177.

capitulação. Pelo contrário, esta União fortalecerá os princípios, porque mostra-lhes seu caráter patriótico.[12]

Com o manifesto na rua, em que se afirmava a Unidade Nacional como o "milagre da vitória", o PCB se pôs a organizar os núcleos da *Frente Única Antifascista* para dar conta das novas tarefas proporcionadas pela guerra. A formação destes organismos e o deslanchar do movimento patriótico e antifascista no Brasil permitiram aos comunistas algum espaço para intervenção política, senão legal, ao menos semiclandestina, nos marcos da linha de unidade antifascista, impulsionada pelas massas em virtude da agressão nazista e da iminência da guerra atingir o país. Segundo João Falcão:

> *Inicialmente, formaram as legiões patrióticas, que agrupavam categorias profissionais ou um setor da juventude universitária. Várias frentes foram criadas, legiões de comerciários, legiões acadêmicas, legiões de advogados e o partido funcionou a partir das suas legiões. Então nós chegamos à conclusão de que era arriscado fazer reuniões clandestinas, quando nós podíamos reunir abertamente através desses organismos de massa.*[13]

Com o advento da luta antifascista e através do movimento de massas, os comunistas lograram, pela primeira vez em muitos anos, sair parcialmente da clandestinidade e ganhar o espaço público. Através das páginas de *Seiva*, pode-se acompanhar, passo a passo, a evolução da movimentação antifascista que explodira nas ruas desde o afundamento dos primeiros navios brasileiros, em fevereiro de 1942.

Em 14 de abril, "no mais vivo ambiente de solidariedade continental, a Bahia comemorou de forma ativa o dia Pan-Americano", colocando-se na "vanguarda da

---

12 "União da Bahia pela Defesa Nacional". *Seiva*, Salvador, n. 13, p. 33, ago. 1942. APJF, grifo nosso. Neste número da *Seiva*, aparece a notícia intitulada "Toma grande impulso o Movimento pela Defesa Nacional e Contra o Fascismo", onde consta a explicação da finalidade da entidade que "congrega figuras destacadas de todas as correntes de opinião e do governo, como também representantes de todas as classes. Isto é um exemplo vivo da União Nacional para a defesa da pátria. União por cima de todas as divergências políticas e religiosas. União para todos os brasileiros que queiram defender a pátria contra Hitler. Todo o Brasil precisa conhecer este fato e seguir imediatamente o exemplo do povo baiano. Em todas as capitais do país devem ser fundadas organizações idênticas, com o mesmo programa e as mesmas finalidades, que se irradiarão pelo interior do país". Ibid., p. 31-33

13 João Falcão, em entrevista ao autor, em 2002. Foram formadas a Legião Acadêmica, em 24 de agosto de 1942, a Legião dos Comerciários, em 2 de setembro do mesmo ano, e a Legião dos Médicos, no dia 4 de setembro. Sobre o assunto, ver também: FALCÃO, 1999, p. 138-142.

Defesa Nacional e da América". No dia 20 de abril, os estudantes dos ginásios e das escolas da Bahia manifestaram sua repulsa ao fascismo através de um comício e uma passeata em que, inclusive, promoveram o "enterro" simbólico de Hitler. Em 9 de maio, dia que *Seiva* chama de "maior dia na história das manifestações antifascistas no estado", quando "os estudantes denunciaram ao povo e às autoridades públicas o professor de fascismo Hebert Parentes Fortes", teriam se reunido milhares de estudantes para repudiar o dito docente qualificado de "amigo do fascismo".

No dia 6 de junho, nova passeata percorreu as ruas da Capital da Bahia, quando vários oradores manifestaram "ao sr. Comandante da 6.ª Região Militar, representante das nossas forças armadas, a sua determinação de lutar, em qualquer oportunidade, pela defesa da Pátria". O dia 2 de Julho, data magna da Bahia, marcaria a instalação da "União da Bahia pela Defesa Nacional", entidade antifascista de grande importância. Em 14 de julho, "no dia em que há século e meio, o povo de Paris tomava a Bastilha e destroçava, após épica jornada, o mais sombrio símbolo da tirania", a Bahia se levantou "em massa compacta, enfrentando fortes temporais, para reafirmar seu amor às instituições nascidas sob o signo de *liberdade, igualdade e fraternidade*", manifestando solidariedade ao Comitê Nacional da França Livre e "repúdio aos escravizadores da Liberdade".

No mês seguinte, no dia 8, "mais um comício para fazer vibrar o nosso protesto contra as agressões selvagens dos piratas nazistas", e o povo baiano "veio pedir a guerra sem indagar se teremos vantagens ou desvantagens".[14] Já no dia 17, ocorreu uma nova onda de protestos com os baianos pedindo desforra contra a agressão nazista, e no dia 22 de agosto, "um dia de grande vibração da alma nacional". A *Seiva* afirmava: "Estava salva a nossa integridade moral. Estava interpretada a vontade do povo", enfim, o governo declarara "estado de beligerância" contra as nações agressoras, de maneira que, segundo o periódico antifascista, "o povo da Bahia, numa demonstração de compreensão da gravidade do momento e de fé na vitória, presta ao presidente Vargas e às forças armadas significativa homenagem de confiança".[15]

Para os comunistas baianos, portanto, formava-se, na questão da guerra, uma "sólida União Nacional", na qual "povo, governo e forças armadas, lutaremos pela

---

14 Sobre a manifestação do dia 8 de agosto, o jornal *A Tarde* fala da reunião de "grande massa, constituída de estudantes, operários, intelectuais, jovens, homens e mulheres de todas as classes sociais", cuja estimativa dava algo em torno de 10 mil pessoas. "Protesta o povo sua fidelidade à democracia". *A Tarde*, Salvador, 10 ago. 1942. BPEB; Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*.

15 "O Povo baiano na luta pela defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 26-29, out. 1942. APJF.

nossa soberania, resguardaremos a liberdade e repeliremos as agressões". No dia 20 de setembro, 5 mil estudantes baianos, juntamente com todas as organizações patrióticas, puderam comemorar a primavera nas ruas, com o lema de "Vitória, 2ª frente, União Nacional, Apoio ao Presidente da República e às Forças Armadas".[16]

Como se vê, o tema da guerra ganhava as ruas e poucos eram aqueles que puderam manter-se indiferentes ao assunto. Para os comunistas, a oportunidade que se abria significava o renascimento da esperança, ao mesmo tempo em que representava um desafio de vida ou morte no enfrentamento contra o nazifascismo. Mas que não se pense que a onda de protestos que alcançou a Bahia esteve restrita a sua capital, Salvador. No interior do estado, entidades semelhantes foram criadas e protagonizaram, também, significativas mobilizações contra o fascismo e pelo envio da Segunda Frente à Europa. Ainda em 1942, entre os meses de julho e agosto, foram registradas manifestações nas cidades de Ilhéus, Feira de Santana e Jaguaquara, puxadas por organismos antifascistas que, muito provavelmente, também tinham a presença de comunistas.[17]

A comoção causada pelo afundamento de navios brasileiros havia impulsionado as mobilizações e o surgimento de inúmeros organismos unitários antifascistas que agrupavam vários setores e classes da sociedade brasileira. Contudo, como já foi dito, não era incomum que em diversas circunstâncias o movimento descambasse para a violência contra aqueles que consideravam seus agressores, como as comunidades de imigrantes alemães, italianos japoneses e espanhóis. Dessa maneira, ao lado das entidades antifascistas, forjadas nas "oficinas" da *frente popular* comunista, surgiriam, também, os "Comitês de Vigilância" que, dirigidos por lideranças populares, funcionavam articulados com a Secretaria de Segurança Pública para evitar os distúrbios e as *provocações* da "quinta-coluna".[18]

Depois de declarada a guerra, o primeiro número de *Seiva* a chegar às bancas, publicado em outubro de 1942, trouxe o fundamental da orientação que os

---

16 "O Povo baiano na luta pela defesa da Pátria". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 26-29, out. 1942. APJF.

17 Em Ilhéus, fala-se da "Frente Democrática contra o Eixo"; em Feira de Santana, por iniciativa da "União da Bahia pela Defesa Nacional e Pró-Aliados [sic]" seria realizado um grande comício e seria fundada a "União de Feira de Santana pela Defesa Nacional" e a "Comissão Estudantil Feirense pela Defesa Nacional e Pró-Aliados". Já em Jaguaquara, sob a liderança das autoridades locais e da "embaixada estudantil", seria instalada a "União Patriótica pela Defesa Nacional e Pró-Aliados", depois disso, a "embaixada estudantil" seguiria para a cidade de Jequié. "Formou o povo na procissão democrática". *A Tarde*, 15 jul. 1942; "Evangelização democrática no interior baiano" 23 de julho de 1942; "Propaganda democrática no sudoeste". *A Tarde*, Salvador, 15 ago. 1942. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

18 Segundo João Falcão, que assumiu a "chefia" do Comitê em Salvador, tal comitê era secreto e recebia armas da SSP "para a autodefesa de seus componentes". FALCÃO, 1999, p. 141

comunistas e as entidades antifascistas viriam a imprimir à mobilização no período seguinte. No texto intitulado "Segunda Frente para a Vitória", era considerado que o "problema da segunda frente" ultrapassava, "por ser muito amplo, os limites de uma estratégia militar". Em função disto, avaliava-se que a questão deveria transcender as esferas dos altos comandos "para ganhar as ruas e as praças públicas"; que deveria "deixar os limites europeus para propagar-se a todo o mundo, afim de que se comovam com ele todos os povos da terra". Por isto, insistiam os pecebistas de *Seiva*, "o povo brasileiro tem alguma coisa que dizer e alguma coisa que fazer para a solução do problema da segunda frente".[19]

Do alto da estratégia *frentista* de União Nacional, os comunistas elaboravam as consignas que acreditavam fazer avançar a luta política, interna e externa, tendo por prioridade a defesa da "pátria do socialismo", a URSS, ameaçada pelas tropas de Hitler. Por conseguinte, quando Vargas, como já o fizera antes, conclamou à "pacificação da família brasileira", e também à "concórdia nacional", em seu discurso no dia 7 de setembro de 1942, o Partido Comunista veio ao seu encontro, acrescentando que tal movimento implicava em preparar os patriotas para defenderem o país da agressão imperialista germano-fascista. Reafirmavam os pecebistas que "a nenhum brasileiro é justo negar-se um posto de luta que é um dever. Que sejam chamados às fileiras de combate todos os patriotas. Que nenhum patriota permaneça impedido de lutar pela Pátria".[20]

Mas foi o próprio general antifascista Manoel Rabelo que, na Capital Federal, em janeiro de 1943, fundou um dos mais importantes organismos *frentistas* do período da guerra, justamente no espírito da União Nacional preconizado pelo Partido Comunista. Com efeito, a Sociedade Amigos da América (SAA) se converteria na principal entidade a agregar os lutadores antifascistas brasileiros, e os comunistas apoiaram desde os primeiros instantes tal iniciativa, à medida que teriam percebido os seus significados na luta contra o fascismo e a ala reacionária do governo, que continuava a influenciar nas ações de Vargas no esforço de guerra, entravando as medidas mais efetivas em prol das Nações Unidas.[21]

A SAA, portanto, pretendia ser uma entidade de caráter nacional, agrupando todos aqueles "homens de boa vontade", sem exclusivismos políticos ou distinções de classe, raça, filosofia ou religião, "na causa da América, das Nações Unidas e da

---

19 "Segunda Frente para a Vitória". *Seiva*, Salvador, n. 14, p. 8, out. 1942. APJF.

20 "Concórdia nacional". *Seiva*, Salvador, n. 15, p. 4, jan. 1943. APJF.

21 *A Tarde*, Salvador, 4 jan. 1943. BPEB; Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*.

Humanidade, na luta contra o fascismo europeu e asiático".[22] A entidade, que logo alcançou imenso prestígio em diversos setores da sociedade, também foi fundada em muitas outras cidades, como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador, sendo, na compreensão do PCB, "uma das melhores expressões da União Nacional".[23]

Foi ainda nesse mesmo período que os comunistas ajudaram a criar, ou a recriar, a Liga de Defesa Nacional (LDN), entidade surgida em 1916 pelas mãos do poeta Olavo Bilac, e reativada em 1943, tendo como presidente o ministro Oswaldo Aranha, que os comunistas tinham em alta conta.[24] Era a concretização definitiva da unidade nacional contra o fascismo, a "quinta-coluna" e a reação, e o Partido Comunista, ainda na ilegalidade, sentia aproximar-se a *hora-chave*, por isso publicou, nas páginas de *Seiva*, a "Proclamação da Liga de Defesa Nacional ao povo", que falava de União Nacional e do apoio a política de guerra do governo.[25]

Em inícios de 1943, enquanto as massas comemoravam o primeiro aniversário de rompimento das relações com o Eixo, o PCB partia para a ofensiva contra a vacilante política do governo Vargas. Este, apesar da declaração de guerra contra o Eixo, hesitava em enviar tropas para o *front*, o que causava desconforto entre os aliados e desconfiança entre a população, que temia a reação no seio do próprio governo.

A revista *Seiva*, procurando traduzir o descontentamento do Exército e do "povo", e ao mesmo tempo armá-lo contra a reação, veio afirmar a tese de que o povo pretenderia "defender-se nos campos de batalha", algo que, conforme dizia, estaria começando a tomar conta da população. Segundo *Seiva:* "Instintivamente sente-se que é desonroso e prejudicial defender a independência de nossa pátria

22 FALCÃO, 1999, p. 165-168.

23 Na capital baiana, a SAA foi fundada somente em 21 de junho de 1943. *A Tarde*, 18 de junho de 1943. BPEB; Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*. Sobre a entidade, a *Seiva* assim se manifestou: "Sob a liderança de Manuel Rabelo, a Sociedade 'Amigos da América' é hoje uma das expressões da União Nacional. Para ela convergem todos os brasileiros patriotas e antifascistas, todos os homens de convicções honestas e boa vontade. Uma organização para a guerra, concorrendo materialmente para o aparelho bélico do Brasil, o que significa que ela luta objetivamente pela liberdade e independência da Pátria". "A Sociedade 'Amigos da América' uma ponta de lança no nazi-fascismo". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 12, mar. 1943. APJF.

24 Sobre a instalação da LDN em Salvador, em inícios de março de 1943, uma matéria de *A Tarde* assinala que esta tinha como finalidade agrupar a "Todos os setores sociais de nossa terra para a luta pela liberdade e independência da pátria [...]. Todos os patriotas baianos sem distinção de raça, posição social, convicções ideológicas ou religiosas, terão o seu posto na concretização de um plano de ação, que a liga de defesa nacional promoverá para salvaguardar a soberania do Brasil frente às ameaças implacáveis do escravagismo germano-fascista". *A Tarde*, Salvador, 3 mar. 1943. BPEB; Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

25 "Proclamação da Liga de Defesa Nacional ao Povo". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 18-19, mar. 1943. APJF,

e a liberdade de nosso povo com o sacrifício de toda a humanidade, com exceção do nosso". Por isto, seria "compreensível que assumindo uma posição defensiva, agora, estaremos contrariando toda a experiência militar dos últimos ricos anos [sic], que têm mostrado que a única política militar acertada é a da ofensiva e da surpresa". Neste sentido, "dirigentes civis do país" estariam demonstrando, "claramente uns, indiretamente outros, compreender a necessidade de participarmos mais ativamente do conflito".

Não obstante, o periódico antifascista não pretendia criticar o "brioso e valente Exército, de vigorosas tradições de luta", senão apenas queria chamar a atenção para o fato de que o "povo brasileiro" se encontraria "ideologicamente preparado para o grande sacrifício que a nossa defesa nos possa impor". De acordo com *Seiva*, tanto o "povo brasileiro" quanto sua "brava juventude" estariam "a postos, aguardando a mobilização para a criação de um grande Exército e a ordem de comando dos dirigentes de nossas Forças Armadas de lutar pelo Brasil e pela Humanidade".[26]

O crescente apelo ao alistamento militar voluntário para que se pudesse atender imediatamente ao chamado da frente de luta repercutia nas massas, e a grande imprensa anotava a movimentação. Por ocasião do primeiro aniversário de rompimento com o Eixo, o jornal *A Tarde* noticiaria amplamente as manifestações de rua em que falaram lideranças antifascistas diversas, estudantes e operários.[27]

Nos comícios do dia 28 de janeiro de 1943, o periódico anunciou: "Vibração popular contra os inimigos do Brasil". Registrando que o ato foi "uma das maiores concentrações populares ultimamente verificadas entre nós", na qual o povo teria dado, mais uma vez, "prova de unanimidade nacional em torno da causa pela qual estamos na guerra". O vespertino baiano abordava o discurso de três importantes membros do Partido Comunista, o estudante Mário Alves, o operário João Pacífico de Souza e o escritor Jorge Amado.[28] Ainda que a filiação dos dois primeiros ao PCB fosse, possivelmente, desconhecida do jornal e das autoridades baianas, é importante destacar a ascendência alcançada pelos "partidários de Prestes" sobre o movimento de massas, perante o qual discursavam defendendo a linha política do Partido.

26 "O Brasil deve defender-se lutando", *Seiva*, Salvador, n. 15, p. 3-4, dez. 1942. APJF.

27 "Ansiosamente aguardado o comício de aniversário". *A Tarde*, Salvador, 27 jan. 1943; "O povo clamará pela participação na luta". *A Tarde*, Salvador, 28 jan. 1943. BPEB, Setor: Jornais. Acervo: jornal *A Tarde*.

28 *A Tarde*, Salvador, 28 jan. 1943. BPEB; Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*.

Mário Alves "advogou a participação cada vez mais ativa do Brasil nas operações de guerra, ao lado dos nossos aliados nas diversas frentes de batalha". Em seguida, o orador teria denunciado "as manobras sinistras da 'quinta-coluna'" e, por fim, declarado "a disposição com que estudantes baianos encaram os acontecimentos, decididos, que estão a oferecer à Nação o máximo de suas energias". O operário comunista João Pacífico de Souza teria afirmado "a conveniência patriótica de se unirem estreitamente todos os operários numa frente contra o nazismo, inimigo da liberdade dos trabalhadores". Jorge Amado, talvez o único de quem se pudesse dizer "comunista", seguindo a linha do intelectual engajado, defendida pelo PCB dos tempos do "realismo socialista", "proferiu eloquente oração com expressões incisivas contra o nazismo inimigo desmascarado da civilização e dos direitos do povo", exortando "à união nacional em apoio da acertada política de guerra do presidente Vargas".[29]

Ainda na linha ofensiva adotada pelos pecebistas em nome da Segunda Frente, também em janeiro de 1943, pelas páginas da *Seiva*, a União dos Estudantes da Bahia (UEB), entidade presidida pelo comunista Fernando Sant'Anna, publicava um manifesto intitulado "A juventude brasileira assume o compromisso público de lutar, na África, ou na Europa, ao lado das Nações Unidas", em que se conclamava a juventude a ingressar nas Forças Armadas e cerrar fileiras com o governo em prol da Segunda Frente:

> A União dos Estudantes da Bahia chama todos os colegas do país inteiro para a mobilização espiritual e material requerida pela ofensiva. Formando um bloco único e indestrutível, efetivamente integrados na União Nacional dos brasileiros patriotas e antifascistas, ponhamos à disposição do presidente Getúlio Vargas e das autoridades militares e civis toda a nossa capacidade de ação, toda a nossa combatividade, todo o nosso entusiasmo.[30]

Em consequência dessa postura, foram os militantes comunistas os primeiros voluntários a se alistar para lutar na guerra. Em diversas cidades, se organizaram comitês de alistamento militar com o apoio do PCB, e dezenas de militantes ou simpatizantes do Partido não apenas se inscreveram, como foram recrutados e efetivamente embarcaram para a guerra tão logo o governo brasileiro cedeu e resolveu

29 "Vibração popular contra os inimigos do Brasil: os oradores discursaram na praça cheia de povo". *A Tarde*, 29 jan. 1943. BPEB; Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*.

30 *Seiva*, Salvador, n. 15, p. 38, jan. 1943. APJF.

enviar contingentes para Europa, o que ocorreu em junho de 1944. Mesmo muitos exilados retornaram ao Brasil para se apresentar como voluntários para a guerra, sendo que quase todos foram presos ao ultrapassarem as fronteiras do país.[31]

O envio da Força Expedicionária contaria com inúmeros comunistas que passaram a acreditar que a possibilidade de vitória na guerra consolidaria a União Nacional ao mesmo tempo em que solaparia a ditadura do Estado Novo de Vargas. Os pecebistas imaginavam que, assim como as massas haviam despertado para a luta patriótica e antifascista, elas não custariam em identificar a sua missão histórica de libertação do Brasil. Enfim, chegara a hora de preparar a *vanguarda* dos trabalhadores para o próximo salto, e o Comitê Regional da Bahia tinha, ainda, a consciência e a plena dimensão da sua importância na reorganização nacional do PCB.

O destemido "Exército do Pará", a CNOP e a Conferência da Mantiqueira

Em suas memórias, escritas em fins de 1969, Leôncio Basbaum, ex-dirigente do PCB, recorda:

> Em princípios de (19)42, certo dia, me apareceu o Arruda Câmara, que eu conhecera na Bahia. Vinha todo misterioso, falando baixo, e me contou uma história um tanto complicada de prisões na Bahia, viagens à Montevidéu, onde esteve em contato, segundo disse, com o Secretariado Sul-Americano, o qual lhe teria dado autorização e força moral para reaglutinar o Partido, história um tanto esquisita desde que se tratava de um elemento quase desconhecido no Partido, até mesmo na Bahia. Ele já havia estado comigo no Rio, dois anos antes, de passagem, e nada sabia do que havia no seu Estado. Agora era líder. E com ele viera uma grande comitiva de baianos, uns antes, outros juntos, outros depois: Armênio, Aydano, Caíres de Brito, Peralva, João Falcão, Marighella e muitos outros, além dos paraenses João Amazonas e Pedro Pomar, aos quais, a todos eles, vim a conhecer pouco tempo depois. Após uma longa conversa me disse que estava tentando reorganizar o Partido, o que já tinha conseguido em S. Paulo, coisa que verifiquei depois, não ser verdade, pois os comunistas de S. Paulo não

31 CARONE, 1982b, v. 2, p. 13. Segundo Falcão "Com exceção dos poucos que não estavam condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional e daqueles contra os quais não corria nenhum processo militar, os demais foram presos. FALCÃO, 1999, p. 151

> quiseram aceitar sua liderança, pois nem sabiam quem era. De qualquer modo, ele se apresentava como representante de um 'grupo de S. Paulo'. Ouvira falar do CNOP, existente no Rio, mas receava fossem todos policiais e queria saber minha opinião, bem como das possibilidades de entrar em contato com esse grupo.[32]

Basbaum era um militante experiente e, mesmo afastado do Partido na altura do encontro narrado, não se furtou em estabelecer a ponte pretendida pelo comunista "baiano". Não obstante o velho comunista se equivoque quanto ao local do encontro de Arruda com o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista (e não "Secretariado Sul-Americano", que tinha deixado de existir desde fins dos anos 1930), ocorrido em Buenos Aires, de fato, tanto Diógenes de Arruda Câmara como João Falcão haviam voltado do encontro, realizado em inícios de 1942, investidos da tarefa e da responsabilidade da reorganização partidária depois das quedas de 1940. Isso acontece tanto porque aquele foi, possivelmente, o único contato direto entre o *Komintern* e o PC do Brasil quanto em função de que Fernando de Lacerda havia sido encarregado de comunicar aos representantes brasileiros o "projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil", elaborado pela IC.

Levando-se em conta que era a Bahia, ao que tudo indicava, o único centro do país onde os comunistas tinham alguma atuação, pode-se afirmar, com pouca margem de erro, que o PCB, mesmo esfacelado e sem direção central, atuou, em inícios dos anos 1940, sob a orientação direta da Internacional Comunista.[33]

Como aponta Basbaum, o estabelecimento da liderança de Arruda Câmara encontrou resistências perante o Partido esfacelado em São Paulo, muito possivelmente da parte de um punhado de militantes que viriam a formar grupo chamado "Comitê de Ação", organizado em fins de 1943 em torno das figuras de Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima e Mário Schenberg.[34]

Quando de sua ida para a capital industrial do Brasil, Arruda Câmara, que trazia consigo os baianos Armênio Guedes e Milton Cayres de Brito, vinha com a incumbência de vencer a resistência dos paulistas quanto à atitude perante Vargas, um dos principais pontos de divergência que atingiam o Partido depois da

32 BASBAUM, 1976, p. 178.

33 "Projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil", AHS/ICS/UL, Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, Pasta 22, sem catalogação. João Falcão, entrevista de 2002; CÂMARA, 2010.

34 FALCÃO, Frederico. *Ilusões da estratégia*: o PCB do apogeu à crise do stalinismo (1942-1961). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 23.

1943.[35] Arruda estava imbuído também da missão de aplicar a nova linha política do PCB, que tinha como centro a *União Nacional em torno do governo no esforço de guerra* (que evoluiria para *União Nacional na guerra e na paz*) e a *democracia* como ponto estratégico no projeto político dos comunistas brasileiros, alinhados com os caminhos do *Komintern* nos estertores da sua existência.

Em nome de um suposto "Comitê Regional de São Paulo", do qual aparecia como "primeiro-secretário", e reivindicando a delegação do CR baiano, que não existia de fato, Arruda Câmara entrou em contato, ainda em 1942, com Maurício Grabois, um ex-militar radicado no Rio de Janeiro, e com outros membros do Partido na capital federal, com o auxílio de Leôncio Basbaum, com a intenção de reorganizar o PCB nacionalmente.[36] Àquela altura, o grupo do Rio se autodesignava como "Comissão Nacional de Organização Provisória", ou simplesmente CNOP, e tinha em seu seio, além de Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos, ambos ex-militares, os paraenses João Amazonas e Pedro Pomar que, fugidos da prisão desde 1941, tinham partido para o Sul do Brasil também com o fito de reorganizar o Partido.

Para a empreitada, em contato com a CNOP do Rio, Arruda Câmara, que da Bahia só havia obtido o apoio do estudante Mário Alves, então com 20 anos, procurou restabelecer ligações com Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.[37] Além disso, buscou também fazer contatos com o Pará, de onde vieram Pedro Pomar e João Amazonas, e Minas Gerais, onde este último tinha realizado trabalho em algumas cidades.[38] De acordo com Arruda: "Nesse trabalho de reorganização, nós fomos pegando contato, e de contato em contato, com ex-presos políticos, fomos avançando na reorganização do Partido. Quando juntamos tudo, conseguimos uns 980 militantes".[39]

Apesar disso, o CR da Bahia, que era provavelmente o principal Comitê Regional do PCB organizado em 1941-1942, esteve à margem das articulações entre Arruda e os baianos de São Paulo com o grupo da CNOP, já que persistia a

---

35 Armênio Guedes, em entrevista concedidada ao autor , em 2005.

36 A mediação de Leôncio Basbaum no encontro de Grabois e Arruda Câmara, é também confirmada por este último. CÂMARA 2010. Sobre inexistência da "delegação baiana" reivindicada por Arruda, vejam-se as entrevistas de João Falcão, Jacob Gorender e Armênio Guedes.

37 São unânimes os testemunhos sobre a falta de apoio que Arruda havia obtido na Bahia, inclusive o de João Falcão, que depois de estar com ele em Buenos Aires, afirmou, sobre as ligações com a CNOP: "*Não tinha delegação, foi chantagem. E aí eles fundaram a CNOP, mas nós ficamos sempre afastados e não sabíamos mesmo, não tínhamos nenhum contato*".

38 Segundo Arruda Câmara, João Amazonas havia reconstruído o partido em Minas Gerais, nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e nas Minas de Nova Lima e Raposos. CÂMARA, 2010

39 Ibid.

desconfiança quanto à infiltração policial no Partido ao sul daquele estado, o que fazia com que só uma pequena minoria de militantes daquela região, cerca de 15, incluindo Mário Alves, Jacob Gorender e Rui Facó, apoiasse a CNOP.[40]

Teria sido Jorge Amado a primeira pessoa a informar ao CR baiano da existência da CNOP, que funcionava no Rio de Janeiro, quando parte das ligações entre os comunistas, excluindo-se os núcleos suspeitos de infiltração, pôde ser restabelecida em função do afrouxamento da perseguição aos antifascistas. Também João Amazonas, em passagem por Salvador, em 1943, tinha dado informes aos baianos sobre a existência da CNOP, em reunião com Falcão e Dias.[41]

Àquela altura, Giocondo Dias, o ex-cabo do Exército e participante do levante de 1935 em Natal, já havia assumido as rédeas do Partido no seu estado de origem, depois de longos anos de clandestinidade forçada, sendo a figura decisiva no veto inicial aos contatos do CR-BA com a CNOP, em 1943.[42] "Giocondo se posicionou contra o CNOP e sua pretensão de rearticular o PCB em caráter nacional. Preocupava-o a infiltração policial ocorrida a partir de 1935, sobretudo no Rio e em São Paulo, e já detectada pela Internacional Comunista".[43] Ainda assim, a existência da CNOP foi ponto de pauta na primeira reunião do CR da Bahia do ano de 1943, ocasião em que se discutiu, também, a campanha "pela abertura da uma Segunda Frente e pelo envio de uma Força Expedicionária Brasileira", assim como a questão da "anistia dos presos políticos".

Segundo João Falcão, quanto aos dois itens da pauta política da reunião, "nós entendíamos que o povo brasileiro já havia tomado essa decisão nas praças públicas. O governo, porém, indeciso, não resolvia a contradição interna que existia no seu centro de decisões, entre as forças pró-germânicas e as forças pró-aliados".[44] Sobre a CNOP, entidade à qual pertenciam Grabois, Vasconcelos, Pomar, Amazonas e Júlio Sérgio Machado, além dos ex-militares Ivan Ribeiro e Francisco Leivas Otero, foi dado o informe sobre sua existência e o controle que exercia sobre a LDN no Rio de Janeiro.[45]

---

40 DULLES, 1985, p. 250.

41 FALCÃO, 2000, p. 197.

42 Segundo João Falcão, foi na época do seu retorno da Argentina, em inícios de 1942, que Giocondo Dias entrou para o Comitê Regional da Bahia.

43 FALCÃO, 1993, p. 115.

44 FALCÃO, 2000, p. 194.

45 Ibid., p. 198. O historiador Frederico Falcão, a partir de uma entrevista que fez com Armênio Guedes, acrescenta o nome de Pérciles de Azevedo entre os articuladores da CNOP. FALCÃO, 1996, p. 25-26.

Sobre a CNOP, prevaleceu a cautela, já que ficou decidido que não haveria nenhum contato com os militantes do Rio em função da análise que havia sido feita pelo BSA-IC, que recomendava atenção quanto à "infiltração da polícia política do Estado Novo nas fileiras do Partido" nessa região do país. Sendo assim, o CR baiano resolveu "não reconhecer a CNOP como organismo partidário e, muito menos, como direção nacional". Apesar disso, admitiu-se que a linha política seguida pela CNOP, "era a de união nacional, com o apoio ao governo de Getúlio, à semelhança da nossa, porém ela ia mais longe: esse apoio era incondicional, para a guerra e para a paz".[46]

No número 16 da revista *Seiva*, publicado ainda em janeiro de 1943, apenas um mês após a edição anterior, o que demonstrava o vigor e o crescimento da luta antifascista no Brasil, a exortação da Segunda Frente e da "Unidade Nacional" são os temas centrais dos editoriais, mas não se pode perceber se o apoio ao governo era *incondicional*, como tudo leva a crer, ou "condicional", como sugere João Falcão. Com efeito, nos textos "1943, ano decisivo para o Brasil", "Concórdia Nacional" e "O momento histórico da Segunda Frente", além do artigo de Jorge Amado, "Resistir à unidade nacional, eis um crime contra a Pátria", em que o intelectual baiano evoca os exemplos da China, de Chiang Kai-Shek, e da Cuba, de Fulgêncio Batista, como modelos de unidade nacional apoiadas nas "forças populares" que deram certo, o tema da União Nacional é reforçado com os apelos à "concórdia" e à abertura da Segunda Frente, naquele que se supunha ser o último ano da guerra.[47] Portanto, era preciso que o governo agisse rápido e, ao que parece, era esta a única divergência que tinha o CR-BA em relação ao Governo Vargas e, talvez, à CNOP, posto que afirmavam:

> 1943 será o Ano da Vitória. Toda a humanidade pressente que chegou a hora de dar o golpe final em seu inimigo de morte: o nazi-fascismo. Não se pode mais prolongar este conflito, com o sacrifício evitável de milhões de vidas úteis. O sentimento de que todos os povos devem participar diretamente na luta contra Hitler, com a abertura da Segunda Frente imediatamente, já se tornou uma ideia-força, porque já conquistou a consciência do mundo. Todos sentem que uma ameaça pesa sobre seus ombros, enquanto Hitler e seus asseclas não forem derrotados. E esta causa comum solidarizou no mesmo anseio

46 FALCÃO, 2000, p. 197.

47 "Mensagem aos povos da América". *Seiva*, Salvador, n. 16, p. 3-8, jan. 1943. APJF. De acordo com Falcão, os textos de *Seiva* refletiam o pensamento e a ação tática do Partido Comunista em torno de tais questões. FALCÃO, 2008, p. 93

de luta libertadora a todas as nações. Assim é que o povo brasileiro vai sentindo-se cada vez mais ligado à luta das Nações Unidas. Já não é apenas a voz dos líderes que se ouve. É a voz do povo, em massa, que ecôa. Na rua, nas praças públicas, nos lares, nas fábricas, nos campos, nas universidades, em toda parte, é o que se ouve.[48]

Em inícios de 1943, o tema principal do Partido na Bahia era mesmo o da reorganização e da CNOP, de maneira que é esta a questão que dominará as discussões dos dirigentes que prosseguiriam recusando o reconhecimento do organismo carioca por medo da infiltração policial. Entretanto, tal medo não era privilégio apenas dos baianos. Ao que tudo indica, mesmo nas condições em que os comunistas passaram a ocupar um lugar central na luta antifascista de massas, as possibilidades de recrudescimento da repressão e a infiltração policial que havia levado à queda de várias direções não estava descartada.[49]

Apesar das pequenas divergências pontuais entre a CNOP e o CR de São Paulo liderado por Arruda Câmara, o que não descartava uma possível luta pela direção do Partido neste estado, os dois grupos terminaram chegando a um acordo quanto à necessidade e à possibilidade da reorganização do partidária em bases nacionais através da realização de uma conferência. Tal conferência, marcada para ocorrer ainda em 1943, teria como eixo político central a União Nacional. Isto só teria sido possível porque ambos os grupos aceitavam a liderança de Prestes que, em todo caso, continuava preso.[50]

Participaram das negociações para a realização da conferência, além de Grabois, Amarílio Vasconcelos e os paraenses Pedro Pomar e João Amazonas, pelo CNOP, Arruda Câmara e Armênio Guedes, pelo grupo de "baianos" de São Paulo, entre outros. Segundo Arruda Câmara:

> Então, nós começamos, no princípio de 1942, estabelecer contatos, mas dizíamos o seguinte: Um novo Comitê Central só pode surgir se for a expressão da confiança completa dos Comitês Regionais. Então,

---

48 "1943, ano decisivo para o Brasil". *Seiva*, Salvador, n. 16, p. 3, jan. 1943. APJF.

49 BASBAUM, 1976, p. 178. Sobre o medo da infiltração, o testemunho de Arruda Câmara é revelador: "Mas eu conhecia já o Maurício [Grabois] de nome, através de alguns amigos comunistas – alguns camaradas que éramos amigos comunistas. No início de 1942, eu comecei a viajar para o Rio para ver se conseguia contato. Era muito delicado, porque as prisões que tinham se verificado em 1940 tinham como epicentro o Rio de Janeiro – porque houve fracassos, houve delações e traições. Inclusive de um secretário do Partido e alguns membros do Comitê Central". CÂMARA, 2010

50 BASBAUM, 1976, p. 178-179.

> em junho ou julho de 1942, fizemos uma reunião ampliada no Rio de Janeiro e foi tirado um Secretariado Nacional Provisório. Esse Secretariado tinha como missão reconstruir o Partido, recontatar os Comitês Regionais, rearticular o Partido e realizar uma Conferência Nacional para tirar um Comitê Central. Esse Secretariado era composto por José Medina, por mim e por Maurício Grabois.[51]

Pouco se sabe da existência deste suposto "Secretariado Nacional Provisório", nem dos possíveis êxitos que teria alcançado. Contudo, Arruda Câmara e Armênio Guedes chegaram a se mudar para o Rio de Janeiro, deixando Cayres de Brito em São Paulo, com vistas à facilitação do trabalho de organização da conferência e de estreitamento das relações com a CNOP.[52]

A conferência, a segunda na história do PCB, ficou marcada para acontecer no mês de agosto de 1943, no estado do Rio de Janeiro. Entrementes, as discussões em torno da linha política do Partido e a existência de grupos distintos, que divergiam e pouco confiavam uns nos outros, deram o tom dos preparativos para o evento. De qualquer modo, o momento que antecedeu a conferência ocorreu no mais absoluto sigilo, o que impediu, de fato, a realização de debates e a clarificação das divergências que só iriam explodir depois do encontro.

Da Bahia, o CR baiano, que continuava a ser, possivelmente, o núcleo mais organizado do PCB no país, e que continuava a publicar a revista *Seiva*, insistia em não reconhecer a CNOP, muito embora, como já foi dito, adotasse uma linha política de todo semelhante à do grupo carioca e do grupo "baiano" de Arruda Câmara, pois defendiam, igualmente, a *União Nacional em torno do governo Vargas*.[53] Edgar Carone aponta a afinidade quanto à linha política entre o CR baiano e a CNOP, entretanto, ignora as diferenças que diziam respeito às questões organizativas e às desconfianças dos primeiros em relação à possível infiltração policial

---

51 CÂMARA, 2010.

52 Guedes, entrevista inédita concedida ao autor.

53 Em sua dissertação de mestrado, Luís Zimbarg aponta para uma situação em Goiás que se assemelhava à da Bahia, sob o governo de Juracy Magalhães, quando os comunistas ali se refugiaram. Para este autor, o governador Pedro Ludovico, "não apenas tolerava a presença de comunistas em seu Estado, como os protegia e até encorajava que alguns fossem para lá", o que conformaria uma "Sibéria canicular brasileira", em virtude do isolamento de Goiás. O autor também chama a atenção para os coletivos que se organizavam nos presídios do Estado Novo como o de Fernando de Noronha e da Ilha Grande, em 1940-1941. ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945).* 2001. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2001. Sobre os coletivos organizados nos presídios, ver o testemunho de Gregório Bezerra, prisioneiro em Fernando de Noronha e na Ilha Grande. BEZERRA, 1980a, p. 261-262

entre os segundos, afirmando que ambos se fundiram na II Conferência Nacional, o que não ocorreu efetivamente.[54]

Do Distrito Federal, a CNOP também defendia a União Nacional em torno do governo, insistindo que pelo fato de o país se encontrar em guerra, deveriam ser "postas de parte antigas pendências e dissensões, que, neste momento, não se podem alegar nem fazer prevalecer diante do quadro supremo da Pátria em luta, na mais difícil e penosa de todas as guerras".[55] De São Paulo, a autodesignada "Comissão Executiva Provisória do PCB", fundada em 1941 e que reunia Arruda Câmara, Milton Cayres de Brito e Armênio Guedes, defendia a "União Nacional pela Guerra e Paz com Vargas".[56]

Destoava destes três grupos, que defendiam a *União Nacional com Vargas na paz ou na guerra*, apenas o grupo de São Paulo liderado por Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima. Este último, havia retornado ao Partido depois de ser expulso com Sacchetta, em 1938. Para os paulistas, que expressavam as posições de uma corrente de comunistas com forte presença na Faculdade de Direito, seria necessário combinar a política de União Nacional contra o inimigo externo, com o combate, sem tréguas, à direita brasileira, portanto, ao governo Vargas.[57]

Entretanto, um elemento novo veio a cair como uma bomba no movimento comunista brasileiro, vindo a conturbar ainda mais o já confuso PCB. Em 15 de maio de 1943, através de um decreto assinado pelo seu Comitê Executivo e aprovado por Stalin, era dissolvida, sem maiores justificativas, a IC.[58] Ainda neste mês, enquanto a grande imprensa brasileira repercutia amplamente o gesto de "concórdia" do líder soviético e do CEIC, o que "tranquilizava o mundo", o jornalista Samuel Wainer, do Rio de Janeiro, publicou uma entrevista com o velho dirigente pecebista Fernando de Lacerda, "a voz mais autorizada a falar em nome desse

---

54 CARONE, 1982b, v. 2, p. 3. O principal problema da análise de Carone é que ele não diferencia o grupo de Arruda em São Paulo do CR baiano, o que se constitui num equívoco como temos procurado demonstrar em acordo com a análise de Frederico Falcão, que observou, corretamente, a falha de Carone, apontando para a existência de quatro grupos, e não três, como supunha o ilustre historiador. FALCÃO, 1996, p. 24

55 AMPLIEMOS AS BASES PARA A UNIÃO NACIONAL, 1943 apud CARONE, op. cit., p. 14. Este documento, publicado posteriormente à II Conferência Nacional, expressava a posição da CNOP, na visão de Edgar Carone.

56 DULLES, 1985, p. 237.

57 CARONE, op. cit., p. 3; DULLES, op. cit., p. 237.

58 Segundo Jean-Jacques Marie, a dissolução do *Komintern*, "para agradar Churchill e Roosvelt", somente foi realizada três semanas depois de decidida, a partir de um texto redigido por Dimitrov e Manuilski, e aprovado por Stalin. MARIE, Jean-Jacques. *Estaline*. Lisboa: Verbo, 2004. p. 535.

extinto partido [sic]".[59] Segundo Lacerda, na "grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor quaisquer espécies de organismos ilegais".[60]

Para o antigo dirigente do PCB, aquele que tinha sido incumbido pelo próprio CEIC de trazer o "Projeto de resolução sobre o trabalho no Brasil" e que tinha encontrado Falcão e Arruda em Buenos Aires, não havia a necessidade de se reorganizar o PCB quando o próprio *Komintern* tinha sido dissolvido, mas sim de "cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas eixistas e sua miserável quinta-coluna".[61]

Em que pese o fato de o velho dirigente não recomendar a reorganização do PCB em bases ilegais e nas circunstâncias em que a IC havia sido extinta, sua posição, que, aliás, foi seguida pelos irmãos Motta Lima (Paulo e Pedro) e Meirelles (Ilvo e Silo), além do major Carlos Costa Leite, entre outros, era bastante próxima da posição da CNOP, do "Comitê Executivo Provisório", de Arruda Câmara, e do CR-BA, posto que todos estes grupos também defendiam a *União Nacional com Vargas no seu esforço de guerra*.[62]

Tais posições persistiram até a realização da II Conferência Nacional do PCB, ocorrida entre os dias 27 e 29 de agosto de 1943, no Estado do Rio de Janeiro, em Barra do Piraí, imediações da Serra da Mantiqueira, daí o nome ao qual ela ficou historicamente conhecida como "Conferência da Mantiqueira".[63] Entretanto, muitos dos que, de alguma forma, divergiam da posição hegemônica da CNOP e do grupo de Arruda, especialmente o CR-BA, o Comitê de Ação e o grupo de Lacerda, não participaram da conferência, ou porque não foram convidados, ou

59 LACERDA apud FALCÃO, 2000, p. 212. O jornal *A Tarde* assim cobriu a extinção do *Komintern*: "Foi dissolvida a Internacional Comunista: O próprio comitê executivo do Komintern decretou a medida". No corpo da matéria, dizia-se que a medida teria sido adotada devido à incapacidade do Comitê Executivo de "convocar um Congresso Internacional Comunista, dada as condições da guerra mundial". "Foi dissolvida a Internacional Comunista". *A Tarde*, Salvador, 22 maio 1943. BPEB, Setor: Periódicos; Acervo: jornal *A Tarde*. Desta data até o final do mês de maio, o vespertino baiano publicaria ainda várias matérias avaliando o assunto e sua repercussão no Brasil e no mundo.

60 LACERDA apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 2.

61 Ibid., p. 2.

62 FALCÃO, 1996, p. 28-29. Para este autor, as diferenças entre os grupos que defendiam a União Nacional e os chamados "liquidacionistas", seguidores de Lacerda, eram, sobretudo, no campo organizativo. Ibid., p. 32

63 DULLES, 1985, p. 255. De acordo com Arruda Câmara, a Conferência ocorreu num sítio de camponeses pobres, membros do PCB. CÂMARA, 2010

porque não concordaram com os métodos dos seus organizadores, ou mesmo porque temiam a infiltração policial e não reconheciam os organismos envolvidos. Este foi o caso dos baianos do Comitê Regional que, inclusive, não confirmaram a delegação de Arruda Câmara nem a de Mário Alves, que, apesar de tudo, terminaram participando do conclave. Quanto a Mário Alves, conhecido de Arruda e contatado pelos membros da CNOP enquanto se encontrava no Rio, resolveu, à revelia do CR-BA, se juntar à conferência.[64]

Estiveram presentes no encontro militantes (não necessariamente representantes) dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e mais o Distrito Federal, o que significava um imenso salto organizativo para o Partido que se encontrava esfacelado e atomizado nos estados e nos presídios.[65] Constaram da pauta da conferência três pontos específicos:

1. Informe político da Comissão de Organização;
2. Informe sobre o andamento dos trabalhos;
3. Eleição do Comitê Central.

Sobre o ponto político, cuja formulação teria ficado ao encargo de Arruda, Amazonas, Grabois e Pomar, reafirmou-se a linha que já vinha sendo adotada unanimemente pelos principais grupamentos de comunistas existentes no país, ou seja, pela CNOP, pelo grupo de Arruda Câmara e pelo CR-BA, embora este último não estivesse necessariamente representado.[66] A hegemonia dos dois primeiros grupos se fez notar quando todos ou quase todos os 14 participantes da Conferência da Mantiqueira tornaram-se membros da CNOP.[67]

64 Entrevistas inéditas de João Falcão, Salvador, 2002 e Jacob Gorender, em São Paulo, 29 set. 2005. Segundo Gorender, depois da Conferência, Mário Alves ficaria como um representante "extraoficial" da CNOP na Bahia.

65 SODRÉ, Nélson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984. p. 14. Arruda Câmara relaciona delegados dos seguintes Estados: Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Estado do Rio, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Pará. Arruda não cita nenhum delegado do Distrito Federal. CÂMARA, op. cit. Segundo João Falcão, somente o Distrito Federal esteve representado na Conferência através do CR "os demais eram livres atiradores". Ainda assim "a notícia dessa ousada reunião, que representava um desafio à polícia, revelou muita audácia e capacidade de organização de seus promotores; despertou a atenção da maioria dos comunistas, mas exacerbou as divergências com alguns grupos existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo". FALCÃO, 1993, p. 116-117

66 FALCÃO, 1996, p. 27.

67 DULLES, 1985, p. 251.

A *União Nacional em torno do governo* foi aprovada, posto que se avaliava que este "[...] não era um governo fascista e que dele participavam reacionários, sem dívida, mas igualmente homens que sinceramente lutavam pela democratização do país".[68] A guerra foi caracterizada como "guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo", "guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista" e "guerra de todos os povos pelo esmagamento do fascismo sob o exemplo extraordinário da União Soviética dirigidos por Stalin".[69]

Ao final da conferência, foi escolhido um Comitê Central, para o qual foram eleitos os ausentes: Agostinho Dias de Oliveira, que chegou atrasado do Nordeste, Carlos Marighella, porque permanecia preso na Ilha Grande, e Luiz Carlos Prestes, que também se achava preso e incomunicável no Rio de Janeiro. Este último foi eleito secretário-geral do PCB, cargo que seria ocupado provisoriamente pelo estivador do Rio de Janeiro e veterano do Partido, José Medina Filho, enquanto Prestes não pudesse assumir.[70]

Foram eleitos, ainda, os articuladores da conferência e membros da CNOP: Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas; do grupo de Arruda, o próprio Arruda Câmara e Milton Cayres de Brito. E mais: Lindolfo Hill (26 anos, operário da construção civil de Minas Gerais), Francisco Gomes (operário da construção civil do Estado do Rio de Janeiro), Jorge Herlein (ferroviário do Paraná), Claudino José da Silva (41 anos, carpinteiro e ferroviário do estado do Rio de Janeiro) e Abílio Fernandes (metalúrgico do Rio Grande do Sul).[71]

Uma Comissão Executiva (CE) também foi escolhida, dela participando Medina, Arruda, Cayres de Brito, Grabois, Amazonas, Pomar e Hill. Armênio Guedes foi indicado para a direção da revista *Continental*, um mensário ligado à CNOP, recentemente fundado. Na distribuição das funções na CE, Arruda ficou encarregado da Organização Nacional; Amazonas, da Secretaria de Sindicatos e Trabalho de Massa; Grabois, da Propaganda Nacional; Jorge Herlein e Francisco Gomes foram indicados para dirigirem o trabalho da CNOP no Distrito Federal, e Claudino José da Silva se

---

68 PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia.* Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947. p. 136-137.

69 Ibid., p. 136-137.

70 Medina ocuparia por pouco tempo o principal cargo do PCB. Acusado de utilização de dinheiro do Partido em benefício próprio, Medina foi excluído do CC e substituído no cargo por Álvaro Ventura. BASBAUM, 1976, p. 180; DULLES, 1985, p. 251

71 DULLES, op. cit, p. 251

tornou o encarregado de assuntos do Norte.[72] Mário Alves, presente na conferência, e mais Álvaro Ventura e Ivan Ramos, que possivelmente também estiveram no evento, ao que parece, somente posteriormente foram incorporados ao CC.[73]

Parecia fechar-se o longo ciclo transicional em que o PCB havia transposto o anarco-bolchevismo das origens e o breve momento *putschista* dos anos 1930 para se tornar um partido popular, stalinista e com larga influência de massas, pronto para os desafios que a *democracia* e a possibilidade de alguma *coexistência pacífica* estavam por lhe colocar, ainda que com um mundo dividido em áreas de influência e pontos de tensão incontornáveis. Primeiro pelas mãos de Bangu, Martins, Abóbora e André, agora através da CNOP e do "destemido exército do Pará", os comunistas brasileiros se preparavam para um novo salto político, agora definitivamente imbuídos do cumprimento das tarefas de "libertação nacional" colocadas pela nova conjuntura que se desvelava com a guerra e as perspectivas de uma aliança internacional que sobrevivesse ao conflito.

Num mundo em que apenas se desenhava a bipolarização entre a URSS e os Estados Unidos, bastava que se derrotasse o nazifascismo e a quinta-coluna.[74] Segundo Nélson Werneck Sodré, o resultado da II Conferência Nacional do PCB tratou de consagrar a correção "[...] da linha direitista que predominara entre 1936 e 1940 [sic]".[75] É curioso, entretanto, que o Partido fizesse várias revisões sobre sua própria história, procurando construir uma memória que correspondesse sempre aos interesses imediatos de cada presente.[76] Por conseguinte, o período entre o levante de 1935 e a legalidade em 1945 tem sido um dos mais obscuros da história do comunismo brasileiro.

O fato principal a ser observado quanto a esta conjuntura, que marca a transição definitiva entre duas épocas do PCB, é que a direção *bangusista* se esforçou sobremaneira para cumprir à risca os desígnios que emanavam da IC no curso da afirmação do stalinismo como única força hegemônica do comunismo mundial, especialmente quando se estabeleceu a *frente popular* como linha oficial do

---

72 DULLES, 1985, p. 252.

73 CARONE, 1982b, v. 2, p. 4.

74 A expressão "exército do Pará" teria sido utilizada pela primeira vez por Jaime Ovale, mas incorporada ao vocabulário irônico de Leôncio Basbaum, torna-se uma bela metáfora para o momento de transição em que o PCB passa a ser dirigido por baianos, paraenses e também cariocas da CNOP. BASBAUM, 1976, p. 180

75 SODRÉ, 1984, p. 115.

76 Ver, a este respeito: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Komintern e a *União Nacional* como possibilidade histórica do comunismo no Brasil e no mundo.

Quanto ao CR-BA, à CNOP e à "Comissão Executiva Provisória", estes organismos souberam interpretar os principais documentos deixados pela direção anterior e o movimento que se fazia em busca da afirmação de um novo partido, constituindo, assim, um fio de continuidade entre um período e outro e não de ruptura, como faz crer a historiografia. Este elo, um *elo perdido*, por assim dizer, entre o Partido da insurreição de 1935 e aquele que surgirá para a "democracia" no pós-1943 só pôde ser efetivado graças à abnegação e à obediência quase que irrestrita às ordens de Moscou de milhares de comunistas que deram suas vidas para aprender com seus erros aquilo que a história tinha a lhes ensinar.

Assim, da mesma forma que o *terceiro período* e a *frente popular* foram opções do movimento comunista internacional no seu processo de conversão ao stalinismo e à teoria do "socialismo num só país", numa época marcada pela derrota da primeira vaga da revolução mundial e avanço da contrarrevolução nazifascista, a extinção do *Komintern* e a realização da Conferência de Teerã, ainda em 1943, demarcarão a transição definitiva entre a era do bolchevismo revolucionário e a era de partidos comunistas stalinistas numa ordem mundial bipolarizada, na qual capitalismo e socialismo poderiam coexistir pacificamente.

Não obstante, uma nova vaga de ascenso revolucionário se abria no plano mundial em 1943, a partir da vitória dos soviéticos na Batalha de Stalingrado e da ofensiva desencadeada pelos Exército Vermelho, que em pouco tempo avançou para o Ocidente até alcançar e libertar Berlim. Em função desta conjuntura, enquanto os trabalhadores faziam greves e as massas se levantavam impulsionadas por um novo ânimo revolucionário, muito dificilmente as burguesias dos diversos países poderiam dormir tranquilas. Por seu lado, as direções comunistas foram convocadas a assumir novas tarefas, principalmente quanto à disposição de transformar o mundo de uns tantos milhões de trabalhadores, mais uma vez, se fez notar.

A unidade e a democracia em marcha na consecução das tarefas de libertação nacional

Dado que o PCB, pela primeira vez desde as quedas de 1940, buscava recompor uma direção nacional e um projeto de partido unificado e centralizado, as divergências anunciadas antes da Conferência da Mantiqueira só fizeram se aprofundar após a realização do conclave em fins de agosto de 1943. A União Nacional como

linha tático-estratégica dos comunistas ganhava, também, pela primeira vez, ares de uma orientação única e centralizada da direção partidária saída da Mantiqueira, em condições substancialmente superiores àquelas nas quais havia sido elaborada pela direção banguzista do BP, ainda em 1938.

Como afirma John Dulles, pelo menos três queixas se fizeram ouvir do "grande setor do comunismo brasileiro que repudiou as decisões da Conferência". A primeira, contra a posição de apoiar Vargas "absolutamente"; a segunda, diria respeito a uma percepção de que a "época não se prestava a atividades comunistas ilegais"; por fim, outros tantos pecebistas defendiam que os nomes saídos da II Conferência Nacional do PCB não representavam, "suficientemente", a "respeitável tradição do Partido".[77]

Não são queixas novas, são posturas relacionadas aos principais grupos que se opuseram às decisões da Conferência da Mantiqueira, como o grupo de São Paulo, que, ainda em 1943, havia criado o Comitê de Ação e que discordava de uma aliança com Vargas para além do esforço de guerra; a corrente de Fernando de Lacerda, chamada pelos seus adversários de "liquidacionista", que pretendia dissolver o Partido Comunista nas condições em que a própria IC havia deixado de existir; e os grupos dispersos pelo país, especialmente os principais coletivos de presos políticos, que não reconheciam, nos novos dirigentes, a autoridade necessária para dirigir o Partido, posição também advogada pelo grupo paulista.

De acordo com Basbaum, quanto à primeira queixa, "o apoio incondicional à Getúlio", surgiram, no interior do próprio Comitê Central, as primeiras divergências "às quais somente seriam dirimidas mais tarde, com a integração de Prestes no CC depois de ser posto em liberdade, em 1945".[78] De fato, muitos dos problemas referentes aos preparativos e resultados da Conferência da Mantiqueira só seriam definitivamente sanados quando a voz altissonante do velho líder, ainda enclausurado, veio a público em socorro do novo núcleo dirigente do Partido e da sua linha política em relação ao governo, e isto ainda antes da sua libertação.

É de suma importância analisar as posições de Prestes neste período, para que não restem dúvidas quanto ao papel que cumpriu e que estava destinado a cumprir nos anos seguintes na história do Brasil e do PCB, especialmente quanto à linha de União Nacional com a burguesia dita "progressista" e o apoio

---

77 DULLES, 1985, p. 253.

78 Não que Prestes fosse uma liderança reconhecida por todos, posto que, para Basbaum, os paulistas se recusavam a aceitar o novo CC e também não reconheciam Prestes como líder. BASBAUM, 1976, p. 180

ao governo Vargas, no rumo do desenvolvimento do capitalismo e da consecução das tarefas entendidas como de "libertação nacional" da revolução brasileira e na afirmação da "democracia" como valor estratégico no projeto político do PCB, ainda na década de 1940.

Em 1938, Luiz Carlos Prestes dirigiu algumas cartas ao tenente Severo Fournier, líder do levante integralista de maio daquele ano, para tratar da conjuntura nacional sob o Estado Novo.[79] O comandante da Coluna Invicta, preso na Casa de Correção do Rio de Janeiro, afirmou sua disposição de apoiar o governo de Getúlio Vargas (ou qualquer outro) que se dispusesse a cumprir um programa centrado em três pontos: *democracia, nacionalismo e bem estar do povo*.

> Este, em linhas gerais, é o programa que propomos, estando dispostos a apoiar qualquer governo que o proclame ante o povo e que efetivamente, o execute. *Nesta luta, meu amigo, não devemos ver os homens e apoiar até o próprio Getúlio se, amanhã, compreender a necessidade nacional de um tal programa*, e quem lhe escreve isto é o homem que, pessoalmente, tem a Getúlio o mais justificado ódio: você deve saber que foi ele quem mandou entregar a Hitler minha dedicada companheira, em adiantado estado de gravidez.[80]

Nesta missiva, a segunda enviada ao tenente integralista que também se encontrava preso, Prestes usaria, pela primeira vez, a expressão "União Nacional".

---

79 Na sua primeira carta endereçada à Severo Fournier, Prestes esclarecia o *porquê* de lhe escrever: "Não sei se o senhor é integralista, isto é, se, como os integralistas, faz, igualmente, do ódio aos comunistas o primeiro objetivo da vida. Escrevo-lhe, porém, porque penso que não. Vejo no senhor, pelo que conheço de sua atitude nesses últimos meses, um homem digno, revoltado contra a tirania que enxovalha nossa Pátria". PRESTES, 1947, p. 23. De acordo com Amélia Coutinho, "Apesar de não pertencer aos quadros da AIB, Fournier aderiu a esse projeto, no qual reencontrou seu antigo comandante, Euclides Figueiredo". Não obstante, o tenente participou da organização geral do plano de assalto ao Palácio da Guanabara, em 11 de maio de 1938 (uma outra tentativa integralista havia sido registrada em 11 de março daquele mesmo ano), ocasião em que os integralistas pretendiam capturar Vargas e tomar o poder. COUTINHO, Amélia. Severo Fournier. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 2, p. 2.302.

80 PRESTES, 1947, p. 25, grifo nosso. O programa, apresentado por Prestes consistia nos seguintes pontos: "1) *Democracia*, isto é, escolha dos governantes pelos governados e absoluto respeito às liberdades populares: liberdade de pensamento, de reunião, de associação, etc.; 2) *Nacionalismo* (não chauvinismo), isto é, medidas práticas que assegurem a nossa emancipação econômica (como a criação de uma indústria pesada e efetivamente nacional) e que facilitem a organização da defesa nacional; 3) *Bem estar do povo*, isto é, medidas práticas que assegurem a diminuição do custo de vida e a melhoria imediata da situação de miséria em que definha o nosso povo". Ibid., loc. cit.

Admitindo que esta poderia ser realizada com todo aquele que se dispusesse a acatar o programa enunciado, o Cavaleiro da Esperança dizia pretender construir a unidade "acima dos homens e dos partidos", posto que somente os "homens dignos não se opõem à união em torno de um programa prático, desde que não sejam obrigados a renunciar suas ideias e convicções".[81]

O dirigente comunista, que em alguns períodos na prisão podia contar com informações vindas do exterior e destinar cartas a figuras do Partido ou de fora dele, graças à benevolência de alguns agentes penitenciários, inicialmente relutara em aceitar a inflexão que o PCB, sob a liderança de Bangu, vinha realizando desde fins de 1936.[82] Contudo, não demoraria muito a começar a admitir as possibilidades que a luta pela *democracia*, ao lado do governo e da *burguesia nacional*, poderia proporcionar aos comunistas que se encontravam derrotados depois do levante frustrado de 1935. Com efeito, Prestes *gira* em função das tarefas *burguesas* da *revolução brasileira*, sobretudo no aspecto tático, optando por defender o desenvolvimento do capitalismo em bases "democráticas" no país, contra os "agentes do imperialismo" e da reação:

> *Aqui o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo o nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia* de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura de nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isso, que *a Revolução brasileira está, atualmente, em sua etapa democrático-burguesa*. [...] E é por isso que no Brasil de hoje, só são adversários conscientes da democracia os grandes fazendeiros mais reacionários, que querem impedir o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, e os agentes do capital financeiro, dos grandes banqueiros estrangeiros, em particular, no momento o imperialismo mais reacionário, o imperialismo fascista.[83]

É nesta carta, a terceira enviada ao tenente integralista, que Prestes acrescenta uma outra passagem, justificando a disposição em apoiar Vargas:

> Ora, ante a alternativa de apoiar Getúlio e a de assistir de braços cruzados a uma aventura que nos poderá levar ao terror fascista e à

81 Diz Prestes: "O nosso dever é pregar sem desfalecimentos e com a eloquência dos convictos a necessidade da União Nacional em torno do programa que lhe expus". PRESTES, 1947, p. 26

82 ZIMBARG, 2001, p. 106.

83 PRESTES, op. cit., p. 30, grifo nosso.

> invasão estrangeira, nenhum democrata poderia vacilar. *Ante qualquer ameaça fascista, nós, aliancistas, procuraremos sempre, o outro lado da barricada e apoiaremos Getúlio se ele também estiver do nosso lado.*[84]

E conclui, sobre o apoio a Getúlio, acrescentando as condições: "nós nem por um instante deixaremos de lutar contra a atual tirania e que só apoiaremos ante medidas concretas, como anistia, convocação de eleições, suspensão da censura à imprensa, etc.".

A inflexão efetuada por Prestes não é somente em função do aspecto nacional da revolução, uma vez que a Internacional Comunista tinha definido as *frentes populares* como uma necessidade tática do movimento comunista mundial. Fosse nos países imperialistas, fosse nos países "coloniais" e "semicoloniais", a tática da frente popular estava na ordem do dia e a libertação nacional nestes últimos era a tarefa do presente e a dimensão estratégica de todos os PC das regiões periféricas do mundo. Estes deveriam, ao lado das *burguesias nacionais*, sempre entendidas como progressistas, criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo em bases do progresso das nações.

Nesse sentido, ainda que o *Komintern*, nos seus estertores, não pretendesse desagradar aos aliados ocidentais conclamando os povos colonizados a se levantar, fomentava uma política de colaboração de classes demonstrando, aos aliados da guerra em curso, sua disposição de conviver pacifica e harmonicamente numa conjuntura pós-guerra.[85] Como sugere Eric Hobsbawm para o caso espanhol, o que, em alguma medida, poderia ser estendido para os PC de boa parte do mundo, "os comunistas cada vez mais imersos em seus assuntos insistiam em que não visavam a revolução social, e de fato fizeram o possível para controlá-la e revertê-la, para horror dos entusiastas revolucionários. A revolução, insistiam todos, não era a questão; e sim a defesa da democracia".[86]

---

84 PRESTES, 1947, p. 32.

85 Sobre a dissolução da IC, diz Jean-Jacques Marie: "O texto, ignorando totalmente as aspirações dos povos colonizados à independência, para não desagradar o aliado britânico, insiste na coligação anti-hitleriana e termina com a necessidade de todos contribuírem para sua vitória militar". Ainda segundo este autor, desde 1941 que Stalin pretendia dissolver o *Komintern*, mas temia demonstrar que pretendia ceder a Hitler. "Um presente aos aliados traz menos implicações". MARIE, 2004, p. 535. Sobre os propósitos de dissolução da IC, ainda em 1941, ver também: BAYERLEIN, 2003, p. 29.

86 Contudo, para o historiador inglês, "O ponto interessante é que não se tratava de mero oportunismo, ou, como pensavam os puristas da ultra-esquerda, traição à revolução. Refletia a passagem deliberada de uma maneira insurrecional para uma gradual, de uma maneira

Para cada conjuntura e para cada país, as tarefas do presente foram apresentadas e associadas às tarefas necessárias para concretização do *remoto futuro socialista* da humanidade, não obstante, ao que parece, as poucas revoluções da década de 1940 tenham sido feitas "*contra* a opinião de Stalin".[87]

No caso dos países coloniais e, em particular, no caso brasileiro, adotou-se livremente a fórmula de Lenin, usada na conjuntura de 1905, que definia o papel que os revolucionários marxistas deveriam cumprir na etapa burguesa da revolução. Apresentada no seu texto *As duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* que, não por acaso, foi um dos primeiros livros editados pelo PCB tão logo o Partido se tornou legal, em 1945, à fórmula leniniana seriam acrescentadas as resoluções sobre os países coloniais e semicoloniais retiradas do VI Congresso da IC, ocorrido em 1928.

De acordo com Lenin, na Revolução Russa, a despeito de sua etapa burguesa, era ao proletariado em aliança com o campesinato que caberia, como única classe revolucionária da sociedade, a condução da revolução até seus limites máximos, ainda que "democráticos", dada a incapacidade de a burguesia, na Rússia, desenvolver sua própria revolução.

Lenin divergia de Trotsky quanto à "revolução permanente", posto que este advogava que o proletariado conduziria a revolução da fase burguesa à fase socialista quase que imediatamente após a derrubada da autocracia.[88] Para o líder

---

confrontacional para uma de negociação, até mesmo parlamentar, de chegada ao poder". HOBSBAWM, 1995, p. 163. É possível que haja, neste raciocínio, um grau de generalização excessivo, não obstante não se pode ignorar que eram justamente essas as intenções de Moscou que denotam, senão "mero oportunismo", um enorme senso de oportunidade em querer agradar os aliados das chamadas democracias ocidentais.

87 HOBSBAWM, op. cit., p. 168. Vale a pena citar novamente o historiador inglês: "A opinião soviética era que, internacionalmente e em cada país, a política do pós-guerra devia continuar dentro do esquema da aliança antifascista abrangente, isto é, buscava uma coexistência, ou antes simbiose, a longo prazo, de sistemas capitalistas e comunistas, e maior mudança social e política, presumivelmente por transformações dentro do 'novo tipo de democracia' que surgiria das coalizões do tempo da guerra". Ibid., p. 168-169

88 Apreciando os resultados da revolução de 1905 na Rússia, Trotsky escreveu: "Foi precisamente durante o intervalo transcorrido entre 9 de janeiro e a greve de outubro de 1905 que esses pontos de vista – posteriormente conhecidos como 'teoria da revolução permanente' – amadureceram na mente do autor. Esta expressão um tanto presunçosa, revolução permanente, pretende indicar que a revolução russa, embora diretamente relacionada com propósitos burgueses, não podia deter-se em tais objetivos: a revolução não resolveria suas tarefas burguesas imediatas sem o acesso do proletariado ao poder. E o proletariado, uma vez que tivesse o poder em nas mãos, não poderia permanecer confinado dentro do modelo burguês de revolução. Pelo contrário, precisamente com o objetivo de garantir sua vitória, a vanguarda proletária – nos primeiros estágios de seu governo – teria que fazer incursões extremamente profundas não

bolchevique reivindicado pelos pecebistas, contudo, à etapa burguesa da revolução sucederia a etapa socialista, todavia, somente depois de algum tempo.

> Só os mais ignorantes podem não tomar em consideração o caráter burguês da revolução democrática que está a processar-se; só os mais cândidos otimistas podem esquecer como as massas operárias conhecem ainda pouco os fins do socialismo e os métodos para o realizar. Mas todos nós estamos persuadidos de que a emancipação dos operários só pode ser obra dos próprios operários; sem a consciência e a organização das massas, sem a sua preparação e a sua educação por meio da luta de classe aberta contra toda a burguesia, não se pode sequer falar de revolução socialista. E, como resposta às objeções anarquistas de que adiamos a revolução socialista, diremos: não a adiamos, antes demos o primeiro passo na sua direção pelo único método possível, pelo único caminho certo, isto é, pelo caminho da república democrática. *Quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja o da democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como no político*. Se num momento determinado alguns operários nos perguntarem porque não realizamos nosso programa máximo, responderemos indicando-lhes como estão ainda longe do socialismo as massas do povo impregnadas de espírito democrático, como se encontram ainda pouco desenvolvidas as contradições de classe, como estão ainda desorganizados os proletários.[89]

Em 1905, a fórmula cunhada por Lenin para a etapa burguesa da revolução na Rússia era a de "ditadura democrática-revolucionária dos operários e camponeses", ao que concluía só poderia ser efetivada sob a direção do proletariado, apesar da própria burguesia, que tenderia, em sua maioria, a virar as costas à revolução e se perfilar ao lado da contrarrevolução, tão logo o proletariado se pusesse em marcha.[90]

---

apenas nas relações de propriedade feudal, como também nas da propriedade burguesa". TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905*. São Paulo: Global, [19–]. p. 14. Quanto às diferenças entre Lenin e Trotsky sobre o caráter da revolução russa em 1905, ver: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução. *Outubro*, São Paulo, n. 12, p. 95-122, 1. sem. 2005.

89 LENIN, 1986, v. 1, p. 391, grifo nosso.

90 Diz Lenin: "A burguesia na sua massa voltar-se-á inevitavelmente para o lado da contrarrevolução, para o lado da autocracia contra a revolução, contra o povo, logo que sejam satisfeitos os seus interesses estreitos e egoístas, logo que 'se afaste' do espírito democrático consequente (*e já se está a afastar dele!*). Fica o 'povo', isto é, o proletariado e o campesinato: somente o

Aos escritos de Lenin, mas obviamente sem as devidas atualizações introduzidas a partir de 1917 pelo revolucionário russo que assumiria, em concordância com Trotsky, que as tarefas *democráticas* da revolução russa já haviam sido cumpridas e caberia a passagem imediata para a fase socialista, os comunistas brasileiros incorporaram toda a discussão referente aos países coloniais e semicoloniais dos congressos da IC, já mencionadas em capítulo anterior deste trabalho, especialmente às resoluções do VI Congresso.[91]

Com efeito, os comunistas brasileiros, na tentativa de se credenciarem como os únicos e verdadeiros detentores das chaves explicativas da revolução no Brasil, utilizaram o argumento de autoridade de Lenin, que funcionava como uma espécie de escudo contra as críticas e ataques de outras correntes, especialmente a dos trotskistas, que acusavam a concepção stalinista de *etapismo* e defendiam que as condições para a revolução socialista no país já estavam dadas desde há muito tempo.[92]

As discussões dos anos 1930 e 1940, portanto, enquanto atendiam muito mais às demandas pela preservação da URSS como "pátria do socialismo", implicavam uma afirmação peremptória do caráter da revolução por etapas, típica do esquema stalinista. Paradoxalmente, ao que parece, se abandonava a disposição revolucionária propriamente dita, já que, no curso da *etapa burguesa* da revolução, na fase de "libertação nacional", passava-se a admitir a conformação de uma aliança *interclassista* como dispositivo tático, para a instauração da *democracia* no plano político, como caminho possível para se alcançar o objetivo estratégico do PCB e de muitos PC pelo mundo.

Nas sendas da etapa de *libertação nacional* da revolução brasileira, os comunistas baianos, através da revista *Seiva*, que expressava a linha de um importante setor do PC brasileiro, o CR-BA, seguiram construindo as premissas para a vitória

---

proletariado é capaz de ir firmemente até o fim, pois vai muito além da revolução democrática. Por isso o proletariado luta nas primeiras filas pela república e repele com desprezo os conselhos estúpidos e indignos dele dos que lhe dizem para ter em conta a possibilidade de afastar a burguesia". LENIN, 1986, v. 1, 442

91 Já se disse algures que, depois do VI Congresso da IC, os comunistas olhavam para o Brasil e viam a China ou a Índia. Por conseguinte, quando se discutiam a estratégia e a tática dos comunistas naqueles países e "países coloniais similares", indicava-se que se tratava da *revolução democrático-burguesa*. VI CONGRESSO de la Internacional Comunista. Ciudad Del México: Ediciones Passado y Presente, 1978. v. 1, p. 205-206.

92 Ver, a este respeito: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). *Na contracorrente da história*: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.

na guerra e a consolidação da *União Nacional em torno de Vargas*, como aliança estratégica com os setores do *demoliberalismo* também no plano nacional.[93]

Ainda na linha dos últimos escritos do *Komintern*, e no mesmo número 17 de *Seiva*, no editorial intitulado "A guerra do Brasil e o 'anti-imperialismo' anglo-americano", os comunistas baianos procuravam combater as teses "divisionistas" e que só interessariam à quinta-coluna, tentando "mostrar a estupidez e o prejuízo dos temores e receios do imperialismo ianque e do imperialismo britânico". No espírito de apresentar a guerra contra o fascismo como uma guerra de "libertação nacional", e resgatando a tese do *bom e do mau imperialismo*, o editorial afirma que um "anti-imperialismo" contra os aliados anglo-americanos só interessaria à quinta-coluna e a Hitler, não sendo outra a razão em "que estão sendo tão explorados entre nós, pelos agentes do inimigo, todos os fatos que possam importar numa propagação contra os E. Unidos e a Inglaterra".[94]

Segundo o texto, somente os "cínicos" e "traidores", que "nunca tomaram posição digna nas lutas pela independência nacional", seriam capazes de criar a "dúvida e as suspeitas entre as camadas menos esclarecidas do povo".[95] Seria somente o imperialismo germano-fascista o único que se deveria "temer e combater, sem descaso", a despeito de que não se poderia "negar a existência do imperialismo anglo-americano". O que se denunciava como "ação quinta-colunista" era "ver no esforço e na ajuda dos povos aliados para a vitória comum contra Hitler e seu bando, que ameaça a independência de todos os povos, uma manobra expansionista contra o Brasil".[96]

Para os comunistas que escreviam nas páginas de *Seiva* e que davam ressonância à linha do Partido na Bahia, de todo semelhante à linha nacional, não haveria o que temer do imperialismo anglo-americano: "1º Porque a luta em que está

93 Dizia o editorial da *Seiva* de março de 1943: "À medida que vai ganhando a consciência nacional a convicção de que esta é uma guerra, de vida ou morte, pela nossa existência livre, pela nossa independência pela dignidade do nosso povo, como pela dignidade, pela independência em liberdade de todos os povos do mundo [...] enquanto isso marcha o processo de unificação de todas as forças nacionais para a defesa da pátria, em torno do Presidente Vargas e das autoridades patrióticas [...] Os fundamentos teóricos da União Nacional definem-se, enquanto estruturam-se os organismos unionistas, que reúnem a energia, a combatividade e o patriotismo do povo, dirigindo-se para uma ação comum: a luta pela defesa da pátria contra o nazi-fascismo agressor". "A Unidade do povo brasileiro está em marcha". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 3, mar. 1943. APJF.

94 "A guerra do Brasil e o 'anti-imperialismo' anglo-americano". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 5, mar. 1943. APJF.

95 Ibid., p. 5.

96 Ibid., loc. cit.

empenhado o nosso povo é uma luta anti-imperialista, uma luta pela liberdade no mundo e pela independência de todos os povos". Ao que concluíam: "A vitória sobre o imperialismo germano-fascista assegurará as condições para a libertação nacional dos países coloniais e para o desenvolvimento independente de todos os povos"; e citavam a Carta do Atlântico como "prova evidente" das amistosas relações internacionais no pós-guerra; "2º Porque diante de uma guerra deste caráter, os governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, inspirados pelos mais fortes e puros sentimentos das camadas progressistas de seus povos, mudaram sua política exterior". Com efeito, as camadas que poderiam prejudicar a "garantia de uma guerra de libertação" estariam sendo desalojadas dos círculos de influência naqueles países; "3º Porque a guerra contra o imperialismo germano-fascista é uma guerra contra o imperialismo em geral, isto é, contra toda política de agressão, subjugação e escravização dos povos".

Sugeriam que a derrota de Hitler representaria "a vitória sobre as camadas imperialistas, reacionárias e pró-fascistas destes países, que o estimularam em sua guerra de agressão", acrescentando por último: "4º Porque nos países que lutam contra o hitlerismo, são as massas populares, o proletariado e as camadas progressistas da burguesia, que fazem pesar, agora, sua influência na vida econômica, política e social e sobre a direção da guerra" e não aqueles pró-fascistas, "que realizaram a traição de Munich e desejavam um compromisso com Hitler".[97] Finalizavam o texto enunciando o sentido político da guerra e exortando a marcha ao lado dos aliados:

> Portanto, em vista do conteúdo político social desta guerra, não devemos se quisermos acertar, estar pensando nos moldes de 1939 ou 1940, quando a guerra ainda não havia claramente assumido o caráter atual. Devemos marchar francamente e decisivamente ao lado de nossos aliados anglo-americanos, conquistando confiança e fazendo-lhes merecer a nossa, bem como ao lado de nossos aliados russos e chineses, colaborando para a vitória final, pela Civilização, pela Liberdade, pela Autodeterminação dos povos.[98]

Como se vê, sobeja todo o conteúdo da política praticada pelos comunistas a partir de 1942, a despeito de não haver ainda uma unidade mais consistente em torno do novo núcleo dirigente do Partido. Isto somente ocorreria após a libertação

97 "A Guerra do Brasil e o 'anti-imperialismo' anglo-americano". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 5-6, mar. 1943.

98 Ibid., p. 6.

de Prestes e o afastamento dos chamados “liquidacionistas” e refratários aos caminhos não tão novos do PCB, cuja direção eleita na II Conferência Nacional terminaria por incorporar, também, os baianos do CR-BA, como veremos adiante.[99]

Em 1944, ainda na prisão, Prestes se manifestou publicamente a favor da União Nacional com Vargas, embora sem conhecer em profundidade o conteúdo das decisões da Conferência da Mantiqueira. No texto, aparecido em março daquele ano, afirma:

> Estamos em guerra contra o nazismo. Esta guerra é para nós questão de vida ou morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. O essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isto, precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. *Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos*, e que, apesar de todos os seus erros e defeitos, já deu incontestavelmente grandes passos ao lado das Nações Unidas: cortou relações com o Eixo, cedeu bases militares aos Aliados, de acordo com a vontade nacional reconheceu o estado de beligerância, tem acompanhado a política internacional dos Estados Unidos e Inglaterra, assinou a Carta do Atlântico, permite a publicação de livros que nos dizem a verdade sobre a URSS, etc. São fatos positivos e inegáveis que, como patriotas, devemos reconhecer e proclamar com isenção de ânimo e sincera satisfação. Mas não basta declarar apoio ao governo e cruzar os braços na expectativa das medidas internas indispensáveis à efetivação de uma verdadeira unidade nacional.

Segundo Prestes, seria preciso “apoiar aberta, franca e decididamente o governo na sua luta política de guerra contra o nazismo”, sendo “o crime da passividade” um “erro de direita”, típica “capitulação liquidacionista”.[100]

A coincidência de posições entre o recém-eleito secretário-geral do PCB e as decisões da II Conferência Nacional do Partido somente reforçaram o prestígio dos novos dirigentes, aparecendo para os comunistas, alguns anos depois, como

---

99 Ficaram conhecidas como “browderismo” ou “liquidacionismo” as tentativas de dissolução dos Partidos Comunistas nos anos 1940, em função da posição do líder do PC Americano, Earl Browder, que acreditava que, com a supressão do *Komintern*, em 1943, e a perspectiva de longa colaboração entre os Estados Unidos e a União Soviética, não havia mais razão para os Partidos Comunistas continuarem a existir. Tal posição foi duramente criticada pela maioria esmagadora, senão a totalidade, dos PC de todo o mundo que a desqualificaram de todas as formas possíveis.

100 PRESTES, 1947, p. 46-47.

demonstração inequívoca da "força do marxismo-leninismo, ciência social exata, a única exata, e por isso todo-poderosa".[101]

Não obstante a posição comum assumida por Prestes e pelos dirigentes saídos da Mantiqueira, o prisioneiro de Vargas insistia na luta pelas liberdades democráticas e pela anistia, muito embora advertisse que a luta pelas liberdades não deveria significar, naquele momento, "fazer o combate doutrinário ao Estado Novo e à Constituição vigente", já que os homens do governo estariam enfrentando "problemas concretos de terrível complexidade e cada vez mais difíceis".[102] Assim, para Prestes, a linha política de *União Nacional em torno do governo* era a mais acertada, a despeito de que não se deveriam esquecer as questões pendentes quanto ao Estado Novo que, em todo caso, não podia ser combatido sob o seu aspecto doutrinário.

Àquela altura, possivelmente, o Cavaleiro da Esperança já temia os efeitos contraditórios que uma tal política de mobilização poderia provocar nas massas, cujo *excessivo* teor reivindicatório, de consequências imprevisíveis, poderia superar os limites que os comunistas se haviam autoimposto, qual seja, o da *unidade*, da *democracia* e da *libertação nacional* do país sob o capitalismo. Neste sentido, fazia coro com o Lenin das *Duas Táticas*, sem, contudo, reivindicar o papel de direção da *revolução* ao proletariado, ou sem sequer apontar a necessidade da revolução como ruptura violenta no cumprimento da "etapa burguesa" da revolução brasileira:

> O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenine que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Está nisto a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do mundo de pós-guerra, do proletariado com a burguesia nacional progressista. [...] A salvação única da indústria nacional e a possibilidade de seu

101 DULLES, 1985, p. 255. Para Gregório Bezerra, o documento em questão foi como uma espécie de "cartilha" para comunistas e aliancistas que se encontravam presos ou permaneciam em liberdade: "O documento do camarada Prestes nos ajudou muito a refletir sobre a complexidade da união nacional do povo brasileiro em torno de Vargas, ao lado das Nações Unidas, na guerra contra o Eixo". BEZERRA, 1980a, p. 305

102 PRESTES, op. cit., p. 47. Prestes juntava à sua exortação pela União Nacional com Vargas reivindicações de teor democrático, como "anistia para os presos políticos", a revogação das leis impeditivas das liberdades populares e medidas contra a carestia de vida, a fome, a miséria e as doenças. Ibid., p. 48-49

> ulterior desenvolvimento reside, antes e acima de tudo, na ampliação multiplicada do nosso próprio mercado interno e isto só será possível com a elevação decisiva do nível de vida das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população nacional, o que, no fim das contas, significa a eliminação no país de todas as velhas reminiscências feudais.[103]

Para Prestes e para o PCB tratava-se de realizar a "revolução burguesa", a principal tarefa histórica pendente no país. Esta aparece como superação do "feudalismo" e implantação, de uma vez por todas, do capitalismo em bases democráticas, a partir da incorporação das "grandes massas" ao mercado consumidor interno e da emergência de uma sociedade política democratizada.

Em todo caso, já estava em curso no Brasil, conduzido pelas mãos de Vargas, uma espécie de "revolução pelo alto" ou um processo de "revolução sem revolução", ou "revolução passiva", no sentido gramsciano da palavra.[104] Portanto, "revolução conservação", já que se pretendia transformar o Brasil sem o recurso à ruptura ou à mudança brusca a partir da intervenção dos de baixo, do tipo revolução/insurreição.[105] O que se buscava era modernizar, conservadoramente, as relações das

---

103 PRESTES, 1944 apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 22-23.

104 Segundo Gramsci, que gostava de utilizar a fórmula marxiana: "1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc." a revolução passiva implicava "que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa por à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática". GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 321, 329.

105 Observe, contudo, que, para Gramsci, a "teoria da revolução passiva" não poderia aparecer como um programa e sim como um critério de interpretação. GRAMSCI, op. cit., p. 331. Como assinala Maria-Antonietta Macciocchi, "[a] revolução passiva caracteriza-se pela não-participação das massas no movimento e por um tipo de ação que engaja apenas as elites políticas, os partidos enquanto grupos dirigentes e as forças que garantem *de cima* a direção da ação, excluindo a participação popular, que elas temem não poder *controlar*, a fim de canalizar o movimento histórico para limites pré-determinados e compatíveis com a linha política da classe dirigente. A 'revolução passiva' não pode constituir para Gramsci um 'programa' (como para os liberais do *Risorgimento*); é preciso, ao contrário, aprofundar a luta para arrancar as massas da 'anestesia política' na qual elas são mantidas". MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 110. Para uma compreensão do léxico gramsciano, ver: BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

classes capitalistas no país, burguesia e proletariado, sufocadas, durante anos, pelo "imperialismo" e pelos "restos de feudalismo".

Assim, no projeto político do Estado bonapartista brasileiro, forjado na segunda metade dos anos 1930, depois aperfeiçoado e levado aos limites nos anos 1940, pretendia-se conservar a estrutura social de classes no Brasil, ou modificá-la, modernizando-a de maneira a possibilitar o desenvolvimento das potencialidades capitalistas da nação.[106]

O PCB apresenta suas armas, a reação mostra suas garras: sinais de fogo

Entre 1943 e 1944, o PCB se preparava para a legalidade, ainda que, obviamente, não soubesse quando ela viria. Pelo fato de o Partido ter conseguido realizar uma Conferência Nacional nas difíceis condições da clandestinidade, além dos claros sinais emitidos por Vargas de que pretendia se aproximar da classe trabalhadora e se afastar dos setores mais reacionários do seu governo, pareciam ser claros os indícios quanto às possibilidades.[107]

No plano internacional, a situação não era muito diferente. Confirmava o otimismo dos comunistas brasileiros a pesada derrota que a União Soviética imprimira à Alemanha a partir de Stalingrado, o que a colocava em condições de desencadear uma contraofensiva em direção ao Ocidente. Além disso, os resultados da Conferência de Teerã, ocorrida entre novembro e dezembro de 1943, sinalizavam a abertura da Segunda Frente na Europa, possibilitando a antevisão de um desfecho rápido para o conflito que já durava quatro anos.

Nessas condições, realizou-se na residência de Leôncio Basbaum uma das primeiras reuniões do Comitê Central do PCB formado na Conferência da Mantiqueira "constituído pelos elementos mais responsáveis" do comunismo brasileiro.

---

106 Marcos Del Roio foi, talvez, o primeiro autor assumir a utilização da categoria de *revolução passiva* na análise do que seria a "revolução burguesa" no Brasil. A despeito disso, e sem que se queira negar que este processo se tenha iniciado muito antes da periodização proposta neste trabalho, o autor se deteve, em 1935, para analisar o papel da classe operária e do PCB naquele acontecimento. DEL ROIO, 1990

107 KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 53; SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB.* 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. p. 57. Como observa Werneck Sodré, "A II Conferência marca o reaparecimento do Partido na arena política, assumindo a direção do movimento de massas, coordenando as iniciativas, abrindo as perspectivas, indicando os rumos. Suas campanhas assinalam, consequentemente, o alvorecer, depois da longa noite do totalitarismo; elas culminam com a da anistia, a da participação ativa na guerra, com a FEB, a do combate à quinta-coluna". SODRÉ, 1984, p. 115

Segundo o testemunho do anfitrião, que teria sido convidado para participar do encontro apenas por ser o dono da casa, numa espécie de "homenagem", estiveram presentes à reunião Arruda Câmara, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos, Álvaro Ventura "e mais dois ou três" dirigentes que discutiram a dissolução do *Komintern* e a posição perante o governo que, como vimos, havia sido tratada na Conferência da Mantiqueira. Na ocasião, segundo Basbaum, reafirmou-se o "apoio incondicional a Getúlio".[108]

Àquela altura, talvez fosse possível fazer um balanço das condições de organização do partido quando ele já ocupava uma posição de destaque ante as entidades antifascistas e de massas. De cerca de um punhado de militantes na ativa, em 1942, o PCB teria chegado à Conferência da Mantiqueira com algo entre 1.800 e 3 mil militantes.[109] Também os Comitês Regionais iniciaram processos de recomposição e reestruturação dos núcleos de direção, o que, em muitos casos, implicava o afastamento dos chamados "liquidacionistas" e a afirmação da linha política de *União Nacional em torno do governo*.[110]

Quanto ao CR da Bahia, era chegado o momento de tomar uma posição diante da nova direção nacional do Partido, de maneira que, ainda no final de 1943, dois delegados baianos foram enviados ao Rio de Janeiro "para que discutissem com a CNOP e o Comitê de Ação, além de outros grupos, a urgente e necessária unificação do movimento comunista".[111] Com efeito, Giocondo Dias, o Secretário do PCB na Bahia, e João Falcão, o encarregado de *Agitprop*, reuniram-se com os membros da CNOP, Ivan Ribeiro, Leivas Otero, Maurício Grabois e, curiosamente, Pedro Motta Lima, que, antes, tinha ficado próximo das posições "liquidacionistas" de Fernando de Lacerda e agora aderia à nova direção. De acordo com Falcão, "Intermináveis

108 BASBAUM, 1976, p. 180. Acerca do ponto "dissolução da IC", tratado na reunião, ainda segundo Basbaum, os novos dirigentes avaliavam que a medida era de "caráter tático", "para permitir uma aliança mais forte com as Nações Unidas". Para Basbaum, como também para os membros do CC, tal medida significava a "independência dos Partidos Comunistas", contudo, "na realidade, a partir de 1945 o PCB se amarraria de tal modo ao PC da URSS, que se sentia incapaz de espirrar sem pedir licença a Moscou". Ibid., p. 181

109 Os cálculos são de: CÂMARA, 2010; SEGATTO, 1989, p. 56; SODRÉ, 1984, p. 116.

110 Entre aqueles que pretendiam extinguir o PCB estavam, também, além de Fernando de Lacerda, os irmãos Paulo e Pedro Motta Lima. Segundo Basbaum, até mesmo Roberto Morena, que acabara de voltar da França, teria se recusado a reconhecer o "novo Partido". BASBAUM, 1976, p. 181

111 FALCÃO, 1993, p. 117.

reuniões foram realizadas no subsolo de um casarão da Rua Paissandu, no Flamengo, residência da sogra de Ivan Ribeiro".[112]

Seguindo-se a isso, os delegados da Bahia procuraram os membros do Comitê de Ação, nomeadamente Tito Batini, Glauco Pinheiro Menezes, Manoel Batista Cavalcante (Ferro), Paulo Silveira e "Leon ou Ruivo". O grupo, que tinha a maioria de suas bases em São Paulo, além de não reconhecer a CNOP e acusá-la de manter ligações com a polícia, insistia na necessidade de "uma oposição intransigente contra a ditadura de Vargas". Por fim, Dias e Falcão contataram o grupo de Lacerda, que contava com as presenças de Ivo e Silo Meirelles, além do capitão do Exército, Carlos Costa Leite. Este grupo defendia a extinção do Partido e o apoio incondicional ao governo, o que, lembremos, diferia da posição da CNOP, do antigo Comitê Executivo Provisório de Arruda e do CR-BA, porque estes pretendiam que o PCB continuasse a existir, enquanto os *lacerdistas* (partidários de Fernando de Lacerda) queriam sua extinção.[113] Segundo João Falcão, passaram-se vários dias de discussões, com o retorno de Giocondo para a Bahia e a permanência do jovem dirigente do PCB baiano na capital federal:

> Mas, apesar de tudo, o CR da Bahia chegou à conclusão que o grupo mais consequente era o da CNOP, aliado ao grupo baiano de São Paulo. Uma vez superada a fase inicial de temor de que aquele grupo estivesse infiltrado pela polícia, a principal divergência entre o CR da Bahia e a CNOP restringiu-se a questão tática. Em consequência da derrota militar do nazi-fascismo, o CR da Bahia defendia a política de união nacional e de apoio ao esforço de guerra do governo Getúlio Vargas, por considerá-la a melhor forma de se alcançar a democracia; a CNOP advogava o apoio incondicional ao governo, para a guerra e para a paz.

De acordo com Falcão, teria contribuído para aquela decisão a escolha antecipada de Prestes para secretário-geral do Partido, que Giocondo Dias teria considerado como um "golpe de mestre".[114]

Entrementes, prosseguia o combate do novo núcleo dirigente contra os grupos comunistas rivais que, não obstante, tinham muito menor força e penetração nos estados do que os primeiros. De qualquer forma, o apoio público de Luiz

112 FALCÃO, 1993, p. 117.

113 Ibid., p. 117-118.

114 Ibid., p. 118.

Carlos Prestes às posições saídas da Mantiqueira foi fundamental para a consolidação da nova direção. O Cavaleiro da Esperança dirigia cartas da prisão atirando impropérios contra os desvios que considerava "direitistas", do grupo de Lacerda que pretendia a dissolução do PCB e a formação de um amplo partido de esquerda, e os desvios que considerava "esquerdistas", do Comitê de Ação. Este, sediado em São Paulo, capital industrial do país, se inseria entre os setores que mais sentiam os efeitos da guerra e do *esforço de guerra* do governo que provocava consequências devastadoras na economia e rebaixava, substancialmente, o nível de vida dos trabalhadores.[115]

Quanto às posições de Fernando de Lacerda, estas se enfraqueceram sobremaneira com as manifestações do Cavaleiro da Esperança, que continuava na Casa de Correção no Rio de Janeiro. Tanto mais que alguns coletivos de presos políticos ligados ao PCB optaram por apoiar as decisões da Conferência da Mantiqueira e o novo Comitê Central depois do pronunciamento público de Prestes.[116] Também alguns comunistas importantes, como Carlos Marighella, Roberto Morena, Agildo Barata e os irmãos Paulo e Pedro Motta Lima, que inicialmente tinham manifestado algumas precauções ou divergências quanto aos grupos que fizeram a conferência, ou às posições que dela saíram, terminaram afirmando sua disposição em seguir construindo o Partido, junto com o novo núcleo dirigente e sob a batuta de Prestes, agora eleito secretário-geral do PCB. Quanto a Fernando de Lacerda, que ficará isolado enquanto seguidor brasileiro das posições do comunista americano Earl Browder, finalmente vem a capitular perante a nova direção do Partido, em 1945.[117]

O Comitê de Ação, entretanto, teve mais fôlego que o grupo de Lacerda, de maneira que este setor terminou por dar continuidade a uma tradição relativamente duradoura dentro do PCB que, em São Paulo, era sempre recalcitrante quanto a algumas posições do Partido nacionalmente. Lembremos que foi na capital industrial do país que se organizou, contra a direção *banguzista*, o CCP de Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima. Estes, por não concordarem com as inflexões iniciadas a partir de 1936, que trouxeram o Partido da linha "insurrecional" até a União Nacional, entre outras coisas, terminaram por ser derrotados e expulsos do PCB, em 1937-1938.

115 CARONE, 1982b, v. 2, p. 4; DULLES, 1985, p. 254-256.

116 ZIMBARG, 2001, p. 150-151.

117 Segundo Luís Zimbarg, "Lacerda, ao invés de se submeter à opinião emitida por Prestes, tenta isolá-lo no processo de reorganização do PCB; irá, porém, fracassar nesta tentativa e em 1945 irá capitular perante o novo Comitê Central". ZIMBARG, 2001, p. 151

Depois de sair da prisão, Sacchetta se juntou aos trotskistas brasileiros, vindo a formar o Partido Socialista Revolucionário (PSR), em 1939. Por seu turno, Heitor Ferreira Lima, preso em maio de 1938 e libertado em agosto do ano seguinte, repudiou o trotskismo e retornou às fileiras do Partido Comunista ainda nos anos 1940.

De São Paulo, mais uma vez, agora ao lado de Caio Prado Júnior e outros comunistas, Heitor Ferreira Lima estava entre aqueles que se insurgiram contra a linha pecebista de apoio "incondicional à Vargas".[118] A *peculiaridade dos paulistas* merece uma pequena discussão à parte em função da importância deste estado e de sua capital na conformação dos rumos da esquerda brasileira no século XX.

Durante décadas, a historiografia brasileira retratou o movimento operário no país a partir do exemplo de São Paulo e, secundariamente, do Rio de Janeiro. Com forte imigração europeia, acentuada industrialização e urbanização acelerada no início do século XX, São Paulo sofreu intenso processo de politização através do movimento anarquista que, neste período, foi hegemônico entre os operários.

A historiografia enfocou São Paulo como grande exemplo e modelo de industrialização no país, o que somente agora vem sendo questionado, permitindo aos historiadores chegar a um acordo de que a capital paulista e seu entorno teria sido, no final das contas, não o melhor exemplo, mas a grande exceção dentro de um Brasil de urbanização e industrialização desigual. Seria São Paulo a grande exceção do movimento comunista brasileiro, assim como o fora em relação ao movimento operário?[119]

Ao falar de um país como o Brasil e tratar de um partido de alcance nacional com as características do PCB, deve-se tomar uma série de precauções contra

---

118 LIMA, 1982. p. 275. Apesar do fato inconteste de que o PCB paulista representava uma tradição de rebeldia no âmbito do comunismo nacional, as origens da Oposição de Esquerda e do trotskismo brasileiros se encontram no Rio de Janeiro, primeiro com a Oposição Sindical, formada neste estado em 1928, depois com o Grupo Comunista Lenin (GCL), de 1929, que já incorporava inúmeros paulistas. Ver, sobre o assunto, KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 5, p. 103-155; MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

119 Sobre o assunto, ver a importante síntese de Cláudio Batalha que faz um balanço da historiografia do movimento operário e sugere caminhos e possibilidades: BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158. Sobre a *peculiaridade dos paulistas*, parafraseia-se o historiador inglês Edward Palmer Thompson, que num dos seus debates com a historiografia marxista do seu país, nomeou um dos seus livros com o sugestivo título de *A peculiaridade dos ingleses*. THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

generalizações apressadas e inadequadas que poderiam ser condenáveis. Contudo, no âmbito de um trabalho sobre o PCB, ficaria impossível ignorar as pretensões à inserção nacional do único partido que nasceu para abranger todo o território da federação. Neste sentido, caso a linha de União Nacional não fosse focalizada nas circunstâncias e nas regiões do Brasil em que a política do Partido mais vicejou no período tratado por este estudo, os resultados de uma investigação como esta ficariam visivelmente fragmentados.

Quando se parte da Bahia para se pensar o comunismo nacional, tem-se em vista a contribuição que o CR-BA e os baianos deram à reorganização do Partido nos anos 1940, mas não se pretende ignorar a diversidade existente no país, nem os pequenos grupos de comunistas dispersos, que, em função das opções indicadas acima, não chegaram a ser estudados caso a caso. Não obstante, não houve intenção de ignorar a diversidade e outras possibilidades que podem ter sido desenvolvidas pelo PCB a partir das experiências de outros estados e regiões do país no período em tela.

Durante esse processo, foram observados a passagem do SN do PCB pela Bahia, entre 1936 e 1937, e o caldo de cultura que foi criado nesta região, permitindo aos baianos um certo destaque nas definições dos rumos do comunismo brasileiro nos anos subsequentes. Também tem sido discutida a situação em que os *baianos* Diógenes de Arruda Câmara, Armênio Guedes e Milton Cayres de Brito *desceram* para São Paulo, em 1941, com objetivos anunciados de reorganizar o Partido depois das quedas de 1939-1940.

Ocorre que São Paulo não era a Bahia, um estado essencialmente rural, de economia estagnada e com velhas oligarquias encasteladas no poder durante muitos anos. Nem sequer o pujante estado de São Paulo poderia ser comparado ao Rio de Janeiro, cuja capital, Niterói, tinha, em 1944, cerca de um décimo da população paulistana. Em termos populacionais, apenas ao Distrito Federal tinha uma população maior do que capital paulista.[120]

---

120 POPULAÇÃO do Brasil, das Unidades da Federação e dos Municípios das Capitais (Estimativa) 31/XII/1944. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]b. 1 CD ROM. Os dados são os seguintes para os maiores estados brasileiros e respectivas capitais, em 1944: Pernambuco, 2.935.580, Recife, 384.422; Bahia, 4.292.848, Salvador, 320.694; Minas Gerais, 7.409.553, Belo Horizonte, 230.668; Rio de Janeiro, 2.030.295, Niterói, 156.279; Distrito Federal, 1.941.653; São Paulo, 7.890.250, São Paulo, 1.437.019; Rio Grande do Sul, 3.651.152, Porto Alegre, 300.450. Observe-se a diminuição da população da Capital baiana nos primeiros anos da década de 1940, tendência que volta a se inverter a partir de 1945, em virtude de algum incremento industrial e do êxodo rural.

São sobejamente conhecidos os surtos de crescimento populacional e o desenvolvimento industrial de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Neste estado, em 50 anos, precisamente entre 1890 e 1940, houve um incremento populacional de cerca de 518%. Neste período, o estado de São Paulo saltou de uma população de 1.384.753 residentes, para 7.180.316. Enquanto isso, a Bahia cresceu *modestos* 204%, passando de uma população de 1.919.802 para 3.918.112; o Rio de Janeiro, 210%, de 876.884 para 1.847.857; e o Distrito Federal, 337,54%, saltando de 522.651 para 1.764.141 residentes.[121]

O incremento populacional da capital do estado de São Paulo é ainda mais espantoso tomando-se as condições históricas de seu desenvolvimento, já que a pequena vila do século XIX, com uma população de cerca de 65 mil pessoas em 1890, converteu-se numa grande metrópole com algo como 1 milhão e 400 mil habitantes em 1940, o que representou um crescimento populacional de mais de 20 vezes.[122] Todavia, é observando os dados dos "inquéritos industriais" aplicados pelo governo federal nos anos de guerra que se poderá perceber mais claramente os significados do aumento populacional naquele estado, já que este veio acompanhado de um vigoroso processo de urbanização e industrialização maciça, que o tornaria, junto à sua capital, no principal centro econômico do país no século XX, com uma significativa área de operários ocupados nos diversos ramos da produção.

Quando o governo de Getúlio Vargas resolve, em 1944, realizar os "inquéritos econômicos para a defesa nacional", São Paulo já é, de longe, a capital do Brasil com o maior número de operários e de estabelecimentos industriais, tendo 222.912 trabalhadores ocupados em 3.549 estabelecimentos. Enquanto isso, Salvador tem apenas 87 estabelecimentos industriais conhecidos do censo, com 7.196 operários; o Distrito Federal tem 2.150 estabelecimentos, onde trabalham 115.170 operários; Niterói possui 171 estabelecimentos, que empregam 10.566 trabalhadores; e Recife, como a terceira maior cidade do país, tem 21.091 operários, empregados em 253 estabelecimentos.[123]

---

121 POPULAÇÃO presente do Brasil e das Unidades da Federação, segundo vários aspectos – 1/IX/1940. 1. CRESCIMENTO em comparação com o censo de 1890. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]c. 1 CD ROM.

122 Enquanto isso, Salvador apenas dobrou a sua população e o Distrito Federal quase quadruplicou. POPULAÇÃO total e taxas de crescimento das capitais da União e das suas Unidades Políticas, segundo os recenseamentos gerais. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19–]e. 1 CD ROM; POPULAÇÃO..., [19--]c.

123 ESTABELECIMENTOS investigados pelos inquéritos econômicos para a Defesa Nacional – 1944. *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD ROM.

Como se vê, no que tange ao aspecto do desenvolvimento econômico e populacional, São Paulo apresentava uma significativa *peculiaridade* em relação às principais cidades do Brasil no início do século XX. Também quanto ao quesito urbanização, São Paulo foi o estado, ao lado do Rio de Janeiro, que mais cedo se urbanizou, tendo 29% da sua população ocupada na agricultura, em 1940, contra 32,5% da média nacional.[124] Isto numa situação em que o Brasil dava os primeiros passos no processo para deixar de ser um país rural, com uma industrialização por substituição de importações, especialmente no período de guerra, e a implantação de uma indústria de base, que teve no estado do Rio de Janeiro seu principal alicerce.

Não seria arriscado dizer que, quanto às experiências vivenciadas pela emergente classe operária paulista, cessionária de parte dos seus principais elementos para o movimento comunista daquele estado, as relações capitalistas de produção já estavam em avançado processo de afirmação. Com efeito, a luta de classe se apresentava, mais claramente do que em outras regiões do Brasil, como um combate sem tréguas entre os modernos setores da sociedade de classes, a burguesia e o proletariado.

Nesse sentido, poderia ser sugerido que as experiências forjadas na Bahia, ou mesmo em outras partes do Brasil, não eram as mesmas dos paulistas. Para estes, as experiências mais evidentes de um desenvolvimento capitalista *tout court* produziram estranhamentos e choques permanentes entre dirigentes operários e trabalhadores acostumados a enfrentar, cotidianamente, todos os setores da burguesia e seus prepostos nas fábricas e na política.

No caso dos baianos, pode-se inferir que o pouco desenvolvimento, desigual e combinado, das forças produtivas capitalistas na primeira metade do século XX tenha-lhes proporcionado uma visão diferenciada de uma burguesia acostumada ao clientelismo que não deixava de fornecer inúmeros intelectuais para o segmento político aqui chamado de *demoliberal*, de características *protocapitalistas*.[125] Pode-se dizer, portanto, que, aos olhos do comunismo baiano, as classes dominantes

---

124 POPULAÇÃO do Brasil, na data do recenseamento geral em 1940: distribuição, segundo as Unidades da Federação e os principais caracteres individuais. Atividade principal. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]d. 1 CD ROM.

125 Gramsci diferencia "intelectuais orgânicos" e "intelectuais tradicionais", sendo os primeiros relacionados ao advento do mundo burguês moderno, à indústria e ao meio urbano e os segundos "ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista". Neste sentido, pode-se aludir que o segmento *demoliberal* baiano esteja muito mais próximo do conceito de intelectual tradicional do que o de intelectual orgânico de Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. p. 22-23.

neste estado pareciam poder produzir ainda *bons* elementos progressistas, inimigos dos "senhores feudais" e aliados da classe operária.

Quanto à caracterização que o PCB majoritariamente tinha sobre um suposto *feudalismo* brasileiro, que lhe colocava diante das tarefas *burguesas* e *democráticas* da revolução no país, deve-se lembrar que elas não estavam muito distantes de outras análises que falavam de atraso, patrimonialismo e oligarquias. Partiu de Caio Prado Júnior, justamente um comunista (ou ex-comunista), a crítica mais devastadora à ideia de que o Brasil tivesse sido, em algum momento de sua história, um país feudal.[126] Assim, não seria impossível falar de muitos *Brasis*, quando não da grande exceção que representou São Paulo, no conjunto do Brasil (se é que é possível falar em *Brasil*), no início do século XX.

Objetivamente, tratava-se de mundos diferentes, todavia, não se está propondo aqui nenhum tipo de *determinismo* na interpretação das as atitudes e posições que somente sujeitos históricos conscientes puderam fazer, para o bem ou para o mal, embora informados pelo passado e sem condições de escolher a realidade objetiva em que nasceram. Em todo caso, quando Diógenes de Arruda Câmara, Armênio Guedes e Milton Cayres de Brito rumaram para organizar o Partido em São Paulo, o fizeram com outras experiências, como relações de classes em processo de afirmação e, possivelmente, mediadas por algumas doses de ilusão do movimento operário e estudantil em gestação para com os segmentos do *demoliberalismo* do seu estado de origem, representados, principalmente, pelos chamados "autonomistas", muitos deles presentes na redação da revista *Seiva*, desde 1938.[127] No entanto, como foi visto até aqui, há poucas dúvidas de que o anticomunismo também vicejava em todo o Brasil, sem nenhuma exceção.

Antes mesmo que o tipicamente paulistano Comitê de Ação fosse enquadrado na nova linha do Partido, é justamente pelas páginas da revista *Seiva* que este outro grande setor do comunismo brasileiro, o CR-BA, prossegue dando combate

---

126 PRADO JÚNIOR, 1977.

127 Sobre o assunto, na documentação abunda os *puxões de orelha* da Direção Nacional do PCB frente ao CR baiano, quanto às "ilusões democráticas" existentes entre os comunistas deste estado, mesmo quando se destaca a importância do governo de Juracy Magalhães no combate ao integralismo. Vejam-se, a respeito: "Carta do SN ao PCB", 24 de novembro de 1936. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem/Unesp), Fundo IC; Dotação: 495.29.99; "Carta nº 3 do SN a SN nº 2", 2ª quinzena, outubro de 1936; Cedem/Unesp, Fundo IC; Dotação: 495.29.112; "Mobilizemos todos os esforços para derrotar o fascismo e impedir que essa vitória seja roubada do povo, como foi em 30. Aos CR, CL, CZ e a cada membro do PCB", Cedem/Unesp, Fundo IC, Dotação: 495.29.43. Lembremos, ainda, conforme referido no capítulo 1, que, em 1936, o baiano Carlos Marighella foi deslocado para São Paulo com o intuito de combater os "trotskistas".

às hesitações do governo em nome das principais bandeiras erguidas pelo PCB nos anos 1940. Enquanto a luta pela Segunda Frente era a principal causa abraçada pelos comunistas no plano tático, o editorial do número 18 do periódico baiano, publicado em junho de 1943, ainda insistia, num último esforço, em vincular a guerra à “defesa da Pátria” e à “libertação nacional”, ligando o destino do país ao dos ingleses, soviéticos e americanos, aliados no conflito mundial:

> O povo brasileiro vive os seus momentos mais decisivos, cada mês que nos distancia da declaração de guerra e nos aproxima da vitória dos povos amigos da liberdade sobre os inimigos de morte do gênero humano, reclama com mais urgência a solução dos problemas aos quais estão ligados os destinos da nacionalidade. A guerra pela defesa da pátria, pela independência e pelo progresso do Brasil, está condicionada à capacidade de nosso povo de levá-la às suas últimas e mais necessárias consequências. Isto é: da maneira como seja conduzida a nação, da maior ou menor intensidade de nosso esforço e da mais ou menos audaciosa política e economia de guerra, dependerá, fatalmente, a maior ou menor garantia de nossa independência política e econômica. Os nossos destinos estão indissoluvelmente ligados ao resultado das batalhas que travam os nossos aliados anglo-soviéticos-americanos. A luta que esta coligação sustenta contra o imperialismo germano-fascista confunde-se com a autodeterminação e o progresso de todos os povos do mundo.[128]

O editorial prosseguia enfatizando o argumento de que a guerra era de todo o povo e, embora fossem evidentes “os patrióticos propósitos do Presidente Vargas”, não se podia ocultar o fato de que, apesar de o país andar “bem no terreno econômico, militar e político”, tinha andado “menos do que podíamos ter andado”, concluindo que o Brasil estava um pouco atrasado “em relação às nossas próprias possibilidades”.

Segundo ainda o texto de *Seiva*, o povo estaria preparado para “prestigiar e ajudar a ação do Presidente Vargas e das figuras democráticas da administração nacional”, devendo o mandatário compreender que o envio de tropas à frente de batalha seria “um fator indispensável” para que se pudesse “aproveitar a riqueza do momento histórico”, sendo estas as condições para se ganhar a paz, posto que, “quanto maior for a nossa contribuição para o esmagamento dos inimigos da Humanidade e da civilização”, maior será “o nosso direito a uma completa

128 “Não recuaremos, nesta guerra”. *Seiva,* Salvador, n. 18, p. 3, jun. 1943. APJF

autodeterminação econômica e política". Por fim, o editorial da *Seiva* falava das vantagens econômicas que poderiam advir da solidariedade para com os aliados, como um surto de desenvolvimento industrial, agrícola e comercial, o que já estaria acontecendo. Como exemplo, é citada a expansão da siderurgia, borracha e indústria "ligadas ao esforço de guerra".[129]

Para o PCB baiano, a guerra deveria ser explorada de todos os ângulos, de maneira que, na consecução da unidade nacional, nada mais justo do que se marchar juntos, *governo e povo*, *burguesia, proletariado e camponeses*, no combate ao inimigo nazifascista na luta pela autodeterminação do país. Enquanto os comunistas prosseguiam na sua política de afirmação da União Nacional em torno do governo em busca do objetivo estratégico da *revolução libertadora-nacional*, cujas tarefas eram *burguesas* e *democráticas*, a juventude e os militares ligados ao Partido mobilizavam esforços e iniciavam preparativos para participarem da guerra como voluntários das Forças Armadas. Com efeito, alguns dos condenados políticos e exilados pela ditadura do Estado Novo em Buenos Aires, ao primeiro sinal do governo e em nome da União Nacional, manifestaram interesse em retornar ao país junto à embaixada do Brasil na Argentina.[130]

Antes do pronunciamento oficial do governo sobre o tema, contudo, 22 antifascistas brasileiros se anteciparam e embarcaram de Buenos Aires para o Uruguai, tendo com destino final o Brasil. Liderados pelo major Carlos da Costa Leite, veterano da Guerra Civil Espanhola e conhecido dirigente comunista, os antifascistas exilados no Prata pretendiam se incorporar ao grande Exército patriótico brasileiro com vistas a combater o nazifascismo na Europa. Entretanto, tão logo atravessaram a fronteira do Rio Grande do Sul, foram todos detidos e encaminhados para a prisão pelo regime varguista. Jorge Amado, em nome da União Nacional e do major Costa Leite, que conhecera e de quem se tornara amigo em Buenos Aires, se manifestou sobre o assunto através das páginas de *Seiva*, procurando esclarecer o que se passava e reivindicar a libertação dos antifascistas, quando estes se encontravam encarcerados já há seis meses:

129 "Não recuaremos, nesta guerra". *Seiva*, Salvador, n. 18, p. 3-4, jun. 1943. APJF. p. 3-4. O editorial da *Seiva* anunciava, também, a questão do *petróleo* um outro tema econômico e estratégico que criaria as "condições para a evolução política do país para uma democracia cada vez mais justa e efetiva". Ibid., p. 4

130 Quando entraram no país, os exilados brasileiros traziam um "Manifesto ao povo e ao governo do Brasil", onde explicavam os motivos do retorno e terminavam com um "Viva Getúlio Vargas". ZIMBARG, 2001, p. 136

> No seu tão importante discurso de 7 de Setembro do ano passado o Presidente Vargas chamou à Unidade Nacional. No dia 9 os exilados embarcavam na estação de Montevidéu, no dia 16 entravam em território brasileiro. Nenhum deles pretendeu vir fugido, escondido, por portas travessas. Havíamos nos apresentado ao Embaixador do Brasil no Uruguai e telegrafamos às autoridades civis e militares comunicando a nossa apresentação. Se os que não tinham processo nem condenação podiam esperar que nenhuma dificuldade impediria sua liberdade, os condenados estavam certos de que o seu destino inicial teria de ser a prisão já que existia uma situação jurídica que impunha tal destino. Nenhum deles pensou, em nenhum momento, fazer um jogo, trocando por um gesto bonito um destino imediato. A verdade simples e clara é que, em liberdade eles estavam. Para conquistar a liberdade pessoal não necessitavam vir ao Brasil. *Vieram, isso sim, para servir à Unidade Nacional em torno ao governo, para provar, com um gesto que os privava da única coisa que lhe restava – a liberdade –, que consideravam a necessidade de Unidade, de apoio incondicional ao governo do Presidente Vargas, acima de toda e qualquer anterior divergência de ordem política*. Para isso vieram, por isso embarcaram. Longe deles qualquer mesquinho pensamento de interesse pessoal. Era o interesse da Pátria que os movia.[131]

Jorge Amado prossegue afirmando que o único objetivo do retorno era o "dever de servir a Pátria", e, mesmo nas condições adversas em que o governo manifestava hostilidade para com os antifascistas brasileiros, o apoio a Vargas permanecia da parte dos que estavam em liberdade, posto que, nestas circunstâncias, a situação pessoal dos exilados teria "uma importância secundária ante o perigo que se estende sobre a Independência da Pátria", ao que concluíam: "Onde quer que estejamos, estamos à disposição do Governo".[132]

Quando os comunistas diziam estar "à disposição do governo" não usavam apenas uma figura de retórica para se aproximar do ditador. Tanto que, quando o governo resolveu chamar os reservistas, em janeiro de 1943, foi a juventude do PCB a primeira a se mobilizar e se apresentar como voluntária para a guerra.

Foi assim que o estudante comunista João Falcão se alistou como voluntário, em janeiro de 1943, sendo logo convocado para servir, como soldado, no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), sediado em Salvador. Contudo, ainda em maio daquele ano,

---

131 Jorge Amado. "Uma explicação". *Seiva*, Salvador, n. 17, p. 13, mar. 1943. APJF, grifo nosso.

132 Ibid., p. 13.

numa demonstração de que a "Lei Monstro" continuava a brandir seu machado sobre as cabeças dos pecebistas, Falcão foi surpreendido com uma condenação de cinco anos imposta pelo TSN, que havia julgado seu processo, que corria desde o tempo em que fora preso como articulador da Conferência do Nordeste, junto com João Severiano Torres e Isaías Nascimento.[133]

Apesar da condenação, o jovem comunista baiano, defendido pelos advogados Nélson Carneiro (irmão de Édson) e Antônio Paranhos, foi libertado dois meses depois da detenção, após "grande campanha de solidariedade" e elogios do Comandante da 17ª Circunscrição Regional, onde servia Falcão. No apelo dos advogados, que também representaram os outros dois comunistas que se encontravam presos há mais de dois anos e não tiveram a mesma sorte de Falcão, constava a distinção de prestígio do estudante, de família abastada: "O apelante, João da Costa Falcão, de família baiana muito relacionada, é bacharel em direito e jornalista, sendo diretor da revista *Seiva*".[134]

É verdade que as posições do governo tinham evoluído bastante no sentido do que pretendiam e esperavam os comunistas. Primeiro, com o rompimento das relações com o Eixo, em janeiro de 1942; depois, com a declaração de guerra à Alemanha, em agosto do mesmo ano; agora, em agosto de 1943, com a decisão de enviar tropas para combater na Europa, o que o PCB saudou efusivamente. Entretanto, prevalecia ainda o *estado de exceção*, situação em que a repressão poderia recrudescer a qualquer momento sob o império da Lei de Segurança Nacional e do Decreto-Lei nº 10.358, citado no capítulo anterior.

Não demorou muito e um novo golpe se fez sentir no movimento comunista baiano, prenunciando "sinais de fogo". Tendo em vista a presença daqueles que os comunistas consideravam como a ala mais reacionária do governo Vargas, o episódio que foi o fechamento da revista *Seiva*, depois da publicação de uma entrevista do general Manuel Rabelo ao repórter Jacob Gorender, antecipou embates futuros entre os governantes de *plantão* e os comunistas.

Em entrevista, publicada no número 18 da *Seiva*, o militar antifascista, ferrenho inimigo do general Dutra, havia feito afirmações duras contra a "ala reacionária" do governo do país. Estas afirmações foram complementadas pela reportagem de Gorender, que pegou trechos do discurso do general, pronunciado na Faculdade de Medicina da Bahia, por ocasião da instalação da SAA, para pregar a União Nacional e combater a reação.

133 FALCÃO, 2000, p. 205-206.

134 A Tarde apud FALCÃO, 2000, p. 211.

Na matéria escrita pelo jornalista do PCB, seguida da entrevista do general, Manuel Rabelo dizia que a União Nacional "deveria se processar única e exclusivamente entre os patriotas", afastando-se dela os "quinta-colunistas e adesistas reacionários", que colocariam obstáculos "à construção do mundo do pós-guerra". Apontando a existência de elementos reacionários infiltrados nas fileiras dos patriotas, Rabelo defendia o "expurgo intransigente" destes elementos.

O general defendeu, ainda, a Segunda Frente, para "sustentar o prestígio internacional" do país e "aliviar a pressão sofrida pela URSS" na guerra. Sobre a demora no envio da Segunda Frente, o militar antifascista foi taxativo, numa passagem que foi, provavelmente, o trecho mais polêmico de sua entrevista e o estopim para o fechamento do periódico pelo governo:

> O povo brasileiro anseia por participar da luta. Sua honra não pode ser posta em dúvida. O que é preciso é ação. Ação intensiva na preparação militar do Brasil e não ficarmos até aqui marcando passo no mesmo terreno, adotando medidas insuficientes, retardadas e incompletas. Os nossos amigos americanos, estão aí, prontos a nos oferecer sua ajuda fraternal nesse sentido. O que falta é uma identificação perfeita de nossa parte com as finalidades de guerra que as Nações Unidas promovem contra o despotismo nazista. *Chamar reservistas e reuni-los nos quartéis sem fardamentos, sem equipamentos, sem material de adestramento, sem a instrução intensiva que a guerra moderna requer, para empregá-los no serviço de faxina e de cavalaria é positivamente aniquilar o ânimo combativo dos nossos soldados e oferecer às Nações Unidas que nos observam, motivos para descrerem da sinceridade dos nossos propósitos de cooperação leal e honesta*.[135]

Logo depois da publicação da entrevista no número 18 da *Seiva*, a imprensa do Brasil repercutiu as declarações do general Manuel Rabelo, que também era ministro do Supremo Tribunal Militar, dando publicidade nacional às posições do ilustre antifascista e ao também corajoso periódico. Neste contexto, pela primeira vez, a revista trazia a público críticas tão contundentes no modo pelo qual o governo e o Ministério da Guerra conduziam a questão que envolvia uma guerra declarada, mas ainda não efetivada pelo Brasil. Segundo Falcão: "Havia sido rompido o

135 "O povo brasileiro anseia pela participação na luta". *Seiva*, Salvador, n. 18, p. 7, jul. 1943. APJF, grifo nosso.

bloqueio da censura e quebrado o temor de se falar clara e abertamente sobre um assunto considerado tabu".[136]

Repercutindo o ocorrido, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, não podendo culpar diretamente o general Rabelo, acusou a entrevista de apócrifa, determinando ao Exército, através do Comandante da 6ª Região Militar, que fechasse o periódico e efetuasse a prisão dos diretores da revista e do repórter Jacob Gorender, responsável pela matéria.

No dia 15 de julho, João Falcão, seu irmão, Wilson, também diretor da *Seiva*, e o repórter Jacob Gorender foram todos presos e conduzidos para a Guarda Civil da Bahia, com a finalidade de serem denunciados pelo TSN.[137] Neste mesmo dia, sob ordens do general Demerval Peixoto, comandante da 6ª Região Militar, foi iniciada a apreensão do periódico e o encerramento da sede do órgão antifascista baiano.

Em 19 de julho de 1943, o general Peixoto expediu nota explicativa sobre o fato ocorrido, respondendo às indagações que lhe foram apresentadas pelo presidente da Associação Baiana de Imprensa, que teria visitado o Comando da 6ª Região Militar no dia anterior. O general dizia lamentar a prisão dos três jornalistas "em face de uma publicidade ofensiva à dignidade do Exército que tenho a honra de representar nesta Guarnição Militar, na qualidade de sua maior autoridade". Entretanto, prosseguia o militar, era o "estado de guerra" que atribuía ao Alto Comando Militar "prerrogativas excepcionais" e, desta maneira,

> [...] mesmo, sem pretender valer-se este comando da suspensão das garantias constitucionais no momento atual, foram, a seu pedido, tomadas as medidas para a apreensão da edição da Revista *Seiva*, correspondente ao mês vigente, por intermédio do D.E.I.P. e para a detenção dos seus três redatores, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública do Estado.[138]

Do Rio de Janeiro, Manuel Rabelo confirmou a entrevista e, ainda daquela cidade, onde se realizava o VI Congresso Nacional de Estudantes, ou o I Congresso de Guerra, a juventude encaminhou ao presidente Getúlio Vargas uma série de

136 FALCÃO, 2000, p. 219.

137 De acordo com Falcão, escaparam de também serem presos Almir Mattos, Rui Facó, Jacinta Passos e João Batista de Lima e Silva, por não se encontrarem na redação na hora da batida. Ibid., p. 220.

138 "Apreensão da Revista *Seiva*". *A Tarde*, Salvador, 19 jul. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

manifestações de desagravo ao fato ocorrido na Bahia.[139] Também foi divulgado um manifesto dirigido à Nação e assinado pelo general Manuel Rabelo, em que o líder da Sociedade Amigos da América não apenas reafirmava o que havia dito ao repórter comunista, como fazia novas acusações ao ministro de Vargas, responsabilizando-o pela má condução da guerra.[140]

Em vista do ocorrido, a relação entre os dois militares, que já não era boa, piorou de vez, com Dutra exigindo punição para Rabelo, num episódio que só foi contornado com a nomeação do primeiro como chefe de uma Missão Extraordinária nos Estados Unidos, afastando-o do epicentro da crise.

Quanto ao destino dos comunistas presos na Bahia, depois da manifestação do próprio general antifascista admitindo o teor da entrevista, e após a realização de uma audiência dos estudantes baianos que se encontravam no Congresso com o presidente Vargas, ficou acertado que os jornalistas de *Seiva* seriam libertados, o que realmente ocorreu no dia 25 de julho de 1943.[141] Não obstante a libertação dos diretores de *Seiva*, o periódico antifascista não mais voltaria a circular, encerrando um importante ciclo da atividade comunista e do antifascismo baianos.[142]

A pacificação da família brasileira

A segunda metade de 1943 assinalou um período de grande atividade propagandista da parte dos estudantes brasileiros que, em julho deste ano, realizaram o seu VI Congresso Nacional, preparando as bases para a afirmação da União Nacional e o impulso decisivo no sentido de pressionar o governo para o envio de tropas brasileiras para o *front*.

Ainda que o país estivesse sob o império das leis de exceção, os sucessivos deslocamentos do governo Vargas na direção dos antifascistas permitiam que as representações mais prestigiadas entre os estudantes, intelectuais e trabalhadores caminhassem no sentido da afirmação definitiva da União Nacional e do apoio a

139 Gorender em entrevista ao autor.

140 FALCÃO, 2000, p. 222.

141 Falcão recorda o ocorrido: "Foi um grande alívio para mim, preocupado com as tarefas do partido e outras responsabilidades. [...] fomos postos em liberdade ainda a tempo de comemorar com o povo baiano a deposição de Benito Mussolini, criador do fascismo e ditador da Itália". Ibid., p. 222

142 A bem da verdade, *Seiva* voltaria a circular sete anos depois, em 1950, quando foram publicados mais cinco números sob a direção de Wladimir Guimarães que tinha Luís Henrique Dias Tavares como redator-chefe, e Clóvis Moura, como secretário. FALCÃO, 2008, p. 113

Vargas para a "pacificação da família brasileira". Porém, nem todos os setores oposicionistas ao Estado Novo se unificavam em torno da bandeira de *unidade* levantada por comunistas e antifascistas. Muitos pecebistas seriam alijados do processo em função da afirmação do novo núcleo dirigente do Partido e pelos efeitos da pressão de grupos do interior do governo que relutavam em aceitar a incômoda companhia dos "partidários de Prestes". Além do mais, setores do *demoliberalismo* tinham sérias restrições tanto a Vargas quanto ao PCB e, como veremos adiante, se perfilarão ao lado dos velhos e conhecidos "reacionários" do governo na afirmação da nova ordem após 1946.

Em 1943, a palavra de ordem mais aceita parecia ser mesmo a *União Nacional*. Inicialmente proferida pelos comunistas e por alguns antifascistas não ligados ao PCB, ela aparecia como tábua de salvação e mediação necessárias das relações conflituosas entre as classes socais, especialmente entre o que os comunistas entendiam como "burguesia nacional progressista" e o proletariado. Mais do que isso, entre os trabalhadores, estudantes e intelectuais e o regime do Estado Novo.

Nos preparativos para o VI Congresso dos estudantes universitários, houve espaço para troca de amabilidades entre o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Tarnier Teixeira, e o mandatário da Nação, quando este, em resposta ao pedido de apoio dos universitários para a realização do evento, enviou palavras de cordiais saudações à juventude brasileira, afirmando: "Os estudantes desempenham um importante papel na vida da nação. São os esclarecedores do povo. O governo conta com o apoio dos estudantes e nele confia. Façam o Congresso Nacional de Estudantes".[143]

Da parte do estudantado, dizia-se pretender realizar um "Congresso de Guerra", que teria o apoio do presidente Vargas e do ministro Gustavo Capanema para sua realização, que seria "mais uma afirmação da fé dos moços nos destinos do Brasil e da democracia". Queria-se demonstrar o espírito de colaboração com o governo "e com todas as demais forças nacionais interessadas em fazer uma guerra de verdade aos agressores nazifascistas".[144] Quanto ao governo, as palavras do presidente não deixam dúvidas sobre os seus significados, já que tanto representavam uma espécie de compromisso firmado com a juventude, como a garantia de que era ainda ao Estado, através do seu chefe, que caberia conceder a permissão para o

143 "O presidente Vargas enaltece a missão dos estudantes". *A Tarde*, Salvador, 19 jun. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

144 Ibid.

funcionamento de qualquer atividade protagonizada pela sociedade civil, mesmo aquelas com as anunciadas pretensões de apoiar o ditador.

Muito em função do momento vivido pelo país e pelo papel cumprido pela juventude antifascista brasileira naqueles anos, o VI Congresso Nacional dos Estudantes transformou-se no "I Congresso de Guerra", cuja presidência seria ocupada, simbolicamente, por ninguém menos do que o próprio Getúlio Vargas. Não haveria melhor oportunidade para os estudantes afirmarem os sentimentos unitários do segmento da juventude e evocarem as principais bandeiras levantadas pelos antifascistas do país, especialmente quanto à Segunda Frente.[145]

Embora reivindicando *liberdades políticas*, *anistia* e *democracia*, a juventude estudantil brasileira, na sua firme disposição de contribuir com o governo no seu esforço de guerra, não deixou de dirigir ao presidente da República uma mensagem de saudação retirada no Congresso, expressando sua vontade em cooperar no processo de unificação das forças da Nação no momento em que o Brasil se preparava para formar um "Corpo Expedicionário" para combater na guerra:

> Nós estudantes, saudamos na pessoa de Vossencia o Corpo Expedicionário do Brasil e exprimimos nesta mensagem a nossa firme certeza de que ele cobrirá a pátria estremecida de novas glorias. Queremos também dizer a Vossencia que nós estudantes estaremos bem representados nesse Corpo Expedicionário com nossa consciência cívica, com o nosso entusiasmo de jovens, com o nosso ardor patriótico de soldados. O Corpo Expedicionário polariza neste momento toda a política de guerra do Brasil. *Nós estudantes bem compreendemos em nosso Congresso de Estudantes e faremos da luta pela organização e envio do Corpo Expedicionário à frente de batalha de mais um pilar de união nacional em torno do Governo, do Brasil e de Vossencia que é seu chefe e comandante*.[146]

---

145 "O chefe da nação presidirá ao I Congresso de Guerra dos Estudantes". *A Tarde*, Salvador, 19 jul. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Como finalidade precípua do Congresso, anunciava-se "a discussão ampla dos problemas da guerra que o Brasil move, ao lado das Nações Unidas, contra o nazi-fascismo, no sentido de oferecer ao Governo todo o esforço construtivo da mocidade, nos campos da moral, com o fim de acelerar os preparativos para o envio do corpo expedicionário nas batalhas da 2ª. Frente na Europa e esmagar as últimas tentativas de sabotagem dos quinta-colunistas". Ibid.

146 "Mensagem dos universitários ao sr. Presidente da República – o Corpo Expedicionário cobrirá o Brasil de novas glórias". *A Tarde*, Salvador, 31 jul. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Grifo nosso.

Os estudantes entendiam a importância do momento para a afirmação da unidade nacional em torno de Getúlio, contudo, não ignoravam que as promessas do governo quanto à abertura da Segunda Frente poderiam não ir adiante sem as pressões populares que a tinham possibilitado. Continuavam a pressionar Vargas para o envio de tropas para a Europa, mas o faziam de maneira *afirmativa*, colocando-se à disposição para a guerra da mesma forma que os comunistas haviam feito em diversos momentos. A este propósito, não resta dúvida quanto à influência exercida pelos pecebistas nas decisões do I Congresso de Guerra, já que eram muitos os comunistas presentes, como delegados e observadores, a despeito de o atual presidente da UNE não ser do PCB. Da Bahia, de uma delegação constituída por 17 estudantes, pelo menos metade era formada por membros do PCB ou dele simpatizantes, o que fez com que muito das posições deste segmento expressasse as posturas do próprio PCB em conjunto com os setores do *demoliberalismo* no Brasil.[147]

Agosto de 1943 marcou a comemoração do primeiro ano de entrada do Brasil na guerra. A despeito de o país ainda não ter enviado tropas para o *front*, apesar das promessas feitas à imprensa norte-americana pelo general Eurico Dutra quando da sua passagem pelos Estados Unidos, com a declaração de Vargas, feita naquele mesmo mês, os antifascistas brasileiros somente esperavam a ordem final para o embarque. Eles permaneciam, contudo, mobilizados nas ruas, escolas e prisões, sem, entretanto, demonstrar atitudes que poderiam ser consideradas "provocativas" pelo governo.[148]

Com este intuito, os presos políticos da Ilha Grande, liderados pelo capitão comunista Agildo Barata, ultimando os preparativos para a semana da pátria, inauguraram uma foto do presidente Getúlio Vargas no cassino do estabelecimento, num ato solene, durante o qual o comunista falou "para justificar a homenagem,

---

147 A relação de delegados baianos, onde aparecem, entre outros, os comunistas eleitos em suas entidades, foi publicada no jornal *A Tarde*: pela União dos Estudantes da Bahia, José de Almeida Castro; pela Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, Mário Alves e Fernando Corrêa; pela Faculdade de Medicina e Odontologia, Avaní Bonfim e Celio Guedes; pela Faculdade de Direito, Virgidal Sena e Carlos Anibal Corrêa; pela Escola Politécnica, Fernando Santana e Manoel Tanajura; pela Escola Agrícola, Zinaldo Sena e Francisco de Melo; pela Ciências Econômicas, Lourenço Rei e Mario Diva; pelo Instituto de Música, Maria Madalena Paturi e Orlando Costa; representando a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia, Renato Vaz Sampaio. Jacob Gorender, estudante universitário e repórter de *Seiva*, também havia sido eleito delegado pela União dos Estudantes da Bahia, todavia, como se sabe, não chegou a embarcar para o conclave, tendo em vista que deveria cumprir tarefas para o periódico na cobertura da visita do general Manuel Rabelo ao seu estado, episódio que culminou na sua prisão. "O chefe da nação presidirá ao I Congresso de Guerra dos Estudantes". *A Tarde*, Salvador, 19 jul. 1943.

148 Sobre as declarações do ministro da Guerra de Vargas, ver: FALCÃO, 1999, p. 212.

apresentando-a como uma expressão do sentido de União Nacional, neste momento de guerra".[149]

Entrementes, a população passava a ser treinada pela Defesa Civil, para o caso de um ataque ao país, enquanto os estudantes baianos retornados do I Congresso de Guerra faziam os relatórios e prestavam contas do evento aos seus pares. Ao mesmo tempo, iniciavam preparativos para a realização do seu V Congresso Universitário, programado para outubro, quando pretendiam debater a guerra e "os problemas estudantis em função da defesa da liberdade e independência da pátria".[150]

As entidades antifascistas definiram para o mês de novembro a "Semana do Corpo Expedicionário", um evento propagandístico em que estudantes, intelectuais e trabalhadores falariam ao povo em palestras diversas e atividades na imprensa, explicando os motivos da guerra e a importância da luta contra o fascismo. Com este objetivo, a LDN, alegando ser necessária a preparação da frente interna que seria impulsionada com o apoio popular, apelava a todos os brasileiros, "[...] independentemente das tendências e pontos de vista políticos, a cerrarem fileiras em torno do presidente Vargas, que declarou guerra ao eixo e que leva essa guerra às suas consequências lógicas através do Corpo Expedicionário que parte para a Europa Ocidental".[151]

Em fins de 1943, o governo havia demonstrado forte disposição em finalmente enviar tropas para o combate, tanto que aproximou-se ainda mais dos Estados Unidos, que o pressionavam neste sentido, renegociando a dívida externa com o auxílio deste país em bases relativamente vantajosas para a economia nacional.

O general João Batista Mascarenhas de Moraes foi designado para organizar a 1ª Divisão de Infantaria do Exército, que combateria o inimigo fascista em terras estrangeiras.[152] Enfim, a Segunda Frente se efetivaria com a participação do Brasil, e os comunistas brasileiros concretizariam o sonho de combater a "besta-fera" do nazifascismo ao lado das *democracias ocidentais* e da União Soviética.

Em dezembro, o governo brasileiro anunciou uma série de planos visando à industrialização de base, infraestrutura, transportes e energia, tendo como pano

---

149 "Presos políticos ao Chefe do Governo". *A Tarde*, Salvador, 22 ago. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

150 *A Tarde*, Salvador, 6 out. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

151 "Uma programação da Liga de Defesa Nacional". *A Tarde*, Salvador, 16 nov. 1943. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

152 FALCÃO, 1999, p. 213.

de fundo o desenvolvimento nacional.[153] Com efeito, a oposição dos militares brasileiros refratários aos acordos com os aliados vinha sendo quebrada em função da habilidade de Getúlio que enviava constantes missões aos Estados Unidos, por vezes dos próprios *germanófilos*, com a finalidade de quebrar suas resistências. Tanto assim, que o general Eurico Dutra, ao regressar de Washington em fins de agosto "revelava surpreendente entusiasmo com o envio da FEB e, no Rio de Janeiro, foi alvo de uma recepção altamente calorosa".[154]

Em janeiro de 1944, o governo abriu novo alistamento militar, e os comunistas, que, na segunda metade de 1943, tinham optado pela propaganda, evitando atividades de agitação em função do medo da provocação e pelo rigor das leis de exceção do Estado Novo, foram novamente os primeiros a se apresentarem para ir para o combate. Sobre o assunto, ao que parece, o PCB havia definido uma orientação precisa quanto ao voluntariado para a guerra, mesmo nas circunstâncias em que muitos comunistas e antifascistas tinham sido presos quando retornaram ao Brasil e se apresentaram como voluntários.[155]

Na Bahia, entretanto, um estado onde a juventude tinha dado ampla demonstração de bravura e disposição para a luta, um episódio isolado acirrou ainda mais os ânimos dos pecebistas, quando o general Demerval Peixoto, comandante da 6ª Região Militar, provocou os estudantes, dizendo que todos aqueles que andavam por aí pedindo a guerra teriam a "oportunidade de mostrar se eram sinceros ou não, alistando-se no voluntariado". Jacob Gorender, tomando as palavras de general como "uma provocação", se reuniu com seus camaradas Ariston Andrade e Mário Alves e resolveu se alistar no Exército, junto a um contingente de cerca de 600 baianos que se inscreveram para as atuar nas Forças Armadas, inclusive o próprio Ariston Andrade, que serviu na Força Aérea Brasileira, e Mário Alves, que foi dispensado por ser demasiadamente franzino.[156]

---

153 As negociações em torno da dívida externa, que permitiram a redução de cerca de 35% da dívida em circulação, seguiram a tendência de aproximação entre o Brasil o os Estados Unidos, dentro do quadro em que a reaproximação entre os dois Países, em função da guerra, impuseram à emergente potência do Norte o ônus do *financiamento* de parte da industrialização do Brasil. CORSI, 2000, p. 194, 248, 256

154 FALCÃO, 1999, p. 212.

155 Ibid., p. 215.

156 Gorender em entrevista. Cf. FALCÃO, 1999, p. 215. Convocado no início de 1943 como reservista, João Falcão foi, em seguida, expulso das fileiras do Exército após ser condenado pelo TSN a cinco anos de prisão pelas suas ligações com o PCB descobertas na época da Conferência do Nordeste. FALCÃO, 2000, p. 205-211

O Partido Comunista abriu mais esta frente na defesa da unidade nacional na luta contra o fascismo, o que lhe proporcionou a oportunidade de chegar a muitas cidades brasileiras onde as manifestações de massa eram inexistentes, mas os "partidários de Prestes" tinham alguma atuação. Segundo o testemunho de Aristeu Nogueira:

> *Quando a ditadura, com o problema da guerra, da Segunda Guerra Mundial, estava se preparando, o partido começou a fazer um movimento: procurou voluntários para se registrarem, para embarcarem para guerra e aqui em Irará eu organizei uma seção desse movimento. Conseguimos aí, parece que, se não me engana a memória, 15 recrutas, 15 recrutas que se alistaram como voluntários para a guerra.*[157]

Enquanto isso, a sociedade permanecia mobilizada, com o patrocínio do PCB e das entidades antifascistas, promovendo diversas campanhas de arrecadação de itens que seriam enviados para os campos de batalha em apoio aos pracinhas brasileiros.[158] As campanhas também serviram como um eficaz e seguro instrumento de politização da sociedade e dos trabalhadores, tendo em vista que postos de arrecadação foram instalados nas principais fábricas de Salvador, onde se constituíam "comissões de ajuda", formadas por operários, "que nos seus próprios locais de trabalho" mobilizavam-se no esforço antifascista, "levando a efeito as coletas de livros, cigarros e outros objetos úteis".[159]

Mas não só de campanhas de arrecadação e ajuda aos pracinhas viveu o movimento antifascista no país. Tendo em vista que outras tantas tarefas continuavam

---

157 Aristeu Nogueira, entrevista concedida ao autor, em Irará, 30 jun. 2002. Ainda que não seja possível averiguar a veracidade da informação do velho comunista baiano, seu testemunho é significativo, haja vista que a pequena cidade de Irará, no agreste baiano, a pouco mais de cem quilômetros de Salvador, terra de outro importante comunista, Fernando Sant'Anna, era um importante reduto de comunistas do interior da Bahia e muito provavelmente foi mobilizada para a guerra.

158 Os resultados de um mês de campanha, promovida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e pela União dos Estudantes da Bahia (UEB), teria arrecadado os seguintes itens, segundo reportagem do jornal *A Tarde*: 697 livros, 373 revistas, 1700 carteiras de cigarros e mais 300 cruzeiros, doados pela Associação dos Estudantes Secundaristas, que seriam revertidos para a compra de livros, além de 35 caixas de medicamentos, arrecadados pelas legionárias de Brotas. "Comissões nos bairros para ajudar o Corpo Expedicionário". *A Tarde*, Salvador, 7 jan. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

159 "Dois anos após o rompimento de relações com o eixo". *A Tarde*, Salvador, 25 jan. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

pendentes e que também a sociedade permanecia mobilizada em função da guerra, as manifestações voltaram a surgir com toda força no primeiro semestre de 1944.

Por ocasião do segundo aniversário de rompimento de relações do Brasil com o Eixo, no dia 28 de janeiro, anunciou-se uma série de manifestações em todo o território nacional e um "comício monstro", no Rio de Janeiro, onde falariam Oswaldo Aranha, Segadas Viana, Juarez Távora, entre outras personalidades antifascistas. Para o evento, destacava-se a importância da data para a história do Brasil e para o povo brasileiro, "uma vez que foi o primeiro ato de repercussão internacional, que o levou para a causa vitoriosa das Nações Unidas", motivo pelo qual manifestações cívicas seriam realizadas por todo o país, "reafirmando a unidade de todos os patriotas em torno do objetivo comum da participação ativa de nossa Pátria na luta de todos os povos amantes da liberdade contra o odioso imperialismo germano-fascista".[160]

Comunistas e antifascistas diversos esperavam que a formação da Força Expedicionária Brasileira, enfim, concretizasse a União Nacional de todas os setores democráticos em torno da guerra, a bem da Nação e dos povos "livres" do mundo. Em função deste propósito, envidaram todos os esforços, buscando superar as divergências em nome da unidade de todas as classes e, com este fim, desfilaram nas ruas do país com cartazes e fotos do presidente Getúlio Vargas, ao lado dos líderes das nações aliadas, Roosevelt, Churchill, Stalin e Chiang Kai-Shek. Nas palavras do professor Waldyr Duarte, que, no chamado "comício monstro", do Rio de Janeiro, falou em nome da LDN, controlada pelo PCB, ainda que o dia fosse de comemorações, isto não queria dizer que a quinta-coluna tivesse deixado de existir ou estivesse desorganizada, pois, se o povo argentino havia afastado "de sua Pátria e do solo americano a odiada máquina traiçoeira do inimigo, ainda uma vez o patriotismo e a ação da América e do povo devem estar vigilantes, devem estar alertas".[161]

Para o dirigente da LDN, o momento pedia atenção quanto aos inimigos da quinta-coluna, travestidos de patriotas e infiltrados nas hostes aliadas para iludir os antifascistas sinceros. Apesar disso, o desejo era de pacificação, tendo em vista que se fazia mister "não medir sacrifícios para um total esforço de guerra", ao que se deveriam esquecer "todas as divergências" e abandonar "as questões secundárias,

160 Na matéria do jornal *A Tarde*, em que se assinala o lançamento de uma nova campanha de arrecadação de materiais pela UEB e a LBA, consta a adesão do vespertino baiano ao espírito da luta: "O dia 28 próximo registra o segundo aniversário do rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo, após a memorável conferência dos chanceleres [...]". Ibid.

161 "Povo e governo forjam a União Nacional para a vitória". *A Tarde*, Salvador, 1 fev. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

congraçando a família brasileira e encarando patriótica e honestamente o magno problema da Força Expedicionária", situação em que "o povo e o governo" forjariam "União Nacional para a vitória".[162]

De fato, uma palavra de ordem que vinha ganhando espaço entre o movimento patriótico era o de "pacificação da família brasileira". Pretendia-se, com isso, trazer o espírito da guerra mundial – que movia as nações aliadas em luta contra a barbárie nazifascista – para o interior da nação, também atingida por fraturas antigas, que dividiam *classes e raças, povo, nação e governo*.

Imbuídos deste propósito, os estudantes da União dos Estudantes da Bahia, presidida pelo comunista Fernando Sant'Anna, dirigiram ao presidente Vargas uma mensagem em 30 de maio de 1944, referendando o apoio às realizações de guerra do governo, "concretizadas no momento em que o Corpo Expedicionário Brasileiro se preparava para combater nas frentes de luta da Europa".[163] Na mensagem, intitulada "O caminho por onde o povo brasileiro solidamente unido deverá seguir para ganhar a guerra e a paz democrática", reafirmam-se os princípios contidos nas principais consignas do movimento comunista e antifascista brasileiros. Abria-se uma nova fase nas relações com o ditador, tendo em vista que a contrapartida do apoio que os estudantes prestavam a Vargas, em nome da União Nacional e da "pacificação da família brasileira", deveria vir sob a forma de combate, *sem tréguas*, à reação no interior do país e de uma abertura democrática que garantisse as bases para a unidade da nação.

> Esta não é a primeira vez Senhor Presidente, que tornamos publica a nossa decisão de trabalhar leal e ativamente ao lado do governo de Vossa Excelência, para uma ajuda significativa do Brasil à causa das Nações Unidas, *para a real emancipação de nossa Pátria e para uma democratização mais ampla das instituições nacionais*. Sempre que o governo de V. Exa., vindo ao encontro das aspirações democráticas

---

162 "Povo e governo forjam a União Nacional para a vitória". *A Tarde*, Salvador, 1 fev. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. De acordo com João Falcão, o ato no Rio de Janeiro teria contado com a presença de 100 mil pessoas "multidão que há muito tempo não se conseguia reunir". FALCÃO, 1999, p. 226

163 Em 1944, a diretoria da UEB era formada pelos seguintes estudantes: Fernando Santana, presidente; Orlando Moscoso Barreto de Araújo, vice-presidente; Mário Alves de Souza Vieira, Secretário-Geral; Joel Muniz Ferreira, Secretário de Defesa Nacional; José Carlos Simões Mendes, 1°. Secretário; Josué Costa, 2°. Secretário; Laura Guimarães, Secretária Social; Madalena Paturi, Secretária Feminina; Rosalvo Otacilio Torres, Secretário de Intercambio; Eduardo Fernandes Costa, Secretário de Finanças; Virgilio Mota Leal, Secretário de Imprensa; Luiz Ramos Queiroz, Secretário de Assistência Médico-Odontológica; Orlando de Freitas, Secretário de Artes; Josué Pedreira de Freitas, Secretário de Cultura. "Mensagem dos estudantes baianos ao sr. Presidente da República". *A Tarde*, Salvador, 30 maio 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> do povo brasileiro, tem avançado neste sentido, nós, os estudantes e conosco, todos os cidadãos verdadeiramente patriotas, temos provado a coerência dos nossos princípios, apoiando com atitudes concretas as realizações governamentais. E agora quando já se encontra empenhada a palavra do Brasil de que enviará seus soldados para lutar contra o fascismo fora de nossas fronteiras, os estudantes baianos coerentes com o seu programa de luta antifascista julgam oportuno e inadiável definir, perante o povo e os dirigentes do país, a posição que assumem diante de um acontecimento tão decisivo para o futuro de nossa pátria. Nós, os estudantes, fomos os primeiros a reconhecer a necessidade de fazermos uma guerra ativa contra os países agressores do eixo ajudando com o nosso tributo de sangue a libertação dos povos e territórios escravizados pelo jugo hitlerista; contribuindo com a ação armada dos nossos soldados para a criação de um mundo novo, livre e democrático. Sempre fomos e continuamos a ser pelo envio do Corpo Expedicionário, no qual formarão inúmeros colegas nossos como nós, também animados pelo mesmo ideal de libertação que tem caracterizado o movimento cívico dos estudantes brasileiros em todas as fases de nossa História. Portanto, se antes já formávamos na vanguarda combatente dos que se opunham ás manobras das forças eixistas e reacionárias, que tentam impedir uma significativa contribuição do Brasil ao esforço bélico das Nações Unidas, neste momento, quando nos aprestamos para fazer uma guerra realmente ativa, nós, os estudantes, com o nosso ardor patriótico, com a nossa ação progressista, colaboraremos, até onde seja necessário, com os dirigentes da nação para que partam, com presteza e segurança, os nossos soldados expedicionários.[164]

Os estudantes da UEB prosseguiam a mensagem reafirmando o princípio de que lutavam pela "unidade democrática de todo o povo" e "pela consolidação da União Nacional", que continuaria "a ser o momento histórico de todos os países que enfrentam as forças reacionárias e obscurantistas do fascismo". Não obstante, estariam investidos do espírito de que aqueles que ficavam no Brasil deveriam garantir as condições de segurança e apoio "dentro da nação", "*para que não sejam traídos pelas correntes reacionárias fascitizantes os ideais de liberdade e democracia que animam os povos nesta guerra*".[165]

164 "Mensagem dos estudantes baianos ao sr. Presidente da República". *A Tarde*, Salvador, 30 maio 1944, grifo nosso.

165 Ibid., grifo nosso.

A UEB afirmava que os estudantes se bateriam "pela concretização de uma férrea e indestrutível frente nacional", sabendo "que uma sólida frente interna só se obtém com a mais concreta União Nacional em torno de um justo programa popular de guerra; com uma esclarecida União Nacional que parta do povo até o governo e do governo até o povo". Entretanto, assegurava:

> *Ninguém ignora que a ação da quinta-coluna nazi-integralista se dirige, neste momento, contra a consolidação desta unidade antifascista e patriótica, promovendo a sua ruptura por meio de uma desenfreada especulação que atinge vitalmente a economia popular; por meio de campanhas hostis contra os líderes mais honestos e mais amados do povo*; por meio de mentiras sobre perigo inexistentes, impedindo, deste modo, a pacificação da família brasileira, com a volta à vida normal dentro do país de líderes combatentes antifascistas que representam fortes correntes da opinião pública brasileira.[166]

Caberia, portanto, ao governo, uma ação enérgica contra a quinta-coluna que, associada aos "grupos mais reacionários da nação", procurava sabotar a União Nacional, sendo esta "[...] a maior contribuição que governantes e governados podem dar para garantir internamente a segurança dos nossos soldados expedicionários e para garantir, também, a aplicação dos princípios porque se batem as Nações Unidas", que os estudantes diziam estarem contidos na "Carta do Atlântico e nas declarações de Moscou e Teerã, para a vida nacional e internacional do Brasil".

Os estudantes concluíam reiterando a decisão de colaborarem no esforço de guerra do governo, ao mesmo tempo em que reafirmavam a confiança no presidente Vargas, entendendo que este saberia "vir ao encontro das aspirações democráticas do povo garantindo-lhe o exercício de sua soberania, conquistada dignamente nas lutas intrépidas do passado e no exercício das liberdades fundamentais a que aspiram todas as populações civilizadas do mundo". Por fim, exortavam a "pacificação da família brasileira", que lançaria as bases "de uma sólida unidade democrática nacional", da qual poderiam participar, "sem embaraços e constrangimentos, todos os patriotas antifascistas. Porque este é o único caminho por onde o povo brasileiro, solidamente unido, deverá seguir para ganhar a guerra e a paz democrática dos povos".[167]

---

166 "Mensagem dos estudantes baianos ao sr. Presidente da República". *A Tarde*, Salvador, 30 maio 1944. grifo nosso.

167 Ibid.

A posição dos estudantes baianos, fortemente influenciada pelo ideário dos comunistas que dirigiam a UEB, abria mais um flanco na luta pela transformação do país, trazendo ao primeiro plano das suas reivindicações objetivos antes apenas tacitamente admitidos, como a *democratização* do Brasil e a incorporação dos antifascistas, a maioria deles ainda encarcerados, nas fileiras da unidade democrática nacional que se formava, muito embora com a exortação inconteste da necessidade de "pacificação da família brasileira".

Enquanto, na Bahia, a juventude retomava com força a mobilização e trazia ao campo minado da política nacional reivindicações há tempos abafadas, o novo núcleo dirigente do PCB, através das páginas da revista *Continental*, criada logo após a Conferência da Mantiqueira, aconselhava prudência no encaminhamento das "justas reivindicações", tendo em vista que a atitude dos antifascistas não poderia ser confundida com a "impaciência do quinta-colunismo". Na visão dos redatores da revista pecebista, os incautos e quinta-colunistas, ao reivindicarem questões de forma *mistificada e oportunista*, criariam "dificuldades à política de União Nacional e o esforço de guerra do governo".

Segundo o texto da *Continental*, publicado também em maio de 1944, não haveria dúvida de que "a falta de discernimento sobre a situação brasileira por parte de setores que poderiam contribuir bastante para a luta unificada contra o hitlerismo, favorece e prepara o ambiente para a confusão lançada pela quinta-coluna". Portanto, a agitação deveria ser evitada ao máximo, para não dar margens às provocações. Nessa circunstância, para os dirigentes do PCB, todas as questões só poderiam ser levantadas quando se considerassem as "oportunidades do momento atual", evitando-se tratá-las no "plano abstrato", posto constituírem-se em "verdadeiras provocações políticas", o que poderia levar à "desagregação nacional e à perda do objetivo de liquidar o inimigo no mais curto prazo".[168]

Para o novo núcleo dirigente do PCB, a luta contra Hitler "e seus vassalos" continuava sendo a premissa essencial para a resolução de uma série de problemas que, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, deveriam ser considerados, evitando-se as "soluções apressadas" que poderiam levar a atitudes "golpistas" que conduziriam ao *putsch* "que no nosso caso seria um verdadeiro crime contra a pátria e a melhor maneira de servir ao inimigo".

Os novos dirigentes do PCB saídos da Mantiqueira afirmavam ainda, em completo acordo com seu líder maior, Luiz Carlos Prestes, que as tarefas do momento não diziam respeito à implantação do socialismo, como pretendiam fazer crer

168 Impaciência e quinta-colunismo, 1944 apud CARONE, 1982, v. 2, p. 19.

"alguns políticos" que, falando à imprensa sobre o pós-guerra, referiam-se ao socialismo como "única solução para os problemas que se seguirão à Vitória".

Os comunistas insistiam que, sobre o pós-guerra, o que existia de positivo seriam os "princípios de colaboração e solidariedade internacionais estabelecidos em Teerã por Churchill, Roosevelt e Stalin, que criaram para cada povo possibilidades de desenvolvimento pacífico". Com efeito, seria "escusado afirmar que essa agitação" resultava da "impaciência" e "precipitação", "quando não da intolerância" daqueles que pretendiam "resolver os problemas do país em guerra sem considerar o valor da mobilização do povo e importância da liderança do governo na União Nacional para a vitória da paz".[169]

Seria necessário, portanto, subordinar todas as questões pendentes e "inoportunamente levantadas", que apenas prejudicavam o processo de União Nacional, ao "esmagamento do inimigo e ao reforçamento da política de guerra do governo", sendo esta a condição "para aumentar a compreensão entre este e todas as camadas da população nacional". Quanto à questão da "pacificação da família brasileira, pela qual nos batemos", que incluiria a anistia "por considerá-la uma medida que virá fortalecer o governo criando uma forte corrente de opinião popular ao seu favor", tal reivindicação só poderia ser alcançada no "desenvolvimento do processo de unificação das forças nacionais, pela criação de um clima unitário e de confiança recíproca". Tal confiança, contudo, só poderia ser adquirida "através da cooperação honesta, decidida e franca entre governados e governantes para a consecução de objetivos comuns".[170]

Desta forma, para o grupo dirigente do PCB, a "prudência" passava a ser a palavra de ordem, ainda mais quando a guerra se aproximava do seu desfecho, com a esperada vitória sobre o nazifascismo e a unificação dos povos em torno da *coexistência pacífica*, que parecia ser uma realidade cada vez mais palpável.

No dia 6 de junho de 1944, tropas aliadas invadiram a França pela Normandia, abrindo, enfim, a Segunda Frente e iniciando a contraofensiva em território europeu, o que poderia levar à guerra ao final. Nas ruas do Brasil, o povo afluiu em massa "para dar expansão aos seus sentimentos", em júbilo pela tão sonhada efetivação da Segunda Frente. Sete dias depois, o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto indultando o jornalista comunista Pedro Motta Lima, que havia sido preso na fronteira brasileira ao retornar do exílio e se apresentar às autoridades para lutar contra os nazifascistas. Era o primeiro ato de anistia promulgado pela

---

169 IMPACIÊNCIA e quinta-colunismo, 1944 apud CARONE, 1982, v. 2, p. 19.

170 ibid., 1944 apud CARONE, op. cit., p. 20.

ditadura do Estado Novo que, na ótica dos pecebistas, daria um importante passo em prol da "pacificação da família brasileira".

Da Bahia, as entidades antifascistas se manifestaram parabenizando o governo e afirmando esperar que esta medida fosse "ampliada numa anistia geral a todos os presos antifascistas", para que pudessem "colaborar melhor na unidade nacional para vencer a guerra".[171] Para os comunistas brasileiros, a legalidade parecia ser apenas uma questão de se atravessar a última fronteira, colocada ainda pela guerra, para que se chegasse à União Nacional e à coexistência pacífica, desembocadouro da supostamente vitoriosa tática antifascista da conjuntura da guerra.

171 "O indulto do jornalista Mota Lima. Anistia para os antifascistas – pedem as associações baianas". *A Tarde*, Salvador, 15 jun. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

CAPÍTULO 4

A utopia possível

> O mais corrente neste mundo, neste tempo em que as cegas vamos tropeçando, é esbarrarmos, ao virar a esquina mais próxima, com homens e mulheres na maturidade da existência e da prosperidade, que, tendo sido aos dezoito anos, não só as risonhas primaveras do estilo, mas também, e talvez sobretudo, briosos revolucionários decididos a arrastar o sistema dos pais e pôr no seu lugar o paraíso, enfim, da fraternidade, se encontram agora, com firmeza pelo menos igual, repoltreados em convicções e práticas que, depois de haverem passado, para aquecer e flexibilizar os músculos, por qualquer das muitas versões do conservadorismo moderado, acabaram por desembocar no mais desembocado e reacionário egoísmo.
>
> (José Saramago, *Ensaio sobre a lucidez*)

Os estertores da guerra e o espectro do comunismo

Com a abertura da Segunda Frente, em 6 de junho de 1944, o mundo viveu a esperança de que aquele seria o último ano das ditaduras beligerantes. No Brasil,

o próprio Estado Novo, que, a partir daquele ano, deu seus primeiros e evidentes sinais de esgotamento, parecia se abrir para as alternativas democráticas, aspiração das massas no país. Paradoxalmente, tanto os comunistas quanto o governo demonstravam acreditar que a esperada transição à democracia se fizesse sob o comando do próprio presidente Vargas. O mandatário da Nação, que, ao longo de vários anos, havia flertado com o regime de Mussolini e Hitler e que tinha se tornado o maior algoz do PCB, agora discursava em nome da *unidade*, aproximando-se dos comunistas e afirmando ser a bandeira de União Nacional o seu "supremo objetivo".[1]

Da parte dos pecebistas e das massas trabalhadoras e estudantis sob o seu comando, as palavras do governante foram saudadas largamente, já que, finalmente, suas exortações se faziam ouvir pelo regime. Entretanto, enquanto o PCB e o governo pavimentavam o caminho da *União Nacional em torno de Getúlio*, nem todos os setores da sociedade esperavam que a dita redemocratização fosse conduzida pelo ditador, agora posando com ares de democrata. Tanto em função das sequelas que haviam ficado em virtude da exclusão de grupos políticos acostumados ao mando quanto pelo fato de que Getúlio Vargas vinha se aproximando, perigosamente, das classes trabalhadoras do país, exacerbando uma vertente nacional-trabalhista até então pouco conhecida em sua personalidade, foram os setores liberais os que mais radicalmente gritaram contra as *manobras* do governo e clamaram pela liberalização do regime, sem a figura do ditador e de seus novos aliados.[2]

Ao mesmo tempo em que 1944 representava para o mundo o avançar da *democracia* e a perspectiva da coexistência pacífica entre as potências que se anunciavam vitoriosas no conflito mundial, para as correntes liberais-burguesas brasileiras, que se estavam articulando em torno da oposição intransigente a Vargas, ela significaria um momento de conflitos, negociações, aproximações, afastamentos sucessivos e, por fim, de doses cada vez maiores de anticomunismo.

O primeiro semestre de 1944 trouxera de volta as grandes manifestações de massas, provisoriamente suspensas na segunda metade do ano anterior pelos motivos já aludidos. Da mesma forma, os efeitos da efetivação da legislação corporativa, vitaminada pela entrada em vigor do imposto sindical, pela criação da Justiça do Trabalho e do salário mínimo, em 1942, logo em seguida consubstanciados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, começavam a produzir os primeiros resultados e o reforço de uma estrutura sindical tutelada, embora permeada por

---

1 CORSI, 2000, p. 280.

2 Ibid., p. 272.

conflitos entre os sujeitos sociais diretamente ligados ao governo e os comunistas, apenas indiretamente aliados ao ditador.[3]

Em virtude disso, em outubro de 1943, veio a público a primeira manifestação dos setores liberais-burgueses brasileiros contra o Estado Novo. Com efeito, o Manifesto dos Mineiros significou a (re)entrada em cena da oposição liberal, recolhida durante os anos mais duros da repressão estadonovista a pequenos nichos de resistência. No documento, assinado por conhecidos intelectuais e políticos antigetulistas de Minas Gerais, clamava-se por democracia no plano interno, numa manifestação renhida e de nítida demonstração de que qualquer processo de transição não se poderia efetivar por fora e contra as forças organizadas do *demoliberalismo* brasileiro.[4]

A despeito de o fato descrito acima ser considerado por alguns autores como o acontecimento inaugurador do processo de redemocratização do país, as evidências apresentadas neste texto sugerem que coube, principalmente, às manifestações de massas, substancialmente influenciadas pelo movimento comunista brasileiro, a pressão mais efetiva para a abertura democrática que começava a se sentir a partir de 1943.

Em função dessa atmosfera supostamente liberalizante, em que a censura havia afrouxado suas amarras, vários setores da sociedade passaram a se manifestar, apontando as possibilidades transicionais e a necessidade da democracia. Sobre o assunto, o ex-comunista Carlos Lacerda, então diretor da Agência Meridional dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, chegara a comentar que o Brasil se encaminhava "indiscutivelmente" para a esquerda, pois a propaganda na imprensa já seria "francamente esquerdista". Lacerda dizia isso porque enxergava os intelectuais de orientação democrática como infiltrados, "em definitivo", em todos os jornais e revistas, de maneira que podiam "divulgar telegramas e comentários que se destinam à campanha encetada com o objetivo de irritar as massas contra o presidente Vargas". O jornalista argumentava que, "com o desenvolvimento da situação internacional e com o crescente poderio militar da Rússia, *o Brasil não poderá permanecer sob a ditadura VARGAS*". Além do mais, "com o controle da

3 SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. (Coleção Ensaio e memória, v. 27. p. 34-35).

4 CORSI, 2000, p. 254.

imprensa pelos intelectuais da esquerda", seria fácil a propaganda em favor da anistia e "para uma campanha de ordem contra o regime nazifascista do Estado Novo".[5]

O jornalista dizia ainda que Assis Chateaubriand estaria "intimamente ligado com a corrente oposicionista" e com "setores do governo interessados na constitucionalização democrática do Brasil".[6] Em que pese o fato de que Carlos Lacerda, já há algum tempo, estivesse afastado do PCB, antes que viesse a se tornar um dos maiores dirigentes da direita brasileira, era evidente que continuava a manter ligações com a intelectualidade de esquerda, muito embora parecesse ignorar – ou propositalmente omitir – que, para o setor comunista dessa esquerda, o trabalho por uma saída ao lado de Vargas parecia ser, cada vez mais, a melhor opção.

Apesar do que foi dito, e muito embora os comunistas continuassem a endereçar ao governo promessas de aliança em nome da União Nacional e para o esforço de guerra, foi justamente contra o PCB que se dirigiram as baterias do novo surto repressivo recrudescido na segunda metade de 1944. Tendo como epicentro o Distrito Federal, onde Coriolano de Góes, tradicional inimigo dos comunistas de São Paulo, assumiu a chefatura da Polícia em substituição a Nelson de Melo, vários dirigentes nacionais do PCB foram presos a partir de julho, em nome da "ordem pública" e por uma política de deliberada intimidação dos pecebistas instituída pelo novo agente da repressão na capital do país.[7]

---

5 Boletins reservados nº 97, 100 e 223, da DPS, Delegacia de Segurança Pública do Distrito Federal". Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação GVc 1944.09.28, p. 6, grifo do autor.

6 Ibid., loc. cit. Sobre o assunto, há uma ligeira confusão na abordagem de John Dulles, provavelmente ocasionada pelas sutilezas da língua portuguesa, já que o brasilianista se equivoca ao afirmar que haveria um "programa de arregimentação de comunistas" instituído pela polícia, quando, na verdade, na ótica da própria polícia, quem pretendia *arregimentar comunistas* eram justamente os membros do PCB no seu processo de reorganização. DULLES, 1985, p. 258. Quanto a isso, não restará dúvida pela leitura dos documentos citados e mais de um outro documento, de dezembro daquele ano, onde se diz que o "serviço de observação e campanha em torno dos mais destacados elementos comunistas desta Capital" constata que "a arregimentação comunista parece querer voltar ao que era antes de Julho do corrente, quando esta Delegacia procedeu a várias prisões desses elementos". "Relação, da Polícia Civil do Distrito Federal, de elementos comunistas presos em 22.12.44 e seus respectivos antecedentes". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.12.23/1, p. 2.

7 Segundo John Dulles, Coriolano de Góes havia sido Secretário de Segurança Pública de São Paulo, tendo sido, muitas vezes, responsabilizado pela chacina de estudantes e outras pessoas naquela cidade, "durante uma manifestação contra o governo em novembro de 1943". A este propósito, Dulles cita o jornalista José Soares Maciel Filho, que teria escrito a Benjamin Vargas, irmão de Getúlio, dizendo que aquela nomeação caíra como uma "bomba", tendo causado "pânico entre os esquerdistas". DULLES, 1985, p. 258

Durante a vigência desta política, foram detidos, ao longo do mês de julho, Maurício Grabois, Roberto Morena, Amarílio Vasconcelos, Iguatemy Ramos, entre outros pecebistas importantes. Na bizarra lógica da polícia política, os comunistas haviam sido presos tanto em função da iniciativa de manutenção da ordem pública, levada a cabo na primeira quinzena daquele mês, quando foram detidos e prestaram depoimentos e foram liberados alguns dias depois, quanto por terem assistido a uma conferência proferida pelo "deputado esquerdista" chileno, Salvador Ocampo, na sede da LDN, no dia 25 de julho de 1944. Na ocasião, a assistência comunista teria aplaudido "entusiasticamente os conceitos esquerdistas ditos por aquele extremista chileno", motivo pelo qual foram detidos.[8] Após as prisões, todos os comunistas foram novamente libertados poucos dias depois.

Ainda em função dessa nova vaga repressiva, no mês de agosto, o jornal *Correio da Manhã*, de orientação liberal, foi fechado "por haver comentado desfavoravelmente a nomeação de Coriolano de Góes" como chefe de polícia da capital do país. No episódio, também foram suspensas as revistas *Ilustração*, editada em São Paulo por Paulo Zingg, e *Diretrizes*, o conhecido periódico de Samuel Wainer, publicado no Rio de Janeiro desde fins de 1938.[9]

Foi, entretanto, no episódio do fechamento da SAA, em agosto de 1944, que a mão pesada da repressão mais se fez sentir, ocasionando uma séria crise política no governo de Getúlio. Isto porque se tratava da entidade antifascista mais prestigiada do país e com representações em diversos estados. Dirigida pelo general Manuel Rabelo, que, no ano anterior, se envolvera no entrevero com o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, em função da entrevista concedida a Jacob Gorender, da *Seiva*, a SAA foi fechada por decisão do governo numa atitude que surpreendeu o general antifascista, quando este se preparava para empossar o ministro Oswaldo Aranha como vice-presidente da entidade.

---

8 Com exceção de Iguatemy Ramos, preso em julho por "arregimentação comunista" e depois em setembro, "por medida de ordem e segurança pública", todos os outros pecebistas foram citados como participantes da conferência de Salvador Ocampo, da qual teriam assistido e "aplaudido com entusiasmo". Eram eles: José Medina Filho, Franklin Spencer Sobral, Marchand Bittencourt e Armando Rodrigues Coutinho. "Relação, da Polícia Civil do Distrito Federal, de elementos comunistas presos em 22.12.44 e seus respectivos antecedentes". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.12.23/1, p. 18-23.

9 DULLES, op. cit., p. 258-259. Segundo Rodolfo Ghioldi, a supressão dos periódicos antifascistas *Ilustração* e *Diretrizes*, e a publicação, pelo governo brasileiro, da revista *Brasil-Portugal*, que era claramente inspirada no ditador português Antonio Oliveira Salazar, representava um sinal de perigo para os comunistas brasileiros. "Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos da América e à demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17, p. 61.

A cerimônia, marcada para ocorrer na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, foi suspensa em virtude da ocupação do prédio pela polícia. Informado do apoio de Getúlio à ação da repressão, o próprio Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, se demitiu do governo, enviando ao presidente Vargas uma carta simples e direta, em que afirmava, entre outras coisas, ter tido "a fortuna de dirigir, com acerto, a chancelaria brasileira na época mais incerta e tormentosa da vida de todos os povos".[10]

Alguns dias depois, ainda aguardando a consumação da sua demissão por Vargas, Oswaldo Aranha, em correspondência dirigida a Góes Monteiro, dá conta do plano ardiloso que havia sido montado, em conjunto pelo ministro Dutra, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, por Coriolano de Góes e pelo próprio presidente Vargas. Segundo a ótica do diplomata, Getúlio o teria levado a se demitir em função de que Aranha havia aceitado tomar posse numa entidade que já estaria fechada, sem lhe comunicar o fato.[11] De acordo, ainda, com Oswaldo Aranha, ele teria notado, "com amargura íntima", que Getúlio era o autor "ou queria assumir a responsabilidade por esse desacato ao seu amigo e ao seu ministro", depois de uma palestra que havia tido com o presidente, em que Vargas teria lhe dado "indicações de sua conivência com essa desnecessária estupidez".

Para o ministro, o fato tinha se tornado público, e a sua demissão havia sido considerada como lavrada "em plena rua, por decreto policial e publicada como se publicavam outrora os éditos de excomunhão popular": "Tratava-se de uma ação deliberada e premeditada, em todos os seus lances", situação em que ele teria sido "vítima de um 'Pearl Harbour Policial'!", um "golpe japonês, com todos os agravantes de surpresa e traição dos métodos nipônicos [...] um truque de alto estilo no jiu jitsu da Política do Estado Novo". De acordo com o chefe da diplomacia brasileira, sua demissão acontecia no momento em que diminuíam as necessidades dos seus serviços em função da proximidade "da vitória das armas aliadas".[12]

---

10 "Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos da América e à demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17, p. 3. Na ocasião, o major Roberto Carneiro de Mendonça, membro do Conselho Deliberativo da SAA e Diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, também pediu sua demissão do governo, endereçando uma carta a Vargas em que dizia que o fechamento da entidade tinha produzido "uma situação desagradável" para o presidente. Ibid., p. 4.

11 Ibid., p. 13.

12 Ao que concluía Oswaldo Aranha: "À proporção que se consolidava no conceito de nossos aliados a minha autoridade e eram consequentemente abertas maiores possibilidades ao nosso país, graças à sua política exterior, cresciam os óbices, as reservas e as dificuldades internas". Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos da América e à demissão de

Obviamente, a demissão de um ministro de Estado ligado aos setores tidos como progressistas no plano internacional, ainda mais no curso de um conflito bélico mundial, não poderia significar um bom sinal para a oposição *demoliberal* e para os comunistas, tanto no Brasil quanto no exterior. Para alguns autores, a demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores de Vargas fora uma demonstração clara da virada nacionalista do governante. Getúlio pretenderia, com a atitude, minorar a influência do setor *americanófilo* no Brasil, protegendo a indústria brasileira da imensa superioridade da congênere estadunidense.[13]

De fato, Oswaldo Aranha continuava sendo um dos principais articuladores da campanha pró-estadunidense no interior do governo brasileiro, e sua popularidade crescia e assustava os seus adversários, uma vez que estes o viam como um potencial candidato à sucessão de Vargas e, também, em que era considerado um dos mais destacados antifascistas do país.

A respeito da influência americana no governo, é bastante elucidativa a carta dirigida a Oswaldo Aranha pelo secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull. Na missiva, o membro do governo convidava o ex-ministro a visitar Washington, onde o presidente Roosevelt "estimaria ter uma longa palestra" com o diplomata brasileiro. Dizia ainda o secretário estadunidense:

> Estive pensando ultimamente no conceito fundamental que o senhor estabeleceu tão clara e vigorosamente em sua carta recente a mim, de que é da maior necessidade que o seu país e o meu continuem no após guerra a cooperação extraordinariamente estreita e produtiva que caracterizou as nossas relações durante a guerra. Tal proposta é de conveniência evidente. O Presidente e eu aceitamo-la sem reservas.[14]

Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17, p. 13.

13 CORSI, 2000, p. 272. Para este autor, a partir deste período "os discursos de Vargas pareciam carregados de um nacionalismo mais vivo, cujos temas principais eram o desenvolvimento como base da independência nacional, a posição do Brasil no cenário internacional e a política trabalhista". Ibid., loc. cit.

14 Segundo matéria veiculada no jornal americano *New York Tribune*, traduzida e juntada à documentação do CPDOC, teria sido a "bem intencionada" carta do diplomata norte-americano, e o convite do presidente Roosevelt, o real motivo da queda de Aranha do ministério, já que "Vargas e seu conselheiro reacionário viram na visita de Aranha um perigo de acordos politicamente liberais de após-guerra, assim como uma oportunidade para Aranha aumentar o seu prestígio pessoal, como um possível candidato presidencial brasileiro". Observe, entretanto, que o convite do secretário americano data de 17 de agosto, enquanto o pedido de demissão do diplomata brasileiro tinha sido feito no dia 11, logo em seguida ao fechamento da SAA, o que impossibilita essa versão. "Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos

Oswaldo Aranha, em resposta ao convite do secretário de Estado da potência do Norte, cita a impossibilidade de seguir para os Estados Unidos, considerando que se encontrava demissionário do governo brasileiro e acrescenta, com amargura: "se estivesse vencendo a Alemanha, eu já teria sido fuzilado, mas pela frente; como está sendo derrotada, eu fui apunhalado, mas pelas costas".

A saída de Aranha do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ganhou ares de crise política no Governo Vargas, culminando na ameaça de demissão de Góes Monteiro, que vinha se aproximado de Oswaldo Aranha, muito embora continuasse aliado de Eurico Dutra. Com sua costumeira habilidade, Getúlio procurou contornar a crise ministerial, endereçando uma carta ao general Góes Monteiro, datada de 24 de agosto de 1944, tentando dissuadi-lo da demissão. No texto, Vargas minimizava o ocorrido, reconhecendo os serviços prestados por Oswaldo Aranha a quem, no final das contas, imputava a responsabilidade pelo desligamento do governo, asseverando que a SAA estava mesmo proibida de funcionar "desde o tempo do Coronel Nelson de Melo na chefia da Polícia". Segundo o presidente, "[a]pesar de saber disso e das intervenções amigas", Aranha não teria aceitado "desculpas ou satisfações", persistindo na postura. "Saiu, porém, sem quebra de nossa amizade e com o compromisso de voltar a servir o meu governo, noutra emergência, quando fosse necessário".[15]

A repercussão da atitude contra o diplomata brasileiro se arrastou por meses, sendo destaque na imprensa do continente, ao sul e ao norte do Rio Grande.[16] Entre os membros do movimento antifascista no Brasil, contudo, vigorou o silêncio. Segundo

---

da América e à demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17, p. 11-14, 67.

15 Ibid., p. 49.

16 Entre os jornais que repercutiram o ocorrido, e que constam no material reunido nos arquivos do CPDOC da FGV, está o *El Panamá-America. Diário Independiente*, que no dia 25 [?] de agosto de 1944, estampou a notícia: "La Renuncia Del Canciller Aranha débese a rivalidades de política". No chamado à matéria, dizia: "Los militares quisieron acabar com su posible candidatura presidencial". A norte-americana *Time*, dita pelo embaixador do Brasil no Panamá, Paulo H[?] como "uma das mais desmoralizadas dos Estados Unidos" afirmava que a imprensa havia sido suprimida no país, atacada pela ditadura. Em virtude da preocupação do governo brasileiro com as repercussões do fato, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil dirigiu a Embaixada Brasileira em Washington um comunicado em que dizia, entre outras coisas: "Os correspondentes das agencias telegráficas e jornais americanos na Argentina estão explorando a demissão do Ministro Oswaldo Aranha no sentido de apresentar o fato como indicativo de uma mudança da nossa atitude em relação àquele país. Vão ao ponto de enxergar nisso a possibilidade de reconhecimento de seu Governo pelo nosso e de uma aproximação entre os dois países. Estamos informados de que essa campanha tem causado certa impressão no público americano. Conviria que Vossa Excelência aproveitasse a primeira oportunidade para desfazer essa impressão, fazendo uma declaração pública sob a forma que julgar mais conveniente sobre a nossa inteira

João Falcão, isto se deveu tanto a ação da censura, quanto ao fato de que imperava no âmbito do movimento patriótico a "linha política de união nacional", que levava os antifascistas a se manter em torno do governo, o que consideravam como condição "fundamental para a vitória sobre o Eixo e a atuação da FEB na Itália".[17]

Diante dos acontecimentos, a UNE veio a público manifestar solidariedade ao demissionário e ao presidente da SAA, o general Manuel Rabelo, ao mesmo tempo em que declarou repulsa ao fechamento da entidade antifascista e apreensão ante as atitudes do chefe de polícia do Distrito Federal, Coriolano de Góes, sobre o qual, dizia, pesaria toda a responsabilidade pelo ocorrido.[18]

Foi o comunista argentino Rodolfo Ghioldi, entretanto, quem fez o alerta mais efusivo quanto às forças do anticomunismo que se articulavam no interior do governo brasileiro. De Montevidéu, onde se encontrava, Ghioldi diz que a renúncia de Oswaldo Aranha não podia ser um bom sinal para os antifascistas e comunistas brasileiros:

> Esta renuncia no esta aislada de otros recientes acontecimientos políticos que han contribuido a desfavorables resultados de la vieja contradicción entre la política externa progresista del Brasil y su reaccionaria política interna. El merito del régimen del Presidente Getúlio Vargas era su posición firme asumida contra Hitler, haciendo del la piedra angular de la defensa de Sud América. Pero debido a la naturaleza de la política de Vargas, la quintacoluna y los 'integralistas', lograran 'adaptarse' a las nuevas condiciones, dificultando el esfuerzo de guerra, la unidad nacional, la economía y la movilización. Las fuerzas reaccionarias militares e civiles recientemente aceleraran sus actividades, afin de paralizar el creciente movimiento democrático del pueblo.

Para o comunista argentino, as forças reacionárias do Brasil estavam se movimentando e denunciando "a iminente ameaça comunista contra a família brasileira", ao que concluía: "Aparentemente, a iminência da derrota de Hitler estimulou

solidariedade com os Estados Unidos da América e a quase totalidade das Nações americanas, na sua política de guerra e defesa do Continente". Ibid., p. 46-56

17 FALCÃO, 1999, p. 243.

18 "Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos da América e à demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17, p. 63. O manifesto da UNE também é citado em FALCÃO, op. cit., p. 243-244.

aos reacionários interessados em construir um regime antidemocrático, talvez até de tipo militar".[19]

Apesar dos alertas de Ghioldi, os pecebistas pareceram não entender o sinal de perigo e a articulação das forças anticomunistas no interior do governo, tanto que dirigiram poucos reclames diante da repressão desencadeada no DF, no episódio do fechamento da SAA e da demissão de Oswaldo Aranha do governo, optando por não criar atritos com Vargas em nome da unidade nacional. Em virtude disto, os "partidários de Prestes" se somaram ao grande movimento que, no dia 22 de agosto de 1944, comemorou por todo o país o segundo aniversário da entrada do Brasil na guerra. "Era mais um motivo de alegria patriótica para os brasileiros reafirmarem suas convicções antifascistas e sua confiança na vitória final".[20]

Da Bahia, em setembro, lançava-se a Campanha de Ajuda Permanente ao Corpo Expedicionário, através de um grande comício, onde falariam os comunistas Jorge Amado, Manuel Caetano Filho e Milton Tavares, além do professor de Direito e ex-presidente da UEB, Orlando Gomes, da estudante de Filosofia Maria Tétis Nunes e da operária Idelfíades Santos Silva.[21] Muito embora a situação no país sugerisse cautela, os oradores reafirmaram sua fé na vitória, com Milton Tavares procurando demonstrar "os motivos da ida dos nossos soldados ao campo de luta para vingar os assassinatos praticados contra membros da família brasileira". De sua parte, Jorge Amado optou por um tom mais cauteloso, ao alertar o povo contra os fascistas "camuflados", que procurariam, no pós-guerra, "manter na face da terra o regime da intolerância sob a capa de democracia dirigida e outras modalidades do totalitarismo".

Foi, todavia, o professor Orlando Gomes, da Faculdade de Direito, quem vaticinou que "o fim da guerra será o fim dos tiranos", em clara mensagem ao ditador brasileiro e em demonstração de que as forças nacionais do antifascismo não

---

19 "Documentos relativos ao fechamento da Sociedade Amigos da América e à demissão de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.08.17", p. 61-62, tradução nossa. Original: "la inminente amenaza comunista contra la familia brasileña", "Aparentemente, la inminencia de la derrota de Hitler estimuló a los reaccionarios interesados en lograr un régimen anti-democrático, quizás de tipo militar".

20 FALCÃO, 1999, p. 245.

21 "Homenagem ao expedicionário". *A Tarde*, 22 de setembro de 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Entre os pecebistas que falariam na ocasião, Jorge Amado o faria como escritor, Manuel Caetano Filho como membro da Legião dos Médicos para a Vitória e Milton Tavares como acadêmico da Faculdade de Direito.

estavam completamente unificadas em relação à postura que tomariam diante do governo, apesar da *frente* estabelecida no plano da luta.[22]

Mas quem eram os antifascistas brasileiros em 1944? Quais eram os setores da oposição ao Estado Novo no Brasil que, no ano anterior, sob a capa do *demoliberalismo*, começaram a se manifestar mais efetivamente pela "democracia"? Como se configuram as forças políticas no país nos estertores da guerra? Qual a posição ocupada pelos comunistas em relação ao governo Vargas e à *democracia*?

Em primeiro lugar, convém reafirmar que, muito embora se aproximando cada vez mais do governo de Getúlio Vargas e atenuando a crítica ao Estado Novo, o PCB continuou a ser uma força autônoma, crítica do regime autoritário e reivindicadora da democracia. Por seu turno, setores do interior do próprio governo vinham dando claros sinais de descontentamento em virtude da aproximação do ditador com as classes trabalhadoras brasileiras, para quem Vargas passava a dirigir, cada vez mais, seus discursos.

Para os governistas, a aproximação de Getúlio com as massas trabalhadoras significava, também, uma aproximação com os comunistas e a perspectiva de manutenção do autoritarismo de "sinal trocado", motivo pelo qual começaram a se movimentar por uma solução política sem Vargas, sendo este, num primeiro momento, o objetivo do Manifesto ao Povo Mineiro, lançado em outubro de 1943. O documento, que ficou conhecido na história como Manifesto dos Mineiros, trazia 92 signatários dos setores liberais de Minas Gerais e pretendia ser um documento pela democracia, sem ser confundido com "subversão".

Tendo se convertido num importante polo de articulação do *demoliberalismo* no país que confluiria, em 1945, para a formação da União Democrática Nacional (UDN), o Manifesto dos Mineiros reconhecia os progressos do Brasil desde 1930 e assegurava a importância de se seguir "unidos e coesos, sem medir sacrifícios e sem quebra ou interrupção da solidariedade já manifestada", no esforço pela vitória do Brasil na guerra. Contudo, afirmava o documento: "Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam".[23] Segundo Francisco Weffort, o Manifesto dos Mineiros "era de certo modo uma resposta liberal às

---

22 "Apoio popular ao corpo expedicionário". *A Tarde*, 25 de setembro de 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

23 "Manifesto ao Povo Mineiro, de Adauto Lúcio Cardoso & outros". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1943.10.23, p. 1-3.

tendências que de dentro do governo pretendiam dar forma institucional ao regime autoritário então vigente".[24]

As tentativas de uma solução política com Vargas vinham se configurando desde 1943. Entretanto, ela só aparecerá como uma alternativa real e viável em 1945, ao menos para os setores que a propugnavam, isto quando o ditador se vê abandonado pelos seus principais aliados que, mesmo do interior do seu governo, terminaram por articular a sua deposição com a exclusão definitiva dos comunistas da grande política brasileira. Em função disto, Vargas opta por lançar uma ponte em direção aos trabalhadores e às massas urbanas através de uma aliança com o PCB.[25]

Para os comunistas, no entanto, a aproximação com o ditador, dentro do espírito da União Nacional, há muito esperada, só seria plenamente realizável sob determinadas condições, o que implicaria, entre outras coisas, a decretação da anistia para os presos políticos, a realização de eleições livres e o reconhecimento da União Soviética.[26] Talvez não tenha sido por outro motivo que Prestes tenha dito, ciente do potencial de barganha alcançado pelo movimento de massas naqueles anos e enquanto analisava a situação do Brasil e defendia as tarefas da revolução democrático-burguesa para o Brasil:

> Agora, depois de tantos anos de reação, os anseios democráticos do povo renascem com novo vigor e, isto, paralelamente com a crise econômica que se agrava dia a dia, já teria levado a movimentos contra o governo, se não fosse o forte sentimento patriótico do nosso povo e de seus líderes mais queridos a par da clareza com que foi compreendida a necessidade de apoiar o governo para ajudar os povos das Nações Unidas a esmagar

---

24 WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 67-105, abr./maio/jun. 1973.

25 SPINDEL, 1980, p. 50. Segundo este autor, "a posição dos que pretendem ver nesta aliança uma marcha à esquerda por parte do ditador à medida que aumentam seus problemas entre as agremiações conservadoras, parece-me bastante simplista, além de insustentável frente às evidências históricas; mais correta há de ser a sua compreensão enquanto forma de incrementar a ligação de Vargas com os escalões mais baixos da sociedade na tentativa de preencher o vazio em suas bases de sustentação que vinha crescendo com o afastamento das hostes conservadoras de sua órbita". Ibid., loc. cit.

26 Em matéria publicada no jornal *A Tarde* no final de outubro, destaca-se o pedido do acadêmico baiano Joel de Souza Muniz Ferreira, ao governo, feita em uma sessão plenária do VI Conselho de Estudantes da Bahia. O comunista baiano defendia a anistia ampla para os presos e exilados antifascistas. Além disso, a matéria faz menção a uma mensagem dirigida ao presidente Vargas, na qual os estudantes baianos pedem ao chefe da nação o reconhecimento do governo da União Soviética. "Anistia ampla para os presos e exilados antifascistas", *A Tarde*, 31 out. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

o nazismo. Quer dizer que a guerra contra o nazismo tem sido o melhor escudo do governo contra todos aqueles que o desejam derrubar.[27]

Nas palavras do líder comunista, o movimento patriótico era o escudo para o ditador e, enquanto durasse a guerra, ele poderia dispor desse aparato em benefício do regime. Todavia, prosseguia Prestes, "nada poderá ser mais desastroso para o país do que chegarmos à vitória sobre o nazismo sem que previamente se tenham dado modificações substanciais no regime de opressão em que ainda nos encontramos". De acordo com o Cavaleiro da Esperança, derrotado o nazismo, caso se mantivesse o regime de opressão no Brasil, o "caos seria inevitável e as insurreições mais desastradas e perigosas se sucederão ameaçando a própria soberania nacional". De outra forma, "se a democracia for restabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país".[28]

Na segunda metade de 1944, a vitória dos aliados já era dada como certa. Desse modo, sem que se esteja afirmando que a posição de Getúlio tenha relação imediata com o que foi dito por Prestes – pelas defecções no interior do seu governo ou pelo Manifesto dos Mineiros, antes pela conjugação de todas estas pressões e da iminência do fim da guerra, no que se refere ao problema da sua sucessão, nas comemorações do Dia da Independência, em setembro –, o habilidoso Vargas pronunciou um discurso prometendo o restabelecimento da normalidade democrática e a realização de eleições para após o fim da guerra, circunstância em que a Nação se encontraria no ponto mais alto de sua existência política.[29]

Entretanto, entre outubro e dezembro daquele ano, o que se viu, mais uma vez, foi o avanço da sanha repressiva do Estado Novo e do sentimento anticomunista que se exacerbava entre os setores do governo que se encontravam incrustados no aparelho repressivo. Estes infiltraram agentes policiais para registrar a presença de pecebistas em reuniões públicas suspeitas, como uma palestra do padre francês, "dotado dum verbo fácil", Joseph-Vincent Ducatillon, no Distrito Federal, e

---

27 PRESTES, Luís Carlos. "A situação no Brasil e no mundo", 23 maio 1944 apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 21-22, grifo nosso. Diz, ainda, o Cavaleiro da Esperança: "Depois da terrível e longa noite fascista e de tantos anos de guerra, de dor e de miséria, os povos querem paz e ao proletariado mais adiantado e consciente, aos comunistas numa palavra, o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular". Ibid., p. 22

28 Ibid., p. 21.

29 GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *A bancada do PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 35.

executaram a prisão de 16 membros da SAA, considerados como ameaças à ordem pública, no episódio que ficou conhecido como "caso R".[30]

Em dezembro, a polícia política efetuaria, ainda, a prisão de 18 indivíduos, 13 deles classificados como comunistas e "inimigos do regime", acusados da elaboração e distribuição de "boletins subversivos", entre os quais, Maurício Grabois, Roberto Morena, Amarílio Vasconcelos, Iguatemy Ramos, Antonio Rollemberg, entre outros,[31] praticamente os mesmos que haviam sido presos em julho de 1944.

---

30 No material apreendido pela polícia em outubro de 1944, havia um texto-manifesto em que Vargas era tratado como "ditador", o regime como "fascista" e as eleições anunciadas por Getúlio como uma farsa apenas para "complementar as instituições fascistas e corporativas do Estado Novo". O texto terminava com uma exortação: "O *R* é o símbolo da *resistência democrática* à camarilha estadonovista. Escreva-o sempre: onde, quando e como puder". O caso, ao que parece, permanece obscuro, pois a linguagem não era condizente com a dos comunistas nem com os membros da SAA. "Documentos sobre o caso 'R', contendo a lista de presos com indicação daqueles que pertenciam à Sociedade Amigos da América...". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.10.03, p. 4, grifo do autor. Quanto às observações registradas pela polícia na palestra do frei francês, ver: "Relação, da Polícia Civil do Distrito Federal, de elementos comunistas presos em 22.12.44 e seus respectivos antecedentes". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.12.23/1, p. 4. Em artigo publicado no jornal *A Tarde*, em outubro, o padre Joseph Ducatillon expunha algumas observações relativas ao comunismo, "recolhidas de suas viagens". Dizendo que o "pânico" do comunismo era para ser tratado por psiquiatras e dando "vivas ao povo Russo" pelo "heroísmo" demonstrado nas vitórias sobre a Alemanha, o religioso francês concluía: "Se é certo que o comunismo é um perigo, o conservadorismo inerte não deixa de ser outro, e, longe de ser eficaz contra o comunismo, outra coisa não faz do que lhe dar força. Se é certo que o comunismo é falso, não se poderá triunfar sobre ele senão por meio da verdade, isto é, apresentado melhor do que ele e resolvendo melhor do que ele o problema do mundo atual. Só então, é que se terá colocado em seus verdadeiros termos o problema das relações com o comunismo. Mas tudo isso é sem dúvida mais difícil e mais complexo do que se deixar tomar pelo pânico" (Joseph Vicente Ducattillon. "O comunismo, a Igreja Católica e o problema da liberdade". *A Tarde*, Salvador, 1 out. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*).

31 Os outros comunistas presos foram os seguintes: Antonio Luciano Bacelar Couto, Olympio Fernandes Melo, Tulim Furtado de Azevedo Marques, David Medeiros Filho, Júlio Shuquiel, de Medeiros, Cícero Carneiro Neiva, Raul Pedroso e Armando Rodrigues Coutinho. Das declarações dos detidos, dizia o documento da polícia política, "pode-se verificar que esses indivíduos, embora uns afirmem e outros neguem, não abjuraram a sua ideologia, e, se ora tergiversando, ora fazendo profissão de fé comunista, revelam, à evidência, certo retraimento nas suas atividades, o fazem temerosos da vigilância policial; daí a contradição entre alguns depoimentos, conquanto ressalte o recurso de que usam, invocando o pretenso apoio moral à ação governamental" ("Relação, da Polícia Civil do Distrito Federal, de elementos comunistas presos em 22.12.44 e seus respectivos antecedentes". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1944.12.23/1, p. 1).

Anistia sem ressentimentos

Apesar das prisões dos comunistas e de toda a repressão desencadeada no Distrito Federal a partir de julho de 1944, a confiança do PCB e do movimento patriótico e antifascista no avanço da democracia no país não se abalou. Também não foi prejudicada a luta pelo estreitamento das relações com o ditador, em nome da União Nacional. Antes, pelo contrário, conforme iam pressentindo a iminência da vitória dos Aliados na guerra, os pecebistas procuravam avançar nas reivindicações perante o Estado Novo, ao mesmo tempo em que buscavam estreitar os laços com Vargas, especialmente quando este sinalizava para as massas prometendo eleições livres e o restabelecimento da "normalidade democrática" para o fim da guerra.

O deslocamento dos comunistas no espectro político, ao se aproximarem do seu antigo inimigo, tinha também a contrapartida do novo posicionamento de Getúlio. No entender de alguns autores, o ditador também caminhava para a esquerda, aproximando-se da classe trabalhadora e se afastando dos elementos mais reacionários do seu governo, muito embora a repressão continuasse a atuar pontualmente em algumas situações, como foi o caso da capital do país sob a chefatura do truculento Coriolano de Góes.[32]

Foi em função dessa visível política de aproximação entre o que se supunha os dois extremos, o Estado Novo e o PCB, que os estudantes baianos da UEB, francamente influenciados pelos comunistas, manifestaram-se, em novembro de 1944, por meio de uma "Declaração de Princípios", em que afirmavam que a participação na guerra contra o fascismo visava a "libertação e independência de nossa Pátria", o que entendiam ser uma "garantia para o nosso povo do respeito à sua soberania e autodeterminação".

Na consecução destes objetivos, os estudantes advogavam um programa que implicasse a "mais ampla e efetiva União Nacional de todos os brasileiros patriotas, tanto na guerra como na paz"; na luta "pelo fiel cumprimento da Carta do Atlântico

---

32 Para Leandro Konder "[d]esde 1944, sentindo-se abandonado por setores importantes das classes conservadoras, Vargas procurou mobilizar mais resolutamente do que antes os trabalhadores [...]. As manobras políticas de Vargas, visando manter a direção do processo que conduzia à inevitável liquidação do Estado Novo, criaram condições propícias para uma aproximação, nas bases, entre os militantes do PCB e os getulistas". KONDER, 1980, p. 51-52. José Antonio Segatto compartilha da interpretação de Konder, mas atribui ao PCB e ao conjunto das oposições um papel mais ativo na conjuntura: "A evolução política que se processava no interior do governo de Getúlio Vargas facilitava e fortalecia a posição e a ação políticas do PCB. Evolução esta que se processou em função do avanço das forças de oposição, que iam ganhando cada vez mais força, obrigando o governo Vargas a fazer concessões". SEGATTO, 1989, p. 57

e dos pactos das Nações Unidas, realizados em Moscou, Teerã e Dumbarton Oaks"; no "reconhecimento da União Soviética"; e na "concessão de uma ampla anistia aos patriotas brasileiros presos ou exilados" em consequência das lutas políticas pretéritas, "para que se torne, ainda, mais efetiva e indestrutível a União Nacional em nossa pátria".

Para os estudantes baianos, que diziam aplaudir "as promessas feitas pelo chefe da nação" quando este havia falado em "eleições amplas e democráticas", seria necessário que se assegurasse "um clima de democracia" que resultasse "num governo de União Nacional, que represente, pelo menos, a vontade soberana da maioria do nosso povo". Por isso, advogavam que as eleições fossem "realizadas livremente, na base do sufrágio universal, como voto direto, igual e secreto".[33]

Em inícios de 1945, a campanha pela anistia e pela realização de eleições livres no país ganhou força e impulso. Primeiro, com o posicionamento favorável dos generais Góes Monteiro e Eurico Dutra, que teriam entendido "o clima propício às mudanças". Depois, com o compromisso público dos intelectuais, que, reunidos no I Congresso Brasileiro de Escritores, se assumiram como porta-vozes "das aspirações do povo brasileiro" na sua luta por democracia.[34] Na Declaração de Princípios do Congresso, do qual participavam comunistas conhecidos como Jorge Amado, Caio Prado Júnior, entre outros menos célebres, os escritores brasileiros advogavam soluções para a redemocratização do país, apresentando as seguintes questões:[35]

> 1) a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão de pensamento [...]; 2) o sistema de governo eleito pelo povo, mediante sufrágio universal, direto e secreto; 3) só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos livres.[36]

---

33 "Estudantes baianos". *A Tarde*, Salvador, 18 nov. 1944. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

34 Segundo Arnaldo Spindel, a pressão dos generais era no sentido de dar um fim ao Estado Novo, não de maneira imediata, mas permitindo um processo de redemocratização gradativo e irreversível. SPINDEL, 1980, p. 46

35 Entre os 27 nomes que compunham a delegação baiana ao I Congresso Brasileiro de Escritores, pelos menos sete eram de conhecidos comunistas ou de intelectuais que estavam muito próximos do partido de Prestes: Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Almir Mattos, Aydano do Couto Ferraz, Edison Carneiro, Jacinta Passos e James Amado. FALCÃO, 2000, p. 201

36 "1º Congresso Brasileiro de Escritores. Declaração de Princípios...". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.01.26, p. 1.

Entre fevereiro e março, declarações a favor da anistia feitas à imprensa pelo comandante Augusto Amaral Peixoto Júnior – irmão do interventor do Rio de Janeiro, Ernani Peixoto –, por Cunha Melo – presidente da LDN – e pelo conhecido advogado Sobral Pinto, que dizia que os católicos "já não consideram os comunistas como bandidos", reforçaram ainda mais o movimento pela libertação dos presos políticos, principalmente de Luiz Carlos Prestes, de quem se dizia, continuava a sofrer as maiores "torturas físicas e morais" devido à incomunicabilidade prisional.[37]

Àquela altura, o movimento pró-democracia parecia exercer uma tremenda pressão sobre o ditador. Dessa maneira, em 28 de fevereiro, numa cartada decisiva, Getúlio editou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo o prazo de 90 dias para a marcação de eleições para os executivos, federal e estaduais, e os legislativos de todo o país.[38]

Ainda durante esse período, depois da passagem, pelo Brasil, do novo secretário de Estado norte-americano, Edward Stettinius Júnior, que havia palestrado com Vargas, o governo brasileiro inicia negociações para o reconhecimento diplomático da União Soviética, o que viria a ser concretizado em abril. Não obstante, em entrevista coletiva realizada no mês anterior, Getúlio teria dito à imprensa que o Brasil não havia interrompido suas relações com a Rússia, mas que elas haviam apenas se "extinguido" em 1917.[39]

---

37 As matérias referentes a tais declarações podem ser encontradas nas edições de *A Tarde* dos dias 27 de fevereiro e 2 de março de 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo matéria veiculada no jornal *A Tarde* em 7 de março de 1945, a imprensa estaria noticiando que Orlando Leite Ribeiro, amigo particular de Vargas, teria estado na penitenciária com Prestes oferecendo-lhe o indulto, "em troca do seu apoio ao governo". Segundo o noticioso, "[o] chefe revolucionário repeliu a proposta, afirmando que não se interessa pela sua pessoa e sim pela democratização do Brasil". "Luiz Carlos Prestes repeliu o indulto oferecido". *A Tarde*, Salvador, 7 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

38 Cf. SEGATTO, 1989, 57. Ainda em janeiro, entretanto, Vargas havia encomendado a assessores um estudo detalhado sobre as alterações que deveriam ser realizadas na Constituição de 1937, para o restabelecimento das eleições. "Estudos sobre providências a serem tomadas visando preparar a Nação para modificações constitucionais e realização de eleições". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.00.00/3.

39 Dizia o ditador: "A Rússia merece hoje a nossa admiração pela maneira como resistiu e esmagou a invasão nazista". "O presidente e as relações com a Rússia". *A Tarde*, Salvador, 3 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo Arnaldo Spindel, o único ponto da pauta da reunião de Stettinius Jr. com Vargas era o restabelecimento das relações entre o Brasil e a URSS, "ponto este que interessava sobremaneira aos Estados Unidos, pois constituía pré-requisito russo à presença brasileira na Conferência de São Francisco. Implicando a participação nessa conferência em um voto indispensável aos norte-americanos". SPINDEL, 1980, p. 47

Em todo caso, o movimento antifascista não deixou de se pronunciar sobre o que pensava da *democracia* que se anunciava com a realização das eleições para breve, mas ainda sem anistia. Da Bahia, foram mais uma vez os estudantes que se manifestaram através da UEB, agora dirigida por Orlando Moscoso, um simpatizante das causas liberais. No documento, assinado por membros de diversos diretórios acadêmicos do estado, os estudantes pretendiam analisar o "atual momento", ao mesmo tempo em que defendiam:

> a) Um regime realmente democrático, no qual o povo possa escolher livremente, pelo voto honesto, igual, direto e secreto seus representantes; b) a participação do povo no processo da administração do país, fazendo ouvidas suas críticas justas e desinteressadas; c) as liberdades de imprensa, de palavra e organização, com a extinção dos órgãos coercitivos e estandartizadores da opinião pública, tais como o Tribunal de Segurança Nacional, o DIP e as Policias Políticas, que reprimiram sempre os anseios democráticos e progressistas do povo brasileiro; d) anistia imediata para todos os presos e exilados por crime político e conexos, possibilitando, assim a coalizão de todas as forças ponderáveis do país para a formação de um governo de unidade nacional; e) elaboração democrática de uma nova constituição, em que melhor se satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e políticas do povo brasileiro, com o repudio total da Carta imposta de 1937.[40]

Para o movimento estudantil baiano, "democracia" não eram apenas eleições, pois a consulta à população, através de sufrágio direto e universal, deveria vir combinada com outras prerrogativas e liberdades políticas.

Em 1945, as pressões pela redemocratização do Brasil alcançaram o ponto alto, unificando, de certa forma, os setores de oposição a Vargas, especialmente os grupos *demoliberais*, em torno dos quais gravitava a oposição oligárquica alijada do poder em 1930, os governistas que se aproximavam duma dissidência e que não acreditavam numa solução com Getúlio e mesmo os comunistas, que, embora se aproximando cada vez mais do ditador, continuavam a defender, ao menos nos primeiros meses daquele ano, uma abertura democrática, com eleições livres e diretas para o fim da guerra, como havia prometido Vargas.

Não é certo que os comunistas restringiam sua concepção de democracia à realização de eleições ou mesmo à extensão de algumas liberdades políticas e de

40 "Reivindicam as prerrogativas duma democracia". *A Tarde*, Salvador, 22 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

pensamento, tampouco se pode dizer que o PCB não tivesse uma formulação precisa sobre a questão democrática em 1945. Não obstante, em inícios deste ano, os pecebistas consideravam a decretação da anistia e a possibilidade do restabelecimento de uma ordem legal que lhes abrisse as portas para a participação política e a conversão do Partido Comunista num partido de massas como condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo e à industrialização do país, o que seria algo umbilicalmente ligado ao tema da "democracia".[41]

A democracia, portanto, estaria relacionada às possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil em bases capitalistas, para que se superasse os "resquícios do feudalismo" e se promovesse a *libertação nacional*, sendo este o principal objetivo estratégico que os seguidores de Prestes se colocavam. O PCB lutaria com todas as suas forças e todas as suas armas, quer pela afirmação *União Nacional em torno do governo*, quer pela *democracia*, para que não se perdesse a oportunidade de realizar uma etapa tantas vezes adiada da revolução brasileira.

Conforme temos discutido ao longo deste trabalho, enquanto a União Nacional vinha sendo a tática privilegiada pelo PCB desde a derrota de 1935, ainda que com a defesa das mesmas tarefas da revolução no Brasil, que seriam *democrático-burguesas* e de *libertação nacional*, a *democracia* devia ser o meio necessário para a consecução de tais objetivos estratégicos, sendo a *democracia burguesa* a etapa necessária e anterior ao advento do socialismo.

Consoante a uma postura relativamente taticista do movimento comunista do período, havia uma permanente tensão entre objetivos finais e imediatos, de maneira que não era incomum o aprisionamento do programa e da teoria "marxista" na camisa de força das opções táticas de cada conjuntura ou, então, o abandono da perspectiva socialista, jogada agora para um futuro incerto, em função das alternativas infinitas que a democracia parecia proporcionar.[42]

Segundo Giovannetti Netto, a "opção do PCB pela democracia e o modo como ela se articula no seu discurso não podem ser analisados apenas sob o ponto de vista programático, tampouco limitar-se à tática e à estratégia adotadas pelos comunistas". Para o autor, seria na maneira como o Partido se posicionaria com relação aos

41 PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? *Oitenta*, Porto Alegre, v. 4, p. 197-223, 1980. p. 218.

42 Sobre o *taticismo* do método de Stalin, que negligenciava a distinção entre teoria, estratégia e tática, ver a crítica do comunista húngaro, autor de *História e consciência de classes*, Georg Lukács. LUKÁCS, Georg. "Reflections on the Cult of Stalin". Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 21 abr. 2005.

problemas concretos que se explicitaria "o conteúdo e o alcance da democracia tal como ela é entendida pelos comunistas [...]".[43]

Anita Leocádia Prestes, no entanto, defende o ponto de vista de que teria sido justamente em virtude de uma perspectiva estratégica "errônea", a revolução democrático-burguesa, cujo objetivo já teria sido ultrapassado pelo processo histórico no Brasil, que os comunistas teriam desenvolvido uma concepção "falsa e de direita" que havia conduzido, na prática, "a uma política de conciliação de classes, de subestimação do trabalho junto às grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB". Para esta autora, uma "estratégia errônea" teria que acarretar "táticas também errôneas e eivadas de vacilação e de atitudes contraditórias".[44]

Por conseguinte, como se tem insistido, é possível que a linha política de União Nacional tenha se convertido na principal consigna do movimento comunista no Brasil até, pelo menos, 1948, depois de ser concebida como uma opção tática e incorporada à prática do PCB a partir de 1938 em virtude do posicionamento do Partido em relação aos "problemas concretos" que a difícil conjuntura lhe colocava.

Em 1945, entretanto, também a *democracia* se transfigura em principal recurso tático, não obstante a euforia que tomou conta do Partido parecesse confundir os fins com os meios, já que o PCB estava sendo levado de roldão pelo frenesi do imediatismo da luta política e pela aparente impossibilidade da revolução mundial, substituída, momentaneamente e enquanto as burguesias do Ocidente permitissem, pela coexistência pacífica. Desta maneira, não é surpreendente a afirmação de Eric Hobsbawm, quando diz:

> A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo – sobretudo as décadas de 1930 e 1940 – constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é o momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século – com exceção do breve período de antifascismo – ocuparam posições de antagonismo inconciliável.[45]

---

43 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 142-143.

44 PRESTES, 1980, p. 206-207.

45 HOBSBAWM, 1995, p. 17.

Talvez se possa ter alguma dúvida quanto ao "antagonismo inconciliável" referido pelo historiador inglês. Isto porque, tomando-se apenas as relações interestatais, nas quais prevaleceram paranoias que incluíam espionagem, corrida armamentista, assassinatos, delações, entre outros recursos nunca admitidos pelos blocos soviético e estadunidense, deve-se ter em conta que os reais interesses do confronto podem ter sido obscurecidos pela atmosfera da Guerra Fria. Entretanto, parece certo que, se a democracia de fato se salvou no imediato pós-guerra, isto se deveu, sobretudo, à preciosa ajuda dos comunistas. Convertidos em *democratas* sinceros durante o período antifascista, estes permaneceriam como os "campeões da democracia" até que a Guerra Fria desse o tom das novas relações intersocietais e internacionais.[46]

Não obstante, a guerra não havia ainda chegado ao seu termo, apesar dos avanços visíveis e decisivos das tropas soviéticas pelo flanco oriental e das forças anglo-americanas pelo Ocidente. Na verdade, o problema da *democracia* ainda não havia se apresentado com toda a sua força para os comunistas brasileiros, haja vista que estes ainda deviam lutar pela anistia e pela legalização do seu Partido, bem como por uma série de outros direitos que tinham sido denegados na Constituição de 1937.

Ainda assim, em inícios de 1945, os comunistas já se sentiam perfeitamente à vontade para uma aparição pública. Com efeito, em março, causou sensação a publicação, pelo jornal *Folha Carioca*, de um "Manifesto de importantes líderes da esquerda", assinado pelos conhecidos dirigentes comunistas Álvaro Ventura, Spencer Bittencourt, Iguatemy Ramos Silva, Mauricio Grabois, José Medina Filho, Roberto Morena, Amarílio Vasconcelos, Pedro Motta Lima, Júlio Homem de Morais, Isnard Teixeira, Vitorino Antunes, Armando Coutinho, Nelson Maciel e Vespasiano Meireles.[47]

No manifesto, assumia-se a orientação de Luiz Carlos Prestes, líder maior do Partido, para se lançar as bases de um "programa mínimo" rumo à democracia, em virtude das "condições novas" existentes no Brasil, proporcionadas pelo "clima mundial e continental tão propicio". Segundo o texto dos comunistas, naquela situação, o país poderia "agora levar pacificamente a pleno desenvolvimento o

46 SENA JÚNIOR, 2008, passim. Observe, contudo, que, após a edificação das chamadas "democracias populares", na Europa do Leste, e com o advento da Guerra Fria, a concepção de democracia dos comunistas voltará a ganhar os adjetivos que a relativizarão, parcialmente abandonados no período do antifascismo.

47 "Um manifesto de líderes da esquerda". *A Tarde*, Salvador, 6 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

ciclo mais importante de sua História – o ciclo de sua emancipação econômica, da verdadeira democracia, do bem-estar e da cultura", sendo a única condição para que se alcançasse "tão grandioso objetivo" que tais forças se congregassem, "efetivamente, para o cumprimento dum grande programa de União Nacional".

Para os partidários de Prestes, "os largos setores progressistas da grande e pequena indústria, da grande e da pequena propriedade agrária, do comércio e da finança, a classe média e os trabalhadores" já vinham, "por sendas diversas, caminhando continuamente, no curso dos últimos dez anos, e com maior rapidez a partir da guerra, para o ponto convergente de sua própria unidade no âmbito nacional". Os pecebistas consideravam que seria agora, em virtude do "calor do nosso civismo", e pelo justo papel assumido na "guerra de libertação dos povos", que aquelas forças deveriam cumprir "o dever histórico irrecorrível de estruturar, politicamente, nossa União Nacional para a democracia, para o progresso e a emancipação da Pátria".

Para os líderes pecebistas, a democratização teria se tornado "condição imediata para a União Nacional", de maneira que ela deveria "ser compreendida em seu verdadeiro e profundo sentido, isto é, como solução real e estável de uma demorada crise que, de fato, entravou, durante dez longos anos, o franco progresso do país".

A democratização deveria ser entendida, portanto, "como base fundamental, política, de toda a reestruturação econômica e social do Brasil". Por isso, os comunistas diziam ser importante não se perder em considerações "particularistas sobre o passado"; não se regredir "ao pântano feudal da polarização sem princípios de caudilhos"; e não aguçar "dissensões e ódios que abrem caminho para golpes armados". Para a "pacificação da família brasileira", exortavam Getúlio a proclamar a anistia e a formação de um governo de coalizão nacional "capaz de estabelecer um clima seguro de liberdade e confiança geral indispensável à marcha pacífica para a democratização".[48]

Com o documento, os comunistas pretendiam criar as bases de um "programa mínimo" de União Nacional, contudo, em virtude do acirramento das contradições internas, da articulação dos agrupamentos políticos liberais e das dissensões que se manifestavam no governo Vargas, começaram a trabalhar com a perspectiva de lançamento de uma candidatura única à presidência da República, o que "seria então o símbolo da imensa vontade unitária do povo e da garantia de execução

48 "O manifesto das esquerdas, dentro da orientação de Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 13 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

de um grande programa de União Nacional", representando, em si, a própria efetivação da União Nacional tão desejada.

Para o PCB, a configuração de uma tal possibilidade e a implementação de um tal programa, "como expressão do pensamento de vanguarda da classe trabalhadora e do povo", implicavam a compreensão de que o futuro imediato do Brasil não era o socialismo e "ainda menos o comunismo, mas a plena expansão de suas forças produtivas em base capitalista, sob forma política democrático-burguesa".[49] Quanto ao "programa mínimo" de União Nacional, propunham:

> 1. Instauração e contínuo aprimoramento dum regime de ampla liberdade democrática, baseado na *cooperação política independente das classes* e apoiado em grandes partidos nacionais e estaduais; 2. Restauração econômica nacional, pelo desenvolvimento planificado da grande industria, da grande agricultura, dos transportes e do crédito, *garantidas a iniciativa privada e a expansão da grande e da pequena propriedade agrária progressistas*; 3. *Criação de um grande mercado interno*, através da contínua elevação real do nível material e cultural de vida da classe média e do proletariado urbano e rural; 4. Aprofundamento das relações internacionais do Brasil com todas as Nações Unidas e amantes da paz – em particular com as Nações Latino-Americanas, com os Estados-Unidos, Inglaterra, União Soviética, França, Itália e China – para a paz e a segurança do nosso continente e do mundo.[50]

O manifesto, assinado pelas lideranças do PCB, de suma importância diante do que se tem discutido neste trabalho, sobreleva seu significado em virtude de ser a primeira declaração pública de comunistas desde a implantação do Estado Novo, também porque coloca de forma clara a compreensão tática e os objetivos estratégicos pelos quais os comunistas se batiam em 1945.

Com o lançamento do "programa mínimo" da União Nacional, os partidários de Prestes pretendiam deixar claro que não estavam abandonando os objetivos estratégicos em função de necessidades imediatas, não obstante remetessem para um tempo indefinido a transformação socialista do país. Neste sentido, sem que apresentassem uma estratégia de transição, subsumiam o suposto "programa máximo" comunista, da sociedade sem classes, aos imperativos do presente, em função das "tarefas democrático-burguesas da revolução", o que implicava unidade nacional,

---

49 "O manifesto das esquerdas, dentro da orientação de Luiz Carlos Prestes". A Tarde, Salvador, 13 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

50 Ibid., grifo nosso.

democracia, progresso e "pacificação da família brasileira". Mas, se aparentemente remetiam o máximo "programa socialista" para o futuro, o faziam definindo os papéis dos sujeitos históricos do presente: a *burguesia*, através dos seus "largos setores progressistas", a *pequena e grande propriedade agrária*, a *classe média* e, por último, os *trabalhadores*, atualizando a concepção programática apresentada no texto de 1936, "A marcha da revolução nacional-libertadora e suas forças motrizes", fartamente citado neste trabalho.[51]

Por outro lado, ficava claro que a aparição pública de um documento assinado por conhecidos dirigentes comunistas só poderia indicar que o clima de repressão ou relaxava ou havia mesmo chegado ao seu termo. De qualquer forma, a divulgação do manifesto das lideranças pecebistas foi seguida da concessão de visitas a Luiz Carlos Prestes na cadeia. No seu cárcere, o Cavaleiro da Esperança recebeu seus camaradas Jorge Amado, Pedro Motta Lima, entre outros, que saíram da primeira entrevista com Prestes com um documento em que o líder comunista analisava a conjuntura e a situação do Brasil, elaborado em maio de 1944, já citado neste trabalho.[52]

Obviamente, o chamamento do PCB, exposto no manifesto e no documento de 1944 de Prestes, agora tornado público, que coincidiam em todas as questões principais, precisava ganhar a contrapartida do aceno dos chamados "largos setores progressistas" do país para que tivesse alguma operacionalidade, considerando que fossem, de fato, exequíveis. Também se condicionava o "programa mínimo" para a extensão da abertura política do Estado Novo com a decretação da anistia.

Com efeito, o comício do dia 24 de março no Distrito Federal, destinado a ser de exaltação às vitórias da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha, acabou se transformando num grande ato pela anistia e pela libertação de Prestes. Na ocasião, quando milhares de pessoas se reuniram nas escadarias do Teatro Municipal, predominou o clima de unidade, mas não se deixaram de registrar inúmeras vaias e pedidos de extinção do TSN, do DIP, das polícias políticas e de outros órgãos de repressão, acompanhados de exigências de punição para Filinto Müller, Amílcar Dutra de Menezes e Agamenon Magalhães, alguns dos chefes dos aparatos repressivos e de controle do Estado Novo. Da mesma forma, diversos oradores defenderam a liberdade de greve, outros falaram em democracia, chegando o representante da UNE, Nilton de Almeida Rodrigues, a afirmar:

---

51 Ver, a este respeito, os capítulos 1 e 2 deste livro.

52 O documento suprarreferido é: "Luís Carlos Prestes e a situação no Brasil e no mundo", publicado no jornal *O Globo* em 15 de março de 1945. CARONE, 1982b, v. 2, p. 21-25

> [...] o povo aprendeu a amar a URSS e reconheceu o seu regime; resta ao sr. Getulio Vargas reconhecer o povo. Falamos em nome de uma geração que não conheceu a moralidade no governo. Estamos cansados de opressão e assassínios em praça pública. Não haverá democracia enquanto existir estado novo e ato adicional. Anistia é a palavra de ordem.[53]

E "anistia" era mesmo a palavra de ordem do comício, pois os presentes puderam confirmar, já que todos os oradores abordaram o tema. Ao final do ato, a multidão entoou o bordão: "Nós queremos anistia e liberdade para Prestes", segundo a imprensa, "por dez minutos".[54]

No início de abril, o governo brasileiro restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, e Prestes endereçou ao presidente Getúlio Vargas o seguinte telegrama:

> Congratulo-me com vossa excelência pelo restabelecimento de relações com o heróico povo soviético. São gestos dessa altura e fatos assim concretos e de tão evidente cunho democrático que os patriotas reclamam de vossa excelência na sua qualidade de chefe da Nação e comandante supremo de suas forças armadas, neste instante em que seus filhos queridos lutam heroicamente em solo estranho pelo esmagamento total e definitivo do nazismo no mundo inteiro. Urge, agora, para que se restabeleça a confiança popular nas inclinações democráticas de v. excia. a decretação imediata da anistia, com exclusão de meu caso pessoal, se necessário, e que seja assegurada sem maior demora a livre organização de partidos políticos para que estes, por seus representantes autorizados, possam intervir na redação de uma lei eleitoral capaz de assegurar as eleições livres e honestas que reclama a Nação.[55]

Ainda no mesmo período, o Centro Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da Bahia – tradicional espaço de comunistas no estado também ocupado pelo movimento autonomista baiano – lançava um documento com o mesmo

53 "O grande comício de ontem, no Rio". *A Tarde*, Salvador, 24 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

54 Ibid.

55 "Telegrama de congratulações Luiz Carlos Prestes a Getúlio Vargas pelo reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS...". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.04.03. O telegrama foi publicado no jornal *A Tarde*. "O telegrama de Prestes ao Presidente da República". *A Tarde*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

espírito e teor do "Manifesto dos líderes da esquerda", reforçando a bandeira da anistia e apresentando, também, um "programa mínimo" em torno da União Nacional.[56] A UNE, por seu turno, convocou a "Semana da Anistia", que ocorreria em todo o Brasil no período de 8 a 16 de abril.

No dia 7 daquele mês, em Salvador, foi realizado um grande comício, que reuniu diversos setores da tradicional oposição estadual a Vargas, além de comunistas e antifascistas diversos. Na ocasião, falaram líderes dos setores da oposição *democr*ática baiana, como o professor Nestor Duarte, da Faculdade de Direito, e Orlando Moscoso, da UEB; lideranças comunistas, como o estudante Milton Tavares, do Centro Acadêmico Rui Barbosa, e antifascistas, como o ex-presidente da ANL local, Edgar Matta. Os oradores, ao se revezarem, se congraçavam e pediam, reciprocamente, anistia para os seus líderes, Octávio Mangabeira, Luiz Carlos Prestes, Armando Salles de Oliveira, quando, talvez, se poderia se sentir o clima de União Nacional reivindicada pelo PCB.[57]

A essa altura, quando a voz de Prestes era ouvida nos comícios através de gravações e os comunistas podiam falar livremente nas tribunas, com a audiência ativa de milhares de trabalhadores e líderes antifascistas de diversos matizes, a pressão pela anistia ficou insuportável. Com efeito, Getúlio Vargas, com sua habilidade de sempre, no dia em que a UNE encerrava por todo o Brasil a "Semana da Anistia", decretou o tão aguardado ato.

---

56 Falando claramente da necessidade de um "programa mínimo" para o Brasil e defendendo que não se fechassem "às possibilidades para nenhum grupo", diziam os estudantes: "O ímpeto que começa a assumir o processo de democratização nacional, paralisado pelas investidas das forças obscurantistas e reacionárias internacionais e nacionais, sobretudo a partir do golpe fascista de 1937, é uma decorrência histórica da posição que assumimos de apoio e cooperação com as Nações Unidas, apoio e cooperação que se concretizaram com a ação da nossa heroica Força Expedicionária dos campos de batalha da Europa. Cumpre-nos a nós, que realmente amamos a liberdade e aspiramos à democratização do país, lutar por que se concretize pacificamente, no mais breve possível, o processo de sua restauração política. Interessa-nos, pois, manutenção de um clima de ordem e paz dentro do Brasil, mesmo porque somente assim, poderemos estar seguros de que nos caberá um papel de relevo no seio das Nações amantes da paz e da liberdade, lugar de relevo que já nos acena a próxima Conferência de S. Francisco. A desordem, a confusão, a desunião interna só interessam à reação fascista, que pretende sob tais pretextos, retardar ao máximo a nossa verdadeira democratização. Por isso, conclamamos todas as forças democráticas e progressistas a uma sólida e patriótica unidade, para a luta pelos direitos e liberdade que foram escamoteados ao povo brasileiro com o golpe fascista de 1937". "A luta pelos direitos e liberdades escamoteados ao povo com o golpe fascista de 1937". *A Tarde*, Salvador, 26 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

57 "A 'semana Nacional da Anistia' na Bahia". *A Tarde*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Com a anistia, mais de 600 presos seriam libertados, entre eles o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, além de Carlos Marighella e dos velhos combatentes da ANL, Agildo Barata, o major Carlos Costa Leite e o indultado Giocondo Dias, foragido na Bahia desde que havia participado do levante no Rio Grande do Norte, entre tantos outros.[58]

Segundo João Falcão, em Salvador, "[i]ntensa vibração cívica disseminou-se pela cidade, atraindo milhares de pessoas à Praça Municipal".[59] No comício, em que os pecebistas dominaram a cena, falaram o próprio Falcão – reconhecendo-se, pela primeira vez, como membro do Partido Comunista, ou "soldado de Prestes", de acordo com o jornal *A Tarde*; Giocondo Dias, que já era, àquela altura, a principal liderança do PCB na Bahia; além de Fernando Sant'Anna, Mário Alves, Manuel Caetano Filho, João de Souza e Manuel Batista de Souza.[60]

A atitude de congraçamento proporcionada pela decretação da anistia podia parecer o caminho aberto para a concretização do sonho da União Nacional dos pecebistas. Entretanto, no ato de Salvador em júbilo pela ocorrido, ninguém pareceu se lembrar dos pronunciamentos invectivos de Carlos Lacerda, que, no encontro de encerramento da "Semana da Anistia", realizado no Rio de Janeiro dois dias antes, depois de pedir a libertação de Prestes e falar que o Brasil tinha se transformado em "campo de concentração", havia chamado de *golpistas* o coronel Olímpio Mourão, do gabinete do ministro da Guerra, e Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho de Vargas. Da mesma forma, ninguém se referiu às palavras de Alceu Marinho Rego, que falou, substituindo o general Manuel Rabelo, que se encontrava impossibilitado de usar a palavra, recordando o episódio em que Earl Browder, líder comunista americano, tinha sido apoiador de Franklin Roosevelt, quando este disputava a sua quarta eleição, depois de ter sido anistiado pelo próprio presidente.[61]

De toda sorte, no dia 20, os setores liberais, representados na imprensa baiana pelo jornal *A Tarde*, de propriedade de Simões Filho, um autonomista bastante prestigiado no estado, vieram a público dizer, em editorial do vespertino, o que pensavam da aproximação dos comunistas com Vargas e da proposta de "governo de coalizão", insuflando o boato de que Prestes pretendia uma "pasta ministerial":

---

58 "O Povo vibrou com a decretação da Anistia". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

59 FALCÃO, 2000, p. 239.

60 "O povo vibrou com a decretação da Anistia". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945.

61 "O encerramento da Semana Nacional da Anistia". *A Tarde*, Salvador, 16 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> Durante algum tempo, sobretudo depois que o Brasil entrou na guerra, uma formula muito preconizada em certos círculos, que pareciam desejar uma ponta para se aproximarem da ditadura, foi a chamada 'união nacional'. O fruto, ou ideia, no entanto, pecou, pois o primeiro a não querer saber de união nacional, desde que isso implicava em ceder alguma parte do seu poder discricionário, era o sr. Getulio Vargas. Ultimamente, porém, fomentada pelo próprio governo como tabua de salvação a sugestão voltou a andar pelos ares com a nova tabuleta de 'governo de coalizão' [...]. Na realidade, mascarava a permanência da ditadura dentro de uma aliança do ditador com a esquerda e a direita, ou em linguagem mais clara com os comunistas e integralistas [...]. Contudo ainda é um pouco cedo para afirmar-se que o sr. Prestes tenha abandonado o pensamento de conseguir uma pasta ministerial, seja a da Guerra, seja a do Trabalho.

Segundo ainda editorial do vespertino baiano, a ideia de coalizão aventada pelos comunistas, "que teria como beneficiário o poder agonizante do sr. Getulio Vargas", não poderia deixar de ser "uma simples manobra da imaginação do próprio sr. Getulio Vargas, pois não é de crer que em tal situação o sr. Luiz Carlos Prestes esteja mesmo pensando em ser ministro do ditador".[62] Ao que parecia, nem todos estavam certos de que o Brasil marchava no sentido da União Nacional.[63]

Ordem e tranquilidade: as estratégias do limite

Prestes saiu da cadeia ainda no dia 18 de abril de 1945, antes mesmo da publicação do decreto do presidente Getúlio Vargas, estabelecendo a anistia no *Diário Oficial da União*. Antes de sair, no entanto, o dirigente comunista recebeu os jornalistas em sua cela que, segundo matéria do jornal *A Tarde*, estava "repleta de livros", a maioria "enviados do estrangeiro para o líder esquerdista, além de uma secretária

---

62 "Coalizão". *A Tarde*, Salvador, 20 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

63 Em matéria publicada no dia 23, no jornal *O Momento*, os comunistas buscam responder às provocações do vespertino *A Tarde*, procurando caracterizar a União Nacional e inseri-la dentro de um quadro internacional que os aproximava do que vinha se processando no mundo: "A União Nacional não é, portanto, nem uma invenção brasileira, nem, muito menos, manobra das esquerdas. É tão somente um imperativo histórico de todas as classes e de todos os povos que desejam o extermínio do fascismo e um mundo de efetiva democracia, de paz e de progresso". *O Momento*, Salvador, 23 de abril de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raro., Acervo: *O Momento*.

cheia de papéis".[64] O Cavaleiro da Esperança, então com 47 anos de idade, ainda no cárcere, onde passara nove anos de sua vida, deixou-se fotografar pela imprensa e fez declarações afirmando que, de sua parte, estava "disposto a esquecer", pois "anistia é esquecimento".[65]

O líder comunista deixou a Penitenciária Central às 19h35 do dia 18, acompanhado dos amigos e dirigentes comunistas Trifino Correia, Moniz Farias, do ministro Orlando Leite Ribeiro, de Álvaro Ventura, Ivan Ribeiro, Mario de Souza, Benjamim Soares Cabello, Antonio Rolemberg, Pedro Coutinho Filho, Mauricio Grabois, Prestes Menezes, do comandante Gouveia, de Indaiassu Leite, Nestor Leite e Oséas Martins.[66] A comitiva do líder pecebista "ocupou três automóveis que o acompanharam até a sua residência provisória", escolhida alguns dias antes pelo núcleo de dirigentes do PCB que havia visitado Prestes na cadeia.[67] Resolveram que o dirigente máximo do Partido Comunista ficaria na casa de Leôncio Basbaum, que assim recordou o episódio:

> Eu não podia fazer outra coisa senão concordar. Além disso, seria uma honra para mim, pois Prestes, cujo nome passara, além de um mito, a ser um tabu, durante muitos anos, retornava agora às manchetes dos jornais como a figura mais importante da política brasileira e uma das

---

64 "A libertação de Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

65 Ibid. Segundo, ainda, o jornal *A Tarde*: "Prestes teve ciência da assinatura do decreto de anistia às 10 horas, quando recebeu o ministro Orlando Leite Ribeiro que foi a Penitenciaria Central a esse fim. Recebeu a notícia com serenidade, mantendo-se imperturbável. Encontravam-se com o líder esquerdista seus companheiros Agildo Barata, Antonio Tourinho e Pedro Motta Lima. Houve um momento de expansão trocando-se felicitações. Em seguida todos passaram a auxiliar Prestes que começou a reunir os objetos de uso pessoal indispensáveis". "Permaneceu imperturbável depois da notícia". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

66 "A hora em que deixou a prisão". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. John Dulles registra a informação de que Milton Cayres de Brito, que lhe concedeu entrevista, também estaria entre os acompanhantes de Prestes quando o dirigente comunista saiu da prisão. DULLES, 1985, p. 269-270. Não encontramos referência ao baiano na fonte citada, não obstante seja possível haver uma omissão de *A Tarde*. Segundo Basbaum, desde o fim da sua incomunicabilidade na prisão, Prestes fora visitado por inúmeros camaradas e alguns "não haviam gostado" da conversa que tinham tido com o líder, especialmente os paulistas. Estes, desgostosos, "tinham a impressão de que Prestes não estava a par do que estava acontecendo no Brasil e no mundo – e no próprio partido – depois de tantos anos de incomunicabilidade". Para Basbaum, "Prestes dedicara sus simpatias ao grupo mais forte e mais homogêneo do Rio que, além do mais, o havia eleito secretário geral do Partido". BASBAUM, 1976, p. 184.

67 "A libertação de Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1945; BASBAUM, op. cit., p. 184.

> mais fortes e eminentes personalidades da América, a esperança de milhões de homens dos países subdesenvolvidos do mundo.

Ainda segundo Basbaum, a tarefa de receber Prestes em sua casa havia se tornado bastante complexa, pois corriam "boatos de que um grupo de militares anticomunistas pretendia assassiná-lo, quando saísse da prisão".[68] Os boatos, como é sabido, não se confirmaram ou não se converteram em ação, de modo que o velho comandante comunista e sua comitiva puderam se instalar na casa do pernambucano sem maiores problemas, muito embora as atenções com a segurança se mantivessem por algum tempo.[69]

Com a libertação dos presos políticos, os pecebistas intensificaram o processo de arregimentação de comunistas e de recomposição das fileiras partidárias com o objetivo de tornar o PCB um partido legal e de massas, já que, poucos dias depois da anistia, os partidos foram legalizados no Brasil. Os desenrolar foi: a reintegração dos velhos camaradas que haviam sido presos durante o Estado Novo, e que se mantinham nos cárceres de Vargas; e, depois, com a popularidade nas alturas devido à grande publicidade e ao grande prestígio de Prestes – também pelo papel que a URSS vinha cumprindo na guerra –, os comunistas ganharam adesões diversas, crescendo vertiginosamente entre os vários setores da população, especialmente naqueles meses que antecederam a sua legalização.

Em fins de abril de 1945, o Partido teria chegado a algo em torno de 6.800 membros, o que não era pouca coisa para uma organização que apenas estava em vias de sair da clandestinidade.[70] Segundo José Antonio Segatto, o PCB, "depois de vinte três anos de luta, quase sempre clandestino, na vanguarda do proletariado, conquista uma legalidade tornando-se um grande partido de massas", organizando centenas de células, núcleos e comitês no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em São Paulo, Porto Alegre e muitas outras cidades em diversos Estados.[71]

Na Bahia, ainda em fevereiro de 1945, o Comitê Regional realizou o seu primeiro Pleno Ampliado em muitos anos. Nesta circunstância, o organismo de

---

68 BASBAUM, 1976, p. 184.

69 Pelo testemunho sarcástico do veterano Basbaum, Prestes passaria, apenas, uns poucos dias em sua residência. Todavia, "[o]s 'poucos dias' se transformaram em semanas e as semanas em meses. Por dez meses Prestes esteve em nossa casa. Mas não era apenas Prestes. Havia o batalhão que o acompanhava, de pessoas famintas e que pretendiam recuperar lá em casa, o tempo perdido, os longos anos que provavelmente havia passado sem comer. E com apetite de fazer inveja a anúncios de fortificantes". Ibid., p. 185

70 CÂMARA, 2010.

71 SEGATTO, 1989, p. 59.

direção foi recomposto, com a designação de Giocondo Dias para a Secretaria Política, e mais as cooptações de Mário Alves, com 20 anos de idade, João Batista de Lima e Silva, 22, e Estêvam Macedo, de 28 anos, para o CR, sendo mantidos os demais membros, entre os quais João Falcão, secretário de agitação e propaganda, além de, provavelmente, Manuel Batista de Souza, João Severiano Torres, Joaquim Seixas do Vale Cabral, entre outros que não pudemos identificar.[72]

Na ocasião do Pleno Ampliado do CR-BA, Diógenes de Arruda Câmara, que se encontrava em Salvador, esteve presente ao encontro e esclareceu, de maneira autocrítica, a sua "falsa delegação" como representante do CR da Bahia e as posições que havia assumido na "Conferência da Mantiqueira".[73]

De acordo com João Falcão, "[n]o início de 1945, o Partido estava unido, coeso e crescia rapidamente, em função do grande contingente formado basicamente por operários e trabalhadores [sic], além de estudantes, jornalistas e profissionais liberais que nele procuravam se filiar". Desse modo, o CR resolveu criar um semanário "que seria o primeiro jornal comunista a circular legalmente no país". De acordo, ainda, com Falcão, tratava-se de "uma segunda experiência nos moldes da revista *Seiva*".[74]

No dia 9 de abril de 1945, a exatos 9 dias do decreto presidencial que concederia a anistia, e há dois meses da realização do Pleno Ampliado do CR da Bahia que havia deliberado pela sua criação, chegava às bancas de jornais de Salvador a revista *O Momento*, o novo impresso do PCB, de periodicidade semanal. O semanário, publicado em 12 páginas e em formato tabloide, trazia, na página principal do seu primeiro número, as fotografias de Luiz Carlos Prestes, de Octávio Mangabeira e de Armando Salles de Oliveira, numa matéria em que se pedia "Anistia ampla e irrestrita".

---

72 Só pudemos chegar a uma composição provável do CR-BA, ratificado no Pleno Ampliado de fevereiro de 1945, em função do cruzamento de informações contidas nas biografias dos dirigentes do PCB baiano, publicadas pelo Jornal *O Momento* na segunda metade daquele ano. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: *O Momento*. Neste sentido, podiam ser também membros do CR, naquela altura, Alberto Passos Guimarães, Manuel Reinaldo Pinheiro e João Rodrigues Sobral, que compunham a direção regional do partido em meados de 1942. Ver, a esse respeito, FALCÃO, 1993, p. 99. Neste livro de Falcão, há, ainda, uma informação incorreta quanto à realização desse Pleno Ampliado como tendo sido em 1944. Ibid., p. 118. Informação que o próprio autor corrige em FALCÃO, 2000, p. 236. Apesar disso, Falcão fala da recomposição do CR e diz que os "demais membros permaneceram nas suas funções", sem esclarecer quais eram os "demais membros". Ibid., loc. cit.

73 FALCÃO, op. cit., p. 118-119.

74 Ibid., p. 236.

Ao lado, o editorial intitulado "Ao povo, ao governo e as correntes políticas", não era menos ilustrativo do que as fotografias, já que o texto pedia licença para que se dispensassem as habituais apresentações através de um *programa*, para fazer um chamamento a esses setores nomeados no título do editorial para que fizessem "um exame sério, sereno e imparcial do momento atual e dos deveres de cada homem consciente de sua missão patriótica, antifascista e verdadeiramente democrática".

Segundo o periódico, 1945 era um ano de extrema importância para povo brasileiro, "já que ele traria a vitória contra o nazi-fascismo" na guerra "justa de libertação", que propiciaria o estabelecimento da "paz democrática e popular". Para o semanário, "o mundo não continuava o mesmo", de maneira que, da "frente mundial dos povos em luta contra o inimigo comum", haviam surgido "*relações de novo tipo* entre todas as nações do globo, entre as classes, dentro de cada país e internacionalmente". Por este motivo, "dentro de cada país", as relações de classe seriam de um "novo tipo", com a "ação do proletariado, dirigido por seus partidos, cooperando decididamente, com plena independência ideológica e política, com os setores progressistas e democráticos da burguesia, para a reconstrução de suas pátrias".[75]

O "novo" na vida política, social e econômica brasileira consistiria em que se teria aberto a perspectiva de uma solução para os problemas "dentro da política de União Nacional". Esta teria sido "imposta pelas necessidades da guerra" e agora, mais do que nunca, seria um imperativo "*para levar-se pacificamente a pleno desenvolvimento do ciclo mais importante da nossa História – o ciclo de nossa emancipação econômica, da verdadeira democracia, do bem estar e da cultura*".[76]

Para os editores de *O Momento*, contudo, seria fundamental que se extirpassem os setores mais reacionários e a "quinta-coluna nazi-integralista que resistiam *encarniçadamente* à União Nacional, maquinando no interior dos "partidos democráticos" e especulando com "velhas rivalidades políticas" para jogar as forças *democráticas e progressistas* num "isolamento suicida". Seria necessária, ainda, "a unidade de todas as forças democráticas e progressistas da grande e da pequena indústria, da grande e da pequena propriedade agrária, do comércio e das finanças,

75 "Ao povo, ao governo e às corrente políticas". *O Momento*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: *O Momento*. Grifo do autor.

76 Ibid., grifo do autor.

das classes médias e do proletariado – para uma saída democrática, pacífica e segura para o Brasil".[77]

Como se vê, há aqui, mais uma vez, a afirmação da teoria dos campos progressistas, discutida no primeiro capítulo deste trabalho, já que, para os comunistas, para além da contradição entre capital e trabalho, as "relações de novo tipo" demandariam a compreensão de que existiriam dois campos, um representado pelos elementos mais reacionários, como os nazifascistas e a quinta coluna, e outro pelos setores progressistas da sociedade, a "burguesia nacional", os trabalhadores e os pequenos e médios proprietários rurais. Mas quais eram as forças "democráticas" e "progressistas" da Bahia e como elas se organizavam politicamente?

Em primeiro lugar, os comunistas consideravam os setores liberais burgueses, de larga tradição oligárquica, articulados sob a velha bandeira do "autonomismo" como um aliado fundamental no Estado. Não por acaso, a foto de Octávio Mangabeira, líder autonomista exilado nos Estados Unidos, dividia as honras da primeira página do número inaugural do jornal *O Momento* com Luiz Carlos Prestes e o paulista Armando Salles. Isto porque, ao longo dos anos de resistência à ditadura de Vargas na Bahia, os partidários de Prestes tinham aprendido a conviver com este segmento do *demoliberalismo* baiano, compondo frentes e compartilhando palanques com figuras prestigiadas da política e da burguesia locais.

A corrente autonomista baiana, que tinha se dispersado com o golpe do Estado Novo, em 1937, voltava a se articular em 1945. Desse modo, para o Partido Comunista, que agora aspirava um lugar ao sol na iminente legalidade burguesa, seria difícil ignorar um segmento que tinha oferecido "resistência democrática" ao Estado Novo e que tinha criado quadros importantes no estado da Bahia. Quadros da estirpe de Nestor Duarte, Luiz Viana Filho, Wanderley Pinho, Orlando Gomes e tantos outros, além do próprio Octávio Mangabeira, também uma liderança nacional, e do ex-interventor Juracy Magalhães, agora aliado dos seus velhos adversários e que arrastava consigo um grande grupo político ligado ao antigo Partido Social Democrático (PSD) do estado.[78]

---

77 Ibid. De acordo com Sônia Serra, tentando impedir a rearticulação integralista, *O Momento* propunha um "governo de coalizão de todas as forças democráticas da Bahia". Para essa autora, "[o]s comunistas, após tantos anos de clandestinidade, queriam agora assegurar o seu espaço político legal e participar das eleições e para tanto não hesitavam inicialmente em se aliar a forças divergentes". SERRA, 1987, p. 17

78 Segundo Paulo Santos Silva, "O 'autonomismo' reapareceu com a convocação de eleições para 2 de dezembro de 1945. A tarefa não consistia apenas em vencer um pleito eleitoral, mas combater um governo e seu modelo de organização política. Desta perspectiva, o projeto nacionalista centralizador terminou fornecendo um programa de ação aos liberais baianos,

Quanto aos comunistas, estes tinham ganhado prestígio em todo o estado e o respeito entre os liberais, devido à sua grande influência no movimento de massas de Salvador, principalmente entre a intelectualidade e o setor estudantil, com articulações importantes no Recôncavo (Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Muritiba), em Feira de Santana, Alagoinhas, Catu, Ilhéus, Itabuna e outras cidades de média ou pequena importância na Bahia. Mas não foi somente neste estado que o PCB cresceu. Nos primeiros meses de 1945, o PCB já havia se organizado em praticamente todo o país, tanto que contava em suas fileiras com personalidades de destaque entre os conhecidos veteranos da ANL e da luta política dos anos 1920 e 1930, até os novos e combativos antifascistas, além de inúmeros intelectuais e artistas de diversos ramos, que dispensa uma longa e exaustiva relação.

No dia 22 de abril de 1945, o PCB pôde, finalmente, realizar sua primeira reunião nacional com a presença do seu líder maior Luiz Carlos Prestes. Tratava-se mais de uma plenária de congraçamento com o Cavaleiro da Esperança, sem nenhuma função deliberativa, já que, na ocasião, se reuniram dezenas de dirigentes de todo o país. Era também o momento de os jovens quadros do Partido conhecerem o *mito*, o homem que todos tinham aprendido a admirar e a amar e a quem dedicavam parte das suas vidas como símbolo maior de uma causa.[79]

Desse momento em diante, parece ter ficado claro, de uma vez por todas, que não somente Prestes era o principal e incontestável líder do PCB, o que praticamente ninguém mais questionava, mas que havia também outros dirigentes que o conjunto dos membros do Partido deveriam conhecer e aprender a respeitar, já que, prestigiados pelo comandante da Coluna Invicta, tinham sido eleitos na Conferência da Mantiqueira com esta finalidade.

---

pois foi como liberais que passaram a se delinear, sobretudo no plano do discurso". SILVA, 2000, p. 42. Da aliança entre os antigos adversários Octávio Mangabeira e Juracy Magalhães, Paulo Silva diz: "Em torno dessas duas lideranças, os liberais baianos uniram-se com o objetivo de restaurar o Estado de direito no país para o que firmaram um pacto contra o Estado Novo". Ibid., loc. cit. O Partido Social Democrático (PSD) foi uma agremiação política criada em 1933, pelo interventor Juracy Magalhães com o objetivo de participar do processo constituinte estadual deslanchado naquele ano. SAMPAIO, 1992, p. 81

79 "Foi um momento inesquecível – recorda Falcão –. Prestes exercia um fascínio extraordinário sobre todos nós. À nossa frente víamos a figura do herói legendário da Coluna Prestes, O *Cavaleiro da Esperança*, do mártir sofrido e destemido da causa comunista. [...] De modo que, sob forte e contida emoção, abracei-o e chamei-o de companheiro. Sem pieguices, tudo muito rápido, porque o tempo era escasso para as urgentes tarefas que ele tinha de cumprir". FALCÃO, 2000, p. 242

João Falcão, que esteve presente ao encontro com Prestes, testemunha a este respeito:

> Iniciada a reunião – éramos cerca de cinquenta – foi-nos submetida uma ordem do dia. Alguns velhos companheiros fizeram sugestões para modificá-la, não sendo, entretanto, atendidos. Durante as discussões verificou-se um clima de cerceamento da palavra. Na verdade, parecia que não estávamos ali para discutir nada, mas somente para ouvir. O grupo da CNOP, que cercou Prestes desde a sua saída da prisão, vinha monopolizando os passos do nosso líder. Nessa reunião ocorreu o seguinte episódio: Ignácio Rangel, um companheiro procedente do Maranhão, militante com longa experiência, pediu a palavra e começou a tecer algumas considerações sobre a necessidade de capacitação teórica dos quadros do Partido. Arruda Câmara o interrompeu abruptamente, dizendo: – 'Companheiro, para as nossas necessidades teóricas o nosso camarada Prestes nos basta'. Com a mesma intensidade Ignácio respondeu-lhe que, sendo assim, só lhe restava retirar-se. E o fez definitivamente, naquele momento, não mais voltando à militância.[80]

Falcão se refere à sensação de frustração que pairava no recinto diante do episódio. Não obstante, como afirma, por ser muito ligado a Arruda Câmara, ele "aceitava e apoiava suas posições", já que Arruda explicava tudo aquilo dizendo que "os prazos eram cada vez mais curtos", o que era aceito pelo dirigente baiano e muito provavelmente por boa parte dos presentes.[81]

Desde o surgimento da CNOP, Prestes vinha alinhando suas posições com as posturas deste grupamento originado no Rio de Janeiro, tanto que muito do prestígio que o grupo de Grabois havia alcançado entre os comunistas de todo o país se devia à proximidade que a CNOP tinha com o líder preso. Por isso, especialmente quanto à linha política de *União Nacional com Vargas, na paz ou na guerra*, discutida no capítulo anterior, quase não havia divergências. De qualquer forma, para que ficasse clara a posição de apoio à CNOP assumida por Prestes ao sair da prisão, era preciso que tais palavras fossem ditas pelo próprio.

John Dulles narra o encontro em que os líderes estudantis paulistas, ligados ao Comitê de Ação, teriam tido com Prestes logo depois do fim da incomunicabilidade do velho dirigente e enquanto este ainda se encontrava preso. Depois de

---

80 FALCÃO, 2000, p. 242-243.

81 Ibid., p. 243.

receber os estudantes Paulo Silveira, Vitor Konder, entre outros, que lhe pediam apoio para a campanha pela anistia em nome de uma Comissão Nacional pró-Anistia, Prestes teria afirmado que apoiaria a campanha "a que nenhum comunista poderia opor-se". Ao mesmo tempo, o novo secretário-geral do Partido Comunista teria concordado que "o Comitê de Ação tivera alguma razão ao opor-se à transformação da CNOP em PCB". Entretanto, "depois de passar em revista as atividades do PCB desde a sua fundação", Prestes teria dito aos estudantes paulistas "que a CNOP agira 'com fidelidade' e, 'nas circunstâncias', encarnara de fato o PCB". Concluía assegurando que "'as pequenas diferenças de opinião' acabariam por desaparecer".[82]

O fato é que Prestes havia *fechado* posição com o grupo da CNOP, para o qual confluiriam, ainda em 1943, o grupo de Arruda e, posteriormente, o CR-BA, além de muitos outros grupos regionais. Deste modo, a CNOP se tornava o próprio Partido Comunista, já que, desde a realização da Conferência da Mantiqueira, a CNOP havia se convertido na única organização do PCB com ramificações em quase todos os estados, e comissão na qual agora despontava a figura de Diógenes de Arruda Câmara. O comunista pernambucano, "baiano de coração", havia suplantado os outros potenciais candidatos a segundo homem do Partido, como o experiente Maurício Grabois e o jovem Pedro Pomar.

Aparadas as arestas, ainda que as divergências nunca tivessem deixado de existir, enquanto as forças políticas se articulavam em torno da eleição presidencial, Luiz Carlos Prestes, aproveitando-se da popularidade de que gozava, o que lhe abria diversos canais de comunicação, veio a público no dia 26 de abril para declarar à imprensa que os comunistas ainda não haviam tomado "nenhuma posição ao lado de qualquer dos dois candidatos militares" que já haviam sido colocados publicamente para a sucessão de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Isto somente aconteceria "depois do aparecimento dos programas" e após a promulgação da Lei Eleitoral que criaria as "condições indispensáveis ao regime democrático" no país. Para o líder pecebista, "os comunistas ficarão com o candidato que satisfizer as suas aspirações no momento, isto é, a marcha para a democracia, eleições livres e o estabelecimento de um parlamento democrático que vote uma constituição democrática".[83]

---

82 DULLES, 1985, p. 268.

83 "Será restabelecido o Partido Comunista, mas as esquerdas só se definirão ante os programas". *A Tarde*, Salvador, 26 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo ainda o jornal *A Tarde*.

No dia seguinte, ainda repercutindo a entrevista concedida por Prestes ao jornal carioca *Folha da Manhã*, o vespertino *A Tarde* veio mais uma vez veicular a posição dos comunistas ante o quadro nacional eleitoral de contornos ainda indefinidos. O comandante da coluna invicta reafirmou a necessidade de um governo de *coalizão nacional*, entendendo, contudo, que não se trataria da substituição de todos os ocupantes de cargos no atual governo e sim da "possibilidade de recomposição paulatina, segundo o desenvolvimento do processo de democratização" em curso no país.

Prestes ainda teria dito que os comunistas não lançariam um candidato próprio, já que, caso tivessem um nome, este poderia sofrer "restrições", dificultando o processo de unificação das forças democráticas. Para o líder comunista, mesmo que o PCB chegasse a se constituir enquanto um forte partido de "vanguarda proletária", seu papel seria o de "equilibrar e unificar todos os setores democratas progressistas mesmo ao preço de concessões", sendo este o motivo pelo qual preferiam apoiar um nome que reunisse "a confiança da maioria, senão a unanimidade das forças populares e progressistas". Este nome, dizia Prestes, poderia ser de "um técnico engenheiro, por exemplo, um político de reconhecida capacidade administrativa".[84]

Se as palavras pronunciadas pelo máximo dirigente comunista brasileiro, até aqui, poderiam surpreender alguns, era em relação à atitude que o PCB assumiria quanto ao governo e à situação do país que talvez recaíssem as maiores exclamações, já que, segundo dizia o Cavaleiro da Esperança:

> O nosso papel será de uma força independente que tratará de influir num sentido unitário e pacífico para melhor solução. Não sou chefe fascista que dita orientação de cima para baixo. Por isso, não é a mim pessoalmente, mas ao meu partido que, quando puder ter existência legal, competirá tomar a deliberação. Desde logo podemos adiantar que *nós comunistas seremos um esteio da ordem e defenderemos a unidade nacional*. A solução do pleito presidencial, a nosso ver, deve enquadrar-se nesses princípios.[85]

Para o dirigente maior da revolução brasileira, principal líder do Partido que aspirava ser a vanguarda do proletariado, a necessidade premente era apoiar o governo, em nome da unidade nacional, sendo o PCB "esteio da ordem", haja

---

84 "Os comunistas preferem um candidato civil, de preferência engenheiro". *A Tarde*, Salvador, 27 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo ainda o jornal *A Tarde*.

85 Ibid., grifo nosso.

vista que "[o] sr. Getulio Vargas é o chefe supremo das forças que estão na Europa defendendo a honra do Brasil". Por este motivo, dizia Prestes, na retaguarda "não devemos criar situações caóticas e a única solução cabível é a *legitimação dos órgãos governamentais* por meio do parlamento que delibere como constituinte".[86]

Assim, os comunistas arguiam pela ordem e pela legitimidade do governo, em nome da União Nacional, quando Vargas parecia cada vez mais isolado ante as forças que o haviam apoiado na ditadura. Tais forças agora se articulavam para impedir qualquer sonho continuísta do ditador, ainda mais quando os pecebistas se pretendiam aliados de Getúlio, imaginando que assim se aproximavam dos anseios do povo, e Vargas buscava um interlocutor perante as massas.

Era óbvio para o PCB que o que estava em jogo era a possibilidade de realizar as tarefas de *libertação nacional*, e, se a burguesia não fosse capaz de cumprir a missão que a história lhe tinha reservado, não haveria problema, posto que:

> O nosso maior interesse, como representantes dos trabalhadores e dos elementos populares mais avançados, é o progresso do país, em bases democráticas. O proletariado terá um papel dirigente. Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará, animando o surto progressista correspondente à revolução cartista na Inglaterra e à Revolução Francesa.[87]

Como diz o ex-deputado Coelho,[88] quando asseverava que o PCB concorreria às eleições de dezembro: "Teremos uma forma de comunismo adaptado à mentalidade do povo brasileiro".[89] Todavia, como veremos adiante através das greves, talvez fosse o "povo brasileiro", ou os trabalhadores, melhor dizendo, que não estivessem adaptados àquele estado de coisas. Conquanto a *burguesia nacional*

---

86 Prestes dizia reconhecer "que há homens honestos e bem intencionados entre os que apelam, para golpes armados". Segundo ele, desta forma, estariam ajudando "sem sentir", aos fascistas e "quintacolunistas na tarefa de desorganizar a resistência dos povos na guerra contra o Eixo". O Cavaleiro da Esperança advertia sobre o engano de quem afirmava que a guerra já havia terminado. "Os comunistas preferem um candidato civil, de preferência engenheiro". *A Tarde*, Salvador, 27 abr. 1945, grifo nosso.

87 *Folha da Manhã*, 27 abr. 1945 apud CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976a. p. 244.

88 Não conseguimos identificar o primeiro nome do ex-deputado chamado de Coelho.

89 "Os comunistas concorrerão às eleições". *A Tarde*, Salvador, 28 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo ainda o jornal *A Tarde*. Infelizmente não nos foi possível identificar o primeiro nome do ex-deputado Coelho.

estivesse pouco disposta à formalização de um pacto com os comunistas, assim como também não estavam as burguesias dos países vencedores na guerra, foi à classe trabalhadora que coube o rompimento de um *acordo*, por certo, nunca de todo firmado ou, se firmado, estabelecido sem a sua consulta.

Entrementes à movimentação política no plano nacional, em 2 de maio de 1945, as rádios brasileiras anunciaram a queda de Berlim, ocupada pelas tropas da União Soviética. No dia 8 do mesmo mês, foi assinada a rendição, provocando uma explosão de vibração popular por todo o país. No Rio de Janeiro, Prestes falou aos jornais, procurando traduzir o que acreditava ser a grande aspiração das massas populares naquele momento: "Enquanto continuarem unidas a democracia do proletariado e as duas grandes democracias capitalistas teremos paz no mundo, ordem e tranquilidade para encontrarmos uma solução fraternal para os graves problemas políticos, sociais e econômicos do após-guerra".[90]

Na Bahia, vários comícios foram organizados naqueles dias, com intensa e aberta participação comunista, em que se davam vivas aos vencedores na guerra, com destaque para a União Soviética e os Estados Unidos, e se exortava a unidade das forças populares como fator indispensável à democratização do Brasil.[91]

A multidão mal havia desocupado as ruas, onde permanecia por vários dias comemorando o fim da guerra e a vitória dos Aliados, quando foi convocado, para o estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, o primeiro comício com Luiz Carlos Prestes. Era a primeira vez que o Cavaleiro da Esperança se encontraria frente a frente com as massas populares desde que havia saído da prisão. A expectativa era enorme, havendo mesmo quem dissesse que o estádio, com capacidade registrada na época para cerca de 80 mil pessoas, segundo o jornal *O Momento*, estaria completamente lotado.

Para o evento, o Partido Comunista havia mobilizado um aparato gigantesco, em que se previam caravanas de diversas partes do Brasil e a colocação de alto-falantes nas praças públicas para transmitir o pronunciamento de Prestes. Inúmeros antifascistas ajudariam na organização do ato, que contaria, ainda, com outras presenças ilustres, entre democratas e comunistas, do Brasil e do exterior.[92]

---

90 "Prestes fala à imprensa sobre a vitória" *A Tarde*, Salvador, 9 maio 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

91 FALCÃO, 1999, p. 272-273.

92 "No dia 23 ouviremos a palavra de Luiz Carlos Prestes". *O Momento*, Salvador, 21 maio 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

As expectativas se cumpriram, conforme anunciado pela imprensa, de maneira que o jornal *A Tarde* descreveu o ato em cores vivas, afirmando que a cidade havia assistido ao "maior comício já realizado nesta capital" e informando que o estádio do Vasco da Gama começou a encher desde as 16 horas (o comício estava previsto para as 20h30), "chegando ao ponto de se tornar necessário o fechamento dos portões".

Segundo as palavras do mesmo jornal, "mais de cem mil pessoas [sic] aplaudiram delirantemente Prestes que chegou às 21 horas, ao estádio, em carro aberto", sendo aplaudido pela multidão que, "em uníssono, saudava compassadamente: – Luiz... Carlos... Prestes...". O comício teria sido "um impressionante espetáculo", segundo os dizeres de *A Tarde*.[93]

É por demais conhecido o discurso pronunciado por Prestes no estádio do Vasco da Gama, em 23 de abril de 1945. Contudo, em virtude da importância das palavras do líder dos comunistas para tudo o que se vem discutindo neste trabalho, as citações serão inevitáveis e, mais do que isso, indispensáveis, já que foi justamente neste discurso que se reafirmou a dimensão tático-estratégica da *União Nacional* e da *democracia* como formas de realização das *tarefas burguesas da revolução brasileira*. Quando fecha um ciclo da política do PCB, sob a bandeira da União Nacional na clandestinidade, e se abre um novo momento, iniciado na Conferência da Mantiqueira, em que o Partido Comunista, agora em vias de ser legalizado, falaria à Nação, ainda em nome da *unidade nacional de todas as forças progressistas do país*, o discurso de Prestes é de grande importância histórica.[94]

No palanque, onde também estavam presentes Rodolfo Ghioldi, Joaquim Ordoqui (vice-presidente do parlamento cubano), João Mangabeira, representando o irmão Octávio, entre outras personalidades e inúmeros camaradas do PCB, Prestes começou abordando a importância do ato da anistia.[95] Acentuando que se tratava de uma conquista do povo unido, "num sentimento que se fez paixão, numa ideia que se fez força", o líder comunista disse ser o ato da anistia também uma obra do governo, "deste mesmo governo que dando volta atrás nas suas tendências

---

93 "Em grande comício, no campo do Vasco, declarou Luiz Carlos Prestes: 'o nosso programa é o Partido Comunista do Brasil". *A Tarde*, Salvador, 28 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo ainda o jornal *A Tarde*.

94 O discurso de Prestes entrou para a história com o título de "União Nacional para a democracia e o progresso" e está transcrito em CARONE, 1982b, v. 2, p. 25-40, de onde retiramos as citações que serão apresentadas a seguir.

95 "Em grande comício, no campo do Vasco, declarou Luiz Carlos Prestes: 'o nosso programa é o Partido Comunista do Brasil". *A Tarde*, Salvador, 28 abr. 1945.

inaceitáveis [...], preferiu ficar com o povo", ao romper relações e declarar guerra ao Eixo, estabelecer relações com a URSS e "abrir as prisões", revogando, na prática, "as restrições à democracia".[96]

Vê-se, aqui, como Prestes procura construir a ideia de que existiria uma aliança entre *governo e povo* em torno dos princípios assumidos por ambas as partes. De forma metonímica, o dirigente comunista utiliza as imagens de *povo* para se referir ao seu próprio Partido, e *governo* para tratar da figura de Vargas.

Prestes continua e evoca o exemplo do que chama de "três maiores estadistas de nossa época", Roosevelt, Churchill e Stalin, para defender que a vitória na guerra só teria sido possível em função da cooperação entre os três países representados pelos "estadistas" que tendiam a permanecer unidos no após-guerra, iniciando um período de "desenvolvimento pacífico para os povos do mundo inteiro". Em consequência, teriam surgido novas condições históricas, que faziam com que os comunistas, que antes da guerra lutavam "contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista", entendessem que a "*democracia burguesa volta-se para a esquerda*", criando condições para que a classe operária pudesse "aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador", sendo este o motivo pelo qual os comunistas se batiam pelo programa de União Nacional.[97]

Para Prestes, os comunistas teriam aprendido a respeitar e a valorizar a *democracia*, posto que tinham vivido "sempre na ilegalidade" e, por isso podiam perceber o quanto diferia "esta nova época daqueles tempos de antes da guerra", tempos em que eram "perseguidos", "insultados" e "vilmente caluniados" como "traidores da pátria". Todavia, dez anos de perseguições contra o comunismo tinham tornado o povo brasileiro "o mais comunista da América", e aqui o Cavaleiro da Esperança procura se aproximar do sentimento do mais simples dos brasileiros, dizendo ser o comunista "aquele que de maneira mais firme e consequente luta contra o estado de coisas intoleráveis e injustas predominantes em nossa terra".[98]

---

96 PRESTES apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 25-26.

97 Ibid., p. 28-29, grifo nosso. Aqui, Prestes cita Stalin quando este diz: "Com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período da guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico". Ibid., loc. cit.

98 Ibid., p. 30.

Portanto, continua Prestes, o PCB defendia a linha política de União Nacional "para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais" do Brasil, até que se alcançasse "*de maneira pacífica*, através de eleições livres e honestas, a Assembleia Constituinte e a reconstitucionalização democrática", almejada por todos os brasileiros.

De acordo com o dirigente comunista, seria justamente o "atraso econômico" o maior obstáculo a se vencer, porque nada "se fez de prático nos últimos quinze anos" para se "resolver as *contradições fundamentais entre as forças de produção em crescimento e uma infra-estrutura econômica secularmente atrasada em que os restos feudais* lutam ainda por sobreviver em plena época da revolução socialista e da vitória do socialismo". Assim, o Cavaleiro da Esperança exorta a "união mais firme" dos brasileiros de *todas as classes*, para dirigir a pátria no "caminho do progresso e salvar o nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça".[99]

Como se pode observar, seria para resolver a contradição fundamental entre as forças produtivas do *capitalismo em desenvolvimento* e a *estrutura econômica feudal*, que, por sua vez, geraria relações de produção obsoletas, que os comunistas lutavam pelo desenvolvimento e o progresso do Brasil. Contudo, onde havia outrora uma luta encarniçada e violenta pela derrubada das condições históricas que possibilitavam o atraso, agora poderia haver uma transição por meios pacíficos e democráticos, pois, segundo Prestes, seria "dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo" que seria possível e "*relativamente fácil* encontrar solução progressista de todos os problemas".

Haveria, então, a possibilidade de "*legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário*, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país". Entretanto, isto não queria dizer que os comunistas eram contra o capital estrangeiro, haja vista que, nas condições do mundo atual, e sob determinadas limitações, poderia ser "*um dos colaboradores mais eficientes* do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados".[100]

Nesse sentido, todo o povo deveria lutar para que o país transitasse à democracia e às eleições e se mantivesse longe das ameaças e dos golpes. Prestes defende o ponto de vista de que somente Getúlio Vargas poderia conduzir o Brasil para "eleições livres e honestas", de maneira a entregar o poder àquele que fosse eleito pelo

99 PRESTES apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 31-32, grifo nosso.

100 Ibid., p. 33-34, grifo nosso.

povo. Sendo assim, a saída de Vargas do poder, naquele momento, "seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional".

Para o líder pecebista, a saída de Vargas "despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando mais ameaçador ainda os perigos de golpes de estado e guerra civil". Dizia Prestes: "O que convém ao nosso povo, aos homens sensatos e honestos de todas as classes, é que as próximas eleições constituam mais um fator, e considerável, de unificação nacional, *de paz, de ordem e tranquilidade*".[101]

Caberia ao proletariado um papel dirigente nesse esforço de unificação nacional, "porque só a classe operária organizada sindicalmente pode realmente mobilizar as grandes massas populares". E qual o sentido da mobilização? Transformar o sindicato em "instrumento de luta pela união nacional e *garantia máxima da ordem interna*", sendo este o grande dever da classe operária.

De acordo ainda com Prestes, os comunistas e "antifascistas conscientes" tinham sido, "nestes dias de agitação, em que se prega a desordem e se fala abertamente em golpes armados, *o esteio* máximo da ordem e da *lei*". Desse modo, tinham o direito de solicitar do governo que revogue a "legislação caduca" para que o país possa marchar para a democracia, tornando possível a União Nacional.[102]

Como se vê, os pecebistas apressavam os passos no caminho da União Nacional, agora ao lado de Getúlio Vargas e sem a intermediação dos setores do *demoliberalismo* brasileiro anteriormente chamados a formar ao lado dos partidários de Prestes. Só faltava agora convencer a classe trabalhadora de que os comunistas continuavam no caminho certo e que o governo, outrora o inimigo "fascista", era agora o mais fiel aliado.

Apertar os cintos: os limites da estratégia (as mediações)

O discurso de Prestes repercutiu intensamente nos meios políticos e sindicais e entre a grande massa de trabalhadores que, há anos, amargava uma crise econômica que lhes impunha baixos salários, escassez de víveres e aumento extorsivo

---

101 PRESTES apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 36, grifo nosso.

102 Ibid., grifo nosso. Ainda para Prestes: "A união nacional é possível e existem em nossa terra todas as condições objetivas para a sua realização. [...] A desordem e a desunião só interessam ao fascismo, aos remanescentes da quinta-coluna no país e aos agentes do capital estrangeiro mais reacionário, os agentes do isolacionismo americano e do muniquismo inglês, inimigos todos da democracia e do nosso povo". Ibid., p. 37-38

no preço dos bens de primeira necessidade, o que acarretava o encarecimento constante do custo de vida.

Em função da repressão que os comunistas tinham sofrido sob a ditadura de Vargas, muitos esperavam uma postura menos conciliadora da parte de Prestes, haja vista que o líder do PCB tinha visto sua companheira Olga Benário, judia-alemã, ser entregue grávida aos nazistas que, por fim, a executaram numa câmara de gás.[103] Mas nada disto aconteceu, pois Prestes não somente moderou o tom do discurso em relação a Vargas, como reafirmou a importância da *União Nacional em torno do governo*, para o regozijo e entusiasmo de uma parte da plateia comunista que o aplaudiu intensamente, já que outra "não fora a linha política seguida até aquela data".[104]

Entretanto, nem todos gostaram do discurso do dirigente do PCB. Para Leôncio Basbaum, o objetivo de fundo do pronunciamento do *grande líder* era o de "não irritar a burguesia, não atemorizá-la, mostrar que tínhamos boas intenções quanto à manutenção da democracia e do progresso do país. Um discurso de um burguês liberal, em suma".[105]

Em todo caso, Prestes não havia deixado de apresentar uma série de reivindicações econômicas para ser apreciada pelo governo. Da pauta, na qual pedia um "estudo e imediata aplicação" de algumas medidas que atenderiam aos "mais altos interesses da Pátria, o progresso do Brasil e o bem-estar de nosso povo", constavam os seguintes pontos:[106]

> 1. O estimulo à produção de víveres, especialmente nas proximidades dos centros de maior consumo e a entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente. Estimulo e apoio ao cooperativismo livre e democrático, pelo credito barato e, se possível, sem juros; auxílio financeiro e técnico ao pequeno agricultor e, se for necessário, fixação e a garantia de um preço mínimo para a produção, aconselhada pelo governo. 2. Redução do imposto do consumo e de todos os impostos sobre trocas internas que devem ser o mais rapidamente possível desembaraçadas de todos

103 FALCÃO, 2000, p. 246.

104 Ibid., p. 246.

105 BASBAUM, 1976, p. 190.

106 Parte substancial do discurso de Prestes no estádio do Vasco da Gama, inclusive as medidas aqui apresentadas, foi publicada no jornal *A Tarde*, na edição do dia 24 de maio. "Em grande comício, no campo do Vasco, declarou Luiz Carlos Prestes: 'o nosso programa é o Partido Comunista do Brasil". *A Tarde*, Salvador, 28 abr. 1945.

> os obstáculos atuais. 3. Aumento do imposto sobre a renda, de uma maneira progressiva. Um novo imposto sobre o capital. Empréstimos forçados sobre os lucros extraordinários, em escala fortemente progressiva. 4. Utilização imediata dos saldos-ouro no estrangeiro para aquisição de navios, material ferroviário, usinas e material elétrico, caminhões, tratores e maquinaria agrícola. 5. Eliminação na medida do possível do intermediário na venda de nossos produtos ao estrangeiro, como já se vinha fazendo com sucesso, em real benefício do pequeno produtor, com a exportação do cacau. 6. Elevação ponderável, isto é, cento por cento [sic], pelo menos, dos salários mínimos; e elevação geral de todos os salários e vencimentos inferiores a mil cruzeiros e quinhentos cruzeiros por mês.[107]

Eliminando-se os elementos condicionantes expostos pelo líder comunista nos inúmeros “se possível” citados nas reivindicações, pode-se dizer que a pauta apresentada talvez se aproximasse dos anseios econômicos defendidos pela classe trabalhadora no período. Não obstante, as reivindicações surgidas do movimento operário eram, sobretudo, fruto das condições objetivas do que da disposição dos trabalhadores em cumprir as tarefas da *etapa democrática da revolução* exortada pelos comunistas.

Ainda assim, o PCB era incansável. A este propósito, muito em função do recrudescimento da pressão da classe trabalhadora, que voltava a dar as caras na cena política depois de tantos anos de repressão, os comunistas ofereceram uma contribuição fundamental para a reorganização do proletariado no âmbito dos sindicatos, com a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), cujas bases tinham sido lançadas pelos pecebistas e trabalhistas em 30 de abril, vindo a ser finalmente fundado em 30 de maio de 1945. “O MUT era uma espécie de intersindical e tinha por objetivos não só a unidade dos trabalhadores, mas também a finalidade de inserir os sindicatos e o movimento operário na política geral, ou melhor, no movimento democrático”, definiu José Antonio Segatto.[108]

---

107 PRESTES apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 35.

108 SEGATTO, 1989, p. 65. No documento lançado pelo MUT expondo as suas principais reivindicações, estava dito: “*Conclamaremos a união para garantir, no muito que dela depende, a ordem e a tranquilidade da Pátria contra as manobras criminosas de seus inimigos externos e internos.* Só a eles interessa explorar e acentuar os fatores de desunião, de desconfiança, de desordem, de debilitamento da própria soberania nacional. Por isso a classe operária quer e nós queremos a unidade. Esta é a nossa tarefa fundamental”. “Pela unidade dos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 14 maio 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais, grifo nosso.

Se isso era verdade, também o era no sentido de que os comunistas pretendiam, através do MUT, romper o isolamento em que se encontravam diante do movimento operário, aproximando-se dos setores trabalhistas ligados a Vargas e disputando os rumos dos sindicatos com as lideranças ditas "pelegas" em benefício da política de União Nacional. Com este objetivo, os pecebistas lutaram pela eleição de direções sindicais unitárias, o que, para Francisco Weffort, sugere que os partidários de Prestes não apenas "não estavam interessados em confrontar suas forças com os 'pelegos' formados durante o Estado Novo como buscavam formar alianças com eles".[109]

Se os comunistas trabalhavam com a hipótese de, no plano político mais geral, estabelecer uma aliança duradoura com Vargas, nada mais natural que no movimento sindical fizessem o mesmo, adentrando a estrutura sindical coorporativa e se aproximando dos pelegos, tanto em função dos interesses maiores da unidade nacional quanto por acreditarem que a permanência de Getúlio Vargas no poder era um imperativo para a transição democrática e para a própria União Nacional. Em todo caso, a publicização do apoio à permanência de Vargas à frente do executivo do país, oficializada por Prestes no discurso do dia 23 de maio, produzia desconforto nos setores liberais que vislumbravam "articulações golpistas" nesta tácita aliança do ditador com os comunistas.

Em 22 de junho de 1945, Vargas deu mais um passo na direção das massas trabalhadoras, ao decretar a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional (Decreto-Lei nº 7.666), uma Lei Antitruste conhecida como Lei Malaia, que feriu os interesses estadunidenses no Brasil, desagradando profundamente os setores liberais que já haviam fundado a UDN e lançado a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à sucessão presidencial.[110]

---

109 WEFFORT, 1973, p. 83. Para Arnaldo Spindel, "[o] aparecimento do Movimento Unificador dos Trabalhadores em abril de 1945 marca o início da ofensiva do Partido Comunista junto aos sindicatos. Os termos do seu primeiro manifesto mostram de maneira cristalina a disposição para colaboração com os pelegos e a aceitação relativa da estrutura e legislação anteriores". SPINDEL, 1980, p. 56. Defendendo posição inversa à de Weffort e Spindel, Werneck Vianna argumenta: "O 'queremismo', movimento de mobilização das classes subalternas que refletia a aliança dos assalariados varguistas com os comunistas, e que aspirava a redemocratização com Vargas, como se comprova através da experiência e documentação do MUT, não importava na aceitação por parte da esquerda operária da estrutura sindical corporativa. Deu-se o inverso. O sindicalismo unitário e autônomo adquiriu tal importância que uma das primeiras medidas do governo José Linhares foi decretar o pluralismo sindical". VIANNA, 1999, p. 311

110 CORSI, 2000, p. 276. Segundo este autor, a "Lei Malaia" "estabelecia normas visando impedir a formação de cartéis e trustes e quaisquer outras formas de manipulação de preços. A lei criava também a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), cujas atribuições eram bastante abrangentes: poderia intervir em todas as empresas envolvidas nos atos considerados

Nessa altura, o próprio Getúlio já havia percebido a importância do movimento sindical que, no Brasil, voltava a ser reanimado com as leis nacionalistas do governo e com a abertura da legislação que lhes fora criando perspectivas de uma existência livre das amarras e dos controles dos aparelhos do Estado, principalmente do Ministério do Trabalho. Em virtude disto, o próprio presidente Vargas, que já havia animado a criação do PSD, que lançara o general Eurico Gaspar Dutra como candidato presidencial ao pleito de dezembro, trabalhou pela criação de um partido político que atendesse (ou mesmo criasse) as demandas do movimento operário brasileiro, atuando nos espaços do sindicalismo coorporativo como interlocutor privilegiado entre o governo e os trabalhadores.[111]

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi, assim, a resposta de Vargas à entrada em cena da classe trabalhadora, à influência comunista e à movimentação dos setores liberais brasileiros, ao mesmo tempo em que foi o resultado de sua aproximação com o movimento operário, desde que sua política na guerra havia virado em favor dos Aliados.

Em todo caso, o sindicalismo de Estado ganhava agora o reforço da presença do PCB, que, longe de lutar contra a legislação trabalhista, operava pelo seu "aperfeiçoamento", não obstante defendesse a autonomia sindical e a liberdade de greve, absolutamente ausentes da legislação em vigor, procurando politizar os temas nacionais no interior do movimento operário, a bem da unidade das forças progressistas e pelo progresso da Nação, conforme reivindicado pelo MUT quando do seu lançamento, cujo programa constava:

> [...] luta pela mais completa liberdade sindical; luta pela melhoria das leis sindicais e de previdência social; luta pelo cumprimento e aperfeiçoamento das leis trabalhistas; luta pela sindicalização efetiva dos trabalhadores do campo e para que lhes sejam asseguradas e reconhecidas todos os benefícios da legislação social; luta pela efetiva democracia

---

contrários à economia nacional, realizando inclusive desapropriações". Ibid., loc. cit. Ainda sobre o assunto, ver: WEFFORT, 1973, p. 74; GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 64.

111 De acordo com Luiz Werneck Vianna, "o progressivo abandono do regime corporativo-autoritário pelas facções das classes dominantes, e com o isolamento político de Vargas, este proporá um novo sentido para a mobilização das classes subalternas", sendo este o motivo da "permissão tácita", dada por Getúlio, para a organização do MUT. Ainda segundo este autor, "[o] interlocutor do chefe de Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa dos assalariados em geral, para o que se despoja do fraseado de colaboração de classes. Atacado pelas classes dominantes, procura estabelecer uma ponte direta de comunicação com as classes subalternas, o que esvaziava o discurso de harmonia e integração orgânica das classes sociais". VIANNA, 1999, p. 309-310

> sindical, assegurando o direito à livre manifestação de opinião nas assembleias e o cumprimentos das deliberações coletivas; luta pela eleição de direções sindicais verdadeiramente representativas.[112]

Em função do desenvolvimento da unidade sindical, sob o impulso dos comunistas e das antigas direções pelegas, agora ligadas ao PTB, vários congressos sindicais foram programados para acontecer no Brasil no primeiro semestre de 1945, como encontros preparatórios para um Congresso Nacional a ser realizado no segundo semestre deste ano.[113] Nos preparativos do evento que se realizaria na Bahia, Juvenal Souto Júnior, dirigente portuário e membro do PCB no estado, declarou, ao jornal *O Momento*, os objetivos do movimento trabalhista na conjuntura do fim da guerra, o que permite entrever o que foi dito acima:

> O movimento trabalhista no após guerra servirá aos interesses nacionais, ajudando ativamente a resolução dos problemas econômicos da Bahia e do Brasil, tais como a planificação econômica, regularização do abastecimento, industrialização, crédito, transporte e produção agrícola, formação de tecidos e operários especializados, etc. Afim de auxiliar a solução de tais questões, nós, trabalhadores, atuaremos nas 'comissões mistas de produção', cooperaremos com os empregadores e o governo, organizaremos 'comissões de vigilância contra a carestia' e teremos, portanto, a maior atuação na vida pública, sempre como força independente. Eis porque a autonomia sindical é um dos pontos básicos do nosso programa.[114]

Contudo, as maiores pressões para a animação do movimento operário vieram mesmo das questões objetivas. Estas impunham à classe trabalhadora o ônus mais pesado da crise econômica, acompanhada de uma violenta pressão inflacionária e incrementada com a guerra, que, para ser gerenciada em função da política do governo que pressupunha o "esforço de guerra", havia possibilitado a intensificação da exploração dos trabalhadores.[115]

Em 1944, eclodiram as primeiras greves no país, ainda sob a vigilância dos órgãos de repressão e do Ministério da Guerra, que se pronunciou informando

---

112 "Pela unidade dos trabalhadores". *O Momento*, Salvador, 14 maio 1945.

113 SEGATTO, 1989, p. 65-66.

114 "Os trabalhadores da Bahia fortalecem sua unidade sindical". *O Momento*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

115 SPINDEL, 1980, p. 60.

ao presidente sobre a existência de "algumas manifestações grevistas" em São Paulo, com "todas elas com a finalidade de aumento de salário", e a mais importante, a da Estrada de Ferro São Paulo Railway.[116] Sobre o assunto, o próprio general Eurico Dutra admitia as pressões objetivas sofridas pelos trabalhadores, haja vista que ainda "não se fez sentir entre o povo o efeito da propalada baixa dos preços dos gêneros de primeira necessidade por parte do Governo do Estado". Segundo o ministro de Vargas: "Esses gêneros continuam a ser vendidos por preços exorbitantes".[117]

Em que pese o fato de que a movimentação operária começasse a preocupar os órgãos governamentais que permaneciam vigilantes procurando atribuir às greves um "caráter comunista" e desestabilizador, o noticiário da imprensa no Brasil continuava sob censura, de maneira que das poucas greves que eclodiram em 1944, só a menor parte pôde ser coberta pelos jornais.

No ano seguinte, entretanto, especialmente com o relaxamento da censura provocado pela anistia, boa parte dos jornais brasileiros, muitos deles interessados na desestabilização política de Vargas, porque ligados aos setores *demoliberais*, como era o caso do jornal *A Tarde*, deram ampla cobertura à escalada grevista que alcançou o país desde o primeiro semestre.[118] Em Salvador, a primeira manifestação grevista a aparecer na imprensa foi da Junta Comercial, iniciada em março de 1944 e que prosseguiu até meados de abril sem encontrar solução, paralisando o setor de arquivo, de registro de contratos, entre outros, provocando sérios prejuízos ao comércio local.[119]

---

116 "Ofícios de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas remetendo os boletins secretos de informações nº 1 e nº 14 sobre agitações políticas em São Paulo...". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.01.11/1, p. 3. O relatório encaminhado ao presidente Vargas pelo General, ainda se refere à greve dos trabalhadores da Estação do Pary (S.P.R.), que teriam parado suas atividades reivindicando aumentos da hora trabalhada de Cr$ 2,05, para Cr$ 3,00, logrando êxito junto à companhia inglesa. Ibid., loc. cit.

117 Ofícios de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas remetendo os boletins secretos de informações nº 1 e nº 14 sobre agitações políticas em São Paulo...". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.01.11/1, p. 3.

118 Do Relatório semanal da 4ª Região Militar, o general Dutra passava a informação para o presidente quanto à ocorrência de uma greve envolvendo cerca de 8 mil operários da St. John Del Rey Mine (Minas Morro Velho), segundo o qual os operários alegavam "ter fome". Para Benedito Valadares, governador do estado de Minas Gerais, "o movimento, apesar de ser pacífico, tem caráter comunista". Segundo o relatório, a impressão do governador é que estava em curso "um trabalho de arregimentação comunista no Brasil, principalmente no seio dos estudantes". Id., ibid., p. 6

119 "Greve na Junta Comercial". *A Tarde*, Salvador, 11 abr. 1944. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

Foi, entretanto, em 1945 que os jornais passaram a se ocupar mais atentamente da movimentação operária, ainda mais porque será neste ano que as pressões começarão a se abater sobre o governo pelo restabelecimento do direito de greve, suspenso desde a criação das leis de exceção ainda nos anos 1930 e, depois, praticamente suprimidos com a Constituição de 1937.

Como participante da Conferência de Chapultepec, realizada no México, no mês de março, o Brasil ratificou as decisões do conclave que, entre outras coisas, reconheciam o direito de greve aos trabalhadores, numa medida certamente tomada em função da grande força adquirida pelos trabalhadores e pelo movimento comunista no fim da guerra, mas também pela aproximação de Getúlio com a classe operária no período. Mesmo assim, o ministro do Exterior brasileiro, Leão Veloso, apresentou a necessidade de "um esclarecimento referente ao assunto", segundo os termos da Constituição vigente, o que adiava a decisão sobre as greves.[120]

Ainda no mês de março de 1945, os operários da Companhia Paulista da Estrada de Ferro se declararam em greve por melhores salários, num movimento que inaugurou o surto paredista no Brasil depois do relaxamento da repressão e ainda antes da decretação da anistia e do lançamento do MUT. Concentrada em Campinas, a greve obteve alguma solidariedade e a tentativa de mediação da parte de Alfredo Nogueira, presidente do Sindicato dos Professores daquela cidade.

Nogueira, ao tentar mediar o conflito, oferece uma dimensão clara da atitude dos trabalhadores para com os sindicatos oficiais em 1945. O professor informava ao governo "que milhares de ferroviários, trabalhadores em carris urbanos, num ato de desespero, devido aos salários ínfimos, em face do custo de vida, situação que os força a virem passando fome e necessidades" haviam se declarado "em greve pacífica". Entretanto, a greve provocava transtornos e os sindicatos seriam impotentes para convencer os trabalhadores a voltarem ao serviço "visto não inspirarem confiança nos operários", motivo pelo qual o docente pedia ao governo a decretação urgente da liberdade sindical e o reconhecimento do direito à greve, "conforme o previsto na Conferência de Chapultepec, afim de evitar um maior desprestigio das associações de classe".[121]

---

120 "O Brasil aprovou a proposta do direito de greve". *A Tarde*, Salvador, 20 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

121 "A greve dos ferroviários paulistas". *A Tarde*, Salvador, 31 mar. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*; "Greve dos ferroviários paulistas". *A Tarde*, Salvador, 2 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

Em abril, enquanto os jornais noticiavam a vitória dos ferroviários da Companhia Paulista, que fizeram uma greve sem o apoio do sindicato, eram anunciadas paralisações entre os condutores e motorneiros da Companhia Campineira de Tração, que reclamavam "aumento de salários", e entre os empregados da companhia de Cervejaria Columbia, pelo mesmo motivo. Ambas as categorias atuavam também em Campinas, assim como a dos ferroviários vitoriosos na recente greve, o que demonstra que o espírito de luta e o temor de represálias ia, aos poucos, cedendo espaço à disposição para o confronto em função da degradação das condições de vida e da vitória de algumas *paredes*. Assim, ao que parece, tornava-se por vezes prescindível, em certo sentido, a presença dos sindicatos e do Ministério do Trabalho como legitimador e mediador da mobilização conflitiva que começava a avançar pelo país.[122]

Ainda em abril, os trabalhadores das docas de Santos deflagraram uma greve. "[P]retextando a baixa de salários, pedindo aumento, além de outras reivindicações", os portuários santistas, uma categoria com longa tradição de luta, paralisaram os trabalhos nos navios, "que ficaram impedidos de sair". Tendo sido atendidos nos seus pleitos pela Companhia das Docas, que prometeu o aumento imediato de 30%, e, depois de alguns dias, de mais 10%, os operários suspenderam a greve e voltaram ao trabalho.[123]

De acordo com Fernando Teixeira da Silva, entre fins do Estado Novo e meados de 1947, o Sindicato das Docas de Santos contava com uma direção petebista "embora militantes comunistas passassem a alcançar crescente êxito na organização dos trabalhadores e a liderar movimentos grevistas e reivindicatórios".[124]

Apesar disto, ou justamente por conta disto, na Bahia, os dirigentes do nascente MUT vieram a público desaconselhar "quaisquer movimentos grevistas e agitações que não se fundem nas justas aspirações econômicas e sociais da classe trabalhadora e do povo em geral". As lideranças do MUT, ligadas ao PCB e ao

---

122 "Venceram os ferroviários grevistas"; "Novos operários em greve", *A Tarde*. A respeito da presença dos sindicatos nas greves citadas, não pudemos identificar o papel que haviam cumprido no conflito. No entanto, deve-se admitir a força que possuíam nos processos de mobilização/desmobilização da categoria, em função dos longos anos em que a legislação lhes conferiu a chancela de serem os únicos interlocutores frente aos patrões. Sobre o assunto, são importantes as análises contidas em FORTES, Alexandre *et al. Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

123 "Greve nas docas de Santos". *A Tarde*, Salvador, 4 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

124 SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. *In:* FORTES, Alexandre *et al.* Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. p. 83, nota 18.

PTB, em perfeito acordo com a linha política de "ordem e tranquilidade" adotada pelos comunistas, entendiam como prejudicial à transição para a democracia "as agitações verificadas nesta capital e em vários Estados". Por isso, denunciavam as "motivações políticas" desses movimentos, que seriam "energicamente repelidos pelo proletariado organizado".[125]

No primeiro trimestre de 1945, uma onda de greves havia atingido o Brasil e as lideranças organizadas do operariado, comunistas e trabalhistas, principalmente, mas também correntes independentes, como a União Trabalhista Democrática dos Carris Urbanos (UTD), de São Paulo, temiam perder o controle da mobilização que ocorria entre os operários, o que levou seus dirigentes a lançar um manifesto aos trabalhadores em geral, "advertindo-os contra os movimentos paredistas e perturbações que não resolvem os problemas dos operários".[126]

O trabalhadores viviam acossados por longos anos de exploração, baixos salários e inflação alta, de maneira que pareciam pretender ir além dos limites apresentados pelos dirigentes sindicais, o que poderia prejudicar, pela ótica dos comunistas e trabalhistas, os planos comuns de uma saída política *pacífica* para a democratização do país com Vargas. Como sugere Giovannetti Netto, os pecebistas haviam trocado "a linguagem revolucionária pela linguagem reformista", desnudando "o propósito do Partido de colocar-se como intermediário entre o operariado e o governo, transformando-se num instrumento do poder, o que lhe custaria, anos depois, uma severa, mas pouco eficiente autocrítica [...]".[127] Neste sentido, são claras as palavras de Luiz Araújo, líder comunista e secretário-geral do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizado em maio:

> Quando reivindicamos medidas de colaboração na solução dos problemas da Bahia e do Brasil, estamos lutando pela emancipação econômica e política de nossa Pátria. Quando reivindicamos medidas de cooperação sindical, estamos lutando pela solução dos nossos problemas, *dentro da ordem e do respeito mútuo entre as classes*. Quando reivindicamos medidas para os problemas da paz democrática, *estamos lutando por uma saída pacífica da crise política brasileira, outra*

---

125 "Protestam os operários". *A Tarde*, Salvador, 6 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

126 Segundo os dirigentes da UTD, "o direito à greve ainda não foi restituído, e, estando o país em estado de guerra, com a Força Expedicionária lutando na Europa, impõe-se que a retaguarda se mantenha unida e intensifique o esforço de produção". "Um manifesto da UTD aos trabalhadores". *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

127 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 51.

> *qualquer solução violenta é desligada do povo brasileiro;* estamos lutando pela consolidação da amizade do Brasil com todos os países democráticos, contra os novos métodos mascarados do nazi-fascismo; estamos lutando contra a articulação do integralismo, que visa reforçar a sua obra de traição e de miséria.[128]

A despeito do que foi dito acima, não se pode dizer que os comunistas não estiveram presentes nas inúmeras greves que animaram o movimento operário no Brasil em 1945. Como sugere Weffort, os comunistas e os dirigentes do MUT "[f]arão o possível para evitar as greves, mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis".[129]

Para o PCB, não era tarefa fácil lidar com o seu principal interlocutor, para quem e por quem, em princípio, o Partido Comunista havia sido fundado e lutado desde 1922 e durante os anos em que as condições adversas lhe tinham impossibilitado de ser a vanguarda do proletariado, objetivo pelo e para o qual tinha nascido. Em virtude disto, os partidários de Prestes caminharão na linha tênue entre a aspiração de ser o melhor ou mesmo o único representante da classe trabalhadora, seu sujeito político por excelência, ou ser o "Partido de todo o Povo", o que implicava agradar vários setores com relações históricas contraditórias e irreconciliáveis.

Em todo caso, é principalmente através da imprensa comunista, que chegara a publicar oito jornais diários em todo o Brasil, em 1946, que os operários se nutrirão de informações e instrumentos para se motivarem para ir à greve, ainda que a recomendação do PCB seja contrária às paralisações.[130] Quanto a isto, não podem restar dúvidas quanto ao papel desempenhado pelos periódicos do Partido Comunista, que pregarão contra o aumento do custo de vida, o desabastecimento e as pressões inflacionárias, temas às vezes esquecidos pelos jornais liberais.

A bem da verdade, a postura de denúncia exercida pela imprensa pecebista buscará atender a dois objetivos, correlatos e complementares, quais sejam: permitir às lideranças sindicais comunistas a manutenção da confiança junto à classe operária, ainda que defendessem uma política de "apertar os cintos" para evitar as

---

128 "Os trabalhadores fortalecem a sua unidade". *O Momento*, Salvador, 21 maio 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Grifo nosso.

129 WEFFORT, 1973, p. 90.

130 Entre os oitos jornais diários da imprensa comunista, editados em 1946, destacam-se, além de *O Momento*, que em março de 1946 passa a ser diário, o *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, o *Hoje*, de São Paulo, o *Folha do Povo*, de Pernambuco, *O Democrata*, do Ceará e a *Tribuna Gaúcha*, do Rio Grande do Sul. Além disso, o PCB editava também *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido, e influenciava várias publicações da grande imprensa. SERRA, 1987, p. 30-31

"provocações grevistas"; e alertar aos patrões para o degradante estado de pobreza em que vivia a maioria dos trabalhadores do país, tentando sensibilizá-los para a concessão de aumentos, esforço necessário à construção da unidade e à "cooperação entre as classes" que o partido de Prestes vinha defendendo.

Com o espírito descrito acima, uma reportagem do jornal *O Momento*, em sua edição de número 10, de junho de 1945, traz um gráfico em que se evidencia a subida dos preços do açúcar, leite, pão e ovos desde 1939, apresentando os minutos que precisavam ser trabalhados para se adquirir tais produtos. Para que um trabalhador pudesse levar para casa uma libra de pão (cerca de 450 g), tinha que dedicar 15 minutos de trabalho diário em 1939, 38 em 1943 e 85 minutos em 1945; para comprar um litro de leite, precisava trabalhar 28 minutos em 1939, 60 em 1943 e 130 em 1945; se fosse um quilo de açúcar, seriam, em 1939, 38 minutos, 80 em 1943 e 120 minutos em 1945; finalmente, para comprar uma dúzia de ovos, um trabalhador precisava laborar 75 minutos em 1939, 290 minutos em 1943 e absurdos 300 minutos em 1945.[131]

Tratava-se de uma situação realmente grave, acentuada pelo desabastecimento da carne verde e pela existência de diversos monopólios atacadistas, que vinham sendo denunciados pela imprensa pecebista ao longo de todo o ano de 1945. Foi também a este propósito que a Comissão Executiva do recém-fundado PSB escreveu um telegrama a Getúlio, preocupada com a escalada de greves no país, atribuindo a mobilização paredista à "alta contínua de todas as utilidades provocadas por uma sede incalculável de lucros", o que tornava a vida dos trabalhadores "impossível", provocando "reclamações coletivas que já estão a transformar-se em centenas de greves", cujas causas seriam "exclusivamente econômicas".[132]

Não é de surpreender, portanto, que, apesar da exortação comunista de "apertar os cintos", corroborada por quase todas as direções sindicais, as greves tenham se proliferado ao longo de todo o ano de 1945, quando se contavam às dezenas. A este respeito, em Porto Alegre, chegou-se a falar que o movimento tomava proporções de "greve geral", visto haver atingido, em abril, diversas categorias que pleiteavam "medidas no sentido de melhorar a precária situação financeira em que se acham",

---

131 "Economia: alta vertiginosa dos preços". *O Momento*, Salvador, 11 jun. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

132 "Telegrama da Comissão Executiva do PSB (SP – São Paulo) a Getúlio Vargas comentando a situação de carência dos trabalhadores brasileiros". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.05.20/2, p. 1.

como bancários, motorneiros, ferroviários e os mineiros de São Jerônimo, que haviam paralisado os serviços reivindicando melhores salários.

Por conseguinte, a movimentação operária, que às vezes nem desembocava numa greve de fato, atingia todo o país, de norte a sul, ocupando as páginas dos jornais como as do vespertino baiano *A Tarde*, de onde foram retiradas as informações para a composição do "Quadro de greves no Brasil em 1945" (APÊNDICE A), com um rápido panorama sobre os movimentos que atingiram o Brasil até 29 de outubro de 1945, dia da deposição de Vargas.

De qualquer forma, depois de dar ampla publicidade às greves, *A Tarde* passa a fazer coro com líderes sindicais que tudo faziam para evitar as paralisações, como foi o caso da ameaça que pesava sobre a Companhia Linha Circular de Salvador (CLC), cujos operários, condutores e motorneiros, que ameaçavam paralisar os serviços, terminaram sofrendo a intervenção mediadora do sindicato da categoria. O sindicato, mesmo falando do aumento do custo de vida e dos baixos vencimentos percebidos pelos trabalhadores, dizia contar com a "aquiescência do chefe" para "resolver tudo pacificamente".

A atitude do dirigente sindical, cuja provável orientação era comunista ou trabalhista, mereceu o elogio do chefe de polícia local, que afirmou que as greves "não estavam sendo provocadas pela esquerda".[133] Também com este propósito, o ex-interventor do estado de São Paulo, João Alberto, afirmou que "as esquerdas não estão fomentando as greves que deflagraram em todo o país".[134] De fato, a depender da posição de pecebistas e petebistas, o espírito era mesmo o de "cooperação entre as classes", que precisaria envolver o "proletariado, a burguesia e as classes médias", dentro de determinados princípios, como expunha matéria do jornal *O Momento*:

> Primeiro que tudo, é preciso compreender que a cooperação entre as classes não é uma arma de nenhuma classe para servir-se contra outra, mas, legitimamente, uma orientação determinada pelas novas condições criadas no mundo pela guerra de libertação dos povos, que ensinou a todos os homens o largo caminho da solidariedade para ganhar a guerra e que precisa ser utilizado para ganhar a paz, cujos problemas são tão importantes quanto os da guerra. Em segundo lugar, é preciso compreender que ao proletariado não importa aceitar essa política, porque ele já é suficientemente senhor de si para deixar-se

133 "As greves decorrem da alta dos preços". *A Tarde*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

134 "O Sr. João Alberto defende as esquerdas". *A Tarde*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

> envolver por qualquer manobra contra os seus interesses e que, com a guerra, desenvolveu-se bastante sua consciência de classe e a sua unidade, condições básicas para a sua atuação como força independente na vida política nacional. Em terceiro lugar, é preciso entender que essa atitude do proletariado está condicionada a pontos fundamentais de sua vida e dos interesses da nação, que para haver o entendimento é necessário que as demais forças progressistas respeitem os seus direitos a uma vida digna, sem temor, sem miséria e com o trabalho certo e bem remunerado. Em quarto lugar, é preciso compreender que a própria burguesia progressista está interessada em trabalhadores especializados, eficientes e educados, sem o que não será possível o desenvolvimento da indústria, o melhor e mais racional aproveitamento dos nossos campos e mais riquezas. Em quinto lugar, é preciso compreender que a maior e mais segura garantia para que os trabalhadores conquistem os seus direitos tão negados e contrariados até agora, será o governo popular, de sua escolha, que defenda os seus sagrados interesses, que sairá da futura eleição, na qual a sua atuação será decisiva.[135]

A palavra de ordem dos comunistas para a conjuntura era, com efeito, "apertar os cintos" e entrar nos sindicatos, evitando-se, a todo custo, as provocações que os agentes da reação, da "quinta-coluna integralista" e da "canalha trotskista" tentariam impor para confundir os trabalhadores no caminho da democracia. Segundo Prestes dizia, seria através dos sindicatos que "mais facilmente" se poderia exercer "a vigilância de classe contra o provocador fascista que luta pela divisão do movimento operário para que as grandes empresas reacionárias possam descarregar o

---

135 "O proletariado brasileiro e a política e cooperação". *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Num outro artigo, publicado em junho, o semanário comunista persiste na afirmação da linha de cooperação entre as classes: "A luta por melhores salários pode e deve tornar-se uma aspiração geral encaminhando-se dentro do espírito de cooperação de classes. Os sindicatos de classes, sem maiores delongas, precisam pôr-se à frente das reivindicações de seus associados, compreendendo que somente assim conseguirão fortalecer-se, prestigiar-se ante sua massa, preencher suas verdadeiras finalidades sociais. Levantando em suas assembleias o problema dos salários de seus membros, os sindicatos terão ensejo de retomarem o caminho honroso que a tradição lhe impõe como órgãos de defesa dos interesses de sua classe. E isso pode e deve ser feito com o apoio da lei, com o amparo das autoridades especializadas que, certamente, não se negarão a proteger as justas pretensões dos sindicatos. Não devemos admitir também que ainda possam existir patrões que se neguem a cooperar com os seus operários e empregados no debate desse interesses comuns, protelando remunerações mais justas a quem tanto tem feito por merecê-las". Dessa forma, concluíam: "A luta por melhores salários para todos os trabalhadores, dentro do mais compreensível espírito de ordem, tem todas as probabilidades de ser em nossos dias uma luta vitoriosa". *O Momento*, Salvador, 25 jun. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

peso da situação econômica sobre os consumidores e, portanto, sobre os próprios trabalhadores".[136]

Apesar de toda a exortação comunista, a situação era grave e não poderia deixar de despertar o senso de oportunidade dos setores *demoliberais*. Estes, muito embora pretendessem evitar que a escalada de greves desembocasse numa perda de controle por parte das lideranças que moderavam no discurso, jogavam alguma lenha na fogueira para enfraquecer o governo de Getúlio Vargas. O ex-deputado autonomista Luiz Viana Filho procurou resumir o enredo do ponto de vista dos liberais baianos que, de resto, defendiam a mesma posição que os liberais do restante do país:

> O que esses fatos demonstram – greve no Rio Grande, greve em Santos, greve no Rio, greve na Bahia. – é justamente o oposto do que se alardeava pelos jornais do governo. Longe de estarem tão mimados pela ditadura quanto se dizia, os trabalhadores brasileiros estavam apenas asfixiados pela mesma compressão que amordaçava todas as vezes. [...] Hoje os ventos mudaram. A ditadura está soçobrando rapidamente. E então, por uma dessas ironias, os primeiros beneficiários da agonia do regime que tanto se gabava de proteger os trabalhadores, reconquistando o direito de não permanecerem na miséria, ludibriados pelo salário mínimo, enquanto os apaniguados da ditadura fazem fortunas imprevistas e mirabolantes.[137]

Enquanto isso, comunistas e trabalhistas continuavam lutando para evitar a deflagração de greves, alegando ser este o último recurso a que os trabalhadores lançariam mão, ao que obtiveram, de fato, algum sucesso, principalmente a se acreditar que o refluxo das greves tinha relação com a política das direções sindicais.

Em todo caso, conforme "Quadro de greves no Brasil em 1945" no Apêndice A, é possível se verificar que o movimento paredista, depois de iniciado em março e cujo pico se dá em abril, vai refluir gradualmente em maio, sem desaparecer por completo, só voltando a se intensificar no final do ano de 1945.[138] Será no segundo

---

136 PRESTES apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 38. O discurso de Prestes está repleto de referências aos "agentes da desordem" que, além da reação, incluía os trotskistas.

137 Luiz Viana Filho. "Os operários e o Estado Novo". *A Tarde*, Salvador, 11 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

138 Sobre a intervenção dos dirigentes que tentavam evitar as greves, há um exemplo, entre tantos outros que poderiam ser citados, e que se encontram tanto na imprensa comunista como nos jornais da grande imprensa do País. "Os dirigentes do sindicato dos empregados de transporte da Light entregaram um memorial solicitando aumento de salários. Entrevistado pela

semestre deste ano, contudo, que os atritos entre os comunistas e os setores dissidentes dos governos e demais liberais opositores a Vargas se acentuarão, vindo a provocar um desfecho, senão imprevisível, ao menos dado como improvável pelo PCB, que, a partir de agosto, passou a defender mais intensamente a instalação da Assembleia Constituinte, só que com Getúlio Vargas na presidência.

Interregno: o golpe de 29 de outubro de 1945

Algumas greves deflagradas ainda no primeiro semestre de 1945 incomodavam os governistas e deleitavam a oposição liberal. Por vezes, chegaram a ganhar ares de confronto entre os próprios trabalhadores, quando estes estavam cindidos entre os que se encontravam dispostos a ir à greve e os que continuavam temerosos com a possibilidade de retaliações e repressão. Este foi o caso da greve deflagrada entre os tecelões das empresas baianas São João e Paraguaçu, que pretendiam estabelecer uma greve geral entre os têxteis até alcançar a gigante Empório Industrial do Norte, dos herdeiros do grande empresário Luiz Tarquínio. Reivindicando aumentos na ordem de 50%, os operários têxteis

> Dirigiram-se à Fábrica de Tecidos da Boa Viagem, e ali se postaram concitando os trabalhadores desse estabelecimento a que viessem à rua tomar parte no movimento. Como os operários da referida fábrica não quisessem aderir, lá ficaram os grevistas, em manifestações contra os mesmos e seus patrões. A Gerência do Empório Industrial pediu à Polícia medidas de proteção, no caso de quererem os grevistas causar danos materiais à fábrica.[139]

Ocorreu que os operários da Empório Industrial terminaram aderindo depois do piquete na porta da fábrica, mas a greve não transcorreu sem confusão, "distúrbios e agressões". No dia 5 de agosto, os operários resolveram acabar com a parede depois de arrancarem 35% de reajuste, contra a posição dos contramestres que pretendiam prosseguir na greve reivindicando participação nos lucros. O resultado foi a intervenção da polícia, que ocupou a frente da fábrica, somente se retirando a

---

reportagem o presidente do sindicato informou que havia inicialmente uma greve em projeto mas, abortou, graças a intervenção do sindicato. Somente em recurso extremo os operários irão a greve". *A Tarde*, Salvador, 12 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*. Ainda, sobre o assunto, ver: WEFFORT, 1973, p. 103, nota 29.

139 "Greve entre os operários das fábricas de tecidos". *A Tarde*, Salvador, 18 jul. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

pedido do delegado do Ministério do Trabalho, que também interveio para garantir que os operários pudessem reassumir os seus postos.[140]

Situações como a descrita acima podem ter sido comuns, ainda mais porque as direções sindicais, principalmente os comunistas e trabalhistas, que tudo vinham fazendo para evitar as greves, pareciam estar prestes a perder o controle da situação diante de operários, cuja paciência tinha se esgotado visto se encontrarem em estado de necessidade e com os salários bastante aviltados. Isto quando não eram eles próprios a radicalizar em função da pressão exercida pelos trabalhadores da base sobre as direções sindicais. De outra forma, as tentativas da oposição liberal em criar uma situação adversa para o governo também podem ter favorecido, ao menos num primeiro momento, um clima propício para as paralisações.

Ao contrário do que afirma Weffort, as greves não estiveram "determinadas" pela "capacidade de controle" exercida pela aliança entre o PCB e Vargas. Na verdade, elas foram palcos de conflitos em que as pressões objetivas forjavam direções improvisadas que terminavam por se confrontar com os sujeitos políticos historicamente reconhecidos como dirigentes dos trabalhadores. Nestas situações, grupos distintos, lideranças emergentes, e mesmo indivíduos não organizados, esgrimiram seus argumentos contrapostos, como se supôs que tivesse acontecido entre março e abril, quando várias dezenas de paralisações foram registradas, muitas delas contra a vontade de comunistas e trabalhistas. Após refluir em maio, a movimentação grevista veio a recrudescer no final de 1945, quando a conjuntura macro política já havia dado importantes sinais de mudanças.[141]

Nesse sentido, em 18 de abril de 1945, João Vieira de Macedo, amigo de Getúlio Vargas, escrevia de Porto Alegre ao presidente, por ocasião da passagem da sua data natalina a ser comemorada no dia seguinte. Justificando a ausência em encontro pessoal, em virtude de uma morte na família, aproveitava para dar notícias da movimentação grevista no Rio Grande do Sul, um dos mais ativos, e apontar o bom proveito que a oposição tirava das paredes. Sobre a greve, diz o missivista "[esta] nos impressionou no princípio; mas em seguida tudo se dissipou, graças à energia do Ernesto [Dornelles, interventor]". Segundo o conterrâneo de Getúlio:

---

140 "Terminou a greve da fábrica de Boa Viagem". *A Tarde*, Salvador, 6 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

141 Weffort contabiliza apenas oito greves, somados Rio de Janeiro e São Paulo, entre abril e maio de 1945, o que pode ser parte da verdade, já que nestas duas regiões o movimento paredista só vai avançar depois de outubro, mas as greves foram em quantidade muito maior do que o indicado por este autor e seria preciso raciocinar em um plano mais geral já que o PCB também atuava em outras partes do Brasil. WEFFORT, 1973, p. 89

"A canalha quis explorar os fatos e nada conseguindo procurou atirar a responsabilidade para o Centro, caindo no ridículo".

Enquanto isso, dizia, a oposição trabalhava "contente" e, "com o silêncio da situação", ganhava "algum terreno", pois haveria "uma atmosfera de desconfiança e a [sic] dúvidas dada a falta de ordens categóricas, se estabelece, alimentada pelos boatos". João Vieira de Macedo ainda demonstra desconfiança quanto à candidatura de Eurico Dutra, apoiada pelo presidente, mas dedica poucas linhas ao tema, preferindo afirmar, apenas, que confia na vitória do ministro de Vargas, despedindo-se em seguida, com cordiais saudações ao amigo presidente.[142]

Enquanto as forças políticas trabalhavam para emplacar as candidaturas situacionista de Eurico Dutra, pelo PSD, e oposicionista de Eduardo Gomes, pela UDN, os comunistas emitiram sinais ainda mais evidentes de que pretendiam uma solução de continuidade com Getúlio no poder, ao menos postergando as eleições presidenciais para após o estabelecimento da Constituinte. Sobre o assunto, ainda em junho, o ex-interventor da Bahia, Juracy Magalhães, que tinha estado com Luiz Carlos Prestes no Rio de Janeiro, disse que o líder comunista queria a "inversão do processo de constitucionalização do país, elegendo-se, inicialmente, a Assembleia Constituinte".[143]

A palavra de ordem "Constituinte com Getúlio" nunca foi pronunciada pelos partidários de Prestes, não obstante a ideia ter sido defendida pelo PCB no segundo semestre de 1945, quando o Partido optou por defender o adiamento da eleição presidencial em benefício do processo Constituinte.

Em agosto, os comunistas se reuniram no chamado Pleno da Vitória. A política foi aprovada sem que tivesse uma formulação mais categórica sobre o tema. Na ocasião, os comunistas escolheram o Comitê Nacional (antigo Comitê Central) e fizeram um balanço dos primeiros meses depois da anistia e de atuação legal do Partido. Esboçando uma primeira autocrítica quanto ao apoio incondicional ao governo, mas reafirmando o "acerto no fundamental", o PCB considerava que parte dos avanços ocorridos eram em função da sua linha, o que teria determinado sua aproximação ainda mais decidida com Getúlio, muito embora conjuntural.

Quanto à direção do Partido, o Pleno da Vitória consolidou o núcleo dirigente saído da Mantiqueira a partir do grupo da CNOP e do grupo de Arruda Câmara,

---

142 "Carta de João Vieira de Macedo a Getúlio Vargas relatando movimentos grevistas no Rio Grande do Sul e a desconfiança reinante no Estado em relação à candidatura Dutra". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.04.18, p. 1-2.

143 "Prestes não quer eleições presidenciais". *A Tarde*, Salvador, 2 jun. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

agora reconhecido como segundo homem do PCB, atrás apenas de Prestes. Também se incorporavam dirigentes de outros estados do Brasil que não tinham participado da II Conferência Nacional, como o membro do CR-BA, Simão Alves (João Severiano Torres), entre outros, e o Comitê Nacional (CN) ficou assim formado: Luiz Carlos Prestes, secretário-geral, Álvaro Ventura, tesoureiro, Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Grabois, João Amazonas, Agostinho Dias de Oliveira, Pedro de Araújo Pomar, Milton Cayres de Brito, Francisco Gomes, Jorge Herlein, Lindolfo Hill, Ivan Ramos Ribeiro, Simão Alves, José Francisco de Oliveira, Celso Cabral, Carlos Marighella, Amarílio Vasconcelos, Antônio Soares de Oliveira, Claudino José da Silva, Domingos Marques e Mário Scott como membros efetivos; Abílio Fernandes, Vitorino Antunes, Francisco Chaves, Valdir Duarte, Armênio Guedes, Iguatemy Ramos, Fernando de Lacerda como suplentes. Já a Comissão Executiva ficava assim formada: Prestes, Álvaro Ventura, Arruda Câmara, Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, Milton Cayres de Brito, Ivan Ramos Ribeiro e Lindolfo Hill.[144]

Sobre o balanço da linha política que o Partido vinha adotando, considerava-se o acerto, no fundamental, da linha aprovada na Conferência da Mantiqueira. Todavia, apontava-se criticamente o tipo de apoio que seria oferecido a Vargas, tema que não havia aparecido no discurso de Prestes no estádio do Vasco da Gama em maio. Para os comunistas, cujo informe aprovado no Pleno da Vitória tinha sido elaborado pelo secretário-geral, ou seja, pelo próprio Prestes, vivia-se uma nova era no mundo, marcada pela vitória das democracias sobre o totalitarismo, o que apontava para a possibilidade de um longo período de desenvolvimento pacífico entre as nações do planeta.[145]

Sobre a situação nacional, os pecebistas reconheciam "as consequências da derrota de 1935", afirmando que o Partido estava "infiltrado por ideologias estranhas", sendo "um partido pequeno e pouco ligado às massas", utilizando-se dos "mais falsos métodos de organização e, incapaz, portanto, de resistir à brutalidade da repressão", o que o teria levado "ao quase completo esfacelamento". Destacava-se

144 Os dados foram extraídos das seguintes matérias do jornal *O Momento*: "Brilha agora uma nova luz. Imponente festa do povo a instalação do Comitê Nacional do PCB". *O Momento*, Salvador, 13 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais; "Assembléia Constituinte é a mais sentida aspiração do brasileiro. Resolução do Comitê Nacional no 'pleno da vitória'". *O Momento*, Salvador, 20 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. John Dulles, a partir de um informe de Prestes dado em 1954, cita uma composição diferente para a Comissão Executiva do PCB, que seria formada por Prestes, Arruda Câmara, Grabois, Amazonas, Agostinho de Oliveira, Pomar, Francisco Gomes, Jorge Herlein e Lidolfo Hill. DULLES, 1985, p. 273

145 PRESTES, 1947, p. 133.

o papel cumprido pela CNOP na "reorganização e recuperação do Partido, esforço coroado com sucesso na Conferência Nacional de agosto de 1943".

Os comunistas percebiam o acerto da não caracterização do governo de Vargas como fascista a partir de um determinado momento, visto que dele participavam "reacionários sem dúvida, mas igualmente homens que sinceramente lutavam pela democratização do país", ao que a Conferência teria sabido "traçar a linha justa de luta pela 'união nacional em torno do governo', do 'apoio irrestrito à política de guerra e ao governo que a realiza'". Não obstante, prosseguia o documento, ainda que "justa no fundamental", a política de *apoio incondicional* ao governo havia levado o Partido à "passividade" e a um "certo espontaneísmo na luta pela democracia no país". Tal política de apoio ao governo, caso fosse posta em prática até as últimas consequências, "justificaria o desaparecimento da própria organização partidária então ilegal, perseguida pela polícia e seu Tribunal de Segurança".[146]

Prestes considerava, no seu informe, que, embora correta no que era essencial, a linha adotada na Conferência da Mantiqueira não tinha sido capaz de "assinalar que a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país", ao mesmo tempo em que "não soube mostrar ao Partido e ao próprio governo o quanto seria este reforçado e o quanto seria mais sólida a união nacional, à medida que fossem dados passos no sentido da democracia".

Da mesma forma, a Carta Pública do Partido, nomeadamente o Manifesto dos líderes da esquerda, muito embora de suma importância para a ação prática do PCB, tinha utilizado "formulações pouco felizes como a do *governo de coalizão*" que, segundo o dirigente comunista, era "por demais vaga" e passível de "diversas interpretações", dando margens e pretexto para o combate ao Partido e a "demagogia golpista".[147]

Nesse sentido, prosseguia Prestes, o "melhor caminho para a efetiva democratização do país" não era, certamente, "o estabelecido no Ato Adicional [nº 9, de fevereiro de 1945, que convocava eleições gerais]". Melhor seria a "convocação de uma Assembleia Constituinte, em que os verdadeiros representantes do povo possam livremente discutir, votar e promulgar a Carta Constitucional que pede a Nação". Assim, para o PCB, a instalação da Constituinte deveria preceder as eleições presidenciais, situação em que seria o próprio presidente Vargas a conduzir o processo, motivo pelo qual os pecebistas pediam a postergação das eleições presidenciais marcadas para dezembro junto com a Constituinte.

146 PRESTES, 1947, p. 135-137.

147 Ibid., p. 137-140.

> O governo que aí temos é um governo de fato e qualquer eleição presidencial, enquanto estiver em vigor a Carta de 1937, inaceitável para qualquer patriota consciente, nada mais significa do que a simples mudança de homens no poder, a substituição de um governo de fato por outro governo de fato, igualmente armado dos poderes vastos e arbitrários que confere ao Executivo a referida Carta.[148]

Pela lógica dos pecebistas, à medida que Getúlio Vargas vinha emitindo sinais de que poderia conduzir o processo de transição sem sobressaltos e se aproximava das massas trabalhadoras, seria melhor que fosse ele próprio a conduzir o processo Constituinte, de maneira a evitar a presença de um reacionário a dirigir a nação em momento tão importante. Em todo caso, a posição do Partido não foi bem recebida pelos setores liberais com quem os comunistas pretendiam trabalhar em prol da União Nacional no caminho da *democracia*.

Na segunda quinzena de agosto, enquanto noticiavam a instalação de comitês do PCB pelo Brasil, órgãos da grande imprensa do país divulgavam notícias sobre o posicionamento dos comunistas que pediam "Constituinte com Getúlio". De sua parte, o próprio governo agia com ambiguidade quanto à possibilidade de adiar o processo sucessório do executivo, o que terminava por provocar ainda mais celeuma nas hostes oposicionistas.[149]

---

148 PRESTES, 1947, p. 156. Definia a sua linha de conduta eleitoral se pautando nos seguintes princípios: "Cabe aos nossos Comitês Estaduais, nesse assunto, a maior iniciativa, *o dever de não poupar esforços para unificar as correntes política de quaisquer tendências em torno de um programa mínimo de união nacional,* visando sempre, como já foi dito anteriormente, levar ao parlamento os melhores representantes do povo, homens de todas as classes sociais, comunistas ou não, que mereçam a confiança popular e sejam realmente capazes de lutar pela democracia e pelo progresso". Ibid., p. 157, grifo nosso

149 A esse propósito, é ilustrativa a resposta enviada pelo Secretário da Presidência da República, Luiz Vergara, a Luiz Carlos Prestes em função do assunto: "Acusando o recebimento do telegrama em que o Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil reafirma apoio e aplauso, às medidas do conteúdo democrático adotadas pelo Governo, e, ao mesmo tempo, reclama a reforma da Lei Constitucional número 9, para o fim de ser convocada a Assembleia Constituinte, o sr. presidente autorizou-me a esclarecer-lhe, em resposta que aquela reforma constitucional foi o primeiro passo para a restauração política do país, seguindo-se o decreto de anistia a lei eleitoral. As correntes de opinião estão sendo organizadas em partidos nacionais, com ampla liberdade de imprensa e propaganda, cabendo-lhes, de ora em diante, orientar as soluções políticas. O processo eleitoral, desde o alistamento até a apuração foi entregue a Juizes e Tribunais escolhidos pela própria Justiça, traduzindo o empenho do Governo em presidir as eleições livres e honestas. Aproveito o ensejo para agradecer em nome do sr. presidente Vargas, as congratulações que lhe enviou por motivo da terminação da guerra mundial". *A Tarde*, Salvador, 29 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

A inquietação tendia a crescer, à medida que crescia a influência do Partido Comunista que agora atuava, além dos sindicatos, nos Comitês Democráticos Populares (CDP). Tais organismos vinham sendo animados pelos partidários de Prestes, quando estes passaram a dirigir seus discursos para um público mais amplo e que extrapolava a classe operária, numa tentativa de transformar o "partido do proletariado" em "partido de todo o povo".

Se os comunistas se dirigiam agora para um segmento não necessariamente vinculado ao mundo do trabalho, nada melhor do que buscar a inserção do Partido em espaços onde antes havia o vácuo político ou, então, a presença de lideranças pouco experimentadas nas lutas cotidianas forjadas na conjuntura da guerra. Com efeito, o PCB incentiva a formação de CDP nos diversos bairros das cidades brasileiras, definindo suas finalidades:

> A principal finalidade destes organismos amplos e unitários é trabalhar pela resolução de problemas de interesse geral, tais como, criação de escolas públicas, melhor iluminação, melhor calçamento, fundação de postos de saúde, saneamento, vigilância contra o 'câmbio negro' e a especulação nos preços dos gêneros, bem como todas as demais questões de interesses coletivos surgidas nos bairros. As 'Comissões Democráticas Populares' são órgãos unitários, não tendo qualquer finalidade partidária. Têm, entretanto, importante missão política a desempenhar. Suas tarefas exigem, portanto, a cooperação de todos os patriotas e democratas para o esclarecimento público sobre a necessidade de eleições livres e honestas, sobre a importância do voto consciente, combatendo-se deste modo o espírito de fraude e de suborno eleitoral; vigilância democrática contra a quinta-coluna, particularmente contra os desagregadores integralistas que continuam fieis ao credo verde; *enfim, atuação decidida no sentido de ser encontrada uma solução pacífica e unitária para a atual crise política brasileira, afim de ser reforçada a união nacional para a democracia, o progresso e a emancipação da pátria.*[150]

Dentro do espírito da União Nacional, agora coadunado com o discurso da "ordem e tranquilidade", os comunistas pretendiam politizar as discussões entre a população nos seus locais de moradia. Evitando-se o exclusivismo da aspiração de serem o sujeito político unicamente da classe operária, pretendiam agora sê-lo de "todo o povo", *consciente e progressista*. Dessa maneira, desde a decretação da anistia,

---

150 "Organizam-se os Comitês Democráticos Populares". *O Momento*, Salvador, 11 jun. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais, grifo nosso.

os comunistas haviam voltado seu olhar e uma parte dos seus esforços para a construção de um trabalho político diante dos setores populares da sociedade brasileira.

À medida que a urbanização avançava nas grandes cidades, as pressões exercidas pelos segmentos mais despojados da população junto aos poderes públicos, em busca da solução de problemas cotidianos e de um espaço para morar, se intensificavam, ganhando ares de confronto, com a invasão de terrenos públicos e privados, que passavam a ser espaços da luta política, reforçados, agora, pela constante presença e intervenção dos pecebistas. Sendo assim, os comunistas envidaram esforços no sentido de abrir interlocução política com agentes sociais que transcendiam o mundo do trabalho, chegando ao plano da vivência cotidiana dos trabalhadores e sua luta por um espaço para viver.[151]

Desbravando um terreno relativamente novo em sua trajetória política, o PCB procurara se mostrar o defensor mais eficaz das demandas populares nos bairros, especialmente aquelas que diziam respeito ao tema da moradia. Sobre o assunto, o jornal *O Momento* dedicou uma reportagem no mês de maio, a primeira de uma série de muitas outras que discutiriam o problema da habitação em Salvador. Com o título "O povo da Bahia já não encontra onde morar", a matéria denunciava o déficit habitacional da capital baiana, onde teriam sido construídas, em dez anos, tantas casas como em São Paulo em apenas um ano, sendo este um "dos nossos mais sérios problemas que está a exigir solução imediata". A reportagem também aponta o estado de degradação das habitações do centro da cidade, a falta de transporte para os bairros e apresenta, ano a ano, de 1935 até 1944, o número de casas construídas em Salvador, que teria um total de 54.395 residências, "inclusive choupanas", para uma população de cerca de 300 mil habitantes.[152]

A despeito da reportagem acima citada, e muito a propósito da situação objetiva em que condições mínimas não tinham sido viabilizadas para solução do problema da habitação na capital da Bahia, um tema historicamente enfrentado pelas

---

151 Segundo Petilda Serva Vazquez, "A criação de Comitês Democráticos Populares tinha como objetivo, na linha de ação do PCB, a organização da sociedade civil, nos moldes democráticos, além, é claro, de ampliar as bases do Partido, incorporando às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato". VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo – Bahia 1942-1947*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986. p. 83.

152 "O povo da Bahia já não encontra onde morar". *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

autoridades, o fato mais importante a se notar é que os comunistas perceberam o potencial da organização do povo a partir dos seus próprios locais de moradia.[153]

Nessas circunstâncias, os pecebistas procuraram se construir como alternativa política nestes espaços, em oposição ao espontaneísmo reinante na organização deste segmento da população e ao clientelismo praticado pelos velhos governantes, que forjavam para si lideranças afinadas com o discurso dominante. Em consequência, quando da deflagração do processo de construção dos CDP, em meados do ano de 1945, o PCB já ocupava posição de destaque à frente da maioria destes organismos que, doravante, dividiriam as atenções da militância do Partido, junto com os sindicatos e a reorganização do movimento operário.[154]

Para desespero dos setores liberais, depois de agosto de 1945, os comunistas passaram a atuar eficazmente nos CDP, levando não apenas a política de União Nacional para o seu interior, mas defendendo a ideia de que o processo Constituinte deveria suceder à eleição presidencial, de maneira a vir a ser o próprio Getúlio a conduzir a transição. Este foi justamente o espírito da ofensiva levada a cabo pelos baianos do Partido Comunista que, em agosto, organizaram uma série de comícios em diversos bairros da cidade do Salvador com o intuito de mobilizar o povo para as eleições que se aproximavam. Com efeito, quando são listadas as localidades da capital baiana onde haveria comícios e onde falariam apenas quatro pessoas, pode-se notar a força que o PCB mobilizava e o papel de direção que exercia, pois, em cada ato tinha, pelo menos, dois oradores relacionados pelo jornal *O Momento*, o que indicaria serem comunistas (alguns são conhecidos), ou estarem na área de influência do PCB.

No bairro operário da Boa Viagem, na cidade baixa, falariam Milton Tavares e Mecenas Mascarenhas; nas Quintas, região central da cidade, os oradores seriam Nilo Pinto e Luiz Henrique Tavares; no Cabula, um bairro de ocupação relativamente recente e com grandes chácaras, interviriam Joel Muniz Ferreira e Jaime Souza Lima; em Brotas, bairro assemelhado com o Cabula, os oradores seriam

---

153 De acordo com Petilda Vazquez, "No sentido de desenvolver o trabalho de massas, os Comitês Democráticos Populares constituíram-se em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo. Face ao compromisso de União Nacional, as lideranças do PCB trataram de instruir os seus militantes, no sentido de que fossem observadas todas as posições, quaisquer que fossem suas direções, desde que inspiradas no compromisso com o povo. VAZQUEZ, 1986, p. 84

154 Os primeiros CDP criados em Salvador foram nos bairros de Itapagipe, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Alto do Peru, Fonte Nova e adjacências. Nomes conhecidos que integram alguns CDP tinham ligação com o PCB, como Luiz Contreiras e Mário Alves, em Itapagipe e Dante Leonelli, na Fonte Nova. Outros tinham apenas relação de simpatia, como Milton e Vivaldo da Costa Lima, também da Fonte Nova. *O Momento*, Salvador, 11 jun. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Virgildásio Sena e Vale Cabral; no Largo do Tanque, um bairro um pouco mais afastado do centro, falariam João Moreira e Luiz Araújo; em São Caetano, localidade relativamente perto do Largo do Tanque, os oradores seriam Carlos Aníbal e Jaime Maciel; na Ribeira, tradicional bairro de pescadores e moradias operárias, Pedro Araújo Lima e Álvaro Rubin; já no Cais do Porto, região central na cidade baixa, Antonio Pascásio Bittencourt e Ariston Andrade; por fim, na Massaranduba, próximo da Ribeira, Antonio Azevedo e Manoel Batista.[155]

Como se vê, o PCB ocupava já todo o espaço urbano da cidade, imprimindo sua linha política e sua palavra de ordem aos Comitês Democráticos Populares que lhe ficaram *atrelados*.[156]

Ao lado dessa capacidade de organização posta ao serviço de uma máquina política testada em longos anos de clandestinidade, ou, talvez, justamente por isso, o PCB experimentou um crescimento vertiginoso na legalidade, ultrapassando a metade de 1945 com mais de 40 mil membros e com um razoável enraizamento na sociedade brasileira, ainda que com um discurso que buscava evitar os confrontos mais abertos.[157] Segundo Arruda Câmara: “Era verdadeiramente emocionante. Nós não sabíamos o que fazer. Estávamos acostumados a dirigir um Partido pequeno. E como dirigir um Partido grande?”.[158]

Apesar das dificuldades em mover agora a gigantesca máquina partidária que se formava, os comunistas passaram a cumprir os ritos da *democracia* que tinham abraçado, instalando Comitês Municipais (CM) e Estaduais (CE) (os antigos Comitês Regionais) em diversas partes do Brasil.

Na Bahia, o CE foi instalado na simbólica data de 2 de Julho, em solenidade na sede da Associação dos Empregados do Comércio à qual teriam comparecido cerca de 5 mil pessoas. O CE ficava assim composto: Giocondo Dias (secretário), João Severiano Torres, Manuel Batista do Souza, João da Costa Falcão, Vale Cabral, Antonio Pascásio Bittencourt, Nélson Schaun, Aristeu Nogueira, João do Carmo e Demócrito

---

155 Na matéria informa-se que já haviam sido realizados comícios na Liberdade, Garcia, Sete Portas, Mares, Santo Antônio e Plataforma. Os comícios relacionados acima seriam realizados entre os dias 21 e 29 de agosto. *O Momento*, Salvador, 20 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

156 VAZQUEZ, 1986, p. 85.

157 Arruda Câmara fala que depois do comício do Pacaembu, realizado em julho, o Partido teria passado para 40 mil membros, alcançando 80 mil em dezembro. CÂMARA 2010. Já Nélson Werneck Sodré calcula em 50 mil o número de membros em fins de 1945. SODRÉ, 1984, p. 116

158 CÂMARA, op. cit.

de Carvalho.[159] Na ocasião, o líder maior do Partido na Bahia, Giocondo Dias, proferiu discurso em que reafirma a linha seguida pelo PCB nacionalmente:

> Aqui na Bahia, o Partido Comunista será um poderoso fator de unidade, de ordem e de garantia para eleições livres e honestas. Não temos compromissos com ninguém; nosso único compromisso é com o proletariado e o povo, é com os interesses da Bahia. [...] Estamos convencidos de que o superior entendimento e a cooperação das diversas forças progressistas do Estado, de dentro e de fora do governo, será a melhor política a ser adotada em benefício da Bahia. [...] Velhas e novas divergências pessoais, que tanto apaixonam os espíritos em prejuízo de uma política de princípios serão os maiores entraves à nossa unidade, mas essas divergências são inúteis e prejudiciais. As únicas divergências com as quais somos intransigentes e inabaláveis, é com aquelas que são levantadas contra o povo e o proletariado. Portanto, companheiros e companheiras, o Partido Comunista irá fazer a sua política eleitoral voltada, não contra as pessoas, mas para os interesses da democracia, da classe operária e do povo. Esta é a nossa bandeira. Por isso seremos implacáveis com os fascistas, com o integralismo.[160]

Em face do avanço da perspectiva de uma sobrevida para o governo de Getúlio, apresentada pelos comunistas e trabalhistas, num movimento que ficou conhecido na história como "queremismo", as tensões entre os setores liberais e os chamados "queremistas" se acirraram. A partir de agosto, enquanto os pecebistas apresentavam seus candidatos à Assembleia Constituinte e requeriam o registro eleitoral do

---

159 "Milhares de pessoas acorreram à solenidade de instalação do PCB". *O Momento*, Salvador, 9 jul. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Segundo, ainda, a matéria de *O Momento*, teriam comparecido diversas autoridades e representantes de partidos, entre os quais, o ex-interventor Juracy Magalhães, além de delegados dos Comitês Municipais do PCB de Ilhéus, Itabuna, Itapira (Ubaitaba), Alagoinhas, Poções, Nazaré, Feira de Santana, Cachoeira, Canavieiras, Santo Amaro, Itaparica e São Gonçalo dos Campos, e de "muitos representantes do interior do Estado, de vários municípios, que pediram inscrição no Partido". O PCB funcionaria na Ladeira de São Bento, nº 7, 1º andar.

160 Giocondo ainda registrava sua profissão de fé na democracia, dizendo: "A existência de um grande Partido Comunista, forte do apoio da classe operária e dos melhores filhos do povo, é um poderoso fator de democracia, unidade, progresso e paz. Cabe à classe operária construir um grande Partido Comunista, há, para isso, todas as condições: a nossa legalidade que é perene e segura; uma linha política justa e proletária; uma compreensão ampla e audaz da nossa organização, condensada nos Estatutos do Partido; a combatividade e a experiência de luta dos nossos quadros velhos e novos e uma direção firme e experimentada, tendo à frente o nosso querido e genial guia, o Camarada Prestes". "Nosso único compromisso é com o povo". *O Momento*, Salvador, 9 jul. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Partido, a imprensa opositora indagava sobre a legitimidade e as boas intenções da posição assumida pelos partidários de Prestes que pretendiam adiar as eleições para a sucessão de Vargas para após o processo Constituinte.

Em meados de setembro, registraram-se os primeiros confrontos de rua entre comunistas e anticomunistas, com a imprensa anotando a "reação dos populares" em manchetes que não deixam dúvidas quanto à posição que os jornais assumiriam dali em diante: "O povo reage contra os comunistas"; "Um conflito provocado pelos comunistas". No corpo da reportagem, abordava-se a "corajosa" atitude que os "populares" haviam tomado contra os comunistas, demonstrando "que a opinião pública quer pôr termo à vergonhosa propaganda do Partido que advoga a subordinação do Brasil a potência estrangeira".

Segundo matéria do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, reproduzida em *A Tarde*: "Os prestistas que se dizem patriotas e estremecem como sensitivas quando qualquer mortal ousa fazer apreciação objetiva sobre a sua terra eleita. Não se pode falar da Rússia que eles não fiquem logo obespinhados [sic] e não podem esconder onde bate o seu coração".[161] Apontavam como provocação a atitude dos comunistas quando "traziam cartazes pedindo a Constituinte", motivo pelo qual teriam entrado em confronto com populares insatisfeitos.

Em consequência do conflito registrado no dia 18 de setembro, que tinha deixado "alguns feridos", a polícia tinha sido chamada, tendo dissolvido a manifestação "e prendendo alguns, que foram entregues à Ordem Política e Social".[162] No dia seguinte, era informada a exclusiva prisão de "alguns comunistas" e também os preparativos da polícia que anunciava medidas "acauteladoras, visando evitar a reprodução de choques entre as duas correntes".[163]

Ainda no dia 19 de setembro, um fato invulgar era noticiado pelo jornal *A Tarde*, o que parecia demonstrar a disposição da grande imprensa em ir a todos os limites da propaganda anticomunista que era deslanchada. Noticiando um comício realizado em Belém do Pará, fato raro em Salvador, já que a imprensa local quase nunca se

161 "O povo reage contra os comunistas". *A Tarde*, Salvador, 18 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*. O jornal não esclarece em nenhuma matéria quem eram os "populares" que se confrontaram com os comunistas, ao que se pode inferir que se tratavam, possivelmente, de grupos com alguma atitude anticomunista, organizados ou não, que estivessem atuando instigados pelas forças reacionárias organizadas e pela imprensa cada vez mais hostil ao PCB.

162 "Um conflito provocado pelos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 18 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

163 "Age a polícia para evitar choques entre comunistas e anticomunistas". *A Tarde*, Salvador, 19 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

referia a acontecimentos no Norte do país, o vespertino baiano trouxe uma matéria com o seguinte título: "São melhores os maridos comunistas", em que se diz:

> No comício comunista, realizado no largo do Relógio, pedindo a decretação da Assembleia Constituinte, falou apenas o líder vermelho Ivan Ribeiro, recém-chegado do Rio. Segundo reportagem publicada na 'Folha Vespertina', criticou as candidaturas do general Gaspar Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. *Sustentou que os comunistas são os melhores maridos e pais, vivendo só para as suas companheiras, enquanto os maridos e os pais burgueses têm amantes.* Os comunistas respeitam a liberdade religiosa e são contrários aos regimes da força, como sejam o integralismo, nazismo, etc. Defendeu o interventor Magalhães Barata das acusações que o povo daqui lhe faz de que tornou a vida difícil. Neste ponto, frisa a 'Folha Vespertina', que o orador declarou textualmente: 'Pouco me importa que os nossos adversários digam, que estamos de mãos dadas com o interventor Magalhães Barata'.[164]

Minimizando o elemento político e adentrando o plano da moral e dos costumes, o jornal liberal baiano, ao que parece, pretendia ferir os brios dos "maridos burgueses", numa cruzada anticomunista que, ao que tudo indica, começa a atingir seus primeiros objetivos, já que, ainda no dia 20, a polícia tinha impedido a realização de dois comícios organizados pelos comunistas, alegando a falta de licença que tinha que ser pedida com 24 horas de antecedência.[165]

No dia 22, entretanto, os comunistas voltaram a se manifestar, prestando "um tributo de vassalagem ao sr. Getúlio Vargas", segundo as palavras de *A Tarde*.[166] Não obstante, enquanto se dirigiam ao Palácio da Guanabara para levar o apelo pró-Constituinte e contra a realização de eleições presidenciais em 2 de dezembro, os manifestantes encontraram o edifício sem o presidente, já que este tinha se retirado da cidade em tempo, "de modo que praticamente a passeata ficou sem objetivo".[167]

A ofensiva anticomunista, deslanchada pelo vespertino baiano *A Tarde*, a partir de agosto, havia coincidido com a visita ao estado do candidato à presidência da

164 "São os melhores maridos os comunistas...". *A Tarde*, Salvador, 19 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*. Grifo nosso.

165 "Não consentiu os comícios comunistas". *A Tarde*, Salvador, 20 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

166 "Semelhante ao que fizeram os queremistas". *A Tarde*, Salvador, 22 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

167 "O presidente saiu da cidade para não receber os comunistas". *A Tarde*, Salvador, 24 set. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

República pela UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes. Ao lado de Octávio Mangabeira, velho líder liberal baiano e expoente máximo da chamada Concentração Autonomista, formada naquele ano com o espólio da velha Liga de Ação Social e política (LASP), o brigadeiro candidato e seus partidários realizaram um comício na Praça da Sé, coração político da capital. Era a primeira vez que o líder udenista baiano pisava em Salvador desde o retorno do seu exílio nos Estados Unidos, em abril.

Na ocasião, Mangabeira havia chegado ao país pelo aeroporto de Belém e, depois de passar por Barreiras, extremo oeste da Bahia, havia viajado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu promovendo articulações políticas pela UDN, que terminaram por conduzi-lo ao cargo de presidente da agremiação.[168]

Na Bahia, Octávio Mangabeira se reuniu com membros da Comissão Executiva da Concentração Autonomista, justamente na sede do jornal *A Tarde*, "quartel general da campanha udenista". Depois de participar de várias homenagens que lhe foram feitas e de visitar a sede da ED, representada no estado por Anísio Teixeira e da qual fazia parte João Mangabeira, seu irmão, que se encontrava no Rio, o líder autonomista deixou a capital no dia 6 de setembro, altura em que acreditava ter assegurado "uma posição de destaque para a elite dirigente baiana na supostamente vitoriosa candidatura 'libertadora'".[169]

Depois da passagem da campanha udenista pela Bahia, Luiz Viana Filho "entrou no campo de batalha, atacando a ditadura estadonovista por todos os lados".[170] Em ataques que remontavam ao mês de março e que se prolongaram até fins de outubro, o ex-deputado autonomista e professor da Faculdade de Direito da Bahia havia escrito 25 artigos defenestrando o Estado Novo, todos publicados no jornal *A Tarde*. Segundo Paulo Santos Silva, "[o]s 'autonomistas' tinham receio de que

168 SILVA, 2000, p. 53.

169 Ibid., 2000, p. 54. Quanto à Esquerda Democrática, cujo manifesto de lançamento veio à público em 25 de agosto de 1945, seu núcleo original, onde constavam os baianos João Mangabeira e Hermes de Lima, tinha participado das articulações da UDN, entretanto, optaram por não integrar a agremiação liberal, demarcando um espaço pela esquerda e fundando a ED. VIEIRA, Margarida Luíza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. v. 5, p. 162-163. De acordo ainda com Margarida Luíza Vieira, no manifesto de lançamento da ED, estava dito que "era democrática pelos princípios defendidos: regime representativo, liberdade de pensamento, crença e culto, autonomia sindical e direito de greve. Era de esquerda por sustentar que 'a propriedade tem, antes de tudo uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo', e por defender um programa de 'reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção'". Ibid., p. 165

170 SILVA, op. cit., p. 55.

Getúlio Vargas não deixasse o governo, recorrendo a manobras, no que se mostrava hábil, para manter-se no poder, ainda que tivesse anunciado desde o início do ano de 1945 a realização de eleições".[171]

O fato mais importante naqueles meses para a oposição liberal, portanto, era a conjunção dos interesses entre comunistas e trabalhistas que, supostamente, articulavam-se em torno de tentativas para manter Getúlio Vargas no poder. Por isso, os liberais se movimentaram, reativando a velha ideologia anticomunista contra a implantação de uma suposta "república sindicalista", um fantasma que "aparecia pela primeira vez na história brasileira", segundo Weffort.[172] Ainda mais porque as greves, embora tivessem refluído no segundo semestre, não haviam cessado completamente, assim também como tinham avançado as grandes manifestações de massa defendendo a Constituinte, o que aterrorizava os liberais brasileiros.

Por seu turno, o próprio Getúlio Vargas mantinha uma linha de interlocução permanente com o movimento sindical no sentido de minimizar a influência nas greves das correntes opositoras e mesmo dos comunistas, os aliados de ocasião. Com efeito, no início do mês de outubro de 1945, o delegado do Ministério do Trabalho, José Soares Maciel Filho, envia uma carta a Getúlio em que relata os sucessos dos acordos que tinham sido feitos com operários grevistas do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, e acrescenta sobre a movimentação de Prestes:

> Ao mesmo tempo em que declarava uma necessidade de cooperação de trabalho para a ordem, Luiz Carlos Prestes enviava uma ala do seu partido, constituída sob o nome de MUTI [sic], isto é, Movimento de União dos Trabalhadores [sic], para falar em ordem e organizar as 'paredes pacíficas'. Substituiu a palavra 'greve' por 'parede'. Seu objetivo era conquistar núcleos em todos os setores sobre a vitória do aumento de salário. Todo o meu trabalho foi feito no sentido de evitar que o prestígio da vitória dos trabalhadores fosse colhido pelos elementos de Luiz Carlos Prestes e, em grande parte, alcancei este intento, sendo que no Distrito Federal e no Estado do Rio o êxito foi de 100%.

Para o informante de Vargas, que se diz "convencido de que o partido 'queremista ainda é o mais forte do Brasil', sob o ponto de vista da opinião pública e da

---

171 SILVA, 2000, p. 55.

172 WEFFORT, 1973, p. 87. Para Rodrigo Patto Sá Motta, o anticomunismo no Brasil surgiu logo após a Revolução Russa de 1917, sendo um fenômeno de dimensão internacional. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 1.

capacidade eleitoral", a situação se apresenta "fluida" quanto à "ordem pública, devido ao choque de interesses militares que está no cartaz". A despeito disto, o missivista observa uma "tendência de muitos elementos militares em torno de uma conciliação", tendo em vista que se acentuava a percepção da necessidade imperiosa de ordem: "O pavor do comunismo é grande principalmente nos círculos militares".[173]

Em meados de outubro, circularam rumores de que o Partido Comunista, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, preparava uma greve geral no país. Num informe dito seguro por ter sido dado por "um Secretário de Região", datado de 13 de outubro, a autoridade policial dava conta da suposta movimentação do líder comunista que teria ido ao Sul do Brasil, e mais São Paulo e Minas Gerais, para preparar o movimento nacional:

> Está preparada a união de todas as forças com que devemos realizar a greve geral; no Rio Grande temos fortes contingentes que entrarão em ação ao primeiro sinal. Prestes dará esse sinal em breve. Contamos com muita gente dos Quartéis e sobretudo das Polícias estaduais. Os velhos Camaradas estão a postos para agirem conjuntamente com os do Uruguay, Argentina, Paraguay, Bolívia e Peru. Tudo isso se desencadeará inesperadamente para os nossos adversários que não terão tempo para pensar, quanto mais agir. Prestes trata disso somente e não de eleições porque isso a nós não interessa mais, já que os reacionários do Exército liquidaram com as nossas pretensões. Pode contar que na volta dele teremos diretrizes rápidas e conjugadas com as forças dos Estados mais importantes. Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e demais Estados do Norte, já estão prontos. Contamos como certa a Greve Geral para em seguida completarmos o resto.[174]

---

173 José Soares Maciel Filho aludia à situação da imprensa, considerada gravíssima: "A situação da imprensa vai se tornando cada vez mais difícil, sob o ponto de vista financeiro. Os operários já pediram e estão obtendo aumentos. O número de jornais aumentou e as exigências de publicidade cresceram, em consequência. Dentro de 60 dias a crise financeira da imprensa será pavorosa. Os ataques se tornarão violentíssimos". E propunha uma solução: "Insisto sobre esse ponto, que é o mais importante de todos. Toda a publicidade, quer do Governo, quer dos amigos do Governo, deve ser concentrada para um único objetivo. Nenhum jornal poderá, dentro do quadro atual, resistir mais de três meses a um boicote de publicidade oficial e de amigos do Governo". "Carta de José Maciel Filho a Getúlio Vargas sobre movimentos de operários na indústria têxtil e as providências que vem tomando". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.10.00/6.

174 "Informação sobre a articulação de uma greve geral no país, planejada pelos comunistas e com a participação de Luís Carlos Prestes". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.10.13/1.

Os rumores eram obviamente falsos, contudo, o Partido Comunista não teve tempo de desmentir. Ocupados em combater a "quinta-coluna integralista", que tentava se organizar em partido, os comunistas brasileiros tinham desenvolvido, apenas e tão-somente, a palavra de ordem União Nacional em relação à oposição liberal e aos setores ditos democráticos da sociedade brasileira, enquanto trabalhavam pela *democracia*. Por este motivo, muito dificilmente acreditariam que setores dissidentes do governo, liderados pela dupla de generais e ex-ministros de Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, outrora chamados de germanófilos pelos pecebistas, agora fustigados pelos *demoliberais* da UDN, desencadeariam um golpe contra Getúlio. Todavia, foi justamente isto que aconteceu.

No dia 29 de outubro, o ditador ou ex-ditador Getúlio Vargas, embalado pela campanha queremista e apoiado por comunistas e trabalhistas, foi deposto do Palácio Guanabara e substituído pelo ministro e presidente do STF, José Linhares, sem opor resistência.[175] Quanto aos pecebistas, foram os únicos a sofrerem perseguições e verem suas sedes invadidas e sua imprensa atingida. Não obstante, quando tudo se acalmou, ainda tiveram ânimo de anunciar que continuavam lutando pela União Nacional, pela democracia e que esperavam consolidar o novo governo, comandando por Linhares, "para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem".[176]

175 Antecipando o estilo que o consagraria em seu derradeiro momento, quando no ato de sua deposição, em 29 de outubro, Vargas escreveu apenas uma pequena carta manuscrita em que disse ter feito sempre a política de "amparo aos trabalhadores", se preocupado sempre com a "sorte dos humildes" tendo "socorrido os necessitados", sendo estes os motivos pelos quais os "poderosos" se inquietavam e os "dominadores" pretendiam "restaurar os velhos processos de ajustes e cambalachos de grupos em detrimento dos legítimos interesses da coletividade nacional". E concluía: "Deixo o governo para que n/causa não se derrame sangue brasileiro – não guardarei ódio nem prevenções pessoais – Sinto que o povo, ao qual nunca faltei no amor que lhe devoto e na defesa dos s/ direitos, está comigo. Ele me fará justiça". "Nota, proclamações e mensagens de Getúlio Vargas ao povo gaúcho e brasileiro comunicando sua renúncia, suas preocupações para com os trabalhadores e razões de seu afastamento". CPDOC/FGV, Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.10.29/2. Depois da citada carta, de 29 de outubro, Vargas ainda faria uma outra, datilografada e endereçada "ao povo brasileiro", no dia 30 do mesmo mês, em que acrescentava a ideia de que teria havido "traição", posto que afirmava ter sido "traído pelo conluio da intriga e da violência", não alterando em nada de substancial a missiva anterior. Ibid.

176 "Manifesto: consolidar o novo governo de fato, para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem". *O Momento*, Salvador, 20 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

CAPÍTULO 5

Sob o domínio do medo

> Provisoriamente não cantaremos o amor, que se
> refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
>
> Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, não
> cantaremos o ódio porque este não existe, existe apenas
> o medo, nosso pai e nosso companheiro, o medo grande
> dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados,
> o medo das mães, o medo das igrejas, antaremos o medo dos
> ditadores, o medo dos democratas, cantaremos o medo da
> morte e o medo de depois da morte,
>
> depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos
> nascerão flores amarelas e medrosas.
>
> (Carlos Drummond de Andrade,
> Congresso Internacional do Medo)

"O Partido comunista quer, precisa, deseja ser compreendido"

Os acontecimentos desencadeados no dia 29 de outubro de 1945, como não poderiam deixar de ser, tiveram ampla repercussão do cenário político brasileiro.

A despeito dos seus significados e do seu largo alcance, se evidenciava o fato de que a deposição do chefe da nação implicava, também, a entrega das chefias dos governos estaduais ao Judiciário, além do fechamento de um longo ciclo político inaugurado em 1930, e surpreende que os lances mais espetaculares do golpe tenham se desenrolado em poucos dias. A este respeito, teriam pesado sobre as decisões dos principais generais golpistas, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, tanto os deslocamentos de Vargas em direção às massas quanto a movimentação política que o chefe da Nação vinha protagonizando na segunda metade de 1945, especialmente os comícios organizados pelos "queremistas".[1]

Parece não haver dúvidas, contudo, de que Vargas trabalhava com a hipótese de permanecer no governo, não obstante jamais demonstrasse isto, preferindo sempre a dubiedade quanto ao assunto, o que dava margem para as pressões dos norte-americanos que, atingidos pelo decreto "antitruste", temiam pelas eleições que estavam marcadas para 2 de dezembro. Por outro lado, sabe-se que os anticomunistas acompanhavam com bastante atenção as aproximações entre Getúlio e o PCB, o que descontentava seus aliados das primeiras horas do Estado Novo. Foi, entretanto, no episódio da substituição de João Alberto, chefe de Polícia do Distrito Federal, por Benjamin Vargas, irmão de Getúlio, anunciada no dia 25 de outubro, que os acontecimentos se precipitaram.[2]

A solução de força que redundou na deposição de Vargas, articulada pelos militares e pelos membros da UDN, teve como corolário a tentativa empreendida pelos pecebistas de estabelecerem a legitimidade imediata do novo governo com a utilização da palavra de ordem "todo poder ao Judiciário".[3] Tal consigna, que pretendia dar um aspecto de representação institucional ao golpe de 29 de outubro, ao mesmo tempo em que visava a conjugação dos interesses dos golpistas aos supremos desejos da Nação, estava implicado na condução do país pelo presidente do STF, ministro José Linhares, com o consequente desmonte do aparato repressivo construído no governo de Getúlio Vargas. Apesar disso, ainda no dia 29, o que se viu foram as sombras do passado, com a prisão de comunistas e sindicalistas e a

1 De acordo com Giovannetti Netto, "O golpe fatídico de 29 de outubro foi uma resposta antecipada à tentativa, por Vargas, de deslocar a base política do Estado Novo para um alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial, plano do qual faziam parte a própria legalização do PCB e que resultaria numa política trabalhista de centro-esquerda com apelos nacionalistas fortemente delineados". GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 22

2 SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 75-78.

3 SPINDEL, 1980, p. 71.

ocupação das sedes do PCB e da imprensa partidária pelo país. Na Bahia, nos dias 29 e 30, foram presos João Falcão, diretor de *O Momento*, Giocondo Dias e Manuel Batista de Souza, respectivamente, secretário político e membro do Comitê Estadual do Partido no estado.[4]

Os lances espetaculares do golpe duraram enquanto os golpistas temeram pela possibilidade de resistência e enfrentamentos, o que não chegou a acontecer. Quanto a isto, não se pode negar que a "renúncia" de Vargas tenha facilitado as coisas para que nenhuma resistência de vulto se tenha produzido no momento da deposição em que foram estabelecidos acordos sumários.[5] Como já se vinha anunciando, a espada da reação pairou muito menos sobre as cabeças dos governistas retirados à força dos seus cargos do que sobre o pescoço dos comunistas, dos quais sabiam serem os inimigos principais dos protofascistas que se reaglutinavam e agora compunham com os *demoliberais*.

De sua parte, o PCB, enquanto teve suas sedes invadidas pela polícia, que realizou "apreensão de documentos e de armas [sic]", preocupou-se em se defender da nova investida da repressão, ao mesmo tempo em que procurou desmentir os boatos sobre os planos para a deflagração de uma "greve geral" sob o comando de Luiz Carlos Prestes com o anunciado objetivo de uma revolução.[6] Sobre o assunto, são esclarecedoras as palavras de Batista Neto, dirigente do MUT e do PCB no Rio de Janeiro, publicada nas páginas de *O Momento*, tentando mitigar a boataria sobre as intenções dos comunistas. De acordo com o sindicalista:

> Agora que tudo volta a calma e que a verdade vem à tona, não é demais recordar tudo quanto se passou na assembleia dos trabalhadores das empresas filiadas à Light. Encontrei ali uma assembleia agitada e o sr. Segadas Viana ocupava o microfone instalado na mesa que dirigia os

---

4 FALCÃO, 2000, p. 260.

5 "Bases relativas aos procedimentos para a renúncia de Getúlio Vargas". Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GVc 1945.10.29/3.

6 Quanto às sedes do PCB que haviam sido invadidas e o material que foi apreendido, notícias foram veiculadas no jornal *A Tarde* do dia 31 de outubro, que também informou, o que depois se revelou falso, que Prestes tinha se exilado na embaixada mexicana. "Recolhidas armas nos comitês comunistas"; "ASILOU-SE na embaixada do México o Sr. Luiz Carlos Prestes"; "Varejada a sede do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 31 out. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*. De acordo com Basbaum, que desconfiava que Prestes "fora avisado dos acontecimentos que se iriam desenrolar", possivelmente por um militar simpatizante, o dirigente comunista havia permanecido escondido por vários dias. BASBAUM, 1976, p. 194

> trabalhos, o qual, tentando explicar, à sua maneira, o que se passava na cidade, lançou a sua palavra de ordem aos trabalhadores: paralisação completa de todos os serviços de transporte, caso se pretendesse utilizá-los para o transporte das tropas contrárias ao governo. As manifestações de aplauso que se vinham verificando quando o sr. Segadas pronunciava a palavra Democracia, já não despertaram a mesma unanimidade. Quando o sr. Segadas Viana abandonou o microfone notando o presidente de Assembleia que eu me achava presente, convidou-me a fazer uso da palavra, o que fiz imediatamente reafirmando a palavra de ordem do MUT e do Partido Comunista, que não esmoreceu um instante em sua campanha pela Unidade Nacional e pela salvaguarda da ordem e da tranquilidade, contra todas as manobras e ameaças de certos grupos reacionários que, descrendo do povo, e duvidando dos sentimentos profundamente democráticos das massas trabalhadoras, tentavam envolvê-las em golpes e arrastá-las até mesmo à guerra civil. [...] Transmiti ali a palavra de ordem do MUT, que acontece ser a mesma palavra de ordem lançada, desde a primeira hora, pelo meu Partido, o Partido Comunista do Brasil. Apelei para o patriotismo dos trabalhadores, para o seu senso de responsabilidade de frente ao momento de crise grave que se abria para o próprio processo de redemocratização e para a consciência sindical dos trabalhadores.[7]

Apesar dos desmentidos do PCB e de sua reafirmada vontade de continuar trabalhando pela União Nacional e "pela salvaguarda da ordem e da tranquilidade", os comunistas foram lançados em um período de "confusão momentânea", quando imperaram as incertezas e o temor de uma nova cassação depois do golpe vitorioso e do sentimento anticomunista reinante.[8] Quanto a este assunto, tanto as palavras de Prestes, publicadas pela grande imprensa, quanto o posicionamento oficial do Partido, que também foi objeto de atenção dos jornais, são também elucidativos das pretensões dos pecebistas para o novo momento político, o que significava que continuavam a reafirmar a necessidade da luta pela unidade nacional e pela democracia.

---

7 "A verdade sobre a propalada greve geral". *O Momento*, Salvador, 5 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

8 Sobre o assunto, Thomas Skidmore fala do "passivo político do PCB", que teria sido o único Partido Comunista da América Latina a tentar uma revolução violenta, o que provocava o anticomunismo e o temor permanente quanto à "ameaça bolchevique" da parte dos militares brasileiros. SKIDMORE, 2003, p. 87-88

As iniciativas dos comunistas, procurando demonstrar serem os melhores amigos da ordem, não tardariam em produzir efeitos tranquilizadores nos golpistas, haja vista que o Partido também ratificou as palavras de Batista Neto e de Prestes, tendo informado que continuaria "lutando, intransigentemente, em defesa da ordem e tranquilidade interna, contra as desordens e agitações que só interessam aos inimigos da democracia e do povo". De acordo com os pecebistas, o fundamental era que se prosseguisse na luta pela convocação da Assembleia Constituinte, pois entendiam ser esta a "única forma de garantir a democracia no Brasil".[9]

Foi, entretanto, antes que o novo governo anunciasse suas primeiras medidas, que o PCB veio a público externar sua posição oficial perante a situação nacional surgida após o golpe. Através das palavras do líder Luiz Carlos Prestes, que chamava a atenção para os alertas que teriam sido feitos ao proletariado e ao povo pelo seu Partido quanto ao risco de golpes armados e guerra civil, os comunistas buscam reafirmar que continuariam "*lutando intransigentemente pela manutenção da ordem e da tranquilidade indispensáveis à marcha para a democracia*".[10]

De acordo com o Cavaleiro da Esperança, os "últimos acontecimentos" teriam mostrado "que o Partido tinha razão", o que seria comprovado pelo posicionamento do povo, que, com um "elevado amadurecimento político", veio a reconhecer "a justa linha política do nosso Partido". Não obstante, o país teria corrido "*o risco terrível de derramamento de sangue dos seus filhos, e um dos culpados disso foi o próprio sr. Getúlio Vargas*".

Para o dirigente pecebista, o chefe da Nação "em vez de apoiar-se decididamente no povo, livrando-se dos elementos reacionários que comprometiam o seu governo, vacilou em enfrentar os notórios elementos de desordem, alimentando assim os seus propósitos até a iminência grave da guerra civil". Por conseguinte, os comunistas reafirmavam sua política de "*União Nacional, única realmente capaz de garantir e consolidar a democracia*", para que se liquidassem os "restos fascistas", mas garantiam que "o passo unitário e decisivo para a democracia" estaria na revogação da Constituição de 1937, e na "convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita no menor prazo possível".[11]

9 "O P. Comunista Continuará A Querer A Democracia". *A Tarde*, Salvador, 1 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

10 "União Nacional". *O Momento*, Salvador, 5 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais, grifo nosso.

11 ibid., grifo nosso.

As posições publicizadas pelo dirigente comunista tinham sido tomadas pela CE do Partido ainda no dia 3 de novembro. A CE endereçou "ao proletariado e ao povo brasileiro" um Manifesto em que analisava, cuidadosamente, a situação nacional e que foi publicado nos principais jornais do país e nas páginas da imprensa partidária.[12]

Na edição do dia 12 de novembro do jornal *O Momento*, a primeira depois da elaboração do documento, este apareceu com o título esclarecedor quanto às reais intenções do PCB, que continuava a reafirmar a necessidade de "ordem e tranquilidade". Com efeito, quando os comunistas vieram a público e anunciaram a consigna de "Consolidar o novo governo de fato, para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem", reafirmavam sua disposição de prosseguir lutando "pacifica e consequentemente pela União Nacional", que diziam ser "o único meio justo de garantir, ampliar e consolidar a democracia em nossa terra e assegurar a independência e o progresso do Brasil e de liquidar moral, política e consequentemente os remanescentes do fascismo".

Para os pecebistas, os episódios do dia 29 de outubro confirmavam que os remanescentes do fascismo ainda ameaçavam a tranquilidade interna, fazendo tudo "para levar o país ao caos e à guerra civil". Estes teriam como objetivo "inconfessável, mas evidente", barrar o "processo democrático dos últimos meses e, assim mais facilmente, entregar a Nação à exploração crescente do capital financeiro, estrangeiro e colonizador, no que tem de mais reacionário".

Mas, se o produto daquela situação poderia ser encontrado em muitos países da América Latina, as causas profundas deveriam ser buscadas no fato de que o imperialismo sofreu um golpe profundo provocado pela vitória militar dos aliados, o que teria obrigado "à retirada momentânea ante a onda democrática em

12 Em sua edição do dia 6 de novembro, o jornal *A Tarde* traz matéria sobre o assunto, onde se lê: "O Partido Comunista divulgou um manifesto interpretando o movimento de 29 de outubro passado e afirmando que o novo governo não está em condições de inspirar confiança, mas que é indispensável, agora, dar apoio decidido ao mesmo para que se fique livre dos fascistas e reacionários que ainda nos comprometem. Acrescenta o manifesto que o PCB continuará na luta para a convocação de uma Constituinte, mesmo que não seja modificado a ato adicional e se realizem as eleições a dois de dezembro. Neste caso fará questão de participar das eleições para presidente da República, devendo, dentro de breves dias indicar ao povo um candidato que mereça apoio, um homem capaz de inspirar confiança à nação". "Não inspira confiança: o que o Partido Comunista diz do novo governo". *A Tarde*, Salvador, 6 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

ascenso no mundo inteiro, especialmente na Europa, onde os povos oprimidos pelo nazismo começaram a criar seus próprios governos, independentes e populares".[13]

Em que pese o fato de que, na ótica dos comunistas, os fatores externos tenham tido um peso significativo ou até mesmo determinante nos acontecimentos internos, os partidários de Prestes acusavam as "vacilações" e "traições" de Getúlio Vargas como facilitadoras da situação. Denunciando as "forças da reação", inclusive aquelas ligadas aos "dois candidatos militares à presidência da República", que estariam "unidas numa frente comum" para desfecharem "o golpe militar" contra a nação, os comunistas não deixavam responsabilizar o presidente deposto pelo "risco iminente da guerra civil". Tal guerra, com o "desnecessário derramamento de sangue dos seus filhos", só teria sido evitada "devido à atitude firme e consequente" do Partido Comunista e "de outras forças populares".

Não obstante, teriam sido justamente os pecebistas e demais "forças populares" os verdadeiros alvos do golpe "desfechado contra o povo e a democracia, contra o proletariado e suas organizações e antes de tudo contra o Partido da classe operária e seus dirigentes".[14]

Apesar disso, o PCB indicava, mais uma vez, o "caminho da União Nacional", ao mesmo tempo em que apelava para a "ordem e tranquilidade", posto que os fatos "acabaram de provar que só ao fascismo interessa a desordem", e os comunistas acreditavam que o mundo entrava numa "época de desenvolvimento pacífico, através do qual o povo organizado poderia garantir, ampliar e consolidar a democracia e aniquilar os últimos restos do fascismo em nossa terra". Sendo assim:

> O Partido Comunista do Brasil indica aos trabalhadores, ao povo em geral e a todos os democratas e antifascistas honestos, do governo ou de fora dele, o caminho da União Nacional como único capaz de assegurar a marcha para a Democracia com a completa e definitiva liquidação dos restos fascistas em nossa terra. É indispensável agora

13 "Manifesto: consolidar o novo governo de fato, para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem". *O Momento*, Salvador, 20 ago. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

14 Sobre o assunto, Weffort levanta dúvidas: "É incrível imaginar que os generais tenham retrocedido porque os comunistas 'não responderam às provocações' e lutaram pacificamente 'contra o golpe e as tentativas de greve'. Talvez fosse mais razoável admitir que, afinal de contas, o golpe foi dado contra Vargas e que os comunistas, além de protegidos pelos acordos internacionais, eram um dado realmente secundário na preocupação dos generais e das forças políticas dominantes do momento". O argumento de Weffort parece aceitável apenas se destacarmos que as evidências históricas reforçam a ideia de que os golpistas, ao mirarem em Getúlio, tinham também os comunistas no seu campo de visão. WEFFORT, 1973, p. 104, nota 33

> o apoio decidido ao novo governo para que se livre dos fascistas e reacionários que ainda o comprometem. A solução dos graves problemas nacionais exige um governo de confiança nacional a organizar-se o mais rapidamente possível.[15]

Empossado no dia 30 de outubro de 1945, José Linhares se reuniu de imediato com os generais golpistas, Eurico Dutra e Góes Monteiro, e com o Brigadeiro Eduardo Gomes, representante da UDN, que também havia participado das articulações para a deposição de Vargas, com objetivos anunciados de compor o novo governo que deveria nascer de um acordo entre as forças que haviam deposto o ex-ditador e que agora preparavam a transição.

No dia 31, foi deliberado que a Constituição de 1937 continuaria em vigor até que outra fosse promulgada, estabelecendo-se para 2 de dezembro a realização de eleições presidenciais e legislativas (estaduais e federal). Neste ínterim, foram nomeados os novos interventores para os Estados, sendo indicado, para a Bahia, o desembargador João Vicente Bulcão Viana em substituição ao general Renato Onofre Pinto Aleixo. Alguns dias depois, no dia 12, o novo governo definiu que o parlamento eleito teria poderes constitucionais (Lei Constitucional nº 3) e, no mesmo mês, revogou a Lei Antitruste, conhecida como Lei Malaia, não deixando de legislar sobre uma das questões mais candentes para os interesses nacionais.[16]

O fato mais importante, contudo, foi mesmo a normalização do processo político, o que permitiu ao Partido Comunista retornar à legalidade depois de um curto período de repressão, o que implicava a possibilidade de participação no processo eleitoral e constituinte, ansiosamente aguardado.[17] Em virtude deste fato, o PCB, que teve seu registro finalmente concedido pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STE) no dia 12 de novembro de 1945, anunciou que lançaria candidatura própria à presidência da República, com candidato que deveria inspirar "confiança ao

---

15 "Manifesto: Consolidar o novo governo de fato, para livrá-lo dos elementos reacionários que o comprometem". *O Momento*, 20 ago. 1945. Grifo nosso.

16 DIAS, SÔNIA. LINHARES, José. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3, p. 3213-3214, SKIDMORE, 2003, p. 79.

17 Sobre o assunto, Prestes considerou que as medidas adotadas pelo novo governo eram uma "vitória do proletariado e do povo". Apesar disso, o líder comunista aparentava cautela ao admitir que as eleições poderiam ser adiadas. "Se houver eleições em dezembro – diz Prestes". *A Tarde*, Salvador, 13 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

proletariado e ao povo, como pessoa capaz de conduzir o Brasil à união nacional".[18] Em 17 de novembro, o PCB anunciou o nome do engenheiro gaúcho Yeddo Fiúza ao pleito presidencial, que se realizaria a 2 de dezembro de 1945.

Fiúza não era comunista, mas, a despeito disto, encaixava-se perfeitamente no perfil definido pelo Partido, pois era um técnico com boas relações com o PCB, o que era chamado na época de "amigo do Partido". Ex-prefeito de Petrópolis e exercendo o cargo de diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, Yeddo Fiúza, então com 53 anos de idade, se preparava para concorrer numa eleição na qual os comunistas não poderiam se dar ao luxo de desperdiçar nenhum quadro político com potencialidade eleitoral para uma disputa tida como perdida de antemão.[19]

Em função do envolvimento das candidaturas de Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes no golpe que depôs Getúlio, assim como em função do perfil anticomunista dos dois candidatos, os partidários de Prestes deram por encerradas as tentativas de discutir um programa mínimo com os pleiteantes ao cargo de presidente que poderia vir a ser o nome da União Nacional. Optaram, então, por Fiúza, que deveria ser a encarnação do programa de unidade apresentado pelos comunistas, que também pretendiam passar a imagem de que eram eles os melhores defensores da paz e da democracia no Brasil.

Enquanto as articulações nacionais pelo lançamento de uma candidatura presidencial alcançavam êxito, o PCB se empenhava em deslanchar uma campanha pelo alistamento eleitoral nos estados, ao mesmo tempo em que escolhia seus melhores quadros e se preparava para lançá-los como candidatos constituintes em vários comícios em que deveriam reunir multidões. Em torno de Yeddo Fiúza e de Luiz Carlos Prestes, lançado oficialmente como candidato ao Senado por vários estados e pelo Distrito Federal, deveriam ser organizados grandes atos, nos quais as massas conheceriam seus candidatos e ouviriam as palavras do Cavaleiro da Esperança e do presidenciável do "partido do proletariado e do povo".

---

18 "Está registrado o Partido Comunista"; "O partido Comunista terá candidato à Presidência". *A Tarde*, Salvador, 12 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

19 "O ENG Yeddo Fiúza é o candidato dos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 17 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*. Em sua primeira declaração à imprensa como candidato do PCB, Fiúza afirmou: "Estou absolutamente livre. Se for eleito, meu governo será exclusivamente democrático. Tenho tido contato com grandes extensões do Brasil, verificando as necessidades do povo, procurarei sempre melhorar a situação dos homens do sertão. Não sou mais que um proletário. Todos sabem a minha absoluta independência política. Assim, quando buscavam um candidato civil e engenheiro houve lembrança de meu nome e eu achei que não devia recusar". "Declarações à imprensa". *A Tarde*, Salvador, 17 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornal *A Tarde*.

Muito já se escreveu sobre a relação entre os comunistas e a democracia. Ao longo deste trabalho, não têm sido poucas as vezes em que foi necessário se abrir espaço para tentar entender de que maneira os comunistas compreenderam a liberalização política do regime e a própria *democracia* nos anos 1930 e 1940. Em diversas circunstâncias, nos documentos do PCB, a democracia era citada ora como fim almejado, ora enquanto caminho mais curto para realização das tarefas estratégicas da revolução burguesa e da libertação nacional.

Nenhum tema tem provocado tanta polêmica quanto este, e este trabalho não poderá ir adiante sem discutir, à luz das evidências históricas, a emergência desta questão na política do PCB e sua relação com o processo eleitoral de 1945; tanto mais porque o problema da democracia continua proporcionando, no debate marxista no Brasil e do mundo, uma das mais instigantes e polêmicas de sempre. É por este motivo que não se pode evitar tratá-lo numa discussão sobre o principal partido da esquerda brasileira durante o século XX, no momento em que este se depara com esta questão pela primeira vez em sua história.[20]

A despeito de que tenha sido Carlos Nelson Coutinho aquele que primeiro se debruçou mais profundamente sobre a questão da *democracia* no Brasil, defendida pelo autor como "um valor universal", será em Leandro Konder que encontraremos o problema enfrentado sob o ponto de vista da sua relação com os comunistas.[21] Tentando entender por que "setores significativos do movimento comunista resistiam ao reconhecimento da democracia como 'valor universal'", este autor adverte que, sobre o assunto, existiam duas respostas prontas: a primeira, "cujas implicações anticomunistas são óbvias", diria respeito à identificação da "incompatibilidade insanável entre comunismo e democracia"; a segunda defendia o ponto de vista de que "o movimento comunista, sendo intrinsecamente democrático, não pode ter problema algum em sua relação com a democracia".[22]

---

20 É verdade que o PCB já tinha tido a oportunidade de disputar eleições, mas o fizera sob a capa de alguma organização eleitoral que não podia aparecer com a marca do partido, sendo o caso do BOC, em 1928, o mais importante.

21 O polêmico livro de Coutinho, escrito nos estertores da ditadura militar brasileira, é hoje um clássico da Ciência Política na discussão do tema da *democracia* que, para o autor, é um valor universal. COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

22 KONDER, 1980, p. 10. Para o intelectual marxista, que foi militante do PCB nos anos 1960 e 1970 e que defende a democracia como "conquista do gênero humano", as dificuldades dos comunistas brasileiros para com a democracia não eram um privilégio do PCB. Segundo Konder, a própria sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX era intrinsecamente antidemocrática em virtude da "anemia da *sociedade civil*". Ibid., p. 13

Passadas algumas décadas da publicação do livro de Konder, há que se supor que muita coisa já foi escrita sobre o tema. Não obstante, assim como a democracia continua sendo uma questão difícil de ser enfrentada, os argumentos deste autor, por conterem o essencial do que se vem tratando aqui, merecem ser revisitados.

Nesse sentido, e também por tudo do que foi dito até aqui, deve-se admitir a insuficiência dos problemas apresentados por Konder e a possibilidade de que uma terceira resposta venha a se juntar às outras duas sugeridas pelo autor de *A democracia e os comunistas no Brasil*. A questão pode ser formulada nos seguintes termos: enquanto o problema não esteve colocado plenamente para os comunistas brasileiros, estes não tiveram por que enfrentá-lo.

Foi nos marcos da vitória dos aliados na guerra e com as perspectivas de que o mundo estivesse entrando numa época de "desenvolvimento pacífico" que o PCB se viu, pela primeira vez, na iminência de ser integrado à normalidade da vida política nacional e, nessa circunstância, tiveram que enfrentar a questão pretendendo que sua estratégia de revolução estivesse submetida à integração dos comunistas à *democracia*.[23]

Dessa forma, deve-se estar atento para o fato de que os comunistas brasileiros, se não tomaram a democracia como *um valor universal* já nos anos 1940, incorporaram-na como um valor fundamental a ser alcançado e defendido, ainda mais quando este regime era frequentemente ameaçado.[24] Os pecebistas continuavam a atuar nas instâncias de base e de massas com o intuito de ganhar a maioria do proletariado e do povo para o seu projeto de *democracia*, que pretendiam que fosse além do regime democrático-liberal.[25]

---

23 Conforme Prestes citou em várias ocasiões, seriam pelas palavras de Stalin que poderia se vislumbrar o novo momento, quando este dizia que "'com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período da guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico'". STALIN apud PRESTES, 1947, p. 133

24 Ou então, como disse Giovannetti Netto: "Essa opção do Partido Comunista não pode ser encarada simplesmente em decorrência de uma determinada tática, ou pela predominância de interesses menores; antes, a luta pela democracia, que não se exprime apenas ao nível do discurso político, mas a uma tentativa de acoplar a democracia representativa à democracia de base, faz parte de uma estratégia da revolução brasileira que passaria pela democracia, sem destruí-la, mas articulando às instituições existentes, outras, de maior alcance". GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 137-138

25 Segundo Petilda Serva Vazquez, "foi precisamente no âmbito da organização dos trabalhadores, que o PCB melhor atuou. Considerando-se que, no ano de 1945, a perspectiva de eleições era real, o Partido Comunista dirigiu seus maiores esforços, não em direção a planos eleitorais mas, a um programa que beneficiava a criação de organismos agregadores da classe trabalhadora [...]". VAZQUEZ, 1986, p. 80-81

Considerando-se que, a partir de 1948, os comunistas redefinem uma outra forma de atuação e a própria compreensão da *democracia*, o que se busca aqui é justamente entender por que a opção democrática não chegou a se consolidar como dimensão estratégica para o comunismo brasileiro para além daquele ano. O entendimento possível é que, pela ótica do PCB, na conjuntura entre 1936 e 1948, proclamar-se como "campeão da democracia" era o meio pelo qual mais facilmente poderiam cumprir as tarefas da revolução brasileira.

Assim, deve-se buscar as razões pelas quais os comunistas abandonaram, ou pelo menos secundarizaram, a luta pela democracia depois do aparecimento da Guerra Fria. O que se está afirmando é que se os comunistas não prosseguiriam defendendo a *democracia* depois de 1948, isto talvez tenha ocorrido menos em função de uma inflexão em sua dimensão tático-estratégica do que pela conjugação de elementos que no plano nacional e internacional conspiraram para isto.

Os comunistas brasileiros se empenharam em aprender as lições que a edificação dos regimes democráticos, na conjuntura do pós-guerra na Europa, tinha a oferecer ao mundo. A este respeito, chama atenção uma série de artigos produzidos e publicados por Jacob Gorender nas páginas do jornal *O Momento* ao longo de três semanas consecutivas, intitulados "A nova democracia italiana". Ao se analisar os textos do ex-pracinha e membro do PCB na Bahia, que tinha, então, 22 anos de idade, percebe-se a boa impressão que a experiência da União Nacional italiana lhe provocava, o que fazia com que pretendesse analisar o que chamou de exemplo clássico de "revolução democrática, popular e progressista".[26]

De acordo com Gorender, "a revolução democrático-burguesa jamais se realizou completamente na Itália", do que se depreende que se tratava de uma situação que se assemelhava à do Brasil, já que, naquele país, a burguesia havia se aliado "aos barões latifundiários contra a massa camponesa de pequenos rendeiros e assalariados", ao mesmo tempo em que tinha criado um "Estado sumamente opressivo e discricionário, com os instrumentos compressores do fascismo", com a finalidade de "subjugar o proletariado". Segundo este autor, que identificou a ascensão do fascismo na Itália com o fracasso da revolução naquele país, o momento de vitória na guerra era também o momento de afirmação da *democracia*, da unidade e de "depuração dos resíduos fascistas":

26 Os artigos de Gorender, divididos em três partes, tinham os subtítulos "A situação material e as relações sociais", "O Partido Comunista de Gramsci e Togliatti" e "A insurreição popular do norte e suas consequências". Jacob Gorender. "A nova democracia italiana". *O Momento*, Salvador, 22 e 30 out. 1945 e 5 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

> O que, entretanto, infunde otimismo a qualquer interessado na sorte da Itália, é o fato que o proletariado está exercendo uma legítima e destacada ação dirigente, a serviço dos mais construtivos interesses nacionais. Sob a guia de um partido novo, o partido comunista com o apoio de alguns dos melhores dirigentes socialistas, a classe operária orienta e unifica todos os setores realmente patrióticos para a solução da crise através da criação de uma democracia italiana. Ao invés do divisionismo de 1920, a união nacional, interessando, vivamente, não só os operários, como os camponeses médios, pequenos e assalariados, os pequeno-burgueses já afastados de ilusões imperialistas e radicalizados pelas privações, os intelectuais e profissionais diversos, os soldados e oficiais patriotas do novo Exército de Libertação e as dezenas de milhares de homens e mulheres, que envergaram o variado fardamento de 'partigiani'.[27]

Gorender recorre à experiência histórica da classe operária italiana e do Partido Comunista para valorizar os legados de Gramsci e Togliatti, os quais reivindica efusivamente.[28] Tais legados teriam sido materializados na consumação da "nova democracia italiana", que contaria com a participação do Partido Comunista Internacional (PCI) no governo nacional, "exercendo, como nenhum outro, atividades eminentemente construtivas".[29]

Atente-se para o fato de que Gorender é, talvez, o primeiro marxista brasileiro a reivindicar o legado de Gramsci, chamado de "primeiro bolchevista italiano", ainda que não chegue a explorar mais a fundo nenhuma das questões propostas pelo comunista sardo. Da mesma forma, o ex-pracinha, que havia lutado na Itália com as forças da FEB, considera Palmito Togliatti como "o melhor discípulo e dileto

---

27 Jacob Gorender. "A nova democracia italiana". *O Momento*, Salvador, 22 e 30 out. 1945 e 5 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros, Acervo: Jornais.

28 Ainda que as primeiras referências "brasileiras" à Gramsci remontassem aos anos 1930, conforme Dainis Karepovs anotou, como assegura Carlos Nelson Coutinho, foi nos anos 1960 que o marxista italiano foi introduzido no Brasil quando se conheceram suas principais categorias teóricas. A despeito de que este fato seja quase uma unanimidade entre os estudiosos de Gramsci, parece ser demasiadamente arriscado concordar com Coutinho quando este afirma que "antes dos anos [19]60, ninguém conhecia efetivamente o seu *pensamento* no Brasil", ainda mais quando se lê as apreciações de Gorender sobre o comunista sardo, autor dos famosos *Cadernos do cárcere*, ainda em 1945. As referências sobre a introdução de Gramsci no Brasil podem ser encontradas em COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 281 e também em SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci*: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004. p. 94-172.

29 Ibid.

amigo do genial dirigente operário". Assumindo algumas das principais formulações do principal dirigente do PC italiano no pós-1945, Gorender se refere à ideia de "democracia progressiva" que, a despeito de ter sido citada como parte do programa que o PCI havia apresentado à nação italiana, não chega a ser desenvolvida nos marcos dos três artigos do comunista baiano.[30]

Ao que se sabe, Gorender, que na segunda metade dos anos 1950 cumpriria um importante papel na redefinição dos rumos do PCB a partir de sua participação no assim chamado "grupo baiano", não tinha, em 1945, grande capacidade de influenciar os rumos do Partido. Entretanto, o fato de ter introduzido tanto Gramsci quanto Togliatti nos debates do PCB, no momento em que este se preparava para disputar a sua primeira grande eleição na história, deve ser considerado como algo relevante; tanto mais porque serão as heranças dos dois marxistas italianos que serão reivindicadas por uma parcela dos comunistas brasileiros nos anos 1960, quando se defenderá uma espécie de *comunismo democrático*, em oposição à tradição terceiro-internacionalista, demasiadamente identificada com o stalinismo àquela altura.

Portanto, foi nos marcos da liberalização do regime no Brasil e da campanha eleitoral que o PCB enfrentou seu primeiro grande desafio *democrático*, ainda que sob uma situação institucional conturbada e de uma tensão social e política crescentes. A campanha deveria transcorrer sem maiores sobressaltos, contudo, em virtude das recentes turbulências no cenário político nacional, os comunistas pareciam pressentir uma ameaça latente, uma vez que tinham se aproximado de Vargas e lhe oferecido apoio, para, em seguida, virem cair por terra suas esperanças de uma transição sem maiores sobressaltos. Com efeito, os pecebistas se encontravam, agora, diante de um governo que tinha sido imposto através de um golpe de força contra Getúlio Vargas e contra seu principal aliado no campo dos trabalhadores, o próprio PCB.

Conforme as eleições se aproximavam, o PCB colecionava inimigos em função do fato de que o espaço eleitoral restrito abria flancos e desentendimentos, ao mesmo tempo em que se aprofundavam as diferenças e os projetos políticos declaradamente distintos vinham à tona. Por conseguinte, quando, na cidade do Recife, uma multidão se reuniu no parque 13 de Maio para ouvir as palavras de Luiz Carlos Prestes e de Yeddo Fiúza, não se esperava que a principal palavra proferida pelo dirigente máximo do comunismo brasileiro soasse como um apelo de

30 Jacob Gorender. "A nova democracia italiana". *O Momento*, Salvador, 22 e 30 out. 1945 e 5 nov. 1945.

humildade, já que o que Prestes dizia era que "o Partido Comunista quer, precisa, deseja ser compreendido".[31]

O discurso do Cavaleiro da Esperança, no Recife, parece ser ilustrativo de um momento de transição na compreensão otimista que o Partido vinha demonstrando quanto às possibilidades de conformação da União Nacional e de efetivação da democracia. Quanto às expectativas de "desenvolvimento pacífico" e de avanço da liberalização do regime no rumo da democracia, ainda que elas estivessem presentes na fala de Prestes, e conquanto ele reafirmasse o programa de União Nacional e os objetivos maiores que deveriam ser buscados por todos os brasileiros, algo de novo seria incorporado ao temário do PCB.

Considerando que o Partido Comunista não havia deixado de "apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade", dizendo aos operários que era "preferível apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações", ou seja, de que era preciso apertar o cinto diante da crise, os pecebistas pareciam cada vez mais desconfiados da possibilidade de triunfo incontestável da via pacífica.

Muito embora o PCB continuasse afirmando que permanecia sendo o "esteio máximo da ordem em nossa terra", Prestes chamava a atenção para o "golpe reacionário" de 29 de outubro, em que os "senhores da reação" haviam lançado armas "compradas com o dinheiro do povo, contra o povo", pretendendo um "banho de sangue que justificasse uma nova ditadura, uma ditadura militar e o esmagamento do movimento operário". Para o líder comunista, o "banho de sangue" só teria sido evitado "porque o proletariado não deu um só pretexto". Dessa maneira, o novo governo, "com apoio do Partido Comunista, teve que retomar o caminho que vinha seguindo o sr. Getúlio Vargas", o que significava a convocação da Assembleia Constituinte, fato considerado uma vitória do povo e do Partido.

Foi, entretanto, quando novamente evocou as palavras de Stalin quanto à "época do desenvolvimento pacífico", que Prestes acrescentou a maior novidade, que soava tanto como uma advertência quanto como um vaticínio: "Mas não esqueçamos, concidadãos, a frase de Marx, que o desenvolvimento pacífico só pode continuar pacífico enquanto a classe dominante assim o permitir".[32] Desta forma, sob todas as circunstâncias, e porquanto o PCB continuasse a defender a União Nacional, a ordem e a tranquilidade, reafirmando o desejo de *ser compreendido*, era cada vez mais notório que os comunistas pareciam se preparar para resistir

31 PRESTES, 1947, p. 167-182.

32 Ibid., p. 177-181.

caso as ameaças da reação se concretizassem: "jamais vacilaremos de responder à violência dos dominadores com a violência do povo", disse Prestes.[33]

Um comunista vale pela massa que arrasta

Antes que o país viesse a mergulhar em nova crise política que culminaria no golpe de 29 de outubro de 1945, o PCB baiano tratou de escolher seus candidatos à Assembleia Nacional Constituinte e a empossar o Comitê Municipal (CM) de Salvador. Em solenidade realizada no dia 23 de outubro, no Cineteatro Jandaia, Baixa dos Sapateiros, região comercial da cidade, uma multidão acorreu ao recinto para prestigiar a instalação do organismo dirigente máximo do PCB local. O evento foi amplamente anunciado, em função de que, nessa altura, os comunistas atuavam como força política importante, por vezes hegemônica, em diversos sindicatos e associações, ao mesmo tempo em que codirigiam o MUT, os Comitês Democráticos Populares (CDP) e gozavam de grande prestígio junto a vários setores da sociedade baiana e soteropolitana.

Em sessão presidida por Arruda Câmara, na qual foram lidas mensagens de Prestes, Marighella e Armênio Guedes, tomaram posse, na direção do CM, os seguintes membros: Demócrito de Carvalho, secretário político; Antonio Pascasio Bittencourt, secretário de organização; Juvenal Souto Junior, secretário sindical; Jacob Gorender, encarregado de divulgação; Romeu Medeiros, encarregado de trabalho de massas e eleitoral; e mais Paulo Bispo da Paz, Otacílio Trindade, Anísio Varjão e Américo Carvalho. Como suplentes, tomaram posse Paulo Amorim, Antonio Gomes de Oliveira, Waldemar Nova e Alfredo Moreira, completando a direção do CM.[34]

Quanto aos candidatos à Assembleia Nacional Constituinte, foram lançados, em primeira mão, vários nomes, muitos deles dirigentes nacionais ou estaduais do Partido, como Giocondo Alves Dias, Diógenes de Arruda Câmara, Joaquim Seixas do Vale Cabral, Manuel Batista de Souza, Armênio Guedes, João da Costa Falcão, Carlos Marighella, Juvenal Luiz de Souto Junior e Nelson Schaun. Também foram apresentados os nomes de Eusínio Lavigne, político ilheense e grande cacauicultor no Estado, e Edgar Matta, ex-presidente da ANL na Bahia, para compor a lista

33 PRESTES, 1947, p. 182.

34 "Registrado o Partido Comunista". *O Momento*, Salvador, 29 out. 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

de candidatos. Estes últimos, embora não fossem membros efetivos do PCB, eram considerados "amigos do Partido".[35]

O golpe de 29 de outubro coincidiu com a concessão do registro ao PCB e com o anúncio de que o processo eleitoral se deslanchava na Bahia, com o PCB baiano fazendo uma convocação para a realização de um grande ato pró-Constituinte em Salvador. Marcada para o dia 5 de novembro, uma passeata sairia da Praça da Sé, seguindo pela Avenida 7 de Setembro até o Campo Grande, onde se realizaria um comício de encerramento, que contaria com a presença de Marighella, de retorno à Bahia, já anunciado como candidato do Partido para o Congresso Nacional.

O ato seria o primeiro momento da segunda fase da campanha pela Constituinte (a primeira teria antecedido o lançamento das candidaturas), que agora contaria com uma Comissão Pró-Constituinte, formada por personalidades conhecidas da intelectualidade, do mundo do trabalho e da política baiana, como Edgar Matta, "conhecido tribuno popular e líder antifascista", Eusínio Lavigne, "ex-prefeito de Ilhéus e figura de destaque das classes produtoras", Luiz Lago de Araújo, "figura de projeção nas classes trabalhistas", Wladimir Guimarães, engenheiro agrônomo, Olímpio Barreto, presidente do Sindicato dos Moageiros, João Cardoso de Sousa, presidente do MUT na Bahia, Edmundo Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Calçados, Júlio Pereira, presidente do Sindicato dos Padeiros, "além de muitos outros representantes de organizações que estão aderindo ao movimento".[36]

Como se vê, apesar das "nuvens carregadas" que pairavam sobre o PCB e ameaçavam a liberalização do regime, o Partido Comunista continuava a aglutinar pessoas de todas as classes sociais, o que demonstrava a sua capacidade em se constituir como um Partido de massas, com potencial para conquistar grande expressão eleitoral.

Mas as eleições se aproximavam no Brasil e, na capital baiana, passados os dias de agito, em que dirigentes comunistas haviam sido presos e o jornal *O Momento* havia sofrido intervenção em função do golpe, o partido se preparava para receber a visita de Luiz Carlos Prestes e Yeddo Fiúza, num comício marcado para acontecer

---

35 "Canditatos do Povo à Assembleia Constituinte". *O Momento*, Salvador, 29 out. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Dos candidatos apresentados na ocasião, Arruda Câmara, Carlos Marighella e Armênio Guedes eram dirigentes nacionais; Edgar Matta e Eusínio Lavigne eram considerados "amigos do Partido"; todos os demais candidatos eram da direção estadual do PCB.

36 "Constituinte". *O Momento*, Salvador, 29 out. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

no dia 24 de novembro. Era a primeira vez que o líder comunista visitava a Bahia, depois de sua saída da prisão, de maneira que a expectativa era grande.

Com o intuito de agitar a cidade e mobilizar o máximo de forças para o ato, foi formada uma Comissão Promotora do evento, que apresentou uma "Proclamação ao Povo", que, publicada na primeira página d'*O Momento*, circulou numa edição especial no dia 23 de novembro. Também estiveram empenhados na organização do comício o MUT, os CDP, os sindicatos e os Clubes de Bairros, ao mesmo tempo em que foram confirmadas caravanas "compostas de operários e homens do povo", que chegariam das cidades de Santo Amaro, Ilhéus, Nazaré, Valença, Feira de Santana, Jequié e outras do interior do estado.[37]

Para cada cidade que Prestes havia visitado, a tônica da organização dos comícios era a mesma, tendo em vista que o Cavaleiro da Esperança falaria para todo o povo, como um dos mais amados líderes do Brasil. Em função disso, em cada cidade, o comício era batizado como dedicado a Luiz Carlos Prestes e, eventualmente, ao candidato à presidência pelo PCB. Dessa maneira, os atos eram convocados com dizeres que ressaltavam a gratidão e dedicação do povo à sua *liderança máxima*, como foi o caso do comício de Salvador, chamado "A Bahia a Luiz Carlos Prestes e Yeddo Fiúza", ou o do Recife, intitulado "O Nordeste a Luiz Carlos Prestes".

O fato de que os comunistas dispunham de poucos dias para a realização de uma campanha eleitoral, além de terem saído há apenas alguns meses da condição de clandestinos, não intimidou as lideranças partidárias do PCB, que percorreram as principais capitais do país para divulgar o Programa Mínimo de União Nacional, que prevalecia mesmo após o golpe, e apresentar as candidaturas de Prestes e de Yeddo Fiúza ao senado e à presidência da República, respectivamente. Não obstante, Fiúza era um quase desconhecido da maioria dos brasileiros, o que dificultava sobremaneira as tarefas dos comunistas, que teriam que apresentá-lo como candidato do Partido Comunista do Brasil e da União Nacional.

Nesse sentido, dois comícios foram realizados no Rio de Janeiro. No primeiro deles, ocorrido no dia 18 de novembro, ao qual compareceu uma multidão não estimada, Prestes leu um manifesto do Partido dizendo que Yeddo Fiúza não era comunista, nem assumia compromisso ideológico com o PCB. De acordo com o

---

37 "A Bahia a Luiz Carlos Prestes e Yeddo Fiúza". *O Momento*, Salvador, 23 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Cavaleiro da Esperança, Fiúza era candidato "de uma frente única honestamente organizada na base do respeito mútuo, amplo e sincero".[38]

No segundo ato que aconteceu na capital federal no dia 30 de novembro, teriam comparecido cerca de 500 mil pessoas, segundo o jornal *O Momento*. Em que pese o possível exagero da publicação comunista, parece bastante provável que uma multidão realmente impressionante tenha comparecido ao evento que pode ter sido a maior concentração popular realizada no Brasil até então.[39]

Em Salvador, Prestes e Yeddo Fiúza discursaram na Praça da Sé para 70 mil pessoas, segundo estimativas de *O Momento*, naquilo que foi a maior manifestação realizada na Bahia naquele período.[40] A situação se repetiu no Recife e em Fortaleza, entre outras importantes capitais brasileiras.[41] Onde quer que a caravana de Prestes e Fiúza tivesse passado, multidões jamais vistas no país estiveram presentes para acompanhar as palavras do líder do PCB.

A despeito de o Brasil ter acabado de enfrentar um golpe de Estado, durante os comícios que realizava em companhia de Fiúza, Prestes, além de divulgar o programa de unidade dos comunistas, não cessou de fazer alertas sobre novas "ameaças golpistas" que pairavam sobre o país, ao que os demais pecebistas respondiam afirmando que se mantinham em "atitude vigilante".[42] Com acusações contra as "candidaturas reacionárias" de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, o PCB procurava denunciar o atraso do Brasil, vinculando tal condição à presença das forças políticas que historicamente dirigiam a Nação. Na Bahia, chegou a chamar os grupos que disputavam a presidência de "bandos":

> O que vemos é que há bandos e não partidos. Um bando é o que está no poder e o outro bando é o dos que querem o poder. Se aqui, no Estado, esses bandos lutam entre si, ameaçando derramar o sangue do povo, em defesa dos seus interesses mesquinhos e egoístas, no âmbito nacional, lutam pelas graças do poder do centro, porque

38 "O comício dos comunistas no Rio de Janeiro". *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

39 *O Momento*, Salvador, 1º dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

40 "70 mil pessoas aclamam Prestes e Yeddo Fiúza". *O Momento*, Salvador, 27 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Cruzando esta fonte com o jornal *A Tarde* do mesmo período, que não estimou o número de pessoas presentes, não se pode assegurar que números tão expressivos fossem verdadeiros.

41 Ibid.

42 *O Momento*, Salvador, 3 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

> tendo as graças do poder central, têm a força das armas e o crédito do Banco do Brasil.[43]

Em que pese o fato de que o PCB não tenha produzido nenhum tipo de resistência mais aberta quando da deposição de Vargas e que tenha prosseguido falando da possibilidade de resolver "pacificamente" os problemas do país, o conteúdo da fala de Prestes voltou a assumir o tom de atitude ativa, que havia caracterizado a presença do Partido nos movimentos de massa pela entrada do Brasil na guerra em 1942, circunstância em que o Partido Comunista reivindicou para o "povo" o protagonismo das lutas contra o fascismo, o que voltava a fazê-lo em fins de 1945: "Mas as soluções não podem sair da cabeça desse ou daquele político. É o povo organizado que tem de resolvê-los, de tomar em suas próprias mãos o destino de nossa pátria".[44]

A verdade é que o discurso dos comunistas, apesar do "apoio" que procuraram dedicar ao novo governo, veio paulatinamente se modificando. Desta maneira, a questão da terra, antes bastante periférica nos discursos e documentos partidários, foi incorporada com alguma força ao temário pecebista a partir da campanha eleitoral, momento em que o partido buscava, através da democracia e da eleição, pavimentar o caminho rumo à *revolução burguesa* que interessaria a todos os patriotas, ao proletariado, aos camponeses e à "burguesia progressista".[45] "Esse problema é um elo que puxa toda a cadeia dos nossos problemas. Enquanto não for resolvido, nada teremos alcançado. [...] Somente resolvida a questão da terra teremos resolvida a questão da industrialização", disse Prestes.[46]

O próprio PCB baiano já se vinha ocupando de apresentar um programa que contemplasse a questão da terra no estado, que era conhecido por suas oligarquias agrárias que tinham demasiada influência na política local. Desta maneira, um mês

---

43 "Discurso de Prestes". *O Momento*, Salvador, 27 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

44 Ibid.

45 Ibid. De acordo com Angelo Priori, "A preocupação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com a 'questão agrária' e, mais especificamente com os trabalhadores do campo (posseiros, arrendatários, assalariados etc.) ganhou maior intensidade a partir de meados dos anos 1940. O breve espaço de tempo de legalidade, entre os anos 1945 e 1947, possibilitou ao partido ampliar o debate acerca dos problemas da sociedade e inserir o tema do campo entre suas preocupações". PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. *In*: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 61.

46 "Discurso de Prestes". *O Momento,* Salvador, 27 nov. 1945.

antes da passagem de Prestes e Yeddo Fiúza por Salvador, quando o Cavaleiro da Esperança recorreu a Lenin para falar da miséria e do "atraso progressivo" da Bahia, que "marcava passo", enquanto o "mundo marchava para frente", o PCB no estado, que tinha uma das maiores populações rurais do Brasil, apresentou seu programa mínimo de União Nacional, em que dedicava especial atenção à questão do campo, das pequenas cidades e vilas e que constava dos seguintes pontos:

> 1. Cessão das terras incultas e desocupadas pertencentes ao Estado, nas proximidades dos centros populosos e das vias de comunicação, livres de foro, aos agricultores pobres, que nelas quiserem trabalhar, a fim de aumentar a produção de víveres, fornecendo-se aos mesmos sementes grátis, ferramentas agrícolas e inseticidas ao preço de custo. 2. Direito de oito horas de trabalho e salário mínimo, para os trabalhadores do campo, e supressão do barracão e dos pagamentos em vale ou mercadorias. 3. Direito aos meeiros de venderem a sua produção, onde e a quem quiserem, bem como de pagar o arrendamento da terra em dinheiro, ao invés de ser em dia de trabalho, por quinzena ou semana e ter assegurada sua permanência na terra arrendada. 4. Extinção dos impostos cobrados pelas Prefeituras sobre a produção agropecuária e sobre a ocupação do solo nos mercados e feiras livres, como também, o imposto cobrado pela Polícia sobre os carros de bois. 5. Melhorar e ampliar as nossas estadas e transportes, como a Leste Brasileira, a Navegação Baiana, a Estrada de Nazaré, a Navegação de São Francisco e as rodovias. 6. Lutar pela exploração do petróleo e sua industrialização, na base dos interesses nacionais, intensificando a preparação de nossos próprios técnicos. 7. Garantir a participação dos cacauicultores e fumageiros na administração do Instituto do Cacau e do Fumo e assegurar a nacionalização do comércio exportador destes produtos. 8. Reivindicar a autonomia política e administrativa dos municípios, eleições diretas para Prefeitos e Administradores Distritais, assim como para as Câmaras Municipais e redução das quotas cobradas às Prefeituras pelo Estado, com dispensa das que lhe são devidas atualmente. 9. Instalação de postos médicos de assistência e profilaxia em todas as cidades e vilas do interior, com medicamentos para vermes, impaludismo e outras doenças, para aplicação gratuita às populações pobres do interior. 10. Abrir escolas de alfabetização em todos os povoados, vilas e subúrbios e criar nas cidades principais do Estado, ginásio e escolas profissionais de aprendizagem industrial e agrícola. 11. Elevação do salário mínimo em todo o Estado, na base do custo de vida de cada zona, extensivo aos trabalhadores agrícolas. Aumento proporcional de todos os ordenados inferiores a $ 1.500,00. 12. Criação

de estações de máquinas e postos de defesa animal e vegetal no interior, para assistir gratuitamente a pecuária e lavoura. 13. Revisão do sistema tributário do Estado e dos Municípios, acabando com a bi-tributação e imprimindo um regime de equidade e proporção na fixação e cobrança dos impostos.[47]

A julgar pelo programa mínimo apresentado acima, o PCB baiano se antecipava, mais uma vez, ao Partido no âmbito nacional, incorporando a questão da terra e das pequenas cidades ao seu repertório, tal qual havia feito no documento "Ganhemos as municipalidades para a democracia", de 1937. Neste sentido, o partido se armava para a disputa eleitoral, procurando se habilitar nos *longínquos rincões* do país, trazendo para o território da política os temas antes pouco discutidos do grande e profundo Brasil rural, chegando a mobilizar a força opositora da Igreja Católica, que antes era quase a única instituição que chegava a muitas cidades do interior.[48]

As eleições de 2 de dezembro de 1945 contaram com cerca de 7 milhões de brasileiros habilitados para votar, o que perfazia um total de 16,5% do total da população. Quando as mulheres adquiriram o direito ao voto e o principal critério de exclusão era a interdição do voto aos analfabetos, somente uns poucos estados tinham eleitores habilitados acima da média nacional, como o Distrito Federal (28,34%), São Paulo (21,4%), Rio Grande do Sul (20,63%), Santa Catarina (19,96%), Rio de Janeiro (18,92%) e Minas Gerais (16,90). Pernambuco e Bahia tinham percentuais de eleitores bastante parecidos, de 10,96% e 10,29%, respectivamente, o que denotava o grande número de moradores das zonas rurais, de analfabetos, ou mesmo um menor interesse pelo alistamento eleitoral nestes estados. Sobre este último aspecto, não se pode negar que tenha sido, também, um dos critérios de exclusão eleitoral de amplas camadas da população, já que o voto não era obrigatório.[49]

---

47 "Programa Mínimo Estadual do PCB". *O Momento*, Salvador, 29 out. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

48 Sobre o assunto, veja-se uma matéria do jornal *A Tarde* em que se dizia "Os católicos baianos, encabeçados pela Liga Eleitoral Católica, lançam um movimento contra as doutrinas políticas exóticas e anticristãs, com a finalidade de evitar que pessoas menos avisadas concorram, com o seu voto, para o fortalecimento de tais correntes". "O Movimento católico contra o comunismo". *A Tarde*, Salvador, 27 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

49 ELEITORADO inscrito por ocasião das eleições de 1933, 1934 e 1945. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD-ROM.

Em 2 de dezembro de 1945, depois de 12 anos sem eleições no Brasil, compareceram às urnas 6.188.856 eleitores, dos quais 5.870.667 votaram para presidente, o que significava que o eleitorado, embora ainda minoritário, "crescera muito numericamente", o que, para Ângela de Castro Gomes, implicava a entrada em cena de um "novo ator político", a classe trabalhadora, que seria responsável tanto pelo "inchamento" do contingente eleitoral "quanto pela própria lógica surpreendente dos resultados das urnas".[50]

Os eleitores conferiram ao general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, 55% dos votos válidos, e ao brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN), 35% dos votos. A grande *surpresa* da eleição foi a votação de Yeddo Fiúza, candidato do PCB, que teve 569.818 votos, cerca de 10% do total (o outro candidato à presidência, Rolim Telles, do Partido Agrário Nacional (PAN), teve apenas 10.001 votos).[51]

Para a Câmara dos Deputados, os resultados obtidos pelo PCB não foram menos surpreendentes, pois o Partido de Prestes saiu das eleições como a quarta maior força eleitoral do país, com uma votação consagradora, atrás apenas do PSD, da UDN e do PTB, o que demonstra a grande popularidade do Partido Comunista e de suas principais lideranças.[52] Foram eleitos, no pleito nacional, 14 deputados do PCB, mais Luiz Carlos Prestes, que ocuparia uma vaga no Senado com uma das maiores votações do Brasil.[53]

---

50 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 294. Segundo esta autora, a emergência da classe trabalhadora no cenário político brasileiro explicava que as eleições de 1945 "atestavam o desmantelamento do sistema partidário guardado na memória dos políticos e da população em geral". Ibid., loc. cit.

51 RESULTADO da eleição para Presidência da República – 1945). *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD-ROM. Números da eleição de 2 de dezembro de 1945, e respectivas lista de eleitos pelo PCB, levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, podem ser consultados em CHILCOTE, 1982, p. 97, 312-327.

52 O resultado final das eleições de 2 de dezembro de 1945 proclamou o PSD como grande vencedor com uma bancada de 185 constituintes; a UDN com 89; o PTB com 23; o PCB com 15 (Trifino Correia, segundo suplente de deputado pelo PCB do Rio Grande do Sul, participou dos trabalhos da Constituinte entre março e julho de 1946); e ainda o PR/PSP/PDC/PL/ED, com 25 constituintes, eram as outras forças que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte. BRAGA, Sérgio Soares. Introdução. *In*: PRESTES, Luís Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. p. 28-29, nota 15.

53 Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e Distrito Federal, conforme a legislação eleitoral da época. CHILCOTE, 1982, p. 97; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo*: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 94.

Em que pese o fato de que, ao longo da história, não tenham sido poucas as organizações operárias que enfrentaram com relativo sucesso o desafio das urnas, e o caso do PCB em 1945 é um exemplo disso, o terreno das eleições nunca foi o meio mais eficaz pelo qual os sujeitos políticos das classes subalternas enfrentaram seus inimigos. Isto porque, como aludiu Trotsky enquanto analisava os resultados eleitorais da Alemanha em 1932, "[a] representação parlamentar de uma classe oprimida diminui consideravelmente a sua força real, e, inversamente, a representação da burguesia, mesmo na véspera do seu desmoronamento, é sempre mascarada de sua força imaginária".[54]

Assim, se os resultados eleitorais expressaram de alguma forma a correlação de forças que existia na sociedade brasileira em meados dos anos 1940, fizeram-no de maneira distorcida, já que, do ponto de vista de sua força real, o Partido Comunista tinha muito mais influência frente aos movimentos sociais organizados (a sociedade civil) do que as agremiações que saíram vitoriosas nas eleições. Quanto a isso, deve-se observar o papel cumprido pelos comunistas desde as primeiras manifestações antifascistas no país. Nesta situação, o PCB era o alvo principal das forças da reação, posto que a União Soviética gozava de grande popularidade, haja vista que tinha sido uma das principais potências vitoriosas na guerra, e uma nova vaga revolucionária tinha sido desencadeada e se encontrava aberta em boa parte do planeta.[55]

Mas é verdade que não se pode falar que a burguesia brasileira estivesse às vésperas do seu desmoronamento em 1945. Não obstante, deve-se considerar que o grande ascenso de massas vivenciado no Brasil na primeira metade da década, e que chegou ao ápice em 1945, era parte de uma situação internacional semelhante, com incidências consideráveis no processo eleitoral. Tal situação conjuntural teria levado ao governo os Partidos Comunistas de alguns países, sendo os casos mais importantes o dos PC da Itália e da França, que conformaram coalizões com socialistas e democratas-cristãos sob a bandeira da União Nacional, chegando a controlar três quartos do eleitorado em meados da década de 1940.[56] Segundo Geoff Eley:

> Os anos 1943-47 foram um raro momento da história europeia – o momento da unidade antifascista – cujas oportunidades se comparavam

54 De acordo com Trotsky, tal situação caracterizaria um "espelho curvo", ou seja, produziria um efeito de distorção da realidade, do tipo que se pode ver enquanto se está diante de um espelho *mágico* num parque de diversões. TROTSKY, 1968, p. 148

55 HOBSBAWM, 1995, p. 84-87.

56 ELEY, 2005, p. 337.

> às de 1917-18. A interpretação desta época a partir das divisões da Guerra Fria distorce sua dinâmica, que, pelo contrário, produziu uma abertura radical. A guerra trouxe uma forte tendência à esquerda, levando socialistas e comunistas para o centro do palco de formas inteiramente novas. A única transferência maciça de lealdades de um conjunto de partidos de esquerda para outro desde 1917-23 aconteceu nessa época [...].[57]

Nesse sentido, com algum parâmetro de certeza, pode-se afirmar que os resultados eleitorais satisfatórios para os PC naqueles anos têm relação direta com o fato de que eram os comunistas os melhores e mais abnegados antifascistas e também aqueles que melhor encarnavam a bandeira da democracia nos seus países. A despeito disto, a "transferência de lealdades", referida por Eley e ocorrida nessa segunda vaga revolucionária mundial, aberta em 1943, trazia consigo aspectos que pareciam transcender as reivindicações democráticas encampadas pelos comunistas de muitas partes do mundo. Do contrário não haveria como entender o grau de radicalização que alcançou alguns países que sofreram a brutalidade da guerra, direta ou indiretamente, e seus efeitos devastadores refletidos na desorganização econômica que atingiu, principalmente, os trabalhadores.

Apesar disso, após a derrota dos fascistas, o giro à esquerda que alcançou o planeta redundou, na melhor das hipóteses, na formação de "democracias populares" na Europa do Leste, quando não, os Partidos Comunistas do Ocidente optaram por participar de coalizões democráticas que duraram enquanto a Guerra Fria não deu o tom das relações bipolares emergidas da nova ordem do pós-Segunda Guerra Mundial.[58]

Para o caso do Brasil – o que poderia ser extensivo à América Latina e a outros países, onde os comunistas não foram chamados a formar um governo de coalizão e de unidade nacional no pós-guerra, nem muito menos avançaram para a formação de uma "democracia popular" –, devem ser questionados os motivos pelos quais o

---

57 ELEY, 2005, p. 336.

58 Segundo o historiador Muniz Ferreira, "[d]o ponto de vista teórico o conceito de 'democracia popular' representava uma inovação importante na produção teórico política do comunismo internacional. Designava um processo de trânsito ao socialismo sem ruptura institucional e sem ditadura do proletariado. Tratar-se-ia de uma evolução pacífica, para além do capitalismo, a partir do acúmulo de forças obtido no movimento de luta e derrota da ditadura fascista. Logo, representou, pioneiramente, um esforço teórico de rejeição da universalidade do caminho soviético da transição socialista. Em sua acepção original, a ideia da 'democracia popular' significou um momento precursor na formulação da estratégia das 'vias nacionais' e da 'transição pacífica' ao socialismo". FERREIRA, Muniz Gonçalves. Europa do Leste: da resistência antifascista às 'democracias populares'. *In*: COGGIOLLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, USP, Departamento de História, 1995. p. 378.

PCB, que chegou a 1945 no auge do seu prestígio e de posse de substancial capital político e eleitoral, não foi capaz de se defender das investidas da reação que vieram a se acentuar imediatamente após o processo eleitoral de 2 de dezembro de 1945. Em todo o caso, o pleito eleitoral se realizou em clima de grande tensão, haja vista que, com o crescimento do Partido Comunista, que realizava megamanifestações por todo o país, prosseguiam os boatos sobre a perturbação da ordem, e o comunismo parecia ser a principal ameaça.[59]

Já se discutiu em capítulos anteriores como os estudantes, os operários e os diversos setores da sociedade brasileira convergiram para a conformação de um grande movimento de massas por ocasião do bombardeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942. Depois disso, assistiu-se a um grande ascenso popular que clamava pela entrada do Brasil na guerra. Da mesma forma, foi visto que, a partir de 1944, e mais profundamente em 1945, os trabalhadores de diversos ramos da produção entabularam inúmeras greves depois de longos anos de relativa calmaria.

A unidade de todas essas situações, que trouxeram o Brasil do Estado Novo ao golpe de 29 de outubro, e, depois, às eleições de 2 de dezembro de 1945, se não pode ser buscada, exclusivamente, na emergência de portentosos movimentos de massas como nunca antes se havia visto no Brasil e na reentrada em cena do movimento operário, não pode negligenciar que aquele foi um dos momentos em que a primazia e a autonomia relativa da política no processo histórico foi mais evidente, ainda mais porque o mundo se encontrava, mais uma vez, diante de uma vaga revolucionária.[60] Com efeito, os elementos definidores das relações de força, que determinaram a conjuntura em favor dessa ou daquela classe ou fração de classe, devem ser buscados tanto nos sujeitos sociais que atuaram no período quanto nas suas representações políticas.

Admitindo-se a possibilidade de alguma generalização, e deixando-se de lado a heterogeneidade dos grupos sociais e de suas representações, poderia se

59 Quanto a isso, em seu último comício, Yeddo Fiúza afirmou ser pela defesa da democracia, da União Nacional e contra a reação, enquanto Prestes teria dito que "é preciso precaver-se contra as desordens e os incidentes, que o Exército poderia tomar como um movimento subversivo, com prejuízo para os próprios comunistas, como se verificou quando o sr. Getúlio Vargas foi deposto, a 29 de outubro". Acrescentando, também, "que o Brasil precisa de um presidente civil e eficiente e não de um general reacionário, afirmando que teria sido melhor para os comunistas se o sr. Getúlio Vargas tivesse ficado no poder, do que ter-se um governo militar". "48 horas de trégua antes das eleições: as Forças Armadas garantirão o pleito e seu resultado". *A Tarde*, Salvador, 30 nov. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

60 Francisco Weffort se referiu à conjuntura de 1945-1946 como "sobredeterminada" por fatores políticos. WEFFORT, 1978, p. 10

argumentar que, no Brasil, existiam, em meados dos anos 1940, ao menos três forças sociais e políticas que tiveram nas mãos os destinos da história, tanto que se confrontaram nos principais acontecimentos de 1945, inclusive no terreno eleitoral.

As forças varguistas, que controlavam o Estado desde 1930 e que se reorganizaram sob a bandeira do trabalhismo, a partir de 1943 até 1945, estiveram alinhadas com a candidatura do PSD, de Eurico Gaspar Dutra, vitoriosa na eleição e com forte influência no Exército. Os *demoliberais* brasileiros, em que pese a heterogeneidade de sua composição em 1945, organizaram-se politicamente sob a bandeira da UDN, que controlava forças políticas de diversos matizes que se unificavam sob o epíteto da reação ao varguismo e ao comunismo, tendo alguma influência nas Forças Armadas, mas nada comparado ao grupo de Dutra.[61]

Esses grupamentos compunham o campo das classes dominantes e de suas frações que, ao longo de algumas décadas, dirigiram o país. Por seu turno, o PCB, que tinha sido remetido ainda mais para as margens do processo político brasileiro em 1936, ressurgiu no bojo da movimentação antifascista de inícios da década de 1940, chegando a ocupar, em pouco tempo, a cabeça da reorganização operária no país a partir de 1944, através do MUT e de organizações correlatas, assim como a direção das CDP.

A correlação de forças estabelecida entre esses três grupos que disputavam o direito de dirigir os destinos da Nação só poderia ser pensada em relação de simetria caso se tomasse como ponto de partida o processo eleitoral. Nas eleições de 2 de dezembro, contudo, somente 16,5% dos brasileiros estavam aptos a votar. A maioria daqueles que talvez viessem participando do processo político nacional, desde as manifestações antifascistas de 1942-1944 e, inclusive, as milhares de pessoas que estiveram nos comícios de Prestes e lhe prestaram homenagens como liderança máxima do povo, estiveram ausentes do processo eleitoral, mas não se ausentaram do terreno político das ruas, das entidades representativas do movimento popular, especialmente dos CDP, dos sindicatos e associações de trabalhadores.

Embora se deva observar que, nos anos 1940, o voto já pudesse mobilizar os interesses de parte significativa da sociedade civil brasileira, tendo transformado

---

61 Sobre a heterogeneidade do *demoliberalismo* brasileiro em 1945, atente-se para o fato de que este era composto tanto por liberais da República Velha, que estiveram durante quase todo o tempo em oposição ao governo de Getúlio, quanto por ex-tenentes, que se tinham aliado com Vargas durante boa parte do tempo e que, depois de 1937, mobilizaram-se para desestabilizar o Estado Novo, principalmente através de alguns governadores. Sobre o assunto, ver: LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo*: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

as eleições num processo de massas, ele ainda não aparecia como o direito mais importante da democracia representativa, ao menos para a maioria dos brasileiros, e, por isso, seria razoável supor que mobilizasse pouca energia do homem comum.

Sobre o assunto, convém acompanhar uma matéria publicada no primeiro número do jornal *O Momento*, intitulada "Queremos trocar nossos votos por uma vida melhor", em que é possível perceber como o jornal comunista buscou, didaticamente, construir um significado para a eleição a ser realizada em dezembro. O texto, publicado na edição inaugural de *O Momento*, dizia que a tiragem do jornal tinha se esgotado "rapidamente, arrebatados pelo homem do povo".

Para atribuir um caráter antes inexistente a um processo pouco conhecido da maioria dos homens e mulheres comuns do Brasil, ou, antes, experimentado apenas em função da troca de favores e pelo clientelismo que imperava nas épocas eleitorais da chamada República Velha, o jornal recorria a um tom informal no tratamento do assunto com o objetivo de trazer o tema das eleições para o cotidiano dos brasileiros que viviam uma época de grande politização em função da guerra:

> O que estamos assistindo é um novo despertar político do povo. Não quer isto dizer que as massas no Brasil vivessem alheias à realidade, mas sim que tínhamos antes da atual guerra, uma consciência política mal definida, uma fraca organização popular e uma grande incompreensão acerca dos problemas nacionais. Oito anos sem democracia não embotaram a opinião pública do nosso país. Até, pelo contrário, a experiência desse longo período de governo ditatorial contribuiu para esclarecer o povo – principalmente nas concentrações urbanas – sobre as vantagens de uma democracia progressista. Acrescente-se a isso a enorme experiência política assimilada pelo povo brasileiro como resultado da análise dos acontecimentos mundiais. Observe que somos um povo atingido duramente pela guerra, um povo que lutou contra o fascismo e enviou sua Força Expedicionária para ajudar a libertação do mundo, um povo que atravessa desde mil novecentos e trinta uma crise política e busca solucioná-la. A visão de todos esses fatores nos mostra que a compreensão política do povo brasileiro chegou a um grau mais elevado.[62]

Como se vê, a preocupação do jornal é caracterizar a liberalização do regime e as eleições que se aproximavam como algo que promovia "um novo despertar

62 "Queremos trocar nossos votos por uma vida melhor". *O Momento*, Salvador, 9 abr. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

político do povo". Este mesmo "povo", depois de anos de ditadura, tinha como evidentes as "vantagens da democracia progressista" a partir da experiência adquirida com a "análise dos acontecimentos mundiais", de maneira que podia alcançar uma compreensão política em grau mais elevado. Assim, as eleições o desembocadouro deste nível de consciência, entretanto, o jornal prossegue transcrevendo um diálogo que teria ocorrido entre o repórter *d'O Momento* e um marceneiro em sua "tenda":

> – Mestre, o que é que o senhor acha das eleições? (perguntou o repórter)
>
> O preto ficou meio espantado, depois abriu os dentes num riso muito camarada, e começou:
>
> – Sou um homem do trabalho. Vivo aqui nesse buraco – e fez um gesto em torno do rés-do-chão escuro, cheio de móveis velhos empilhados – e quase não fico sabendo do que acontece lá por fora. Mas sempre levo um jornal para casa. Leio as notícias da guerra e também a política me interessa, porque a vida do povo depende dela. Se todo preto velho como eu entendesse um pouco de política, a gente nunca era enganado.
>
> O repórter concordou, aceitou o cigarro 'Yolanda azul' que o preto ofereceu, e continuou escutando:
>
> – Tá se vendo que o Brasil vai ter eleições porque essa história de fascismo está acabando em todo o mundo. O que resolveu esse negócio aqui de dentro foi a guerra. Se a gente não ficasse do lado das Nações Unidas, continuava na mesma. Como nosso povo entrou na luta contra o nazismo, tinha de chegar o momento da democracia também para o povo brasileiro. Sempre eu pensei assim e por isso dizia lá no Sindicato que a coisa mais importante era nós, trabalhadores, apoiarmos a política-de-guerra e a Força Expedicionária. A prova que nós estávamos certos é que as eleições vem aí – concluiu o marceneiro.[63]

A abordagem informal que o jornal procurou adotar ao transcrever a entrevista na forma acima só reforça a ideia de que um tema difícil como aquele, que envolvia *eleições*, *guerra*, *Nações Unidas*, *nazismo*, *democracia* etc., só poderia ser enquadrado dentro de um esquema editorial mais simples, de maneira que a maioria dos trabalhadores entendesse e se identificasse com o assunto que somente acontecia "lá por fora", já que o marceneiro "vivia em um buraco". Por conseguinte, o homem do povo havia alcançado a compreensão, como sugeria o jornal comunista e conforme era orientado pelo sindicato, já que tinha entendido que o "negócio aqui

63 "Queremos trocar nossos votos por uma vida melhor". *O Momento*, Salvador, 9 abr. 1945.

dentro" foi resolvido pela guerra, pois se "a gente não ficasse do lado das Nações Unidas, continuava na mesma". Assim o *homem do povo* havia aprendido a combater o nazismo, lutar pela democracia e apoiar a "política-de-guerra" que, no final das contas, teria comprovado o acerto daquelas posições "já que as eleições vem aí".[64]

Obviamente que não está descartada a hipótese de que o entrevistado fosse um "marceneiro" escolhido a dedo pelo jornal do PCB. Ou seja, de acordo com as respostas que foram dadas, é bastante provável que o "preto velho" entrevistado fosse membro do Partido Comunista ou então um simpatizante, não obstante, tal hipótese não pôde ser comprovada. Esta possibilidade, contudo, é realçada quando se passa à entrevista seguinte, feita com um "amigo comerciário" que foi perguntado sobre qual candidato à presidência da República ele teria escolhido e ele respondeu: "Nenhum, por enquanto". Exatamente na linha defendida pelo PCB que, em abril, quando saiu o primeiro número do jornal *O Momento*, não tinha candidato e defendia o ponto de vista de que as candidaturas de Eurico Gaspar Dutra e de Eduardo Gomes apresentassem os seus programas antes de buscarem apoio.

A resposta do comerciário tinha sido na medida dos interesses dos comunistas, já que reclamava pela "falta dos programas" e afirmava que "o povo quer votar com plena consciência, sabendo o que vão fazer os candidatos, e não como antigamente". Acrescentava, por fim, a mesma denúncia que os comunistas vinham fazendo quanto à disputa eleitoral: "estão fazendo uma campanha de propaganda com o caráter de luta pessoal e usando métodos condenáveis que servem de armas à quinta-coluna".[65]

Conforme se tem visto até aqui, foi da evolução do quadro acima esboçado, em que se confrontaram as principais forças políticas que se conformaram entre os anos de 1930 e 1940, que veio emergir o Brasil da época da liberalização conservadora. Neste período, em que governará o Brasil o general Eurico Dutra, uma nova Constituição será preparada sob a atmosfera de uma crescente polarização que produzirá novos enfrentamentos e, por fim, a exclusão de um dos grupos principais do novo cenário político, o PCB.

Enquanto os comunistas não romperam com a ambiguidade que vinha caracterizando o seu discurso e a sua prática perante os trabalhadores, cada vez mais descontentes, os efeitos da crise e da polarização social lhe pesarão sobre as costas e terminarão lhe vitimando. Em todo caso, o saldo eleitoral do PCB foi dos melhores, pois o Partido se tornou uma importante força político-eleitoral no

64 "Queremos trocar nossos votos por uma vida melhor". *O Momento*, Salvador, 9 abr. 1945.

65 Ibid.

país, com o senador mais votado e a quarta maior bancada da Assembleia Nacional Constituinte.

A se acreditar que as relações de força que se refletiram nas urnas foram distorcidas em função da diminuição do potencial de mobilização das classes subalternas, ou seja, da sua força real, e, no sentido contrário, do aumento considerável da força da burguesia que se encontrava dividida, mas que saiu das urnas com cerca de 90% dos votos, considerando-se as candidaturas de Eurico Dutra, pelo PSD, e Eduardo Gomes, pela UDN, pode-se dizer que o Brasil estava longe da pacificação. Isto porque a classe operária e os demais setores oprimidos da sociedade tendiam a cobrar a conta da crise, entabulando mobilizações e greves por elevação de salários e melhoria nas condições de vida. Dessa maneira, em dezembro, o próprio PCB, que parecia depositar excessiva confiança nas eleições e na *democracia burguesa*, sinalizou que nem tudo eram flores e que os comunistas esperavam por uma democracia superior.

Em artigo publicado no dia 2 de dezembro, no jornal comunista carioca *Tribuna Popular*, Diógenes Arruda Câmara abordou os significados das eleições para o PCB. Considerando que a campanha eleitoral "foi de fato um grande fator de educação política das massas, proporcionando ainda um enorme avanço para a democracia de verdade", Arruda propunha a entrega de "todos os poderes para a Assembleia Constituinte", para que esta decidisse sobre os destinos da pátria e redigisse a "Constituição popular que o povo brasileiro exige".

De acordo com o dirigente comunista, seria necessário, entretanto, o esmagamento de "todos os bandos fascistas", para que vingasse "a união nacional de todas as forças democráticas e progressistas para a defesa da ordem e da tranquilidade necessárias à nossa marcha pacífica para a democracia". Para que isso ocorresse, dizia Arruda, seria preciso, ainda, "a elevação do padrão de vida do povo através da entrega de terras abandonadas aos camponeses que queiram trabalhar e de medidas práticas contra a inflação e a carestia". Por isso, propunha que o proletariado e o povo se organizassem "em sindicatos e amplos organismos populares" e que sua vanguarda, "o Partido Comunista", estivesse organizada e consciente "a fim de que as massas possam impor a sua vontade e garantir um regime de bem-estar para a nossa pátria".[66]

Sobre a tática eleitoral, Arruda Câmara afirmou que os comunistas compreendiam o valor do parlamento e que o sufrágio universal, na hora de ascensão das forças democráticas e antifascistas, não seria utilizado para iludir o povo. Sendo

---

66 "As eleições serão uma grande prova para o nosso Partido". *O Momento*, Salvador, 10 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

assim, considerava que "a utilização justa das eleições" colocaria nas mãos do PCB "um poderoso e novo instrumento para educar politicamente as massas, para organizá-las, para reforçar a ligação do Partido com elas e para difundir entre elas" o programa e os estatutos do PCB, "fortalecendo e desenvolvendo ao máximo o Partido do proletariado e do povo".

A despeito do que foi dito, para Arruda Câmara, as eleições seriam "uma grande prova" para o Partido Comunista, porque seria utilizado "um método de luta inteiramente novo". Para o líder pecebista, não havia o que temer, já que, "dispondo de uma teoria revolucionária como o marxismo-leninismo para a análise de cada situação dada, e vivendo em permanente contato com as grandes massas", o PCB vinha "sabendo utilizar a luta eleitoral de uma maneira proletária, com honestidade, sinceridade, dignidade, sempre com o povo e a favor dele". Com efeito, prossegue Arruda, os comunistas não encaravam "*as eleições como um fim, e sim como um meio para apontar às massas o justo caminho a seguir, procurando educá-las politicamente à base dos seus próprios interesses*".[67] Tais interesses incluíam a superação da "exploração do homem pelo homem", de maneira que os resultados das eleições iriam "dizer até que ponto o proletariado e o povo confiam nos homens e mulheres do Partido ou apresentados pelo Partido" e "até que ponto eles são conhecidos e estimados pelas grandes massas".

As eleições seriam "uma grande prova" para os comunistas, porque "mostrarão até que ponto é realmente efetiva a nossa influência sobre as massas populares". Concluindo que as mobilizações haviam demonstrado que a linha do partido vinha sendo compreendida e aceita pelas grandes massas, Arruda prossegue:

> Isso é fundamental porque a classe operária deixou de ser simplesmente a classe do futuro, transformando-se na classe do presente, da época do socialismo. E a vanguarda consciente e organizada dessa classe, a vanguarda que impulsiona as massas para a frente, é o Partido Comunista. É da maior importância não esquecer nunca, e muito menos agora, esse caráter do nosso Partido. Não somos uma seita revolucionária, nem somos caramujos que se contentam em viver enrolados dentro da própria concha. *Um comunista vale pela massa que arrasta,* e todo comunista tem que ser um dirigente querido e respeitado no seu local de trabalho e no seu bairro, gozando da confiança do que há de

67 "As eleições serão uma grande prova para o nosso Partido". *O Momento*, Salvador, 10 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornais. Grifo nosso.

> melhor e mais honesto no seio do povo, sendo assim capaz de levar para o campo da democracia os maiores contingentes populares.[68]

Ao que parece, sem negligenciar a importância das eleições, através das palavras de Arruda Câmara, o PCB buscou relativizar os seus significados, especialmente em função da polarização social que vinha se anunciando no Brasil. Sendo assim, um comunista não valia tanto pelos votos que tinha obtido nas eleições, senão pela massa que era capaz de arrastar, já que este tinha que identificar e confiar na sua vanguarda, ainda que esta o quisesse conduzir para o "campo da democracia", que não era necessariamente o campo da revolução.

Um partido de novo tipo

Apurados os resultados das eleições e proclamada a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Vargas e um dos líderes do golpe que, em 29 de outubro, depôs o ditador do Estado Novo, Prestes declarou à imprensa que o PCB defenderia "intransigentemente a posse do candidato presidencial eleito", principalmente porque reconhecia que o pleito se tinha realizado "num clima de liberdade".

De acordo com o líder comunista, se o novo governo, saído do pleito de 2 de dezembro, quisesse contar com o apoio popular, deveria se organizar de modo que nele ficassem "representadas as correntes que através das eleições demonstraram ter esse apoio popular", o que, para Prestes, significava que o PCB estaria incluído. A intenção do líder comunista e do seu Partido era a de contribuir na elaboração das bases "de um programa mínimo", que permitisse chegar a um compromisso possível que viabilizasse o governo recém-eleito:

> *Em frente ao governo Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos Vargas e Linhares: de apoio de todas as medidas democráticas* contra os agitadores, demagogos e salvadores, que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo *democrático*, com novos golpes armados.[69]

68 "As eleições serão uma grande prova para o nosso Partido". *O Momento*, Salvador, 10 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornais. Grifo nosso.

69 "A situação dos comunistas durante o próximo governo". *A Tarde*, Salvador, 12 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Grifo nosso.

Para Prestes e para o PCB, que vivia ambiguamente entre a radicalização da sociedade, especialmente dos trabalhadores, e o avanço da reação, mesmo com a ascensão de Dutra, o caminho continuava sendo o da União Nacional, pavimentado responsavelmente com "ordem e tranquilidade" para que a *democracia* fosse consolidada no Brasil.

A primeira edição do jornal *O Momento* a circular depois das eleições foi para as bancas no dia 3 de dezembro de 1945. Tratava-se de uma edição especial, publicada apenas dois dias depois do número anterior e no dia seguinte ao pleito. Trazia um editorial que espelhava um certo otimismo do PCB quanto à *democracia* e, ao mesmo tempo, um redimensionamento da autoconfiança dos comunistas que tinham saído da eleição com uma votação consagradora, a despeito de continuarem a chamar a União Nacional com a "burguesia progressista" e de iniciarem um processo de reposicionamento diante das massas. Os comunistas pareciam estar atentos, ou "vigilantes", como haviam dito, quanto às manobras das "forças reacionárias". Por isso, asseguravam que elas não vingariam contra o "povo", já que as forças populares teriam saído fortalecidas das urnas.

O PCB considerava que a reação, identificada com o que chamavam de "diversos bandos de aventureiros políticos e a quadrilha de 'gangsters' integralistas", teria por trás de si "os monopolizadores da terra, os agentes do capital financeiro de Londres e Nova York, os generais e dignitários clericais inimigos da democracia". Tendo em vista o temor que esses setores manifestavam diante do povo, os comunistas advertiam para o fato de que eles não hesitariam em tentar "roubar as conquistas democráticas das massas populares" e, por isso, buscariam "qualquer oportunidade ou pretexto, na tentativa, pela violência ou pela astúcia", de consumar um novo golpe.[70]

Em vista disso, o PCB voltava a afirmar que a situação ideal poderia ser alcançada pela conformação da União Nacional, através da "ordem e tranquilidade", sendo esta a única garantia possível de se evitar que as forças da reação, que buscavam um pretexto, fossem vitoriosas, e de que o país pudesse entrar numa "nova fase de democracia e progresso". Neste sentido, entendia que a União Nacional, cujo primeiro passo tinha sido dado na eleição, pudesse se conformar, também, pela base, através dos organismos construídos pelos trabalhadores e pelo movimento popular:

> A união nacional interessa à classe operária e interessa à burguesia progressista, que tantos obstáculos vem encontrando no seu caminho para a nossa emancipação em moldes democrático-burgueses.

70 "O proletariado e a União Nacional". *O Momento*, Salvador, 3 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

> A própria questão eleitoral veio provar que há possibilidades as maiores para a efetivação da união nacional, com a apresentação pelo Partido Comunista de um candidato não comunista à presidência da República, formando-se em torno dessa candidatura, através de comissões organizadas, uma coligação que, em verdade, abrangeu a esmagadora maioria das forças democráticas e progressistas. A união nacional precisa e deve ser reforçada, através das organizações populares, dos comitês democráticos, dos sindicatos, do Movimento Unificador dos Trabalhadores, das associações de classe, dentro das empresas, através das comissões mistas de empregados e patrões.[71]

Para o PCB, caberia à classe operária o papel principal na efetivação da política de unidade, contudo, tal papel deveria ser exercido:

> [...] com uma severa vigilância de classe contra os provocadores, contra as greves de caráter suspeito, que visam dar pretexto a intervenções policiais, contra os apelos de falsos lideres estranhos ao proletariado, sem deixar de compreender, entretanto, que a união nacional não significa submissão indiferente aos patrões antiprogressistas e levados pelo egoísmo de uma exploração sem limites.[72]

De acordo com os comunistas do jornal *O Momento*, União Nacional significava, acima de tudo, "que o proletariado, com uma política de classe independente, conserva essa política estendendo a mão, sinceramente, à classe média e à burguesia progressista para emancipar o Brasil economicamente e construir as bases da democracia".[73] Os pecebistas esperavam que o resultado das eleições, cujo candidato do Partido havia alcançado grande votação, ainda que não fosse comunista, revelaria que o "povo" estava a favor da União Nacional, motivo pelo qual os comunistas continuavam com a firme política de "estender a mão" aos *democratas*, notadamente à "classe média" e à "burguesia progressista".

Em que pese o otimismo do Partido de Prestes, o resultado das eleições apontou a vitória do PSD, cujo candidato, o general golpista Eurico Dutra, era um histórico inimigo dos comunistas. O PCB, embora desconfiando dos anseios reacionários e do contumaz anticomunismo do ex-ministro de Getúlio, conclamou o povo para

---

71 "O proletariado e a União Nacional", *O Momento*, Salvador, 3 dez. 1945.

72 Ibid.

73 Ibid.

que acatasse o saldo das urnas, considerando não haver outra saída para a democracia "que requer, antes de tudo, um ambiente de ordem e tranquilidade".[74]

Para os comunistas, que, em diversas ocasiões, haviam se comprometido com o processo eleitoral, não haveria melhor solução do que esperar que o futuro presidente, ainda que um conhecido reacionário, respeitasse, também, o resultado de uma eleição que havia oferecido aos pecebistas uma votação histórica e, por isso, afirmavam que não havia a necessidade de temer por retrocessos, já que não poderia "haver democracia sem a participação ativa do Partido Comunista", pois este representaria uma parte "considerável" do "povo brasileiro", como teriam acabado de demonstrar os resultados eleitorais e, mais do que estes, "as grandes mobilizações de massa em todo o país".[75]

Apesar disso, segundo matéria publicada no jornal *Tribuna Popular*, e reproduzida em *O Momento*, Prestes estaria recebendo inúmeras cartas de pessoas temerosas de que, com o general Dutra na presidência, o PCB pudesse ser posto novamente na ilegalidade, sofrendo as mesmas perseguições dos últimos dez anos. A estes pessimistas, os comunistas respondiam:

> É visível que tais receios não tem nenhum fundamento na realidade presente. São receios gerados, em parte, pelo fato da candidatura do general Dutra ter recebido apoio dos integralistas, e em parte pela campanha sistemática da imprensa reacionária contra o Partido Comunista. [...] Mas não há dúvida de que nem um nem outro fato poderá influir sobre a vida e as atividades do Partido Comunista. A verdade é que os integralistas [...] desprezados e odiados pelo povo, como acaba de demonstrar o resultado das eleições, nenhuma influência terão sobre o governo que vai substituir o do senhor Linhares. [...] Por outro lado, a imprensa reacionária e fascistizante, como os integralistas, gritará no vácuo por medias anticomunistas. [...] Depois de tudo, a situação nacional, hoje, é bem diversa daquela em que se encontrava o povo brasileiro, sob um regime fascistizante, até as vésperas do esmagamento do nazismo. O senhor Getúlio Vargas governou durante

74 Segundo a matéria do jornal *O Momento*, "O povo exige ordem e tranquilidade, exige que todas as correntes políticas contribuam para a manutenção da paz interna, respeitando a vontade das urnas. O Partido Comunista do Brasil se sente perfeitamente à vontade para apoiar e defender as exigências sagradas do povo, porque, desde o início deste ano, tem sido intransigente na sua recomendação de ordem e tranquilidade, compreendendo que a anarquia só poderá beneficiar aos focos remanescentes do fascismo". "O povo exige ordem e tranquilidade". *O Momento*, Salvador, 10 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

75 "Infundado o receio de retrocesso". *O Momento*, Salvador, 24 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

> o último decênio sem o parlamento. Hoje temos eleita uma Constituinte-Parlamento que é a maior garantia de que prosseguiremos na consolidação das conquistas democráticas dos últimos seis meses e realizaremos novas conquistas.[76]

Não pode restar dúvida de que o PCB, que elegeu 14 deputados, um senador, e obteve 10% dos votos para um candidato quase desconhecido no pleito presidencial, foi um dos maiores vitoriosos das eleições de 2 de dezembro, o que reforçava a ideia de democracia dos comunistas.

Considerando que o PCB contaria, em sua bancada na Assembleia Nacional Constituinte, com nomes de grande expressão popular, haja vista que a maioria dos futuros deputados do Partido era formada por figuras reconhecidas entre as principais lideranças antifascistas do país, como o próprio Prestes, Jorge Amado, Carlos Marighella, João Amazonas, Maurício Grabois, Gregório Bezerra, José Maria Crispim, entre outros, não parecia haver muito espaço para o pessimismo.[77]

Com o fim de 1945, era hora de fazer o balanço de nove meses de anistia e de vida legal do PCB. Era hora, também, de se avaliar os resultados eleitorais que os comunistas tinham alcançado e preparar o Partido para a nova conjuntura que se abria com o fim da guerra e com a liberalização do regime no Brasil. Quanto a isto, doravante, o Parlamento contaria com a inédita participação de pecebistas no Congresso Nacional, investidos da importante missão de preparar uma nova Constituição para o país.

Na primeira metade de janeiro de 1946, o PCB realizou seu segundo Pleno Ampliado na legalidade, circunstância em que a sua Comissão Executiva elaborou um minucioso informe político que foi dado por Luiz Carlos Prestes. No texto, o dirigente pecebista reafirmou muitas das posições que os comunistas vinham

---

76 "Infundado o receio de retrocesso". *O Momento*, Salvador, 24 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornais.

77 A bancada do Partido Comunista, de 1946, ficou assim composta: Senador: Luiz Carlos Prestes, pelo Distrito Federal. Deputados Federais: Gregório Bezerra, Agostinho Dias de Oliveira e Alcedo de Moraes Coutinho, pelo estado de Pernambuco; Carlos Marighella, pela Bahia; Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues Sabença, pelo Rio de Janeiro; João Amazonas, Maurício Grabois e Joaquim Batista Neto, pelo Distrito Federal; José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado e Milton Cayres de Brito, por São Paulo; Abílio Fernandes, pelo Rio Grande do Sul. BRAGA, 2003, p. 29-30. De acordo com Moisés Vinhas, "O ferroviário Mário Scott, eleito deputado à Constituinte, foi forçado a renunciar em favor do primeiro suplente, Milton Cayres de Brito. Quando se discutiu o problema, em reunião na sede do Comitê Municipal, no Brás [São Paulo], Diógenes Arruda surpreendeu-se com a resistência de Scott à renúncia, que chegou a chorar e a falar em suicídio. O remanejamento, entretanto, foi aprovado por unanimidade. Anos depois, Mário Scott suicidou-se". VINHAS, 1982, p. 91

defendendo há tempos. Não obstante, novos elementos foram acrescentados que merecem uma apreciação cuidadosa, já que será deste informe que o Partido tirará as conclusões necessárias para os embates na Constituinte e na luta de classes no Brasil.

Logo de início, ao se apontar os significados do Pleno da Vitória, realizado em agosto de 1945, afirmava-se que o PCB tinha alcançado "novas vitórias" e agora marchava para se tornar um "Partido de novo tipo, um grande Partido bem ligado às massas".[78] Quanto à situação mundial, os comunistas consideravam como fatos positivos os resultados da Conferência de Potsdam, a criação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o estabelecimento dos governos populares na Europa. Tais elementos, surgidos da derrota militar do nazismo, significariam uma modificação favorável à "democracia e aos povos antifascistas" na correlação de forças da Europa. Implicavam, ainda, que o socialismo teria saído "incontestavelmente vitorioso" da guerra, de maneira que não havia por que temer os resultados da vitória.[79]

Apesar da vitória das democracias, segundo o mesmo informe dado por Prestes, o mundo estaria mergulhado numa crise econômica que aprofundava a "luta de classes" no capitalismo de maneira tal que "o imperialismo, enfraquecido com a derrota de seus principais instrumentos de agressão" havia se tornado "ainda mais agressivo e perigoso". Desta maneira, os imperialistas procuravam reagrupar suas forças para "esmagar o movimento operário nas metrópoles, para massacrar os povos coloniais que se levantam contra a opressão e para romper a unidade das grandes potências".[80]

Sendo assim, enquanto o governo Truman vacilava em continuar a "política progressista e democrática de Roosevelt", o PCB considerava que, na luta contra a guerra, "nenhum aliado pode ser desprezado e nada mais contrário aos interesses do proletariado do que uma atitude sectária [...]". A partir deste enfoque, seria necessário continuar combatendo o "imperialismo", "os elementos mais reacionários do capital financeiro", os "trustes e monopólios", em defesa da "paz e da democracia". Era preciso também "ficar em guarda contra os provocadores", não obstante compreendendo o "verdadeiro sentido do momento histórico" que era do "desenvolvimento pacífico" e de "luta pela paz no mundo e no interior de cada país".[81]

Haveria, portanto, algo de novo no mundo e a novidade era "a colaboração dos grandes Estados Capitalistas com o Estado Socialista", que prevaleceria no pós-guerra. Tal colaboração era para a "convivência pacífica entre o socialismo e

78 PRESTES, 1947, p. 186-187.

79 Ibid., p. 190-195.

80 Ibid., p. 196.

81 Ibid., loc. cit.

o capitalismo", e a despeito de não se saber se ela poderia ser "eterna", admitia-se que poderia ser "por um longo período".[82] Sobre a situação mundial, o informe concluía com uma espécie de profissão de fé:

> Precisamos adquirir a convicção profunda, inabalável, científica, de que a paz é possível neste mundo de após-guerra para que possamos efetivamente lutar por ela. Ser revolucionário não é ficar preso a dogmas e não querer ver as possibilidades novas que tenham de fato raízes na própria realidade, que tenham existência objetiva. Não acreditar na possibilidade de que o imperialismo enfraquecido tenha que ceder por algum tempo e continuar colaborando pacificamente com o Estado Soviético, é de fato assumir uma atitude oportunista, desarmar o proletariado ante os manejos guerreiros do imperialismo, é servir, enfim, aos interesses da reação e do fascismo, porque ao fascismo é que interessa a desordem, o caos, a guerra.[83]

No plano nacional, os comunistas eram, talvez, um pouco menos otimistas, pois consideravam que a marcha para a *democracia* não tinha sido das "mais fáceis". A despeito disto, insistiam na necessidade de "ordem e tranquilidade" e faziam apelos para a unidade de "todos os brasileiros patriotas e antifascistas", entretanto, consideravam que no Partido predominava uma "grave incompreensão" em função de que a luta "contra a desordem" teria conduzido os comunistas a uma "certa passividade" diante dos "problemas econômicos e sociais", gerando um "desvio oportunista" que dificultava a ligação com as massas.

Essa incompreensão era, principalmente, "da parte dos militantes", já que estes não tinham entendido que lutar por "ordem e tranquilidade" era, principalmente, "lutar contra tudo aquilo que venha a agravar a situação econômica das massas". Por conseguinte, seria no interesse da "democracia" e "da ordem, no seu melhor sentido" que os comunistas deveriam lutar "o quanto antes" para corrigir "esse desvio oportunista" na aplicação da linha política.[84]

Os pecebistas prosseguem reafirmando as avaliações que tinham feito do golpe de 29 de outubro e insistem que os "fascistas e reacionários" teriam tremido "ante a atitude ordeira e serena dos comunistas". Apesar de tudo, consideram que as forças reacionárias tinham sido vitoriosas nas eleições, todavia não desprezavam a

82 PRESTES, 1947, p. 197-201.

83 Ibid., p. 202.

84 Ibid., p. 205-206.

possibilidade de "acordo entre dirigentes" do PCB com qualquer outro partido, inclusive o Trabalhista, já que Vargas teria sido deposto com grande "prestígio popular".[85]

Quanto ao governo de Dutra, os pecebistas afirmam que a orientação política deveria ser a mesma que vinham seguindo, qual seja, "de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, *se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais*, contra qualquer retrocesso reacionário". A despeito deste apoio, consideram pairar sobre o Brasil um desejo "de união sagrada contra os comunistas, cujas vitórias surpreenderam e, sem dúvida, assustaram aos senhores das classes dominantes".

Ainda segundo o informe, as ameaças atingiam também a Constituinte, de maneira que os comunistas deveriam fazer "de seus votos e da tribuna parlamentar armas poderosas na grande luta contra o fascismo e pela democracia".[86] A União Nacional, no informe de Prestes, era apontada como a "grande tarefa" e o "grande objetivo" a ser atingido, com um elemento novo, pois se passa a afirmar que a *unidade* deveria se formar sob a hegemonia do proletariado e do seu Partido.[87]

Entretanto, onde melhor se pode apreciar a avaliação que o PCB tinha da linha política de União Nacional é a partir de um documento assinado por Pedro Pomar e publicado no final de 1945. De acordo com Pomar, "a questão fundamental a resolver" no Brasil seria a questão da "democracia burguesa no campo político e da emancipação nacional e da reforma agrária no campo econômico". Em função disto a "revolução democrática" teria se processado nos marcos do capitalismo, mas dentro de um quadro internacional "em que as forças da regressão foram vencidas militarmente e as forças do progresso têm condições para avançar pacificamente, porém de modo firme, visando a consolidação da unidade das três grandes potências democráticas".

Para o dirigente do PCB, a União Nacional seria "a forma política pela qual poderemos marchar decididamente para diante", contudo, ela não seria "uma finalidade, mas um processo, que se renova e que se consolida a medida que a própria democracia se reforça". Segundo Pomar: "A União Nacional é um meio, o único meio pelo qual poderemos conquistar nossa independência, nosso progresso e nossa democracia". Desta forma, se, na guerra, "a União Nacional comportava a participação de todas as classes e camadas sociais, de todas as forças políticas que estivessem, como estavam, interessadas na manutenção da integridade territorial

85 PRESTES, 1947, p. 209-217.

86 Ibid., p. 218-226, grifo nosso.

87 Ibid., p. 233.

do Brasil e na sua sobrevivência nacional", na paz, ela se imporia "para eliminar as causas que geram a reação e o fascismo, para evitar que os direitos à existência independente dos povos sejam ameaçados por novos agressores".

A União Nacional, dizia, deveria ser composta "de todas as forças democráticas e progressistas, de todos os patriotas interessados em acabar com o monopólio da terra, com a dominação do capital estrangeiro colonizador, com os restos dos bandos traidores que se colocaram a serviço de Hitler", ou seja,

> A União Nacional é formada com a burguesia nacional não comprometida com o capital financeiro colonizador, industriais, comerciantes e banqueiros, com aquela parte da burguesia que deseja a criação de um amplo mercado interno para a nossa Pátria, através da liquidação das reminiscências feudais: com os fazendeiros progressistas, com os arrendatários capitalistas da terra, mais ou menos independentes, com os sitiantes, colonos e a grande massa de trabalhadores do campo; com a pequena-burguesia da cidade, pequenos proprietários, e outros; com a intelectualidade, com a juventude, com as mulheres, enfim, com todos os brasileiros sem distinção de credos políticos e religiosos que queiram a emancipação econômica e as liberdades democráticas para assegurarmos um futuro promissor.[88]

Se os comunistas continuavam propondo uma aliança com a *burguesia nacional*, agora o faziam reivindicando o papel hegemônico para a classe operária no "movimento de libertação nacional", o que representava uma ligeira inflexão tática desde os anos 1930.[89] Isto ocorria justamente em função da pequena alteração conjuntural em que as forças reacionárias se rearticulavam e o PCB havia crescido substancialmente desde o seu retorno à legalidade.

---

88 Pedro Pomar. "União Nacional". *O Momento*, Salvador, 31 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

89 Foi Pedro Pomar quem antecipou a ligeira inflexão tática que se processaria no Pleno Ampliado de janeiro: "À classe operária cabe o papel de propulsora do movimento de libertação nacional, de dirigente do movimento de unidade nacional. Por isso a classe operária tem que comportar-se como força política independente, com interesses e objetivos definidos diante das outras classes e camadas do povo brasileiro. Não pode assim a tática do partido proletário estar subordinada a nenhuma corrente política, principalmente àquelas onde predominem os reacionários, não pode estar ao sabor de grupos antinacionais, nem colocar-se ao reboque dos acontecimentos nem das aventuras golpistas e imediatistas daqueles que veem primeiramente seus negócios particulares e colocam seus interesses acima do interesse comum da independência da pátria e da democracia". Ibid.

No Parlamento, nos CDP, nos sindicatos e associações de trabalhadores, o Partido de Prestes se expandia, especialmente, nos grandes centros urbanos, tornando-se a principal força política em muitas cidades.[90] Crescia em função de que seu capital político aparecia aos olhos das massas como representativo do que havia de mais avançado na sociedade, já que tinham sido os comunistas os principais representantes do antifascismo no país.[91] Não obstante, o PCB crescia em termos bastantes distintos do que ocorria nos anos 1920 e 1930, já que arregimentava seus membros através das chamadas "sabatinas", que eram reuniões públicas organizadas principalmente pelos jornais como forma de reunir populares em torno das ideias do PCB, captando novas adesões.[92] De acordo com Moisés Vinhas:

> O recrutamento de novos militantes era feito de forma simples. Em São Paulo, reuniam-se centenas de trabalhadores em clubes esportivos ou sedes de outras entidades, geralmente em dias de folga do trabalho, e se fazia uma exposição da política dos comunistas, seguida de debates. Encerrado o debate, pedia-se aos que queriam ingressar no PCB que permanecessem no recinto, e aos demais que se retirassem.[93]

Contudo, o crescimento "aos saltos" tinha se dado com pouca organicidade. Desta maneira, o "caráter espontâneo" da expansão do PCB passou a se constituir num dos principais problemas a serem enfrentados pelos comunistas, tanto que impossibilitava até que se "citassem números" quanto aos membros do partido na altura em que este realizou seu Pleno Ampliado, em janeiro de 1946.

Os pecebistas reconheciam que tinha havido uma subestimação do problema do crescimento, e procuravam discutir as saídas para a elevação do nível político do

---

90 CÂMARA, 2010.

91 Apesar do PCB competir, no campo da esquerda, com os trotskistas do Partido Socialista Revolucionário (PSR), fundado em 1939, e, em menor medida, com a chamada "Esquerda Democrática", surgida em 1945, não se pode dizer que tais correntes, bastante minoritárias naqueles anos, pudessem aparecer para as massas com a mesma força que o partido de Prestes, sendo-lhes, portanto, impossível representar qualquer alternativa.

92 De acordo com João Falcão, "a certa altura, resolvemos aprofundar as ligações de *O Momento* com o povo. Partimos para a organização de debates públicos e sabatinas nos bairros, destinados a populares e trabalhadores nos seus locais de trabalho. [...] Realizávamos o debate, ouvíamos a todos aqueles que quisessem falar ao microfone, e fazíamos entrevistas com os moradores do bairro onde nos encontrávamos. Muitos problemas eram levantados e questionados. No dia seguinte, publicava-se uma longa matéria com fotos tiradas na ocasião. Eu participava da maioria dessas visitas e, na qualidade de dirigente do Comitê Estadual, representava o próprio Partido". FALCÃO, 2000, p. 279

93 VINHAS, 1982, p. 90.

Partido, de maneira que não se desse a entender que existiam "partidos diferentes". Propunham, por isto, uma "política de formação" com a criação de uma "escola" para homogeneizar a atividade partidária e capacitar os novos aderentes para intervirem na realidade armados com o programa e o espírito dos comunistas.[94]

Esse não era um problema tão novo. Desde que alcançara a vida legal, o PCB vinha sofrendo de uma espécie de *crise de crescimento*. Tanto assim que, na reunião do Comitê Estadual da Bahia, realizada em outubro de 1945, Antonio Pascasio Bittencourt, secretário interino de organização, havia constatado que a grande expansão do Partido no estado durante a legalidade havia ocorrido com as dificuldades de que o crescimento não se tinha processado dentro da linha orgânica do PCB, "nem de acordo com as possibilidades do Partido, em consequência de sua legalidade". O informe de Bittencourt sugeria que se concentrassem esforços no trabalho de organização nos setores fundamentais do proletariado e nos municípios mais importantes da Bahia:

> Ao lado disso, todo o trabalho deve ser orientado no sentido de elevar o nível político e teórico de todo o Partido, fortalecendo em seu meio a vigilância de classe e a consciência partidária, promovendo com a audácia o aproveitamento dos quadros novos, fortalecendo todo o Partido e os organismos dirigentes com o conhecimento aprofundado da linha política e orgânica do Partido e dos fundamentos do leninismo.[95]

Mas não eram as questões organizacionais os únicos problemas que afligiam o PCB no início de 1946. Em março, a conjuntura deu sinais de mudança, e o otimismo dos comunistas, que pretendiam colaborar pacificamente na construção da *democracia*, cedeu espaço à dura, porém, inexorável, explosão de realidade, quando a burguesia e os trabalhadores provaram a incompatibilidade das suas posições em virtude do antagonismo inconciliável dos seus interesses.

A classe operária não foi convidada: a burguesia rompe o *acordo*

As condições em que os comunistas ocupariam os assentos no Parlamento nacional legitimamente constituído depois de vários anos de ditadura não eram as mesmas

94 PRESTES, 1947, p. 238-244.

95 "Discussão e análise dos problemas partidários durante uma semana". *O Momento*, Salvador, 15 out. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

que as observadas em 1945. Diante do crescimento do Partido Comunista, que para a reação parecia ameaçar a soberania do capital e da propriedade privada, as forças ligadas ao PSD, secundadas pela UDN, começaram a se articular numa ofensiva inaudita contra o Partido de Prestes, que havia sido registrado no STE. Tanto assim que, antes mesmo do início dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, o PCB foi excluído do processo de "harmonização das bancadas" que antecedeu à instalação dos trabalhos.

Em declarações à imprensa feitas a este respeito, o então interventor de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, esclareceu que o Partido Comunista havia ficado de fora de tais trabalhos da futura Constituinte, em São Paulo e no Rio de Janeiro, por orientação do general Eurico Gaspar Dutra, presidente eleito. Isto ocorria justamente em homenagem à "lealdade" e à "sinceridade" de suas convicções, já que, segundo o interventor:

> [...] admitimos que os comunistas sejam realmente comunistas, isto é, propaguem uma ideologia inadequável à ordem democrática, como nós a entendemos. Nosso espiritualismo, nossas concepções do direito em base democrática, que pretendemos manter na sociedade em que vivemos, são em tudo e por tudo antagônicos à ideologia comunista. Como não temos nenhuma intenção de sair do campo da cultura e da civilização cristãs, não vemos onde encontraríamos denominadores comuns, que nos compatibilizassem com a ação política comunista. Não estou sabendo se essa atitude desagradou a um grupo minoritário, que segue as diretrizes de Moscou. Observo apenas que os comunistas não têm memória, porque nos trágicos anais do Partido Comunista encontraríamos motivos de sobra para respeitarem a sinceridade, lealdade e firmeza dos meus ideais e das minhas convicções políticas.[96]

Era o primeiro sinal e, talvez, a primeira investida da reação sobre os comunistas brasileiros na nova conjuntura, o que parecia evidenciar que a época de "colaboração pacífica" estava com os dias contados. Contudo, poderia se concluir que o Brasil estivesse atravessando uma "crise de hegemonia", no sentido gramsciano do termo. Isto porque as classes dirigentes do país, nos estertores do governo Vargas, haviam dado indícios seguros de que estavam em vias de fracassar no seu projeto de manter o consentimento ativo das classes subalternas, haja vista que se

96 "O Partido Comunista foi excluído – o sr. Macedo Soares explica as razões". *A Tarde*, Salvador, 25 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

encontravam divididas na transição entre os regimes, o que redundou numa solução de força ante o ascenso das classes subalternas.[97]

A despeito disto, não se deve negligenciar que as mesmas classes dirigentes, ainda que temerosas pelo seu futuro, não tinham sido capazes de recompor seu projeto de dominação logo em seguida à crise e ainda no início do novo governo de Dutra, de maneira a identificar nos comunistas os inimigos mais perigosos e aqueles que deveriam ser excluídos do processo político.[98]

Em março de 1946, contudo, um acontecimento externo deu o tom do novo momento político vivenciado pelo mundo. Quando o ex-primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, proferiu seu famoso discurso em Fulton, Estados Unidos, utilizando a expressão "cortina de ferro" para se referir aos países do Leste Europeu e à União Soviética, deu-se início ao que se convencionou chamar de Guerra Fria. Era a senha para que o anticomunismo desencadeasse, também no Brasil, uma primeira grande onda de acusações contra o PCB. Iniciada ainda em março, com grande cobertura da imprensa liberal do país, cujo porta-voz na Bahia foi, justamente, o jornal *A Tarde*, tal ofensiva se prolongou durante todo o ano de 1946, com pequenos intervalos.

97 Vale acompanhar uma das passagens em que Gramsci trata da "crise de hegemonia": "Em um certo ponto de sua vida histórica os grupos sociais separam-se de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. [...] E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seus conjunto desorganizado, constituem uma revolução". GRAMSCI, 2000b, p. 60

98 Sobre o assunto, é ainda Gramsci quem apresenta uma das melhores formulações: "A crise cria situações imediatas e perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados". GRAMSCI, 2000b, v. 3, p. 61-62

No dia 8 de março, três dias após o discurso de Churchill, circularam rumores de que o PCB teria seu registro cassado após o Carnaval.[99] Nesta mesma data, o ex-candidato ao senado pela UDN do Distrito Federal, Augusto Pinho Lima, afirmou que a "democracia estava em jogo" e que era "preciso salvar o país", posto que o comunismo avançava e, caso não se esclarecesse "a opinião e não lhe opusermos fortes barreiras", não era possível saber o que seria do Brasil.[100]

Como resultado dessas investidas, no dia 11, no Rio de Janeiro, foram presos os dirigentes comunistas Pedro Carvalho Braga, secretário do Comitê Metropolitano, Joaquim Barroso, presidente do MUT, e Iguatemy Ramos, dirigente nacional do Partido. Presos e incomunicáveis por seis horas, por motivos não esclarecidos, os pecebistas só foram libertados após a intervenção do deputado do PCB, Batista Neto, que "se entendeu com o delegado" do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).[101] Dos Estados Unidos, onde residia, o professor Waldemar Ferreira, antigo político brasileiro e membro da UDN, afirmou: "O PCB, que é um partido totalitário, empenha-se em formar um ambiente de desmoralização do Parlamento de que faz parte, servindo mais à Rússia do que ao Brasil".[102]

Tais declarações contra o PCB terminaram motivando o primeiro posicionamento público do governo Dutra sobre o assunto. Respondendo a uma pergunta de um jornal carioca, que indagou ao ministro da Guerra, Góes Monteiro, se o governo pretendia levar adiante uma política contra o comunismo ao ponto de "fechar" o PCB, o ministro de Dutra respondeu: "Enquanto qualquer entidade partidária se mantiver dentro da lei e respeito a ordem democrática estabelecida, nada tem que temer do governo, que não admitirá, todavia, proteismo [sic] de quinta-colunistas ou pontas de lança dentro do nosso território".[103]

---

99 "A notícia não tem fundamento". *A Tarde*, Salvador, 8 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. O ministro da Justiça, Carlos Luz, procurado pela imprensa sobre o assunto, "declarou que o governo não cogitava de tal medida, não tendo assim fundamento a notícia veiculada". Ibid.

100 "O Comunismo ameaça a democracia". *A Tarde*, Salvador, 8 mar 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

101 "A polícia carioca efetua a prisão de líderes comunistas". *A Tarde*, Salvador, 11 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

102 "Severa declaração do sr. Waldemar Ferreira contra o P. Comunista". *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

103 "Enquanto estiver dentro da lei, o comunismo nada terá a temer do governo – diz, em entrevista, o Ministro da Guerra". *A Tarde*, Salvador, 16 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Ainda em março, a investida anticomunista teve um dos seus lances mais espetaculares. Depois que Prestes respondeu a um jornalista que lhe perguntara de que lado ficaria no caso de uma guerra entre a URSS e o Brasil, ao que o dirigente comunista teria respondido, "da URSS", o jornal *A Tarde* publicou um editorial com um provocativo título "Liberdade... de ser russo", em que acusava Prestes de ameaçar pegar em armas para defender a Rússia e Josef Stalin contra o Brasil. Segundo o texto de *A Tarde*, publicado em editorial, o "nacional-comunismo russo" era o "sucessor do nazismo germânico", e Luiz Carlos Prestes falava como um "verdadeiro Patriota russo".[104]

As declarações do líder comunista repercutiram de maneira bastante negativa na imprensa liberal e no seio das Forças Armadas. Os comandantes do Exército Átila Soares e João Pereira Oliveira, este último comandante da 1ª RM, manifestaram-se através da imprensa ou diretamente junto ao líder comunista, demonstrando profunda indignação. João Pereira Oliveira, afirmou:

> A nação recebeu estarrecida essa declaração do sr. Prestes, pois foram de absoluta oposição aos interesses do Brasil. Ao meu juízo o sr. Prestes fez profissão de fé contra as nossas glórias e o legado dos nossos maiores. E maior ainda se torna o seu crime quando o sabemos de regresso às fileiras do Exército Nacional, guardião invulnerável das nossas famílias, da nossa religião, da nossa nacionalidade e do mais estremecidos tesouros espirituais e morais.[105]

---

104 "Liberdade...de ser russo". *A Tarde*, Salvador, 20 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. A querela, citada por Prestes na Constituinte enquanto o Cavaleiro da Esperança lia uma carta de "uma alta figura, de um homem culto, de um capitalista" cujo nome não estava autorizado a informar, tinha se dado nos seguintes termos, em meio a uma sabatina: perguntado sobre "qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à União Soviética", Prestes teria respondido: "Faríamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueu contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer resistência em nossa pátria, contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional". PRESTES, Luiz Carlos. A atitude do Partido Comunista. *In*: PRESTES, Luís Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003a. p. 88.

105 "A opinião do comandante de 1ª RM sobre as declarações do sr. Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 25 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Concluindo, o general dizia que "as forças armadas, assim com o povo e toda as classes sociais conscientes devolvem ao sr. Prestes as palavras injuriosas de inimigo declarado do Brasil e dos brasileiros".[106]

De sua parte, Átila Soares endereçou a Prestes um telegrama aludindo que a paz estaria "demonstrando os verdadeiros intuitos que dominam o Partido Comunista de Stalin", que seriam, segundo o militar, os de instaurar, sob controle de ferro, "uma sucursal [do PC de Stalin] em cada nação": "Agora o vejo, tal como o nazismo, com o apoio material dos quinta-colunas organizados sob a proteção das leis de suas próprias vítimas", concluiu Átila Soares.[107]

No dia 21 de março, o deputado trabalhista Barreto Pinto declarou à imprensa que representaria pela cassação do PCB, junto ao Superior Tribunal Eleitoral (STE), "por ter o mesmo transgredido os princípios democráticos a que se obrigou respeitar, afirmando pelos seus mais destacados representantes que, no caso de uma guerra, ficaria ao lado da Rússia".[108]

No dia 23, Himalaya Virgolino, ex-procurador do TSN, apresentou oficialmente ao Supremo Tribunal Eleitoral (STE) o pedido de cancelamento do registro do PCB, invocando "as recentes declarações de Prestes de ficar ao lado dos russos na eventualidade de uma guerra desse país com o Brasil".[109]

Ao que parece, a despeito de os comunistas de Prestes, em nome da União Nacional, continuarem em busca de um *acordo* com os setores do *demoliberalismo* brasileiros e com a chamada *burguesia nacional*, as coisas poderiam fugir do controle. Isto porque a burguesia no Brasil parecia estar cada vez mais longe de querer qualquer compromisso com o PCB, como o demonstrava seu anticomunismo cada vez mais ofensivo, e os trabalhadores continuavam à margem das discussões políticas mais gerais, como o provariam os lances seguintes da conjuntura que

106 "A opinião do comandante de 1ª RM sobre as declarações do sr. Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 25 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

107 "Continua a repercussão desfavorável das declarações de Prestes". *A Tarde*, Salvador, 22 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

108 "O deputado trabalhista representará pela cassação do registro do P. Comunista". *A Tarde*, Salvador, 21 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

109 "Requereu o cancelamento do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 25 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. O pedido de cassação do registro do PCB foi encaminhado conjuntamente por Himalaya Vigolino, ex-membro do TSN, e Barreto Pinto, deputado do PTB. O deputado chegou a juntar ao processo "41 documentos que dizem, entre outras coisas, estar o Partido Comunista filiado a URSS". "Requerido ao STE a cassação do registro do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 27 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

terminaram por decidir a sorte dos comunistas e do processo de *democratização* que terminou prescindindo da legenda do PCB.

A situação em que se deu o pedido de cassação do registro do PCB não foi algo isolado da conjuntura inaugurada entre o fim da guerra e o discurso de Churchill em Fulton. Deve-se considerar os fatores que produziram a tensão crescente vivenciada pelo país no momento em que este desmobilizava as tropas que tinham combatido na Europa e ao mesmo tempo em que se assistia ao crescimento da pressão operária numa situação de crise econômica e de aliança tácita entre "queremistas" e comunistas. Estes últimos, enquanto reivindicavam por um processo Constituinte com Getúlio Vargas no poder, em função de opções táticas e estratégicas, também defendiam "ordem e tranquilidade" ante o ascenso operário e a escalada de greves de maneira a não afetar a transição democrática.

Um dos possíveis resultados desta situação, conforme se discutiu no capítulo anterior, teria sido o golpe de Estado de 29 de outubro de 1945, que deu novo fôlego à reação que, não obstante, não teve forças para debelar o ascenso da classe trabalhadora e o surto grevista, nem impedir o processo eleitoral e constituinte que tinha sido inaugurado na segunda metade de 1945.

Em todo caso, como foi dito, a primeira ofensiva da campanha anticomunista no Brasil, além das citadas condicionantes externas, tinha, também, profundas motivações na situação política do país ainda abalado pelo golpe de 29 de outubro e pelo desencadear de inúmeras greves promovidas pelos trabalhadores de diversos ramos.

Foi em fins de 1945, especificamente em dezembro, que o "dique se abriu", na feliz expressão de Francisco Weffort. Este autor cita uma greve em escala nacional do setor de energia para caracterizar o que chamou de "detonador para o movimento operário em todo o país", que chegaria a produzir mais de 60 greves apenas nos dois primeiros meses de 1946.[110]

Entretanto, foi no dia 24 de janeiro de 1946 que foi deflagrada a greve mais espetacular do período, uma greve que representou o divisor de águas da conjuntura entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Com efeito, a greve nacional dos bancários, que atingiu mais de 40 mil trabalhadores em sete estados, além do Distrito Federal, redefiniu a correlação de forças entre os principais agentes históricos, ao mesmo tempo em que reacomodou os interesses

110 WEFFORT, 1973, p. 89. Recorde-se que no capítulo anterior expressamos nossas divergências quanto à ideia deste autor que anotou "apenas 12 greves" em 1945.

dos sujeitos sociais e suas representações políticas na conjuntura inaugurada no pós-29 de outubro.

A greve nacional dos bancários, considerada desde o início como "uma das maiores já verificadas no Brasil", foi deflagrada ainda antes da posse do governo Dutra, e contou com o apoio "irrestrito" do MUT, do Movimento Operário Social-Cristão, do setor operário da UDN, além de muitas outras "organizações trabalhistas do país".[111] De acordo com Weffort:

> Depois de quase uma década de ausência, o movimento operário ressurgia assim com aparências de uma explosão que deverá provocar reações em todo o sistema político, a começar pelos comunistas e pelo governo. Os primeiros passarão de uma posição francamente contrária às greves a uma posição ambígua de tolerância. O segundo passará da tolerância à repressão.[112]

As pressões operárias e a situação paradoxal experimentada pelo Partido de Prestes, que defendia a política de "apertar os cintos" e de "ordem e tranquilidade" ante o surto de greves que havia se inaugurado no Brasil ainda em 1945, dificilmente permaneceriam sem alguma adequação tática que pudesse colocar os comunistas à frente da escalada grevista que atingia as principais categorias de trabalhadores, a exemplo dos bancários. Ademais, as forças da reação já tinham se articulado de tal maneira desde o Golpe de 29 de Outubro que, da antiga "oposição democrática", composta pelos setores *demoliberais* que haviam resistido ao Estado Novo e com os quais o PCB havia mantido alguma relação, pouca coisa tinha sobrado.

A despeito disso, e mesmo com a ligeira inflexão tática registrada no Pleno Ampliado de janeiro de 1946, quando o PCB voltava a se assumir como um "partido revolucionário", os comunistas continuavam defendendo a União Nacional numa situação de "ordem e tranquilidade" como melhor caminho para a consolidação

---

111 "Fechados todos os bancos, no Rio de Janeiro e em 7 estados". *A Tarde*, Salvador, 24 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

112 WEFFORT, 1973, p. 89. Ainda segundo este autor, "[a] mudança dos comunistas vem em janeiro de 1946, pouco antes da greve nacional dos bancários, e foi provavelmente suscitada por seu fracasso ante os trabalhadores em energia elétrica os quais vinham tentando conter desde o período pré-eleitoral". Ibid., loc. cit.

da democracia, como se pode ver pelo editorial do jornal *O Momento*, de 7 de janeiro de 1946:[113]

> O Partido Comunista tem indicado claramente o caminho justo a seguir. Precisamente sob a inspiração do PCB, é que as massas trabalhadoras têm aprendido a se valer energicamente de todos os recursos legais, até aos dissídios coletivos, garantindo, ao mesmo tempo, intransigentemente, a ordem e a tranquilidade, indispensáveis ao desenvolvimento do processo democrático em nosso país.[114]

Assim, ao mesmo tempo em que seguiam exortando "ordem e tranquilidade", os comunistas passavam a apoiar as greves, já que os trabalhadores vinham se valendo de "todos os recursos legais, até aos dissídios coletivos", como forma de minorar a situação de penúria em que se encontravam.

Para Werneck Vianna, que parte de um pressuposto diferente do de Weffort e se utiliza da "teoria dos campos" para explicar a conjuntura, o aparecimento das greves anunciava uma "evidente reversão da hierarquia das contradições que estruturavam o período", o que se revelava pela "informação teórica" fundamental da "esquerda operária" na época da guerra que teria chegado a rebaixar "o nível de suas contradições com o regime em função de favorecer a mobilização econômica e político-militar contra o nazifascismo".

Seria, portanto, a contradição entre a democracia e o fascismo que dominava a ambiência conjuntural da época, já que se tratava da "forma mais exasperada" da contradição entre o "capital e o trabalho", que também permeava o período, em conjunto com a contradição entre a "nação, o imperialismo e o latifúndio". Tais contradições, na ótica de Vianna, informavam teoricamente as ações da "esquerda operária" e mesmo de "alguns liberais, como Júlio Prestes", que reconhecia a contradição entre a "democracia e o fascismo" como a principal da conjuntura, ou aquela que submetia todas as outras a seus ditames.

Segundo, ainda, Werneck Vianna, que não deixa de assumir o discurso dos próprios comunistas do período, com a explosão das greves, que revertia a "hierarquia das contradições", tendia-se a "elevar para o primeiro plano a resultante

---

113 Foi no Pleno de janeiro que Prestes falou que o PCB deveria marchar "como um verdadeiro Partido revolucionário". PRESTES, 1947, p. 188

114 "A reação é responsável pelas greves". *O Momento*, Salvador, 7 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. O editorial do jornal comunista é secundado por um artigo de Maurício Grabois, publicado na página 2, intitulado "Ordem e Tranquilidade". Quanto à reivindicação dos comunistas que voltavam a falar em "partido revolucionário", ver: PRESTES, op. cit., p. 188.

do antagonismo entre o capital e o trabalho, em detrimento das tarefas políticas de redemocratização do país e da conservação de seu ritmo de industrialização".[115]

Assim, os comunistas preferiram a cautela diante da mobilização grevista, pois temiam que as reivindicações econômicas dos trabalhadores, por vários anos sufocadas, pudessem produzir enfrentamentos capazes de impedir a liberalização do regime e a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 2 de dezembro.

Foi justamente após o golpe de 29 de outubro que o PCB optou pela intensificação do discurso da "ordem e tranquilidade", que lançava mão, especialmente, diante das greves, ainda que, por vezes, também responsabilizasse patrões e governos pela intransigência que levava os trabalhadores a utilizarem o "recurso extremo".[116]

Em todo caso, os comunistas asseguravam a manutenção do "critério cem por cento proletário de garantir a ordem e a tranquilidade" como garantia contra a desordem que só interessaria aos "fascistas", não sendo outra a posição reiterada diante da greve dos trabalhadores da Companhia Linha Circular (CLC), de Salvador, quando firmavam seu compromisso e acusavam o "capital colonizador" como responsável pelo movimento:

> *Dando magnífico exemplo patriótico, defendendo, a todo custo, a ordem e a tranquilidade*, os operários se mantinham, serenamente diante das várias instalações da CLC, como sejam o barracão de Santana, o da Barroquinha, os elevadores Lacerda e o Plano Inclinado, que também não funcionaram. Nenhum incidente se registrou. *Os operários defendem a ordem e a tranquilidade porque sabem que a desordem e o caos só interessam aos fascistas, inimigos da democracia e ferozes carrascos da classe operária*. Mas ordem e tranquilidade não significa passividade, não significa deixar que os patrões reacionários, sobretudo os patrões do capital financeiro colonizador, façam o que bem entenderem, afundando o proletariado numa miséria cada vez maior. Por isso é que os

---

115 VIANNA, 1999, p. 314. De acordo com este autor, "A partir de 1945, com a obsolescência das instituições totalitárias do Estado Novo, em particular no que se refere ao controle das classes subalternas, sujeitas a um processo de inexorável exploração há cerca de uma década, precipitam-se as ações grevistas acima aludidas". Ibid., loc. cit.

116 Segundo Marco Aurélio Santana, "Nesse quadro, os comunistas, agora inseridos na perspectiva da campanha eleitoral, abandonam parcialmente a luta pela Constituinte e buscam canalizar o movimento operário para seus desígnios. Ao longo de todo o período, desde a obtenção da legalidade, o PCB vai aumentando seu controle sobre a massa operária. A orientação política de 'ordem e tranquilidade' tinha como rebatimento no meio sindical a orientação de 'apertar os cintos', evitando greves". SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. p. 44.

operários têm se valido de todos os recursos legais para pleitear o que é o seu direito, para encaminhar as suas mais sentidas reivindicações.[117]

As greves deram mesmo o ar da graça em janeiro de 1946. Foram muitas as categorias que se mobilizaram para recompor as perdas salariais que tinham sido produzidas durante o período da guerra.[118] Não obstante o ascenso dos trabalhadores, os operários continuavam reafirmando o sentido pacífico da greve e aceitando a intermediação do Ministério do Trabalho, que nem sempre permitia a vitória das reivindicações.

Esse foi o caso dos operários têxteis da Fábrica de Tecidos dos Fiais, na Boa Viagem, em Salvador, que deflagraram uma greve no dia 11 de janeiro. Reivindicando melhorias salariais e abono, quando os patrões haviam prometido "prêmios em dinheiro a todos os operários eficientes e assíduos", chegando ao fim do ano sem que a promessa houvesse sido cumprida, os trabalhadores deflagraram o movimento.

A greve, iniciada nos Fiais, logo se alastrou entre os têxteis de outras fábricas da tradicional região operária da capital da Bahia, chegando a alcançar 6 mil trabalhadores no dia 14, o que manteve as autoridades de prontidão na maior fábrica da cidade, a Empório Industrial do Norte, dos herdeiros do lendário Luiz Tarquínio: "Ali a movimentação era enorme. Soldados de cavalaria da Força Policial guarneciam as imediações, enquanto sentinelas, com fuzis e baionetas montavam guarda nas principais dependências".[119]

No dia 16 de janeiro, 3 mil trabalhadores, reunidos em assembleia, aceitaram a proposta do delegado sindical do Ministério do Trabalho e voltaram aos seus postos, enquanto prosseguiam as negociações que teve o desfecho descrito nas páginas de *A Tarde*:[120]

> Conforme havia prometido aos tecelões que entraram em greve, por não terem sido atendidos pelos proprietários de fabricas de tecidos nas suas pretensões, o sr. Interventor Federal reuniu, ontem, no Palácio Rio Branco, os proprietários das referidas fábricas e o delegado

117 "Greve pacífica para a concessão do abono". *O Momento*, Salvador, 31 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais, grifo nosso.

118 Ver "Quadro de greves no Brasil em 1946", no Apêndice A, sobre as greves de 1946.

119 "Estão em greve seis mil tecelões". *A Tarde*, Salvador, 14 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

120 "Voltam ao trabalho os tecelões". *A Tarde*, Salvador, 17 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> Regional do Trabalho, afim de, conciliando interesses de empregados e patrões, estabelecer uma fórmula para a harmonia entre ambos. Depois de expostos os propósitos do governo, os empregadores recusaram-se a atender à pretensão dos operários, alegando mesmo que não se tratava de falta de numerário para esse fim, mas de uma questão meramente disciplinar.[121]

Frustradas as tentativas de acordo, o governo divulgou uma nota tentando resolver o impasse criado entre os tecelões do movimento grevista e os seus patrões. Depois de "esgotados todos os esforços conciliatórios empreendidos pela Delegacia Regional do Trabalho", o interventor no estado, Bulcão Viana, resolveu interferir "atendendo ao apelo de uma comissão de operários" que o havia procurado em seu gabinete.

O interventor procurou interceder "amigavelmente, junto aos proprietários das fabricas de tecidos desta capital a fim de obter que os mesmos atendessem em parte as reivindicações do operariado". Todavia, segundo o vespertino *A Tarde*, "sob a condição de que em coerência com o ponto de vista do governo federal", qualquer entendimento só seria entabulado depois de reiniciadas as atividades.

Cessada a greve, Bulcão Viana reuniu em seu gabinete os representantes da Companhia Progresso União Fabril da Bahia, Joaquim Morais Martins Catarino, da Companhia Empório Industrial do Norte, Raul Figueiredo Lima, e da Companhia Fabril dos Fiais, Marques Valente, "os quais lhe afirmaram, unanimemete, que não poderiam fazer qualquer concessão aos seus empregados, no presente momento, sob os fundamentos anteriores, isto é, para não quebrar o princípio de autoridade e disciplina do trabalho". Em seguida, o Delegado Regional do Trabalho, que esteve presente à reunião, deu conhecimento do sucedido à imprensa, aos grevistas e ao ministro Carneiro de Mendonça, que trataram de avaliar sobre os significados do malogro das negociações.[122]

Não há notícias de que tenha havido qualquer retorno ao movimento grevista da parte dos trabalhadores que não tiveram suas reivindicações atendidas. A despeito disto, também não há registros de que tenham ocorrido sanções disciplinares contra os grevistas da indústria têxtil soteropolitana atingida pela greve. Contudo, segundo teria apurado, "extra-oficialmente", a reportagem do jornal *A Tarde*, a atitude dos industriais de tecidos, que não fizeram nenhuma concessão aos grevistas,

121 "Recusaram-se a qualquer concessão aos tecelões". *A Tarde*, 19 de janeiro de 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

122 Ibid.

havia causado “decepção, principalmente no governo”. Este, em face da intransigência patronal, teria se retraído das negociações, “abstendo-se de nova manifestação de interesse, no sentido de conciliar as duas classes”.[123]

Reivindicações econômicas eram a principal causa das greves que foram deflagradas no Brasil entre janeiro e fevereiro de 1946. No início do novo ano, entre os pontos mais comuns das paralisações, estavam, além do aumento de salários, o pagamento do abono de fim de ano que, pelo visto, não era praticado pelos patrões, e aumentos salariais que visavam repor as perdas de anos de arrocho, inflação e de “esforço de guerra”.

Ao lado de uma pauta econômica mais comum, os trabalhadores poderiam introduzir temas de conteúdo político e ideológico como um estratagema de ameaça contra os patrões que, não raro, usavam de truculência para fazer com que os operários se intimidassem. Este foi o caso da greve dos portuários de Salvador, que deflagraram um movimento no dia 30 de janeiro reivindicando, inicialmente, o “abono de fim de ano”, ao que foram acusados de “insolentes” pela companhia que operava as docas da capital baiana a partir do Rio de Janeiro. Diante disto, os portuários, cujo número total de paralisados alcançava a 1.200 homens, resolveram que continuariam em greve, reivindicando, além do abono e do aumento salarial, a interferência do governo com o objetivo de retirar “de mãos estrangeiras o controle dos nossos portos”.[124]

Em que pese o fato de que os trabalhadores das docas de Salvador, apoiados pelos estivadores, reivindicassem a nacionalização dos portos, o que parecia denunciar a presença hegemônica de comunistas entre os grevistas, o movimento acabou no dia seguinte à sua deflagração, ou seja, no dia 31 de janeiro, com o estabelecimento de um acordo para o pagamento do abono do final do ano anterior. Neste sentido, a categoria, que era tradicionalmente dirigida pelos pecebistas, resolveu pelo fim do movimento “enaltecendo o brilhante exemplo de união que levara os interessados à rápida vitória”, ao que não se falou mais em “nacionalização dos portos”.[125]

Juntem-se às tensões, no plano laboral, o discurso de Churchill, em Fulton, e o pronunciamento de Prestes em relação ao caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, e se constata que o clima anticomunista tendia a se acirrar.

---

123 “Recusaram-se a qualquer concessão aos tecelões”. *A Tarde*, Salvador, 19 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

124 “Declararam-se em greve mais de 1.200 portuários”. *A Tarde*, 30 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

125 “Vitoriosos os 1.200 portuários”. *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

No plano político, contudo, estabeleceu-se uma pequena trégua em virtude do parecer do procurador Temístocles Cavalcanti, do STE, que, em abril, recusou o pedido de cassação do registro do Partido Comunista, feita por Barreto Pinto e Himalaya Virgolino em março.[126]

Por ocasião das comemorações do dia 1º de Maio, no entanto, as Forças Armadas, "ativas e auxiliares", a Polícia Civil e Especial foram postas em "rigorosa prontidão" em todo o Brasil, em virtude das "manifestações comunistas" que, dizia-se, ultimamente vinham "perturbando a vida do país". Falava-se de um suposto "plano comunista" que ofereceria "perigo imediato para a segurança pública", ao que Pereira Lira, chefe de Polícia do Rio de Janeiro, vinha declarar à imprensa que a "prontidão rigorosa da Policia" visava "garantir a ordem pública contra qualquer tentativa de perturbação pelas organizações comunistas":[127]

> Ha um plano Prestes. Contava ele com o concurso do MUT, organização ilegal que pretendia intervir nas comemorações do 1º de Maio. O fechamento do mesmo e recusa, por decisão judiciária, do seu registro, impediu que pretendidas agitações se concretizassem. De qualquer forma, respeitando a liberdade de pensamento de cada um, estamos, de sobreaviso a fim de impedir que agitadores extremistas infiltrem-se nas massas proletárias desviando-as da sua grande missão que é trabalhar em prol de um Brasil grande e respeitado.[128]

Portanto, foi mesmo no âmbito do trabalho, no qual campeavam as greves e a luta de classes aberta era inevitável, que o discurso anticomunista reverberou mais forte, de forma que o PCB passou a ser acusado de estar "infiltrado" nas greves, insuflando os trabalhadores contra os patrões e a ordem estabelecida.[129] Com efeito, a paralisação dos portuários de Santos, deflagrada no dia 27 de maio, foi atribuída

126 "Contrário o procurador do STE ao cancelamento do registro do PCB". *A Tarde*, Salvador, 16 abr. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

127 "Plano comunista de intervenção nas comemorações de 1º de Maio". *A Tarde*, Salvador, 2 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal A Tarde.

128 "Plano comunista de intervenção nas comemorações de 1º de Maio". *A Tarde*, Salvador, 2 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

129 Foi com a este propósito que o Delegado Regional do Trabalho na Bahia, Muniz Falcão, endereçou telegrama aos trabalhadores da rede ferroviária que se encontravam em greve em Ilhéus: "Confio trabalhadores manterão atitude prudente e ordeira evitando qualquer provocação elementos estranhos porventura pretendam gerar confusão desvirtuando finalidades movimento", ao que os trabalhadores responderam que "a desordem só interessa ao fascismo". "Entram em greve os ferroviários de Ilhéus". *O Momento*, Salvador, 11 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

ao deputado comunista Milton Cayres de Brito, que teria presidido uma reunião na sede do PCB, sendo o responsável pelo movimento deflagrado no mesmo dia.

A greve logo despertou a atenção das autoridades, que determinaram a intervenção imediata no Porto de Santos, através do capitão-de-mar-e-guerra Silvino José Pitanga de Almeida, "[c]om o objetivo de garantir a propriedade, manter a ordem e assegurar a liberdade e continuidade de trabalho naquele porto, defendendo, assim, os interesses da coletividade [...]".[130]

De fato, a greve em Santos tinha um alto conteúdo ideológico, já que tinha sido deflagrada em função de que os trabalhadores do porto haviam se negado a abastecer os navios franquistas, *Aldecoa* e *María Victoria*, que tinham vindo ao Brasil "para carregar algodão e outros gêneros que faltam à mesa do povo brasileiro". A situação gerou uma mobilização militar de 300 fuzileiros navais e soldados de dois batalhões de infantaria que ocuparam o porto da cidade paulista.[131] O interventor santista logo se pronunciou sobre a greve, revelando à imprensa que o movimento não fora "espontâneo, obedecendo a ordem de oposição sistemática às determinações do Governo", e que a greve tinha sido provocada "por cinco agitadores", todos eles já "identificados como comunistas". Quanto a isto, o interventor anunciou, ainda, que no desempenho de suas funções usaria "do máximo rigor contra aqueles que tentam prejudicar a vida e a economia do país".[132]

Alguns dias depois foi a vez dos ferroviários da Sorocabana que, no dia 31 de maio, deflagraram um movimento grevista "instigados pelos comunistas":[133]

> Mais de 20 mil operários estão parados, tendo a polícia efetuado numerosas prisões de comunistas, que, asseguram as autoridades, foram os que insuflaram o movimento. Os operários recusam-se a votar ao trabalho, enquanto não for atendida a reivindicação que consiste num aumento de 500 cruzeiros por trabalhador. São grandes os

---

130 "A greve provocou a intervenção". *A Tarde*, Salvador, 28 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

131 "Em greve patriótica os trabalhadores de Santos". *O Momento*, Salvador, 29 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Segundo *O Momento*, a greve também era um "protesto contra a chacina do Largo da Carioca, pela libertação dos trabalhadores presos e pela reabertura do Sindicato dos Estivadores". Ibid.

132 "A greve dos portuários de Santos". *A Tarde*, Salvador, 29 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Ainda segundo a reportagem do jornal, os grevistas seriam demitidos e submetidos a processo policial "de acordo com a lei contra as greves ainda em vigor", e o delegado de Ordem Política e Social estaria "desenvolvendo grande atividade em torno do movimento grevista, tendo sido detidos vários portuários".

133 "Mais uma greve". *A Tarde*, Salvador, 31 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> prejuízos causados às grandes plantações de bananas, prevendo-se uma situação aflitiva por falta de transportes para o porto de Santos.[134]

Em 1º de junho, os operários da Light, do Rio de Janeiro, também entraram em greve após uma "tumultuosa assembleia" para obterem, "segundo alegam", melhores salários, ao que as autoridades qualificaram a greve como "criminosa" e afirmaram "ser ela promovida por uma minoria subversiva".[135] Após o ocorrido, os responsáveis pelo Departamento Nacional do Trabalho (DNT) vieram a público advertir os trabalhadores sobre os riscos da "greve ilegal" e a provocadora presença de "elementos comunistas":

> O Departamento Nacional do Trabalho alerta aos trabalhadores da Light a não aderirem ao movimento grevista, que foi provocado ontem à noite, em Assembleia ilegal do Sindicato de carris Urbanos, com o intuito de perturbar a vida da população e subverter a ordem publica. Essa greve é criminosa perante as leis vigentes, e os responsáveis serão passiveis de todo o rigor das sanções penais. Esclarece, ainda aos trabalhadores para que não se deixam envolver nas tramas dos elementos comunistas, que tudo fizeram para interromper as negociações que se processavam neste Departamento, para uma solução justa e humana de suas reivindicações.[136]

Os comunistas continuavam a se defender dos ataques da chamada "grande imprensa", que seguia vinculando as greves ao PCB. O Partido de Prestes, contudo, procurava apoiar abertamente os grevistas dentro da nova linha aprovada em janeiro, ainda que imputando as responsabilidades aos patrões e recomendando toda cautela aos trabalhadores na condução da movimentação grevista.[137] Não obs-

---

134 "A greve na sorocabana". *A Tarde*, Salvador, 1 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Na reportagem d'*O Momento*, os motivos da greve eram apresentados de outra forma: "Premidos pela fome, esses 20 mil trabalhadores foram á greve, demonstrando que de nada valem prisões e outras violências, diante de um proletariado organizado". "Em greve geral os ferroviários da Sorocabana". *O Momento* 29 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornais.

135 "O rio de Janeiro sem bondes". *A Tarde*, 1 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

136 Ibid.

137 "Alastra-se e ganha total força o movimento grevista dos trabalhadores da Light que esgotados todos os recursos que a lei lhes facultava, foram lançados ao recurso pacífico e extremo da greve pela ganância da empresa imperialista e pela fraqueza das autoridades em forçar uma solução que, aparando as garras do imperialismo em nossa terra, viesse abrir a primeira brecha para uma arrancada segura de nosso povo para a libertação e o progresso". "Consolida-se a

tante, a fratura entre trabalhadores e patrões estava exposta. Dificilmente a nova ordem do pós-guerra comportaria forças sociais tão radicalizadas como opostas enquanto uma não pudesse estabelecer a sua plena hegemonia sobre a outra.

Não há mais ordem possível: os trabalhadores rompem o *acordo*

Foi a greve nacional dos bancários o principal movimento deflagrado no período, quando 40 mil trabalhadores cruzaram os braços, inicialmente em sete estados e no Distrito Federal, reivindicando o estabelecimento de um "salário profissional" para a categoria. Tratava-se da primeira greve nacional realizada no país, o que atingia diversos setores da economia e todos os indivíduos que faziam transações bancárias. Por este motivo, desde o princípio, a imprensa deu ampla cobertura ao movimento, que implicou na decretação de "moratória bancária", pelo governo de José Linhares, no dia 25 de janeiro, depois sucessivamente estendida, e nas tentativas de conciliação do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, João Daudt d'Oliveira.[138]

A greve, pelo seu caráter e abrangência, desde o início, não deixou de provocar atitudes de solidariedade, como a do jornalista e ex-membro da ANL, Aparício Torelli, o Barão de Itararé, que retirou suas economias do Banco Boa Vista e as depositou na tesouraria do Sindicato dos Bancários, algo que foi dito pelos jornais como um "gesto de inteira solidariedade com a primeira greve nacional que registra a história do Brasil".[139] Também, inúmeros apelos e alguma solidariedade internacional foram observados enquanto o movimento durou.[140]

---

greve dos trabalhadores da Light". *O Momento*, Salvador, 4 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

138 "A greve dos bancários". *A Tarde*, Salvador, 28 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

139 "O barão de itararé apoia". *A Tarde*, Salvador, 26 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Sobre o Barão de Itararé, ver o verbete: TORELLI, Aparício. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5. p. 5.764.

140 "Os jornalistas profissionais dirigiram um apelo à diretoria da Associação Brasileira de Imprensa, solicitando que o mesmo concorra com os seus bons ofícios junto ás partes em litígio, o ministro do Trabalho e o presidente da República, para estabelecer o estudo do problema e conduzi-lo e um julgamento justo, honroso e humano para todos os interessados". Quanto à solidariedade "O Sindicato dos Bancários continua recebendo telegramas de solidariedade ao movimento de reivindicações, destacando-se os Londres, Cuba e Porto Rico". "Continua a greve dos bancários". *A Tarde*, Salvador, 26 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Deflagrada no dia 24 de janeiro, a greve somente atingiu a Bahia no dia 29 porque o presidente do Sindicato dos Bancários no Estado, Aristóteles Ferreira, alegava não ter sido consultado sobre o assunto e considerava o movimento "desaconselhável" e "desnecessário".[141] Em função da posição do dirigente baiano, representantes do Sindicato do Rio estiveram na Bahia com o intuito de deflagrar, finalmente, o movimento nacional que ganhava força.

Segundo reportagem do jornal *A Tarde*, que compareceu à sede do Sindicato dos Bancários, na ladeira de São Bento, para acompanhar a assembleia da categoria que deflagraria o movimento, "no salão de reuniões daquele órgão, comprimia-se grande massa de bancários, todos desejosos de tomar conhecimento dos acontecimentos que se desenrolam no país, relativos à classe". De acordo com a matéria do vespertino baiano, "[s]abia-se que em quase todos os Estados da Federação, os bancários desejosos de salários mais compensadores haviam-se declarado em greve". Ao final da assembleia, que havia durado mais de duas horas, em um "ambiente de intensa vibração, foi decidida, por unanimidade, a greve geral" na Bahia.[142]

De acordo com as declarações de Armando Bastos, o emissário do sindicato carioca, no Rio de Janeiro, o movimento grevista vinha se processando "num clima de muito entusiasmo e confiança absoluta na vitória." Para o dirigente, que havia vindo à Salvador com o objetivo de estabelecer o movimento, que era nacional, "[t]odos os Sindicatos dos Trabalhadores, o MUT, e o povo em geral têm hipotecado sua solidariedade aos bancários em greve pelo direito de não morrer de fome".

Segundo, ainda, o sindicalista carioca, que informava sobre a existência de um "fundo de greve", que já contaria com mais de 70 mil cruzeiros de "contribuições espontâneas do povo em geral", políticos importantes, "inclusive deputados e senadores eleitos", haviam reconhecido "plenamente" a justeza das reivindicações dos trabalhadores dos bancos.

Foi, entretanto, nas suas palavras finais, que Bastos revelou uma indisfarçável profissão de fé comunista, dentro da linha praticada pelo PCB:

> *Só fomos à greve pela intransigência de banqueiros retrógrados que só visam lucros à custa da miséria alheia. Eles parecem ignorar que o nazismo foi militarmente batido e que como consequência os trabalhadores conquistaram o direito de lançar*

---

141 "Fechar-se-ão todos os bancos". *A Tarde*, 22 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

142 "Os bancários baianos optaram pela greve". *A Tarde*, Salvador, 29 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

as suas reivindicações. E foi isso o que fizemos, de forma mais ordeira, desde que se esgotaram os outros meios possíveis.[143]

A greve, como último recurso, teria sido provocada pela "intransigência de banqueiros retrógrados", que pareciam ignorar que o nazismo tinha sido derrotado e, portanto, se recusavam a atender às reivindicações dos trabalhadores.

Era esse o discurso que os comunistas vinham fazendo desde o fim da guerra, pois diziam que a greve só era inevitável caso os patrões fossem absolutamente intransigentes. Em janeiro, contudo, provavelmente em virtude do "fracasso" de sua política diante da greve dos trabalhadores da energia elétrica do Distrito Federal, o PCB passa a admitir que a conduta que vinha mantendo de lutar contra o que consideravam a "desordem" e a "agitação", para evitar os "golpes militares", havia levado o Partido a uma certa "passividade", o que demonstrava que tal linha continha um "desvio oportunista" que dificultava a "ligação com as massas".[144] O resultado foi que, diante do movimento nacional dos bancários, os comunistas se apresentaram com uma postura tática de apoiar a greve, a despeito de todos os cuidados que prosseguiam recomendando.

Se, até fins de dezembro de 1945, o PCB vinha trabalhando contra a deflagração de greves, ou pelo menos advogando a tese de que a greve deveria ser o último recurso da classe trabalhadora que precisava evitar as provocações, a partir de janeiro de 1946, após o Pleno Ampliado nacional, o Partido de Prestes passou a defender, ainda que de forma limitada, a inevitabilidade de algumas paralisações.

Ao se analisar os documentos do Partido do período, percebe-se como a reconfiguração do quadro político nacional, desde o golpe de 29 de outubro até a eleição de Dutra, que significou um relativo avanço das forças da reação no país, sem prejuízo do crescimento do próprio PCB, implicaram necessárias, porém sutis, mudanças na linha do Partido que voltava a reafirmar a importância de se pôr adiante das massas, como sua vanguarda.

Por conseguinte, enquanto quase todas as greves anteriores à deposição de Vargas aparecem na imprensa pecebista de modo tímido e secundário, isto quando não são abertamente desaconselhadas, a partir de janeiro de 1946, passarão a aparecer de maneira mais central e positiva, com os comunistas atuando mais ativa e

143 "Os bancários baianos optaram pela greve". *A Tarde*, Salvador, 29 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos, Acervo: Jornal A Tarde.

144 PRESTES, 1947, p. 205. As conclusões de que a mudança de linha frente à greve dos bancários tinha a ver com o "fracasso" diante da greve dos trabalhadores da energia elétrica, encontra-se em WEFFORT, 1973, p. 89.

decididamente nos processos que vinham sendo desencadeados no Brasil. A greve dos bancários é o melhor exemplo desta nova postura do PCB, que, apesar disso, continuava recomendando "ordem e tranquilidade" aos trabalhadores e acusando a miséria como causa última das paralisações.

Quanto ao que foi dito acima, observe-se a greve dos trabalhadores do açúcar do interior da Bahia, deflagrada em fins de fevereiro, quando os pecebistas, depois de desmentirem os boatos sobre a falta de açúcar na capital, afirmaram que o movimento só havia sido precipitado em função de que os operários, "levados por uma situação vexatória e angustiante, de miséria e fome", tinham recorrido "à greve, dentro da lei, porque é um direito assegurado a todos os povos e não ilegitimamente como afirmou em nota publicada na imprensa pela Sociedade Anônima Lavoura Industrias Reunidas".

Segundo a matéria de *O Momento*, além da "miséria", a outra causa da greve era a resistência dos usineiros em reconhecer o direito de uma existência melhor aos seus operários, que careciam "de salários mais compatíveis com as necessidades imediatas de qualquer homem [...]". Por conseguinte, era "o atraso crônico das usinas de açúcar da Bahia, as mais deficientes do Brasil, do qual resulta uma insignificante produção, o encarecimento do produto e uma miserável remuneração aos operários e trabalhadores do campo", a principal causa da greve.

> De acordo com o jornal comunista baiano, que dedicou grande atenção à greve dos operários do açúcar, pela primeira vez no estado 'os trabalhadores dessa indústria, trabalhadores ligados às massas camponesas, vão a um movimento reivindicatório de tamanha amplitude, envolvendo todas as usinas da Bahia'.[145] *O Momento* se refere à 'negra exploração' como causa última das greves, acusando o governo de impotente diante dos patrões que burlavam as leis, aproveitando para denunciar a posição reacionária da imprensa em relação ao assunto:
>
> A greve dos trabalhadores nas usinas de açúcar veio pôr as claras alguns fatos, que a imprensa reacionária tão encarniçadamente se empenha em negar. A negra exploração de que são vítimas as massas trabalhadoras, em nosso país, costuma ser disfarçada por uma legislação trabalhista, que no fundamental, costuma fincar no papel, burlado de todo jeito por patrões onipotentes.[146]

145 "A miséria é a causa das greves". *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

146 "A negra exploração provoca as greves". *O Momento*, Salvador, 11 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Quanto à greve dos bancários, a situação não tinha sido muito diferente, pois, enquanto os comunistas a apoiavam, acusavam os patrões e os baixos salários como os principais responsáveis pelo movimento que poderia ter sido evitado.

A despeito disso, os pecebistas foram categóricos no suporte que deram ao movimento nacional dos bancários, tanto que, quando da deflagração da greve na Bahia, no dia 29 de janeiro, o jornal *O Momento*, em sua primeira edição publicada após o acontecimento, estampou matéria intitulada "Os bancários não recuarão". No texto, se noticia que os "bancários declararam-se em greve pacífica, num movimento ordeiro e justo pelas suas reivindicações mais sentidas e urgentes". Tal movimento só teria ocorrido em função da intransigência dos banqueiros e da falta de apoio do governo, ao que a matéria do jornal esclarece:

> Os banqueiros reacionários e impatrióticos, dentro de uma intransigência que só vem favorecer os seus cofres, a opressão de uma classe e a ação anti-democrática do capital estrangeiro colonizador, negaram-se em tom altivo a aceitar a proposta dos bancários, chegando mesmo a declarar que as reivindicações dos trabalhadores em questão eram uma intolerância e pedir demais. Os bancários apelaram para o governo, que não demonstrou nenhum sinal de apoio às suas pretensões, antes mesmo servindo a atitude dos chefes banqueiros. Então não era mais possível que continuasse uma situação tão indesejável e de penúria para os bancários que, por fim, através de seus sindicatos de classe, declararam-se em greve, em grandiosas assembleias, pois não podiam mais protelar as suas reivindicações e necessidades mais urgentes.[147]

E se não era mais possível para os trabalhadores dos bancos continuarem numa situação "tão indesejável de penúria", a greve na Bahia só teria sido adiada em função da "traição" do presidente do Sindicato dos Bancários, Aristóteles Ferreira, que servia aos "interesses dos banqueiros reacionários".[148] Sobre o assunto, em outro trecho da matéria de *O Momento*, está estampada a indignação dos comunistas para com o dirigente "traidor":

---

147 "Os bancários não recuarão". *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. A matéria traçava o seguinte quadro: "A atitude de todos os bancários de todo o país é de conduzir a greve até a vitória final de suas reivindicações, as mais justas e honestas, pois pretensões como essas todos os trabalhadores têm o direito de levantá-las, num ambiente de crise econômica e de miséria por que atravessamos". Ibid.

148 Ibid.

> Na Bahia o sentimento da classe, em sua maioria, sempre foi favorável a greve, pois o que se passa em relação aos bancários sulistas ou do extremo norte é o mesmo que sentem os bancários baianos. As declarações suspeitas do sr. Aristóteles Ferreira, presidente do Sindicato dos Bancários, aos jornais locais do sr. Chateaubriand, servidor baixo do capital estrangeiro reacionário, não representaram absolutamente o pensamento dos bancários baianos, que não foram ouvidos, nem informados sobre o movimento grevista, de que o sr. Aristóteles estava bem ao par, de posse de telegramas recebidos de vários locais. O sr. Aristóteles Ferreira, que mais tarde seria deposto com membros da diretoria do Sindicato, na monumental Assembleia dos bancários, da sexta-feira passada, na Associação dos Empregados do Comércio, somente serviu aos banqueiros reacionários, traindo seus colegas.

Nessas circunstâncias, os trabalhadores bancários da Bahia, depois de realizarem uma assembleia geral na sede da Associação dos Empregados do Comércio, "na presença de 600 associados", depuseram, "por unanimidade", a diretoria do Sindicato "não só por vontade da classe, nesta capital, como de outros Estados, que em telegramas se manifestou indignada com a atuação traidora do sr. Aristóteles Ferreira".[149]

Para dirigir o sindicato, que não podia ficar sem diretoria, foi empossada uma "Junta Governativa", que contava com os seguintes nomes: Ascanio de Miranda Quintão, do Lar Brasileiro, como presidente; 1º secretário, Arivaldo Honório Ulm da Silva, também do Lar Brasileiro; 2º secretário, Vicente Batalha de Matos, do Banco Mercantil Sergipense, e Ramiro César Brin de Araújo, do Banco Econômico da Bahia, como tesoureiro. Já o Conselho Fiscal foi formado por Lidiode Macedo, do Banco do Distrito Federal; Eduardo Nunes Schoucair, do Banco do Brasil, e Manoel Floriano Coelho dos Santos, do Banco de Londres.[150]

A greve nacional dos bancários permaneceu num impasse durante todo o mês de janeiro e, até a posse do presidente Eurico Dutra e do Congresso Constituinte, em inícios de fevereiro, poucos avanços tinham sido produzidos, o que remeteu a questão para a intervenção dos parlamentares. Os congressistas, por intermédio de Octávio Mangabeira, da UDN, Nereu Ramos, do PSD, e Maurício Grabois e João Amazonas, do PCB, receberam representantes dos bancários em greve e

149 "Os bancários não recuarão". *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: jornais..

150 "Os bancários não recuarão". *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946. Cruzando os nomes da "Junta Governativa" do Sindicato dos Bancários com o banco de dados sobre o PCB na Bahia organizados para essa pesquisa, não encontramos nenhum membro do Partido Comunista.

trabalharam pela formação de uma comissão, que ficou constituída pelos deputados Domingos Velasco e Paulo Sarazate, e pelo senador Hamilton Nogueira, todos da UDN. A comissão tinha a incumbência de levar a questão até o governo para que este tentasse solucionar o impasse.[151]

Apesar do esforço conjunto dos parlamentares para debelar o movimento, a tensão era crescente no seio do Congresso Constituinte, o que levou o deputado comunista baiano Carlos Marighella a fazer um pronunciamento relativamente contundente contra o general Eurico Gaspar Dutra, que acusava de comprometimento com o golpe do Estado Novo e cujo governo estaria, agora, cercado de elementos reacionários, o que não impedia o PCB de apoiá-lo "em seus atos democráticos":

> *Dissemos sempre que o general Gaspar Dutra estava comprometido com o golpe de 10 de novembro, cercado de elementos reacionários, assumindo até atitudes reacionárias, mas também declaramos que nós, comunistas, estávamos dispostos a apoiá-lo em todos os atos democráticos de seu governo.*[152]

O discurso do deputado comunista, como não poderia deixar de ser, não despertou maiores simpatias nem mesmo pelo teor democrático demonstrado. Dessa maneira, Marighella precisou enfrentar as posições francamente hostis dos governistas, como a provocação feita pelo deputado Gerogino Acelino, do Rio Grande do Norte, que disse que o direito de greve, que acabava de ser atacado pelo ministro do Trabalho de Dutra, "não era reconhecido nem na Rússia", ao que o comunista baiano respondeu: "Lá o proletariado está no poder". Sobre a questão da greve dos bancários, Marighella propôs que a Constituinte enviasse telegrama ao presidente da República, pedindo a intermediação do ministro do Trabalho para que fossem atendidas as "justas" reivindicações dos bancários, no que a bancada "reacionária" julgou que a proposta "não podia ser considerada".[153]

Todavia, o quadro de tensão se acirrou. Uma onda de boataria sobre o fim da greve dos bancários, de defecções no movimento que teriam ocorrido em alguns estados e sobre a presença de "extremistas" entre os trabalhadores paralisados fez com que pressões e uma guerra de informação e contrainformação fosse

---

151 "Uma comissão de parlamentares estuda o caso". *A Tarde*, Salvador, 6 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

152 "Marighella defende, na Constituinte, os direitos dos Bancários em greve: como age um verdadeiro deputado do povo". *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Grifos nosso.

153 "Marighella defende, na Constituinte, os direitos dos Bancários em greve: como age um verdadeiro deputado do povo". *O Momento*, 4 fev. 1946.

desencadeada. A despeito disto, a repressão se manteve equidistante do conflito, o que levou o chefe de Polícia do Distrito Federal a afirmar, quando indagado sobre o porquê de não ter tomado uma atitude contra os grevistas: "pela simples razão de se tratar de uma questão social, que escapa à alçada da polícia".

Ao lado dessa posição, que não deixava de ser democrática, o mesmo chefe de polícia recomendou aos bancários que confiassem no presidente Dutra e voltassem ao trabalho, "em sinal de respeito à autoridade constituída", pelo que teriam suas reivindicações "em parte, satisfeitas".[154]

Por seu turno, os bancários baianos vieram a público esclarecer sobre o andamento da greve e a disposição dos trabalhadores de seguirem em luta até a "vitória final". Com efeito, em nota publicada no jornal *A Tarde*, podia-se ler como andavam o ânimo e o espírito de luta da categoria que permanecia em greve nacional há quase 15 dias:

> A) Que na Greve é como na Guerra. Os boateiros espalham suas notícias falsas a fim de causarem confusão. B) Que os componentes da classe bancaria, homens e mulheres cultos e esclarecidos, não se deixarão levar pelos provocadores confusionistas que tentam por todos os meios confundir para melhor dividir. C) Que absolutamente os nossos colegas do nobre Estado de Alagoas não voltaram ao trabalho, porque, como nós, foram á greve conscientes dos seus deveres para com colegas de todo o Brasil. D) Que os bancários não voltarão ao trabalho, por julgarem, uma humilhação para a nossa classe, voltarem antes da vitória final. E) Que a nossa greve não foi fomentada por elementos extremistas, e, sim, pelas necessidades inadiáveis que o salário-fome, causava a quarenta mil bancários em todo o país. F) Que a greve não foi precipitada pois esperamos mais de oito meses que o Governo e os srs. Banqueiros resolvessem o nosso caso e só tomamos a atitude extrema de fazer 'PAREDE' quando não tínhamos mais nenhum recurso a empregar. G) Que estamos certos da responsabilidade assumida quando entramos em greve, e, que não voltaremos ao trabalho sem que tenhamos asseguradas por lei, todas as nossas reivindicações. H) Que, finalmente, em todas as guerras, como em todas as greves, há sempre um vencedor e um vencido. Estamos certos de que não seremos vencidos.[155]

---

154 "Os bancários já estão em greve há 16 dias". *A Tarde*, Salvador, 8 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

155 A nota terminava com uma advertência e uma exortação: "já é conhecida a maneira pela qual os elementos reacionários colocam o povo contra os grevistas. Felizmente, em se tratando

Em 9 de fevereiro, sob a presidência do Ministério do Trabalho, bancários e patrões se reuniram pela primeira vez numa tentativa de solucionar o impasse e, em 13 de fevereiro, depois de 20 dias de greve, os trabalhadores dos bancos resolveram retornar aos seus postos após a realização de uma última reunião com os banqueiros, que havia durado sete horas.

No encontro ficou acertado que "nenhum empregado de estabelecimento bancário do país", independente do seu tempo de serviço, seria "demitido, transferido, suspenso, coagido ou sofreria qualquer penalidade, pelo motivo de ter participado, direta ou indiretamente, da greve, ou por haver, de qualquer forma, reclamado os seus direitos". Seriam incorporados "os abonos que estejam atualmente percebendo", definitivamente, aos salários dos trabalhadores dos bancos.

Aos empregados em estabelecimentos bancários "qualquer que seja o seu tempo de serviço", seria concedido um "aumento de 300 cruzeiros, nos respectivos salários, independentemente da incorporação do abono". O aumento entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1946, sendo, portanto, retroativo, e o seu pagamento seria feito a partir da mesma data do recebimento dos salários. Por fim: "Ficaram mantidas as gratificações de caráter geral, que vinham sendo pagas habitualmente" aos bancários.[156]

Com uma vitória significativa, os bancários retornavam ao trabalho, com o país vivendo ainda um grande ascenso grevista, o que atingia diversas categorias de trabalhadores e levava boa parte das direções sindicais de roldão.[157] A maioria das greves, no entanto, se não tinha o caráter nacional do movimento dos bancários, mas sua força e repercussão não deixavam de incomodar as autoridades e os elementos dos setores reacionários que se articulavam, no Brasil, agora amparados no anunciado fim dos acordos internacionais entre as potências ocidentais e a URSS.

Em março, com a onda de anticomunismo que recrudesceu no país, o Ministério do Trabalho retomou sua ação interventora nos sindicatos, expedindo o

---

de uma classe esclarecida como a dos bancários, o povo facilmente compreenderá a tática empregada pelos reacionários. POVO DA BAHIA! Confiamos que você não faltará às tradições dos nossos gloriosos antepassados. Não se deixe levar pelas provocações e continue a dar o seu apoio à nossa greve, pois a nossa vitória será também de todo o povo do Brasil! A UNIÃO FAZ A FORÇA E A UNIDADE SERÁ O MAIOR FATOR DA NOSSA VITÓRIA!". "Os bancários não recuarão". *A Tarde*, Salvador, 6 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

156 Ibid.

157 Não obstante, em sua edição do dia 18 de fevereiro, *O Momento* acusou os banqueiros de desrespeitarem o acordo que determinou o fim da greve. Cf. "Banqueiros reacionários desrespeitam o acordo que pôs fim à greve". *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Decreto-Lei nº 9.070, que pretendia reintroduzir os sindicatos dentro da ordem corporativista, o que implicava restrições ao direito de greve e ao papel das entidades sindicais, antes mesmo que a Constituição entrasse em vigor.[158]

Em que pese o fato de que o PCB houvesse alterado a sua linha em virtude dos fatores que foram apresentados acima, parece pouco provável que os discursos manifestamente anticomunistas das autoridades, que falavam da perturbação da ordem, tivessem algum fundo de verdade, a despeito da politização crescente das reivindicações dos grevistas. Como assegura Giovannetti Netto, "os comunistas não podiam omitir-se e deixar que o movimento operário urbano se organizasse e partisse para suas lutas à sua revelia", o que implicou que o PCB sacrificaria à sua tática ante "às necessidades imperiosas de vinculação com os trabalhadores urbanos, sob pena de serem ultrapassados por outras forças políticas e sindicais, igualmente desejosas de manter sob sua influência esses elementos sociais".[159]

Sobre o assunto, pode haver dúvida de que houvesse outras forças organizadas realmente capazes de capitanear o descontentamento da classe trabalhadora do período. Não obstante, a classe operária, como outrora as massas urbanas na recente vaga antifascista, poderia demonstrar disposição e espírito de iniciativa para improvisar novas direções, enquanto os comunistas permanecessem hesitantes e outras forças políticas não eram ainda capazes de se contrapor, pela esquerda, ao Partido de Prestes.

158 VIANNA, 1999, p. 333. De acordo com Vianna "[o] decreto presidencial decorria da capacidade de que estava investido o presidente da República, pelo artigo 180 da Carta de 1937. No introito deste decreto afasta-se a sugestão de se estar dispondo emergencialmente. Suas considerações envolvem definições sobre a natureza das relações entre o capital e o trabalho, que lembravam a linguagem da ordem coorporativa. Face ao decreto, os dissídios coletivos em geral não são considerados como matéria puramente referida ao mundo mercantil, dado que diriam respeito ao 'interesse coletivo'. Nesse sentido, sua resolução transcendia a ordem privada, cabendo ao Poder Judiciário o encaminhamento harmonioso da disputa. Daí que as greves só poderiam ser admitidas 'depois de esgotados os meios legais para remediar as suas causas'". Ibid., p. 333-334

159 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 152.

CAPÍTULO 6

A estratégia no impasse

> Realmente, vivemos tempos sombrios!
> A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
> denota insensibilidade. Aquele que ri
> ainda não recebeu a terrível notícia
> que está para chegar.
> Que tempos são estes, em que
> é quase um delito
> falar de coisas inocentes,
> pois implica em silenciar
> sobre tantos horrores.
>
> (Bertolt Brecht, "Tempos Sombrios")

A ameaça comunista

Durante 1946, o Partido Comunista permaneceu como uma das principais alternativas para as massas urbanas do país, que vinham se organizando depois de anos de intervenções desagregadoras da parte do Estado autoritário. Adotando uma linha política bastante ampla e aberta, o que não exigia maiores comprometimentos daqueles que pretendessem aderir ao Partido de Prestes, o PCB

também trabalhava pela formação e/ou fortalecimento de organismos relativamente independentes da antiga estrutura sindical coorporativa, que permanecia atrelada ao Ministério do Trabalho. Tal atitude permitia aos comunistas seguirem se credenciando perante os trabalhadores organizados que continuavam ciosos de melhores condições de vida e trabalho e lutando por liberdade sindical depois de anos de Estado Novo.[1]

Ainda que os pecebistas tenham optado pela atuação no interior da estrutura sindical existente, haja vista que pretendiam explorar até os limites as suas possibilidades de inserção no processo político brasileiro, os comunistas envidaram esforços para construir, juntamente aos petebistas, o MUT, que veio a ser um dos principais instrumentos de reorganização do movimento operário e sindical que lutava pela autonomia e pelas principais reivindicações apresentadas pela classe trabalhadora do país.[2] Com efeito, comunistas e trabalhistas se articularam em fóruns comuns e batalharam pela construção de congressos sindicais nos estados como forma de trabalharem em unidade e com vistas à formação de uma confederação sindical que abrangesse todo o Brasil.[3]

Em função de tal política, que tinha a finalidade de preparar a intervenção da classe operária e do próprio PCB para a conjuntura do pós-guerra, situação em que os comunistas na legalidade pretendiam assumir a vanguarda das organizações sindicais e associações trabalhistas, os baianos, investidos dos objetivos maiores

---

1 De acordo com Moisés Vinhas, que observa os "elementos de autoritarismo" presentes nos "métodos" da direção pecebista, estes não teriam "conseguindo comprometer o sucesso da política geral seguida pelo PCB nos anos da legalidade", pois tratava-se de uma "política muito ampla e generosa, facilmente compreendida e aceita pelos trabalhadores e pelas camadas populares". Segundo, ainda, este autor, a mensagem dos comunistas, que teria trazido "dezenas de milhares de pessoas" às fileiras do PCB, "pregava a democracia, a liberdade, a unidade dos operários na luta por suas reivindicações, a reforma agrária, a paz". VINHAS, 1982, p. 91

2 De acordo com o jornal *O Momento*, "os trabalhadores brasileiros, desde que conquistaram as suas mais essenciais liberdades, criaram o MUT como um organismo provisório, destinado a imprimir-lhes a organização de que necessitava imediatamente, enquanto trabalhava a classe operaria para a fundação da sua Confederação Geral dos Trabalhadores, organismo existente em todos os países onde se pratica a democracia. O MUT tem por objetivo unificar os trabalhadores, organizá-los eficientemente, como soube fazer, até que fosse uma realidade a sua CGTB, que proximamente será criada em nosso país, apesar da reação temer, antes de tudo, a existência de poderosas organizações proletárias, como será, queiram ou não, a confederação. Portanto, o ato tipicamente fascista que negou o registro legal do MUT não terá o alcance desejado pelos seus atores: o MUT tem a sua existência condicionada à instalação da CGBT, cuja próxima instalação será uma vitória dos trabalhadores, perfeitamente conscientes de construir a democracia sobre a terra". *O Momento*, 14 abr. 1946. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

3 Ibid., p. 91

que impulsionavam o Partido de Prestes, concentraram seus maiores esforços para melhorar a intervenção estadual, tanto no mundo do trabalho quanto no movimento popular. Da mesma forma, os pecebistas da Terra de Todos os Santos ressaltavam as preocupações quanto às questões organizacionais do Partido Comunista, já que, como já foi dito, a agremiação política havia crescido muito, contudo, sem que parte substancial dos militantes tivesse uma formação teórica adequada, dentro dos marcos do marxismo-leninismo-stalinismo.

No dia 27 de janeiro de 1946, o PCB se reuniu no Pleno Ampliado do Comitê Estadual da Bahia (CE-BA), quando se fizeram presentes os Comitês Municipais de Salvador, Feira de Santana, São Félix e Cachoeira. Na ocasião, o dirigente Octávio Cotrim fez uma análise dos informes de Prestes apresentados no Pleno Nacional daquele mesmo mês e, em seguida, o secretário de divulgação do CE, João Batista de Lima e Silva, fez uma exposição da situação nacional, analisando os problemas do país que foram considerados como próprios "da revolução democrático-burguesa", cuja finalidade seria "*a liquidação dos restos feudais no campo, a reforma agrária e consequente criação de uma democracia popular*, mediante a vitória das forças progressistas nacionais sobre as velhas oligarquias políticas, apoiadas no latifúndio e no capital estrangeiro colonizador".[4]

Os comunistas baianos, talvez antecipando um movimento que já vinha sendo anunciado nacionalmente, incorporaram a adjetivação de *democracia popular* ao seu próprio projeto democrático. Superando uma noção de *democracia* liberal que vinha aparecendo sem matizações durante o período áureo da luta antifascista no Brasil, não deixaram de apresentar o "estudo das forças interessadas na emancipação econômica do país e na sua democratização". Tais forças dariam ensejo e conformação à União Nacional, em que se destacava o proletariado, cuja "hegemonia na luta pela superação dos vestígios semi-feudais" no Brasil deveria "determinar ao seu Partido uma política independente de classe, no sentido de ganhar as massas camponesas (principalmente dos assalariados agrícolas)" para o seu projeto político. Sendo os camponeses os aliados fundamentais do proletariado, este deveria, ainda, lutar para "arrastar os setores progressistas da burguesia nacional, separando-a da parte minoritária da mesma, comprometida com o capital reacionário colonizador e com o latifundismo [sic]".[5]

Ainda no Pleno Ampliado do CE-BA, coube a Giocondo Dias fazer uma autocrítica do trabalho do Partido no estado, especialmente quanto ao trabalho das

4 *O Momento*, 4 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais, grifo nosso.

5 Ibid.

células que, segundo o secretário-político do CE, não vinha sendo compreendido pelo Partido. Também a relação entre as direções superiores e intermediárias com a base do Partido, bem como o esforço pela elevação do nível político do PCB e do seu trabalho de massas, especialmente no campo sindical, foram considerados por Giocondo Dias como pontos frágeis na intervenção dos comunistas baianos.

Por seu turno, Mário Alves fez uma discussão sobre o informe de massas dado por Pedro Pomar no Pleno Nacional, Juvenal Souto Junior e Nelson Schaun expuseram sobre o trabalho sindical e de organização dos camponeses, enquanto Jaime Maciel e, novamente, Juvenal Souto Junior, que participaram do Pleno Ampliado Nacional, deram informes sobre as suas participações e impressões da reunião na capital do país. Por fim, o Pleno Estadual recompôs o CE, promovendo alguns suplentes à condição de membros efetivos da direção do PCB baiano.[6]

Entrementes, as organizações de trabalhadores lideradas pelo MUT iniciavam preparativos para a realização do 3º Congresso Sindical Baiano, a ocorrer na capital do estado, na sede do Sindicato da Construção Civil, na Ladeira de São Roque (próximo à Ladeira de São Bento), imediações do Comitê Estadual do PCB. Pretendia-se edificar a União Geral dos Trabalhadores da Bahia, seguindo o exemplo do que já existia em outros estados cuja classe operária também estava empenhada nos preparativos para a construção de uma confederação nacional.[7]

Pela composição da Comissão Organizadora do evento, destacada nas páginas do jornal *O Momento*, pode-se ter uma ideia da real presença dos comunistas entre os principais proponentes do Congresso, a começar pelo presidente da Comissão, Luiz Araújo, que foi eleito, depois de vencer Agenor Paiva, em substituição ao operário José Francisco, que foi afastado por motivos não explicitados. Caberia, portanto, a Luiz Araújo, que era membro do PCB, a condução dos trabalhos preparativos ao mais importante evento do movimento sindical baiano no período.[8]

---

6 Ibid. Não há, na matéria do jornal, a nomeação dos novos dirigentes cooptados para o CE formado em meados do ano anterior e que contava com Giocondo Dias (secretário-político); João Severiano Torres; Manuel Batista do Souza; João da Costa Falcão; Joaquim Seixas do Vale Cabral; Antonio Pascásio Bittencourt; Nélson Schaun; Aristeu Nogueira; João do Carmo e Demócrito de Carvalho. Em função da importância política de Mário Alves e Juvenal Souto Júnior, podemos inferir que estes dois militantes ascenderam à condição de dirigentes do CE, o que também pode ter acontecido com Jaime Maciel e outros que não pudemos identificar.

7 *O Momento*, Salvador, 24 dez. 1945. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

8 A composição da Comissão Organizadora do 3º Congresso Sindical Baiano, onde se encontravam inúmeros comunistas e trabalhistas, ficou formada pelos seguintes membros: Luiz Araújo, presidente; Olimpio Barreto, Anísio Varjão, João Pacífico de Souza, José Afonso de Almeida, Luiz Azevedo Cerqueira, Nelson Cristóvão Cardim e Alberto Vita, na Comissão de Propaganda; Dorival Passos, Antonio Soares de Azevedo, Alberto Holtz, Agenor Santos Paiva e Otávio Cotrim,

Em março de 1946, o governo Dutra, após edição do Decreto-Lei nº 9.070, que restabeleceu a antiga legislação laboral, proibiu o funcionamento do MUT, intervindo nos sindicatos e suspendendo as eleições para os representantes das organizações sindicais, o que representava um duro golpe nos projetos do PCB. Para o Partido de Prestes, que se manifestou através da sua imprensa, o fechamento do MUT só fazia "desprestigiar o governo do general Eurico Dutra tornando-o cada dia mais impopular e reacionário", já que este vinha "cedendo cada vez mais aos inimigos da democracia e do progresso em nossa pátria", levando às "últimas consequências a tentativa que havia ensaiado no sentido de fechar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)".[9]

Segundo os pecebistas, o MUT era um "organismo superior da classe operaria do Brasil, que, em pouco mais de um ano de existência", havia trazido para o "movimento democrático dentro do País uma vida nova, organizando e unificando sindicalmente os trabalhadores brasileiros, lutando, com coragem e desassombro, pelas justas e mais sentidas reivindicações". Ainda de acordo com a imprensa comunista, o MUT teria representado "um papel da mais alta importância, sobretudo, na defesa da ordem e da tranquilidade, orientando o proletariado para a conquista dos seus direitos elementares, pelo caminho pacífico e ordeiro, que é o único que realmente interessa à classe operaria e a todos os nossos verdadeiros democratas".[10]

De acordo com Werneck Vianna, "o expurgo no aparato do Estado de elementos tidos como simpáticos à esquerda operária, denunciavam o caráter excludente do pacto liberal triunfante em 29 de outubro".[11] Ainda assim, os comunistas continuaram atuando no MUT, agora ilegal, e preparando um Congresso Nacional para o segundo semestre de 1946. Isto ocorria porque os trabalhadores dificilmente aceitariam pacificamente o restabelecimento da legislação coorporativa e do controle estrito sobre os sindicatos, circunstância em que os organismos independentes continuaram a atuar mesmo na ilegalidade.

Não obstante, as declarações dadas por Luiz Carlos Prestes em março continuavam a repercutir no Brasil. Dessa maneira, em 2 de abril, o PCB baiano veio a sofrer

---

na Comissão de Redação; Isidoro Manoel Silva, Paulo Cocenza, Salvador Dermeval de Oliveira, José Laranjeira Sobrinho e João Ribeiro dos Passos, na Comissão de Finanças. "Crescente entusiasmo com o Congresso Sindical". *O Momento*, Salvador, 28 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

9 "O fechamento do MUT atinge a democracia". *O Momento*, Salvador, 4 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

10 Ibid.

11 VIANNA, 1999, p. 316.

sua primeira grande defecção, amplamente noticiada pelo vespertino *A Tarde*, que publicou matéria transcrevendo uma longa carta, assinada por 43 pessoas, endereçada "ao povo de Nazaré da Bahia". Na missiva, os moradores da cidade do Recôncavo Baiano diziam renegar os "atos internacionalistas" do Partido Comunista, "que venham de um ou de outro modo trazer por consequência a divisão do nosso povo em lutas armadas por questões ideológicas".

Os signatários afirmavam que, no Brasil, se gozava uma "relativa liberdade", sendo prova o fato de que o próprio PCB teria, pela primeira vez na história do país, a sua vida legal. Nessa circunstância, os "trabalhadores de todas as classes, inclusive funcionários públicos nele ingressaram, dele participam, e mesmo o dirigem sem sofrerem por isso nenhum constrangimento de qualquer que seja a autoridade ou mesmo do Governo". Consideravam, ainda, que as eleições de 2 de dezembro de 1945 teriam ocorrido "num ambiente de plena ordem, liberdade e respeito mútuo entre candidatos e eleitores dos diversos partidos, nunca visto em todas as eleições passadas que tivemos ocasião de assistir", o que significava, por consequência, que o Partido Comunista teria alcançado "relativa representação popular no *parlamento*".[12] Desta forma, afirmavam:

> Não é por covardia, traição e nem tão pouco por interesses individuais que acabamos de nos desligar do Partido Comunista do Brasil, partido a que nos filiamos com o principal objetivo de bem servir aos interesses gerais das classes trabalhadoras e desenvolver entre estas os verdadeiros princípios de humanidade, baseando-nos numa questão política social capaz de resolver as necessidades coletivas extinguindo assim as maneiras e processos imperialistas que tanto têm prejudicado de modo geral a humanidade, mas nunca para influir na independência política social do nosso país em suas questões internacionais.[13]

Os nazarenses, que diziam não se importar com a censura de "*fanáticos*", nem que os dissessem "traidores do partido", alegavam ser "preferível se trair a um partido qualquer do que *ao Brasil*, principalmente no caso em apreço em que se há efetivamente traição, os traidores não somos nós e sim o *líder do próprio Partido*".[14]

---

12 "Desligam-se do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 2 abr. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Grifo do autor.

13 Ibid.

14 Ibid., grifo do autor. A carta veio assinada de 23 de março pelos seguintes membros: Maurinho Magno Sant'Anna, Issac Lemos Peixoto, Aloísio Maia Dias, Aníbal Santos Freire, João Uzeda Caribé, Filmino Mota Guerreiro, Edite Dantas Caribé, Antonio Purcino da Graça, Manoel

O episódio de Nazaré seria o primeiro rompimento público com o Partido Comunista na Bahia noticiado pela imprensa liberal. A despeito disso, o PCB tinha imensas reservas de forças e de militantes nas grandes cidades, de maneira que prosseguia influenciando principalmente os estudantes e trabalhadores urbanos, que continuavam atuando sob a égide do Partido de Prestes, apesar da campanha anticomunista que se desenvolvia no país e que causava suas primeiras baixas de repercussão pública.

Ainda em maio, após a realização de uma reunião ministerial, o governo do presidente Dutra anunciava uma campanha de "combate ao comunismo", chegando mesmo a "admitir a dissolução do PCB", caso os comunistas continuassem "a agir contra os interesses nacionais, colocando o Brasil em posição secundaria para a obtenção dos seus ideais".

De acordo com um "porta-voz autorizado da campanha anticomunista" do governo federal, a concretização dos objetivos do movimento não apresentaria grandes dificuldades, haja vista que as autoridades, tão logo se tinham iniciado as atividades comunistas no país, haviam elaborado um "fichário completo de todos os comunistas operantes tendo sido especialmente acompanhadas parte das atividades dos comunistas estrangeiros".

Ainda segundo o mesmo "porta voz da campanha anticomunista", o presidente Dutra já havia manifestado interesse e comunicado antes ao Ministério "a intenção do governo de iniciar a campanha anticomunista". A despeito disto, teria sido numa reunião recente que os ministros do governo, "depois de demorados estudos foram unânimes em manifestar o seu pensamento não havendo discrepância diante do ponto de vista esperado pelo general Dutra".[15]

Tratava-se do ponto alto da campanha anticomunista que voltava a colocar do mesmo lado os setores do *demoliberalismo* e os prepostos do novo governo ancorado nas forças da reação lideradas pelos generais Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, e seu ministro da Guerra, Góes Monteiro. Este último chegou ainda

---

Paulo Moreira, Tertuliano Pereira, Manoel Conceição Moura, Pedro Paulino da Rocha, Leoncio Bomfim, Pedro Alcantara de Souza, Manoel Maria de Souza, Manoel Ricardo da Silva, Pedro Manoel de Jesus, Lindolfo de Freitas Brito, Nicomedes dos Santos, Carlos dos Santos Teixeira, Bernardo Muniz de Santana, João Climaco dos Santos, Guilhardo Godofredo Alves, Manoel Angelo de Souza, Antonio Santos Souza, Manoel Paixão Santos, Rita Santos, Idalina Queiroz de Santana, José Martiniano dos Santos, Marciano H. de Jesus, Dionísio Justiniano de Souza, Nelson Augusto de Brito, Januário José dos Santos, Mauricio Crispim Fonseca, Manoel Vieira, Asclepiades Santa Rosa Leite, Alvaro Duarte, Amancio Nascimento, Antonio Albertino Moura, Antonio Sena Gomes, Rosalvo Moura, Rafael Vieira Silva, Pedro Martins.

15 "O governo fará campanha anticomunista". *A Tarde*, Salvador, 3 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

a afirmar que o governo estava “decidido a impedir” que houvesse desordem, ou que esta se propagasse “em qualquer meio”, pois a sua maior responsabilidade consistiria em evitar que a ordem política ou social fosse alterada “pela técnica subversiva em vez de resolver os nossos complexos problemas pela persuasão com energia e dentro da lei”.[16]

Para os setores tradicionalmente anticomunistas do país, o comunismo, ainda que dizendo apoiar o governo “em suas atitudes democráticas”, e dentro da “ordem e tranquilidade”, permanecia sendo uma ameaça. Para agravar a situação aos olhos dos anticomunistas, nos primeiros meses de 1946, o PCB continuava a crescer em todo o Brasil, especialmente por meio de sua intervenção no movimento sindical organizado e através das sabatinas. Estas eram, talvez, a principal forma de arregimentação comunista, pois, como foi dito, promoviam o encontro das massas populares com os membros do Partido que, ao fim de cada encontro, convidavam sempre os populares a ingressar no Partido de Prestes.

Na capital baiana, o jornal *O Momento* noticiava, semanalmente, as sabatinas que eram realizadas por prestigiosas personalidades comunistas e por membros do jornal, invariavelmente militantes do PCB, que se reuniam com os trabalhadores e o povo para politizarem os temas nacionais e locais, denunciando de maneira contumaz o “caráter opressivo do capital colonizador” e as péssimas condições de trabalho do proletariado, o que revelaria o estado de miséria em que vivia a maioria da população.[17]

Mas não eram somente nas sabatinas que os pecebistas conquistavam novas adesões. As campanhas eleitorais que se realizaram com o PCB na legalidade foram, também, um importante meio de se buscar novos militantes. A este respeito, é elucidativa uma passagem do “romance-reportagem” *Corta-Braço*, de Ariovaldo Matos, publicado em 1955, que trata de uma famosa “invasão” de Salvador. No trecho, em que o autor faz uma breve síntese da história do PCB dos anos do antifascismo, além de abordar a trajetória do dirigente Giocondo Dias, então candidato a deputado estadual constituinte na Bahia, um operário presencia a fala de lideranças comunistas, entre as quais, do deputado federal Carlos Marighella e do próprio Giocondo Dias, num comício realizado em Salvador:

---

16 “O governo fará campanha anticomunista”. *A Tarde*, Salvador, 3 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

17 Este teria sido o caso da sabatina realizada com os trabalhadores da Cia. Linha Circular que ouviram palestras de Almir Matos, Jacob Gorender e Israel Sampaio, em reunião dirigida por Alfredo Moreira de Freitas, operário daquela Companhia. “SabatinA com os trabalhadores da Circular”. *O Momento*, Salvador, 28 jan. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Frederico escutava o líder comunista. Marighella atacava o governo, os tubarões da carestia da vida, referia-se aos preços da carne e do açúcar, insistia no ataque aos 'gringos americanos da Circular'. Ao lado dele, louro e de olhos azuis, estava Giocondo Dias, secretário político do Partido na Bahia e candidato a deputado estadual. O tecelão também o conhecia de nome. Dos lábios de Amado e de Modesto, numA Tarde em que estiveram jogando dominó, tinha ouvido a história daquele que, agora, ao lado de Marighella, sorria, alegre, ante ao espetáculo dos operários reunidos no Largo do Papagaio, participando do comício eleitoral. Fora um dos heróis da rebelião do Rio Grande do Norte, em 1935. Apenas um cabo, bem jovem ainda, fora também sob o seu comando que os soldados revolucionários dominaram Natal, instalando, ali, o primeiro governo democrático libertador do Brasil. Derrotado, no país, o movimento da Aliança Nacional Libertadora, caíra o governo dos soldados e operários. Dias fugira, para prosseguir lutando. Sobrevivera, apesar de gravemente ferido, às perseguições. E na Bahia ajudara a reorganizar o Partido Comunista, pondo-o à frente das lutas antifascistas pela declaração de guerra ao Eixo, pela anistia a todos os presos políticos.[18]

Após presenciar o discurso dos líderes comunistas, o personagem Frederico, tecelão e simpatizante do PCB, testemunha que, ao fim do discurso, Giocondo Dias concitou os trabalhadores a ingressarem no Partido Comunista, como era de hábito acontecer nas sabatinas e nos comícios eleitorais do Partido: "Face a esse apelo a maioria dos operários permaneceu no mesmo lugar. Algumas dezenas, porém, formando fila diante de uma mesinha, pediam filiação".[19]

As "algumas dezenas" de trabalhadores que formavam fila para se filiar ao PCB não parecem exagero ou "licença poética", a se crer no testemunho de Arruda Câmara, que afirmou que o número de comunistas atingiu cerca de 220 mil em março de 1947.[20] Não é de admirar que o crescimento da campanha anticomunista também se desse na Bahia, tudo em função da nova atitude assumida pelos setores da antiga oposição liberal ao Estado Novo que, no estado, tinham ficado sempre ao lado dos comunistas, com exceção do período em que estes se aproximaram de Getúlio e dos "queremistas".

---

18 MATOS, Ariovaldo. *Corta-Braço*. 2. ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988. p. 99-100.

19 Ibid., p. 100.

20 CÂMARA, 2010.

Na Bahia, foi o jornal *A Tarde* um dos principais porta-vozes da investida contra o PCB. O vespertino, que, desde fins de 1945, com pequenos intervalos, vinha repercutindo todo o noticiário anticomunista do país, a partir de 1946, passou a dar cobertura diária à "traição comunista" e ao andamento do processo de cassação impetrado por Himalaya Virgolino e Barreto Pinto, chegando a falar em "União Nacional contra a traição".[21]

Foi nesse clima de caça às bruxas que, em princípios de maio, a Delegacia de Ordem Política e Social da Bahia promoveu diligências no sentido de impedir o funcionamento do MUT no estado, já que continuava a atuar de "maneira ilegal". Os policiais procederam a uma batida na sede provisória da entidade, situada na rua Cipriano Barata, nº 1 (sede do Sindicato dos Médicos), em Salvador, quando o estivador João Cardoso de Souza era o presidente, Alberto Costa Holtz, funcionário da Navegação Baiana, era secretário-geral e Francisco Alfredo Moreira, fiscal da Companhia Linha Circular, exercia a função de tesoureiro.

De acordo com reportagem do jornal *A Tarde*, que registrou também as investidas que foram feitas à residência Francisco Alfredo Moreira, onde teriam sido apreendidos "farto material de propaganda doutrinária, inclusive livros comunistas, além do fichário e farto documentário", o MUT, na Bahia, contaria "com mais de quinhentos associados, estando a maioria filiada ao Partido Comunista". Tendo sido "convidado" para depor na Delegacia de Ordem Política, na qualidade de presidente do Movimento de Unificação dos Trabalhadores, João Cardoso de Souza teria dito que a entidade visava congregar os trabalhadores "numa União Sindical Mundial", e que "todos os dirigentes do MUT" pertenciam ao Partido Comunista, não existindo, porém, "relações entre as duas organizações".[22]

Tratava-se, sem dúvida, de um grande golpe na organização sindical animada pelos comunistas na Bahia. Para completar o revés, ainda em maio, a UEB foi conquistada por forças ligadas aos setores anticomunistas em eleições contestadas pelos

---

21 "Todo o Brasil repele a traição comunista". *A Tarde*, Salvador, 28 março 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Teria sido o jornal *O Globo* a publicar uma matéria intitulada "União Nacional contra a traição". Em todo caso, durante todo o ano de 1946, o jornal *A Tarde* publicou inúmeras matérias com teor anticomunista, o que certamente não deixaria nada a desejar à imprensa sulista.

22 "Cessaram as atividades do MUT na Bahia". *A Tarde*, Salvador, 4 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo reportagem do jornal *O Momento*, que informa que os trabalhadores haviam sido defendidos pelos advogados Almir Matos e Walter da Silveira, ambos do PCB, tinha ocorrido uma tentativa "absurda" de se estabelecer ligações entre o MUT e o Partido Comunista ao mesmo tempo em que era uma "sórdida provocação" a procura por vinculações internacionais do MUT. "O fechamento do MUT na Bahia". *O Momento*, Salvador, 4 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

membros do PCB. Recorde-se que a entidade havia sido dirigida por conhecidos e prestigiosos comunistas, que tinham sido formados na luta durante os anos do antifascismo. Em consequência, Methodio Coelho, que veio a assumir a presidência da UEB em 1946, afirmou que haveria uma "campanha de desprestigio contra a entidade", que ele atribuía "ao propósito de elementos comunistas da classe, que procuram, de todo modo, desviar a diretoria da UEB de seus desígnios democráticos, programa e ideal de que não se afastará".[23]

Para o novo presidente da União dos Estudantes Baianos, que recomendava "vigilância contra as manobras dos estudantes comunistas", o estudantado deveria estar precavido contra os pecebistas, já que estes, "quando se vêm nos postos de direção, pregam a união da classe em torno dos seus interesses e quando fora desse postos provocam, por todos os meios e modos, a desunião e desagregação".[24]

Em função disso, no mês de junho, os estudantes baianos da UEB, sob a liderança de Methodio Coelho, ingressaram na campanha nacional de combate ao comunismo do governo brasileiro, da mesma maneira que, como diziam, tinham "combatido o fascismo, o nazismo, o integralismo etc.", ou seja, da mesma forma que haviam lutado contra os regimes que se confundiam "pelo seu caráter antidemocrático", os estudantes universitários baianos se dispunham a se alinhar entre as forças que se perfilavam contra o comunismo. Neste sentido, a UEB pretendia ser uma "trincheira em favor da democracia" e, com a finalidade de "conseguir tal objetivo", não lhe importariam "as invectivas de quantos se magoem com suas atitudes, ditadas, estas, por um profundo amor à liberdade e à Pátria".[25]

A diminuição da influência dos pecebistas no seio do movimento estudantil, entretanto, não se circunscreveu apenas à Bahia. Em agosto do mesmo ano, o acadêmico Milton Santos, representante baiano ao IX Congresso Nacional de Estudantes e "um dos esforçados elementos do movimento estudantil em nosso meio", falou à reportagem do jornal *A Tarde* sobre a importância do momento político que atravessava o Brasil e sobre os resultados do evento nacional, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1946:

> O IX Congresso Nacional, além de defender os sagrados interesses da classe, marcou os rumos da conduta do estudante brasileiro no atual

23 "Vigilância contra as manobras dos estudantes comunistas". *A Tarde*, Salvador, 2 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

24 Ibid.

25 "Preservarào a campanha contra o comunismo". *A Tarde*, Salvador, 21 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> momento político. Saímos de lá retemperados para a luta democrática. Aos estudantes baianos é particularmente grato o fato de ter sido esse último Conselho uma grande *vitória dos verdadeiros democratas, com a sistemática condenação aos extremismos da esquerda e da direita*. Por proposta nossa, foi transformada em nacional a 'declaração de princípios dos estudantes paulistas', onde se prega: *reconhecimento de caráter democrático apenas nos partidos políticos que respeitam e lutam pela liberdade de reunião e de organização política partidária, não somente quando essa liberdade lhes propicie a ascensão ao poder*.[26]

E Milton Santos concluía: "Essa foi, ao meu ver, a condenação dos estudantes brasileiros aos partidos de índole extremistas, como o Partido Comunista".[27] Assim, para os estudantes brasileiros, segundo as considerações do acadêmico baiano, deveria se condenar todos os tipos de extremismos, no qual incluíam-se aqueles dos partidários do "credo comunista", cujo Partido tinha sido, paradoxalmente, um dos responsáveis pela construção da UNE e pela reestruturação do movimento estudantil brasileiro nos anos 1930.

Para o PCB, que tinha forjado seus melhores quadros políticos na luta clandestina contra o fascismo, o advento da legalidade, da mesma forma que lhe abria as portas para a captação de novos membros, lhe impossibilitava de zelar pela formação teórica destes recém-ingressos. Estes permaneciam, em sua maioria, pouco organizados, com baixa formação política e com pouco contato com a organização partidária, agora investida de tarefas de dimensões até então desconhecidas. Em vista disto, apesar do crescimento numérico do PCB, não parece improvável que a qualidade do trabalho político tivesse caído no movimento estudantil.

Tendo em vista a pouca organicidade de muitos dos comunistas recém-ingressos no Partido, fato já anotado pelos dirigentes, as possibilidades de derrotas nas disputas para as direções das estruturas estudantis diante de correntes que tinham estado ausentes da luta clandestina, ou, pelo menos, que se tinham mantido sob a influência dos pecebistas nos anos do antifascismo, tornaram-se corriqueiras.

A direção da União Nacional dos Estudantes, que vinha sendo dirigida pelos pecebistas e seus aliados desde a sua criação, em 1938, em 1945 passou a ser ocupada por Ernesto Bagdócimo, membro da recém-criada UDN. Para piorar a

26 "Os estudantes brasileiros em face do momento nacional: atitude definida contra o comunismo". *A Tarde*, Salvador, 2 ago. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*, grifo nosso.

27 Ibid., grifo nosso.

situação, o fato se repetiu em 1946, quando José Bonifácio Nogueira, também das fileiras udenistas, ocupou a presidência da entidade justamente quando o mundo vivia sob o estigma da Guerra Fria e boa parte dos setores do movimento estudantil brasileiro, não alinhados ao PCB, organizavam-se sob o "guarda-chuva" do anticomunismo.[28]

De todo modo, o PCB vinha tendo o caminho das lutas diretas que tradicionalmente encampava, obliterado pela grande ofensiva reacionária e anticomunista que se desencadeava no país alcançando muitos setores que eram dirigidos pelos comunistas. Quanto a isto, não surpreende que os pecebistas alcançassem melhores resultados junto aos movimentos populares, muito em função de que este segmento vinha crescendo dentro do Partido, desde que este tinha ganhado a legalidade e se imposto à tarefa de organizar os CDP nos milhares de bairros das inúmeras cidades brasileiras.

Nesse terreno, é possível que a repressão se fizesse menos presente, tendo em vista o caráter multifacetado e fluido dos CDP e da organização por local de moradia, ainda pouco observada pela polícia. Não obstante, as demandas estiveram sempre presentes nos locais de habitação, e, aos primeiros sinais de liberalização do regime, novas formas de organização vieram a se desenvolver nas cidades brasileiras desde a segunda metade dos anos 1940, através do impulso e presença dos pecebistas, que pretendiam transformar o Partido Comunista do Brasil em "partido de todo o povo".[29]

O perigo iminente

Restabelecidos os princípios de liberalização do regime em 1946, ainda que sob a égide de uma Constituição autoritária que permanecia em vigor, parte do cenário das lutas políticas se desenvolveu no âmbito do Parlamento eleito com poderes constitucionais no dia 2 de dezembro de 1945. Não por acaso, muito provavelmente, parecia ser do interesse das classes dirigentes que assim o fosse, já que os setores *demoliberais*, agora perfilados entre as forças da reação, pretendiam que os votos que lhes foram conferidos no pleito, significativamente superiores à expressão real de sua força na sociedade de classes, implicassem numa hegemonia

28 CUNHA, 2001, v. 5, p. 5.846-5.847.

29 PANDOLFI, 1995, p. 145.

parlamentar que deveria se estender por toda a sociedade, situação que somente a democracia representativa poderia permitir.[30]

Parecia improvável que os liberais brasileiros exercessem alguma influência mais efetiva ante o movimento operário que entabulava greves e lutas radicalizadas, já que os trabalhadores admitiam lideranças trabalhistas, comunistas ou de outras vertentes políticas do seio da classe operária, todavia, muito dificilmente aceitavam uma direção imposta de fora de seus quadros.

Sobre o assunto, ainda que não se possa assegurar que as direções de todas as greves do período estivessem nas mãos de comunistas, trabalhistas e outros setores minoritários da esquerda operária – a se crer nas posições alarmistas dos partidários da UDN e do PSD ante o movimento grevista, já que imputavam as responsabilidades pelas paralisações aos *esquerdistas infiltrados* nos movimentos, principalmente aos pecebistas –, há de se convir que os *demoliberais* estivessem longe de dirigir a classe operária, ainda que àquela altura dirigissem a UNE que, não obstante, tinha uma influência menor do que as organizações dos trabalhadores.

É importante observar que, quando próximos das greves, pessedistas, udenistas e mesmo os getulistas tinham o objetivo de controlar os movimentos, quando não, pretendiam atuar como verdadeiros órgãos de informação com finalidades policialescas.[31] Isso se intensificava conforme o movimento operário passava a ocupar o centro das lutas reivindicatórias no país, contraindo vitórias importantes em função de um pequeno surto de autonomia que tinha alcançado os trabalhadores brasileiros entre os últimos meses de 1945 e os primeiros de 1946, momento em que a classe trabalhadora substitui com greves e paralisações às mobilizações antifascistas que também haviam sido dirigidas, majoritariamente, pelos comunistas.

A primeira sessão da Assembleia Nacional Constituinte ocorreu no dia 5 de fevereiro de 1946, com a seguinte composição: a bancada do PSD, a maior da Constituinte, era formada por 185 parlamentares, o que dava 54,7% do total; a UDN, com a segunda maior bancada, tinha 89 constituintes, ou 26,6%; o PTB

---

30 Para Trotsky, "[n]a balança de uma estatística eleitoral, mil votos fascistas pesam tanto quanto mil votos comunistas. Mas, na luta revolucionária, mil operários pertencentes a uma grande empresa representam uma força cem vezes maior do que a de um milhar de funcionários, de amanuenses, contados com suas esposas de sogras. A principal massa fascista se compõe de uma poeira de humanidade". TROTSKY, 1968, p. 34

31 Ver, sobre o assunto, a documentação contida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), nos anos de 1945 e 1946, com destaque especial para as cartas enviadas ao ex-presidente Getúlio Vargas pelo seu "conselheiro informal" José Soares Maciel Filho.

tinha 23 parlamentares, perfazendo 6,8% das duas casas e os partidos menores, todos somados, alcançavam 7,2% dos constituintes, com 25 parlamentares, entre deputados e senadores.[32]

A bancada comunista, composta por 14 deputados e mais o senador Luiz Carlos Prestes, perfazia 4,7% dos constituintes e tinha eleito representação em seis dos sete estados mais importantes do país, em termos econômicos e populacionais. Isto significava que o PCB tinha grande penetração nos principais centros urbanos do Brasil, que estavam localizados nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, tendo ficado de fora apenas da representação do estado de Minas Gerais, cuja capital, Belo Horizonte, era a sexta maior cidade do Brasil.

Coube ao senador Luiz Carlos Prestes a responsabilidade de proferir o primeiro discurso do PCB por ocasião da instalação dos trabalhos da Constituinte, no dia 5 de fevereiro de 1946. Prestes reiterou os principais aspectos da linha política que seu Partido vinha praticando há anos, inclusive a luta pela União Nacional, cujo pioneirismo, no Brasil, foi reivindicado para o PCB. Salientou que os comunistas continuariam lutando pela "ordem e tranquilidade", ao mesmo tempo em que manteriam, diante do governo do general Eurico Gaspar Dutra, postura idêntica à que vinham praticando ante os governos de Getúlio Vargas e José Linhares, qual seja: de "apoio em seus atos honesta e sinceramente democráticos".[33]

Não obstante, Prestes chama a atenção para a situação de miséria em que vive o povo, circunstância em que a luta pela ordem e pela tranquilidade era, também, uma batalha "contra a miséria" e pela elevação do nível de vida de toda a população. A despeito disto, o líder comunista insiste na necessidade de unidade, assegurando que os problemas do país não poderiam "ser resolvidos nem por um homem providencial, nem por um partido político isoladamente, nem por uma classe social". Sendo assim, haveria a exigência de uma "colaboração de todo o nosso povo e de

---

32 PRESTES, Luís Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador (1946-1948). Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003d. p. 28.

33 PRESTES, Luís Carlos. Definição da atitude do Partido Comunista. *In*: PRESTES, Luís Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador (1946-1948). Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003b. p. 75-76. Dizia o líder comunista, citando a posição do Pleno Ampliado de janeiro: "Frente ao futuro governo nossa orientação política deve ser a mesma já por nós assumida durante todo este ano, de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais contra qualquer retrocesso reacionário". Ibid., p. 76.

quantos amam sinceramente nossa pátria, independentemente de classe sociais e ideologias políticas ou de crenças religiosas".[34]

O líder comunista considera, ainda, que "elementos reacionários, indivíduos que, ocupando postos de responsabilidade" desejavam a "maior desordem", quando se negavam a "tomar medidas para elevação rápida" do nível de vida de todo o povo. Nestas circunstâncias, Prestes insiste que os comunistas apoiam o governo "em seus atos democráticos", mas não deixam de apoiar, também, "aqueles movimentos do proletariado exigindo melhores salários, melhores níveis de vida", o que significaria que o PCB estava, "na realidade, lutando pela ordem, pela tranquilidade e pela eliminação do combustível para a guerra civil", que, segundo o dirigente pecebista, seria "a fome, a miséria das grandes massas".[35]

Não restam dúvidas de que o discurso inaugural de Prestes na Assembleia Nacional Constituinte, que foi pronunciado à luz dos acontecimentos que vinham se produzindo no Brasil desde o golpe de 29 de outubro, da eleição de Dutra e do ascenso grevista do início de 1946, ainda que nos marcos da ligeira alteração tática que o PCB havia processado no Pleno Ampliado de janeiro, inscreve-se na conjuntura em que uma bancada comunista, pela primeira vez na história do Brasil, ocupava uma tribuna parlamentar para proferir um discurso que poderia ser ouvido por boa parte dos brasileiros minimamente informados.

Deve-se considerar que, nas circunstâncias em que a ofensiva anticomunista estivesse sendo anunciada, o PCB parecia alimentar poucas ilusões nos ímpetos democráticos do general-presidente. A despeito disto, fazia parte da política de unidade dos comunistas, que consistia, acima de tudo, em defender a *democracia* contra os potenciais golpistas, prosseguir exortando a todos para a conformação da União Nacional. Quanto a isto, nem mesmo o advento do governo Dutra, tido como *tendencialmente reacionário* pelos pecebistas, os impediria de seguir na mesma linha:

---

34 PRESTES, 2003b, p. 77.

35 PRESTES, 2003b, p. 78. *O Momento* deu ampla cobertura ao primeiro pronunciamento de Prestes na Constituinte: "Afirmou o senador Luiz Carlos Prestes que o Partido Comunista, duramente perseguido em 23 anos de ilegalidade, havia comprovado o insuperável patriotismo dos seus militantes durante a guerra de libertação. Rendeu o líder do proletariado e do povo um preito de gratidão a todos aqueles que deram as suas jovens vidas em solo italiano pela Liberdade e Independência da Pátria. Disse, em seguida, que os comunistas lutam pela União Nacional, pela ordem e pela tranquilidade e que, por isso, apoiariam todos os atos democráticos do Governo, do General Dutra, olhando para a sua situação presente, que é a de chefe de Governo, sem considerar como fundamental o seu passado reacionário". "Lutar pela ordem é também lutar contra a miséria". *O Momento*, Salvador, 11 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

> Somos insuspeitos porque combatemos a candidatura do General Dutra. Não votamos em seu nome; procuramos mostrar ao nosso povo o perigo dessa eleição. *Sabemos quando o General Dutra se comprometeu com o golpe de 10 de novembro e com o Estado Novo, mas vemos o General Dutra como um brasileiro em cujo coração deve existir patriotismo* e, que se quiser governar o nosso povo, deve compreender a necessidade do apoio desse povo e, naturalmente, da parte mais esclarecida do povo e da parte do proletariado já incluída nas fileiras do Partido Comunista. *Nós não lhe regatearemos aplausos, não regatearemos apoio a esse governo para resolver, realmente, os graves problemas desta hora*.[36]

Desde o início dos trabalhos constituintes a atuação dos parlamentares do PCB foi pautada pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ainda que dentro do espírito da "ordem e tranquilidade" e de defesa da *democracia* sem adjetivações, os pecebistas intervieram sempre sobre os temas mais candentes da realidade brasileira e do momento conjuntural. Destacam-se, sobre o assunto, a atuação dos comunistas ante a greve dos bancários, já referida anteriormente, e as incursões, cada vez maiores, em questões antes secundarizadas, como o "problema da terra", que será abordado em diversas circunstâncias pelos deputados do Partido e pelo senador Luiz Carlos Prestes.

Como sugere Sérgio Soares Braga, havia uma espécie de "divisão do trabalho" entre os membros comunistas da Constituinte, "cabendo a Prestes a exposição dos princípios mais gerais que nortearam a ação da bancada pecebista". Em sessão realizada no dia 21 de março, após a bancada do PCB pedir informações quanto aos motivos da presença de agentes da Ordem Política e Social nas assembleias dos sindicatos e apresentar recurso pela desaprovação do Decreto-Lei nº 9.070, contra o direito de greve, alegando que o Brasil feria os compromissos assumidos na Conferência de Chapultepec, Prestes e Octávio Mangabeira, deputado baiano pela UDN, entraram em acirrado debate sobre o caráter do golpe de 29 de outubro, dito pelo baiano como tendo libertado o país da ditadura, enquanto o líder comunista arguia que o golpe tinha um caráter reacionário, que igualaria o general Eurico Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.[37]

---

36 PRESTES, 2003b, p. 77, grifo nosso.

37 PRESTES, Luís Carlos. O papel da minoria na constituinte. *In:* PRESTES, Luís Carlos. Luiz Carlos Prestes: o constituinte, o senador (1946-1948). Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003d. p. 432-433. Ao que concluía Octávio Mangabeira, "estamos

Desde o início dos trabalhos constituintes, o PCB considerava que existia no Congresso Nacional um setor democrático, do qual faziam parte os udenistas Octávio Mangabeira, Juracy Magalhães, entre outros, que contava com a simpatia do povo contra os elementos reacionários, representados pelas figuras de Filinto Müller (PSD), Benedito Valadares (PSD), Hugo Borghi (PTB), entre outros, que sofriam com os apupos da assistência congressual.[38] Atente-se para o fato de que os pecebistas não buscaram conformar um bloco parlamentar com nenhum partido. Antes, procuravam identificar entre os constituintes aqueles que atuavam com posturas supostamente *democráticas*, para os quais dirigiam acenos, buscando aliados para o seu projeto democrático e de União Nacional e também para a defesa da legalidade da legenda, cada vez mais ameaçada.

Foi, sobretudo, pelo papel simbólico representado entre os parlamentares comunistas pelo Cavaleiro da Esperança, e em torno da sua figura lendária, que se engrandecia, agora, com a posse de um mandato como senador da República, que se desenvolveram os principais debates e os enfrentamentos mais decisivos no palco da Constituinte. Tais querelas, surgidas no ensejo da investida anticomunista no plano internacional, tinham Prestes e o PCB como os alvos principais, a começar pela citada questão referente às declarações do próprio senador comunista quanto à possibilidade de uma guerra imperialista que envolvesse o Brasil e a União Soviética. Sobre o assunto, em sessão no dia 26 de março, Prestes enfrentou uma excitada plateia de parlamentares constituintes, que o aparteavam, provocativamente, a todo o momento, pretendendo colocá-lo numa posição defensiva para lhe imputar responsabilidades.

Entre os parlamentares mais habilidosos que vieram a assumir uma posição claramente anticomunista, curiosamente, estava Juracy Magalhães, deputado pela UDN baiana que tinha mantido boas relações com PCB enquanto ocupava o governo da Bahia. Juracy chegou a insinuar, no meio do discurso de Prestes, que o PCB incitaria uma guerra civil no país numa circunstância em que Brasil fosse arrastado a uma guerra contra a União Soviética.[39]

---

equidistantes entre o comunismo e a reação. Somos contra o comunismo como seremos contra a reação!". Ibid., p. 433.

38 "Lutar pela ordem é também lutar contra a miséria". *O Momento*, Salvador, 11 fev. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

39 Disse Juracy Magalhães: "Inquieta a todos nós, democratas e patriotas e, principalmente, a mim, pois, além do mais, sou militar, o seguinte: no caso de uma guerra a que for arrastado o Brasil, por força de obrigações internacionais, cumprindo o Governo os dispositivos constitucionais e legais que regerão a declaração de guerra, adversária do Brasil, o Senador Carlos

Entretanto, na sessão inaugural da Constituinte, Prestes percebeu as manobras do ex-governador baiano, de maneira que julgou o tom provocativo das suas indagações como "capciosas". Ao continuar o seu discurso, ainda sob apartes agressivos das bancadas do PSD e da UDN, principalmente, Prestes encontrou o ponto fulcral da querela que agora atingia o PCB e que tinha relação com o momento internacional e a situação interna do país, quando se inaugurava a Guerra Fria, avançava o anticomunismo e as forças reacionárias davam os primeiros passos pedindo a cassação do registro do PCB.

A despeito disto, diante das greves e da reintrodução da questão social no quadro da questão policial, o que denotava o crescimento da polarização, o presidente Eurico Gaspar Dutra foi isentado das responsabilidades pelo dirigente do PCB:

> Essa campanha surge devido à situação internacional. É a Inglaterra em crise, são os Estados Unidos em crise; é o prestígio, cada vez maior, da União Soviética. E, além disso, a crise interna em nossa pátria; *são as dificuldades para resolvê-las, são os restos do fascismo que ainda vivem no Brasil e procuram forçar o homem digno e honesto que é o Sr. General Eurico Dutra a uma política falsa, contrária aos interesses do próprio governo, porque contrária aos interesses nacionais*. Porque não se esmagam ideias. Não é com a polícia que se resolve o problema do pão reclamado pelo povo; não é procurando forçar o operário a não fazer greve que se extingue o mal.[40]

Enquanto se iniciava os trabalhos na Constituinte e a campanha anticomunista ainda não havia sido deslanchada em toda a sua plenitude, o PCB prosseguia sua pregação pela conformação da União Nacional, reeditando sua política de apoio aos

---

Prestes e o Partido Comunista do Brasil lutarão pela sua Pátria ou iniciarão uma guerra civil? Esta é a pergunta em toda a sua simplicidade". PRESTES, 2003a, p. 114

40 PRESTES, 2003a, p. 130, grifo nosso. Prestes ia adiante, ao denunciar a campanha anticomunista: "Essa campanha anticomunista deve interessar a todos os democratas sinceros. A história do mundo inteiro, nos últimos anos, e mesmo em nossa pátria, mostra o que é uma campanha anticomunista. Campanha anticomunista é, na verdade, campanha contra a democracia. O primeiro passo é a liquidação do Partido Comunista, porque é ele que, realmente, está junto ao proletariado, lutando com mais audácia. Em seguida, sofrem todos os democratas. O Deputado Hermes Lima não era comunista; o Deputado Domingos Velasco, igualmente, nunca foi comunista. No entanto, em nome de uma campanha anticomunista, foram presos, processados, perderam seus mandatos, etc. Portanto, é para a vigilância democrática, para defender a democracia, que alertamos e chamamos a atenção da Assembleia, pedido a todos que compreendam o perigo tremendo de caírem na ilusão de que a campanha é apenas contra o Partido Comunista. A palavra de ordem é a campanha contra o comunismo, contra Rússia, mas, na verdade, a campanha é contra a própria democracia". Ibid., p. 141

"atos democráticos" do novo governante, assim como o fizera com Vargas e Linhares. Todavia, como novidade surgida desde o Pleno de janeiro, reivindicava para o proletariado o papel de força dirigente do processo de conformação da unidade dos setores tido por progressistas. Com efeito, viceja na imprensa partidária o chamamento à União Nacional que, em 1946, prosseguia sendo a principal bandeira do PCB.

Numa esclarecedora sabatina promovida pelo jornal *O Momento*, podem ser percebidos os significados de tal política, que objetivava a consumação da revolução democrático-burguesa no Brasil e continuava a mobilizar todos os esforços dos comunistas brasileiros:

> O proletariado, dentro da união nacional, é uma força de vanguarda dirigente. Só o proletariado, sendo a classe mais revolucionaria, homogênea e consequente, é capaz de dirigir o povo no caminho da união nacional para a democracia e o progresso. A união deve ser feita, por conseguinte, sob a hegemonia do proletariado, a quem cabe historicamente a direção das massas camponesas, das camadas semi-proletárias e da pequena burguesia urbana. Abdicando do seu papel de força hegemônica durante rodo o processo da revolução democrático-burguesa, o proletariado negaria a sua condição de ser a força mais revolucionaria da sociedade moderna. Fracassaria, então a união nacional que é necessária para a solução de problemas essenciais da revolução democrático-burguesa no Brasil.[41]

Como se vê, há a reedição das teses de Lenin contidas nas *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, já discutidas em capítulos anteriores. Atualiza-se a tática da União Nacional, surgida na conjuntura da guerra, em conformidade com as ligeiras adequações necessárias para o período do pós-guerra, quando se vislumbravam os desmanches da expectativa de *coexistência pacífica* e a Guerra Fria dava o tom. Neste sentido, ainda que nos marcos estratégicos da "revolução democrático-burguesa", que, no caso do Brasil, pressupunha, também, a tarefa de "libertação nacional", trabalhava-se pela consumação da tática de unidade nacional e de consolidação da democracia dentro da "ordem e tranquilidade".

Para o PCB, contudo, o fascismo ainda não havia sido liquidado no Brasil, de maneira que elementos "reacionários" e "quintacolunistas" ocupavam "postos importantes no aparelho estatal", constituindo ameaças constantes de "possíveis retrocessos no caminho da democracia". Para a solução de tais problemas, seria

---

41 "Sabatina". *O Momento*, Salvador, 11 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

necessária "a mais ampla e sólida União Nacional", entretanto, "união para o progresso, contra a reação e o fascismo", diziam os comunistas, "união sob hegemonia do proletariado e não falsa união dos oportunistas e liquidadores que desejavam colocar o proletariado a reboque da burguesia e a serviço dos demagogos 'salvadores' e dos generais golpistas". E se fosse perguntado sobre "a posição da união nacional do proletariado, das massas camponesas e das forças progressistas em face da burguesia reacionária", o PCB não hesitaria em responder, buscando valorizar a heterogeneidade da burguesia:

> A burguesia não constitui uma classe inteiriça, homogênea. Sobretudo num país como o nosso, onde a reação semifeudal domina ainda os campos e onde o imperialismo decide, muitas vezes, sobre as mais importantes questões nacionais; a burguesia se apresenta como uma classe vacilante, de desenvolvimento defeituoso e dividida por contradições econômicas e políticas em diversos setores. Não se pode desconhecer esse fato, quando se deseja executar uma política objetiva, realista, baseada na análise através de um instrumento de precisão cientifica como é o marxismo-leninismo. *Existe um setor da burguesia, que, nas atuais condições é progressista, porque têm os seus interesses ligados ao desenvolvimento industrial e à emancipação econômica do país*. A burguesia progressista, por isso mesmo, representa uma força que presta valiosa contribuição á luta contra o capital financeiro colonizador e a reação feudal. Existe, entretanto, outro setor da burguesia, que é reacionária, porque tem enriquecido à custa de uma indústria parasitaria, de créditos do governo, de medidas protecionistas e da mais negra exploração do proletariado e em geral, dos consumidores.

Os pecebistas asseguravam que, "lutando pela união nacional", o proletariado deveria "se ligar às camadas progressistas da burguesia, isolando a minoria reacionária, inimiga da democracia e do progresso".[42]

Para o PCB, a "burguesia progressista" seria aquela ligada aos interesses nacionais, portanto, uma *burguesia nacional*, enquanto a "burguesia reacionária", ligada ao capital estrangeiro e ao "imperialismo moribundo", buscava preservar os "focos de fascismo no mundo" e "apoiar a sua política já caduca de dominação dos povos coloniais e semicoloniais pela força das armas".[43]

---

42 "Sabatina". *O Momento*, 11 mar. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais (grifos nossos).

43 "Luiz Carlos Prestes fala ao povo brasileiro". *O Momento*, 3 abr. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Nesta matéria do matutino baiano, que trata de um comício realizado para os senadores eleitos pelo Distrito Federal, consta que Prestes conclamou "todos

Em que pese a tentativa dos comunistas de construir a União Nacional, agora com o suporte dos trabalhos da bancada constituinte forte e atuante, foi também no terreno parlamentar que os partidários de Prestes enfrentaram a cisão definitiva com as forças que antes compunham a oposição *demoliberal* ao Estado Novo. Com efeito, durante boa parte do tempo, as bancadas da UDN, do PSD e do PTB, com raras exceções, dirigiram impropérios contra os comunistas, jogando a favor da cassação do registro do PCB, ainda que em algumas questões pudessem atuar conjuntamente, como na situação em que a UDN, através do seu líder, Octávio Mangabeira, se manifestou contrária ao decreto-lei do governo que suspendia o direito de greve.[44]

Em junho de 1946, o projeto de Constituição ficou pronto e a bancada comunista votou contra, apresentando 180 emendas que constituíam "uma verdadeira Constituição alternativa".[45] A maioria esmagadora das emendas foi rejeitada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Fernando de Melo Viana (PSD-MG), que tinha prerrogativas para isto, todavia, de acordo com Sérgio Braga, tais emendas permaneceriam "como documento de caráter avançado e progressista da luta empreendida pelos comunistas naquele parlamento conservador".[46]

Em discurso pronunciado na 86ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, Prestes fez um significativo balanço da situação do país e do projeto de Constituição, destacando o sentido da posição contrária dos pecebistas que criticavam, acima de tudo, a manutenção do monopólio da terra nas mãos dos latifundiários, o que caracterizaria a permanência do "regime pré-capitalista" no Brasil.[47]

Não restam dúvidas de que os comunistas incorporaram a questão da terra de maneira definitiva ao seu programa político, defendendo a reforma agrária como uma das principais bandeiras dos anos seguintes. O fato principal era que o PCB continuava lutando pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, pela *revolução burguesa*, circunstância em que entendia como crucial a resolução da tarefa de

---

os brasileiros, homens e mulheres, operários e patrões, camponeses e fazendeiros, a lutarem decididamente por uma forte União Nacional, pois só fortemente unidos poderemos enfrentar todos os nossos inimigos e conseguir que o Brasil, livre e soberano, marche realmente pelo caminho da democracia".

44 PRESTES, 2003e, p. 428-435.

45 PRESTES, 2003d, p. 35.

46 Ibid., loc. cit.

47 PRESTES, Luiz Carlos. Um discurso do senador Carlos Prestes sobre o Projeto de Constituição. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003c. p. 234.

democratização do acesso à terra e a superação dos resquícios do *feudalismo* que acreditava existir no Brasil. Neste sentido, quando, em junho de 1947, o deputado baiano Giocondo Dias proferiu discurso por ocasião da apresentação do projeto de Constituição estadual da Bahia, o tema foi, mais uma vez, destacado:

> Está aí, Sr. Presidente, no latifúndio improdutivo, nas relações de produção semifeudais no campo, o problema fundamental dos nossos dias, diante do qual não podemos ficar indiferentes, não poderemos, sob qualquer título, por covardia política ou medo de desagradar os homens do latifúndio, cruzar os braços, porque isso seria o mesmo que fazermos aqui uma obra inútil, seria o mesmo que defendermos o atraso, em vez do progresso, seria o mesmo, enfim, que trair a confiança e o entusiasmo que em nós depositam ainda as grandes massas de trabalhadores e populares, homens e mulheres da Bahia e de todo o país que, em lugar do despenhadeiro, do caos e da guerra civil a que a ditadura quer nos levar, preferem o caminho pacífico e legal da solução dos nossos angustiantes problemas.

Dias vaticinava ser esta condição a determinante para a manutenção da dependência do país: "estaremos condenados, enquanto não nos libertamos dos restos feudais na agricultura. Porque ao lado de sermos um país e um Estado semifeudal, somos também um país e um Estado semicolonial".[48]

Mas os comunistas buscaram intervir sobre os assuntos mais diversos, especialmente sobre aqueles que diziam respeito ao mundo do trabalho e ao sistema de representação vigente no Brasil. Sobre este assunto, o PCB defendeu a implantação do parlamentarismo e a extinção do cargo de vice-presidente da República como forma, segundo o senador Luiz Carlos Prestes, de se evitar a ditadura unipessoal do chefe do Executivo:

> Enfim, o que julgamos sumamente perigoso é insistir no Presidencialismo na maneira por que o foi no projeto. Cometeríamos um crime insistindo em estabelecer novamente a ditadura de fato do Executivo, porque assim agindo estamos apontando com a Revolução para todos aqueles que querem o progresso do Brasil e não se conformam com a morte da democracia em nossa pátria.

---

48 DIAS, Giocondo. *O latifúndio e o atraso da Bahia.* [Salvador], 1947. Discurso pronunciado na Assembleia Constituinte Estadual, no dia 4 de junho de 1947. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), F. 165/DPS.

Para o senador pecebista, qualquer presidente da República eleito por voto majoritário seria sempre "o representante de uma só classe", justamente a "mais poderosa", aquela que permanecia "interessada na conservação do *status quo*", ao que propunha que um "Presidente eleito pela Assembleia" muito mais facilmente poderia "ser o representante de uma coligação partidária em que ao lado de reacionários", entrassem "representantes das classes progressistas".[49]

De acordo com Giovannetti Netto, ao assumirem tal posição na Constituinte, os comunistas optavam "por uma transição democrática para o socialismo", já que o Partido "comungava de um sentimento generalizado de temor à revolução, tão enraizado na elite política brasileira".[50] Para Arnaldo Spindel, as posições assumidas pelo PCB na Assembleia Nacional Constituinte demonstravam que o Partido expressava "sua boa vontade frente às forças da ordem", o que teria por consequência uma tônica da atuação da bancada comunista marcada pelo "recuo constante" perante as forças da reação.[51]

Contudo, a ofensiva anticomunista prosseguiu a todo vapor durante o mês de maio, com o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores de Santos e o afastamento de comunistas dos cargos de confiança da administração pública.[52] Sobre o assunto, o governo informava que tinha abandonado a ideia de "fechar" o PCB por decreto, "o que seria um lamentável erro, tanto de doutrina, como de tática". Preferia desenvolver "firmemente um plano para uma ampla e séria campanha contra a expansão da ideologia comunista, adotando medidas repressivas de caráter legitimo e legal", o que constituiria "uma orientação acertada e justa".[53]

Posição semelhante era defendida pelo agora coronel Filinto Müller, senador do PSD pelo estado do Mato Grosso e um dos maiores inimigos dos comunistas durante o Estado Novo. O senador pessedista tinha se manifestado, pela imprensa, contra o fechamento do PCB, alegando que "embora, reconhecidamente anticomunista", não era "pelo fechamento do partido do sr. Prestes, uma vez que ele foi

---

49 PRESTES, 2003c, p. 273. Ver também o discurso de Prestes de "Crítica ao presidencialismo". Ibid., p. 299-309.

50 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 144.

51 Para Spindel, o trabalho parlamentar do PCB "estava fadado antecipadamente a tornar-se uma sequência de tentativas de contemporização com a coligação majoritária". SPINDEL, 1980, p. 84

52 "O combate ao comunismo – fechado o Sindicato dos Trabalhadores de Santos". *A Tarde*, Salvador, 6 maio 1946. BPEB.

53 "Um tópico do *Correio da Manhã*". *A Tarde*, Salvador, 6 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

legalmente registrado". O ex-algoz dos pecebistas defendia, no entanto, uma "severa vigilância" sobre as atividades do Partido Comunista, que seriam "maléficas" aos interesses do país: "Em sendo o governo, não fecharia, abruptamente, o Partido Comunista, mas estabeleceria uma vigilância tão grande nas suas atividades ocultas, que não seria difícil surpreendê-lo quando infringisse as leis que lhe asseguram viver como partido, no Brasil".[54]

Demovido momentaneamente da ideia de cassar o registro do PCB, o governo anunciou que os interventores federais receberiam orientações oficiais, através de circular, para combaterem o "excesso de propaganda vermelha" que existia no país. Na segunda quinzena de maio, uma circular assinada pelo ministro da Justiça, Carlos Luz, recomendava aos interventores estaduais que afastassem dos postos de chefia e de confiança todos os "elementos pertencentes ao Partido Comunista", ao que a imprensa interpretava como sendo "o início da campanha do governo Eurico Dutra contra o comunismo".[55]

Ante a ofensiva anticomunista desencadeada pelo governo e pelas chamadas "forças reacionárias", o PCB não ficou passivo. Em 22 de abril, o Partido organizou um enorme comício de desagravo ao senador Luiz Carlos Prestes, "senador do povo", ocasião em que teriam se reunido, na Esplanada do Castelo, Distrito Federal, 200 mil pessoas, naquela que teria sido a "maior manifestação que o povo já tributou à um homem público, dando assim, a sua melhor resposta à campanha de provocações que têm sido lançadas contra Prestes e o glorioso partido, o Partido Comunista do Brasil".[56]

Prestes afirmou que o ato de desagravo não era dirigido nem a ele, nem ao seu Partido, "mas todo o povo, ultrajado que foi pelos reacionários, pela imprensa que se vende ao ouro estrangeiro, que serve de porta-voz aos agentes do capital financeiro mais reacionário, que procura arrastar o nosso povo a uma guerra imperialista, que se contrapõe aos interesses básicos desse mesmo povo". Sendo assim, o Cavaleiro da Esperança advertia que os "reacionários e fascistas" pretendiam liquidar a

---

54 "O sr. Filinto Muller fala sobre o comunismo – é contra o fechamento do PC – severa vigilância para surpreender a infração". *A Tarde*, Salvador, 23 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

55 "Afastamento de comunistas dos cargos de confiança". *A Tarde*, Salvador, 20 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

56 Na ocasião em que se realizou o ato chovia torrencialmente na Capital Federal, o que ampliava os significados do comício. "200 mil pessoas aclamaram entusiasticamente, Prestes, reconhecendo no Senador do Povo o seu grande líder". *O Momento*, Salvador, 24 abr. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

própria democracia, no entanto, seria preciso "começar pelo começo", e o começo, para o senador, era "a liquidação do partido do proletariado".

Todavia, os comunistas não pretendiam criar problemas para o governo e, pelo contrário, continuavam dispostos a apoiar o presidente Eurico Dutra para que ele pudesse "marchar para a democracia".[57] Para isto, seria necessário, acima de tudo, a União Nacional:

> É a União nacional que reclamamos e continuaremos insistindo por ela. Sentimo-nos hoje revigorados ainda com o apoio do povo. É chegada a hora de reforçarmos nossa união, de consolidá-la. O progresso pode ser conseguido sem derramamento de sangue. A guerra civil só será evitada em nossa Pátria se forem realmente resolvidos os problemas do nosso povo. Meu último apelo em nome do Partido Comunista é pela união de todo o nosso povo.[58]

Em que pesem os apelos em prol da União Nacional e das insistentes tentativas de se aproximar do governo do general Eurico Dutra feitos pelo PCB, o combate ao comunismo seguia sem dar tréguas aos pecebistas que, na primeira metade do mês de maio, ocasião em que se comemorava o Dia do Trabalho, o aniversário da anistia e da legalização do Partido Comunista, tiveram os comícios proibidos em

---

57 O trecho do discurso em que Prestes reafirma a disposição dos comunistas em apoiar o governo foi transcrito em sua integra pelo jornal *O Momento*: "Não criamos dificuldades ao governo. Não somos nós os que querem municipalidades. Não queremos cargos no governo. Só aceitaremos esses cargos com postos de sacrifícios, para possibilitar ao governo a execução de medidas práticas contra a carestia e a inflação." Recorda que o Partido Comunista foi o único a apresentar um programa de medidas práticas contra a carestia e a inflação mas que até hoje não foram levadas em conta. "200 mil pessoas aclamaram entusiasticamente, Prestes reconhecendo no Senador do Povo o seu grande líder". *O Momento*, Salvador, 24 abr. 1946.

58 Ainda no discurso, em que o dirigente comunista destaca a aliança do proletariado com o campesinato, há o alerta para o risco de guerra civil, com a seguinte conclusão: "Contra a violência dos dominadores, o que fazer senão usar a violência? Quis dizer estas palavras não só para alertar o nosso povo, mas também as classes dominantes, que, com a sua posição estão levando lenha a fogueira da guerra civil. Os culpados, no caso desses choques serão eles, os senhores das classes dominantes. Sei que estas minhas palavras amanhã poderão ser deturpadas por esses senhores. Desejando uma solução pacífica para todos os problemas não confundimos essa nossa atitude com a de ficar de braços cruzados. Luta pacífica e pela democracia. Se amanhã o sangue dos camponeses for derramado pelos bandidos policiais, junto com o sangue deles correrá também o sangue do proletariado, e o sangue dos comunistas". Ibid.

diversos estados e no Distrito Federal, numa reação em cadeia que demonstrava que o governo não estava disposto a brincadeiras.[59]

Apesar da proibição, os comunistas insistiram na realização de um ato comemorativo à legalização do PCB em 23 de maio, na capital do país. No evento, que seria realizado no Largo da Carioca, produziu-se uma das primeiras grandes cenas de choque entre os pecebistas e a polícia, o que redundou num saldo de um morto e cerca de 50 feridos.

Sobre o assunto, o Comitê Estadual da Bahia publicou uma nota em que conclamava "os trabalhadores e todos os baianos honestos e democratas a lutarem cada vez mais fortemente contra o terror fascista, a protestarem por todas as formas contra o assassinato em massa iniciado pela reação policial no Largo da Carioca":

> Todo o povo baiano já está ciente das criminosas provocações contra a classe operaria e o povo, praticadas pelos elementos fascistas infiltrados na polícia e no Governo, as quais culminaram com o monstruoso massacre de homens, mulheres e crianças no Largo da Carioca. O Comitê Estadual da Bahia do Partido Comunista do Brasil vem trazer ao conhecimento da classe trabalhadora e do povo do nosso Estado que a Delegacia de Ordem Política e Social, seguindo uma orientação antidemocrática, acaba de proibir a realização de qualquer comício do Partido da classe operaria e do povo. Defensor intransigente da ordem e da tranquilidade em nossa pátria, o Partido Comunista protesta contra esta decisão arbitraria das autoridades, que denota o desespero dos pró-fascistas e reacionários obrigados a empregar a violência para evitar que o povo denuncie os seus inimigos e lute contra a fome e a miséria sob a bandeira do seu Partido. O Partido, entretanto, chama a atenção dos trabalhadores e do povo da Bahia para o fato de que isto constitui um vergonhoso e brutal atentado à liberdade de reunião, direito assegurado a todos os cidadãos num regime democrático. Está, portanto, em execução, também em nosso Estado, o plano dos agentes do fascismo que visa implantar pela força no Brasil uma ditadura sangrenta, a fim de impedir que o povo lute contra a carestia e a crise que o Governo se mostra impotente para combater.[60]

---

59 "Comícios comunistas proibidos em Recife" *A Tarde*, Salvador, 4 maio 1946; "O comício foi proibido". *A Tarde*, Salvador, 23 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

60 "Enérgico protesto contra as violências policiais". *O Momento*, Salvador, 26 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Da parte da grande imprensa, ou da chamada "imprensa sadia", como se autonomeavam os jornais de grande circulação e a ela se referiam ironicamente os comunistas, a repercussão sobre os acontecimentos ocorridos no Largo da Carioca somente acirraram o juízo de que os pecebistas pretendiam promover a desordem e, em fins de maio, o governo federal comunicou que baixaria decreto proibindo a realização de comícios no país.[61]

Em 27 de maio, a bancada da UDN na Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência de Octávio Mangabeira, se pronunciou sobre a movimentação anticomunista, que parecia ameaçar a liberalização do regime, defendendo a "constitucionalização do país" e o "amplo direito de reunião", contra as posições do governo do PSD. Segundo o líder udenista, o "perigo comunista era realmente iminente", situação em que ele precisaria ser "combatido rigorosamente". Não obstante, prosseguia o liberal: "Temos que enfrentar os comunistas no terreno das ideias, esclarecendo o povo, com palavras da nossa linha, que tem que continuar a ser a que estamos mantendo: nem para o comunismo, nem para a reação".

Assim, enquanto o governo do PSD, comandado pelo general Dutra, combatia o comunismo com medidas de repressão e exceção, a bancada udenista advogava a necessidade de persuasão ou, como diria o presidente da UDN, "[s]ó a propaganda democrática é que poderá esclarecer as massas e elas virão ao nosso encontro", ao que concluía: "A nação não é, nem quer ser comunista".[62]

Em resposta à posição da bancada da UDN, o ministro da Guerra, o general Góes Monteiro, afirmou: "Acho que os partidos democráticos estão enfrentando o comunismo de uma maneira frouxa, vacilante e platônica, pois esse combate não deve ser apenas no terreno das ideias, mas também pela ação desenvolvida no mesmo campo onde o comunismo procura dominar". O general defendia que o os "democratas" deveriam agir "sovieticamente".[63]

A despeito da convicção de Octávio Mangabeira e do posicionamento público da UDN, os ataques dirigidos aos comunistas se intensificaram na segunda metade de 1946, com o fechamento da sede do PCB no Distrito Federal e a reintrodução da

---

61 Depois dos eventos no Largo da Carioca, o jornal *A Tarde*, reproduzindo comentários da imprensa do Distrito Federal, corroborou na formação deste juízo. Sobre as intenções do governo na proibição de comícios, e a efetiva proibição em alguns estados, ver as matérias: "Proibição de comícios doravante". *A Tarde*, Salvador, 25 maio 1946; "Comícios proibidos". *A Tarde*, Salvador, 28 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

62 "Importante reunião da bancada da UDN". *A Tarde*, Salvador, 28 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

63 "O ministro da Guerra acha vacilante o combate ao comunismo". *A Tarde*, Salvador, 29 maio 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

pauta sobre o cancelamento do registro do Partido de Prestes.[64] Sobre este assunto, o próprio Cavaleiro da Esperança havia afirmado, enquanto anunciava os preparativos para a realização da III Conferência Nacional do Partido, a ser realizada em julho: "Estes quatro meses de governo e de marcha para a democracia provaram suficientemente que não é fácil fechar o Partido Comunista".[65]

Em julho de 1946, exemplares do jornal comunista *Tribuna Popular*, do Distrito Federal, foram apreendidos em função do indeferimento de uma consulta feita pelo PCB à Justiça Eleitoral que respondia aos requerimentos de Himalaya Virgolino que representara contra o Partido.[66] Em agosto, dada a gravidade da situação, o governo do general Eurico Dutra se reuniu para avaliar a questão do comunismo.

Com as presenças do ministro Carlos Luz e do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Pereira Lira, os líderes Octávio Mangabeira (UDN), Nereu Ramos (PSD), Artur Bernardes (PRP) e Baeta Neves (PTB) foram chamados a tratar do tema junto ao chefe do Executivo, ocasião em que Pereira Lira "fez uma ampla exposição sobre a infiltração comunista no Brasil, exibindo farta documentação colhida nesse sentido". A intenção do governo era claramente a de formar uma coalizão anticomunista na Constituinte e evitar as dissensões referentes à questão, especialmente quanto às posições refratárias da bancada da UDN, que vinha sendo contra as investidas do governo contra o PCB, já que possuíam um alto teor repressivo. Após a reunião com o presidente Dutra e membros do seu governo, Octávio Mangabeira falou à imprensa:

> Fiquei muito bem impressionado com os esclarecimentos dados pelo chefe de polícia. O presidente Dutra nada nos pediu, mas sinto que todos os partidos têm a obrigação de apoiar o governo nesta emergência, pois são realmente graves os fatos apontados a respeito do Partido Comunista.[67]

---

64 "O fechamento de uma sede do P. Comunista" A Tarde, Salvador, 6 jun. 1946; "O pedido de cancelamento do registro do PC". *A Tarde*, Salvador, 14 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

65 "Fala o sr. Carlos Prestes sobre o fechamento do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 26 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

66 "As diligências da Justiça Eleitoral sobre o Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 12 jul. 1946; "Protestaram contra a apreensão". *A Tarde*, Salvador, 27 jul. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

67 "A Exposição sobre as atividades do comunismo". *A Tarde*, Salvador, 10 ago. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Era o primeiro grande passo para a formação de uma "união sagrada contra o comunismo" conforme advertência de Prestes.[68]

Em marcha para um grande partido

O PCB seguia o seu curso e, em julho, realizou sua III Conferência Nacional, a primeira do período legal. Era o momento de os pecebistas fazerem um novo balanço de suas atividades, já que o PCB havia crescido muito em 1946, mas era também necessário prepará-lo para conter a ofensiva anticomunista que ameaçava a legalidade da legenda, o que se enquadrava nos marcos da conjuntura mundial. Sobre o crescimento do Partido, Prestes chamou atenção para o fato de ser "notável", haja vista que seus efetivos haviam aumentado bastante, o que tornava o PCB muitas vezes superior àquele "pequeno Partido da ilegalidade", situação em que não havia dúvidas de "que marchamos sem retrocessos no caminho do grande Partido de massas reclamado pelo CN desde sua reunião plenária de Agosto de 1945".[69]

Prosseguindo, Prestes enfatizava o caráter da Segunda Guerra Mundial, que era chamada "guerra de libertação", muito embora não tenha conseguido erradicar os "focos de fascismo no mundo", que agora voltavam à carga fortalecidos pela "agressividade do imperialismo ianque". Na opinião do secretário-geral, o fascismo tinha sobrevivido "à derrota dos exércitos de Hitler junto a todos os governos reacionários das colônias e semicolônias, como acontece aqui conosco e em quase todos os países latino-americanos".[70]

Tanto no informe de Prestes quanto nas suas resoluções, a III Conferência Nacional do PCB trouxe poucas modificações quanto à linha geral que o Partido vinha adotando desde janeiro de 1946. Reafirmou, portanto, a convicção de que, com o fim da guerra, "a democracia mundial e as forças do progresso social" haviam sido reforçadas, o que significava que a correlação de forças no plano internacional permanecia sendo "favorável à democracia", a despeito de "todas as provocações

---

68 A "união sagrada" contra o Partido Comunista tinha sido a expressão utilizada por Prestes para designar a coalizão de forças reacionárias que atuavam na Constituinte. PRESTES, 1947, p. 440

69 Ibid., p. 449-450. Na altura da sua III Conferência, o PCB teria algo em torno de 150 mil membros. FALCÃO, 2000, p. 281

70 Ibid., p. 421-423. Segundo Prestes, "[o] fascismo ainda sobrevive no mundo porque é poupado, ajudado e estimulado pelos elementos mais reacionários do capital financeiro, especialmente inglês e americano". Ibid., p. 423

guerreiras e dos esforços desesperados dos imperialistas e dos restos do fascismo para fazer voltar atrás a marcha dos povos no sentido do progresso".[71]

A atualidade do Programa Mínimo de União Nacional foi reforçada, sendo que a "luta em defesa da democracia" deveria estar ligada à luta por uma "Constituição realmente democrática e progressista".[72] Contudo, fazia-se necessário a defesa das conquistas surgidas com a democratização, já que os restos do fascismo se aproveitavam do "baixo nível político e de organização das massas", o que explicava os reveses sofridos pela *democracia* ao longo de 1946.

Para defender tais conquistas, os comunistas exortavam a utilização de "todos os recursos legais", já que a situação indicava "o maior cuidado contra as provocações".[73] A despeito disso, acatar as decisões do governo não significava "submissão passiva às ordens arbitrárias da polícia", contra as quais se deveria protestar pelos "meios legais de forma a esgotar todos os recursos antes de aceitá-las".

O essencial, diziam os pecebistas, era a "verdadeira mobilização de massas contra as arbitrariedades policiais e na nítida compreensão", extensiva a todo o Partido, de que "acatar as decisões das autoridades e lutar pela solução pacifica dos problemas nacionais, não significa ficar de braços cruzados nem conformar-se oportunisticamente, sem protesto, contra as arbitrariedades e violências policiais".[74] Neste sentido, lutar pela solução imediata dos problemas que afligiam o país era lutar pela União Nacional:

> A política de União Nacional defendida pelo nosso Partido visa conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista, que sentem a pressão do imperialismo e desejam o desenvolvimento do país. O processo de União Nacional pode e precisa ser impulsionado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia. *Nessa união estamos dispostos a marchar com todos os homens, forças e partidos políticos que queiram conosco defender a democracia*, solucionar os problemas mais sentidos do povo, enfrentar os problemas da inflação e da carestia de vida e assegurar uma Constituição democrática, criando assim condições para chegarmos ao governo de confiança nacional que almejamos.[75]

---

71 III CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCB, 15 jul. 1946 apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 65-66.

72 PRESTES, 1947, p. 442-444.

73 III CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCB, 15 jul. 1946 apud CARONE, op. cit., p. 66.

74 Ibid., p. 66-67.

75 Ibid., p. 67-68, grifo nosso. Nas resoluções da III Conferência também se afirmam a importância do trabalho sindical e da luta pela criação da Confederação Geral dos Trabalhadores

Em que pese o fato de que o PCB assegurasse que continuava a defender a *democracia* e conclamasse todos os "homens, forças e partidos políticos" a marcharem juntos por este objetivo, na realidade, parecia ser cada vez mais difícil se construir qualquer tipo de unidade entre liberais e comunistas, ainda que estes últimos reafirmassem o "apoio franco e decidido" ao governo nos "seus atos democráticos".[76] Isto porque as fraturas abertas desde 1945, entre o ascenso das greves e o Golpe de 29 de Outubro, algo que depois foi reforçado pela Guerra Fria, tinham dificultado, sobremaneira, a engenharia política do PCB, que insistia na União Nacional. Com efeito, os comunistas passaram a enfatizar a necessidade de construir a união "por baixo", de maneira a facilitar a "obra política de aproximação dos partidos, a 'união por cima' de seus dirigentes, não para cambalachos ou acordos reacionários, mas realmente para a luta em defesa da democracia e do progresso".[77]

A política de unidade dos comunistas parecia cada vez mais enfraquecida, já que a ofensiva da reação era pesada. Em meados de agosto, circularam boatos de que "estaria iminente um movimento subversivo de caráter comunista", o que teria colocado os militares brasileiros de prontidão nos quartéis.[78] Indagado sobre a prontidão dos militares contra a ameaça comunista, o general Hall, comandante da 8ª Região Militar, respondeu que o comunismo seria "uma doutrina estrangeira, uma sucursal da Rússia no Brasil".

O general disse ainda que o PCB tinha o rótulo de "partido político do Brasil", mas, na verdade, era "da Rússia", da mesma forma como havia, também, "o Partido Comunista do Uruguai, do México etc.". De acordo com o comandante Hall, a documentação em posse de Pereira Lira era "farta de provas contra o PCB". Para ele, os comunistas se utilizavam da tática do "engodo", o que significava que suas fileiras comportavam uma maioria de "analfabetos dirigidos por estrangeiros indesejáveis

---

Brasileiros, a necessidade da reforma agrária, entre outros aspectos que já vinham sendo discutidos pelo Partido desde o Pleno Ampliado de janeiro de 1945.

76 III CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCB, 15 jul. 1946 apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 68. De acordo com Francisco Weffort, "Partido da ordem, porém combatido pelo governo, a posição do PC na Constituinte era realmente das mais penosas". WEFFORT, 1973, p. 96, nota 33

77 PRESTES, 1947, p. 448. Para Prestes: "É nesse processo de união que se desmascaram os reacionários, os anticomunistas de profissão que, em nome da defesa da democracia, aconselham ao povo a capitulação, a submissão, o ficar de braços cruzados, passivos e conformados, diante das arbitrariedades policiais e dos arreganhos fascistas". Ibid., p. 448.

78 "Boatos alarmistas". *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

e que se deixam iludir pela exploração de alguns maus brasileiros".[79] Em vista das declarações do general, comandante da 8ª Região, e dos boatos que circulavam, o governo decidiu pela suspensão do jornal *Tribuna Popular* por 15 dias.[80]

A tensão se agravava e, àquela altura, com jornais suspensos, sedes vigiadas e/ou ocupadas e camaradas presos, enquanto o chefe de polícia do Rio de Janeiro declarava à imprensa que o PCB oferecia "cursos de preparação para a guerra civil" e afirmava serem as greves "provocadas por agitadores" que recebiam "ordens de Moscou", Prestes procurou Octávio Mangabeira (UDN) e Sílvio Campos (PSD), líderes dos dois principais partidos do Congresso Nacional, este último substituto de Nereu Ramos na liderança pessedista, para "oferecer o apoio da bancada comunista ao Governo, no restabelecimento da ordem".[81] O resultado foi que, no dia seguinte, várias células do PCB, inclusive a do Rio de Janeiro, foram desocupadas pelos policiais da Ordem Política e Social, ao mesmo tempo em que cerca de 200 comunistas, que estavam presos por "medida preventiva", foram soltos.[82]

Entre agosto e novembro de 1946, o PCB viveu sob um breve período de trégua da campanha de combate ao comunismo desenvolvida pelo governo federal, de maneira que foram poucas as notícias veiculadas na "imprensa sadia" de desabono ao PCB. Nestas circunstâncias, o Partido de Prestes pôde se organizar para disputar o pleito de janeiro de 1947, apresentando candidatos aos legislativos estaduais e estabelecendo acordos com políticos tradicionais, como Adhemar de Barros, em São Paulo, e Octávio Mangabeira, na Bahia, tentativa de fazer sobreviver seu registro legal durante o governo Dutra.[83]

A tática eleitoral dos comunistas, apenas tangencialmente referida no informe de Prestes e nas resoluções da III Conferência Nacional do Partido, foi defendida pelo dirigente no seu informe político dado ao Pleno do Comitê Nacional do PCB,

---

79 "A Prontidão das forças militares". *A Tarde*, Salvador, 21 ago. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

80 "Suspenso por 15 dias o jornal *Tribuna Popular*". *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

81 "Impressionantes declarações do Chefe de Polícia do Rio sobre as atividades comunistas no país" *A Tarde*, Salvador, 14 ago. 1946; "Os comunistas estão com o governo". *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

82 "Desocupada a sede do P. Comunista"; "Comunistas foram soltos". *A Tarde*, 2 set. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

83 Sobre o apoio dos comunistas a Adhemar de Barros, do PSP, Ronald Chilcote considera tratar-se de um "exemplo de oportunismo do PCB", já que o político do PSP havia ganhado a disputa para o governo de São Paulo, "graças ao apoio dos comunistas e à votação da classe operária". CHILCOTE, 1982, p. 100, nota 23

em 6 de dezembro de 1946. Nele, pode-se perceber como os comunistas depositaram expectativas em uma grande vitória eleitoral que pudesse reverter o quadro adverso vivenciado no fim do primeiro ano do governo do general Dutra, permitindo-lhes uma ligação mais efetiva com as massas:

> As próximas eleições estaduais constituirão por isso um teste definitivo para todos os organismos de nosso Partido, dirão de sua atividade e muito especialmente de sua capacidade de se ligarem às massas, do grau portanto de sua justa compreensão da linha política do Partido, dirão se os comunistas já conseguiram, enfim, romper com o sectarismo para se tornarem os verdadeiros dirigentes da massa que reclamam os interesses do Partido e da luta que dirige pela União Nacional, pela ampliação e consolidação da democracia em nossa terra. [84]

Chama a atenção que os comunistas permaneciam apostando que, mesmo no plano eleitoral, a União Nacional era o meio necessário para selar os compromissos com os setores ditos progressistas da burguesia brasileira:

> É certo que a nossa tática eleitoral está implícita na linha política que praticamos, de União Nacional em defesa da democracia e da Constituição. *Fazemos a política de mão estendida e estamos prontos a marchar juntos com todos – homens e correntes políticas – que lutem efetivamente contra o fascismo,* e isto se define e positiva, nos dias de hoje, pela posição firme assumida em defesa da Constituição, do cumprimento dos seus preceitos fundamentais, contra qualquer ato ou gesto inconstitucional.[85]

Como se vê, a tática eleitoral dos comunistas reafirmava a "política de mão estendida" para todos os antifascistas do país, o que significava a tentativa de edificar a União Nacional por cima de todas as divergências, contudo, Prestes não se limitou a tecer considerações abstratas. Tendo em vista que os comunistas consideravam que um dos principais aspectos de desrespeito à Constituição se referia à luta pela cassação do registro do PCB, devia ficar claro que qualquer acordo com correntes políticas ou personalidades precisava incorporar o compromisso do candidato apoiado de defender a legenda que permanecia ameaçada: "Essa definição se completa ainda pela posição tomada diante do anticomunismo sistemático,

84 PRESTES, 1947, p. 447.

85 Ibid., p. 509, grifo nosso.

pela firmeza em defesa da democracia, da liberdade de pensamento e do respeito à vida e à atividade do Partido Comunista".[86]

Não obstante a breve trégua, tacitamente estabelecida entre comunistas e anticomunistas, em setembro, durante a realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com o abandono do evento da parte de petebistas e ministerialistas, caíram por terra as esperanças pecebistas de fazer vingar a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). Esta situação terminou por isolar o PCB no interior do movimento sindical. Ainda assim, comunistas e alguns outros setores ligados à esquerda operária bastante minoritários fundaram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), sem a presença dos seus antigos aliados do movimento "queremista".[87]

Em novembro, enquanto discutiam os nomes que comporiam a "chapa popular" para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e entabulavam reuniões para definição do candidato que apoiariam para o governo, os comunistas baianos apresentaram um Programa Mínimo para as eleições de 19 de janeiro de 1947.

Constando de variados pontos, que incorporavam a defesa do aumento de salários para o funcionalismo público, a assistência à família e a democratização do acesso à escola, o programa do PCB tocava, também, em temas bastante específicos, como a proposição de um mandato de dois anos para deputado e de quatro para governador.

Nas questões mais gerais, os comunistas baianos não deixavam de se alinhar com o programa nacional do Partido, que tinha por finalidade a consolidação da *democracia*, sendo este o passo decisivo para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa no Brasil. Desta forma, além de lutarem pela "extinção das relações feudais no campo", os comunistas propunham, entre outras coisas: reforma agrária; fomento à indústria, com a "concessão de credito e outras facilidades para o seu desenvolvimento, e liberdade para as trocas internas"; "estimulo e amparo especial aos capitalistas nacionais que queiram explorar as jazidas petrolíferas do Estado"; e "revisão dos contratos com empresas nacionais e estrangeiras lesivos aos interesses do povo e à economia nacional, e encampação das empresas de serviço público".[88]

---

86 PRESTES, 1947, p. 509.

87 SANTANA, 2001, p. 65; SPINDEL, 1980, p. 85.

88 "Programa mínimo para o estado da Bahia". *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

O PCB, que optara por não apresentar nenhum nome ao Executivo em diversos estados brasileiros em nome da política de União Nacional, apresentaria 37 candidatos para Assembleia Legislativa Estadual baiana, que assumiria com poderes constituintes em 1947.[89]

Nominados nas páginas do jornal *A Tarde*, entre comunistas e não comunistas, os candidatos do Partido de Prestes dão a medida exata da importância e penetração que o Partido tinha, neste estado, no ano de 1946: Giocondo Dias, comerciário, ex-cabo do Exército, secretário-político do Comitê Estadual e membro efetivo do Comitê Nacional do PCB; Cosme Ferreira, operário da Docas e secretário da agremiação do CE do PCB; Eusínio Lavigne, cacauicultor e ex-prefeito de Ilhéus; Mário Alves, jornalista, antigo líder universitário e secretário de educação e propaganda do CE do PCB; Jaime Maciel, estivador, representante da CTB na Bahia e secretário sindical do CE do PCB; J. C. Ferreira Gomes, professor catedrático da Escola de Farmácia da Bahia; João Cardoso de Sousa, operário marítimo e secretário do Comitê Municipal do Salvador do PCB; Egberto Leite, advogado e secretário de massas e eleitoral do CE do PCB; Juvêncio Guedes, dentista em Santo Amaro, empregado da Usina São Carlos e secretário-político do CM de Santo Amaro; Nelson Schaun, professor secundário, secretário-político do CM de Ilhéus, suplente do CE do PCB e antigo militante comunista do sul do Estado; João dos Passos, operário da Cia. Linha Circular, membro da diretoria da União Sindical e dirigente municipal do PCB; Vitorio Pita, ferroviário das oficinas de Alagoinhas da Leste Brasileiro; Maria Lopes de Melo, professora primária no interior do estado; Demerval Araújo, operário tecelão da Fábrica da Boa Viagem; Joaquim Seixas do Vale Cabral, agrônomo e funcionário público estadual, suplente do CE do PCB; Estevam Macedo, aeroviário e membro efetivo do CE do PCB; Jacinta Passos Amado, escritora e militante comunista; Saul Rosa, líder sindical em Juazeiro e na zona do São Francisco; João Falcão, diretor de *O Momento* e membro efetivo do CE do PCB; Dagmar Guedes, médica em Maragogipe e secretária-política do CM do PCB daquela cidade; Francisco Sampaio Neto, fazendeiro e criador em Rui Barbosa, militante do PCB; Antonio Rosa, padeiro e líder sindical; Aristeu Nogueira, membro efetivo do CE do PCB; Aurélio Rocha, médico e ex-prefeito de Paramirim; Benedito Manoel do

89 A decisão de não indicar nomes para os cargos executivos estaduais havia sido tomada no Pleno do CN do PCB a partir da proposição do CE, apresentada por Prestes: "Por tudo isso, concorreremos com listas próprias às eleições para as Assembleias estaduais e de vereadores do Distrito Federal. Na eleição para governador de Estado e para as vagas na representação federal nossa posição deve ser antes de tudo unitária e visar levar a tais posições os homens que nos derem as maiores garantias democráticas e os representantes de correntes ou partidos políticos que melhor se definam em defesa da Constituição". PRESTES, 1947, p. 510

Nascimento, operário da construção civil, membro da diretoria da União Sindical; Jaime Moura, advogado em Prado e secretário-político da CM do PCB naquela cidade; Albertino Barreto, trabalhador do Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Urandi; João Martins Luz, advogado e consultor jurídico da União Sindical dos Trabalhadores da Bahia; Oscar Pereira Sobrinho, pequeno comerciante e industrial em Catu, dirigente municipal do PCB; Walter da Silveira, advogado e escritor; Lourival Nascimento, operário da Cia. Energia Elétrica; Carmosina Nogueira, enfermeira do Pronto Socorro; Valdir Oliveira, médico; Sebastião Nunes de Oliveira, pequeno industrial em Santo Antônio de Jesus, dirigente municipal do PCB; Antônio Marques, carregador de trapiches; Edilberto Amaral, agrônomo em Jaguaquara e dirigente municipal do PCB; Delorme Martins, médico e dirigente municipal do PCB em Ipirá.[90]

Em janeiro de 1947, o PCB tornou pública a sua posição de apoio à candidatura de Octávio Mangabeira na Bahia, em conformidade com a linha geral do Partido e com a tática eleitoral definida em dezembro do ano anterior. Apesar do acordo firmado, os comunistas esperavam colher benefícios em virtude do prestígio que o ex-líder autonomista tinha perante os setores liberais no Brasil. Desse modo, buscaram publicizar os termos do compromisso que haviam firmado e que foram expressos por Giocondo Dias, secretário-político estadual, pouco antes do pleito marcado para o dia 19.

Finalmente, considerando que a candidatura de V.S. é apoiada por forças declaradamente democráticas, considerando também que o PCB constitui, nesta unidade da Federação, uma força eleitoral ponderável senão decisiva no computo final, propomos a V.S. o nosso apoio, desde que V.S. concorde em declarar que orientará a política do seu governo em função das considerações que desenvolvemos acima e que resumiremos nos três itens abaixo:

> I – Defesa da Constituição e da legalidade de todos os partidos políticos, inclusive o PCB.
>
> II – Luta pela solidariedade e união de todas as forças políticas e nacionais em defesa da democracia e contra quaisquer tentativas de golpes armados.

90 "Chapa popular à Assembleia Legislativa Estadual". *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> III – Luta persistente, efetiva, prática, contra a carestia e a miséria e pela solução das necessidades mais prementes do povo e dos trabalhadores.[91]

Sobre as conversas com Mangabeira, o próprio Giocondo Dias, além de João Falcão, após o aceno positivo de Prestes, havia sido responsabilizado pelas negociações. Na ocasião, os dois dirigentes estaduais do PCB chegaram a visitar o líder udenista em sua residência, quando terminaram firmando o acordo que levou os comunistas a apoiarem o candidato da coligação que reunia a UDN e o PSD, os dois maiores partidos do país e principais protagonistas dos episódios daqueles incertos anos do pós-guerra.

De acordo com Falcão, o compromisso de Mangabeira de defender publicamente o registro do PCB teria influído decisivamente na decisão de apoiar o ex-dirigente autonomista. Também o fato de o candidato da UDN "ser mais prestigiado no cenário nacional do que o candidato que lhe fazia oposição [Medeiros Neto]" teria influenciado no apoio ao líder udenista.[92] Ainda segundo Falcão, a aliança entre comunistas e trabalhistas "poderia atrair muitos mais votos para a legenda do PCB", mas a decisão de apoiar Octávio Mangabeira teria cabido ao Comitê Central.[93]

Antes mesmo que os pecebistas anunciassem seu apoio a políticos de vários partidos em nome da União Nacional, ainda em novembro, por ocasião da passagem do décimo primeiro aniversário do levante aliancista de 1935, as provocações anticomunistas recomeçaram. No dia 22, Amaral Peixoto, secretário do PSD, declarou à imprensa que estava autorizado a articular uma "frente única democrática" para "combater os partidos extremistas".[94] No dia seguinte, o general Góes Monteiro, ministro da Guerra, determinou que fossem realizadas conferências nos quartéis, "em memória das vítimas do comunismo no Brasil".[95]

No dia 23 de novembro, os deputados comunistas Maurício Grabois e Batista Neto, secundados por Pedro Carvalho Braga, Agildo Barata, Antonio Rolemberg, entre outros, foram acusados de serem os responsáveis pelo conflito no Largo da

---

91 "O pedido dos comunistas e a resposta do grande líder". *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

92 FALCÃO, 2000, p. 286-287. Sobre o assunto, vejam-se também: João Falcão, Salvador, 17 de julho de 2002 e Luís Henrique Dias Tavares, Salvador, 27 de julho de 2005, entrevistas inéditas concedida ao autor.

93 FALCÃO, 1993, p. 143.

94 "Frente única contra os extremismos". *A Tarde*, Salvador, 23 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

95 "A revolta comunista de 1935". *A Tarde*, Salvador, 23 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

Carioca. No dia 27, data comemorativa do levante de 1935 no Rio de Janeiro, muito em função do clima de guerra que tinha sido armado contra os possíveis atos do PCB, os pecebistas evitaram realizar qualquer solenidade relacionada com a data com o intuito "de evitar pretextos para desordem".[96] Em dezembro, contudo, os jornais noticiavam a marcação do julgamento do processo de cassação do PCB, numa demonstração cabal de que nem a melhor das intenções era capaz de acalmar os ímpetos dos anticomunistas.[97]

Entrementes, como foi dito, os comunistas realizaram, em dezembro, o Pleno do seu Comitê Nacional em meio aos ataques que os inimigos da "reação" lhes dirigiam cotidianamente. Era o momento de definirem a tática eleitoral e realizarem um balanço dos meses decorridos desde a III Conferência Nacional, ocorrida em julho. Deram, também, os primeiros passos para a convocação do IV Congresso, ainda sem prazo definido. Os comunistas pretendiam que o Pleno do CN preparasse as bases para a conversão do PCB num grande partido de massas, ou "Partido de novo tipo", como diziam, parafraseando Lenin. Neste sentido, o informe da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do PCB, elaborado por Prestes, foi intitulado "em marcha para um grande Partido".[98]

No geral, contudo, poucas alterações foram realizadas na análise que os comunistas haviam feito em julho. Quanto a isso, afirmavam a vitória das tarefas apontadas pela III Conferência Nacional do Partido e acrescentavam que a nova reunião ocorria sob a proteção da Carta Constitucional, promulgada em setembro de 1946, o que significava que o inimigo ainda não tinha sido capaz de vencer e de "barrar o processo democrático em nossa Pátria". Ainda assim, os pecebistas consideravam que não haviam alcançado a "Constituição democrática e progressista que reclamam os superiores interesses do nosso povo", mas que tinham dado "um grande passo para a frente, no caminho da democracia", fazendo o fascismo recuar.[99]

Se a promulgação da Constituição tinha sido a "primeira grande vitória" do PCB, os pecebistas destacavam a realização do Congresso Sindical como sendo a

96 "O conflito no Largo da Carioca – os comunistas apontados como responsáveis" *A Tarde*, Salvador, 23 nov. 1946; "Provocações comunistas às classes armadas" *A Tarde*, Salvador, 26 nov. 1946; "Os comunistas recuam". *A Tarde*, Salvador, 27 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

97 "Só em janeiro o procurador dará parecer sobre o PC". *A Tarde*, Salvador, 20 dez. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

98 PRESTES, 1947, p. 475-515.

99 Ibid., p. 475-476.

"segunda grande vitória" do Partido de Prestes, já que a realização do evento havia sido um "êxito na luta ingente pela unidade da classe operária em nossa terra".

Embora não se abordasse os termos em que havia se dado a retirada de petebistas e ministerialistas do Congresso Sindical, Prestes considerava, em seu informe, que o sucesso do PCB devia-se à "flexibilidade tática" e à "habilidade" com que os comunistas tinham sabido "desmascarar as manobras divisionistas dos inimigos do proletariado", orientando os trabalhadores "no caminho da unidade".

O Cavaleiro da Esperança dava como finda, e devidamente cumprida, a "gloriosa" missão histórica do MUT, que era a de fundar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, CTB, "que há de ser o esteio máximo da democracia em nossa terra".[100] Em que pese o sucesso da campanha em prol da "imprensa popular" anotada no informe de Prestes, campanha esta que fora lançada na III Conferência e que tinha levado o PCB a juntar 10 milhões de cruzeiros com a finalidade de comprar maquinário e papel para os jornais do Partido, o líder pecebista considerava que haveria, ainda, uma tendência de "sectarização" e "desvio de esquerda" nas fileiras da organização.[101]

De qualquer forma, ainda segundo Prestes, a melhor compreensão da linha política de União Nacional praticada pelos comunistas tinha permitido a superação de tal desvio, restando, entretanto, o desvio de direita, que gerava "passividade" e "pouco vigor no protesto contra as arbitrariedades da reação e dos restos do fascismo".[102]

100 PRESTES, 1947, p. 476-477.

101 Referências ao "sectarismo" e ao "desvio de esquerda" haviam aparecido no informe de Prestes dado à III Conferências Nacional do Partido: "São grandes os males causados ao Partido pelo sectarismo, pela auto-suficiência daqueles que se supõem senhores de toda a verdade e negam-se por isso a aprender na grande escola das massas. Sectários são os enfatuados, aqueles que vivem a bater no peito seu 'glorioso' passado revolucionário, seus anos de prisão e os sofrimentos que não conhecem os novos, o homem comum e pacato, que só agora, como dizem eles, têm coragem de se aproximar do Partido". Prestes também cita, como "sectarismo" e desvio de esquerda, a acusação de que o Partido havia "abandonado a linha revolucionária", porque "confundem 'linha revolucionária' com 'gesticulação' sem maior conteúdo, substituem a ação pela frase vazia". Ibid., p. 450

102 Sobre a compreensão e a aplicação da linha de União Nacional pelos pecebistas, Prestes considerava que a linha unitária começava a ser realizada, não só através do esforço da base, mas também por parte dos organismos dirigentes. Por outro lado, o dirigente comunista considerava que as "tentativas desesperadas da reação" haviam ajudado "a popularizar o verdadeiro sentido de nossa luta por ordem e tranquilidade", tendo em vista que era o povo, e não os comunistas somente, que havia aprendido a "defender-se das provocações policiais e fascistas". Ibid., p. 477

O resultado da persistência do "desvio de direita" era a "falta de melhor ligação com as massas", o que significava que, "sem conseguir mobilizar grandes massas", seria impossível "dentro da ordem e da lei, qualquer protesto formal e vigoroso capaz de barrar a reação e de fazer bater em retirada os restos ainda atrevidos e audaciosos do fascismo".[103] Era preciso, portanto, que o partido superasse os erros organizativos que se tinham evidenciado com a campanha "pró-imprensa popular". Era necessário passar do "Partido amorfo", para um "Partido realmente estruturado em que todos sejam ativistas [...], porque só assim, à palavra de ordem da direção, poderá corresponder com rapidez necessária a ação eficiente de todo o organismo".[104]

Ainda segundo o informe de Prestes, os comunistas ainda estariam diante dos "problemas mais elementares da revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista", que implicava a necessidade de "liquidação das formas semifeudais de propriedade e de exploração do campo" como condição "indispensável" para assegurar a "consolidação da democracia". Neste sentido, os pecebistas deveriam lutar pelo estabelecimento da reforma agrária e por uma "mais justa distribuição da renda nacional" para que se pudesse alcançar tais objetivos.[105]

Apesar disso, o Cavaleiro da Esperança assegurava, o PCB pretendia ser "construtivo", e não "somente crítico", sendo a posição propositiva a consequência da orientação política dos comunistas, que continuava sendo a de União Nacional, ou seja, "de colaboração democrática com todos os que queiram o progresso do Brasil, em defesa da paz, da ordem e da tranquilidade", já que havia a convicção de que "somente à reação e ao fascismo" que poderiam "interessar a desordem, o caos e a guerra civil".[106]

Em vista disso, Prestes arguia, no "fundo de todas as contradições que hoje dividem os partidos da classe dominante de nossa terra", o principal conflito se daria entre os interesses do imperialismo ianque e os do imperialismo inglês que lutavam pela hegemonia no continente. Dessa maneira, seria isto que explicaria "porque a qualquer coalizão no governo há de sempre corresponder outra coalizão dos que querem uma política oposta a serviço de outro imperialismo".

O resultado era que a classe dominante no Brasil estaria dividida em "dois bandos principais, quaisquer que sejam os partidos a que pertençam". Ainda assim, o agravamento da crise que aumentaria os conflitos no interior da classe dominante

103 PRESTES, 1947, p. 477-478.

104 Ibid., p. 480.

105 Ibid., p. 485-489.

106 Ibid., p. 487.

possibilitava o acirramento da oposição "entre os elementos progressistas da burguesia nacional e aqueles mais reacionários das classes dominantes", cabendo ao proletariado "apoiar o lado progressista da burguesia nacional e com ela marchar na luta comum contra o grande senhor latifundiário e seus aliados diretos da finança nacional e estrangeira".[107]

Para o secretário-geral do PCB, a correlação de forças continuava "favorável à democracia" no mundo inteiro: "A democracia avança como avalanche e não poderá ser assim tão facilmente vencida com chantagem guerreira da imprensa reacionária ou da diplomacia do dólar ou da bomba atômica".[108]

Ao que parece, o excesso de otimismo dos comunistas brasileiros não foi corroborado pela realidade dos fatos, que indicava o "pessimismo da inteligência", como propunha Gramsci, já que em boa parte do mundo dito capitalista os PC vinham sofrendo frequentes ataques das forças reacionárias que buscavam reconquistar seus espaços perdidos nos anos da luta antifascista.[109] Com efeito, o Pleno do Comitê Nacional, realizado em dezembro de 1946, foi o último momento em que o PCB se reuniu nas franjas da legalidade burguesa.

O pedaço da Rússia na Bahia

Entre os dias 22 e 24 de junho de 1946, o Comitê Estadual da Bahia (CE-BA) realizou um Pleno Ampliado como atividade preparativa para a III Conferência Nacional do PCB. Na ocasião, reuniram-se delegações de 12 municípios baianos, além de delegados daquela capital. Prestes foi aclamado "General do Povo", sendo dito como a "viga mestra da Democracia em nossa terra" e aquele em que se depositava "a esperança de melhores dias de todos os nossos operários e do povo". Além disso, Giocondo Dias apresentou o informe político, Jaime Maciel o informe sobre o trabalho sindical, Nelson Schaun falou sobre o campo, Juvenal Souto Júnior abordou o trabalho de massas e eleitoral, Aristeu Nogueira (auxiliado por Mário Alves) tratou da divulgação do Partido e Estevam de Castro Macedo falou sobre a

107 PRESTES, 1947, p. 493-495.

108 Ibid., p. 514.

109 A fórmula gramsciana "pessimismo da inteligência, otimismo da vontade" atribuída a Romain Rolland pelo comunista sardo, permanece como uma importante contribuição de Gramsci ao pensamento marxista. GRAMSCI, 2000a, p. 267, nota 18, p. 321. Sobre os ataques que os comunistas da Europa vinham sofrendo ante as forças da reação, veja-se: ELEY, 2005, p. 351

juventude e o trabalho entre as mulheres.[110] Era hora de fazer o balanço da atividade do Partido na Bahia, que contava, desde março, com um jornal diário, já que *O Momento*, havia se transformado em *O Momento – Diário do Povo*, a partir de sua edição do dia 31 de março de 1946.[111]

Mas o Pleno Ampliado do CE-BA tinha, pelo menos, dois objetivos principais: o primeiro deles era o de preparar o Partido no estado para a Conferência Nacional marcada para julho, e o segundo, o de recompor o Comitê Estadual. Desta maneira, foi dito que, da III Conferência Nacional do PCB, o Partido de Prestes sairia mais forte do que nunca "para continuar a sua luta patriótica em prol da União Nacional e de desmascaramento dos fascistas que tentam impedir a marcha de nosso país para a democracia".

Quanto à recomposição da direção estadual do PCB, o CE passava a contar agora com Giocondo Dias, Mário Alves, Jaime Maciel, Juvenal Souto Junior, Aristeu Nogueira, Cosme Ferreira, João da Costa Falcão, Estevam Macedo, Egberto Leite, Narciso Bispo de Araújo, Florêncio Moreira (efetivos). Como suplentes, Nelson Schaun, José Maria Rodrigues, Vale Cabral, Antonio Pascasio Bittencourt, Eliezer Sales e Jacob Gorender. Já o novo secretariado do Comitê Estadual contaria, doravante, com Giocondo Dias, secretário político; Cosme Ferreira, secretário de organização; Jaime Maciel, secretário sindical; Egberto Leite, secretário eleitoral e de massas e Mário Alves, secretário de divulgação.[112] Caberia à nova direção do Partido defender o PCB dos ataques dos anticomunistas e também lutar pela democracia e pela União Nacional nas circunstâncias em que o PCB se preparava para enfrentar um novo processo eleitoral, marcado para janeiro de 1947.

O PCB baiano foi parte ativa de uma das principais experiências do movimento popular que, em Salvador, desencadeou a ocupação de terras urbanas para o estabelecimento de moradias em meados de 1946. Em agosto, pressionados pelas péssimas condições de vida e pela falta de habitações na cidade, militantes

---

110 "O pleno Ampliado do Comitê Estadual do PCB foi uma grande vitória Democrática". *O Momento*, Salvador, 26 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Foram as seguintes as delegações que enviaram representantes ao Pleno Ampliado do CE-BA: Santo Amaro; Juvêncio Guedes e Eliezer de Sales; Feira de Santana: Florêncio Moreira; Egberto Leite; Constantino Melo; Nazaré: Justino Bispo dos Santos; Cachoeira: José Maria Rodrigues e Clovis Maciel; São Felix: Waldemar Cerqueira; Senhor do Bonfim: Narciso Araújo; Ilhéus: Raul de Freitas Paranhos; Itabuna: José Rodrigues; Catu: Oscar Pereira Sobrinho; Prado: Dr. Jaime Moura; Juazeiro: João Costa e Alagoinhas: Vitório Pita e Alcides. Ibid.

111 FALCÃO, 2000, p. 276.

112 "O pleno Ampliado do Comitê Estadual do PCB foi uma grande vitória Democrática". *O Momento*, Salvador, 26 jun. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

comunistas e populares organizaram uma "invasão" de terras no bairro da Liberdade, numa localidade conhecida como Corta-Braço, posteriormente chamada de Nova Pero Vaz. Na região, que pertencia a um proprietário de nacionalidade italiana, chamado Francisco Pelozzi, em poucos dias foram erguidas centenas de casas de adobe, dando início a uma das maiores e mais bem-sucedidas intervenções dos pecebistas no movimento popular urbano do período.

De acordo com Erivaldo Fagundes Neves, os comunistas baianos estiveram na origem da "invasão" do Corta-Braço, já que alguns dos seus militantes construíram casas na localidade e, em contrapartida, "os construtores do novo bairro passaram a militar no PCB".[113] De qualquer forma, o Partido Comunista designou os advogados Almir Matos, João Martins Luz, Walter da Silveira e João da Costa Falcão para representarem os posseiros do Corta-Braço, tão logo a questão ganhou foros de querela judicial em fins de 1946.[114]

O caso da ocupação das terras do Corta-Braço mobilizou paixões e opiniões durante todo o ano de 1946-1947, com importantes repercussões nos acordos políticos e nos embates parlamentares que se produziram no biênio 1946-1948. Especialmente em função do acirramento das contradições entre a antiga oposição *demoliberal*, que tinha na Bahia um dos mais importantes locais de atuação, e os pecebistas, que se defendiam da investida anticomunista como podiam, o episódio do Corta-Braço é revelador dos estertores de um conflito que terminou levando à cassação do registro do PCB no plano nacional.

O conflito em questão desvelava os interesses que vinham sendo conciliados ao longo de alguns anos, por cima das divergências que, por fim, emergiram com a Guerra Fria e com a entrada em cena dos trabalhadores de suas reivindicações e greves. Com efeito, o acompanhamento do entrevero entre a imprensa comunista

---

113 NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador*: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950). 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. p. 39. Para este autor: "Quanto se iniciaram as *invasões*, em meados da década de quarenta, Salvador, como todo o Brasil, vivia um momento de mobilização popular e de significativas transformações políticas. O Partido Comunista na legalidade tinha alguma penetração na periferia de Salvador, no meio operário e principalmente entre os portuários. [...] Estava, pois, aparelhado para interferir nos movimentos sociais, em particular nos sindicatos, que experimentavam um período de relativa liberdade de atuação, e nas associações de moradores, que dispunham de um amplo leque de alternativas de reivindicações em decorrência da crise urbana que se manifestava através da deficiência dos serviços públicos (transportes, iluminação, água, saneamento, saúde, educação) e a carência de moradias". NEVES, 1985, p. 38-39

114 "Unidos e dentro da ordem, os novos moradores do Corta-Braço sairão vitoriosos". *O Momento*, Salvador, 22 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

e liberal-burguesa baianas é bastante revelador de um estado de ânimo que, por certo, atingia todo o Brasil.

Desde que se encontravam nas fronteiras da legalidade, os comunistas baianos buscaram tratar do problema da moradia na capital com especial atenção, tanto que, logo no primeiro ano de publicação do jornal *O Momento*, foram inúmeras as reportagens que se dedicaram ao problema da habitação em Salvador, que ganhou ares de crise na segunda metade dos anos 1940.[115] Em virtude deste quadro, o Partido Comunista procurou apoiar a ocupação do Corta-Braço, abrindo as páginas de sua imprensa diária e acionando os seus advogados para defenderem os posseiros e orientando os seus militantes para participarem das atividades e ações da ocupação.

Enquanto a "invasão" continuava crescendo e novas casas vinham sendo construídas a cada dia, Francisco Pelozzi, proprietário do terreno, acionou a Justiça, solicitando a reintegração de posse, uma ameaça que logo foi denunciada por *O Momento*:

> Há dias atrás publicamos uma reportagem a respeito dos terrenos ocupados no Corta-Braço por famílias que não tinham onde morar, em virtude da crise de habitações. Vimos então como grande número de pessoas depois de terem construído suas casas nos referidos terrenos estavam na iminência de serem expulsas pelo proprietário dos mesmos.[116]

Não obstante, a imprensa comunista não foi a única a estar presente na cobertura dos acontecimentos que envolveram a ocupação de terras no bairro da Liberdade. Os moradores do Corta-Braço e os comunistas, principalmente, encontraram na imprensa liberal, especialmente no vespertino de propriedade de Simões Filho, um poderoso antagonista e um obstinado defensor da propriedade privada ameaçada pela atuação dos "invasores".

A partir de 1947, o jornal *A Tarde*, que estava empenhado no processo de cassação do registro do PCB, desenvolveu, também, em relação a ocupação do Corta-Braço, vigorosa campanha que visava a expulsão dos "vermelhos" da "invasão", procurando se posicionar de maneira a anular os efeitos da presença maciça dos comunistas num movimento que despertava a simpatia de diversos setores da população. Buscando descaracterizar o papel cumprido pelos comunistas no processo de ocupação das terras do Corta-Braço, o vespertino baiano dedicou diversas

115 NEVES, 1985, p. 66-67.

116 "Apelam para as autoridades os moradores do Corta-Braço". *O Momento*, Salvador, 6 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

matérias de caráter anticomunista com o objetivo de fazer coro com o esforço nacional que se desenrolava contra o Partido de Prestes. A despeito disto, o jornal *A Tarde* não chegou a atacar os posseiros, senão aqueles que eram identificados como comunistas, numa postura que visava angariar a simpatia dos moradores do Corta-Braço, afastando-os dos pecebistas.

Em março de 1947, *A Tarde* deu ampla cobertura a uma visita feita à redação do diário por parte de uma suposta "comissão de moradores dos terrenos invadidos do Corta-Braço". Tal comissão, composta pelos posseiros Melicio Gonçalves dos Santos, Daniel Moreira, Francisco de Assis Souza, José Manoel Santana, Lourival José de Menezes, Edwiges Santa Isabel, Carolina Santana, Isabel Ferreira Passos e Josefina Menezes, teria ido "protestar contra a exploração comunista" de que teriam sido alvos "os moradores da referida zona". Francisco de Assis Souza arguia que, em virtude da falta de ter para quem apelar, dois advogados teriam aparecido "na hora mesmo em que ninguém sabia o que fazer, pareciam caídos do céu", contudo, "nós não sabíamos que os mesmos eram militantes do Partido Comunista e que queriam, tão somente, explorar a nossa miséria pelas colunas do seu jornal [O Momento]".

Os moradores teriam sido iludidos "com promessas de desapropriação de terras grátis", o que seria, segundo assegurava "uma solução excepcional para o nosso caso". Apesar disso, diziam, dinheiro e donativos haviam sido recolhidos entre os posseiros, que "foram parar nas mãos de uma comissão, chefiada por um comunista fichado, o Manoel Cerqueira".[117]

De acordo com Edwiges Santa Isabel, que dizia esperar de "boa fé" que as doações fossem empregadas "na compra dos terrenos" ou "em qualquer coisa, enfim, que resolvesse a nossa situação, situação esta provocada pela crise de habitações", para a sua surpresa "veio a necessidade de empregá-lo e o dinheiro não apareceu", ao que a posseira concluía que os recursos poderiam ter sido gastos em "despesas secretas, ou festas de largo".[118]

Os visitantes do jornal *A Tarde* faziam questão de registrar que, da outra comissão que tinha sido formada no Corta-Braço, encarregada de organizar a ocupação das terras do italiano, "manda-chuva" local, o "tal" da comissão criada pelos próprios moradores, seria Manoel Cerqueira, sobre quem, "não havia dúvidas", era um

117 Atente-se para a caracterização autoritária e policialesca que a suposta moradora do Corta-Braço faz de Manoel Cerqueira, que era, de fato, membro do PCB.

118 "Queixam-se amargamente dos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 18 mar. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

"extremista fichado", e isto terminava atrapalhando os interesses dos moradores, já que "os advogados comunistas" teriam se limitado a fazê-los "sair pelas ruas, em bandos cheios de cartazes", somente com o fito de os fazerem "posar para a exploração do jornal vermelho", o que ainda os impediria de acionarem a justiça para prosseguirem no terreno de Pelozzi. Por este motivo, tinham procurado a advogada Renata Coelho, que os tinha advertido quanto à infiltração comunista, ao que teriam dito que eles não eram comunistas, e insistiam pedindo o seu auxilio: "É preciso que o povo, que nos tem demonstrado tão sincera solidariedade saiba que nós não somos comunistas. Nós nos pegamos aos advogados comunistas, assim como nos pegaríamos ao primeiro que nos aparecesse, na situação, em que estávamos".[119]

Desde os primeiros passos da ocupação das terras do Corta-Braço, os pecebistas tinham investido pesado na organização dos ocupantes que chegavam a somar mais de 700 famílias, ou cerca de 3 mil pessoas, em fins de 1946.[120] Os comunistas envidaram esforços para que a vitória dos moradores do Corta-Braço se desse pacificamente, dentro do absoluto espírito de "ordem e tranquilidade" defendido pelo Partido. Neste sentido, reconheceram a legitimidade da propriedade privada, garantida pela Carta Constitucional promulgada em 18 de setembro, desde que não fossem feridos os interesses coletivos:

> A realidade é que os moradores reconhecem serem os terrenos propriedade privada estando, pois, prontos a pagar qualquer arrendamento ou aluguel que lhes seja exigido. Entretanto, não é justo que centenas de pessoas sejam expulsas das terras, sem terem para onde ir morar. A Constituição de 18 de setembro assegura a propriedade privada desde que ela não fira os interesses coletivos. E no caso presente não resta dúvida que os interesses coletivos estão sendo atingidos.

Assim, os comunistas tinham comprado a briga dos moradores do Corta-Braço, defendendo-se das acusações de que teria havido "insuflação de caráter popular subversivo e assalto à propriedade privada".[121] Não obstante, admitiam que os posseiros reconheciam o legítimo direito do proprietário de reivindicar as suas terras e dos ocupantes de lutarem pelo direito de pagarem um arrendamento ou

119 "Queixam-se amargamente dos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 18 mar. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal A Tarde.

120 "Os moradores do Corta-Braço dirigem-se à Câmara e ao Senado". *O Momento*, Salvador, 15 dez. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

121 "Cerca de 500 famílias operárias ameaçadas de despejo". *O Momento*, Salvador, 20 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

um aluguel que fosse justo, de maneira que afirmavam que os moradores não eram invasores, e sim "homens do povo que não têm onde morar" e que, por isto, confiavam na decisão da Justiça.[122]

A despeito disso, em abril, o jornal *A Tarde* alertava contra os riscos da criação da "Sociedade de Defesa e Progresso Nova Pero Vaz", uma entidade impulsionada pelos comunistas para a organização dos ocupantes do Corta-Braço e que seria presidida por Manoel Cerqueira.[123] De acordo com o vespertino baiano, os posseiros "levados pelo desejo de se tornarem donos dos terrenos", e, "mal sabendo que estavam dando seu dinheiro aos instigadores de uma especulação política", teriam deixado se ludibriar pela tal "sociedade", "cuja personalidade jurídica não se conhece", destinando "as poucas economias que conseguiram amealhar, na doce esperança de que viesse a mesma a adquirir os terrenos e distribuí-los por lotes". Ainda segundo o jornal de Simões Filho, o resultado "da instigação criminosa dos agentes de Moscou" já teria provocado uma "decisão implacável da Justiça" que se referia à execução do mandato de reintegração de posse em 17 de abril de 1947.[124]

Quando da execução da primeira ação de despejo no Corta-Braço, a primeira casa derrubada foi a justamente a de Manoel Cerqueira, que, na ocasião, encontrava-se à frente de uma comissão que se dirigia à Assembleia Legislativa para denunciar aos deputados o que ocorria, "pedindo enérgicas e necessárias providências". Segundo o jornal *O Momento*, no episódio de derrubada da casa do presidente da "Sociedade de Defesa e Progresso de Nova Pero Vaz", as "mais estúpidas provocações" tinham sido feitas contra o líder dos posseiros que havia se tornado "um dirigente querido e respeitado pelos construtores do Corta-Braço graças à sua ação incansável e ordeira, à frente das providências" que vinham sendo "tomadas em defesa dos direitos dos três mil moradores".

Ainda assim, os executantes da decisão da Justiça não se fizeram de rogados e o "primeiro casebre atingido" foi mesmo o de Manoel Cerqueira, "cuja família

---

122 "Os moradores do Corta-Braço confiam na decisão da justiça". *O Momento*, Salvador, 21 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

123 Segundo o matutino *O Momento*, a comissão, formada em novembro de 1946, era constituída pelos seguintes membros dos quais não se aludia a cargos: João Ouvides dos Santos, Manoel Cerqueira, Benicio Pedreira dos Santos, Antonio Pereira da Silva, Mario Teles, Francisco Assis Souza, Joaquim da Conceição e José Arcanjo da Silva. "Unidos e dentro da ordem, os novos moradores do Corta-Braço sairão vitoriosos". *O Momento*, Salvador, 22 nov. 1946.

124 "Como os comunistas exploram os operários". *A Tarde*, Salvador, 24 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. De acordo com Erivaldo Neves, depois de proferida a sentença de reintegração de posse, à 3 de março de 1947, teria crescido o apoio da opinião pública com a manifestação dos mais diversos setores da sociedade, inclusive da imprensa, que era favorável à desapropriação. NEVES, 1985, p. 91

– mulher e filhos – para não ficar ao desabrigo, passará a residir, temporariamente, no casebre de outro trabalhador". Enquanto isto, os moradores, "em sinal de protesto contra a violência e de solidariedade a Manoel Cerqueira", afirmavam que providenciariam a construção de "outro casebre para o presidente da 'Sociedade de Defesa e Progresso da Nova Pero Vaz'".[125]

Foi no editorial de 25 de abril de 1947, contudo, que o jornal *A Tarde* dirigiu à "invasão" do Corta-Braço seu ataque mais importante ao chamá-la de "pedaço da Rússia na Bahia", numa clara resposta ao jornal *O Momento* que vinha noticiando, cotidianamente, os movimentos dos moradores do bairro Nova Pero Vaz. Sobre o assunto, o vespertino, depois de relacionar o rol dos seus "bons serviços" prestados aos "interesses coletivos", sem, contudo, "cortejar ou especular com as massas populares", o qual lhe conferia o lugar de "tribuna popular aberta a todos os reclamos do direito", provocava os comunistas que participavam da ocupação:

> Já tivemos ocasião de emitir os nossos pontos de vista no momentoso assunto. Então, assinalamos que havia um aspecto relevante, que o governo não deve perder de vista, ou seja a intromissão do Partido Comunista, a explorar em causa própria as angústias da pobreza. A visita ontem da numerosa comissão de moradores do Corta-Braço, confirmou plenamente o nosso diagnóstico: a ação comunista, dentro dos métodos e práticas da sua estratégia, continua a pôr óbices na solução do caso. O governo terá muito por onde se informar com as declarações, a que a seguir vamos abrir espaço. A comissão do Corta-Braço expõe com clareza, e prova tudo o que argue. Há nessa exposição um ponto de suma gravidade, qual o da manutenção, naquele bairro, de uma escola para a chamada Juventude Comunista que continua a funcionar, mau grado o decreto do governo federal que suspendeu a atividade dessa célula vermelha. Até agora elas se formavam entre adultos. Agora, põem-se os agentes russos às portas das escolas para intoxicar a infância, e, na Bahia, já atingiram a perfeição de manter, como no Corta-Braço, um viveiro de crianças comunisadas.

Segundo o jornal *A Tarde*, "o que se apura é que o Partido Comunista considera o Corta-Braço a sua grande célula. Aquele pedaço de terra vizinho da Capital é por ele governado", sentencia.[126]

---

125 "O sr. João Mendes tentou implantar o terror no Corta-Braço". *O Momento*, Salvador, 18 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

126 De acordo com a reportagem de *A Tarde*: "É o fulcro da questão, o ponto de suma gravidade. Funciona sem dissimulações, abertamente, uma escola, que poderia sem nenhuma

De sua parte, *O Momento* já vinha se defendendo das acusações dirigidas pelo periódico liberal, tanto que, em reportagem publicada no dia 20 de abril, refere-se às provocações, assegurando que aquele jornal, "apesar de todos os esforços", não havia conseguido nada "que confirmasse a exploração político-partidária no caso":

> Como pode esse mesmo jornal, portanto, declarar, linhas adiante, que 'é notório que foi o Partido Comunista que armou o caso do Corta--Braço'? O que há é simplesmente isso: são comunistas os advogados dos moradores do Corta-Braço que, assim fazendo, estão exercendo a sua profissão. Seria o caso, então, de dizer-se que a U.D.N. defende o sr. Pelozzi contra milhares de trabalhadores baianos, porque o sr. João Mendes da Gama Abreu é seu advogado e, ao mesmo, deputado daquele partido na Câmara Federal. Mas não se trata disso, absolutamente.[127]

Sobre o editorial do dia 25, que diz que o Corta-Braço era "um pedaço da Rússia na Bahia", *O Momento* dedica uma longa matéria, desmentindo *A Tarde* e acusando Simões Filho, "jornalista-latifundiário" e tradicional aliado de Octávio Mangabeira, de pretender criar dificuldades para o novo governador, dando conselhos de "amigo da onça" ao chefe do Executivo baiano. De acordo com o jornal comunista, que afirma já vir denunciando "a atividade criminosa e divisionista dos agentes de Getúlio no próprio Corta-Braço", Simões Filho, "procurando, a todo custo, separar o governo do povo", se prestaria a repetir "todas as infâmias e provocações de integralistas e 'trabalhistas', interessados em desacreditar o governo recém-empossado".[128]

Um dos fatos mais importantes a se notar no problema relacionado acima, contudo, é que, nas batalhas que se travavam nas terras do Corta-Braço, a questão ultrapassava os limites da luta direta por moradias. Neste sentido, quando da

---

modificação, figurar num bairro de Moscou. O dirigente é Valentim Bernardo do Nascimento, marinheiro da Alfândega, – diz-nos Manoel Nascimento Gomes – comunista fichado 'declarado por boca própria'. Há uma diretora que é a sua mulher de nome Brasília, também comunista. As professoras são suas filhas, também comunistas". "O corta-braço é um pedaço da Rússia...na Bahia". *A Tarde*, Salvador, 25 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

127 "De utilidade pública os terrenos do Corta-Braço". *O Momento*, Salvador, 20 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. As relações de Simões Filho os governantes nacionais, ariaram bastante. Autonomista, apoiou discretamente as interventorias do Estado Novo. Durante o governo Dutra, oscilou entre o apoio aberto e a oposição cuidadosa. Em seguida, no novo governo de Getúlio, foi ministro da Educação. LIMA, 2009, p. 160-161

128 "Pretendem criar dificuldades ao governo Mangabeira". *O Momento*, Salvador, 26 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

posse de Octávio Mangabeira e da nova Assembleia Legislativa, no dia 10 de abril, os moradores do Corta-Braço foram cobrar os compromissos assumidos pelos deputados e pelo novo governo. O ex-deputado constituinte e líder autonomista baiano havia sido eleito pela UDN, com o apoio do PCB, nas eleições estaduais e complementares que se realizaram em 19 de janeiro de 1947. Na ocasião, também foram eleitos os comunistas Pedro Pomar e Arruda Câmara pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), de São Paulo, o PCB baiano elegeu Giocondo Dias e Jaime Maciel para a Assembleia Constituinte Estadual. O Partido de Prestes tinha declarado apoio a Octávio Mangabeira, considerando o seu "passado democrático", o que "constitua uma garantia de respeito da parte do seu governo à Constituição e às leis do País".[129]

Depois da passagem de Prestes pela Bahia, ocasião em que o dirigente comunista declarou apoio formal ao líder liberal, recomendando aos "seus correligionários emprestar apoio total à administração do eminente baiano", Mangabeira, que assumira compromissos com os moradores do Corta-Braço, aquele "pedaço da Rússia na Bahia", também se comprometeu a defender a existência legal da legenda do PCB, que tinha apresentado 37 candidatos ao pleito estadual de 19 de janeiro de 1947.[130]

Quanto ao Corta-Braço, o governador Octávio Mangabeira declarou o terreno como área de utilidade pública logo depois da sua posse, preparando as condições para sua desapropriação, o que finalmente ocorreu no dia 1º de maio de 1947, sob os aplausos dos comunistas, que reafirmaram sua disposição de seguir apoiando Mangabeira em seus "atos democráticos".[131] A despeito da convergência momentânea de posições e interesses, tais atitudes "democráticas" do governo da Bahia,

---

129 Foi num comício realizado no dia 5 de setembro na Praça da Sé, comício este que reuniu cerca de 50 mil pessoas, que Prestes fez tais declarações publicadas no jornal *A Tarde*. "O partido Comunista apoia a candidatura do sr. Otávio Mangabeira". *A Tarde*, Salvador, 7 jan. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*; FALCÃO, 2000, p. 287-288.

130 "O partido Comunista apoia a candidatura do sr. Otávio Mangabeira". *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

131 "De utilidade pública os terrenos do Corta-Braço". *O Momento*, 20 abr. 1947. "Desapropriados vários terrenos baldios inclusive o Corta-Braço"; "Os comunistas congratulam-se com o governador". *O Momento*, Salvador, 2 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Os pecebistas baianos, depois da eleição de Mangabeira para o governo do Estado, seguiram a política que o Partido vinha adotando em relação ao governo Dutra, e na sua Conferência Estadual, encerrada realizada entre 28 e 30 de abril de 1947, reafirmaram o "apoio do Partido Comunista aos atos democráticos do governador Otávio Mangabeira". "Encerra-se, hoje, a Conferência Estadual do PCB". *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

ao que parece, não estavam longe de cessar, em prejuízo dos comunistas e de sua legenda, o PCB.

A fratura entre dois mundos

Ainda em novembro de 1946, o procurador geral da República, Temístocles Cavalcanti, que havia recomendado o arquivamento do processo de cassação do registro do PCB, solicitou sua substituição no caso, alegando a impossibilidade de continuar em virtude do indeferimento do pedido. O procurador justificava sua atitude, aludindo, ainda, a motivações "ideológicas" e a defesa de sua "dignidade pessoal", motivo pelo qual solicitava o afastamento.[132] Nas suas palavras:

> Afirmo impedimento para continuar a funcionar no processo sobre o fechamento do Partido Comunista. Razões das mais relevantes levam-se a assim decidir. Já por uma vez pedi o seu arquivamento 'in limine', por motivos longamente expostos em meu parecer de folhas. O pedido não mereceu deferimento. O seu prosseguimento, entretanto, não me pode constranger a renegar os pressupostos jurídicos sobre os quais fundei o aludido parecer. A tanto não me poderia levar a submissão ás decisões deste Tribunal, sempre dignas de acatamento e respeito. Além do mais, grave incidente, levou-me a manifestar, em defesa da minha dignidade pessoal o meu ponto de vista ideológico, em face do partido acusado e contra ele.

O episódio de afastamento de um procurador que tinha se manifestado contrário à cassação do registro do PCB não poderia ser um bom sinal para o Partido de Prestes. Em todo caso, no segundo semestre de 1946, os comunistas jogaram todas as suas cartadas para o estabelecimento da União Nacional, cogitando mesmo a formação de um governo de "confiança nacional" nas condições em que uma pequena trégua com o governo estava em vigor:

> O que tem afirmado os comunistas, desde que o seu Partido surgiu á luz da legalidade, é que somente a União Nacional, a formação de um governo de unidade, capaz de inspirar ao povo a confiança que hoje lhe falta, e o caminho justo para a solução dos problemas presentes, pois nenhum homem, nenhuma força política isoladamente, terá

132 "O processo de cancelamento do PCB". *O Momento*, Salvador, 12 nov. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

> possibilidades de encontrar e aplicar os remédios realmente indicados. Este, precisamente é o exemplo que nos dão os diversos países da Europa, governados por coalisões de todos os partidos democráticos, e onde os direitos conquistados pelo povo na sua guerra contra o fascismo são plenamente assegurados e os seus problemas encontram soluções justas e populares. Esses exemplos constituem uma lição para todo mundo, inclusive para nós.[133]

Não obstante, o fim da trégua em novembro e o reinício das hostilidades contra os comunistas possibilitaram a substituição de Temístocles Cavalcanti por um novo procurador *ad hoc*, Alceu Barbedo, do Superior Tribunal Eleitoral (STE), que apreciaria o processo com o estabelecimento de um curto prazo para emitir seu parecer sobre a cassação do registro do PCB, tema que voltava à pauta política nacional.

Após a realização das eleições em 19 de janeiro, fechou-se o cerco, com a formação de uma ampla coalizão que trabalhou pela supressão do registro do PCB.[134] Em fevereiro, Alceu Barbedo afirmou que o PCB não poderia continuar existindo "porque é inconstitucional e anti-brasileiro". De acordo com o novo procurador, como "prova de ilegalidade" o fato de o PCB ter "dois estatutos, não ter sede no Brasil, usar as armas da URSS, não ter presidente brasileiro [sic] e ser uma parte do movimento internacional que visa o esmagamento da democracia". Barbedo defendia a cassação do registro do PC do Brasil que considerava "incompatível com a democracia".[135]

Ouvido pela imprensa sobre o parecer do procurador da Justiça Eleitoral, Filinto Müller, inquestionavelmente um anticomunista, mais uma vez se posicionou sobre o assunto, declarando que considerava o Partido Comunista "mais perigoso na ilegalidade do que funcionando abertamente". Para o ex-chefe da polícia política

---

133 "Governo de confiança nacional". *O Momento*, Salvador, 1º set. 1946. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

134 Antes disso, entretanto, em São Paulo, devido ao apoio que o PCB tinha oferecido a Adhemar de Barros, falava-se da conformação de um bloco anticomunista que reuniria a UDN, o PSD e o PRP. "Fala-se numa coligação anticomunista". *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Quanto aos antigos aliados "queremistas", as relações só vinham deteriorando, com Prestes qualificando Getúlio Vargas de "demagogo preocupado em ressuscitar o passado visando a desarmonia da família brasileira". "O chefe Comunista contra o sr. Getúlio Vargas". *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

135 "O processo para o fechamento do Partido Comunista" *A Tarde*, Salvador, 13 fev. 1947; "O fechamento do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

do Distrito Federal durante o Estado Novo, o governo não deveria fechar o PCB: "Deve antes acompanhar as suas atividades observando se sempre age dentro da lei. Caso fique provado que ele viola o regime legal devem, então, as autoridades promover o seu fechamento".[136]

O cronista Rubem Braga, por sua vez, preferiu se utilizar da ironia para demonstrar que o PCB vinha, apenas, consolidando posições, senão encolhendo como partido em todo o país:

> A última eleição mostrou que durante um ano, apesar de intensa e furiosa propaganda, o Partido Comunista cresceu muito pouco. O sr. Prestes sonhava com um milhão de eleitores em todo o Brasil, e não viu nem sombra disso. No Rio anunciava 200 mil e teve pouco mais de 100 mil. O Partido, apesar de gastar muitas dezenas de milhares de contos, teve um crescimento que se poderia chamar de vegetativo. Limitou-se quase apenas a consolidar suas posições.

Rubem Braga considerava que o parecer de Alceu Barbedo tinha sido produzido apenas "para assustar", já que o Superior Tribunal Eleitoral não fecharia o PCB "pelo motivo muito simples de que não pode fechá-lo", posto não ter "para isso base, nem ambiente".[137]

Em que pese a campanha anticomunista que seguia a todo vapor, em abril, ainda pareciam ser poucos os que acreditavam na cassação do registro do PCB, que seguia veiculando diariamente em sua imprensa inúmeras manifestações favoráveis à sua existência legal e de condenação ao parecer de Alceu Barbedo.[138] Sinval

---

136 "O sr. Felinto Muller é contra". *A Tarde*, Salvador, 14 fev. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

137 Dizia Rubem Braga, ainda em tom irônico: "Mas o Partido Comunista tem sorte. No ano passado teve o sr. Pereira Lira, que lhe valeu alguns milhares de votos no Rio; este ano começa com um bom propagandista, que é o sr. Alceu Barbêdo, procurador geral da Republica junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse sr. Barbedo apresentou um parecer favorável ao cancelamento do registro do partido". "O sr. barbedo". *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Quanto ao "um milhão de votos" dos "sonhos de Prestes", a projeção era do próprio dirigente comunista que pensava alcançar um milhão de eleitores no pleito de 19 de janeiro de 1947. PRESTES, 1947, p. 512

138 Sobre o assunto, ver as matérias publicadas n'*O Momento* em que políticos de diversos partidos afirmavam-se contrários à cassação da legenda comunista: "A UDN defenderá sempre a existência legal do PCB". *O Momento*, Salvador, 13, 16 e 18 abr. 1947; "A democracia depende da vida legal do PCB". *O Momento*, Salvador, 16 abr. 1947; "Em defesa da legalidade do PCB". *O Momento*, Salvador, 18 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

Palmeira, por exemplo, advogado do PCB, apreciando a divulgação do voto do juiz Sá Filho contrário à cassação do registro, afirmou que a legenda não seria fechada:

> Como disse da tribuna do julgamento nunca me deixei impressionar pela campanha da imprensa indicativa de um próximo fechamento do Partido Comunista. Conhecia as origens dessa campanha e sabia que não poderia influir no animo de um Tribunal consciente de seu papel, sobretudo em julgamento histórico de tal porte. O Partido Comunista sairá, pois, desta prova mais fortalecido perante o povo, porque terá podido demonstrar ante um alto Tribunal do país ser um partido democrático, brasileiro e popular.[139]

No mês de abril, entretanto, o "ambiente" anticomunista veio a se expandir e se consolidar, até o ponto em que o governo determinou a suspensão das atividades da União da Juventude Comunista pelo prazo de seis meses, alegando que

> [...] atuava sobre o espírito da mocidade, inclusive de menores, para incutir-lhes, por meios educativos e de propaganda eficazes, os princípios de uma doutrina que notoriamente visa a destruição do Estado democrático, para instituir, em seu lugar, uma ditadura com sacrifício de todas as liberdades e direitos fundamentais, assegurados na Constituição.[140]

Os comunistas, imediatamente, vieram a público, através de sua Comissão Executiva, acusar "os restos do fascismo infiltrados no governo" de determinarem um "ambiente de provocações e intranquilidade reinante no país". Para o PCB, o fechamento da União da Juventude Comunista, significava "um dos mais sérios golpes até agora sofridos pela Constituição de 18 de Setembro", o que demonstrava que os reacionários e fascistas estavam "cada vez mais desesperados com as sucessivas vitórias da democracia", ao que se desmandavam "em atentados sempre mais sérios e perigosos contra a ordem legal e constitucional". Todavia, a despeito da alegada "inconstitucionalidade" do ato do governo, a Comissão Executiva do PCB afirma:

> O Partido Comunista do Brasil que vem lutando intransigentemente em defesa da Constituição dirige-se nesse instante a todo o nosso povo,

---

139 "O PCB nunca será fechado". *O Momento*, Salvador, 18 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

140 "Suspenso o funcionamento da 'Juventude Comunista'". *A Tarde*, Salvador, 22 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

> aos patriotas e democratas de todas as correntes e partidos políticos e a todos chama em defesa da democracia tão seriamente ameaçada para que manifestem por todos os meios seus repúdio ao ato reacionário do governo. É rigorosamente dentro da ordem e fazendo uso dos recursos estritamente legais que haveremos mais uma vez de derrotar ao grupo fascista infiltrado no governo, já que o decreto em apreço contra uma associação juvenil e democrática legalmente registrada, como a União da Juventude Comunista, não passa de provocação na expectativa de pretextos que justifiquem maiores atentados à democracia.[141]

Da tribuna do Senado, Luiz Carlos Prestes, tentando provar a licitude dos fins da Juventude Comunista e a ilicitude do ato de seu fechamento, chegou a ler seus estatutos em plenário diante de apartes provocativos de Hamilton Nogueira, da UDN, um senador que em 1946 tinha se pronunciado contra o fechamento do PCB e agora dirigia impropérios contra os comunistas brasileiros, a Rússia, entre outros. Quanto ao Cavaleiro da Esperança, mesmo dizendo acatar decisão do governo e afirmando a confiança na Justiça brasileira, lamentou:[142]

> Quero continuar, dizia eu, Sr. Presidente, que sempre lamento ao vir a esta alta tribuna do Senado para pronunciar-me contra ato do governo. [...] Lamento-o, porque estou convencido de que, mais do que nunca, é necessária a união do nosso povo. A situação é de tal natureza que os esforços de todos os patriotas devem convergir no sentido de ajudar o governo a resolver os problemas mais imediatos do nosso povo. Essa a nossa posição. Ainda agora, nas eleições de 19 de janeiro, marchamos com todos os partidos, procurando sempre unificar forças políticas, não em torno de interesses pessoais, mas em favor de candidatos aos governos dos estados, que nos garantissem a prática da democracia, prometesse o cumprimento rigoroso da Constituição e se comprometesse a iniciar a solução do problema mais imediato do nosso povo – o problema econômico, o problema da fome.[143]

O pronunciamento de Prestes diante dos senadores teve pouca ressonância, tendo em vista que a união sagrada contra o comunismo já se encontrava em plena

141 "Sério golpe contra a Constituição". *O Momento*, Salvador, 19 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

142 PRESTES, Luiz Carlos. A suspensão do funcionamento da Juventude Comunista. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003g. p. 583.

143 PRESTES, 2003h, p. 557.

atividade no Brasil, com o ministro da Guerra do governo Dutra, o general Góes Monteiro, chegando a afirmar que "comunista nos dias de hoje não é mais uma classificação que exprima um partido: significa separação de dois mundos".[144]

Ainda em fins de abril, em Maceió, tropas da Polícia Militar, atuando sob as ordens do secretário do Interior de Alagoas, promoveram o fechamento de várias células e da sede do PCB.[145] O Comitê Estadual de Alagoas protestou junto ao presidente do Superior Tribunal Eleitoral contra o ato discricionário, que depois foi referendado pelo governador do estado, alegando, como motivação principal, o suposto fato de que "os comunistas queriam desrespeitar o recente decreto de suspensão do funcionamento da Juventude Comunista, tendo a polícia tomado as medidas cabíveis para impedir a audácia criminosa desses elementos".[146] De acordo com Silvestre Péricles de Góes Monteiro, que era irmão do ministro da Guerra (Pedro Aurélio de Góes Monteiro), os comunistas seriam "a fina flor da escória social alagoana, bastardos, mentirosos e violentos". Por isso mesmo as autoridades teriam agido "dentro da lei" e permaneceriam "prontas para suprimir qualquer atentado à tranquilidade do povo e bem-estar da sociedade alagoana que atualmente desfruta de um clima de liberdade, honestidade e justiça".[147]

Do senado, mais uma vez, Luiz Carlos Prestes se manifestou contra o episódio, dizendo que o PCB estava sendo vítima de "arbitrariedades", chegando a comparar

---

144 "Contrário à 'Juventude Comunista'". *A Tarde*, Salvador, 16 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Foi o deputado baiano Clementi Mariani, da UDN, quem desenvolveu um dos debates mais epistolares acerca da posição dos comunistas brasileiros perante a *democracia*. Veja-se, sobre o assunto, o discurso que pronunciou na 123ª Sessão da Assembleia Constituinte, recheada de citações de Marx, Lenin, Stalin, entre outros, com apartes de diversos pecebistas, especialmente de Prestes. PRESTES, Luiz Carlos. problemas constitucionais. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003f. p. 437-468.

145 "Combate ao comunismo". *A Tarde*, Salvador, 22 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

146 "O Fechamento das células comunistas de Alagoas" *A Tarde*, 23 abr. 1947; "O governador de Alagoas contra o comunismo". *A Tarde*, 24 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

147 "O governador de Alagoas contra o comunismo", op. cit. Além de Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Silvestre Péricles de Góes Monteiro, participavam da política nacional do período os outros dois irmãos, Ismar de Góes Monteiro, que foi senador por Alagoas entre 1946 e 1955, Edgar de Góes Monteiro, interventor federal em Alagoas, em 1945, e depois disso, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool e Manuel César de Góes Monteiro, constituinte em 1934, senador entre 1935 e 1937, e diplomata. FRAGOSO, Heleno. MONTEIRO, Silvestre Péricles de Góes. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 4, p. 3.862. Como tem temos feito em relação aos nomes próprios, mantivemos a grafia "Góes" utilizada na época.

o governador de Alagoas com os criminosos nazistas enforcados em Nuremberg, ao que foi redarguido pelo senador Ismar de Góes Monteiro, que disse que se os criminosos nazistas de Nuremberg traíram a humanidade, os comunistas brasileiros procuravam "trair a pátria".[148] Mas os ânimos continuaram se acirrando, a ponto de o deputado comunista David Capistrano, eleito por Pernambuco, que tinha ido a Maceió pedir satisfações ao governador Silvestre de Góes Monteiro sobre o fechamento das células do PCB, ser intimado a deixar o estado depois de ser posto para fora do Palácio do Governo: "O representante comunista teria imediatamente se retirado de automóvel com destino à capital pernambucana".[149]

No dia 7 de maio de 1947, depois de mais de um ano de querela jurídica, muitos debates e uma ofensiva inédita contra um partido registrado, foi realizada a sessão do Superior Tribunal Eleitoral, que apreciaria o pedido de cassação do PCB, interposto pelo procurador Himalaya Virgolino e pelo deputado Barreto Pinto. O Executivo se manifestou dizendo que não apenas deixava de se intrometer ou pretender influir na decisão do Judiciário, como não adotava "nenhuma preferência em torno da mesma, estando, ao contrário, disposto a aceitar o veredicto da Justiça, qualquer que seja este".[150] Não obstante, a união sagrada contra o comunismo dava como certa a cassação do registro do PCB, principalmente porque os partidários de Prestes se encontravam praticamente isolados dentro do parlamento e, nas ruas, esperava-se pouca resistência, já que, como se viu, os próprios comunistas vinham apostando que a luta pela legalidade se daria por dentro da lei e da ordem.

Posto em votação o parecer do procurador Alceu Barbedo, que pedia o fechamento do Partido Comunista, estiveram incumbidos de julgar o processo cinco magistrados: o juiz F. Sá Filho, o ministro Ribeiro da Costa, o desembargador J. A. Nogueira, o ministro Rocha Lagoa e o também ministro Cândido Lobo. Em seu parecer, Sá Filho, que também foi o relator do processo, fez uma longa apreciação da questão, recordando os antecedentes do problema, desde a origem do PCB até a sua legalização, em 1945. O juiz considerou a denúncia, onde estavam contidos os autos que diziam:

---

148 "Ataque comunista ao governo de Alagoas, no senado". *A Tarde*, Salvador, 30 abr. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

149 "O deputado comunista foi expulso de Alagoas". *A Tarde*, Salvador, 2 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

150 "Começou o julgamento do Partido Comunista". *A Tarde*, Salvador, 7 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

a) que o PCB é uma organização internacional orientada pelo comunismo marxista-leninista da URSS;
b) que os comunistas ficariam contra o Brasil em caso de guerra com a Rússia;
c) que o PCB é um partido estrangeiro e está a serviço da Rússia.[151]

Uma outra denúncia, também tratada por Sá Filho, dizia que, logo após registrado, o PCB teria exercido "ação nefasta, insuflando a luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem". Por fim, afirmava-se que o Partido Comunista "só" havia conseguido eleger um senador e 14 deputados nas eleições de 2 de dezembro de 1945, ocasião em que o seu candidato à presidente da República tinha alcançado cerca de 500 mil votos, ou 10% do eleitorado. Tal fato também significava que o partido não era brasileiro, mas que dependeria do comunismo russo, "diante da afirmação do seu chefe de que combateria o governo que fizesse guerra à URSS para reimplantar o fascismo, declaração essa reafirmada na tribuna da Assembleia Constituinte e bastante para demonstrar a colisão do partido com os princípios e os direitos fundamentais do homem".[152]

Diante das denúncias, o juiz Sá Filho desenvolveu um longo e pormenorizado voto em que abordou a questão da democracia, da lei e do comunismo, para concluir que "não bastariam simples ilações, fundadas na doutrina do comunismo para afirmar que o PCB desmereceu seu registro"; ou seja, para Sá Filho, por ocasião de sua legalização, o Partido Comunista "não atentava seu programa contra os princípios democráticos". Sendo assim, como ficava demonstrado, não haveria provas de que o PCB manifestasse atividades contrárias aos princípios democráticos, de maneira que o juiz considerava improcedentes todas as denúncias e acusações contra o PCB.[153]

O voto seguinte foi emitido pelo ministro Ribeiro da Costa, que seguiu a orientação do magistrado anterior, votando contra a cassação do registro do PCB e acrescentando que as denúncias contra o Partido Comunista tinham sido motivadas devido ao clima de anticomunismo que reinava em muitas esferas:

> A hostilidade organizada e preconcebida, sem fundadas razões em fatos incontestes, a qualquer partido legalmente registrado, enseja uma suspeita grave, enquanto, a par disso, sendo da essência fundamental

151 *PCB*: processo de cassação do registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980. p. 4.

152 Ibid., p. 4.

153 Ibid., p. 61-64.

> do regime democrático a diferenciação de correntes políticas, o problema se mostra, consequentemente, ainda mais delicado.

Para o ministro Ribeiro da Costa, "a democracia, longe de dividir os homens, acolhe-os, ao contrário, sob a imensa árvore a cuja sombra lhes proporciona a liberdade, a igualdade e a fraternidade",[154] todavia, a *democracia brasileira* dos anos 1940 parecia ser árvore pouco frondosa, porque não estava disposta a abrigar os homens de Prestes. Se os dois primeiros votos, contrários à denúncia do procurador Alceu Barbedo, apontavam para a possibilidade de rejeição do pedido de cassação do registro do PCB, a partir do voto do juiz José Antonio Nogueira, a sessão do Superior Tribunal Eleitoral do dia 7 de maio de 1947 tomaria outro rumo.

Pelo voto de José Antônio Nogueira, percebe-se o anticomunismo presente naqueles dias em que o PCB se viu acuado diante dos seus inimigos, no campo da legalidade burguesa. Recheando a sua intervenção de citações de Marx, Engels, Lenin e Stalin, além de outros autores considerados marxistas, o desembargador inicia seu voto aludindo questões que envolveriam "o futuro de nossa Pátria".

Para Nogueira, o bolchevismo, "interpretação russa do marxismo", era "a negação absoluta da liberdade e da democracia". Dessa maneira, nem mesmo uma referência a um "*neocomunismo à brasileira e à inglesa*", como teria pretendido o juiz Sá Filho, poderia iludir quem quer que fosse, já que "a essência do programa do PCB é puro leninismo e puro *russianismo*".[155] O desembargador advoga a tese da democracia "*militante e vigilante*" para votar pelo cancelamento do registro do Partido Comunista, "aplicando o que dispuseram de modo claro e imperativo das nossas leis de defesa do regime e das nossas tradições nacionais".[156]

---

154 PCB...., 1980, p. 69.

155 Ibid., p. 85, grifo do autor. Questão semelhante foi proposta por Clementi Mariani ao plenário do senado num pronunciamento já referido: "Como entender-se, portanto, que o nobre Senador Luiz Carlos Prestes e o seu partido, que se diz comunista, se afastem, de maneira tão flagrante, dos princípios basilares do comunismo? S. Exª procura explicá-lo com o argumento de que, como materialista dialético, tem de considerar as novas condições do mundo, a colaboração política entre as democracias e o socialismo, que já permite uma evolução pacífica deste. Mas S. Exª no particular, por um sofisma de indução facilmente perceptível, confunde propositadamente uma questão de forma com uma questão de fundo, e, para adormecer os incautos, pretende estender o alcance de uma simples norma de procedimento ao princípio basilar de toda doutrina comunista – a necessidade de instalação da ditadura do proletariado". PRESTES, 2003f, p. 453. De acordo com o testemunho de Prestes, também Antônio Sampaio Dória, catedrático da Faculdade de Direito em São Paulo, em diligência exigida pelo STE junto ao PCB, teria ironizado ao falar de um comunismo *sui generis*. MARIANI apud MORAES; VIANA, 1982, p. 115

156 PCB..., op. cit., p. 92-94.

Os votos dos ministros Rocha Lagoa e Cândido Lobo terminaram por acompanhar a posição de Nogueira, já que estiveram eivados de uma mal disfarçada e rancorosa posição anticomunista, com o primeiro reivindicando Winston Churchill para denunciar à "consciência dos dirigentes dos países democráticos um perigo iminente: o da quinta coluna comunista", enquanto o segundo argumenta que o PCB não era um partido brasileiro em função de não ter um "presidente", mas sim um "secretário-geral"; ter um emblema (a foice e o martelo) igual ao dos outros partidos comunistas de outras partes do mundo, entre outros problemas. Com efeito, os dois magistrados também votaram pela cassação do registro do PCB, o que determinou o placar de três votos a dois, decidindo o futuro da legenda do PCB, novamente posta na ilegalidade.[157]

Após a posição do STE, na Bahia, o jornal *A Tarde*, investido de sua disposição de combater o Partido Comunista, considerou "acertada" a decisão pela cassação, embora "tardia", já que teriam sido "necessários quase dois anos, durante os quais a ideologia vermelha se alastrou e concorreu a eleições". Para o vespertino baiano, dois anos era muito tempo "para que a justiça caísse em si e resolvesse anular aquela concessão, cuja liberalidade ia, sem pausas, precipitando o país ao caos de uma irremediável desorganização interna". O periódico considerava que havia sido reparado um "erro lamentável que a justiça eleitoral reconhece haver praticado", visto que a "dissolução" do PCB não comprometeria o equilíbrio da vida democrática do país, antes disso, o fechamento do Partido Comunista era, sobretudo, "medida de preservação da democracia, destinada a torná-la ainda mais forte e respeitada". Segundo o editorial de *A Tarde*:

> Na verdade, o P. Comunista não podia ter vida legal, no quadro da democracia brasileira. Sobre ser um movimento ideológico – a que as conveniências emprestavam uma falsa estrutura de inocente partido político – dirigido contra os próprios fundamentos das nossas instituições, era indisfarçavelmente, um ramo da organização internacional com sede e cérebro na Rússia, e igual a tantos outros espalhados por este mundo à fora. Nestas condições, não podia subsistir. Seria inadmissível que o Brasil continuasse a alimentar, a custa de seus mais caros interesses, a filial de um poder estrangeiro, cujos propósitos desnacionalizantes e antidemocráticos são conhecidos. O fechamento do P. Comunista consulta, assim, às conveniências do nosso modo de viver, tradicionalmente pacifico. E por isso mesmo está merecendo, em manifestações de todas as classes, a aprovação dos

157 PCB...., 1980, p. 95-134.

> que sensatamente anseiam por tranquilidade e ordem, como condição de trabalho e progresso.[158]

De sua parte, o jornal *O Momento* trouxe em sua primeira página uma matéria que continha a nota do Comitê Estadual da Bahia, afirmando que "o povo e as autoridades do nosso Estado" lançavam um "enérgico protesto contra essas medidas que ferem a Constituição Federal e significam um sério atentado contra o regime democrático". Tal decisão constituía "um passo para o esmagamento das liberdades civis e para a volta da ditadura em nossa Pátria", ao que concluía dando vivas ao PCB e conclamava a União Nacional e a defesa da democracia e da Constituição.[159]

O fim da doce ilusão

Divulgado o resultado da sessão do Judiciário que resolveu pela cassação do registro do PCB, o presidente Eurico Gaspar Dutra determinou a suspensão, por seis meses, da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros e de todas as "uniões de trabalhistas" a ela filiadas. Quanto ao Partido Comunista do Brasil, segundo juízo do jornal *A Tarde*, este telegrafou "a todas as filiais do partido", através do seu secretário-geral, orientando "que obedeçam, calmamente, a ordem do Superior Tribunal Eleitoral" com a finalidade "de ficarem na posição de vítimas". Prestes acrescentou, ainda, que o PCB adiava a sua Convenção Nacional, marcada para o dia 25 de maio, e que interporia recurso ante o STF contra a decisão de cancelamento do seu registro.[160] Nesta altura, já tinham sido fechadas cerca de 445 células comunistas. Além disso, 143 sindicatos, dos 944 existentes, tinham sofrido intervenção do governo que pretendia expulsar os comunistas de seus quadros.[161]

A cassação do registro do PCB não atingia os 15 parlamentares eleitos pela legenda no plano federal, nem os 46 deputados estaduais e os mais de 20 vereadores que tinham sido conduzidos aos parlamentos de todo o país em janeiro

---

158 "A dissolução do PC". *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

159 "Golpe na Constituição. O cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil é um atentado à democracia e a lei". *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

160 "O PC não oporá resistência". *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

161 "Fechamento de 445 células comunistas". *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Cf. CHILCOTE, 1982, p. 100.

de 1947. Segundo Ronald Chilcote, "[e]sta intervenção do governo abalou as ilusões parlamentares de muitos comunistas que tinham dado maior importância à colaboração de classes do que a luta de classes e que haviam apoiado Prestes na questão da união nacional".[162] Entretanto, as ruas estiveram vazias e nenhuma grande manifestação se realizou para a defesa do PCB, talvez porque os trabalhadores estivessem obedientes às diretivas do Partido que nos últimos anos havia recomendado "ordem e tranquilidade", talvez porque confiassem que o Partido de Prestes reverteria na Justiça aquele ato ilegal e de profunda discórdia. O fato é que o Partido Comunista temia que manifestações das ruas gerassem a desordem, o que, segundo imaginava, seria um pretexto a mais para a ação dos reacionários, e isto é o que se pode ver pelas palavras de Jorge Amado, proferidas no Congresso Nacional, na véspera da cassação do registro do PCB:

> Aqueles que desejam jogar o Partido Comunista na ilegalidade, pensam fazê-lo para que ele tome o caminho do desespero, se envolva em golpes e conspiratas e fomente desordens, pois daríamos assim a esses senhores da reação os pretextos para nova arrancada contra a democracia. Mas enganam-se eles. *Não acreditamos, sr. Presidente, que o Tribunal Superior Eleitoral casse o registro de nosso Partido; mas, se considerarmos essa hipótese, posso afirmar, em nome do meu partido, que o PCB não cairá no desespero e não modificará uma polegada sequer da sua linha política, mas continuará lutando pela ordem, pela tranquilidade, e pela defesa da Constituição. Jamais daremos à reação e ao fascismo uma única arma para que lutem contra a democracia.* Estaremos, sim, como sempre estivemos, na primeira linha das trincheiras democráticas; falando em União Nacional, e, disso é testemunha toda essa Câmara sem exceção pela ação dos parlamentares comunistas; falando na necessidade de se unirem todos os bons brasileiros patriotas para resolvermos os nossos problemas; procurando buscar caminhos para solução dos problemas operários sem criar dificuldades para a indústria brasileira.[163]

Parte da bibliografia essencial sobre o assunto, ainda que imersa nas necessárias polêmicas que os significados que a derrota política do PCB produziu em 1947-1948, levanta hipóteses distintas sobre o período em que vigorou a linha

162 CHILCOTE, 1982, p. 101.

163 "O PCB não cairá no desespero". *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais. Grifo nosso.

política de União Nacional. Há que se considerar que a insuficiente discussão sobre a questão da *democracia* no interior do movimento operário brasileiro, ou mesmo a influência de cada época sobre a reflexão de autores que nunca estiveram imunes às influências do seu próprio tempo, pode ter obscurecido as indispensáveis conclusões que os militantes políticos, e mesmo a historiografia, poderia retirar do tema. Com efeito, pode-se considerar que um problema de tal monta permanecerá necessariamente em aberto, enquanto a história continuar avançando e a humanidade prosseguir desenvolvendo suas apreciações e reapreciações sobre o seu passado histórico e os significados de suas lutas.

Convém anotar que Gregório Bezerra, testemunho dos acontecimentos da época, observa que a ofensiva do governo Dutra contra o PCB e o movimento de massas havia colocado o Partido na "defensiva", já que a linha política adotada pelos comunistas era a de "*paz, ordem e tranquilidade*". Segundo o comunista pernambucano, a linha, "aceita sem restrições por todos os militantes", teria prejudicado "o espírito de radicalização das amplas massas populares, principalmente de grande parte da classe operária que aceitava a orientação do partido". Apesar dos grandes e vitoriosos movimentos de massas em torno dos pleitos eleitorais, tal posição, de acordo com Bezerra, teria isolado o PCB dos setores mais radicalizados das massas: "Tanto é verdade que, em alguns casos, os operários, não suportando mais os baixos salários, passavam por cima da orientação do Partido e deflagravam greves". O PCB tinha cedido demais em busca da União Nacional, o que terminaria por isolá-lo em virtude de sua posição "*reboquista*" com relação à burguesia, era o que pensava Gregório Bezerra.[164]

Já Giovanetti Netto, escrevendo nos anos 1980, destaca a "grande capacidade de reorganização e aplicação tática" dos pecebistas, que, com o fim da guerra, teriam granjeado "resultados eleitorais expressivos, não obstante algumas vacilações e debilidades [...]".[165] Para o autor, teria sido em função do posicionamento do Partido no pós-guerra, "atento à nova realidade", que se teria logrado o enorme crescimento de suas fileiras, que chegava a 200 mil membros em 1946: "Não se pode descartar também a possibilidade de que a política de aproximação com Vargas e a defesa da União Nacional contribuíram de alguma forma para o crescimento e a ação mais desembaraçada dos comunistas".[166]

---

164 BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte:* 1946-1969. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b, p. 57, grifo do autor.

165 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 175.

166 Ibid., 186.

A despeito disto, segundo ainda Giovanetti Netto, o "esforço do Partido em adequar-se à vida parlamentar e legal não correspondeu a uma agilização de sua organização interna". Desse modo, "a direção não logrou estabelecer liames mais fortes com as massas trabalhadoras, do que resultou o isolamento da cúpula dirigente", do que decorre que o PCB "não soube fazer a luta de massas para defender a legalidade do Partido, optando apenas por uma luta jurídica", como o "próprio Prestes reconheceria".[167]

Num outro campo de reflexão, há os autores que dirigem um olhar um pouco mais crítico, afirmando que o Partido Comunista tinha confiado demasiadamente na *democracia*, senão que tinha praticado uma linha política "oportunista" e de "direita". Para o ex-dirigente do PCB, Leôncio Basbaum, a cassação do registro era o "corolário natural de uma linha política falsa, direitista, que subestimava as forças da reação, embora tentasse namorá-la, e superestimava as forças do Partido, que com a política de paz e tranquilidade, havia perdido seu ímpeto revolucionário inicial".[168]

Para Francisco Weffort, que escreveu em fins dos anos 1970 suas análises acadêmicas sobre o evento, teria sido nos anos de 1945-1946 que o PCB havia navegado nas águas de um "superlativo otimismo democrático", ao que Arnaldo Spindel completa afirmando que, enquanto tentava "adequar-se às regras do jogo político nacional, o PCB parece ter somado à influência pequeno-burguesa que sempre sofrera uma perda de perspectiva em relação ao futuro". O resultado disso é que os comunistas teriam determinado "sua própria ilegalização", tentando "apenas ser mais um partido", algo que não deu certo, e eles foram rejeitados "em nome do 'bom funcionamento' da democracia brasileira".[169]

É Anita Leocádia Prestes aquela que talvez melhor tenha buscado extrair os significados mais importantes da dimensão tático-estratégica da política empregada pelo PCB no período. Para a autora, a linha de União Nacional tinha gerado "ilusões" no interior do Partido, já que vinculada à estratégia de revolução

---

167 GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 194. Segundo Prestes, o PCB não tinha sabido fazer a luta de massas para defender a legenda, de maneira que tinham ficado apenas na luta jurídica. PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982, p. 115

168 BASBAUM, 1976, p. 201. Para Basbaum, enquanto o PCB avaliava que imperialismo tinha saído enfraquecido da Segunda Guerra Mundial, na realidade, ele continuava "bastante forte". Para este autor: "Por um erro de perspectiva, o PCB, em vez de lhe dar a porretada final, o tiro de misericórdia, nesses anos de 1945 e 46 somente procurou ajudá-lo, com colheres de chá, proibição de greves, ordem e tranquilidade, para que o doente pudesse restabelecer-se mais rapidamente". Ibid., p. 202

169 WEFFORT, 1978, p. 12; SPINDEL, 1980, p. 92.

"democrático-burguesa", uma visão "notadamente de direita". Considerando serem estes os fatores determinantes dos principais erros daqueles anos, Anita Prestes, assim se referiu aos anos 1940:

> Com o avanço da "guerra fria", o PCB é colocado fora da lei em maio de 1947. Sua política anterior voltada no sentido de garantir a "ordem e a tranquilidade" havia levado à desmobilização das massas e ao desencanto da classe operária com o Partido. O fechamento do PCB não provocava nenhuma reação importante das massas e a própria direção é surpreendida pelos acontecimentos. O passo seguinte do governo Dutra é propor a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB.[170]

Com as massas desmobilizadas e com pouca confiança na disposição de luta dos partidários de Prestes, situação em que quase nenhuma manifestação foi registrada nas ruas para a defesa da legenda do PCB, as portas estiveram abertas para novas incursões das forças reacionárias, que agora se preparavam para revogar os mandatos dos parlamentares que tinham sido eleitos pelo PCB. Antes disso, os comunistas buscaram o caminho da justiça para tentar reverter a decisão do STE, incumbindo uma equipe de juristas, comandados por Sinval Palmeira, membro do Partido, para esta finalidade. Segundo João Falcão, "Prestes confiava plenamente nessa providência judicial, apoiada por pareceres de nove juristas, inclusive Pontes de Miranda".[171]

Não obstante, os pecebistas insistiam na luta parlamentar, de maneira que Prestes se pronunciou na 137ª sessão do Senado Federal, desafiando o plenário a apontar quaisquer fatos que desabonassem a conduta do PCB ante a *democracia* e a Constituição brasileiras. Para o dirigente comunista, seu Partido tinha sido registrado em perfeita obediência à legislação vigente. Sendo assim, "somente fatos novos", surgidos dentro dos "termos da lei", poderiam "determinar uma alteração na situação jurídica" da qual gozava.[172] Ou seja, se não tinha havido fato novo, e se os comunistas não tinham atentado contra a Constituição e contra a vida "democrática do país", nada poderia justificar a cassação do registro do PCB, o que era uma decisão "injusta e irregular".

---

170 PRESTES, 1980.

171 FALCÃO, 2000, p. 303.

172 PRESTES, Luiz Carlos. Sobre o registro eleitoral do Partido Comunista. *In:* PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003g. p. 748.

Em todo caso, segundo o Cavaleiro da Esperança, mesmo sofrendo "esse rude golpe", o PCB não teria visto sua influência e o seu prestígio diminuírem:

> Ao contrário, se os Srs. Senadores acompanham a imprensa nacional, a imprensa da Capital da República, sabem que de maio para cá, depois da cassação do registro eleitoral do partido, jamais se fez tão grande propaganda do comunismo do Brasil inteiro. Tudo em torno do Partido Comunista serve de propaganda, e esta é feita, hoje em dia, pelos nossos maiores inimigos, que são os jornais da reação, os órgãos do fascismo. Temos hoje influência em meios dos quais estávamos realmente afastados e que são levados pela curiosidade provocada pela imprensa da Capital da República e pela imprensa reacionária, a estudar o que são o comunismo e o marxismo, para merecerem tão intensa batalha.[173]

A realidade, entretanto, era outra. Dessa maneira, a repressão cada vez mais asfixiava o Partido Comunista, fechando suas sedes e células, empastelando seus jornais e prendendo seus militantes.

Foi do Parlamento, contudo, que partiram as maiores manifestações contra o ato do Supremo Tribunal Eleitoral. O PCB resistia através dos discursos parlamentares que, por sua vez, cada vez mais escasseavam em virtude do isolamento dos comunistas e dos riscos de prisão. Da Bahia, Giocondo Dias pronunciou "um veemente discurso" na Assembleia Legislativa contra a decisão do STE, todavia, em 10 de maio, foram fechadas as sedes dos Comitês Estadual e Municipal do Partido Comunista na Bahia e em sua capital e em várias outras partes do Brasil.[174]

A partir do dia 15 de maio, o PCB iniciou o caminho de inflexionar a sua linha política, primeiro afirmando que Dutra havia traído o "povo", depois, no dia 17, acusando o imperialismo americano e o presidente Truman de terem dado a ordem de fechamento do PCB. Finalmente, no dia 18, *O Momento* publicou manifesto do Comitê Nacional do Partido, pedindo a renúncia do presidente Eurico Gaspar Dutra:

---

173 PRESTES, 2003g, p. 754-755.

174 FALCÃO, 1999, p. 148-149; "Ilegal e arbitrária a ocupação, pela polícia, das sedes do PCB". *O Momento*, Salvador, 14 maio 947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Cf. "O fechamento das células comunistas na Bahia". *A Tarde*, Salvador, 13 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. De acordo com a reportagem do vespertino baiano, que ainda informou que a primeiro município do interior a cumprir as determinações da Justiça tinha sido o de Senhor do Bonfim, o fechamento de células e núcleos do PCB tinha se processado, na Bahia, em toda a parte, "sem o menor incidente". Ibid.

> Com a ilegalidade do Partido Comunista entramos em uma nova fase de nossa luta pelo progresso da Pátria. Rasgada a Constituição, atirada a Nação à desordem pelo grupo que assaltou o poder, o que nos cabe fazer agora é lutar pelo restabelecimento da ordem, da lei e da Constituição. Ou conseguimos, unidos todos os patriotas, fazer retroceder quanto antes a reação, ou seremos levados pelo despenhadeiro em que se lançou o grupo fascista com o sr. Dutra à frente, a pior de todas as tiranias, à ignomínia dos estados de sítio, das censuras permanentes, dos cárceres cheios, dos assassínios de inocentes, e, por aí, a hecatombe de uma guerra imperialista. *Lutar pela ordem, pela lei e a Constituição é agora lutar sem vacilações pela substituição imediata do governo, é exigir a renúncia e punição do sr. Dutra, de seus ministros e de seus asseclas do grupo fascista, nos próprios termos da Constituição.* O sr. Dutra ao violar a lei cometeu um crime de responsabilidade previsto na Constituição da República.[175]

Era a primeira vez em dez anos que a direção do PCB não falava em União Nacional num documento oficial. Em todo o caso, a virada na linha não conseguiu reverter o curso dos acontecimentos que, nos meses seguintes, se desenrolou em lances decisivos.

No dia 20 de maio, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, do PSP, capitula perante o governo do general Eurico Dutra, abandonando os comunistas, que o tinham apoiado na eleição, à própria sorte.[176] No dia 21, três dias depois da publicação do Manifesto do Comitê Nacional do PCB, a sede do jornal *O Momento* é invadida pelo Exército, que mobiliza um caminhão para o assalto de onde desembarcaram "vários oficiais e soldados com armas, cassetetes e machados, passando a destruir tudo o que encontram" pela frente. Segundo João Falcão, diretor do periódico, "[o]s redatores e operários presentes, homens e mulheres", tinham sido mantidos "com as mãos levantadas" sob a "mira de revólveres", numa situação de grande terror.[177]

---

175 "Renúncia de Dutra". O Momento, 18 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais. Grifo nosso.

176 "Capitula Ademar de Barros". *O Momento*, Salvador, 20 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

177 FALCÃO, 1999, p. 149. O jornal *A Tarde* publicou matéria sobre o assunto: "O público baiano foi surpreendido ontem, à noite, com um atentado à imprensa, cometido por volta das dezenove horas contra as oficinas do matutino *O Momento*, órgão que defende a política comunista. Possuindo redação e oficinas no centro da cidade, o seu empastelamento pôde ser presenciado por alguns transeuntes que não sabiam ao certo do que se tratava, visto ter sido a operação 'silenciosa', amedrontados que ficaram os redatores pelas aramas dos assaltantes. Não

Nos dias seguintes, *O Momento* circulou com apenas uma página, denunciando o atentado que sofrera.[178] Em 1º de julho, véspera da mais importante data cívica do estado da Bahia, a polícia de Octávio Mangabeira impede a realização de um comício "em defesa da liberdade de imprensa e em protesto pelo empastelamento de *O Momento*", o que demonstra que os comunistas estavam cada vez mais isolados, pois agora o governador da Bahia, como havia feito o de São Paulo, também abandona seus aliados eleitorais.[179]

Após a cassação do registro do PCB, a principal pauta da "imprensa sadia" durante o período foi a questão dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda comunista. Ouvidos juristas e diversos congressistas sobre o assunto, a opinião majoritária era a de que, extinto o Partido Comunista, era natural que os mandatos também fossem cassados.[180] Entrementes, os comunistas entraram por diversas vezes com pedidos de *habeas corpus* para os seus dirigentes e militantes pudessem entrar livremente nas sedes do Partido e órgãos de sua imprensa, mas todos os recursos foram negados.[181]

No dia 3 de julho, o ministro da Justiça encaminhou um requerimento ao Congresso, solicitando licença para processar Luiz Carlos Prestes "por conceitos emitidos pelo senador comunista numa entrevista dada ao órgão do seu partido, injuriando os poderes públicos notadamente o presidente da República e o

---

foi possível qualquer socorro para que evitasse a premeditada destruição do jornal: não só era crescido e bem armado o contingente dos empasteladores como, também 'trabalharam' com grande rapidez. Assim em pouco mais de 10 minutos, tudo estava liquidado no interior do prédio. Destruíram os assaltantes as três maquinas de linotipo, a impressora, a tipagem e todos os moveis e utensílios da redação e da gerencia inclusive mesas, cadeiras, máquina de escrever, armário, etc., num prejuízo que atinge milhares de cruzeiros". "Vítima de um atentado o jornal *O Momento*". *A Tarde*, Salvador, 23 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Cf. CHILCOTE, 1982, p. 100

178 Na edição do dia 22 de maio do matutino comunista, lia-se a manchete: "Não é possível calar a voz do povo". *O Momento*, Salvador, 22 maio 1947. BPEB, Setor: Periódicos raros. Acervo: Jornais.

179 FALCÃO, 1999, p. 150.

180 "A cassação dos mandatos dos comunistas" *A Tarde*, Salvador, 6 jun. 1947; "Caberá ao judiciário preencher as vagas deixadas pelos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 13 jun. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

181 "O recurso dos comunistas contra o cancelamento do registro do Partido". *A Tarde*, Salvador, 30 maio 1947; "O supremo Tribunal negou o Habeas Corpus". *A Tarde*, Salvador, 30 jun. 1947; "O Supremo negou o 'Habeas-Corpus'". *A Tarde*, Salvador, 6 jun. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. CHILCOTE, 1982, p. 100.

Tribunal Superior Eleitoral e fazendo, também propaganda contra a segurança do Estado".[182]

Nos dias seguintes, a grande imprensa divulgou a notícia do desaparecimento de Prestes do Senado.[183] Em verdade, por medida de segurança, o "Cavaleiro da Esperança" tinha entrado numa semiclandestinidade desde o dia 7 de maio, por decisão da direção do Partido, que temia uma nova prisão de sua liderança máxima.[184] Reaparecendo em sessão no Senado no dia 5 de agosto, Prestes voltou à tribuna para proferir um veemente discurso "reeditando as suas conhecidas declarações de referência aos principais auxiliares do governo, aos quais chamou de camarilha fascista, dando-lhe outros qualificativos do seu habitual vocabulário".[185] De acordo com matéria publicada no jornal *A Tarde*:

> O prócer comunista, depois de repetir os chavões de imperialismo americano e defender o governo Perón, dizendo que no mesmo não há fascismo e o que há é liberdade, concluiu afirmando que estamos à beira de um abismo devido a incapacidade dos administradores, que estão matando as indústrias no seu entender, com a deflação criminosa. Depois de criticar severamente o que têm feito o governo no campo político, econômico e financeiro, termina, inesperadamente,

182 "Solicitada licença ao Senado para ser processado o sr. Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 4 jul. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

183 "Desapareceu o sr. Luiz Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 8 jul. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo a matéria de *A Tarde*, circulavam rumores de que Prestes havia embarcado com a sua família para a Rússia.

184 FALCÃO, 2000, p. 297-298. É João Falcão, que passara a morar no Rio de Janeiro e recebeu Prestes em sua residência, quem dá o testemunho: "Não havia nenhum *aparelho* organizado para a segurança da direção. Era necessário, entretanto, que Prestes e o Secretariado Executivo passassem aquela noite num local seguro, a fim de se reunirem para adotar as deliberações mais urgentes que as novas condições exigiam. Tendo chegado de Salvador há dois meses, eu me mudara para aquele endereço havia apenas uma semana, sendo o local, portanto, completamente desconhecido da polícia e dos próprios comunistas do Rio. Com Prestes encontravam-se também Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois, todos determinados a defender o seu líder a qualquer preço, com a sua lealdade e as armas que portavam". Ibid., p. 298

185 "Reapareceu no Senado o sr. Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 8 jul. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. De acordo com Falcão, "O Senado encontrava-se repleto de jornalistas, no momento em que ele concluiu seu longo discurso. Sua aparição movimentou aquela Casa, para onde se deslocaram deputados federais e membros da Câmara do Distrito Federal, inclusive a maioria da bancada dos 22 vereadores comunistas eleitos em janeiro. Todos queriam vê-lo. Realmente, sua ausência absoluta, gerou uma série de conjecturas sobre o seu destino". FALCÃO, 2000, p. 314

> conclamando os responsáveis a se unirem em um programa comum de salvação nacional a que ele daria o seu apoio.[186]

No dia 27 de agosto, o senador Ivo de Aquino, do PSD, apresentou projeto relativo à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, matéria que atingia a Câmara e o Senado Federal, as Assembleias estaduais e municipais e os corpos legislativos dos territórios.[187] Nos dias seguintes, as bancadas do PSD, da UDN e do PR chegaram a um acordo para reformarem a Constituição, no intuito de suprimir os mandatos dos comunistas.[188]

Em outubro, no dia 20, o governo brasileiro suspendeu as relações com a URSS, alegando "insultos" que teriam sido publicados na imprensa contra o Brasil, sendo a decisão tomada "em virtude dos Soviets terem devolvido sem resposta o protesto do Itamaraty".[189] No dia seguinte, no Rio de Janeiro, o jornal *Tribuna Popular* foi empastelado com os funcionários do Partido entrincheirados resistindo ao ataque.[190] Da Bahia, ante as posturas cada vez mais agressivas de Octávio Mangabeira, Giocondo Dias profere "eloquente discurso atacando politicamente o governador e denunciando ao povo baiano sua traição ao compromisso assumido publicamente com o Partido Comunista".[191]

Em fins de outubro, o projeto do senador Ivo de Aquino, prevendo a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, entrou pela primeira vez em votação, obtendo uma primeira vitória no Senado.[192] Enquanto a querela parlamentar e

---

186 "Reapareceu no Senado o sr. Carlos Prestes". *A Tarde*, Salvador, 8 jul. 1947.

187 "A extinção dos mandatos". *A Tarde*, Salvador, 27 ago. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

188 "A cassação dos mandatos". *A Tarde*, Salvador, 3 set. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

189 "Suspensas as relações do Brasil com a Rússia". *A Tarde*, Salvador, 20 out. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Segundo Eliezer Pacheco, "O rompimento de relações com a União Soviética dar-se-ia a partir de dois incidentes tomados como pretexto. O primeiro deles foi a prisão de um funcionário da embaixada brasileira em Moscou por embriaguês, desordens e agressões. O segundo incidente foi um artigo publicado em revista literária soviética afirmando que os generais brasileiros conquistavam suas patentes não nos campos de batalha, mas nos campos de café". PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 195.

190 FALCÃO, 1993, p. 153. Cf. "O empastelamento da *Tribuna Popular*". *A Tarde*, Salvador, 24 out. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

191 FALCÃO, op. cit., p. 155.

192 "Aprovada em primeira discussão a cassação dos mandatos". *A Tarde*, Salvador, 28 out. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*. Votaram contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, os senadores Aloísio de Carvalho, Matias Olimpio, Joaquim Pires,

judiciária prosseguia, o Brasil assistia estarrecido a notícias de comunistas presos e boatos alarmistas afirmando que os pecebistas pretendiam "convulsionar o país".[193]

Ainda em dezembro, o *Tribuna Popular* foi suspenso e no dia 7 de janeiro de 1948, veio o golpe fatídico com a decisão pela cassação dos mandatos de todos os parlamentares eleitos pelo PCB. Segundo o jornal *A Tarde*:

> A democracia brasileira, no pleno exercício dos poderes constitucionais, após um largo período de inatividade, demonstrou estar aparelhada para enfrentar as situações mais delicadas, resolvendo, com retidão e serenidade, sem pusilanimidade e sem paixão, quando está em jogo a sorte da Nação. Enganam-se os que desconhecem ou lhe negam a vitalidade indispensável. Senão vejamos como funcionaram independentes e, entretanto, harmônicos o judiciário e o legislativo, com a homologação final do executivo, dentro da melhor técnica do regime. Pode-se dizer que ainda mais a democracia se consolidou com o ato político de ontem.[194]

Neste mesmo mês, os comunistas publicam um Manifesto em que afirmam o caráter de classe da *democracia* brasileira e caracterizam o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra como um "governo de traição nacional a serviço do imperialismo americano", condição em que exigiam a sua renúncia e substituição "por um governo efetivamente popular, democrático e progressista". Não obstante, o PCB continua afirmando a natureza "semifeudal" e "semicolonial" do Brasil.[195]

Segundo Moisés Vinhas, "[i]solados politicamente e colocados na ilegalidade, os comunistas reagem mergulhando numa clandestinidade nem sempre necessária", quando terminam "abraçando o isolamento". Evoluindo rapidamente para

---

Ribeiro Gonçalves, Plínio Pompeu, Adalberto Ribeiro, Vergniaud Vanderley, José Américo, Hamilton Nogueira, João Vilas Bôas, Vespasiano Martins e Artur Santos da UDN; Clodomir Cardoso, Etelvino Lins e Ernesto Dorneles do PSD, e Bernardes Filho, do PR. O único udenista a votar a favor da cassação foi o Fernando Távora, do Ceará.

193 "Os deputados comunistas foram presos em flagrante". *A Tarde*, Salvador, 28 out. 1947; "Os comunistas procuram perturbar". *A Tarde*, Salvador, 12 nov. 1947; "Os comunistas querem provocar agitação em todo o país" ". *A Tarde*, Salvador, 1º dez. 1947; "Os comunistas tentam convulsionar o país". *A Tarde*, Salvador, 2 dez. 1947. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

194 "A suspensão da *Tribuna Popular*". *A Tarde*, Salvador, 8 dez. 1947; "Sancionada a lei que cassou os mandatos comunistas". *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1948. BPEB, Setor: Periódicos. Acervo: jornal *A Tarde*.

195 MANIFESTO DE JANEIRO, 1948 apud CARONE, 1982b, v. 2, p. 73-83.

o gueto, de onde "[r]adicalizam sua posição", os comunistas contribuem para o decrescimento de sua influência e a diminuição dos seus efetivos.[196]

Quanto a Arruda Câmara, este testemunhou:

> Então, dá-se o golpe contra o Partido e nós, através de uma reflexão, vimos que nossa linha política não era correta. É preciso dizer que nós éramos todos jovens dirigentes do Partido. O único dirigente mais velho era o Prestes. E os êxitos tinham sido muito grandes, subiram à nossa cabeça e não observamos que na linha do Partido havia fortes componentes reformistas. Então, através de uma avaliação crítica nós fomos chegando à conclusão de que a linha do Partido era uma linha essencialmente oportunista. Nós acreditávamos ingenuamente que podíamos chegar ao poder através da via democrática, parlamentar, eleitoral. Era realmente uma linha oportunista de direita.[197]

Linha de direita ou não, o fato é que a União Nacional, depois de proporcionar ao Partido Comunista seus melhores e fugazes instantes de glória e sua saída do ostracismo após o levante de 1935, levou o PCB a sua primeira grande derrota ante os desafios que estiveram colocados no país depois de 1945. Considerando que o fantasma da revolução permaneceu no encalço dos comunistas como sua própria sombra, mesmo contra a sua vontade, a questão principal diz respeito às potencialidades revolucionárias da classe trabalhadora, que não podiam ser anuladas pela simples vontade dos pecebistas.[198]

A derrota de 1947-1948 custaria caro aos comunistas, mas não apenas ao PCB. Tendo em vista que foi sobre a maioria do povo que recaiu o peso da mais importante derrota histórica da classe trabalhadora e de sua principal representação política da primeira metade do século XX, desde a derrota da vaga revolucionária

196 VINHAS, 1982, p. 94.

197 CÂMARA, 2010.

198 A hipótese utilizada por Isaac Deutscher para pensar a Frente Popular vale também para a União Nacional em algumas situações, mesmo que não se encontre no exemplo brasileiro as vitórias eleitorais registradas na Europa: "Por mais moderados, constitucionais, 'puramente' democráticos e patrióticos que fossem os *slogans* que articulara para as Frentes Populares, não podia anular as potencialidades revolucionárias daquelas 'frentes' [...] As vitórias eleitorais das Frente Populares na França e na Espanha despertaram de modo quase automático o estado de espírito anticapitalista e a confiança das classes trabalhadoras, que vagamente as consideraram como prelúdios de reforma radical, quando não de revolução". DEUTSCHER, 2006, p. 444. Pode-se ter dúvidas sobre as expectativas da classe trabalhadora brasileira, mas a burguesia certamente raciocinava assim.

fechada em 1923, o saldo histórico da malograda aventura democrática dos anos 1940 talvez deva ser comparado ao de 1935.

Depois de 1948, os trabalhadores brasileiros e de outras partes do mundo experimentaram formar governos de coalizão, em que aplicaram a linha política de União Nacional, lutando para recompor suas forças ao longo de mais de uma década, deixando a dúvida sobre se foram ou não bem-sucedidos. Aberta à confrontação com os acontecimentos que podem permitir uma aproximação da verdade histórica, tais questões permaneceram sendo discutidas por historiadores e demais estudiosos, como ocorre nas mais importantes questões da história.

Comentário final à guisa de conclusão

As grandes questões da vida dos povos decidem-se somente pela força.

(Lenin)

Todas as revoluções são impossíveis, até que se tornam inevitáveis.

(Trotsky)

Entre 1936 e 1948, o PCB viveu os melhores e os piores momentos de sua longa história de inúmeros percalços e contratempos, mas também de algumas importantes conquistas. Inicialmente acuados pela onda de repressão que assolou o país a partir de 1935, especialmente após o frustrado levante de novembro da ANL, os comunistas brasileiros lograram superar as adversidades e reconstruir o seu partido, pavimentando um aparentemente sólido caminho até se converter em uma potencial organização de massas em 1945, algo que havia sido pensado por Lenin na época do III Congresso da Internacional Comunista.

Não obstante, aquilo que poderia ter sido um dos prováveis motivos do sucesso do PCB, sua linha política de ir ao encontro das massas quando estas se preparavam para enfrentar o nazifascismo e o regime do Estado Novo no Brasil, talvez

tenha sido, também, a principal razão do seu fracasso. Isto porque a União Nacional, algo também adotado pelos comunistas de diversos países na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e da luta antifascista, tinha como pressuposto principal uma política de alianças com os setores da burguesia dita progressista, democrática e antifascista, o que, nos países chamados coloniais e semicoloniais, era entendido como *burguesia nacional*.

Nos estertores da Segunda Guerra Mundial, enquanto a coexistência pacífica no plano internacional era uma possibilidade encarada pelos comunistas como real e necessária, a suposta aliança com os setores progressistas das burguesias dos diversos países funcionou relativamente bem ante os anunciados objetivos dos PC. Quanto a isto, é preciso que se diga que tais objetivos, explicitados desde o VI Congresso do *Komintern*, de 1928, foram redimensionados em 1935, no VII Congresso da IC, que sucedeu a ascensão de Hitler na Alemanha e as primeiras experiências de Frente Popular na Europa.

Em muitos casos, contudo, tais experiências progressistas não foram muito além de composição de governos de União Nacional, o que de fato ocorreu em alguns países europeus, ou então da luta pela efetivação da revolução democrático-burguesa pensada para os países coloniais ou semicoloniais, que era como os pecebistas entendiam o Brasil. Portanto, a linha de Frente Nacional Antifascista, também chamada de União Nacional, deve ser refletida a partir dos significados da conjuntura para qual ela havia sido formulada.

Na história do movimento comunista internacional, a União Nacional representou um desdobramento da política de Frentes Populares elaborada, fundamentalmente, no VII Congresso do *Komintern*. Se a linha política de Frente Popular foi adotada tendo em vista o processo de formação dos novos regimes fascistas na Europa, sendo o caso do nazismo alemão o mais emblemático, a União Nacional foi desenvolvida com a finalidade de, por um lado, barrar o crescimento da influência desses regimes e movimentos pelo mundo, e, de outro, após a deflagração do conflito mundial, com o objetivo precípuo de ganhar a guerra. Nessa circunstância, o movimento comunista internacional entendeu necessário compor uma grande aliança com os setores ditos democráticos e progressistas dos diversos países para barrar o avanço da reação pelo mundo.

Do ponto de vista teórico, a despeito de não haver nenhuma formulação precisa sobre a política de União Nacional, pode-se dizer que a compreensão de tal linha teve como lastro ideológico a percepção dos comunistas de que, com o triunfo do fascismo em alguns países, a luta antifascista havia adquirido uma centralidade e uma conotação mundial até então inédita, ampliando-se e, em certa medida,

deslocando-se do âmbito intersocietal para o espaço internacional mais amplo. Outrossim, na conjuntura da guerra, a necessidade de se derrotar os Estados fascistas ocupou o centro da preocupação dos comunistas de diversos países, fazendo com que o apoio aos governos nacionais engajados na coalizão anti-hitleriana adquirisse relevância e papel central em suas atuações.

Estabelecendo como parâmetro de atuação uma hierarquia de contradições que estabelecia que os comunistas deveriam renunciar a seu projeto de transformação revolucionária da sociedade – ou pelo menos adiá-lo, para compor com as correntes percebidas como democráticas, lançando mão de um programa mínimo que, em muitos casos, defendia a *democracia* em abstrato e sem adjetivações –, eles incorporaram valores democráticos como em poucos momentos de sua história. Ao mesmo tempo, cultivaram expectativas que terminaram por não se concretizar.

Para o caso do Brasil, a caracterização que os pecebistas faziam da ditadura do Estado Novo, chamada inicialmente de "fascista", sucumbiu, paulatinamente, perante os sucessivos deslocamentos do governo comandado por Getúlio Vargas. Este governo, que tinha uma origem de simpatias manifestadas pelos regimes nazifascistas, em seguida, veio se juntar aos Aliados, chegando mesmo a enviar tropas para combater na Europa contra os exércitos de Hitler e Mussolini. Junte-se a isto as promessas de liberalização do regime do Estado Novo e o redirecionamento da política econômica do Estado, antes apenas restrita a intervenções regionais, para o âmbito nacional, e teremos as principais vias de orientação que nortearam a reflexão do PCB que, a certa altura, optou por apoiar o governo Vargas.

Para os comunistas brasileiros, que desde os documentos de balanço do levante de 1935 acenavam para uma hipótese de apoio a uma suposta ala "democrática" do governo, o reposicionamento do regime estadonovista diante de todas estas questões influiu, decisivamente, para definição de uma linha de aproximação e apoio, ainda que conjuntural, ao governo de Getúlio Vargas, especialmente nos seus momentos finais.

Superposto ao esquema hierárquico que o movimento comunista internacional julgava ocorrer no campo das contradições entre o fascismo e a democracia, para o caso brasileiro, como os pecebistas entendiam tratar-se de um país semicolonial, com resquícios de feudalismo, havia um outro elemento que importava na análise da realidade da qual se retiraria as implicações táticas para uma política nacional, já que sobrepunha uma outra contradição à contradição principal. Com efeito, a linha desenvolvida pelo PCB no plano da tática de União Nacional deveria servir,

também, para o cumprimento das tarefas estratégicas da revolução brasileira, tidas por democráticas, burguesas e de libertação-nacional.

Por conseguinte, enquanto os comunistas brasileiros trabalharam pela formação de uma coalizão antifascista no país, notadamente pela formação de uma Frente Nacional Antifascista, fizeram-no sempre exortando uma aliança mais ampla com a *burguesia nacional*, entendida como progressista e anti-imperialista, que, para todos os efeitos, poderia estar também presente no interior próprio governo.

A precocidade com que foi formulada a linha política de União Nacional no Brasil e o demasiado tempo que o PCB levou para abandonar tal política têm relação direta não apenas com os aspectos supervenientes da contradição entre as forças da *democracia* e do fascismo no plano internacional, mas, também, com a necessidade de superar o "atraso feudal" do Brasil e implantar, de vez, o capitalismo, tido como etapa necessária e anterior ao advento do socialismo. Frente às tarefas estratégicas para as quais os comunistas se propunham no país, a formulação de uma linha política de União Nacional era fundamental.

A conceituação de *democracia* que foi abraçada pelos comunistas brasileiros se restringiu, durante toda a conjuntura de 1936 a 1948, a uma valorização da democracia em sua forma liberal-burguesa, muito embora, na maior parte do tempo, os pecebistas evitassem todas as adjetivações. Tal posicionamento corroborou na defesa do regime democrático burguês enquanto alternativa ao processo de fascistização que alcançou o país, especialmente entre os anos de 1937 e 1943, e à própria ameaça representada pelos países fascistas europeus, mas também funcionou como alternativa ao que entendiam como atraso estrutural do Brasil que não tinha ainda implantado o capitalismo em toda a sua plenitude.

A adesão de boa parte dos comunistas brasileiros, e também de outras partes do mundo, ao enunciado *democrático* sem adjetivações, prematuramente "universal", embora possa ser considerada como uma adesão tática, conjuntural e condicionada ao momento em que vigoraram o fascismo e a guerra mundial, adveio da necessidade dos PC demarcarem as diferenças ante as forças da reação e prepararem a resistência democrática, mas também de uma imperiosa necessidade estratégica.

A despeito disso, nas circunstâncias em que as possibilidades de coexistência pacífica se fizeram sentir mais fortemente na conjuntura imediata ao pós-guerra, a tática de União Nacional dos comunistas, assim como seu entendimento de que a democracia burguesa era instrumental, podem ter subsumido na euforia do momento, definida por Stalin como de "desenvolvimento pacífico".

Não está descartado, portanto, que a União Nacional, ou a Frente Única Antifascista, fosse pensada não simplesmente como uma tática, mas como uma possível

estratégia para defender a *democracia* diante das forças da reação e do avanço do capitalismo na reconfiguração do sistema internacional de Estados no pós-guerra, nas circunstâncias em que a época da convivência pacífica poderia ser longa e duradoura.

A necessidade de preservação da aliança com as demais forças antifascistas (*demoliberais*, conservadores moderados etc.), e mesmo as tentativas de conformação de uma aliança interclassista com a chamada *burguesia nacional* nos países semicoloniais, levou o PCB a proclamar expressamente sua adesão ou, ao menos, a sua preferência pela *democracia*, em abstrato, em oposição ao bonapartismo protofascista então existente.

No Brasil, nas condições em que a precária *democracia* lutava para se estabelecer, os pecebistas defenderam a necessidade de sua superação somente em alguns poucos momentos. Não obstante, tão logo a guerra chegou ao fim e se evidenciaram os sinais de que a época do desenvolvimento pacífico não seria duradoura, os comunistas brasileiros redimensionam sua concepção de democracia, ou antes, resgataram as adjetivações que historicamente haviam estabelecido as distinções entre o que chamavam de "democracia burguesa" e aquilo que entendiam como "democracia proletária", agora genericamente nomeada "democracia popular".

Muito embora o PCB tivesse saído da guerra com grande capital político e numa situação de superioridade do ponto de vista da correlação de forças frente às outras vertentes do antifascismo nacional, o redimensionamento da noção de *democracia* entre os comunistas foi retardatário, tanto que só seria incorporado ao jargão pecebista a partir de 1947. Isto porque após o golpe de 29 de outubro de 1945, e mesmo após a vitória do general Eurico Gaspar Dutra nas eleições de dezembro, o PCB continuou defendendo a União Nacional, falando em democracia, (às vezes até em "democracia progressiva"), e se dispondo a apoiar o governo em seus atos "sinceramente democráticos".

Talvez por influência da experiência francesa e, principalmente, da experiência italiana do pós-guerra, o que se supõe é que o PCB esteve tensionado pelas ideias da melhor tradição do comunismo Ocidental, que antecipava o eurocomunismo e que tinha a luta pela *democracia* como sua única razão de ser.

Ainda assim, não se pode dizer que tal tensionamento tenha se dado sem oscilações ou resistências. Dessa maneira, tanto as pressões dos próprios pecebistas quanto as necessidades identificadas pelos trabalhadores no curso de suas greves podem ter empurrado os comunistas para a realização de ligeiros ajustes táticos em sua linha em função de cada conjuntura, até que finalmente abandonaram o projeto de adesão à *democracia* em 1948, para retomá-lo apenas nos finais da

década de 1950. Em todo caso, os comunistas brasileiros persistirão durante quase todo o ano de 1946 defendendo a formação de uma coalizão democrática, contra todos os prognósticos, todo o anticomunismo e até mesmo contra boa parte dos anseios da classe trabalhadora que vivenciava seu maior ascenso grevista desde conjuntura de 1917-1919.

Não se pode negligenciar que a ambiguidade com que os pecebistas trataram as demandas dos trabalhadores, que vinham radicalizando suas posições desde 1944, tenha se tornado insustentável, ainda que, em certa medida, essa postura tenha facilitado o avanço da reação e do discurso anticomunista, condição que levou o PCB a assumir uma posição menos conciliadora. A esta altura, a situação já estava decidida em função do advento da Guerra Fria, tanto que os ajustes táticos promovidos pelos comunistas brasileiros, como de resto pelos comunistas de boa parte do mundo, só podiam significar que a única possibilidade de vitória para os trabalhadores demandaria demasiado tempo para ser novamente recolocada na ordem do dia.

Referências

III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifesto, Teses e Resoluções do 2º Congresso* (introdução Tau Golin). São Paulo: Brasil Debates, 1989. v. 2.

III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifesto, Teses e Resoluções do 3º Congresso* (introdução Tau Golin). São Paulo: Brasil Debates, 1989. v. 3.

VI CONGRESSO de la Internacional Comunista. Ciudad Del México: Ediciones Passado y Presente, 1978. 2 v.

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). *Na contracorrente da história*: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. *In*: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 83-123.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*: volume 1: os ásperos tempos. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*: volume 2: agonia da noite. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*: volume 3: a luz no túnel. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

ANDERSON, Perry. Antinomias de Gramsci. *In*: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13-100.

AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP, Departamento de História, 1995. p. 173-194.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A construção do consentimento*: corporativismo e trabalhismo nos anos trinta. São Paulo: Edições Sociais: Scritta, 1998.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*: uma visão da história política do Brasil dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BAYERLEIN, Bernhard H. *et al. Moscou-Paris-Berlin*: télégrammes chiffrés du Komintern (1939-1941). Paris: Tallandier, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo*: partido e sindicato em São Paulo1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: primeira parte: 1900-1945. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. v. 1.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte: 1946-1969. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v. 2.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*: as duas almas do partido comunista – 1920/1964. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BRANDÃO, Octávio. O golpe de estado fascista no Brasil é um golpe contra a Paz e a Democracia mundiais. *La Correspondance Internationale*, [*s. l.*], n. 49, 1937.

BRAGA, Sérgio Soares. Introdução. *In*: PRESTES, Luís Carlos (org.). *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

BROUÉ, Pierre. O fim da Segunda Guerra e a contenção da revolução. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã; FFLCH-USP, Departamento de História, 1995. p. 385-408.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*: 1919-1943. São Paulo: Sundermann, 2007a. v. 1 – Ascensão e queda.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*: 1919-1943: São Paulo: Sundermann, 2007b. v. 2 – Da atividade política à atividade policial e anexos.

CÂMARA, Diógenes Arruda. *Diógenes Arruda*: um 'comunista danado'. [Entrevista publicada por] Osvaldo Bertolino. São Paulo, 2010. Disponível em: https://cdm.grabois.org.br/depoimentos/arruda-um-comunista-danado/. Acesso em: 28 set. 2022.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976a.

CARONE, Edgar. *O PCB*: 1922-1943. São Paulo: Difel, 1982a. v. 1.

CARONE, Edgar. *O PCB*: 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982b. v. 2.

CARONE, Edgar. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976b.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise*: 1914-1921. Salvador: Fieb, 2004.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração – 1922-1972. Rio de janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1985. 2 v.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo*: política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000.

COURTOIS, Stéphane; LAZAR, Marc. *Histoire du Parti communiste français*. 2ème. èd. Paris: Presses Universitaire de France, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUNHA, Luís Antonio. União Nacional dos Estudantes. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico Brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 6, p. 293-336.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução Burguesa*: a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 5, p. 11-68.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*: uma biografia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DIAS, Giocondo. *O latifúndio e o atraso da Bahia*. [Salvador], 1947. Discurso pronunciado na Assembleia Constituinte Estadual, no dia 4 de junho de 1947.

DIAS, Sônia. LINHARES, José. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3, p. 3213-3214.

DIMITROV, Jorge. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1976. v. 3.

DULLES, John W. Foster. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELEITORADO inscrito por ocasião das eleições de 1933, 1934 e 1945. *In*: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD-ROM.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELIEZER Montenegro Magalhães. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3.

ESTABELECIMENTOS investigados pelos inquéritos econômicos para a Defesa Nacional – 1944". *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD ROM.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias*: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FALCÃO, Frederico José. *Ilusões da estratégia*: o PCB do apogeu à crise do stalinismo (1942-1961). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra*: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

FALCÃO, João. *A história da Revista Seiva*: primeira revista do Partido Comunista do Brasil – PCB. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2008.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Europa do Leste: da resistência antifascista às 'democracias populares'. *In:* COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP, Departamento de História, 1995. p. 357-384.

FONTES, José Raimundo. Marighella e o movimento operário baiano no período da 'redemocratização'. *In:* NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (org.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 289-320.

FORTES, Alexandre *et al. Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

FOURNIER, Severo. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico--biográfico brasileiro pós-1930.* 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 2, p. 2.302.

FRAGOSO, Heleno. Lei de Segurança Nacional. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3.

FRAGOSO, Heleno. MONTEIRO, Silvestre Péricles de Góis. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001b. v. 4, p. XX.

GALLISSOT, René. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. *In*: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *A bancada do PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes*: depoimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GORENDER, Jacob. A trajetória do ex-dirigente do PCB sempre esteve ligada à do país [Entrevista cedida a] Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau. *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 11, p. 22, 11 ago. 1990.

GORENDER, Jacob. Yalta, Potsdam: a ordem mundial do pós-guerra. *In:* COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP, Departamento de História, 1995. p. 431-440.

GOUJON, Gerard. Os partidos comunistas e a Segunda Guerra Mundial. *In:* COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP, Departamento de História, 1995. p. 93-118.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. História operária e ideologia. *In:* HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 17-33.

HOBSBAWM, Eric J. Os intelectuais e o antifascismo. *In:* HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 9, p. 257-314.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD ROM.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. *In:* HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*: o marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 6, p. 13-43.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea*: o PCB em 1937-1938. São Paulo: HUCITEC: Ed. UNESP, 2003.

KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta*: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). *In:* RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. p. 103-155.

KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KORNIS, Mônica. Tribunal de Segurança Nacional. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5.

KOTHE, Flávio R. *Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

LAMARÃO, Sérgio. Estado de sítio. ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 2.

LENIN, Vladimir Ilitch. "Duas tácticas da social-democracia na revolução democrática. *In:* LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 382-472.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1981.

LENIN, Vladimir Ilitch. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

LENIN, Vladimir Ilitch. O marxismo e a insurreição: carta ao Comitê Central do POSDR. *In:* LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988. v. 2, p. 308-312.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1986.

LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo*: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

LIMA, Heitor. *Caminhos percorridos*: memórias de militâncias. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau*: a presença comunista no Sul da Bahia (1935-1936). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LOFF, Manuel. *Salazarismo e franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha. Porto: Campo das Letras, 1996.

LUKÁCS, Georg. *"Reflections on the Cult of Stalin"*. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 21 abr. 2005.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, J. A. *O último tenente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MARIE, Jean-Jacques. *Estaline*. Lisboa: Verbo, 2004.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.

MATOS, Ariovaldo. *Corta-braço*. 2. ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

MICHELS, Robert. *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*: investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos. Lisboa: Edições Antígona, 2001.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco. *Prestes*: lutas e autocríticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORENO, Nahuel. *Os governos de frente popular na História*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões e Salvador:* um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950). 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

NEVES, Luís Felipe da Silva. A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945. *In:* COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã: USP, Departamento de História, 1995. p. 251-266.

NEGRO, Antonio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. Participação operária na política do pós-guerra. *História*, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002.

NÓVOA, Jorge; NOVA, Cristiane. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. *In:* NÓVOA, Jorge; NOVA, Cristiane (org.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 35-188.

OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PCB: processo de cassação do registro. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

PERALVA, Osvaldo. *Memórias dum comunista*. Lisboa: Editorial Áster, [19--].

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal*: uma biografia política: "Daniel" o jovem revolucionário. 4. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2005, v. 1.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *In*: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. p. 85-103.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POPULAÇÃO absoluta e relativa do Brasil, das suas Unidades Federadas e dos municípios das respectivas capitais, calculada para 31 de dezembro de 1936. *In:* IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, [19--]a. 1 CD ROM.

POPULAÇÃO do Brasil, das Unidades da Federação e dos Municípios das Capitais (Estimativa) 31/XII/1944. *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]b. 1 CD ROM.

POPULAÇÃO presente do Brasil e das Unidades da Federação, segundo vários aspectos – 1/IX/1940. 1. Crescimento em comparação com o censo de 1890. *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]c. 1 CD ROM.

POPULAÇÃO do Brasil, na data do recenseamento geral em 1940: distribuição, segundo as Unidades da Federação e os principais caracteres individuais. Atividade principal. *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]d. 1 CD ROM.

POPULAÇÃO total e taxas de crescimento das capitais da União e das suas Unidades Políticas, segundo os recenseamentos gerais". *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]e. 1 CD ROM.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, Anita Leocádia. A conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de 1935 no Brasil. *Critica Marxista*, Campinas, n. 22, p. 132-156, maio 2006.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945):* a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? *Oitenta*, Porto Alegre, v. 4, p. 197-223, 1980.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

PRESTES, Luiz Carlos. A atitude do Partido Comunista. *In:* PRESTES, Luíz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003a.

PRESTES, Luiz Carlos. Definição da atitude do Partido Comunista. *In*: PRESTES, Luís Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador (1946-1948). Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003b.

PRESTES, Luiz Carlos. Um discurso do senador Carlos Prestes sobre o Projeto de Constituição. *In:* PRESTES, Luíz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003c.

PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003d.

PRESTES, Luiz Carlos. O papel da minoria na constituinte. *In:* PRESTES, Luis Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador (1946-1948). Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003e.

PRESTES, Luiz Carlos. Problemas constitucionais. *In:* PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003f.

PRESTES, Luiz Carlos. Sobre o registro eleitoral do Partido Comunista. *In:* PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003g.

PRESTES, Luiz Carlos. A suspensão do funcionamento da Juventude Comunista. *In:* PRESTES, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Prestes*: o constituinte, o senador: 1946-1948. Organizador Sérgio Soares Braga. Brasília, DF: Senado Federal, 2003h.

PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. *In:* MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 61-81.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RESULTADO da eleição para Presidência da República – 1945). *In:* IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, [19--]. 1 CD-ROM.

RISÉRIO, Antonio. *Adorável comunista*: história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna. Rio de Janeiro: Versal, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, DIFEL, 1980. v. 10.

RODRIGUES, Francisco Martins. *O anti-dimitrov*: meio século de derrotas da revolução (1935-1985). Lisboa: Ulmeiro, 1985.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação*: o legislativo na Bahia na Segunda República. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

SANTOS PRIMO, Jacira Cristina. *Tempos vermelhos*: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. 'Os campeões da democracia': aspectos da resistência comunista e antifascista em Portugal e no Brasil na conjuntura da guerra (1936-1948). *In:* SILVA, Paulo Santos; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de (org.). *O Estado Novo*: as múltiplas faces de uma experiência autoritária. Salvador: EdUNEB, 2008. p. 75-108.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 39-72, 2004.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução. *Outubro*, São Paulo, n. 12, p. 95-122, 1. sem. 2005.

SERRA, Sonia. *O Momento:* história de um jornal militante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. *In:* FORTES, Alexandre *et al. Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. p. 51-86.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (org.). *Corporativismo em português*: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 273-303.

SILVA, José Luís Werneck da (org.). *O feixe e o prisma*: uma revisão do Estado Novo: volume 1: o feixe, o autoritarismo como questão historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático:* Bahia, 1945. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: Edufba, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci*: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nélson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

SOFRI, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. *In:* HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo:* o marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8 – O capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo, p. 329-373.

SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938 – 1947. *In:* HOBSBAWM, Eric. J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 10, p. 129-212.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. (Coleção Ensaio e memória, v. 27).

STÁLIN, Josif. *Em defesa do socialismo científico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Ed. UNESP: Salvador: Edufba, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

TORELLI, Aparício. *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico--biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 5.

TRINDADE, Hégio. Integralismo. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. v. 3.

TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França*. São Paulo: Desafio, 1994.

TROTSKY, Leon. *História da revolução Russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 v.

TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905*. São Paulo: Global, [19--].

TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, Leon. *Fisrt five years of the Commmunist International*: volume 1 (1924). 2007. Disponível em https://www.marxists.org/archive/trotsky/1924/ffyci-1/index.htm. Acesso em 26 set. 2022.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo – Bahia 1942-1947.* 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, Margarida Luíza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). *In:* RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. v. 5, p. 157-184.

VINHAS, Moisés. *O partidão*: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou*: a história secreta da revolução brasileira de *1935.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, n. 1, p. 7-13, jul. 1978.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (segunda parte). *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, n. 2, p. 3-11, jan. 1979.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 67-105, abr./maio/ jun. 1973.

ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945).* 2001. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2001.

Fontes primárias

Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP)

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Acervo Pessoal de João Falcão (APJF)

Jornais da grande imprensa

A Tarde, Salvador, janeiro de 1938 a janeiro de 1948.

Jornais e Revistas da Imprensa Comunista

Seiva, Salvador, dezembro de 1938 a agosto de 1946.

O Momento, Salvador, abril de 1945 a janeiro de 1948.

Apêndice A

Quadro de greves no Brasil em 1945 (até 29 de outubro de 1945)

Categoria	Local	Período	Setor Públ./UP/Pr	Reivindicações	Direção	Resultado
Estudantes de Engenharia (Escola Nacional de Engenharia)	Rio de Janeiro	26-28/03	Públ.	Reciprocidade no tratamento em relação à Escola Militar p/ o aproveitamento das disciplinas.	Centro Acadêmico	Vitória
Ferroviários	São Paulo	> 29/03-02/04	UP	Aumento de salário	Por fora dos sindicatos	Vitória
Condutores e motoneiros da Companhia Campineira de Tração	Campinas-SP	31/03-	UP	Aumento de salário	n/c	n/c
Cervejaria Colúmbia	Campinas-SP	n/c	Pr.	Aumento de salário	n/c	n/c
Condutores de bondes	Porto Alegre	06-07/04	UP	Aumento de salário (40% entre outras questões)	n/c	n/c
Ferroviários	Porto Alegre	0604	n/c	n/c	n/c	n/c

Categoria	Local	Período	Setor Públ./UP/Pr	Reivindicações	Direção	Resultado
Bancários	Porto Alegre	08/04	n/c	n/c	n/c	n/c
Motoneiros	Porto Alegre	08/04	n/c	n/c	n/c	n/c
Mineiros da Cia. São Jerônimo	Porto Alegre	08/04	n/c	n/c	n/c	n/c
Trabalhadores da Cia. Linha Circular	Salvador	21/04	n/c	n/c	Sindicato	n/c
Estivadores	Santos	25/04-14/05	UP	Aumento de salários	Sindicato	Vitória (38%)
Ferroviários	Santos-SP	27/04	n/c	n/c	n/c	n/c
Ferroviários	Ilhéus-Vitória da Conquista-BA	10/05	n/c	n/c	n/c	n/c
Tecelões da fábrica São João, Paraguaçu e Empório Industrial do Norte	Salvador	18/07-06/08	n/c	Aumento de salários (50%) e participação no lucro para contramestres	Sindicato	Vitória parcial (35%)
Operários da Fratelli Vita	Salvador	24h	n/c	Aumento de salários	n/c	Vitória
Telefônicos da Cia Energia Elétrica da Bahia	Salvador	-28/08-?	n/c	Aumento de salários	n/c	Vitória parcial (10%)
Operários da Suerdieck e Danneman (fumangeiros)	Maragogipe-BA	05-13/09	n/c	Aumento de salários	Sindicato	Vitória parcial

Fonte: produzido pelo autor com base em dados do jornal *A Tarde* (1945).

Quadro de greves no Brasil em 1946

Categoria/Nº de trabalhadores parados	Local	Período	Setor Publ./UP/Pr	Reivindicações	Direção	Resultado
Tecelões (6 mil)	Salvador	14-17/01	Pr.	Melhoria de salário e abono.	Sindicato	Retorno ao trabalho com promessa de negociação.
Bancários (> 40 mil)	Nacional	24/01-12/02	UP/Pr.	Decretação do salário profissional da categoria.	Sindicatos	Vitoriosa (incorporação do abono e aumento de 300 cruzeiros)
Portuários (1,2 mil)	Salvador	30-31/01	UP	Abono, melhoria dos salários e nacionalização das docas.	Sindicato	Parcialmente vitoriosa (concessão do abono).
Funcionários fiscais do estado	Salvador	16/02-	Publ.	Contra a execução do decreto-lei 762 e solidariedade a Carlos de Góis Marques.	Associação dos Funcionários Fiscais	n/c
Operários da indústria do açúcar	Santo Amaro	< 18/02-	Pr.	Contra o desconto feito pelos empregadores no salário bruto dos trabalhadores.	n/c	n/c
Ferroviários	Ilhéus	07-18/03	UP	Melhoria dos salários.	Sindicato	n/c
Ferroviários (14 mil)	Leopoldina/ Rio de Janeiro	18/05-	UP	Melhoria dos salários	Por fora do sindicato depois assumido pelos sindicalistas.	
Portuários	Santos-SP	28/05-	UP	Protesto contra os navios franquista no porto; pela libertação dos trabalhadores presos e pela reabertura do sindicatos dos estivadores.	n/c	n/c

Ferroviários (> 20 mil)	Sorocaba-SP	31/05-05/06	UP	Aumento de 500 cruzeiros nos vencimentos	Associação Profissional dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana	Vitória parcial (abono de 300 cruzeiros)
Operários da Light	Rio de Janeiro	01-03/06	UP	Aumento salarial.	Sindicato.	Derrotada
Trabalhadores da Organização Lage (prestadora de serviços)	Rio de Janeiro	05/06-	Pr	Aumento salarial.	Sindicato.	n/c
Ferroviários (1,4 mil)	Santos	31/07-	UP	Implementação das reivindicações da Conferência dos Ferroviários do Rio de Janeiro.	n/c	n/c
Manobreiros da São Paulo Railway	São Paulo	02/08-	UP	n/c	n/c	n/c
Aeroviários (Cruzeiro do Sul)	Rio de Janeiro	24/10-	Pr.	n/c	Sindicato.	n/c
Comerciários (Cia Souza e Cruz e cia Castelões – operadores cinematográficos)	Rio de Janeiro e São Paulo	19/11-	Pr.	Aumento salarial.	Por fora do sindicato em São Paulo e Sindicato no Rio.	
Gráficos	Salvador	30/11-02/12	Pr.	Aumento salarial.	Associação dos Gráficos.	Vitoriosa.

Fonte: produzido pelo autor com base em dados dos jornais *A Tarde* (1946) e *O Momento* (1946).

Apêndice B – Documentos do PCB no período da União Nacional

O GOVERNADOR JURACY E OS EXTREMISMOS

Devem estar ainda na memória de todos as grandes manifestações que o Povo Democrático da Bahia tributou ao Capitão Juracy Magalhães pelo aniversário de seu governo Constitucional. O Sr. Governador da Bahia há de Ter constatado que aquele memorável movimento de massas, contra o qual não puderam as insistentes e insidiosas manobras dos agentes getulistas, consagrou, antes de tudo e principalmente, na figura dos agentes getulistas, o Defensor da Democracia. As provas desta afirmação são inúmeras e irrecusáveis – todos os discursos levados até lá por entre expansões de indizível entusiasmo – e o próprio noticiário do órgão integralista da cidade O IMPARCIAL – frisaram o caráter rigorosamente anti-fascista que as demonstrações assumiram.

Não resta, pois, a menor dúvida de que o Sr. Governador da Bahia se tornou alvo de tão veemente demonstração popular por já Ter ocupado com o apoio das mais expressivas figuras do partido que dirige, o PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

– um posto definido na luta, ainda em início, contra o Integralismo, esse refúgio dos traidores da Pátria e dos inimigos da Liberdade e da Cultura.

Mas, se a consciência democrática e o ânimo anti-fascista das grandes massas populares baianas encontraram, no discurso com que o governador Juracy Magalhães agradeceu a solidariedade do Povo aos seus atos de Democracia, palavras inteiramente justas sobre os terríveis perigos fascistas que ameaçam o Brasil, tiveram de se deparar, ao ouví-los, com conclusões a respeito do Comunismo que não correspondem à realidade política objetiva.

A DEMOCRACIA NADA TEM A RECEAR DOS COMUNISTAS

Em boa fé ninguém pode afirmar nem muito menos provar que os Comunistas sejam Extremistas. Tal expressão que se inventou para com ela alvejar o Partido Comunista, no inútil empenho de indispô-lo com o Povo, hoje não representa mais que um desmoralizado chavão policial. Muitas e muitas vezes os Comunistas têm sido vítimas das mais tenebrosas calúnias: o incêndio do Parlamento Alemão (Reichstag), o atentado à Catedral de Sofia, as falsas destruições de Igrejas, as boatarias em torno de desrespeito à Religião, da destruição da Família, etc, todas essas monumentais mentiras só tem servido para demonstrar a capacidade de enlamear e de injuriar dos nossos inimigos. E por constatar diariamente o desmentido de todas as calúnias assacadas contra o Comunismo, as massas populares de todo o mundo engrossam as fileiras do partido internacional do Proletariado. Sabe o Povo cada dia melhor que os Comunistas tem famílias e lutam por honrar a Família, que os Comunistas admitem os religiosos em seu Partido e lutam pelo respeito às convicções religiosas de todos, que os Comunistas asseguram a Riqueza Nacional e lutam contra os bandidos internacionais que querem usurpá-la e destruí-la!

Nada mais seguro para o julgamento das diretrizes de uma organização política do que o exame das suas atitudes. Pois vejamos quais são as palavras de ordem do Partido Comunista do Brasil em face do angustioso momento nacional. Todos devem Ter conhecimento delas:

- UNIÃO NACIONAL CONTRA OS QUE PROVOCAM A GUERRA CIVIL!
- DISSOLUÇÃO DO INTEGRALISMO TRAIDO E PRISÃO DOS SEUS CHEFES!
- ELEIÇÕES LIVRES!
- ANISTIA!

- RESPEITO À CONSTITUIÇÃO!
- JULGAMENTO POLÍTICO DO TRAIDOR GETULIO VARGAS!

Na verdade, por estas dividas não nos bateríamos se fôssemos extremistas. Elas indicam o caminho da Ordem Democrática, da Paz na Família Brasileira, indispensáveis para que o Brasil acelere sua marcha no sentido do Progresso econômico de nosso Comércio, de nossa Indústria e de nossa lavoura. Para que o Proletariado e o Povo desenvolvam sua cultura e conquistem o seu Bem Estar.

Quem quer que ponha num mesmo pé de igualdade os Fascistas e os Comunistas, classificando-os numa mesma definição simplista de EXTREMISTAS, ao nivelar os objetivos do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL que coloca suas forças a serviço dos interesses da Democracia, com os objetivos criminosos da Ação Integralista, que age sob a inspiração direta do bloco fascista internacional – quem quer que faça isso capitula perante o lugar comum da propaganda dos próprios inimigos.

Os comunistas têm sabido valer-se de todas as oportunidades ao seu alcance para proclamar que, ante o perigo do Fascismo, eles renunciam a qualquer atitude que importe numa hostilidade aos Partidos, aos Políticos, aos governos e às organizações de qualquer gênero, que se manifestam por atos concretos ao lado da DEMOCRACIA e provam ser inimigos do FASCISMO. Os PARTIDOS COMUNISTAS da França e do México, para citar dois exemplos, apoiam com toda decisão os governos daqueles países por serem governos democráticos e progressistas, sem participarem das posições governamentais, sem pretenderem nenhuma recompensa além da defesa dos interesses da Nação e da satisfação de uma parte das aspirações do Povo. O Partido Comunista da Espanha, à frente do proletariado e do Povo Espanhol, leva o seu apoio ao governo Democrático da península Ibérica até a luta de armas nas mãos. Em todos os países do mundo os Partidos Comunistas se converteram nos campeões da Defesa da Democracia, na luta pela Liberdade e pela Cultura, tudo fazendo para unificar os povos democráticos em uma frente única de combate pela Paz e contra o obscurantismo dos retrógrados Fascistas.

Só uma reduzida minoria do mundo, constituída pela facção belicosa e agressiva do capital financeiro, ou seja, os pactuantes do bloco fascista internacional, aqui no Brasil representados por Getulio Vargas e seus consortes, os Plinios e os Filintos – só essa minoria reconhece no comunismo um FANTASMA, porque se destina a impedir a realização de seus planos sinistros e desumanos. Mas a infinita maioria democrática da Humanidade sente e compreende a inestimável contribuição dos Partidos Comunistas em favor da DEMOCRACIA, desde o trabalho diário e ininterrupto pela organização das frentes únicas de todos os Democratas,

até a luta cruenta e heróica nos campos da Guerra Civil para onde o Povo tem sido arrastado pelas provocações fascistas.

É PRECISO A UNIÃO DE TODOS OS DEMOCRATAS CONTRA O FASCISMO!

Vêm, pois, o Governador da Bahia e o Povo, que os ataques dirigidos no discurso do Palácio da Aclamação contra os comunistas, injustamente incluídos entre os EXTREMISTAS, apenas satisfizeram os inimigos do POVO e do seu próprio Governo, porque constituíram uma concessão à tática fascista de dividir as forças democráticas.

Em toda a História, em verdade, nunca estiveram tão bem delimitados os campos de ação política: de um lado o Fascismo, com seu nacionalismo agressivo, suas guerras de rapina em preparação, suas pretensões de domínio pela força bruta, seus métodos selvagens de exploração e opressão dos povos; do outro lado a DEMOCRACIA, regime de garantias para os Cidadãos, estímulo para a Cultura, liberdade para a marcha da humanidade progressista. Nesses dois pólos é que se concentram, na maioria dos países civilizados, as forças que devem decidir a grande batalha entre o Obscurantismo e o Progesso.

Neste momento grave para o Brasil, em que o próprio governo Federal representado pelo traidor Getulio Vargas se concluia com os integralistas e com todos os adversários da Democracia para lançar ao país o desafio para a GUERRA CIVIL, o Partido Comunista, colocando-se sob a bandeira dos interesses populares, adverte ao Povo contra o perigo iminente e apela para todos os Democratas de responsabilidade a fim de que se UNAM em nome dos sagrados Direitos da Nação NUMA ÚNICA FRENTE PELA DEMOCRACIA!

União Nacional contra os que provocam a Guerra Civil!

Extinção completa dos focos integralistas da Bahia!

O Partido Comunista do Brasil (S. da IC), Região da Bahia.

Abril de 1937.

GANHEMOS AS MUNICIPALIDADES PARA A DEMOCRACIA

Aos Comitês Regionais, C. Locais e Células do P.C.B
Camaradas,

Até este momento não demos a atenção merecida à importância que tem para nós o trabalho nos municípios e nas municipalidades. Isso porque ainda não tínhamos compreendido o que significam as municipalidades. Ignorávamos que

os últimos êxitos do P.C francês, como o formidável avanço da Frente Popular, não foram tão só o resultado de uma vigorosa viragem na luta contra o sectarismo de "esquerda", mas sim as consequências importantes de um intenso trabalho de base pela posse das municipalidades, pois que quase uma centena de prefeituras são administradas por comunistas na França.

As recentes eleições municipais brasileiras revelaram toda a nossa debilidade nesse terreno, ao mesmo tempo que demonstraram como os próprios integralistas haviam enfrentado melhor do que nós o problema.

A modificação da linha marcada no documento do BP sobre a Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas forças motrizes, nos permite enxergar mais nitidamente as nossas questões e nos abre perspectivas para o trabalho no interior dos Estados. Antigamente, desprezávamos completamente esse aspecto do trabalho e o pouco que realizávamos no campo era norteado por uma concepção "esquerdista", falsa. Encarávamos apenas um aspecto do nosso trabalho: "o trabalho no campo", a "organização dos camponeses"; poucos, muito poucos, foram os resultados observados até agora devido às formulações "esquerdistas" sobre a "tomada violenta das terras", etc. que tentávamos levar à prática. Hoje compreendemos que a questão se apresenta de outro modo.

POR ONDE PENETRAR AMPLAMENTE NO CAMPO?

Evidentemente, a aplicação das diretivas contidas no material "A Luta dos Guerrilheiros", hoje condenado pelo B.P. do P.C.B., não nos levariam senão a perder mais tempo, dispersar forças, restringir ainda mais o trabalho no campo. Precisamos compreender que, no sentido do trabalho agrário, as portas nos serão largamente abertas na medida que soubermos levantar de uma forma viva, atual e concreta – no INTERIOR, tanto nas cidades como nos campos – problemas que possam ser resolvidos, nesta etapa da Revolução, pela democracia burguesa e não pelos soviets. Na medida que soubermos agrupar sob a bandeira das reivindicações comuns e realizáveis na prática dentro da democracia burguesa, todos os camponeses (pobres, médios e ricos), os assalariados agrícolas, os fazendeiros progressistas, os comerciantes médios e pobres, os industriais, os artesãos e os elementos semi-feudais oprimidos pelo imperialismo e os bancos.

E, devemos reconhecer que, em virtude da situação brasileira, para que realizemos com os camponeses e assalariados agrícolas um trabalho verdadeiramente amplo, as portas nos devem estar largamente abertas, porque é completamente insuficiente o trabalho que possa ser feito se insistirmos somente em penetrar de

furto nos recessos feudais. O trabalho no campo está principalmente dependendo da penetração e alargamento do trabalho nas cidades do interior e não pode ser resolvido somente por elementos que apareçam por lá como "cometas" em idas e vindas.

Mas a penetração no interior precisa ter como objetivo a luta para ganhar as municipalidades, isto é, o coração dos municípios e não simplesmente um limitado setor agrícola. Está claro que para isto não basta ganhar as simpatias de alguns vereadores e prefeitos. Esse trabalho por cima, precisa ser apoiado sobre um amplo trabalho de base.

COMO REALIZAR ESSE TRABALHO DE BASE?

Não podemos transmitir-lhes de um modo esquemático as medidas a aplicar nesse sentido, pois em cada localidade existem determinadas condições que devem ser estudadas especialmente pelos que nela vivem. Mas podemos em ligeiros traços abrir as perspectivas do trabalho:

1. **A mobilização das diversas camadas da população do interior** – É importante que os companheiros compreendam que o trabalho orgânico partidário se desenvolverá tanto mais rapidamente quanto maior vulto tomar o trabalho legal das massas. A questão central, no momento, não é esperar que se criem ou se fortaleçam as células nos setores mais diversos. Não devemos alimentar nenhum espírito de seita e compreendermos que um bom simpatizante, capaz de lutar consequentemente pela democracia (um simpatizante que compreende o sentido da grande modificação da linha), que disponha de prestígio popular e amplas ligações nas diversas camadas da população, pode fazer um trabalho legal de massas muito mais intenso e proveitoso do que uma célula fraca, sectária, que teima em só realizar trabalho ilegal. É, pois, de toda conveniência que os camaradas saibam iniciar desde já o trabalho aproveitando esses simpatizantes (ao mesmo tempo que levando o combate contra o sectarismo nas células), utilizando uns como pontos de apoio dentro dos vários partidos políticos e organizações de massa existentes, onde devem enraizar-se nosso Partido pelo recrutamento dos melhores elementos, e dando a outros a tarefa de comissários políticos junto a certos elementos de destacado prestígio de massas, com o objetivo de ganhá-los para a prática da democracia conseqüente. Em saber escolher e aproveitar os melhores quadros do Partido e da massa está um

os principais fundamentos do trabalho de mobilização das camadas da população do interior.

2. **Qual a melhor forma de levantar as reivindicações?** Será um erro pensar que tal trabalho de massas, nas proporções amplíssimas que desejamos ealiza-lo poderá ser levantado na base das reivindicações específicas somente dos camponeses e assalariados agrícolas. Já dissemos que um dos erros de nosso trabalho anterior foi só termos visto de um aspecto do trabalho no Interior. Mas não nos podemos limitar somente às reivindicações desse setor porque nossa tarefa imediata não é a Revolução Agrária, mas sim a luta pela Democracia, contra o fascismo e o imperialismo. Nesse particular a grande modificação da linha política e partidária coloca-nos diante de importantes problemas táticos outrora não estudados. Saber levantar as reivindicações é um desses problemas táticos. Há reivindicações que mobilizam um número reduzido de trabalhadores, e outras que mobilizam a maioria da população. As primeiras são as reivindicações específicas, próprias de cada setor (indústria, campo) e as segundas são reivindicações gerais, sentidas por todo o povo do município. Devemos saber levantar não as reivindicações específicas (trabalho que devemos fazer esforços para realizar através das organizações sindicais) como também as segundas que deverão ser levantadas na base de um movimento popular amplo de todo o município. Mas não é tudo. Entre umas e outras existem reivindicações custosas de serem obtidas e outras que serão obtidas com certa facilidade. Precisamos ser bastante políticos para começar a levantar as reivindicações mais fáceis de conquistar. Uma vez obtidas elas, a massa sentirá mais confiança em si própria e se disporá com mais entusiasmo e experiência à conquista das demais.
3. **A organização de um programa.** Em cada município existem certas necessidades públicas, reivindicações pelas quais o conjunto da população se interessa. A questão de água, luz, escolas em todos os distritos, estradas, pontes, diminuição de impostos e de fretes, etc., estão neste rol. Ligar a estas reivindicações políticas progressistas e democrática, ou seja, organizar um programa concreto para cada município, é uma tarefa preliminar que precisa ser desde já cumprida. É bem mais fácil interessar os elementos de prestígio e os setores menos politizados da massa para a luta por um programa organizado, do que convencê-los com argumentos teóricos e doutrinários a arregimentar-se nas fileiras democráticas. Presentemente, as populações do interior estão, por tradição, na dependência de chefes políticos e lutam por pessoas e não

por programas. Esclarecê-las e oloca-las sob a bandeira e a dependência de programas é um objetivo nosso. É preciso que os camaradas conheçam suficientemente as aspirações da massa de toda a população para organizar um programa de reivindicações municipais com um conteúdo progressista e democrático, incluindo as necessidades mais importantes de todas as camadas desde os fazendeiros e comerciantes até os camponeses e assalariados agrícolas, interessando todos os setores de atividade do município.

4. **A agitação e propaganda.** Uma atenção particular devem ter de nossa parte a agitação e propaganda. É preciso abolir por completo a linguagem áspera e desaforada e falar ao povo do interior de uma maneira que não fira o seu profundo sentimentalismo. Fazer todo o possível para que a agitação e propaganda democráticas sejam feitas legalmente e em grandes proporções por todos os meios conhecidos e práticos: aproveitar a imprensa legal da cidade e da capital para explicar as reivindicações, esclarecer o que é democracia, divulgar as leis que devem ser aplicadas em benefício do povo, organizar conferências, pequenas revistas literárias, escolas noturnas e tudo o mais. Ao mesmo tempo, os materiais ilegais do Partido devem ser escritos de uma forma clara, em boa e correta linguagem e distribuídos amplamente e com método, de maneira que cada exemplar atinja um objetivo visado.
5. **Tipos e formas de organização.** Um dos objetivos essenciais do político proletário é a sua função ORGANIZADORA. Mobilizar, agitar, propagar, não representariam muito em si tudo isso se não tivesse como complemento e finalidade máxima – ORGANIZAR. Eis o que cada comunista precisa compreender claramente. Por isso, o nosso trabalho municipal não pode perder de vistas a arregimentação da população do interior em uma ou várias organizações, cujo tipo, nome e forma deverão ser escolhidos para cada localidade segundo as tendências e as vontades da massa. Existem em toda parte diferentes organizações de massa que vivem às moscas, mas cujas estruturas correspondem ao ambiente em que nasceram. Essas, se não houver conveniência especial de criar novas organizações, o que às vezes é mais custoso e contraproducente porque divide, podem ser aproveitadas, renovadas, vivificadas, ressuscitadas e postas em marcha no sentido democrático, transformando-se com a atuação dos comunistas em verdadeiras organizações de massa popular. Qualquer organização que já por si represente uma frente única da população é na realidade uma frente democrática que será utilizada como uma alavanca para pressionar os governos a satisfazerem as necessidades do povo e a cumprirem os postulados democráticos

contidos na Constituição; será um eixo para a defesa das liberdades, para aplicação das leis sociais e poderá transformar-se num aparelho eleitoral de influência considerável.

6. **NENHUM SECTARISMO!** Para que obtenhamos tais resultados no trabalho legal de massas, é necessário uma modificação enorme nos nossos métodos de trabalho: é necessário romper com as formas esquerdistas, sectárias. É preciso que os comunistas sejam os democratas mais conseqüentes e mais combativos de sua localidade; que saibam injetar um sentido novo e progressista na mentalidade municipal, sem se afastarem do espírito da massa, que possam, à frente da massa, influir sobre o prefeito e os vereadores para que abandonem as obras de fachada, tipo coreto e pracinhas de capim, e passem a realizar obras de verdadeiro interesse popular tais como: escolas municipais e distritais, ginásio, biblioteca, postos de saúde, maternidade, ensino profissional e rural, centros de cultura democrática, clubes esportivos, cultura física, etc. Em face do clero honesto, não desmoralizado pela sua posição abertamente integralista ou por sua vida particular desregrada, é necessário atuar com habilidade para levá-lo a formar ao lado da Democracia participando mesmo da direção das ações populares, apoiando o progresso da localidade – programa esse que devem incluir as reivindicações sentidas pela massa no terreno religioso, tais como: construção ou melhoria de cemitérios, reparações em capelas, etc.

   Quando dizemos que os comunistas não devem se afastar do espírito da massa e que devem "misturar-se" com ela, não o dizemos vagamente. Seremos charlatões, e não revolucionários, se não ajudarmos certos camaradas inexperientes a romper com algumas atitudes pequeno-burguesas, sectárias que os isolam do povo, como por exemplo: ridicularizar o sentimento religioso, desrespeitar os costumes tradicionais, modificar bruscamente os seus hábitos, fugir do seu círculo de amigos, abandonar as diversões e os lugares de convergência de massa, – tudo isso em troca de um título de "extravagante", para que se diga que é um "revolucionário destemido", um "idealista puro", etc. O povo precisa ver nos comunistas criaturas tão humanas como qualquer outra, e que apenas diferem pelo fato de serem homens mais conscientes de seus deveres de classe, politicamente mais experientes, merecedores do respeito e da simpatia de todos por sua visão mais larga e pala sua dedicação ao interesse coletivo, e uma opinião mais sensata a respeito de todos os assuntos.

CONCLUSÕES – Com tão largas perspectivas poderemos rapidamente conseguir: a) isolarmos da população os chefes integralistas e elementos reacionários. b) apressarmos o processo de polarização para a democracia, dentro dos partidos políticos tanto situacionista como de oposição. c) desenvolvimento do trabalho sindical entre os assalariados agrícolas e camponeses. d) conseguiremos influência ampla entre os camponeses e estabeleceremos bases para a aliança operário-camponesa.

Esperamos que os camaradas utilizem este documento para base de uma reeducação de seus quadros no sentido do trabalho legal de massas e na preparação do povo para a luta pela Democracia, contra o Fascismo e o Imperialismo.

Circular editada pelo CR de Bahia em 1/3/37, e re-editada pelo S.N. do P.C.B. em 1/3/37.

UNIÃO NACIONAL PELA DEMOCRACIA E PELA PAZ!

Diante dos acontecimentos políticos que o mundo acaba de assistir torna-se imperioso, a todos os democratas e amigos da paz e da cultura, uma atitude decidida contra o fascismo e a guerra.

Depois da conquista da Abissinia, do Sarre e da Manchúria; quando os canhões troam no solo ensangüentado da Espanha e da China; depois da inominável e violenta invasão da Áustria; quando o nazismo alemão lança, "irado", suas vistas para o Brasil e ameaça converter seus núcleos coloniais no Sul em tropas de ocupação; quando o eixo fascista, por intermédio de sua agência integralista, tentava encadear aqui uma guerra civil que lhe permitisse invadir nosso território; no momento em que três potências fascistas-militaristas ameaçam estender aos demais povos do mundo a morte, a destruição e o saque, nenhum homem de responsabilidade, que realmente preze a cultura e ame seu povo, tem o direito de silenciar ou se limitar a declarações vagas e platônicas.

Daí a necessidade que se impõe imediatamente: A UNIÃO CADA VEZ MAIS FORTE ENTRE GOVERNOS E POVOS DOS PAÍSES DEMOCRÁTICOS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA E DA PAZ, PARA A RESISTÊNCIA ATIVA CONTRA O IMPERIALISMO-FASCISTA.

Um perigo iminente para o Brasil

Ninguém terá mais a coragem de negar que o nazismo, para o Brasil, é um perigo iminente. O que o Partido Comunista vinha desde já há muito denunciando e combatendo, os fatos vieram provar de uma maneira irretorquível. O golpe integralista, que acaba de ser desarticulado, já não pode escapar aos olhos de ninguém, a não ser aqueles que insistem em não querer ver, como uma prova de que o integralismo e o nazismo agem de mãos dadas na obra satânica de escravizar nosso povo às potências fascistas. Não faltaram sequer os punhais nazistas com que o braço traiçoeiro dos chefes integralistas queria apunhalar o nosso povo, a nossa família. Entretanto, os principais chefes do movimento não foram ainda presos nem processados e, segundo declarações oficiais, "escaparam" à vigilância da polícia, estão "foragidos"... na embaixada alemã, segundo certos rumores.

Não. O golpe foi superficialmente desarticulado, mas os focos de conspiração e atividade fascistas continuam impunes, existindo um ambiente favorável ao seu rápido desenvolvimento. Este ambiente é produto da orientação anti-democrática e anti-popular impressa à política nacional com o golpe de 10 de Novembro e do apoio da ala reacionária do governo de Getúlio, da complacência inadmissível e ajuda criminosa desses elementos ao integralismo nazista. Foi animado por esse apoio que Hitler teve a desfaçatez singular de afirmar que olha com rancor para as medidas anti-nazistas do governo do Brasil, mas que confia em que Getúlio Vargas – é ainda Hitler quem diz – conseguirá por ordem nos assuntos domésticos do país e facilitar seus planos.

A atitude do Sr. Osvaldo Aranha e a posição do Partido Comunista

No momento em que o povo tinha os olhos fixos em seus dirigentes, aguardando deles uma resposta à insólita ameaça de Hitler, as palavras do Sr. Osvaldo Aranha ecoaram simpática e entusiasticamente, não só no Brasil mas em todos os países da América.

O Partido Comunista apoia sem reservas as atitudes do Sr. Osvaldo Aranha e chama todas as forças políticas, todo o povo, a fazer o mesmo.

Entretanto, se é verdade que as palavras do Snr. Osvaldo Aranha refletem os anseios da ala democrática do governo atual, e do povo, entretanto ele não é o Presidente da República. É preciso que o Snr. Getúlio Vargas fale. Toda a imprensa e governos da América, todos os governos e povos democráticos do mundo secundam a nossa imprensa liberal, manifestam-se solidários com o Brasil. Porque só o nosso Presidente cala?

Pela união de todos os governos e povos democráticos do mundo

A recente nota de Litvinof aos representantes da imprensa estrangeira em Moscou, em nome do governo soviético, une-se aos repetidos apelos de Roosevelt e Cardenas à união dos povos e governos democráticos do mundo pela Paz e a Democracia. Os pan-americanistas de coração não podem ficar surdos aos apelos dessas três personalidades marcantes entre os mais insignes estadistas da atualidade.

O verdadeiro sentido do pan-americanismo deve ser colocar nosso Continente unido, como força decisiva, ao lado das potências democráticas para a derrota do fascismo e o bem estar da Humanidade.

Que é preciso fazer?

O Partido Comunista chama todo o povo, todas as organizações populares, democráticas e nacionalistas a reclamar do governo as seguintes medidas urgentes que o caso requer:

- denúncia de todos os tratados feitos com as potências fascistas, tais como o acordo comercial com a Alemanha (marcos compensados) e outros;
- nenhum quilo de nosso ferro, níquel, manganês ou algodão para os agressores fascistas; todas as nossas riquezas do sólo e sub-solo a serviço da nossa defesa nacional e como reserva dos países democráticos para a luta contra o fascismo;
- prisão e julgamento dos chefes integralistas como verdadeiros traidores da pátria;
- dissolução dos kistos emigratórios alemães, japoneses e outros que se mostrarem perniciosos aos interesses nacionais e expulsão dos chefes e espiões estrangeiros (não se trata de campanha xenófoba; os trabalhadores, os que se adaptam às nossas leis e propugnam por nosso progresso merecem a nossa hospitalidade, solidariedade e respeito);
- penalidade contra os jornais a serviço do fascismo estrangeiro, tais como os Diarios Associados do Nauseabundo e "A Nota" de Geraldo Rocha;
- apoio à imprensa que se coloca neste momento contra a afronta nazista, como o estão fazendo "O Radical", "Correio da Manhã", "A Tarde", "Diário Carioca", "O Globo" e outros;
- que cesse a imoral propaganda nazista pela "Hora do Brasil";

- que cessem os provocadores e guerrilheiros vôos fascistas pelas costas e pontos estratégicos do Brasil;
- demissão dos cargos públicos de todos os agentes nazistas;
- RESTITUIÇÃO AO POVO BRASILEIRO DAS GARANTIAS E DIREITOS DEMOCRÁTICOS CONSTANTES DAS CARTAS MAGNAS DE 91 E 34! LIBERDADE DE IMPRENSA, ORGANIZAÇÃO E REUNIÃO!

Diante da ameaça fascista, que pesa sobre o mundo e particularmente sobre nosso país, não é possível que as forças democráticas continuem divididas. O Partido Comunista do Brasil, apoiando a atitude do Ministério Osvaldo Aranha, declara que apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar nosso país da agressão nazista. Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Snr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo.

Todos contra a agressão nazista!
Anistia aos presos políticos!

União Nacional em defesa da Democracia, da Paz e da nossa Independência!
Rio, 28 de Março de 1938
O Bureau Político do Partido Comunista do Brasil
(S. da I.C.)

Apêndice C – Iconografia

ANO I DEZEMBRO 1938 NUMERO I

SEIVA

JOÃO DA COSTA FALCÃO EDUARDO GUIMARÃES
VIRGILDAL SENA EMO DUARTE

DIRIGEM

AFRANIO COUTINHO
AMERICO ALBUQUERQUE
BARRETO DE ARAUJO
HUMBERTO BASTOS
MARCOS PIMENTA
PAULO PALATNICK
SOSIGENES COSTA

ALFIO PONZI
ANTONIO OSMAR GOMES
CARLOS GARCIA
JOÃO DA COSTA FALCÃO
ORLANDO GOMES
RODRIGUES DE MIRANDA

ALVES RIBEIRO
AZEVEDO MARQUES
EMO DUARTE
LUIZ BASTOS
PAULO CAVALCANTI
SODRE' VIANNA
WALTER DA SILVEIRA

ESCREVEM

JOSE' GUIMARÃES

ILUSTRA

MENSAGEM AOS INTELECTUAIS DA AMERICA

REVISTA MENSAL BAHIA BRASIL PREÇO 1$000

Primeira edição da revista *Seiva* (dezembro de 1938): em destaque, os nomes dos colaboradores, entre os quais intelectuais liberais e comunistas que às vezes assinavam com pseudônimos.

Edição de *Seiva* de agosto de 1942, na qual são retratadas as manifestações ocorridas na Bahia pela entrada do Brasil na guerra.

Edição de *Seiva* de outubro de 1942, que provocou confusão entre os historiadores. No detalhe, o presidente Vargas, em amistoso abraço com o ex-presidente argentino, o general Agustín Justo: "Tudo nos une, nada nos separa".

Última edição da revista *Seiva* antes do seu fechamento (julho de 1943).
No detalhe, foto do general antifascista Manuel Rabelo.

AO POVO, AO GOVERNO e às correntes politicas

«Ao apresentar-nos ao publico, pela primeira vez, vamos dispensar o lançamento de um programa, para pedir que de nossa ação para o futuro se possa fazer o juizo dos nossos propositos. Por isso, permiti-nos que essa nossa apresentação se faça em forma de um chamamento ao povo, ao govêrno e às correntes politicas da Bahia, para um exame sério, sereno e imparcial do momento atual e dos deveres de cada homem consciente de sua missão patriótica, anti-fascista e verdadeiramente democrática.

• • •

O ano de 1945 será o ano da Vitória sôbre o nazi-fascismo e da Paz democrática e popular. O Brasil encontra-se dentro deste signo histórico, vivendo em função desta perspectiva e contribuindo, ao mesmo tempo, para alcançá-la. Neste ano de 45 o nosso país ingressa abertamente no caminho da sua re-democratização e emancipação econômica, com o impulso e a complexidade de problemas que todos percebem.

— Que há de mais essencial nesta situação, quais os fatos novos que devem ser fundamentalmente encarados?

[illegible]

(Continúa na 4.ª pág.)

O Momento

ANO I — SALVADOR, 9 DE ABRIL DE 1945 — N.º 1

ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA

A anistia é a aspiração mais sentida por todo o povo brasileiro. De norte a sul do país, pela boca dos lideres politicos, dos estudantes, dos trabalhadores, os homens de negócios, de catolicos e protestantes, de figuras governamentais, de todo mundo se ouve esse pedido urgente, pedra de toque da pacificação da familia brasileira. Este ato de concordia nacional significará para o Brasil a criação de um ambiente de mais confiança e confraternização, capaz de consolidar o ambiente que se torna indispensavel á realização das eleições livres, amplas e honestas e de uma segura democratização.

OTAVIO MANGABEIRA, lider politico bahiano, exilado nos EE. UU.

LUIS CARLOS PRESTES, para quem o povo pede anistia imediata

A ANISTIA DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA

Isto é, deve ser extensiva a todos os brasileiros que tinham sido condenados por crimes politicos, oriundos de divergências e lutas passadas e por qualquer crime conexo, estejam nas prisões no exilio ou com destino ignorados. O que não quer dizer que ela atinja aos criminosos de guerra, aos traidores da pátria, á quinta-coluna, enfim.

A anistia deve ser também reciproca. Isto é, o esquecimento dos ódios e ressentimentos deve ser mutuo, de parte a parte, tanto do governo para com os seus adversários, como dos adversários para com o govêrno. Sem esta compreensão não somente não criaremos o clima propicio á re-democratização unitária do Brasil e á reconstrução nacional, como também estaremos dificultando, desse modo, a pacificação da familia brasileira.

E' incompreensivel a demora do govêrno brasileiro em conceder ao povo brasileiro esta reivindicação, tradicionalmente ligada á solução das crises mais dificeis da nossa história. Mas, em vista dos fatores de paz e democracia que são inevitaveis para a vida de todos os povos, estamos certos que a anistia não tardará. Cabe ás correntes politicas facilitá-la e não dificultá-la, apresentando-a, pedindo-a, publica e nacionalmente, como um dos fundamentos decisivos da União Nacional e da existência de uma politica de cooperação, colaboração e entendimento entre todos os patriotas e democratas para resolver os grandiosos problemas do após-guerra, que trarão para as nossas populações bem estar, conforto, educação e liberdade e uma época de seguro e crescente progresso para o Brasil.

A liberdade de Luiz Carlos Prestes e todos os presos anti-fascistas, a volta á pátria de Otávio Mangabeira, Armando Sales e outros exilados, aparelharão

ARMANDO DE SALES, ex-candidato á presidência da República

todas as correntes politicas nacionais para uma ação unitária, ao mesmo tempo que trará para a participação na vida politica e social do país homens que pelo seu valor, cultura, prestigio popular e capacidade técnica, como dezenas de valorosos oficiais e trabalhadores que se encontram no presidio da Ilha Grande, homens estes que enriquecerão o ambiente pátrio e darão novo vigor ao povo brasileiro.

Prestes e o Reconhecimento da U. R. S. S.

O lider esquerdista Luiz Carlos Prestes dirigiu ao Presidente da Republica o seguinte telegrama:

"Sr. Presidente da República — Palácio Rio Negro, Petrópolis — Congratulo-me com V. Exa. pelo restabelecimento de relações com o heróico povo soviético. São gestos dessa altura e fatos assim concretos e de tão evidente cunho democrático, que os patriótas reclamam de V. Exa. na sua qualidade de Chefe da Nação e Comandante Supremo de suas Fôrças Armadas, neste instante em que seus filhos queridos lutam heroicamente em sôlo estranho, pelo esmagamento total e definitivo do nazismo no mundo inteiro. Urge agora, para que se restabeleça a confiança popular nas inclinações democráticas de V. Exa., a decretação imediata da anistia com exclusão do meu caso pessoal, se necessário, e que seja assegurada, sem maior demora, a livre organização dos partidos politicos, para que estes por seus representantes autorizados, possam intervir na redação de uma lei eleitoral capaz de assegurar eleições livres e honestas que reclama a Nação. Cumprimento respeitosamente V. Exa. — (a) — LUIZ CARLOS PRESTES.

Capa da primeira edição do jornal *O Momento* (9 de abril de 1945).
No detalhe, fotos de Luiz Carlos Prestes, Octávio Mangabeira
e Armando Salles de Oliveira ilustrando a campanha pela Anistia.

GLORIA ETERNA AO SEU NOME!

Roosevelt, nosso irmão

O Momento

ANO I — SALVADOR, 16 DE ABRIL DE 1945 — N.º 2

FALA AOS SEUS ELEITORES UM CANDIDATO DO POVO

...emocratização Dos Sindicatos

Detalhe da capa da edição de nº 2 do jornal *O Momento*, publicada após a morte do presidente americano: "Roosevelt, nosso irmão".

1.º DE MAIO DA VITORIA DOS POVOS

União Nacional

Que não se transforme em campanha de sangue esta campanha eleitoral agora iniciada

Confiemos em que o Brasil marchará pacificamente para a Democracia

O MOMENTO

Detalhe da capa da edição de nº 4 do jornal *O Momento*, antecedendo ao 1º de Maio e que traz a principal bandeira dos comunistas brasileiros: "União Nacional".

Charge publicada no jornal *O Momento*, na qual são retratados os adversários dos posseiros do "Corta-Braço". No detalhe, os "verdadeiros invasores", João Mendes e Renata Coelho, advogados do proprietário das terras Francisco Pelozzi, e "Simão das Vacas" e "Odorico Chato", na verdade Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde* e Odorico Tavares, editor-chefe dos Diários Associados (*Estado da Bahia* e *Diário de Notícias*).

O P.C.B. LUTA POR UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

O PARTIDO COMUNISTA ESTENDER-SE-A' PELO VALE DO S. FRANCISCO

O MOMENTO

ANO I — SALVADOR, 20 AGOSTO DE 1945 — N. 20

A Assembléia Constituinte é a mais Sentida Aspiração do Brasileiro

Resolução do Comitê Nacional no "pleno da vitória"

Ensinando a lutar com a arma do voto

O Partido Comunista mobiliza o povo para as eleições — Comicios nos bairros da Capital

Prestes é o Novo Secretario do P.C.B.

O' velha esperança que não morre!

Detalhe da capa da edição de nº 20 do jornal *O Momento*:
"A Assembléia Constituinte é a mais sentida aspiração do brasileiro".
Mais abaixo, o PCB ensina a lutar com a "arma do voto".

Aspecto parcial do comício "A Bahia a Prestes e Yeddo Fiúza",
realizado em Salvador em 24 de novembro de 1945.

GOLPE NA CONSTITUIÇÃO

O cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil é um atentado á Democracia e á Lei

O MOMENTO

"O P. C. B. não cairá no desespero"

"Respeito aos direitos e liberdades do cidadão"

Capa da edição de 8 de maio de 1947 do jornal *O Momento*, dia seguinte à cassação do registro do PCB: "Golpe na Constituição".

DEFENDER A DEMOCRACIA

Calma, serenidade e firmeza

O MOMENTO

"DIANTE DE UM NOVO 1937!"

Manifestam-se o P.R. e o P.T.B.

A Assembleia Estadual assume a defesa da Democracia golpeada

Deve-se concordar "in-totum" com as conclusões de Prestes

Capa da edição de 9 de maio de 1947 do jornal *O Momento*: "Defender a Democracia".

RENUNCIA DE DUTRA

O MOMENTO

OS NORTE-AMERICANOS

são contrarios á intervenção imperialista no Brasil

O povo atendeu ao apelo do seu jornal

Capa da edição de 18 de maio de 1947 do jornal *O Momento* pedindo a renúncia de Dutra: primeira grande inflexão do PCB em dez anos.

GOVERNO DE TRAIÇÃO

O MOMENTO

Capitula Ademar de Barros

RENUNCIA DO DITADOR

Vitorias dos comunistas chineses

Capa da edição de 20 de maio de 1947 do jornal *O Momento*: "Governo de traição".

O MOMENTO

diario do povo

Ilegal e arbitraria a ocupação, pela policia, das

SEDES DO P.C.B.

AS ORDENS INCONSTITUCIONAIS DO SR. COSTA NETO NÃO PODEM SER CUMPRIDAS COMO SE ESTIVESSEMOS NO ESTADO NOVO

Como entidade civil o P. C. B. não pode ser atingido

Chega, hoje, o deputado Nestor Duarte

A VIAGEM DO GOVERNADOR MILTON CAMPOS AO RIO

Detalhe da capa da edição de 14 de maio de 1947 do jornal *O Momento* em que se denuncia a invasão das sedes do PCB.

"O MOMENTO"

DIARIO DO POVO

Não é Possivel Calar a Voz do Povo!

O covarde atentado contra "O Momento" não impede o povo bahiano de lutar contra a Ditadura, em defesa da Constituição

PELA RENUNCIA DE DUTRA E DO SEU GOVERNO.

AJUDE A RECONSTRUIR "O MOMENTO"

Única página da edição de 23 de maio de 1947 do jornal *O Momento*, após o empastelamento do matutino: "Não é possível calar a voz do Povo".

Diógenes de Arruda Câmara.

Carlos Marighella.

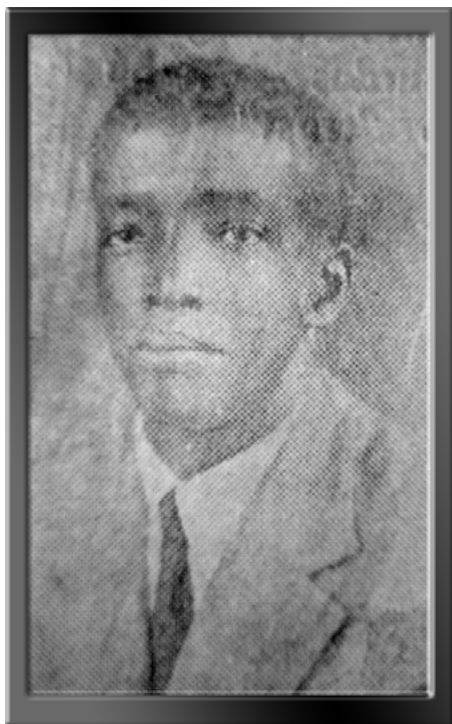
DIRIGENTES ESTADUAIS DO PARTIDO COMUNISTA

II — João da Costa Falcão

João da Costa Falcão é o mais jovem membro do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil. Muito cedo ingressou nas fileiras do Partido, aos 19 anos, nos dias difíceis e perigosos da ilegalidade que sucedeu ao golpe de Estado de 10 de nobembro de 1937. Em 1938, ainda como simpatizante, fundou a revista "SEIVA", ao lado de outros jovens estudantil, tendo sido Secretário Geral, de 1940 a 1941, da União dos Estudantes da Bahia, Presidente do Centro Academico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito, membro do Diretorio Academico desta Escola de 1938 a 1941 e representou a Bahia em vários Congressos Nacionais de Estudantes.

Em começos de 1941 esteve no Uruguai e Argentina e de volta desta viagem foi promovido, após alguns meses de permanencia aqui, para o Comitê Regional do Partido, ao lado de Manoel Batista, Jordão (João Severiano Torres), membro da Direção Nacional e do saudoso Reinaldo Pinheiro, falecido êste ano.

Em fins de dezembro deste ano de 1941 a reação fascista no país, assannada com a perspectiva do Brasil romper relações com o "Eixo", como consequencia da Conferência dos Chanceleres, que se

O jovem dirigente João Falcão, ex-diretor de *Seiva* e diretor de *O Momento*, é retratado na série de reportagens biográficas publicadas nas páginas do matutino comunista baiano.

Juvenal Souto Júnior, portuário e jovem dirigente negro do Comitê Estadual da Bahia.

Carlos Zacarias de Sena Júnior é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do grupo de pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita (Politiza). Integra o Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA.

Rompendo com toda uma tradição acadêmica, que confunde a história do Brasil, com os acontecimentos e processos verificados na Região Sudeste do país, Os impasses da estratégia interpreta a política nacional dos comunistas brasileiros, colocando em relevo as formulações e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Bahia durante o período de 1936 a 1948. Com base em informações e dados coletados, empreende uma discussão acerca das elaborações táticas e estratégicas dos comunistas nesse período, de suas problemáticas e tortuosas tentativas de equacionar as questões da democracia e da revolução. O autor, no entanto, não se limita a narrar a evolução teórico-política dos comunistas, porém se dispõe a interpelar criticamente essa práxis. Tendo se constituído, desde o lançamento de sua primeira edição, em uma referência dos estudos acerca das temáticas abordadas, sua oportuna republicação põe mais uma vez à disposição de pesquisadores, estudiosos e demais interessados no estudo da história política brasileira uma obra de valor inquestionável.

ISBN 978-65-5630-394-9
9 786556 303949